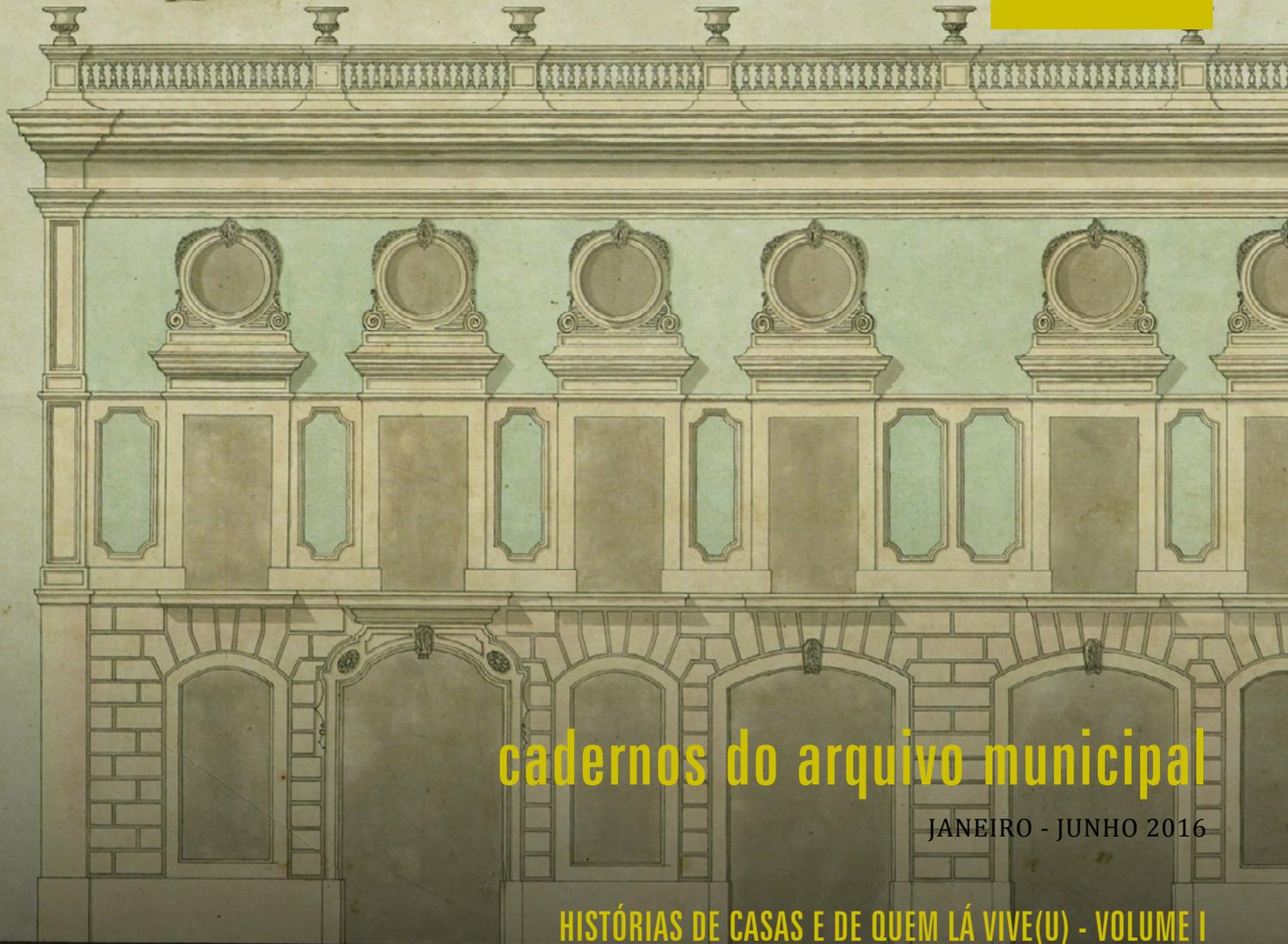


N.º 233

Projecção do Projecto da Sra. D. Leopoldina de S. João
Porto-Porto no 1.º de Março de 1852

Approvada, com a condição de serem as aguas
de telhados encanadas para as varandas dos sal-
ões interiores das casas. Camara 28 de Junho de 1852.
O Architecto, Carvalho

SÉRIE II
NÚMERO 5



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2016

HISTÓRIAS DE CASAS E DE QUEM LÁ VIVE(U) - VOLUME I

coordenação Maria Raquel Henriques da Silva



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente (junho e dezembro) pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o conhecimento do acervo à sua guarda. Publica artigos, sujeitos a arbitragem científica, sobre temas diversificados que tenham por base a documentação do Arquivo. O conteúdo da revista é dirigido a investigadores, utilizadores do Arquivo e estudiosos da cidade de Lisboa.

cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa

2.ª série n.º 5 janeiro - junho 2016

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Inês Morais Viegas

Coordenação Científica

Raquel Henriques da Silva

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Ana Teresa Brito (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Aurora Almada e Santos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Marta Cristina Rebelo da Silva Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; CEHCP-Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)

Sara de Menezes Loureiro (Arquivo Municipal de Lisboa/CML; Portugal)

Secretariado Executivo

Susana Madeira

Revisão bibliográfica

Denise Santos

Transcrições

Sara de Menezes Loureiro

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Capa

[Prospeto do prédio que o barão de Magalhães pretende reedificar, no Campo de Santana, n.º 73 a 76], PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0781

Todos os direitos reservados

Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)
Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études; França)

Edite Maria da Conceição Martins Alberto (Arquivo Municipal de Lisboa; CHAM- Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental; Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense; Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Sílvio de Almeida Toledo Neto (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases de dados internacionais:

DOAJ

ERIH PLUS

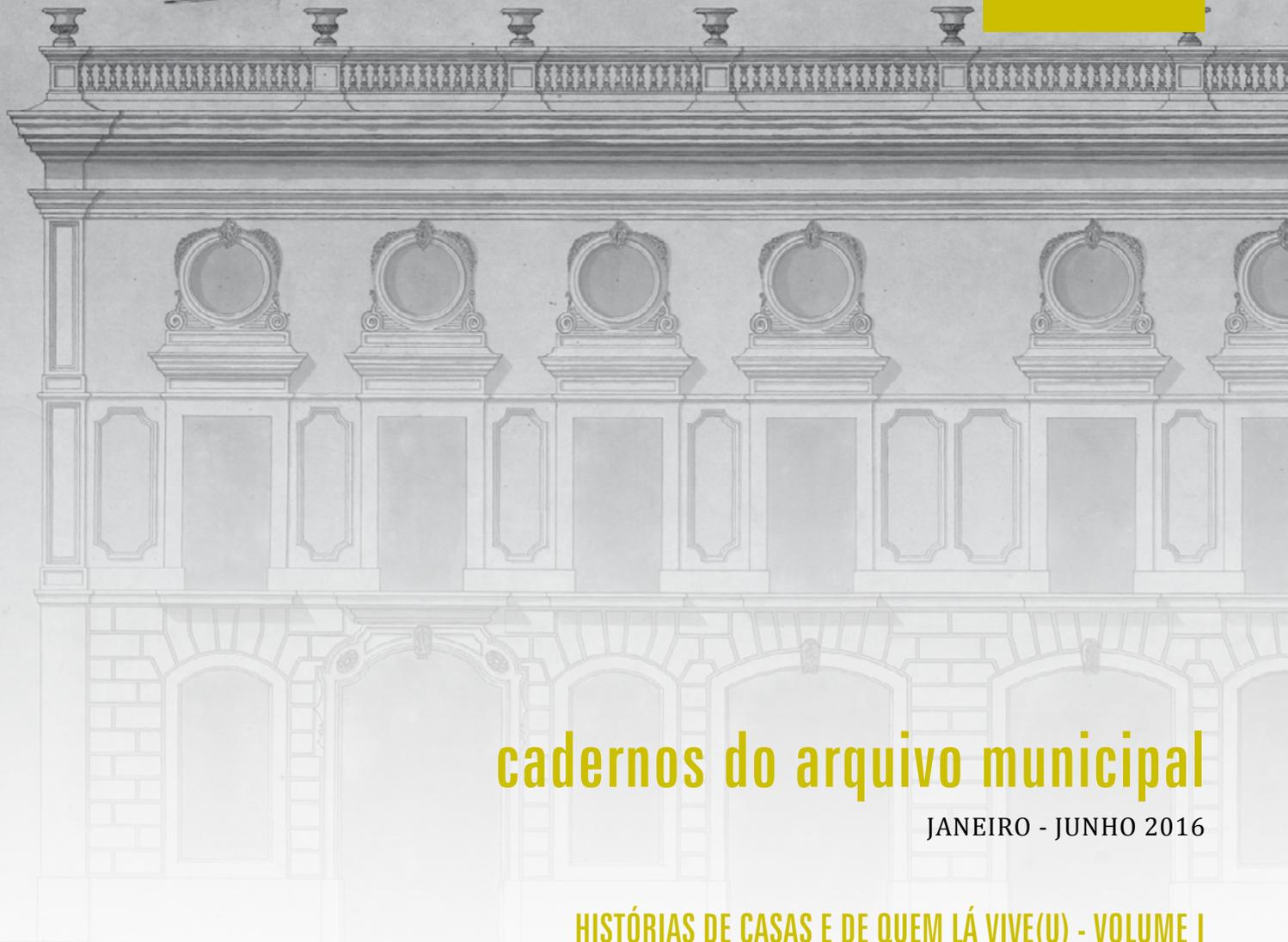
Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SHERPA/RoMEO

N.º 233

Edificação do Registo de Propriedade sita no Largo do San-
torcente n.º 11, freguesia de S. Martinho

SÉRIE II
NÚMERO 5



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2016

HISTÓRIAS DE CASAS E DE QUEM LÁ VIVE(U) - VOLUME I

coordenação Raquel Henriques da Silva

Comissão Externa de Avaliadores

Adélia Maria Caldas Carreira (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Amílcar de Gil e Pires (CIAUD-Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa; Portugal)

Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro (DINÂMIA'CET-IUL-Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)

Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva (Faculdade de Direito, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Ana Patrícia Rodrigues Alho (ARTIS-IHA- Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

António Adriano Ascensão Pires Ventura (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

António Henrique Rodrigues Miranda (Câmara Municipal de Lisboa; IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

António Manuel de Almeida Camões Gouveia (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Carlos Guardado da Silva (Arquivo Municipal de Torres Vedras; Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Clara Maria Martins de Moura Soares (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Daniel Ribeiro Alves (IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Deolinda Maria da Ressurreição Folgado (IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Emília Isabel Mayer Godinho Mendonça (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Flávio Borda d'Água (Université de Genève, Institut et Musée Voltaire; Suíça)

Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Escola das Artes, Universidade Católica; Portugal)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Helena Silva Barranha Gomes (CERIS-Instituto de Investigação e Inovação em Engenharia Civil para a Sustentabilidade, Instituto Superior Técnico e Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Joana Esteves da Cunha Leal (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

João Gouveia Monteiro (CHSC-Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra e Departamento de História, Universidade de Coimbra; Portugal)

João dos Santos Ramalho Cosme (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

João Rosa Vieira Caldas (CERIS-Instituto de Investigação e Inovação em Engenharia Civil para a Sustentabilidade, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa; Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM- Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Portugal)

José Luis Gómez Barceló (Archivo General de Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta; Espanha)

José Maria Amado Mendes (Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal)

Laurinda Faria Santos Abreu (CIDEHUS-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Escola de Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade de Évora; Portugal)

Luis Salas Almela (Universidad de Córdoba; Espanha)

Luís António Vicente Baptista (CICS.NOVA-Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Luísa d'Orey Capucho Arruda (Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa; Portugal)

Magda de Avelar Pinheiro (CEHCP-Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)

Manuel Morais Villaverde Cabral (Câmara Municipal de Loures; IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Maria Alexandra Saramago Castelo Branco Trindade Gago da Câmara (Universidade Aberta; Portugal)

Maria Augusta Lima Cruz (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Portugal)

Maria Fernanda Olival (CIDEHUS-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora e Departamento de História, Universidade de Évora; Portugal);

Maria Helena Marcelo Ribeiro Santos (Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda; IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Maria João Fontes Pereira Coutinho (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Maria João de Mendonça e Costa Pereira Neto (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Maria José Azevedo Santos (Faculdade de Artes e Humanidades, Universidade de Coimbra; Portugal)

Maria Leonor Garcia da Cruz (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira (CEHCP-Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa; Portugal)

Maria Margarida Teixeira Barradas Calado (Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa; Portugal)

Mário Jorge Lopes Neto Barroca (Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Portugal)

Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (ICS-Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; Portugal)

Nuno Miguel de Morais Pestana Tarouca Camarinhas (Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, Faculdade de Direito, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Nuno de Carvalho Conde Senos (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Paulo César Drumond Braga (Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Portugal)

Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes (IHC-Instituto de História Contemporânea, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues (CHAILA-Centro de História da Arte e Investigação Artística, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora; Portugal)

Pedro António Albuquerque Castro Almeida Cardim (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Pedro Eugénio Dias Ferreira de Almeida Flor (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Rui Jorge Garcia Ramos (CEAU-Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto; Portugal)

Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros (Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Portugal)

Silvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva Ferreira (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Susana Maria Munhá Antunes Calado Varela de Almeida Flor (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Susana Münch Miranda (Leiden University; Países Baixos)

Teresa Maria da Trindade de Campos Coelho (CHAM-Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; Portugal)

Virgolino Ferreira Jorge (Universidade de Évora, Universidade dos Açores; Portugal)

Vitor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal)

Walter Rossa Ferreira da Silva (Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra; Portugal)

Editorial	11
Inês Morais Viegas	
Introdução	13
Maria Raquel Henriques da Silva	
Artigos	
Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício	19
The Estaus Palace, from Royal Guest House to Inquisition Palace and Santo Ofício Court	
Delminda Maria Miguéns Rijo	
A “Herdade de São Roque” do Convento da Trindade de Lisboa. A sua origem e urbanização em 1554-1555 integrada no Bairro Alto e análise de um dos seus lotes, o do Palácio dos Condes de Tomar antiga Hemeroteca Municipal	51
The <i>Herdade de São Roque</i> (Saint Roch’s estate) of the Lisbon Trinity Convent. Its origin and urbanization in 1554-1555 integrated the Bairro Alto and analysis of one of its lots, the Palace of the Counts of Tomar, the former municipal newspapers library	
João Miguel Ferreira Antunes Simões	
O Palácio dos Marquês de Alegrete à Mouraria: do Palácio ausente à memória do sítio	81
The Palace of the Marquises of Alegrete in Mouraria: the absent Palace and the place memory	
Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara / Teresa Campos Coelho	
Palácio do Machadinho – As múltiplas vidas de uma casa	129
Machadinho Palace – the many lives of a house	
Hélia Cristina Tirano Tomás Silva / Tiago Borges Lourenço	
Os palácios dos barões e viscondes de Zambujal em Setúbal e Lisboa	173
The palaces of the barons and viscounts of Zambujal in Setúbal and Lisbon	
Maria João Pereira Coutinho	
O Palácio da Quinta das Águias na Junqueira – Histórias e memórias	211
The Quinta das Águias Palace in Junqueira – Stories and memories	
Ana Cláudia Perez Coelho	
O palácio do marquês de Angeja e o colapso do painel frontal do chafariz d’el rei	235
The palace of the marquis of Angeja and the collapse of the King’s fountain	
António Augusto Salgado de Barros	
Palacete Mendonça: ecletismo, internacionalismo e progresso	265
Mendonça Mansion: eclecticism, internationalism and progress	
Júlia Zurbach Varela	
Documenta	
Nota introdutória	291
Reconhecimento e novo encabeçamento que fez o conde de Vila Flor, copeiro-mor, das casinhas que tem debaixo do postigo do muro do chafariz d’el rei, foreiras e enfatiota ao Senado da Câmara	293
<i>Foros da freguesia de S. João da Praça: processos de aforamentos e reconhecimentos de prazos (1643-1881), f. 1 a 21v.</i>	

Petição do marquês da Fronteira sobre o chão que aforou ao Senado da Câmara defronte da sua porta na Marinha do Sal, junto à Ribeira do peixe	301
<i>Foras da freguesia de S. João da Praça: processos de aforamentos e reconhecimentos de prazos (1536-1877), f. 1 a 5v.</i>	
Petição de D. Isabel Cafaro, viúva do correio-mor do Reino, a solicitar licença para mandar fazer um passadiço das suas casas para outras casas para acomodar a sua família	304
<i>Livro de cordeamentos de 1710-1719, f. 175 a 176v.</i>	
Conde de Aveiras pede licença para demolir umas casas sitas na rua do Regedor e largo de S. Cristóvão para as tornar a fabricar de novo	306
<i>Livro de cordeamentos de 1741-1744, f. 275 a 276v.</i>	
Manuel António de Sampaio Mello e Castro, possuidor de umas casas nobres na travessa da Bica dos Olhos à Boavista, pede licença para obras, por forma a facilitar a passagem pública bem como as carruagens grandes	308
<i>Livro de cordeamentos de 1741-1744, f. 300 a 303v.</i>	
Medição das propriedades de casas e palácios da Ordem Terceira de São Francisco, Misericórdia de Lisboa, duque de Cadaval, Belchior de Araújo Costa, Fernando Leite de Sousa, irmandade do Santíssimo Sacramento, D. Rodrigo António de Noronha, padre Estácio de Almeida, D. José de Lencastre; Beneficiado António Pedro de Carvalho, José António de Oliveira, António Soares de Bulhões, D. Rodrigo António de Noronha e da capela do rei para reedificação após o terramoto de 1755	310
<i>Livro de cópias do tomo das propriedades do Bairro Alto arruinadas pelo terramoto de 1755 e termos de posse dos terrenos do mesmo bairro (1755-1817), f. 3 a 12</i>	
Auto de posse do forte da Ribeira [ou fortim da Ribeira] que trazem de rendas em três divisões Francisco Álvares, Manuel António e António de Araújo	322
<i>Livro das posses que o Senado da Câmara tomou dos chãos da Marinha e fortificações, terrenos adjacentes e propriedades na cidade e seu termo (1767-1775), f. 29</i>	
Medição das casas do duque de Cadaval para reedificação após o terramoto de 1755	323
<i>Livro de cópias do tomo das propriedades do bairro do Castelo arruinadas pelo terramoto de 1755 e termos de posse de terrenos do mesmo bairro (1755-1817), f. 32 a 34</i>	
Medição das casas do conde de Bobadela para reedificação após o terramoto de 1755	324
<i>Livro de cópias do tomo das propriedades do bairro do Castelo arruinadas pelo terramoto de 1755 e termos de posse de terrenos do mesmo bairro (1755-1817), f. 34v. a 36</i>	
<i>Varia</i>	
A casa dos meus avós no bairro de Alvalade: considerações entre o projeto arquitetónico e a vida de uma família	327
My grandparents' house at Alvalade's neighbourhood: considerations between the architectural project and the life of a family	
Diana Lopes Pereira	
Da representação do Mundo: as exposições internacionais e a Expo'98	357
Of World representation: international exhibitions and the Expo'98	
Nuno Gomes Martins	
GENEALOGIAS	385
Os filmes da família de Abílio Nunes dos Santos Jr. (1892-1970) comentados pelo seu filho, Luís Nunes dos Santos vídeo	
Normas	386

Editorial

Inês Morais Viegas

O número 5 da segunda série dos *Cadernos do Arquivo Municipal* assinala a entrada da revista em quatro repositórios/bases de dados internacionais: ERIH PLUS, Diretório LATINDEX, DOAJ e SHERPA/ROMEU. O Arquivo Municipal de Lisboa contribui, deste modo, para promover a disseminação de artigos resultantes de investigação científica, possibilitando o acesso à produção científica nacional e internacional. Disponíveis em *open access*, ou “acesso livre”, podem ser consultados na íntegra em qualquer parte do mundo.

A crescente procura dos *Cadernos* para publicação de artigos foi também uma novidade deste número, uma vez que a elevada submissão de propostas ultrapassou largamente o limite de artigos previstos para edição. Desta forma, decidiu-se estender o tema para o número seguinte, criando assim dois volumes de “Histórias de casas e de quem lá vive(u)”.

Por este e outros motivos, um agradecimento muito especial à Professora Doutora Raquel Henriques da Silva que aceitou coordenar os dois volumes.

À equipa do Arquivo que, apesar das muitas e diversas tarefas que assegura, consegue sempre garantir a complexa gestão a que uma revista científica, com um sistema de arbitragem e de periodicidade semestral que tanto obriga.

Introdução

«Numa comunhão dinâmica entre o homem e a casa, nessa rivalidade dinâmica entre a casa e o universo, estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas. A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico (...).

Mas o complexo realidade-sonho nunca é definitivamente resolvido. Mesmo quando começa a viver humanamente, a casa não perde toda a sua “objectividade”. É preciso analisar melhor como se apresentam, na geometria do sonho, as casas do passado, as casas onde vamos reencontrar, em nossos devaneios, a intimidade do passado».

Gaston Bachelard, *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 2003 (1ª edição francesa: 1957) p. 62; 64.

Raquel Henriques da Silva*

Quando me foi lançado o generoso convite para coordenar o dossier do número 5 dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, o tema “Histórias de casas e de quem lá vive(u)” surgiu-me de imediato. Esta é uma paixão antiga, em termos de investigação e de gosto pessoal: gosto de casas, de as perceber como arquiteturas (marcadas pelos seus respetivos ciclos artísticos e históricos) mas também como lugares de vidas de tempos longos, de gente concreta, numa potente mistura entre História e histórias, entre arte e antropologia. Esta dimensão intensa da “casa” (valorizando a particularidade biográfica de cada uma) é iluminada pelo maravilhoso livro de Gaston Bachelard, citado em epígrafe, que, definitivamente, nos abriu as suas componentes psicológicas, antropológicas e ontológicas, apoiando-se mais na literatura (sobretudo na poesia) do que na história ou na arte. No entanto, o perfil rigoroso dos *Cadernos*, cumprindo todas as determinações atuais de uma revista científica, e exigindo a divulgação de documentação inédita, circunscreveu a reflexão indagante e poética de Bachelard mas, curiosamente, as “casas” tratadas não perderam nada da sua carga aurática, de tal modo são extraordinárias as histórias que foram contendo. E o facto de algumas já não existirem (na verdade apenas três das oito que

* FCSH/NOVA - Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa, Portugal;

Professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de História da Arte. Leciona os seminários do Mestrado em História da Arte do século XIX e é coordenadora científica do Mestrado em Museologia. Autora de estudos de investigação e divulgação nas áreas do urbanismo e arquitetura (século XIX-XX), artes plásticas e museologia. Comissária de exposições de arte.

Endereço eletrónico: raquelhs10@gmail.com

integram este número) e outras terem sido profundamente alteradas, não enfraquece, antes pelo contrário, a sua comovente carga memorial.

O número de artigos recebidos manifesta também quanto a minha paixão por casas e as suas histórias é amplamente partilhada. Tendo em conta que a qualidade foi similar à quantidade, a qualificadíssima equipa que produz a revista propôs-me (e eu aceitei naturalmente) realizarmos dois números sucessivos sob o mesmo tema, deixando para o número 6 os artigos que abordam as casas e as suas vivências.

A potência do tema permite que o dossier possua uma inquestionável unidade e uma inesperada dimensão globalizante, uma vez que os oito artigos percorrem uma longuíssima cronologia que começa nos *Estaus* do Rossio de Lisboa, de matriz medieval, e chega ao início do século XX nos arrabaldes de Lisboa a tornarem-se cidade, mercê do plano urbanístico de Frederico Ressano Garcia. No entanto, a maioria dos casos tratados permite um desenrolar longo do tempo porque, como sabemos, as casas duram mais do que nós, e depois de mortas, nem sempre são enterradas, deixando restos expressivos que se integram noutras casas. Intrincado é também o seu nascimento: maioritariamente, as casas estudadas, mesmo quando são palácios, raramente nasceram num momento preciso, antes foram nascendo e crescendo, alterando-se de modo orgânico, ora integrando casas anteriores, ora deixando cair partes de si mesmas.

Tendo em conta o rigor informativo e a clareza de escrita dos resumos de cada um dos temas tratados, seria meramente tautológico repeti-los ou sintetizá-los nesta introdução global. Prefiro continuar a pensá-los em conjunto, salientando algumas questões comuns: além da já referida impossibilidade de encontrar o momento preciso (ou significativo) de um nascimento, gostaria de destacar, quanto - nos *Estaus*, ao Rossio; na “Herdade de S. Roque” que viria a ser o Palácio dos Condes de Tomar, no limite do Bairro Alto; de algum modo também no Palácio Angeja, incrustado por cima do Chafariz d’El-Rei – o destino das casas aparece ligado às fronteiras muralhadas da cidade antiga, beneficiando mas também provocando as dinâmicas do crescimento. Outras (os palácios dos Marqueses do Alegrete, do Zambujal em Lisboa e do Machadinho) inseridas em firmes territórios urbanos de expansão, afirmam-se em determinado momento, pela já referida capacidade de agregar construções anteriores, impondo uma normalização arquitetónica e/ou funcional que, embora potente, nem sempre perdurou. Muito diverso, é a vida mais clara dos dois palacetes inscritos em lotes amplos e ajardinados, transportando a memória da casa de campo ou do palácio suburbano. É o que acontece com o Palácio da Quinta das Águias, na zona nobre da Junqueira setecentista, e com o Palacete Mendonça, a meio caminho entre o desejo de ampliar a cidade, sobre o troço da Estrada de Circunvalação nos limites da freguesia de S. Sebastião, e a vizinhança prestigiada do Palácio de Palhavã. Só nestes dois casos, os mais tardios da cronologia tratada, as casas têm certidão de nascimento, encomendador e arquiteto, gerando uma clareza imagética que chegou quase intacta até nós e que, esperemos, seja futuramente respeitada.

Há outro traço comum a todos os artigos, sem dúvida o mais importante, considerando os objetivos da revista: a quantidade e qualidade da documentação inédita revelada. Tendo em conta a complexidade orgânica das casas em presença, nem sempre essa documentação é totalmente esclarecedora, no sentido de permitir a certeza

da narrativa histórica. Mas abre hipóteses, integra dúvidas através de formulação de outras, absorvendo as bibliografias existentes com as novas pistas reveladas pela documentação. Situamo-nos então no território mais gratificante para o historiador: produzir conhecimento, assumindo quanto ele contém zonas de obscuridade que não de estimular outros historiadores.

Não seria justo destacar nenhum artigo em particular, tendo em conta, como venho a dizer, que praticamente todos levantam questões relevantes. Mas não posso deixar de referir o modo como Delminda Rijo nos dá a ver, quase cinematograficamente, “o complexo eclesiástico de tipo judicial e administrativo” montado pela Inquisição e que teve sede no Palácio dos Estaus “ao longo de quatro séculos”. Que o lugar do edifício, e talvez algumas das suas pedras, seja hoje o Teatro Nacional com que Almeida Garrett desejava criar um povo de cidadãos é uma espécie de redenção daquele sítio antiquíssimo de Lisboa. Saber a história passada, e os meandros da estrutura logística que ali funcionou ao serviço de uma Igreja ameaçadora, torna, creio eu, essa redenção um sentimento partilhado que nos alarga o desempenho como cidadãos.

Também o artigo de João M. Simões, analisa com rigor o modo como o atual palácio dos Condes de Tomar, na rua de S. Pedro de Alcântara, reconfigurou “uma pluralidade” de edifícios e de funções que é possível inventariar através, por exemplo, das épocas sucessivas dos azulejos. O autor designa-o, e muito bem, como uma espécie de “cofre arquitetónico” e, nesse palimpsesto que consegue ir decifrando (casas como esta são na verdade sítios arqueológicos) revela-nos também recentes aposentos oitocentistas cujos valores de uso podem e devem ser preservados na nova vida que o edifício irá em breve conhecer.

Tempo longo, sobreposições, ruínas e falhados renascimentos, envolvem o caso paradigmático do Palácio dos Marqueses de Alegrete à Mouraria. As autoras, M. Alexandra Gago da Câmara e Teresa Campos Coelho, homenageiam o grande olisipógrafo Vieira da Silva que escreveu uma sólida monografia da casa, pouco depois de ser demolida, no início do ciclo traumático das alterações do Martim Moniz e envolvente, no início dos anos quarenta. Mas em relação ao período mais brilhante da Casa, nos finais do século XVII, abrem pistas pertinentes (mas ainda sem resposta possível) para encontrar o arquiteto da obra, utilizando estudos recentes sobre as dinâmicas e os atores da cena arquitetónica portuguesa de então.

Dúvidas propulsoras da continuação dos estudos surgem também a propósito do Palácio do Machadinho, no artigo de Hélia Silva e Tiago Lourenço. Não deixa de ser extraordinário o modo como casas desta dimensão resistem a contar-nos toda a sua história, numa época (o final do século XVIII) em que a documentação é já muito abundante. Os autores investigaram a ocupação anterior que teria talvez já uma dimensão palaciana mas quer então, quer a partir do momento em que surge José Machado Pinto (que dará nome à casa) “desconhece-se planta, projecto e âmbito das transformações”. Não menos interessantes são as sobrevidas posteriores da Casa que hoje alberga importantes serviços patrimoniais da Câmara Municipal de Lisboa e tem incerto futuro anunciado. Mas antes disso, em meados do século XIX, o palácio chegou a ser “uma verdadeira «ilha» onde se acolhiam cerca de uma centena de pessoas”. Quantas histórias, quantos corpos uma Casa é capaz de absorver!

Que o corpo das casas é motivo de zanga e de prolongados confrontos, prova-o bem o interessante artigo de António Salgado de Barros, a propósito do prolongado litígio que o poderoso Marquês de Angeja manteve com o Senado de Lisboa nos finais do século XVIII. A edificação estava, como já atrás referi, instalada sobre o chafariz d'El-Rei e, face ao desmoronamento do seu espaldar, ela foi profundamente afetada. O processo dá-nos a ver o funcionamento técnico dos serviços competentes do Senado, confirmando o que sabemos do seu rigor e pertinência. O Marquês não ganhou e a sua Casa não sobreviveu, embora talvez algo dela permaneça no edifício eclético que lhe deu lugar um século mais tarde.

Este percurso por histórias meio apagadas, cuja decifração nunca é integral termina na clareza projetual do palacete Mendonça, da autoria de Miguel Ventura Terra. O que a autora, Júlia Varela traz de novo é a valorização de um dos “ângulos” do “triângulo” que envolve o nascimento de uma Casa: entre o sítio, o arquiteto e o encomendador, ela detém-se no último, Henrique Mendonça, um dos promotores da cultura de café e cacau em S. Tomé, utilizando tecnologias e modos de produção de absoluta modernidade internacional. Algo dessa paixão pelo desenvolvimento terá passado para a sua Casa, tanto mais que era largamente partilhada pelo arquiteto escolhido.

O que proponho aos leitores que também amam as casas é que completem este número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* com uma visita aos corpos ainda existentes destas Casas ou aos sítios em que as demolidas existiram. E que os mesmos ou outros investigadores continuem a manejar a documentação para rememoriarmos, vezes sem conta, estas histórias infundáveis.

Entre os artigos recebidos, houve um deles que, por sugestão do Conselho Editorial, acabou por integrar a secção *Varia*, tendo em conta o facto de ser escrito na primeira pessoa: a autora Diana Pereira evoca a casa de seus avós no Bairro de Alvalade e é outra dimensão de falar de uma casa, mais poética e testemunhal que, na minha opinião, enriquece o memorialismo pretendido. O mesmo acontece com o vídeo “Traços da vida privada” de Luís Nunes dos Santos que comenta os filmes da sua família. *As casas e quem lá vive(u)* têm também esta dimensão afetiva que exijo ao meu trabalho, tal como procuro imprimi-la na minha vida. Foi extraordinário que tantos e tão diversos autores aderissem ao mesmo repto, e desde logo a excecional equipa (pelo saber, pelo profissionalismo e pelo empenho) do Conselho Editorial a quem devemos também a organização succulenta da secção *Documenta*. Assim agradeço à Ana Teresa Brito, à Aurora Santos, à Sandra Pires, à Sara Loureiro, à Susana Madeira e à coordenadora do referido Conselho, Marta Gomes: este número dos *Cadernos* é, em primeiro lugar, vosso. Resta-me apenas referir o segundo artigo da *Varia* que sai do âmbito temático deste número dos *Cadernos* mas que é um notável estudo de Nuno Gomes Martins dedicado à Expo 98 e aos seus amplos contextos nacionais e internacionais.

Agradeço finalmente a generosidade e competência dos revisores dos artigos que permitiram o seu aperfeiçoamento em relação à primeira versão apresentada.

Carcavelos, 19 de maio de 2016

Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício

The Estaus Palace, from Royal Guest House to Inquisition Palace and Santo Ofício Court

Delminda Maria Miguéns Rijo*
submissão/submission: 01/02/2016
aceitação/approval: 14/03/2016

RESUMO

Erigido na frente norte do terreiro do Rossio, encostado à muralha fernandina, o palácio dos Estaus evoluiu no decurso de quase quatro séculos de existência de uma construção dimensionada para acolher embaixadores estrangeiros, fidalgos e episodicamente a Corte, para um complexo eclesiástico de tipo judicial e administrativo.

Elevado a sede da Inquisição de Lisboa, foi organizado em estruturas administrativas, prisionais, habitacionais e outros anexos num conjunto que desde a fundação se evidenciou na imagem urbana de Lisboa, não só pela robustez de quase baluarte, como pelo poderoso simbolismo que atravessou toda a Modernidade. Destruído pelo terramoto, de novo erigido e de permeio a várias identidades, no seu culminar, das cinzas nasceu outro palácio, desta feita, um símbolo da cultura, o teatro D. Maria II.

*CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” / Universidade do Minho e Universidade do Porto; Portugal.

Mestre em História Moderna e dos Descobrimientos pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, pós graduada em História e Urbanismo de Lisboa pela UAL, licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Técnica Superior na Câmara Municipal de Lisboa, investigadora do CITCEM das Universidades do Minho e Porto.

Correio eletrónico: delminda.rijo@cm-lisboa.pt

PALAVRAS-CHAVE

Palácio dos Estaus / Conselho Geral do Santo Ofício / Inquisição / Rol de confessados / População

ABSTRACT

Erected on the northern front of the Rossio square, leaning against the Fernandina Wall, the Palace of Estaus evolved over the course of its nearly four centuries of existence, as a construction scaled from being able to accommodate foreign ambassadors, nobles and sometimes the court, to an ecclesiastical complex of judicial and administrative status.

Having been elevated as the headquarters of the Inquisition of Lisbon, it was organized in several structures, such as administrative, prison, housing and others, on a whole that from its foundation was evident in the urban image of Lisbon, not only for its fortress resembling robustness, but also for its powerful symbolism that crossed all of the Modern Age. Destroyed by the earthquake, rebuilt, between multiple identities, in its culmination, was born from the ashes another palace, this time, a symbol of culture, the Teatro D. Maria II.

KEYWORDS

Estaus palace / General Council of Inquisition / Lisbon Inquisition / Parish records / Population



I. O PAÇO DOS ESTAUS: DESEMPENHO E VIDA ÚTIL

Empreendemos neste artigo “visitar” o palácio dos Estaus na sua pluralidade histórica, arquitetónica, institucional e social, com maior enfoque no período em que foi a sede da Inquisição de Lisboa e tribunal do Santo Ofício, entre as intervenções arquitetónicas de inícios do séc. XVII e o terramoto de 1755.

A afirmação como cabeça de Reino e o conseqüente prolongamento das estadias da Corte em Lisboa, que tinha ao dispor os paços régios, sobretudo o da Alcáçova e o de a Par-de-São-Martinho, tornaram premente a presença de um palácio para a hospedagem de nobres e dignidades estrangeiras em deslocação à cidade.

A aposentadoria de embaixadores estrangeiros e fidalgos era assegurada pelos moradores, constituindo um pesado fardo para a população de Lisboa. Remonta ao reinado de D. Fernando a representação dos regedores

da cidade de “q continoadamente e muy a meudo alguas outras pessoas poderosas dos nossos Regnos se vam p^a a dita çidade cõ suas gentes, e estam hi gram parte do ano, e lhes pousam, e tomã suas roupas”¹. O rei ordena ao corregedor e juizes a 21 de abril de 1383 a rigorosa observância de “q nõ consentam a nenhua pessoa, de qual quer estado e condiçom q seja q posem cõ os ditos homees boõs, ne lhes tome suas rroupas ne outra nenhua cousa do seu contra suas voontades”². Esta disposição foi confirmada por D. João I, que precavendo a contingência de os nobres chegados à cidade não terem casas adequadas à sua condição para pousarem, ordenou ao Senado que mandasse fazer “albergues honrrados e que possam sem vergonça pousar os que veerem aa dita cidade por seus dinheiros”³.

Medidas que não tiveram continuidade pelo que a questão persistiu até ao reinado de D. Duarte, que a 8 de abril de 1434 estabeleceu por carta régia uma consignação anual para a obra do Estau⁴. As reclamações dos povos continuaram e o pedido de retirada das aposentadorias chegou às Cortes de 1439. A verba foi então aumentada pelo infante D. Pedro, regente do reino na menoridade de D. Afonso V por carta régia de 9 de junho de 1439⁵.

Foi edificado num espaço amplo, a norte do terreiro do Rossio, junto à cerca fernandina, compondo com outras estruturas e habitações circunvizinhas, como o paço do conde de Ourém, o enquadramento urbano ainda disperso. Avultava o centenário convento de S. Domingos (1241-42), faltando ainda alguns anos para a construção do outro magnífico edifício do Rossio, o Hospital Real de Todos os Santos (1492-1504). A sul, no exterior da cerca, localizavam-se as cavaliças d’el rei, que complementavam a função dos Estaus, aí se recolhendo os animais de cela dos viajantes e suas comitivas. Deram nome à porta ou postigo situado nesse ponto da muralha. Estrutura que foi também designada de estrebaria dos Estaus conforme ficou expresso num alvará régio de 1516 ordenando a Afonso Monteiro que mandasse arranjar os arreios e o mais necessário⁶.

O palácio dos Estaus foi provisoriamente inaugurado em agosto de 1451 para receber a embaixada do imperador Frederico III aquando das diligências do casamento com a infanta D. Leonor, filha de D. Duarte e irmã de Afonso V, aí permanecendo até meados de outubro. As obras estariam dadas como concluídas em 1456, pois já recebia outras importantes comitivas⁷.

¹ MACEDO, Luiz – Uma curiosa descrição do palácio da Regência em 1836. *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º6 (1932), p. 7.

² Idem, *ibidem*, p. 5.

³ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁴ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 2.º de D. Duarte e D. Afonso V*, f. 16. Carta régia de 9 de junho de 1439 que eleva para oito contos de libras a consignação anual relativa a carta régia de 8 de abril de 1434 a despender nas obras do paço do Estau.

⁵ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typ. Universal, 1887. 1.ª parte, tomo I, p. 320.

⁶ Arquivo Nacional/Torre do Tombo (IAN/TT) - *Corpo Cronológico*, parte I, mc. 20, n.º 30.

⁷ *Diário Ilustrado*. Lisboa: Impr. de Souza Neves, 1880.

O seu desenho é marcante nas gravuras da época, invocando uma fortaleza. A frontaria sul estava inclinada para o Rossio, com sete janelas de sacada e destacava-se um corpo central, com andar térreo e outro nobre, entremeadado por um grande portal na fachada lateral inclinada para S. Domingos. Era flanqueado por dois pavilhões salientes mais elevados, de dois andares, ajanelados e rematados em telhados piramidais⁸. Era virado a ocidente para um beco e a norte confinava com a muralha.

Desequilibrando a grandeza do edifício, na sua trajetória passava um rego descoberto, que dos Estaus ia para a Caldeiraria. Visando a sua resolução, D. Afonso V autorizara o concelho a aforar o terreno⁹, voltando a alertar o Senado dez anos depois, em 1471, a fim de se dar solução à situação incómoda. Após escassos meses, foi aforada uma parcela de terreno para edificação de umas casas, com a condição do foreiro construir um cano abobadado sobre a valeta¹⁰.



Figura 1 Paço dos Estaus no Rossio. Desenho à pena de Júlio de Castilho, decalcado da vista *Olissipo* de J. Braunio. AML, José Artur Leitão Bárcia, PT/AMLSB/ BAR/000908.

Cota: A7501; BAR000908

⁸ *Archivo pittoresco: semanário ilustrado*. Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1863. p. 33.

⁹ AML, *Livro dos pregos*, doc. 399, f. 278v.

¹⁰ AML, *Livro 1º de empraçamentos*, doc. 17, de 13-01-1472.

A implantação dos Estaus suscitou na envolvente outros melhoramentos urbanísticos, estando o Rossio, junto aos Estaus, a ser calcetado em 1484, que acabou por ser embargada, ordenando D. João II a interrupção da obra¹¹.

O edifício era admirado por nacionais e estrangeiros. O fidalgo polaco Nicolau de Papelau aludiu em 1486, que entre as cidades da Europa que conhecia teria dificuldade em encontrar uma pousada como a do Rossio¹². Outros autores contemporâneos admiraram a sua grandeza, Damião de Góis, em 1554, considerou-o um dos sete edifícios mais belos de Lisboa e Duarte de Sande, em 1584, descreveu-o como um palácio sumptuosíssimo, com jardins ameníssimos e uma cavalaria real¹³.

Existem poucos elementos de como seria o interior do palácio nesta fase, dando conta de alguns pormenores uma carta de D. Manuel, de 1520, ordenando obras de beneficiação. Localiza uma sala grande entre as duas torres, na qual mandou rasgar janelas e portas, estando o pátio central envolto por varandas que deveriam ser ladrilhadas de “ladrilho grande e grosso de alvenaria”¹⁴. Esta campanha de obras envolveu diversas intervenções no paço¹⁵, com participação de vários pedreiros, carpinteiros e outros artesãos. O mestre-de-obras do rei avaliou e mandou passar certidão a 7 de julho de 1519 do trabalho dos pedreiros Fernando Serra e Tomé Gonçalves¹⁶. Um documento de 17 de janeiro de 1521 deu conta da obra realizada na torre dos Estaus, do lado do Valverde, pelos pedreiros Brás Martins e Francisco Esteves¹⁷. Na mesma ocasião foram também refeitas as manjedouras na estrebaria dos Estaus¹⁸ e construídas duas casas¹⁹, arcos no interior e uma casa do estribeiro da rainha²⁰. Inclui ainda um certificado de medição do medidor das obras de Lisboa, Pedro Luís, acerca das paredes e outras obras feitas sobre o cano dos Estaus²¹, aberto e sujo, conforme fora ordenado à câmara que o mandasse cobrir²².

Cumpriu a sua função de hospedagem e ocasionalmente de paço real, acabando por ser cedido no reinado de D. João III para algumas sessões do tribunal do Santo Ofício que ainda sem sede fixa, lhe ocupou algumas salas

¹¹ AML, *Livro 2º de D. João II*, f. 28 e 28v.

¹² PINTO, Maria do Carmo Teixeira - Um palácio no Rossio: ciclos de vida: séculos XV a XIX. In COLÓQUIO TEMÁTICO O MUNICÍPIO DE LISBOA E A DINÂMICA URBANA, 1, Lisboa, 1995 – *Colóquio temático o município de Lisboa e a dinâmica urbana*. Lisboa: Câmara Municipal, 1995. p. 165.

¹³ Idem, *ibidem*, pág. 166. ref. Arquivo Alfacinha, dir. Francisco Câncio, Lisboa, 1953. v. I, cad. VII, p. 17.

¹⁴ Dicionário de história de Lisboa, p. 363 cit. Júlio de Castilho, *Lisboa antiga, bairros orientais...* referindo as obras ordenadas por D. Manuel ao almoxarife Afonso Monteiro.

¹⁵ IAN/TT, Coleção de Cartas, *Núcleo Antigo*, 879, nº 68.

¹⁶ Idem, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 83, nº 16.

¹⁷ Idem, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 93, nº 136.

¹⁸ Idem, *ibidem*, parte II, mç. 93, nº 138.

¹⁹ IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, mç. 94, nº 118.

²⁰ Idem, *ibidem*, mç. 94, nº 65.

²¹ Idem, *ibidem*, mç. 95, nº 122.

²² AML, *Livro 4º de D. Manuel I*, doc. 123, f. 149 e 149v.

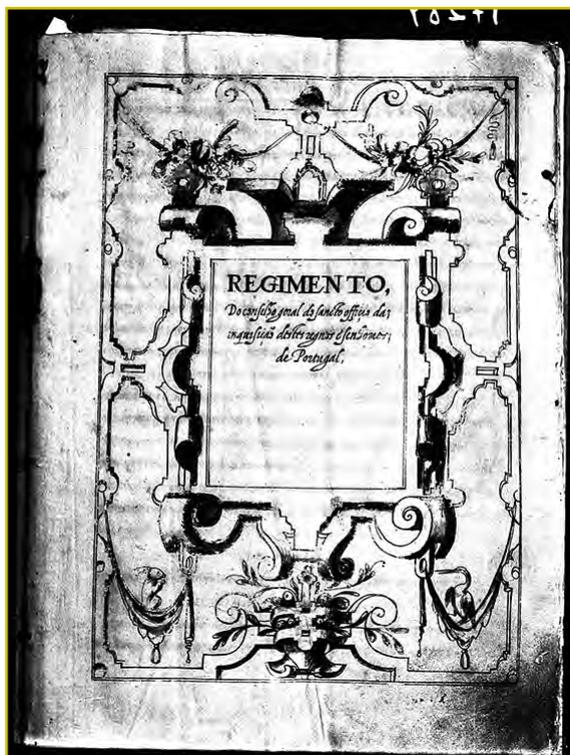


Figura 2 Página do regimento do Conselho Geral do Santo Offício da Inquisição destes reinos defensores de Portugal. AML, Eduardo Alexandre Cunha, PT/AMLSB/ACU/000817
Cota: ACU000817; A19232

em 1537. Esta itinerância levou o tribunal a realizar as sessões noutros espaços da cidade, nomeadamente nos conventos da Trindade, de S. Domingos, em casas de inquisidores e até em prisões²³.

O regimento da Inquisição de 1552 contém referências à permanência do Conselho Geral do Santo Offício no palácio dos Estaus, embora não lhe fixasse aí a sede. Ainda antes de 1567 Damião de Góis, na *Crónica d'el Rei D. Manuel* refere que “assentou-se a Inquisição nos Estãos, e fez-se cárcere para os culpados”²⁴ criando-se assim algumas condições para o seu funcionamento. Esta só seria oficializada por iniciativa do cardeal D. Henrique, a 14 de julho de 1569, tomando os conselheiros deputados posse solene no castelo, pois a rainha viúva D. Catarina aguardava a conclusão das obras no paço real da Ribeira, só cedendo os Estaus a partir de 1570²⁵.

Foi morosa a adaptação do palácio a tribunal e prisão, culminando em consideráveis ampliações para norte, para lá da cerca fernandina. As primeiras obras para a instalação de todos os inquisidores e oficiais acrescentaram-

²³ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário de história de Lisboa*, Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 361.

²⁴ MACEDO, Luiz – Uma curiosa descrição do palácio da Regência em 1836. *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*. Lisboa: Câmara Municipal Nº 6 (1932), p. 8.

²⁵ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário de história de Lisboa*, Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 362.

-lhe alguns aposentos, alguns nos altos das varandas de cima junto à torre do lado do Rossio. Em 1578 foram-lhe acrescentadas mais acomodações para oficiais, o porteiro do Conselho Geral, dois homens do meirinho e o guarda. Em 1593 os inquisidores propuseram novo aumento dos cárceres, pedindo a apresentação de projetos a Fillipo Terzi e a Nicolau de Frias, cujo desenho, maioritariamente dos interiores, acabou por ser o escolhido, embora com alterações sugeridas por Terzi.

Para a concretização da obra era necessário o alargamento para a via pública em 24 palmos. Tratando-se de uma rua de pouco movimento, os 45 palmos de largura sobrantes foram considerados suficientes para a circulação das pessoas, sendo a cedência confirmada pela Câmara em 1608²⁶.

O edifício foi ampliado para norte, ocupando parte da rua dos Estaus e terrenos do exterior da cerca, incorporando na construção uma parcela da muralha da cidade. Esta grande intervenção foi morosa, mas redimensionou consideravelmente o edifício, atuando ao nível das fachadas, com inclusão de estruturas de suporte como cozinhas, despensas, latrinas, elementos de circulação interior mais eficazes, como portas e corredores, e melhorou o sistema de vigilância dos cárceres.

Com a nomeação de D. Pedro de Castilho para inquisidor geral do reino em 1609, o palácio ficou mais estreitamente adequado à função institucional de tribunal e prisão, passando a conter os componentes mais necessários à sua operacionalização, desde os administrativos, a cárceres diversificados e alojamento para inquisidores, funcionários e criados. Nesta campanha de obras, além da grande remodelação dos aposentos do inquisidor geral, foram acrescentadas as dependências e habitação dos cárceres da penitência.

Frei António Brandão apelidou na *Monarchia Lusitana* de “casas mui grandiosas” os anexos construídos para satisfazer as necessidades do Santo Ofício. Mas as modificações e acrescentamentos no palácio prosseguiram pontualmente. Em 1618 os inquisidores fizeram uma petição para comprar um chão e horta junto aos cárceres secretos, até então propriedade de Baltasar da Moita²⁷.

As intervenções realizadas até 1634 ficaram modeladas nas plantas desenhadas pelo arquiteto das inquisições do reino, Mateus do Couto, no *Livro das plantas dos palácios das Inquisições do Reino*. E será a partir desse esboço do palácio que percorreremos salas, cárceres, aposentos e atravessaremos corredores e portas²⁸, sempre que ao longo do estudo for oportuno situar os protagonistas no espaço, dos presos aos inquisidores, aos oficiais, criados e escravos.

²⁶ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typ. Universal, 1887. 1ª parte, tomo II, p. 174-175. OLIVEIRA - *Elementos para a história ...* tomo II, p. 174-175. Capítulo da carta régia de 30 de junho de 1608 – Confirma a cedência que a Câmara fizera ao bispo inquisidor geral da parte da rua que ficava junto ao paço dos Estaus onde estava o tribunal da Inquisição.

²⁷ Livro de correspondência do Desembargo do Paço [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2016. f. 65. Carta régia de 15 de março de 1618. [Consult. 11.01.2016]. Disponível na Internet: <http://legislaaoegia.parlamento.pt/V/1/1/19/p307>.

²⁸ Consultar: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318907>.

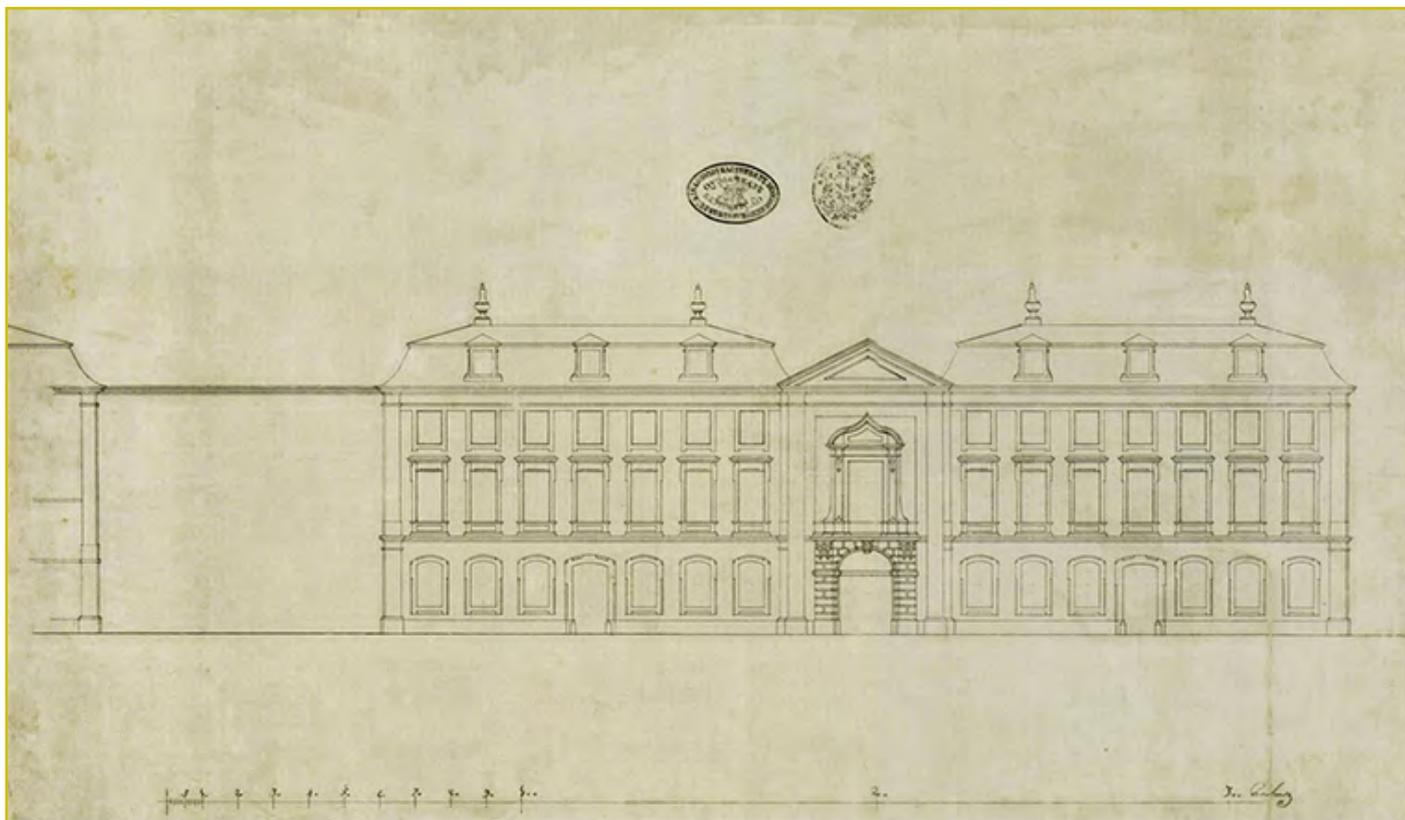


Figura 3 Cartulário de plantas e edifício da nova cidade depois do terramoto de 1755. Alçado do lado meridional do Rossio, desenho.

Cota: AML, *Cartulário pombalino*, doc. 65

Depois desta representação, outras alterações arquitetónicas modificaram o traçado e a própria área envolvente. Numa petição de 1671 o duque inquisidor projetava a construção na rua que ia da Inquisição para as Escolas Gerais, junto ao palácio, de uma cocheira para uma carroça. Necessitava para isso de uma vara do chão na frontaria das casas, alegando que não tirava o cordeamento da rua, o que foi autorizado pelo Senado²⁹.

O terramoto de 1 de novembro de 1755 arrasou o palácio da Inquisição e grande parte do edificado da envolvente, nomeadamente o Senado, convento de S. Domingos, Hospital Real, paço do Rossio, palácio Cadaval. Mas o tribunal não cessou e mandou construir no Rossio uma acomodação interina de madeira enquanto se reedificava o antigo tribunal³⁰.

²⁹ AML, *Livro 2º de consultas e decretos de D. Pedro II*, f. 52 a 53v.

³⁰ CASTRO, João Baustista de - *Mappa de Portugal*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

Antes de iniciarem as obras de reconstrução, a *Décima da Cidade* de 1762 dá a indicação de que os três primeiros edifícios do lado esquerdo da rua da Inquisição, descritos como lojas, primeiro andar e cocheira pertenciam ao palácio arruinado do Santo Ofício, tendo sido alugados parcelarmente para alojamento de famílias e instalação de lojas de bebidas. Do seu oficialato, apenas o alcaide dos cárceres de então, Anastácio Rodrigues Pereira, permaneceu na rua, no edifício nº 8, onde alugou uma loja e um andar para acolher a sua família, criados e escravos, num total de dez elementos³¹. A ocupação do palácio em ruínas perdurou até ao início das obras de reedificação que terão iniciado em 1770, compreendendo a execução do plano de reconstrução de Lisboa uma profunda modificação da imagem do Rossio.

A praça adquiriu nova forma, a rua da Inquisição desapareceu e o novo palácio incorporou os terrenos do Senado e de D. Baltasar da Silveira, ocupando todo o topo norte do Rossio. O arquiteto Carlos Mardel desenhou um conjunto que harmonizasse com os quarteirões das casas fronteiras entre as ruas Augusta e Áurea, regularizando a frontaria e de modo a que a frente do corpo central do Rossio fizesse simetria com o arco de Bandeira, a sul.

Projetou um edifício principal, com continuação lateral em dois corpos reentrantes, um mais recolhido e o terceiro com frente para a rua do Príncipe. O edifício central tinha duas fachadas principais, uma virada para o Rossio e a outra para o largo do Regedor, composto por lojas, primeiro e segundo andar. O frontispício tinha um grande balcão de pedra de cantaria. Na empena, um frontão triangular com o brasão das armas reais, em cujo vértice assentava a estátua “A Fé calcando a Heresia”, esculpida em mármore por Joaquim Machado de Castro e execução de João José Elveni, Alexandre Gomes, Francisco Leal Garcia e José Joaquim Leitão. Era ladeada por dois grandes vasos de cantaria sobre pilares³².

A grande porta de entrada, ao centro, tinha dois meios portões de ferro. No interior um pátio com uma grande escada de pedra do lado esquerdo. Ao fundo outra entrada similar que dava para a largo do Regedor. Foi embelezado com um jardim, construído sobre abóbadas ao longo do lado ocidental da rua 1^o de Dezembro³³, com lago e composições escultóricas em mármore.

Este foi o palácio escolhido em 1785 pelo embaixador de Espanha, o conde de Fernan Nuñez, D. Carlos José Gutierrez de Los Rios, para a realização das “grandiosas funções e as vistosas luminárias por ocasião dos faustíssimos desposórios de D. João com Carlota Joaquina, então infantes, saindo dali em magnífico aparato e lustroso cortejo para as embaixadas e actos próprios da celebração de tão ditosos vínculos”³⁴.

³¹ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), *Décima da Cidade*, freguesia de Santa Justa, 1792.

³² CHABY, Cláudio – Descrição do palácio do Governo. *Jornal de Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*. Lisboa: Imprensa Régia, 1816. nº XXVI, p. 430.

³³ SILVA, A. Vieira da - *A cerca fernandina de Lisboa*. 2^a ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. vol. I, p. 98.

³⁴ CHABY, Cláudio – Descrição do palácio do Governo. *Jornal de Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*. Lisboa: Imprensa Régia, 1816. nº XXVI, p. 431.



Figura 4 Palácio da Inquisição, 1816. *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémosine Lusitana*. Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), Col. Vieira da Silva. Cota: VS 1382/D2

O conde embaixador ofereceu no palácio dos Estaus uma magnífica ceia e a representação de um drama lírico “Os Desposórios de Hércules e Hebe”, com música de Jerónimo Francisco de Lima. Nos dias 15 e 18 de julho de 1785 realizaram-se celebrações de regozijo pela vinda da princesa espanhola, que incluíram no dia 18 um baile de máscaras com 900 convidados e a construção de aparatos efémeros com decoração da fachada, que cobriram toda a frontaria do corpo central do palácio, da autoria do francês Monsieur Maté³⁵.

³⁵ TEDIM, José Manuel - O triunfo da festa barroca: a troca das princesas. In PEREIRA, João Castel Branco; CORREIA, Ana Paula Rebelo; DIAS, João Carvalho, ed. lit. - *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 202.



Figura 5 A faustíssima e memorável reunião dos illustrísimos membros da Junta Provisional. António Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, c. 1820. Museu de Lisboa (ML). Cota: MC.GRA.1357

Em 1786, um aviso de D. Maria I ordenou a realização das sessões do Senado da Câmara no palácio da Inquisição, o que só viria a concretizar-se em 1792, tendo aí permanecido até 1796³⁶.

No período das invasões francesas a inquisição cedeu algumas salas à regência que substituiu D. João VI e passou a ser conhecido por palácio da regência do reino. Com a ascensão do Liberalismo foi-lhe retirada a simbólica estátua da fé, passando o edifício a sede do governo provisório, criado a 15 de setembro de 1820.

³⁶ MACEDO, Luís Pastor; ARAUJO, Norberto - *As casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1951. p. 124.

A Inquisição foi extinta por decreto de 31 de março de 1821, promulgado pelo governo constitucional liberal, após quase 285 anos de vigência. Foram múltiplos os usos que se seguiram, não perdendo o edifício o cunho do poder com a presença de várias repartições e autoridades. Lá esteve em 1825 a Escola Normal de Ensino Mútuo e a Academia Real de Fortificações, e em 1826 a Escola do Exército. Após a outorga da carta constitucional em 29 de abril de 1826, e durante 1827 e 1828 foi destinado por D. Pedro IV à recém criada Câmara dos Pares do Reino. Em 1829 ali esteve a Intendência da Polícia até 1833. Após a saída desta, veio o Tesouro Público, Secretaria da Fazenda, Comissão de Crédito Público e a Repartição do Papel Selado³⁷.

“Pombal de braço dado com o arquiteto Eugénio dos Santos traçou linhas rectas na praça irregular; assim nasceu o Rossio moderno, com lojas de chapeleiros, de barbeiros, de carpinteiros, de tavernas ou botequins com bebidas”³⁸. De facto, neste período, o palácio da Inquisição além de serviços acolhia em lojas térreas, alguns estabelecimentos comerciais. Do lado do extinto convento de S. Domingos até à esquina da rua do Príncipe, contavam-se uma taberna, a loja de bebidas da Madre de Deus, seguiam-se espaços entaipados com pedra e cal, “com vidraças por cima que sempre estavam fechadas”³⁹. À entrada principal seguia-se uma botica e uma confeitaria. Após o cunhal, o edifício metia para dentro pertencendo as portas seguintes aos escritórios da administração da iluminação da cidade, as duas seguintes pertenciam à repartição das oficinas do papel selado, desde 1827. A porta seguinte dava acesso a um sótão habitado por um antigo funcionário da Inquisição; outro cunhal e outras lojas, de cabeleireiro, um armazém de venda de vinhos. As portas seguintes pertenciam à Junta dos Reais Empréstimos e depois de 1833, Junta do Crédito Público, uma guarita e seis soldados faziam a guarda dessa repartição. Do lado ocidental havia mais lojas, um armazém de aguardentes, e outra de bebidas, conhecida por *Bilhar de dez reis*. Por cima destas lojas havia um parapeito ou muro baixo de cantaria onde estava uma casa de campo ou caramanchão, de cantaria e envidraçada. Era o jardim do Regedor.

A 14 de julho de 1836 um incêndio reduziu-o a cinzas, ficando apenas as paredes-mestras. Por portaria de 28 de outubro de 1836, determinou-se a venda do palácio e a venda do quarteirão norte do palácio incendiado⁴⁰, ficando as ruínas ao abandono por mais de um ano. Em agosto de 1837 a Câmara decidiu pedir ao governo a posse do palácio, apresentando uma proposta de aquisição do que restou do edifício, cedência da frente do edifício queimado, com 204 palmos (c. 45 m), o terreno restante e o jardim do Regedor, incluindo materiais para edificação dos Paços do Concelho; fez e aprovou por decreto de 2 de julho de 1838 a planta, assinada por

³⁷ Idem, *ibidem*.

³⁸ SANTA BÁRBARA, Artur - Ontem e hoje Rossio. *Revista Flama*. Nº 369 (1955), p. 7.

³⁹ ROSA, Francisco Xavier - Relação manuscrita de todos os incêndios ocorridos em Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 6 (1932), p. 9.

⁴⁰ Por decreto de 9 de novembro de 1836.

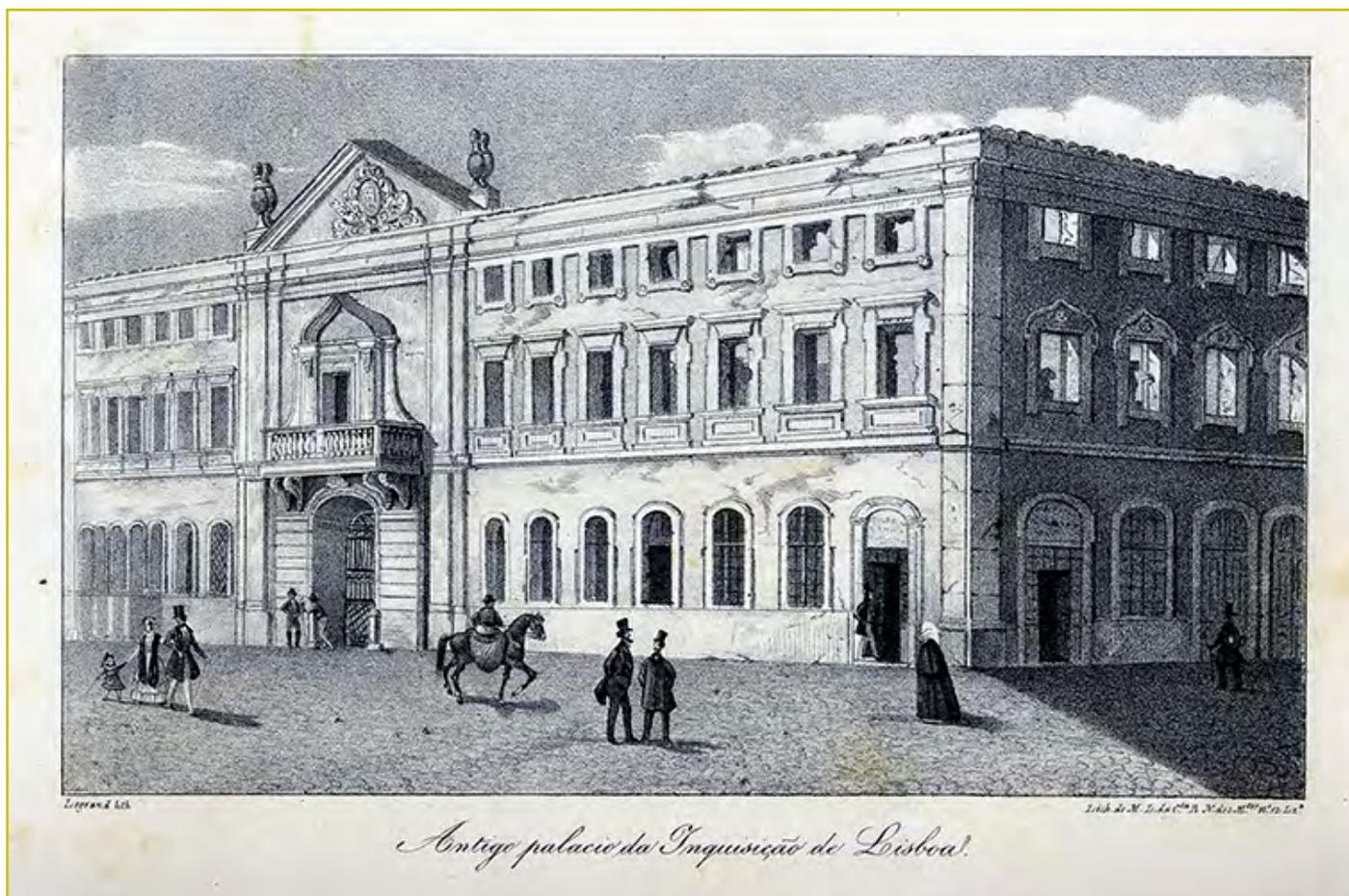


Figura 6 Antigo Palácio da Inquisição de Lisboa. *Universo Pitoresco*, tomo 3, 1844. Coleção Vieira da Silva

Manuel António de Carvalho, para a nova sede dos Paços do Concelho. As Cortes confirmaram a cedência por carta de lei de 6 de maio de 1839. Procedeu-se à demolição dos dois corpos do palácio queimado e do jardim, que ficou concluída em 1840.

Questões financeiras inviabilizaram a sua concretização em Paços do Concelho, vendendo a Câmara os restos do edifício e os terrenos adjacentes em três lotes. No seu lugar foi erigido o Teatro Nacional D. Maria II, inaugurado a 13 de abril de 1846, aproveitando-se para a sua edificação algumas pré-existências do antigo palácio⁴¹.

⁴¹ O *Diário Ilustrado* de 22 de setembro de 1880 noticia que as estátuas do jardim foram transferidas para o reservatório da Mãe de Água das Amoreiras e o portão do palácio para a fábrica de vidros da Marinha Grande.



Figura 7 Teatro de D. Maria II, [19-]. AML, Paulo Guedes, PT/AMLSB/PAG/I00174
Cota: A8976; N7776

II. BREVE HISTÓRIA DA INQUISIÇÃO

Inspirado no tribunal que se revelava de grande eficácia na perseguição e repressão aos cristãos-novos de Castela, D. Manuel iniciou conversações com a Santa Sé para a instituição da Inquisição em Portugal. As negociações culminaram no reinado de D. João III, obtendo do pontífice Clemente VII a bula de criação do tribunal da Inquisição. Por bula de 17 de dezembro de 1531 foi nomeado o seu confessor frei Diogo da Silva, religioso dos Mínimos de S. Francisco de Paula, bispo de Ceuta, inquisidor comissário que pela bula *cum ad nihil magis*, do papa Paulo III, de 23 de maio de 1536, foi elevado a primeiro inquisidor geral, sucedendo-lhe o cardeal D. Henrique⁴².

⁴² OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typografia Universal, 1887. tomo I, p. 442. O primeiro auto-de-fé foi realizado a 20 de setembro de 1540, ficando a pregação a cargo de um religioso agostinho, o padre frei Francisco de Vila Franca. Foi acompanhado pela irmandade do mártir S. Jorge, que debaixo da sua cruz conduziu os 23 penitenciados até ao cadafalso na Ribeira. Procedimento semelhante foi-se reproduzindo até ao último auto-de-fé, realizado a 20 de setembro de 1767.

O palácio dos Estaus foi desde 1571 o edifício sede do Conselho Geral da Inquisição e o tribunal do Santo Ofício. Neste órgão, criado pelo papa Paulo III, recaía a autoridade do inquisidor geral que residia em Lisboa, sendo-lhe subordinadas todas as inquisições do reino⁴³. Nomeava conselheiros e deputados, provia todos os lugares do tribunal e de certo número de deputados do Conselho Geral, secretário, porteiro, solicitador e contínuo. Na sua tarefa era auxiliado por teólogos qualificadores na revisão das obras para qualificação⁴⁴.

A Inquisição atuava inicialmente no âmbito das questões de fé, nos crimes de heresia e apostasia, mas também nos de homicídio e furto, conservando os presos em cárceres públicos que, no caso de Lisboa, era a prisão do castelo⁴⁵. O âmbito de atuação foi-se especializando, passando a atuar, julgar, punir e aplicar penas temporais a questões de fé e de costumes - dissidências na ortodoxia, judaísmo, luteranismo, calvinismo, crimes de bruxaria e feitiçaria e pecados públicos como bigamia e pecado antinatural. O terror que inspirou proveio sobretudo dos instrumentos e técnicas utilizadas nos processos, como o fomento da denúncia⁴⁶, o recurso ao tormento, ao segredo e a ignorância de culpa.

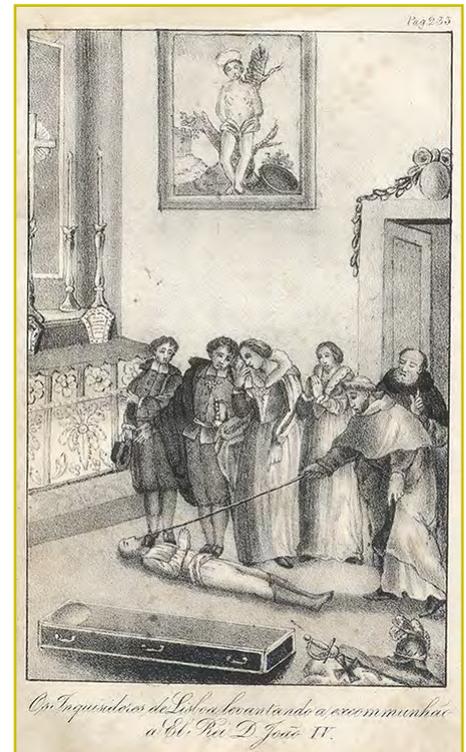


Figura 8 Os inquisidores de Lisboa a levantar a excomunhão a D. João IV, exumado. GEO, Col. Vieira da Silva.

⁴³ MENDONÇA, José Lourenço Domingues de; MOREIRA, António Joaquim - *História dos principais atos e procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980. p. 121 e sgts. Bula de 16 de julho de 1547.

⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁴⁵ *Idem, ibidem*.

⁴⁶ O anonimato da denúncia foi instituído em 1547 e revelou-se um recurso poderoso na forma como coagiu e aterrorizou a população.

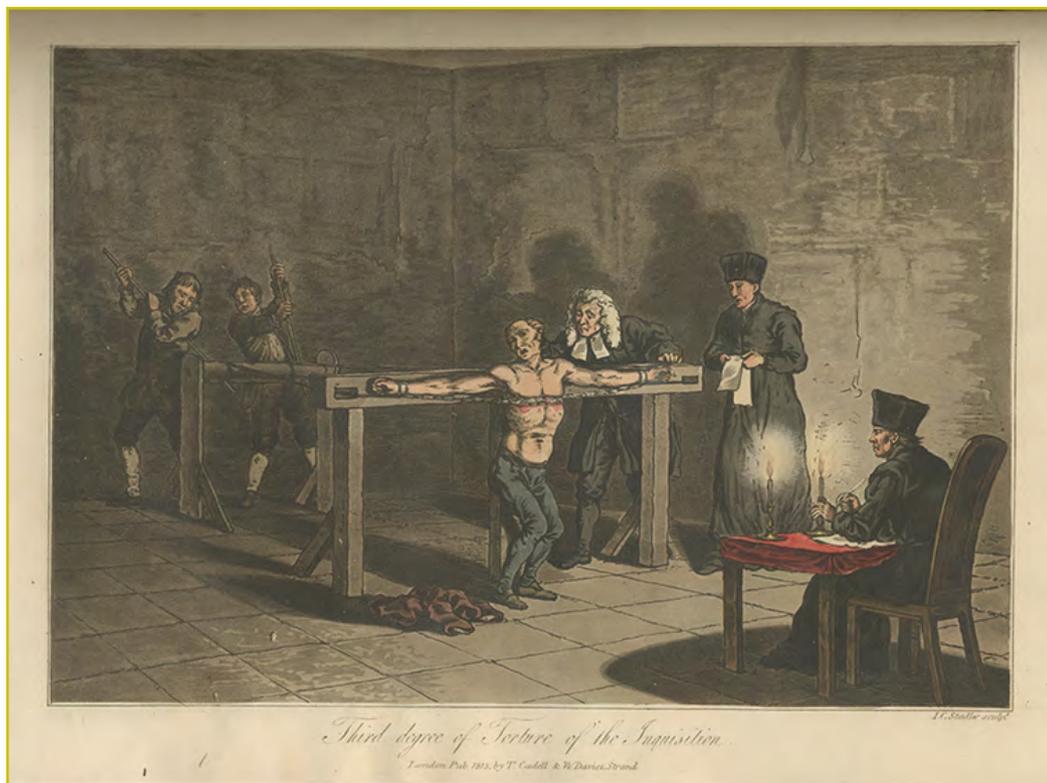


Figura 9 Landmann, George, 1818 - 1.º grau de tortura da inquisição. GEO, Col. Vieira da Silva. Cota: VS 2275/E9

O ingresso na esfera da Inquisição começava com uma denúncia, de heresia ou outro crime contra a fé. Podia ser casual ou no decurso de publicação de um edital de fé. Para a concretizar, o denunciante dirigia-se aos Estaus e era recebido numa das audiências diárias da mesa do despacho.

Iniciava-se o processo, seguido do ato de prisão, com o acusado a ser conduzido pelo corregedor, meirinho e vários familiares do Santo Ofício até ao Rossio. Uma vez aqui, o pátio dos Estaus era a principal porta de entrada na Inquisição. Era ladeado por uma arcada coberta por varandas, que resguardavam os arrumos da madeira para o cadafalso e de serviço dos aposentos do inquisidor-geral. Daqui, o edifício alongava-se para norte. Uma escadaria dava acesso ao andar nobre.

À direita o gabinete do alcaide dos cárceres secretos, que era o primeiro-oficial que se vislumbrava. Competia-lhe receber os presos e fazer o respetivo auto de entrega. Após a revista, retirava os bens, ficando desde logo inibidos de contactar o exterior.

Após a prisão, o acusado pedia audiência ou esperava a chamada. Era então conduzido pelo meirinho dos presos ou familiar do Santo Ofício, à mesa da Inquisição no 2º piso, que era composta por três inquisidores.



Figura 10 Landmann, George, 1818 - 3.º grau de tortura da inquisição. GEO, Col. Vieira da Silva. Cota: VS 2275/E9

A primeira fase do processo incidia sobre os factos de que era acusado e previa três sessões de interrogatório – *Genealogia, In Genere, In Specie*. Escrutinavam a família, rituais e práticas cristãs e sobre crenças e celebrações de outros credos. Visava a confissão espontânea das culpas e a denúncia de outros envolvidos.

Por o “crime não estar provado, ou pela diminuição de sua confissão”⁴⁷ era comum nestas sessões a aplicação do tormento. A casa do tormento dos Estaus estava localizada no piso térreo, ficando-lhe contígua a sala onde “estão os ministros nesse tempo” conforme expressão usada por Mateus do Couto na legenda da planta do piso térreo.

Após juramento, o réu era admoestado e preparado para levar o *trato* num instrumento de tortura onde era preso, normalmente a polé e potro ou leito de ripas⁴⁸. Este interrogatório era considerado um meio privilegiado não só para a confissão, como para a denúncia de cúmplices. Eficaz também era o recurso aos carcereiros, ao

⁴⁷ *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal* [Em linha], §13, tit. 13, L. II, MDCXL. [Consult. 11.01.2016]. Disponível na internet: <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4483482>.

⁴⁸ A primeira era uma corda na qual o preso era içado e sacudido violentamente. No potro, banca ou leito de ripas, o réu era entalado com cordas puxadas por uma manivela.



Figura 11 Landmann, George, 1818 - 4.º grau de tortura da inquisição. GEO, Col. Vieira da Silva. Cota: VS 2275/E9

alcaide, oficiais e mesmo a outros presos a quem a proximidade e um sistema de corredores entre cárceres permitia uma boa vigilância sobre as práticas alimentares e outros hábitos incriminatórios.

Os procedimentos administrativos seguintes eram a inventariação dos bens de raiz, móveis e dívidas, seguido do julgamento. O libelo de acusação era elaborado a partir das denúncias e depoimentos do réu, era feita a defesa e, finalmente, proferida a sentença final.

Para a votação da sentença definitiva do réu, era organizado um cerimonial com a convocação dos deputados da Inquisição à mesa. Presidida pelo inquisidor mais antigo, contava ainda com a participação de dois inquisidores e um representante da diocese, assistidos por um notário.

A aplicação das penas variava em confiscação de bens, açoites pelas ruas públicas, galés para toda a vida, degredos perpétuos para África e Brasil, saída reconciliada com cárcere e hábito perpétuo em auto público⁴⁹,

⁴⁹ Sendo que o cárcere perpétuo tinha a duração de três anos e o cárcere perpétuo sem remissão cinco anos, período após o qual ficavam libertos.



Figura 12 Bandeira da Inquisição. AML, Alberto Carlos Lima, PT/AMLSB/LIM/003062
Cota: LIM/003062; A16491; N14617

cujo cumprimento seria nos cárceres da penitência ou no exílio. A pena de condenação à morte era acordada em tribunal por maioria de votos e notificada pelo notário na sexta-feira anterior ao auto-de-fé.

A realização do auto-de-fé alternou entre os locais mais públicos da cidade como o Rossio, a Ribeira ou o Terreiro do Paço, a espaços de maior recato, como o próprio palácio da Inquisição e igrejas de Lisboa. Os réus seguiam em séquito, em silêncio, escoltados por familiares do Santo Ofício e padres. Vestiam sambenitos com as insígnias das culpas, vela na mão e cruzes pendentes à frente e atrás. No cadafalso ouviam individualmente a leitura da sua sentença. No caso de sentença de morte, ou relaxamento ao braço secular, a pena era imediatamente executada⁵⁰.

Os réus reconciliados com a Igreja Católica regressavam aos Estaus, sob o estandarte da Inquisição, acompanhados pelos frades e familiares, pela mesma ordem com que saíram. Já no edifício da Inquisição, transitavam para o cárcere da penitência, também conhecido por bairro penitencial, do lado de lá da muralha fernandina, agora invisível sob a estrutura, e que se alongava para a rua das Escolas Gerais.

⁵⁰ Ocorria à vista dos inquisidores com a leitura da fórmula “E o relaxam à justiça secular, a quem pedem com muita instância e eficácia se haja com ele benigna e piedosamente, e não proceda a pena de morte com efusão de sangue.” cf. *Regimento de 1552*.

III. O PALÁCIO NA VIRAGEM DO SÉCULO XVIII: OS ESPAÇOS E AS SUAS GENTES

Entrando numa perspetiva de análise micro, com a vantagem da possibilidade de cruzar as listas populacionais com a cartografia, a comunidade residente do palácio dos Estaus, à exceção da população prisional e das crianças até aos sete anos rondou no período entre 1693 e 1702, entre a meia e a centena de moradores.

À parte o inquisidor geral do reino e todo o pessoal adjacente, o quadro de pessoal das inquisições contemplava um elevado número de funcionários, três inquisidores da 1ª, 2ª e 3ª cadeira, quatro deputados ordinários com ordenado, quatro sem ordenado, um número variável de promotores, notários ou secretários com ajudantes, procuradores dos presos, um meirinho, um alcaide, guardas de cárceres secretos, um porteiro, três solicitadores, um despenseiro, um cozinheiro, homens do meirinho, médicos, cirurgião e barbeiro, um capelão, um alcaide e guardas dos cárceres da penitência, um juiz do fisco, um escrivão, tesoureiro e um meirinho do fisco, escrivão do meirinho e provedor. Havia ainda caminheiros, um visitador das naus estrangeiras, com um escrivão, guarda e intérprete. Em cada cidade um comissário e o escrivão⁵¹. A juntar a estes, existia uma numerosa rede de familiares do Santo Ofício.

No elenco dos indivíduos constantes nos róis de confessados de Santa Justa nem sempre os moradores dos Estaus surgiram associados a estas designações. Entre os que se ocupavam dos mais altos cargos, dos intermédios, oficiais e serviçais, incluindo os seus agregados familiares, as listas estudadas e alguma documentação notarial, apresentam-nos senhores do conselho, promotor, promotor fiscal, deputados auxiliares, qualificador, notário; do oficialato, o escrivão, o meirinho, o solicitador, o alcaide dos cárceres, guardas, porteiros e outros; os servidores da Inquisição eram sobretudo domésticos criados, cocheiros, amas e moços de cozinha e escravos.

Quanto à distribuição espacial, vêm mencionadas nos róis de confessados cerca de oito unidades residenciais do palácio, entre o 4º e o 11º fogo, excluindo as residências do cárcere da penitência. Eram 67 os habitantes em 1693, dos quais 58 tinham uma ocupação associada. Dos 79 moradores em 1695, apenas 23 estavam ligados a um cargo/ocupação; e em 1702 apenas 57 dos 82 residentes tinham indicação do desempenho.

Nem todos os funcionários habitavam nos Estaus, alguns alugavam casa nos bairros mais próximos⁵² e nas ruas que circundavam o palácio, onde se elevavam casas nobres e humildes, estruturas oficinais e comerciais.

O padrão de coabitação no palácio era sobretudo do tipo indeterminado, com frágeis referências à relação parental ou patronal entre os indivíduos que partilhavam os aposentos. Não obstante, havia residências de tipo familiar, algumas integrando núcleos mais amplos. Era o que acontecia nos aposentos do inquisidor geral, que

⁵¹ MENDONÇA, José Lourenço Domingues de; MOREIRA, António Joaquim - *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980. p. 123.

⁵² IAN/TT, *Registos Paroquiais*, Paróquia das Mercês, Óbitos. Como exemplo, o deputado da Inquisição António de Mendonça Frazão, vivia em 1631 ao Poço Novo, na calçada do Combro.

contava entre os seus servidores com famílias nucleares, com filhos, com ascendente e por vezes colaterais. Em ambas as tipologias, foi comum a presença de criados e escravos.

No palácio residia e presidia ao conselho supremo do Santo Ofício o inquisidor geral, que neste período foi D. frei José de Lencastre. Ocupava magníficos aposentos em três pisos da ala que deitava sobre a praça do Rossio. Era a residência principal do palácio, o fogo nº 4, onde residiam algumas dezenas de indivíduos, eclesiásticos e servidores, amas, criados, escravos, pajens, moços.

Quadro I Composição do Agregado do Inquisidor Geral

1696	1698	1705
Inquisidor Geral	Inquisidor Geral	Inquisidor Geral
Padre António Nunes Penha	Padre João Nunes Xavier	Padre Fabião Bernardes
Doutor Pedro Carvalho ou Carneiro	Padre Fabião Bernardes	Padre João Nunes Xavier
Conego João Cardoso	Padre Francisco Xavier	Padre João de Morais Castro
Padre Fabião Bernardes	Pedro de Paiva Botelho	Padre Rodrigo de Sá
João Cardoso	João de Paiva Filho	Pedro de Paiva
Pedro de Paiva Botelho	Manuel Peixoto	José Peixoto, pagem
António de Távora Sotto Maior	Baltasar Peixoto	Manuel de Figueiredo, pagem
João de Paiva	Francisco Alves Barreiros	Luís Peixoto, pagem
Manuel Peixoto	António de Mendanha	Francisco Álvares
Baltasar Peixoto	António Leite	D. Teresa, mulher
Francisco Alves Barreiros	Francisco de Oliveira	Inês, criada
António Leite	Páscoa de Ressurreição, mulher	José, criado
Francisco de Oliveira	Simão Soares da Silva	João Luís, na mesma casa
Inácio de Sousa	Manuel Ferreira	António de Mendanha
João Francisco	Manuel de Oliveira	D. Josefa, mulher
Manuel da Silva	Manuel da Silva	Maria, criada
Luísa Maria	Luísa Maria, mulher	Manuel da Silva
Maria Luísa	João da Silva, filho	Luísa Maria, mulher
João da Silva, filho	Maria Luísa, sobrinha	Joana, criada
Joana, criada	Joana, criada	Maria, criada
Manuel Rodrigues Botelho	Antónia de Morais, viúva	Francisco de Oliveira
Antónia ...,	Mariana Correia, irmã, viúva	Páscoa da Ressurreição, mulher
José ...,	Manuel de Oliveira	Maria, criada
António de Mendanha	Manuel Fernandes	António Leite
Francisco Ferreira, cego	Francisco Gonçalves	Manuel Ferreira, copeiro
José, moço	Francisco, moço de mulas	Joaquim do Rego
Simão Soares da Silva	Manuel, moço de mulas	Manuel de Oliveira

Manuel Ferreira	Manuel Dias, sapateiro	Gervásio
Bartolomeu Rodrigues	Francisco Ferreira, cego	Alexandre
Oliveira	Manuel, criado	Domingos de Lima
Francisco Gonçalves	João Cardoso, estudante?	Manuel Fernandes
Manuel Fernandes	Manuel, criado de Pedro de Paiva	António Carvalho
Francisco Martins	Trocato Gaspar, criado	António de Matos
Pedro (riscado)	Incenso soldado Cardolo ou Cardoso?	Manuel Correia
António Luís, barbeiro		Matias
Luísa da Encarnação		Domingos Antunes
Pedro da Fonseca, soldado		Gonçalo de Sá
		Domingos, criado de Pedro de Paiva
		Francisco Ferreira, cego
		Domingos Antunes, sapateiro
		Padre Manuel de Castanheda

FONTE: *Róis de Confessados de Santa Justa*, rua da Inquisição, Fogo nº 4

Parte destes acomodavam-se no 2º piso, onde existiam nove aposentos. Este andar estava também reservado a instalações de apoio como cozinhas, despensas, ministra e tinelo, um espaço amplo, destinado a refeições e outras atividades coletivas dos serviçais.

Subindo a escadaria até ao 3º piso, situava-se a câmara do inquisidor geral, composta de sete aposentos que ocupavam toda a frente sul, com uma varanda nobre sobre o Rossio. Incluíam um oratório e uma sacristia. Os três criados mais pessoais habitavam na sua contiguidade. No 4º piso, a área correspondente ao aposento do inquisidor geral, a que se acedia por escadas laterais, era também ocupada pelos seus criados.

Permanecendo no 3º piso, saindo dos aposentos do inquisidor geral, transposto um corredor, ingressava-se na área dos tribunais. Aqui localizava-se a Mesa Grande, um oratório que servia os tribunais, uma sala do secreto, uma divisão onde se guardavam documentos e objetos valiosos. Na continuidade, uma sala de passagem e outro corredor que ligava aos tribunais. Eram anteceditos por uma saleta onde permanecia o porteiro da mesa ordinária. Ficavam-lhe contíguas as casas do despacho da mesa pequena e as respetivas secretas.

No corredor oposto, um conjunto de sete divisões construídas nas obras de início do séc. XVII, foram destinadas ao tesouro e para despachos particulares.

Os inquisidores ocupavam aposentos dispersos por três andares do palácio. À exceção do 2º piso, que era uma área utilitária de cozinhas, latrinas, arrumações, tinelo e acomodações de oficiais menores, criados e escravos, os restantes dispunham de habitações para oito inquisidores. Do lado da rua das Escolas Gerais, provavelmente

para inquisidores afetos ao cárcere da penitência, os pisos térreo, o 3º e o 4º acomodavam três inquisidores em casas com quatro a cinco divisões.

Os outros cinco estavam instalados do mesmo modo, em três pisos, sobrepostos, ao longo da frontaria virada a S. Domingos, sendo que no 3º piso estavam no seguimento dos tribunais. Todos eles dispunham de cinco a sete divisões contíguas.

No rol de 1693 constam os inquisidores João Moniz da Silva, Sebastião Diniz Velho e o porteiro da Mesa Grande, Miguel da Paz. Lideravam fogos partilhados com outros indivíduos, cuja relação não foi especificada, e dispunham de criados e amas.

Regressando ao 2º piso, destinado a instalações de apoio e a cargos menores, o aposento do alcaide dos cárceres tinha quatro divisões e situava-se por cima da portaria do pátio. No seu seguimento cinco aposentos eram destinados a oficiais da casa, dois para o secretário e dois vãos das lojas dos inquisidores que eram circundados pelas casas dos seus criados.

Era também nesse piso a casa do despenseiro dos cárceres secretos. Manuel Gonçalves Prego liderava o fogo nº 6, que ocupava com oito escravos. Lá permanecia em 1702, nos mesmos aposentos, o mesmo número de indivíduos, incluindo então um padre, um criado e um só escravo.

Outro agregado deste piso, o fogo 8, era liderado pelo secretário, o cónego Filipe Barbosa. Era composto pela irmã Isabel Barbosa, um indivíduo não identificado e duas escravas. Em 1695, contava com dez dependentes, acrescentando aos seus familiares duas sobrinhas que estavam a seu cargo. Uma delas, Isabel Barbosa de Azevedo, era viúva de um capitão-mor do Cacheu.

Não se determinou com exatidão a casa do meirinho João Rebelo de Andrade, apenas que habitava o fogo 2, provavelmente junto ao pátio. Vivia com a sua mãe e quatro criados, estando já casado em 1702 e a viver no mesmo espaço com a esposa, D.^ª Paula da Mata.

Os encarcerados não constam do rol de confessados pois não podiam nem confessar-se, nem comungar.

Os aposentos do alcaide situavam-se à entrada, à direita da portaria e dispunha de ligação aos cárceres para onde, de imediato, conduzia o preso. No piso térreo, vinte cárceres dividiam-se em três secções, entre pátios interiores. Junto ao conjunto de celas, no lado oriental, uma viela estreita, de escoamento de águas, separava-as do cemitério destinado aos presos que morriam nos cárceres.

Uma escada estabelecia a ligação aos cárceres do piso superior⁵³, organizados de modo semelhante no 2º piso. Ocupavam a parte central do palácio que tinha uma área de pátios, onde se dispunham celas de entradas

⁵³ FREIRE, Anselmo Braamcamp - *O conde de Vila Franca e a Inquisição*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. p. 8.

individualizadas. Lateralmente, umas escadas davam acesso aos cárceres do 3º piso. Aqui, havia duas alas individualizadas, uma com dezoito celas e uma cozinha. No lado oposto, mais dez celas. À saída dos cárceres, na direção das Portas de Santo Antão, existia um quintal interior e outra cozinha. No corpo central do 4º piso existiam mais 28 celas.

Saindo do domínio doméstico e dos elementos institucionais constituídos pelas cadeias, tribunais, instalações da área alimentar, de armazenamento e espaços de culto, o palácio integrava no seu itinerário elementos construídos da intervenção arquitetónica encomendada pelo inquisidor geral D. Pedro de Castilho. A construção de corredores com vigias junto aos cárceres dos vários pisos, um corredor no 3º piso que agilizava o atravessamento do palácio – para serviço dos inquisidores – que ligava ao cárcere da penitência, podendo alcançar rapidamente a porta que ligava à ala da rua das Escolas Gerais. Ordenou também a construção de mais cozinhas e a instalação de latrinas em vários pontos e pisos do edifício.

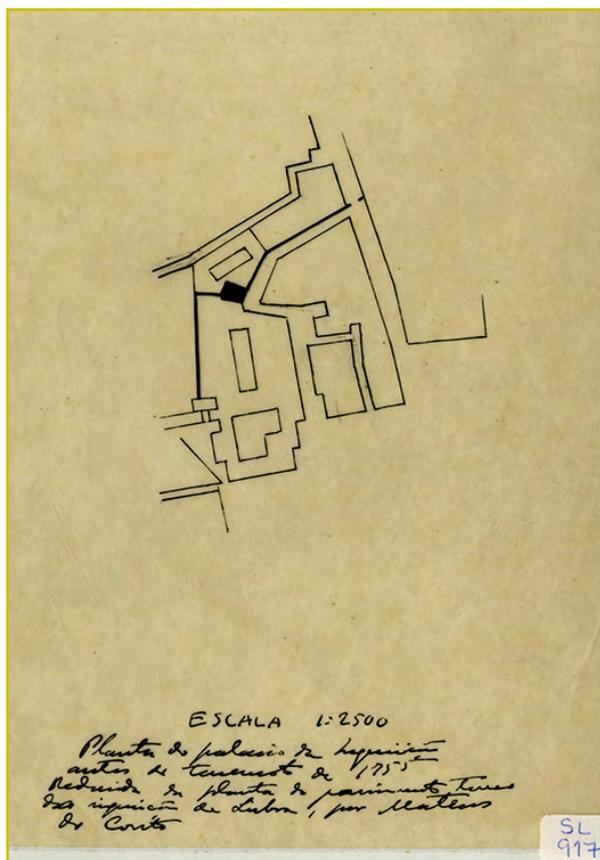


Figura 13 GEO, A cerca fernandina de Lisboa: implementação do palácio da Inquisição. Estudo.

Cota: SL 917



Figura 14 GEO, A cerca fernandina de Lisboa: implementação do palácio da Inquisição. Estudo.

Cota: SL 920

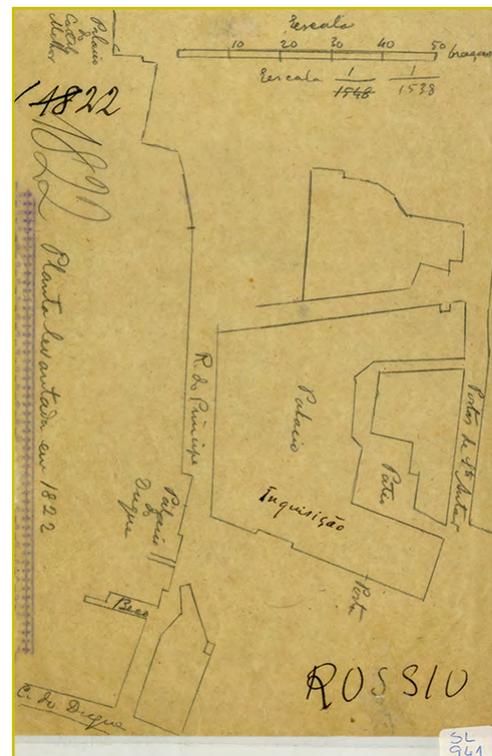


Figura15 GEO, A cerca fernandina de Lisboa: implementação do palácio da Inquisição. Estudo.
Cota: SL 941

Na parte do edifício que se alongava pela rua das Escolas Gerais situava-se o cárcere da penitência. Esta ala do palácio dispunha, no piso térreo, de duas entradas individualizadas pela rua. Uma dava acesso aos aposentos de um inquisidor e a outra à escada do cárcere da penitência, localizado no primeiro piso. Aí, cinco divisões eram destinadas a guardas, que ainda tinham para seu uso um espaço aberto e um quintal amplo, um patanejo, um poço e acesso a outro quintal. Existiam três oratórios, o maior para serviço dos presos. Em torno desta área, distribuía-se dezasseis aposentos para oficiais da casa, cinco anexos, todos com janela para a rua, ao fundo da qual havia uma passagem para a Horta da Mancebia.

Os cárceres da penitência destinavam-se aos réus enviados pelo tribunal sentenciados a instrução nos mistérios da fé para salvação das suas almas. Incluía assistência e participação em missas e pregações, comunhão e confissão, orações ordenadas pela mesa do conselho da inquisição, jejuar e guardar domingos e dias santos.

Era um espaço de recolhimento, penitência e reaprendizagem da doutrina católica, ficando a vigilância doutrinal a cargo de outros inquisidores. No final, era passada uma certidão que era incluída no processo e que atestava a competência do indivíduo na doutrinação da fé. Estando na posse dessa certidão, o sentenciado podia então requerer a retirada do hábito penitencial e a libertação definitiva.

Neste período, o inquisidor responsável era o padre Luís Álvares da Rocha. Aí habitava em companhia da mãe, irmãos, sobrinhos e outros num total de 19 pessoas, número que reduziu para 13 em 1702, restando da sua família apenas o sobrinho Luís Pereira.

Os encarcerados não constam do rol de confessados pois não podiam nem confessar-se, nem comungar. Analisando o ano de 1693, apesar do número superior de presos, pois alguns permaneciam anos nas prisões dos Estaus, foram encarcerados ou julgados 25 indivíduos, acusados de práticas de judaísmo, solicitação, anglicanismo, bigamia, bruxaria, sodomia, ou simples distúrbio⁵⁴.

É no simples distúrbio que se enquadra um episódio comum que expressa bem o âmbito de influência da Inquisição e o temor que despertava. Até as pequenas vivências quotidianas que normalmente não chamariam a atenção do Santo Ofício, pois não pertenciam à sua esfera judicial, mas pela proximidade espacial podia acarretar consequências mais severas. Em agosto de 1693, Vicente Ferreira, um pajem do palácio de D. Cristóvão de Sousa Coutinho, senhor de Baião, defronte do pátio da Inquisição, protagonizou um processo inquisitorial. Envolvera-se numa questão com um dos homens de vara do meirinho dos presos, acabando por haver confronto com espada e adaga entre os dois no pátio do Santo Ofício. Foi preso, mas ao invés de ir para o cárcere da penitência por oito dias a que se seguiria áspera repreensão, foi enviado para o Limoeiro. Foi novamente à presença dos inquisidores vinte dias após os incidentes, tendo-se deliberado a sua libertação atendendo ao requerimento de seu pai, que alegou imaturidade “não sabendo ele o que fazia”⁵⁵.

Além deste, entre as penas aplicadas no ano de 1693, quinze incluíram auto-de-fé, a maioria privados, na sala de audiências ou nos claustros de S. Domingos. Os crimes de bigamia e feitiçaria incluíram penas públicas pelas ruas de Lisboa, com açoitamento sem derramamento de sangue, seguido de degredo para galés, Angola ou Castro Marim.

Neste ponto abrimos um parêntesis em referência à trajetória pessoal do despenseiro Manuel Gonçalves Prego e de como a condição de funcionário não coartou o estabelecimento de ligações que serviram os seus interesses pessoais. Soube aproveitar a penosa crise alimentar de 1698, desempenhando um papel decisivo no cenário de instabilidade que então se viveu. O seu poder aquisitivo e a apreciável rede de relacionamentos resultaram, pelo que foi apurado em cerca de ano e meio de produção de atos notariais, em avultados rendimentos provenientes de empréstimos a juro e pelo arrendamento dos benefícios eclesiásticos das massas da mitra pontifical do cardeal D. João de Sousa⁵⁶ e do assento com os armazéns reais. Geriu ambos de forma muito lucrativa, retirando entre 1698 e 1699 avultados proventos através da aquisição e abastecimento de cereais à cidade. Este oficial da

⁵⁴ IAN/TT, Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, vários processos concluídos no ano de 1693.

⁵⁵ IAN/TT, Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, proc. 16606.

⁵⁶ Faziam parte do sustento dos bispos, relativos a igrejas e terras do arcebispado de Lisboa.

Inquisição era já detentor de uma capacidade económica relevante, pois tinha entre os seus bens uma quinta em São Sebastião da Pedreira, junto ao chafariz do Andaluz, onde mandara edificar a ermida de N. Sra. do Cabo⁵⁷.

O meirinho João Rebelo de Andrade, entre as atividades que paralelamente desenvolveu para engrandecimento pessoal, surgiu em 1697 num arrendamento do cabido da Sé metropolitana, relativo às miunças de S. Pedro de Penafrim, de Sintra⁵⁸.

O secretário da Inquisição, o cónego Filipe Barbosa (fogo 8), que habitava provavelmente no 2º piso, junto aos tribunais, encabeçava em 1693 o agregado composto pela irmã Isabel Barbosa, um indivíduo não identificado e duas escravas. Em 1695, contava com dez agregados, entre os quais as sobrinhas a seu cargo e viúva de um capitão-mor do Cacheu, Isabel Barbosa de Azevedo, e a filha Mariana Josefa da Silva. Em 1697, de modo a cobrarem os bens do seu marido, passou uma procuração⁵⁹ a dois inquisidores em Goa, João Gonçalves e frei Manuel da Ascensão. No mesmo dia, a mesma sobrinha fez doação da remuneração de uma vinha “por assim ser e ter muitas e grandes obrigações a seu tio (...) por a ter em sua companhia acudindo-lhe com tudo o necessário como por lhe aver assistido em suas moléstias em que fez bastantes despesas”⁶⁰. Em 1702 já não ocupavam os aposentos dos Estaus, vivendo muito próximo, na rua de mestre Gonçalo com a família e quatro serviçais.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A poderosa instituição que foi a Inquisição marcou longamente não só este espaço, mas toda uma cidade, um tempo, mas cuja ação e temor se foi esbatendo no decurso do século XVIII, particularmente com as reformas pombalinas⁶¹, até à sua extinção com os alvares do Liberalismo.

A microanálise na investigação histórica adquire maior potencial quando procedemos ao cruzamento nominal de indivíduos, nas fontes documentais como róis de confessados, registos paroquiais, décimas e até visitasões. Também o contributo das fontes documentais e iconográficas de natureza diversa que fundamentaram a contextualização histórica, assente em documentos produzidos nas chancelarias régia e municipal; as fachadas e roteiro do espaço interior nas plantas desenhadas por Mateus do Couto em 1634, a fisionomia pós-terramoto na iconografia da época e desenhos do *Cartulário Pombalino*.

⁵⁷ Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL), *Livro 18º de registo das colações das igrejas e benefícios do arcebispado de Lisboa*, 1703, ms. 412. A 29-07-1694, num instrumento de dote e obrigação, realizado em casa, com as testemunhas Pedro Álvares Vilaça e Salvador Pereira, assistentes em sua casa, figurando no rol do ano anterior como escravos da casa. A 21-08-1704, após vistoria, considerou-se a ermida da quinta do chafariz de Andaluz decentemente ornamentada, com porta patente para a rua e campanário com sino, bem dotada para a sua fábrica sem prejuízo dos direitos paroquiais. Passada provisão para dizer missa na ermida, dotada “enquanto o mundo durar” com dez mil réis de renda anuais, a retirar dos rendimentos da quinta.

⁵⁸ IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 416, f. 58. Em ato que incluiu o deão João de Vasconcelos e Sousa e o tesoureiro mor João Prego de Amorim, ambos padres do cabido.

⁵⁹ IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 414, f. 17.

⁶⁰ Idem, ms. 414, f. 18. Na Mourisca, em Almada.

⁶¹ RIJO, Delminda – Entre o massacre dos cristãos novos e a inquisição. In *História de Lisboa: tempos fortes*. Lisboa: Câmara Municipal, 2009.

A exploração dos róis de confessados da freguesia de Santa Justa⁶² permitiu a incorporação do elemento socioprofissional e, conseqüentemente, a aproximação ao quotidiano, afigurando não só a engrenagem social e laboral, com a localização de quem fruía o espaço e quem operacionalizava a instituição. Paralelamente, o recurso pontual a documentação notarial coetânea, permitiu entrever algum dinamismo dos protagonistas.

A identificação dos moradores aproxima-nos da reconstituição da comunidade, podendo acompanhar-se a evolução urbanística, a transferência patrimonial, as prioridades políticas, o quadro mental. De facto, permite acompanhar, fora do paço da Inquisição, outras dinâmicas locais e trajetórias pessoais. Entre os vizinhos da rua, com titularidade, e cabeça de fogo de um grande agregado, o comendador da Ordem de Cristo António José de Miranda Henriques, figurou ao longo da década de noventa em inúmeros documentos notariais, sobretudo de rentabilização das mercês e venda e arrendamento de imobiliário. Exemplo dessa participação, a venda em 1730 de partes da sua propriedade pelo neto, ao Senado⁶³.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 2º de D. Duarte e D. Afonso V.

Livro 2º de consultas e decretos de D. Pedro II.

Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental.

Livro 1º de empraçamentos.

Livro 2º de D. João II.

Livro 4º de D. Manuel I.

Livro dos pregos.

⁶³ RIJO, Delminda - *A representação de Santa Justa (Lisboa) nos Róis de Confessados: 1693-1702*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

⁶⁴ AML, *Livro 9º de consultas e decretos de D. João V do Senado Oriental*, f. 134 a 135.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Inquirição de Lisboa, Processo nº 16606.

Cartórios Notariais, 15º ms. 414, 416.

Registos Paroquiais, Paróquia das Mercês, Óbitos.

Corpo Cronológico.

Núcleo Antigo, Coleção de Cartas.

Patriarcado de Lisboa

Livro 18º de registo das colações das igrejas e benefícios do arcebispado de Lisboa, 1703, ms. 412.

Rol de confessados da paróquia de Santa Justa, Expediente, 1698-1700.

Visitações e devassas do arcebispado de Lisboa do século XVII, 1683, 1702 e 1707.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade, freguesia de Santa Justa, 1792.

Fontes impressas

CASTRO, João Baustista de - *Mappa de Portugal*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

COSTA, António Carvalho (Padre) - *Corografia portugueza e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

GÓIS, Damião de - *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

Bibliografia

CÂNCIO, Francisco, dir. - *Arquivo Alfacinha*. Lisboa: Edição de autor, 1953. vol. I, cad. VII.

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Câmara Municipal, 1889. vol. II.

CHABY, Cláudio – Descrição do palácio do Governo. *Jornal de Bellas Artes ou Mnémossine Lusitana*. Lisboa: Impressão Régia, 1816. n.º XXVI, p. 429-431.

COSTA, Mário - Em que se fala dos antigos paços reais. *Olisipo*. N.º 100 (1962).

FARINHA, Maria do Carmo Jasmim Dias - Palácio dos Estaus. In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário de história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 361-364.

FREIRE, Anselmo Braamcamp - *O conde de Vila Franca e a Inquisição*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

FREIRE, João Paulo – *Lisboa do meu tempo e do passado, do Rossio à rotunda*. Lisboa: Tipografia da parceria António Maria Pereira, 1931.

GINZBURG, Carlo - *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

MACEDO, Luís Pastor de - *Lisboa de lés-a-lés*. Lisboa: Câmara Municipal, 1942. vol. III.

MACEDO, Luís Pastor; ARAUJO, Norberto - *As casas da Câmara de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1951.

MACEDO, Luiz – Uma curiosa descrição do palácio da regência em 1836. *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 6 (1932).

MATTOSO, José, dir.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, coord. - *História da vida privada em Portugal: Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

MENDONÇA, José Lourenço Domingues de; MOREIRA, António Joaquim - *História dos principais actos e procedimentos de Inquisição em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typ. Universal, 1887. 1.ª parte, tomo I, II.

PINTO, Maria do Carmo Teixeira Pinto - Um palácio no Rossio: ciclos de vida: séculos XV a XIX. In COLÓQUIO TEMÁTICO O MUNICÍPIO DE LISBOA E A DINÂMICA URBANA, 1, Lisboa, 1995 – *Colóquio temático o município de Lisboa e a dinâmica urbana*. Lisboa: Câmara Municipal, 1995.

RIJO, Delminda - Entre o massacre dos cristãos novos e a Inquisição. In *História de Lisboa: tempos fortes*. Lisboa: Câmara Municipal, 2009. p. 49-52.

RIJO, Delminda Maria Miguéns - *A representação de Santa Justa (Lisboa) nos Róis de Confessados: 1693-1702*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

RODRIGUES, Teresa Ferreira - Para o estudo dos róis de confessados. *Nova História*. Lisboa: [s.n.]. N.º 3-4 (1985).

ROSA, Francisco Xavier - Relação manuscrita de todos os incêndios ocorridos em Lisboa. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus*. Lisboa: Câmara Municipal N.º 6 (1932).

SANTA BÁRBARA, Artur - Ontem e hoje Rossio. *Revista Flama*. N.º 369 (1955), p. 7.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994.

SILVA, A. Vieira da - *A cerca fernandina de Lisboa*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. vol. I.

TEDIM, José Manuel - O triunfo da festa barroca: a troca das princesas. In PEREIRA, João Castel Branco; CORREIA, Ana Paula Rebelo; DIAS, João Carvalho, ed. lit. - *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 174-193.

Jornais

Diário Ilustrado. Lisboa: Impr. de Souza Neves, 1880.

Archivo Pittoresco: semanário ilustrado. Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1863.

Jornal de Bellas Artes ou Mnémossine Lusitana. Lisboa: Impressão Régia, 1816. n.º XXVI.

Webgrafia

COUTO, Mateus do - *Livro das plantas e monteas de todas as fábricas das inquisições deste reino e india ordenado por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor Dom Francisco de Castro, Bispo inquisidor geral e do conselho de estado de sua magestade, ano domini 1634*. [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2016. [Consult. 11.01.2016]. Disponível na internet: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318907>.

Livro de correspondência do Desembargo do Paço[Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2016. f. 65. Carta régia de 15 de março de 1618. [Consult. 11.01.2016]. Disponível na Internet: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/1/19/p307>.

Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2016. §13, tit. 13, L. II, MDCXL. [Consult. 11.01.2016]. Disponível na internet: <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4483482>.



A “Herdade de São Roque” do Convento da Trindade de Lisboa.

A sua origem e urbanização em 1554-1555 integrada no Bairro Alto e análise de um dos seus lotes, o do Palácio dos Condes de Tomar antiga Hemeroteca Municipal

The *Herdade de São Roque* (Saint Roch's estate) of the Lisbon Trinity Convent

Its origin and urbanization in 1554-1555 integrated the Bairro Alto and analysis of one of its lots, the Palace of the Counts of Tomar, the former municipal newspapers library

João Miguel Ferreira Antunes Simões*

submissão/submission: 14/01/2016

aceitação/approval: 21/03/2016

RESUMO

Inicialmente, a zona envolvente do Mosteiro da Trindade era um olival na franja urbana da cidade de Lisboa. No século XIV, a muralha fernandina dividiu-o ficando uma parcela dentro de muros, a qual foi urbanizada nos inícios do século XVI, e uma exterior, denominada de “Herdade de São Roque”, urbanizada mais tarde, em meados do século. O loteamento e a urbanização decorreram de forma rápida e, pela análise das confrontações, foi possível identificar cada um dos lotes e os seus proprietários iniciais. Três destes lotes deram origem ao atual Palácio dos Condes de Tomar, imóvel que recebeu uma grande campanha artística no século XIX, visível na sua

* Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa. Museu de São Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Portugal.

Licenciado e mestre em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde frequenta o curso de doutoramento. Foi historiador no Município de Borba, onde publicou diversos estudos sobre o património local. Colaborou com instituições públicas e privadas do Alentejo, Algarve e Lisboa, publicando estudos sobre arquitetura e história da arte, economia e sociedade em contextos locais. É atualmente investigador no Museu de São Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Correio eletrónico: fabricadahistoria@gmail.com

escadaria monumental, nos seus estuques interiores e na fachada ao gosto do Barroco italiano, mas preservou nas paredes interiores diversos vestígios da sua fase inicial, de meados do século XVI, e do processo de absorção dos lotes vizinhos.

PALAVRAS-CHAVE

Bairro Alto / Arquitetura / Palácio dos Condes de Tomar / Azulejos / Urbanismo

ABSTRACT

Initially, the area around the Trinity Monastery was an olive grove in the urban fringe of Lisbon. In the fourteenth century, the *Fernandine* Wall divided it getting a portion inside walls, which was urbanized in the early sixteenth century, and a portion outside, called *Herdade de São Roque* (Saint Roch's estate) urbanized much later, by the mid-century. The subdivision and urbanization took place quickly and, by analyzing the confrontation, it was possible to identify each lot and its original owners. Three of these lots have given rise to the current Palace of the Counts of Tomar, property that has received a great artistic campaign in the nineteenth century, visible in its monumental staircase, in its interior *stucco* works, and in the facade of Italian Baroque taste, but preserved in the interior walls several traces of its initial phase, of the mid-sixteenth century, and of the neighbouring parcels' absorption process.

KEYWORDS

Bairro Alto / Architecture / Palace of the Counts of Tomar / Azulejos / Urbanism

Uma parcela do Bairro Alto, composta por dois quarteirões, a que se chamou nos séculos XVI a XVIII de “Herdade de São Roque”, encontra-se muito bem documentada no arquivo do Convento da Santíssima Trindade de Lisboa (IAN/TT). Coube a Gustavo Matos Sequeira¹ e a Hélder Carita² o trabalho pioneiro de descobrir a importância deste fundo para o entendimento urbano deste bairro emblemático de Lisboa. Já antes, frei Jerónimo de São José

¹ Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1939. vol. 1, p. 162 e ss.

² Cf. CARITA, Hélder - *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: [s.n.], 1998. p. 60-72. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. CARITA, Hélder - *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 91-108. CARITA, Hélder - A igreja, a rua larga e o Bairro Alto de São Roque. In MORNÁ, Teresa; MANTAS, Helena Alexandra - *Património arquitectónico: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Museu de São Roque, 2006. vol. 1, p. 25-27.

(1789) havia vagamente falado neste passado urbano, referindo que a Casa Professa de São Roque havia sido parcialmente construída em terrenos vendidos pela Ordem da Santíssima Trindade à Companhia de Jesus³.

A conquista de Lisboa aos Mouros (1147) e, principalmente, o afastamento da linha de fronteira para sul com a conquista de Alcácer do Sal (1218), levou ao crescimento demográfico e económico da cidade. Consequentemente, as ordens religiosas emergentes na época foram atraídas para esta cidade em crescimento e instalaram-se em bolsas de terreno livres na periferia da cidade, com acesso às principais vias romanas. Foram assim fundados os mosteiros de São Francisco (1217), da Trindade (1218), de São Domingos (1242) e da Graça (1271), todos instalados na cintura peri-urbana da cidade, seguindo o anterior exemplo de São Vicente de Fora (1147).

A Ordem da Santíssima Trindade ou da Redenção dos Cativos foi fundada por S. João da Mata e S. Félix de Valois e confirmada pelo papa Inocêncio III em 1198⁴. O seu principal objetivo era resgatar os cristãos presos na rede oriental de tráfico de escravos, associada aos muçulmanos, estando pois enquadrada no espírito do movimento da Cruzada contra o Islão. Chegaram a Portugal com os cruzados que auxiliavam as monarquias peninsulares na Reconquista, sendo o seu primeiro convento em Portugal o de Santarém, fundado por D. Sancho I em 1208.

Segundo nos conta o cronista da Ordem, a instalação em Lisboa em 1218 decorreu da comemoração da prodigiosa conquista de Alcácer do Sal feita nesse mesmo ano. D. Afonso II terá doado à ordem a Ermida de Santa Catarina, de quem era padroeiro, e o seu território envolvente que englobaria o atual Bairro Alto⁵. Esta informação, contudo, já não era possível de comprovar documentalmente no século XVIII, havendo apenas vagas referências a ela, citadas por documentos quinhentistas, entretanto desaparecidos.

Segundo outra tradição, parte das terras que o convento possuía na atual Trindade e Bairro Alto provinha de uma doação da rainha Santa Isabel⁶, ainda no século XIV, embora não tenhamos encontrado provas documentais a este respeito.

Finalmente, de acordo com outra tradição, parte do terreno da cerca onde foi construído o primitivo Convento da Trindade fora conseguido por uma doação de D.^a Brites Pereira, filha única do condestável D. Nuno Álvares Pereira e mulher de D. Afonso, conde de Barcelos e 1.^o duque de Bragança, conforme se documentou junto da Câmara Municipal de Lisboa⁷. Sabemos pelo arquivo deste município que D. João I doou diversos bens imobiliários

³ Cf. SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo - *História cronológica da Santíssima Trindade*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789. p. 179.

⁴ Cf. ALBERTO, Edite - Trinitários. In AZEVEDO, Carlos Moreira - *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. vol. 4, P-V, apêndices, p. 305-307.

⁵ Cf. SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de - *op. cit.*, p. 174.

⁶ Numa anotação existente no documento: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Maço 3, n.º 31, refere-se que a terra de São Roque foi doada pela rainha Santa Isabel, remetendo para o livro 3.º de escrituras, f. 38 e 188.

⁷ Cf. *Declaração deste Convento ao Senado* [da Câmara Municipal de Lisboa] *sobre os campos que nos deixou D.^a Brites Pereira em que se havia de fundar o Convento*, documento que estava trasladado no *Tomo 1.º dos Breves Pontificais* no f. 357. Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 97, f. 190.

a D. Nuno Álvares Pereira, entre os quais os terrenos onde foi construído o Convento do Carmo⁸. É possível que uma parcela deste terreno tenha ficado na posse de D.^a Brites Pereira e sido doado, mais tarde, ao Convento da Trindade, mas a ter acontecido terá sido muito depois da fundação e edificação deste.

De qualquer forma, em 31 de dezembro de 1362, a cerca original foi acrescentada com a doação de um olival contíguo feita pelo mercador Francisco Domingues de Beja⁹, e, pouco depois, a 24 de março de 1363, com outra doação da sua esposa, Constança Esteves, que impôs a obrigação de doze missas cantadas¹⁰. Estas foram as mais antigas benemerências que o Convento da Trindade recebeu e registou no seu cartório com documentos coevos. No século XVIII, ainda chamavam a esta propriedade a “Herdade de São Roque” com total consciência de que era um olival que fora convertido em área urbana¹¹ embora a associação ao orago do santo seja tardia, do século XVI.

Lisboa tornou-se no século XIII e XIV numa cidade dominada por uma burguesia alargada e ativa que incluía mercadores, cambistas, artesãos e profissionais das mais variadas áreas trabalhando por conta própria e com loja aberta. Os topónimos dos vários arruamentos, principalmente do arrabalde de Santa Justa e Santa Rufina, denunciam bem o carácter laborioso e ativo da cidade.

Esta burguesia tinha um espectro social muito alargado, indo desde uma “classe média-alta” composta por ricos mercadores até uma “classe média-baixa” liberal fornecedora de produtos manufaturados e serviços, a chamada *arraia-miúda*. Para exercer a sua atividade e preservar os seus bens, esta classe necessitava de paz e estabilidade política e, por isso, os arrabaldes onde residia foram considerados desprotegidos e facilmente alvo de pilhagem em caso de assédio castelhano. Este era previsível tendo em conta os maus resultados das campanhas fernandinas na Galiza (1369-1370 e 1372-1373).

Por esta razão, entre 1373 e 1375, D. Fernando mandou cercar a cidade de Lisboa¹² num perímetro maior que o tecido urbano existente. Foram incluídos dentro da muralha não só todos os arrabaldes que haviam nascido fora da cerca velha (Mouraria, Judiaria Grande, Santa Justa e Santa Rufina e São Vicente de Fora) mas também os cinco mosteiros peri-urbanos (São Francisco, Trindade, São Domingos, Graça e São Vicente de Fora) e parte substancial das suas cercas que ficaram estrategicamente dentro de muros como reserva agrícola e zona de crescimento urbano futuro. A rapidez com que a cidade foi amuralhada leva a crer que este processo foi financiado pela burguesia lisboeta sob a forma de imposto, contribuição voluntária ou empréstimo à Coroa.

⁸ Cf. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, *Livro 2.º de D. João I*, docs. 9 e 10.

⁹ A escritura original em pergaminho encontra-se em ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Maço 2, n.º 78, tendo sido trasladada por notário em 1752, encontrando-se esta versão em ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 107, f. 2.

¹⁰ A escritura original em pergaminho encontra-se em ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Maço 2, n.º 77, tendo sido trasladada por notário em 1752, encontrando-se esta versão em ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 107, f. 3v.

¹¹ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 97, *Index Geral do Cartório deste Convento da Ordem da Santíssima Trindade de Lisboa*, s.d. [séc. XVIII], f. 143v.

¹² Cf. LOPES, Fernão - *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono rei destes reinos*. 4.ª ed. Porto: Livraria Civilização, 19---. p. 233-235.

As terras do Convento da Trindade ficaram divididas em dois setores, um intramuros, a que se chamou, mais tarde, de “Vila Nova do Olival” e outra extramuros, a que se chamou “Herdade de São Roque”.

Graças a um precioso manuscrito guardado no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, o *Tombo das propriedades foreiras à Câmara desta mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa*¹³ sabemos que a propriedade da muralha e dos terrenos extramuros que lhe estavam imediatamente adjacentes, nomeadamente aqueles entre a muralha fernandina e uma segunda linha de defesa, a barbacã, passaram a pertencer à Câmara Municipal de Lisboa. Este documento é datável de c. 1580, mas por vezes transcreve as confrontações de escrituras anteriores, misturando as referências geográficas das duas épocas distintas, o que lhe acresce valor documental. Por ele sabemos que, após a construção da muralha e já no século XVI, os terrenos que separavam as duas parcelas do terreno da Trindade foram aforados ao conde da Vidigueira que aí instalou um pomar de serviço ao seu palácio, o qual foi construído nas casas intramuros que pertenciam à Trindade, através da aquisição consecutiva de vários lotes de casas unifamiliares.

Este setor intramuros foi urbanizado na sequência do alvará de 26 de dezembro de 1500, em que o rei D. Manuel mandou arrancar as oliveiras e urbanizar os terrenos ocupados por olival e que estavam dentro do perímetro da muralha fernandina¹⁴. O Convento da Trindade procedeu, logo em 1502, à urbanização das terras que lhe pertenciam¹⁵, chamando ao local “Vila do Olival” ou “Vila Nova da Oliveira”. Guarda-se no seu cartório as escrituras de aforamento dos lotes de terreno com as cláusulas que obrigavam o *enfiteuta*¹⁶ a construir uma morada de casas com sobrado (piso térreo e superior). O processo decorreu até meados do século XVI, tendo o convento permanecido como o “directo senhorio” dos terrenos, cobrando o foro (renda devida pelo usufruto da terra) aos diversos enfiteutas que se sucediam, muitas vezes por incapacidade de construir a morada de casas a que estavam obrigados.

O setor extramuros que confrontava a norte, a sul e a poente com herdades da Sé Catedral de Lisboa, foi urbanizado muito mais tarde, permanecendo até meados do século XVI como herdade ligada ao cultivo do azeite. Nas confrontações dos limites deste terreno, incluídas numa escritura celebrada em 3 de novembro de 1573 entre o

¹³ Cf. AML, *Tombo das propriedades foreiras à Câmara*, f. 213v.-214v. Publicado em Livro primeiro de tomo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa. *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*, 2 vols. Lisboa: Câmara Municipal, 1950-1952.

¹⁴ Cf. ANTT, Chancelaria Régia, *D. Manuel I, Livro 1*, f. 160. SEQUEIRA, Gustavo Matos - *op. cit.*, vol. 1, p. 166. CARITA, Hélder - *op. cit.*, 2006, p. 20.

¹⁵ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 65, f. 50v.

¹⁶ Pessoa privada, viva, livre, maior de idade ou emancipada, que adquiria a longo prazo (por uma, duas ou três vidas) o usufruto da propriedade (urbana ou rústica) à instituição proprietária (convento, colegiada, Coroa, capela pia, confraria), mediante o pagamento de um foro anual fixo, que podia ser em dinheiro ou bens. O enfiteuta tinha total poder e, por vezes, a obrigação de valorizar a propriedade mediante a realização de benfeitorias como, por exemplo, a construção ou ampliação de uma habitação. A transmissão do aforamento era feita pelo enfiteuta que, perto da morte, nomeava o novo, que podia ser a mulher, um filho, um neto ou até mesmo um estranho. Em caso de não nomeação, aplicava-se a lei sucessória. Findo o contrato de aforamento pela morte do último enfiteuta, a terra com as suas benfeitorias regressavam livres (sem direito a qualquer indemnização aos herdeiros do enfiteuta) à instituição que fazia novo aforamento com um valor mais atualizado. Normalmente, o último enfiteuta, muito antes da sua morte, renegociava com a instituição um novo aforamento por três vidas, atualizando o valor do foro.

Cabido da Sé de Lisboa e o Convento da Trindade¹⁷, refere-se que as terras da Trindade, na sua vertente ocidental, ficavam a oito metros da Rua da Atalaia e incluíam totalmente a norte a rua que tinha no seu enfiamento a Torre do Relógio de São Roque (atual Rua do Grémio Lusitano) e a sul a rua que tinha no seu enfiamento a torre grande de Álvaro Pais (atual Travessa da Queimada) (fig. 1).

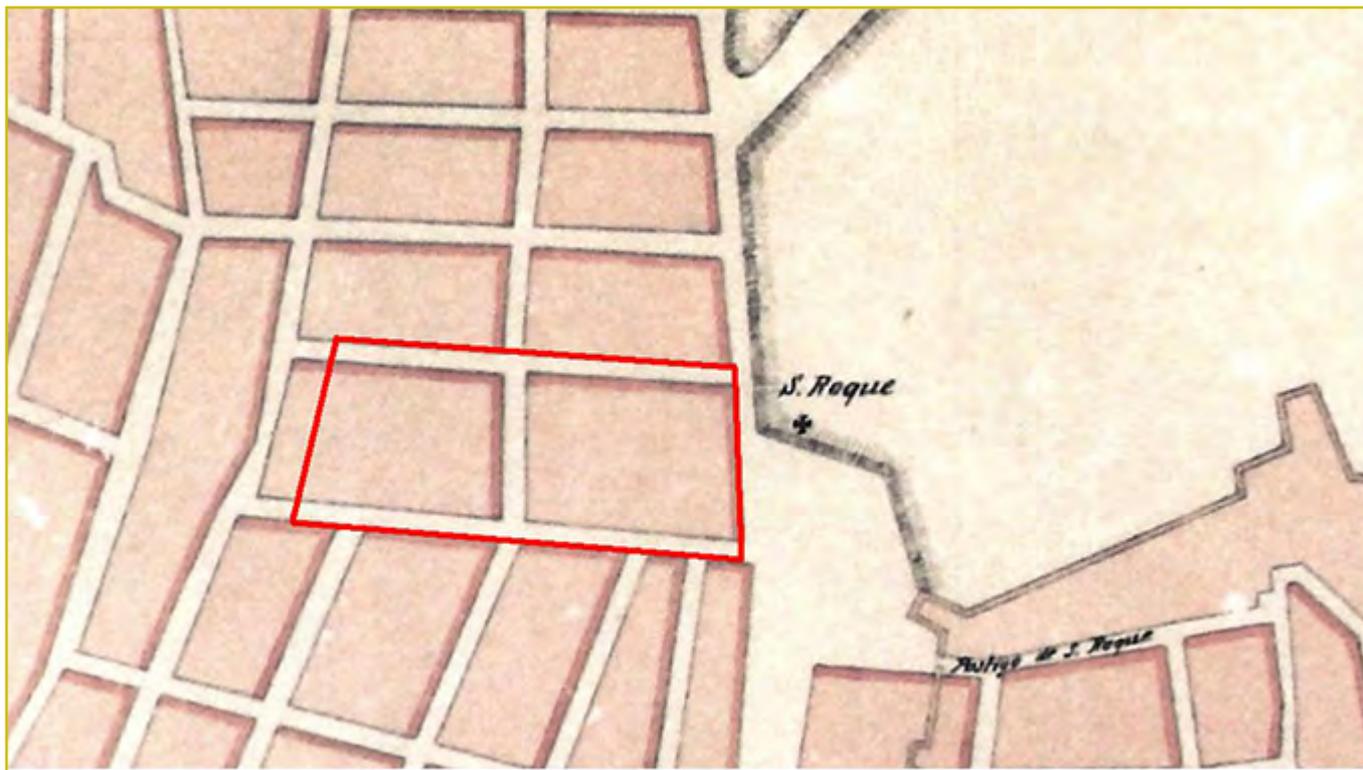


Figura 1 Localização do setor extramuros da “Herdade de São Roque” propriedade do Convento da Trindade. Era um olival doado ao Convento da Trindade em 1362 e 1363, explorado por privados, tendo sido urbanizado em 1554-1555. A norte, sul e oeste confrontava com terras da Sé de Lisboa. Pormenor de TINOCO, João Nunes - *Planta da Cidade de Lisboa*. 1650 (cópia). Câmara Municipal de Lisboa, Museu de Lisboa, MC. DES. 1084 (pormenor), com marcação a vermelho efetuada pelo autor.

¹⁷ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Maço 3, n.º 31 (original) e ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Maço 4, n.º 47 (treslado setecentista). Segue a transcrição do original: *Item, da parte do norte partem com rua que vay da rua d Atallaya pêra o Rellogio de Sam Roque a quall Rua he da Trindade convem a saber que vay pêra Sam Roque e tem trynta e dous palmos e meo. E da parte do sull comffronta com Rua que vai da dita Rua d Atallaya ffronteira ha tore grande que está no muro da cidade a par do postyguo de Sam Roque e tem hoyto varas que san corenta pallmos e da parte do llevante se conffronta contynuamente com propnydades da Tryndade e tem trynta e cynquo varas e hum pallmo e sam cento e sesenta seis pallmos e da parte do ponente comffronta com a Rua d Atallaya e tem de canto dos casas de Graciall Piriz mulher que foy de Antonyo da Veyga, outro das casas que forão de Vicente Regão que hora trás Guiomar Vaz sua mulher.*

Como propriedade agrícola ainda ligada à produção de azeite, este terreno foi aforado a João Airas, por três vidas, a 15 de dezembro de 1429¹⁸. Posteriormente, foi aforado a Álvaro de Queirós e por fim a Bartolomeu de Andrade¹⁹. Em 9 de julho de 1554, o aforamento agrícola desta herdade foi anulado, compensando-se Beatriz de Andrade, sucessora no aforamento de Bartolomeu de Andrade, com o objetivo de se proceder à sua urbanização²⁰.

A escritura de anulação do aforamento pôs termo a uma longa quezília que afetava os enfiteutas e o Convento da Trindade. A comunidade monástica queria recuperar a propriedade da herdade antes do término do contrato para proceder ao loteamento e urbanização do terreno, esperando assim um valioso encaixe financeiro. Porém, os enfiteutas não queriam largar mão do terreno graciosamente e queriam ser compensados financeiramente pela sua cedência antecipada. Ainda se tentou a via judicial, mas como esta se afigurava demorada, com a apresentação de um recurso ao vigário diocesano e perspetivando-se outro ao nuncio apostólico, a solução foi encontrada com grande pragmatismo: em troca da libertação do terreno, o Convento da Trindade deu a Beatriz de Andrade e ao seu sucessor, enquanto fosse vivo, 25% do rendimento líquido que se conseguisse com os foros dos lotes urbanizados.

O início da urbanização da “Herdade de São Roque” deu-se a 17 de outubro de 1554, com a assinatura das primeiras escrituras de aforamento dos lotes, tendo o processo decorrido de forma muito rápida, com todos os lotes aforados em 30 de janeiro de 1555. As oliveiras foram todas arrancadas e levadas como lenha para a cozinha do Convento da Trindade. No preâmbulo de cada escritura de aforamento define-se a área a ser urbanizada e os motivos financeiros que justificavam a operação urbanística:

E loguo por elles foy dito que antre os bens e propriedades que eles tem assim hé huma tera que foy olival que esta fora dos muros desta cidade junto de San Roque a qual tera parte do norte com rua que vai antre esta tera e chãos do Cabido e do Sul com outra rua que vai antre ela e chãos do dito cabido e do levante com rua que vay de Nosa Senhora do Loreto pera San Roque e do poemte com chãos do cabido; e que ora eles pelo sentirem por proveito e acresentamento das rendas do dito seu musteiro.

Procedemos à leitura de todas as escrituras de aforamento existentes no *Livro 2.º das escrituras do Convento da Trindade* (1551-1558)²¹ e, através da verificação das confrontações de cada um dos lotes desta urbanização, concluímos que a zona urbanizada era constituída apenas pelos dois quarteirões delimitados pelas ruas citadas, separados por uma rua que a percorre no sentido norte-sul, a atual Rua do Diário de Notícias. Após as leituras das várias escrituras concluímos que ambos os quarteirões foram subdivididos em lotes, denominados na documentação por *chãos* com 20 x 90 palmos, ou seja, 4,4 x 19,8 m. A fachada voltada para a rua tinha

¹⁸ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Maço 1, n.º 30.

¹⁹ *Emprasamento que se fez a Álvaro de Queirós e a Bartolomeu de Andrade de uma herdade por detrás da Torre de Álvaro Pais*, documento que se guardava no *Tomo 1.º dos Breves Pontificiais* nos fólhos 354 e 361. Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 97, f. 190.

²⁰ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 78, f. 74-76v.

²¹ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 78.

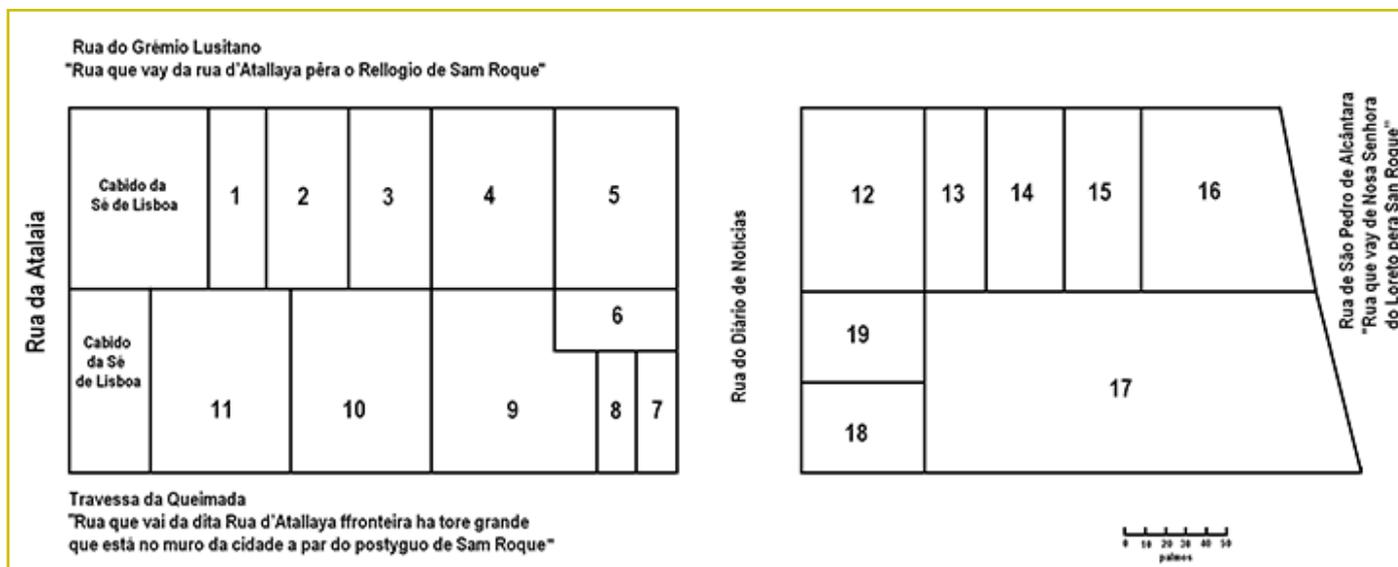


Figura 2 Planta do loteamento da "Herdade de São Roque", 1554-1555. Desenho do autor.

apenas 20 palmos, deixando adivinhar que o interior das habitações era composta por 3 módulos de 30 x 20 palmos, um primeiro voltado para a rua, um segundo voltado para as traseiras e um terceiro de logradouro. Tudo meticulosamente programado, como se vê, e de resto nenhum dos lotes foi aforado individualmente, tendo sido todos aforados em múltiplos (2, 3, 4, etc.), o que ilustra bem o "fôlego" com que estas operações eram levadas a cabo, com a expansão fora de muros de Lisboa a fazer-se já segundo preceitos assumidamente modernos.

Graças às escrituras notariais é possível reconstituir na íntegra o mapa deste loteamento (fig. 2), sendo que a numeração dada aos lotes é nossa. O quarteirão ocidental foi aforado a Sebastião Delgado (lote n.º 1, 17 de outubro de 1554; 38 x 90 palmos)²²; Pero Fernandes (lote n.º 2, 17 de outubro de 1554; 40 x 90 palmos)²³; Sebastião Fernandes (lote n.º 3, 17 de outubro de 1554; 40 x 90 palmos)²⁴; Diogo Fernandes e Maria Pinhoa (lote n.º 4, 30 de janeiro de 1555; 60 x 90 palmos)²⁵; padre Filipe Anes (lote n.º 5, 29 de outubro de 1554; 60 x 90 palmos)²⁶; Sebastião Fernandes, barbeiro do Convento da Trindade (lote n.º 6, 17 de outubro de 1554; 60 x 30 palmos)²⁷; Diogo Lopes, barbeiro (lote n.º 7, 19 de dezembro de 1554; 20 x 60 palmos)²⁸; João Gonçalves, barbeiro

²² Cf. *Ibidem*, f. 87-88v.

²³ Cf. *Ibidem*, f. 84v-86v.

²⁴ Cf. *Ibidem*, f. 89-90v.

²⁵ Cf. *Ibidem*, f. 136v-139v.

²⁶ Cf. *Ibidem*, f. 91-93.

²⁷ Cf. *Ibidem*, f. 140-142.

²⁸ Cf. *Ibidem*, f. 120v-123.

(lote n.º 8, 19 de dezembro de 1554; 20 x 60 palmos)²⁹; Sebastião Gonçalves, cavaleiro fidalgo da casa d'el rei, e Aleixo Álvares (lote n.º 9, 29 de novembro de 1554; 80 x 90 palmos)³⁰; Gaspar Cardoso, logo substituído por Diogo Delgado de Oliveira, cavaleiro fidalgo da casa d'el rei (lote n.º 10, 11 de julho de 1555; 69 x 90 palmos)³¹; e Nicolau Fernandes de Carvalho (lote n.º 11, 16 de novembro de 1554; 69 x 90 palmos)³².

O quarteirão oriental foi aforado ao padre Amador Lopes (lote n.º 12, 29 de outubro de 1554; 60 x 90 palmos)³³; Manuel Dias (lote n.º 13, 19 de novembro de 1554; 30 x 90 palmos)³⁴; Fernão Vaz, moço da câmara d'el rei (lote n.º 14, 8 de novembro de 1554; 38 x 90 palmos)³⁵; Francisca Rodrigues (lote n.º 15, 29 de outubro de 1554; 37 x 90 palmos)³⁶; D.^a Maria Manoel de Vilhena (lote n.º 16, 11 de dezembro de 1554; 67 x 106 palmos)³⁷; Diogo Dias, barbeiro do infante D. Luís (lote n.º 17, 18 de junho de 1555; 215 x 90 palmos)³⁸; Teresa Pinhoa, Beatriz Pinhoa e Maria Pinhoa (lote n.º 18, 18 de novembro de 1554; 45 x 60 palmos)³⁹; e Jorge Fernandes e Catarina Mendes (lote n.º 19, 5 de novembro de 1554; 45 x 60 palmos)⁴⁰.

Muitos dos enfiteutas, por não terem construído em tempo útil as casas nos lotes ou por renegociarem a condição do foro, elaboravam novas escrituras, ou cediam a posição nestes lotes a terceiros, existindo pois as escrituras dos novos aforamentos, renúncias e trespasses de Filipe Anes, clérigo de missa (29 de outubro 1554)⁴¹, Amador Lopes (29 de outubro de 1554)⁴², Sebastião Fernandes (16 de novembro de 1554)⁴³, Maria Manoel de Vilhena (11 de dezembro de 1554)⁴⁴, Mécia Freire (19 de dezembro de 1554)⁴⁵, Manuel Dias Cordeiro (30 de janeiro

²⁹ Cf. *Ibidem*, f. 123v.-125v.

³⁰ Cf. *Ibidem*, f. 113v.-116v.

³¹ Cf. *Ibidem*, f. 152-154v.

³² Cf. *Ibidem*, f. 148v.-150v.

³³ Cf. *Ibidem*, f. 93v.-94v.

³⁴ Cf. *Ibidem*, f. 110-113.

³⁵ Cf. *Ibidem*, f. 104v.-107.

³⁶ Cf. *Ibidem*, f. 101v.-104v.

³⁷ Cf. *Ibidem*, f. 95-96v.

³⁸ Cf. *Ibidem*, f. 146v.-148v.

³⁹ Cf. *Ibidem*, f. 98v.-101v.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, f. 96v.-98.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, f. 132v.-134v.

⁴² Cf. *Ibidem*, f. 134v.-136v.

⁴³ Cf. *Ibidem*, f. 107v.-110.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, f. 130-132.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*, f. 126-129v.

de 1555)⁴⁶, Sebastião Rodrigues, clérigo de missa (18 de outubro de 1555)⁴⁷, licenciado Lourenço Jorge (21 de outubro de 1555)⁴⁸ e Catarina de Sá (2 de dezembro de 1556)⁴⁹.

Cada lote possui uma história própria que é possível reconstituir quase até à atualidade. Escolhemos para este artigo o caso do edifício do Palácio dos Condes de Tomar que corresponde aos lotes n.ºs 14, 15 e 16. O lote n.º 16 foi aforado a D.^a Maria Manoel de Vilhena, a 11 de dezembro de 1554, sendo o lote descrito com 67 x 106 palmos⁵⁰ (14,74 x 23,32 m). A fachada voltada para o atual Largo Trindade Coelho é assim descrita com um comprimento muito próximo ao atual (23,16 m).

Anos mais tarde, D.^a Maria Manoel de Vilhena anexou o lote n.º 15, no dia 30 de abril de 1561⁵¹, e o lote n.º 14, no dia 17 de julho de 1562⁵², ficando desde esta data os três lotes reunidos sob um mesmo proprietário. Desta forma se formou a área onde se implantou o “Palácio dos Condes de Tomar”, reunindo-se com os três lotes os 142 palmos (31,24 m) que perfazem o comprimento total da fachada do edifício na Rua do Grémio Lusitano, valor muito próximo aos 31,65 m atuais.

O contrato de aforamento era a longo prazo, quase sempre em três vidas, e implicava a construção de casas pelo enfiteuta, sob pena de resolução do contrato. Assim, é natural que ao longo do tempo, os enfiteutas aforassem ao Convento da Trindade os lotes vizinhos e construíssem aí anexos ou ampliações das suas casas, que ficavam mais ou menos marcados na arquitetura existente.

É muito provável que D.^a Maria Manoel de Vilhena tenha construído de acordo com o programa arquitetónico imposto pelo Convento da Trindade: casas para habitação, de dois pisos, sendo o térreo para serviços (loja, oficina ou armazém) e o superior para habitação do proprietário ou inquilino. De outra forma, o contrato teria sido resolvido e teríamos assistido a novo contrato com outro enfiteuta, o que não se verificou. É possível que, com mais investigação no arquivo do Convento da Trindade (IAN/TT), nos livros da décima da cidade (Arquivo Histórico do Tribunal de Contas) e nos livros de cordeamento (Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa) se localizem novos documentos que nos informem da evolução deste aforamento, em particular quanto à sucessão dos seus titulares.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, f. 151-152.

⁴⁷ Cf. *Ibidem*, f. 161v.-163v.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, f. 167-168v.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, f. 174v.-177.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, f. 95-96v.

⁵¹ Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 75, f. 80-83. O lote 15 foi originalmente aforado a Francisca Rodrigues no dia 29 de outubro de 1554 e é descrito com 37 x 90 palmos (8,14 x 19,80 m). Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 78, f. 101v.-104v.

⁵² Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 75, f. 126-128. O lote 14 foi originalmente aforado a Fernão Vaz, moço da câmara d’el rei e guarda da Casa da Índia, em 8 de novembro de 1554 e é descrito com 38 x 90 palmos (8,36 x 19,80 m). Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, Livro 78, f. 104v.-107.

Por agora, ficamos com o que a bibliografia nos diz⁵³. Segundo uma tradição pouco fundamentada, em meados do século XVII, o palácio estava ocupado pelo rico armador ligado ao comércio da Índia, Gaspar de Brito Freire, tendo sido abandonado pouco depois pelo seu filho Francisco de Brito Freire, que preferiu residir no palácio que fora do alcaide D. João de Alarcão, na praia da Boavista.

No século XIX, o palácio pertencia ao conselheiro Bartolomeu Dias dos Mártires e Sousa que o doou, com reserva de usufruto, a seu filho Bartolomeu de Oliveira Dias e Sousa, bacharel em direito, em 1877. Ambos residiam no palácio sendo o pai já viúvo. Porém, a 29 de novembro de 1880, o filho morreu de tuberculose e o palácio regressou à propriedade do pai que morreu pouco depois, a 7 de janeiro de 1882. Por decisão do tribunal, o palácio passou para a propriedade da única filha viva do conselheiro, D.^a Sofia Adelaide, condessa de Tomar, casada com António Bernardo da Costa Cabral, 2.^o conde de Tomar. Este era filho primogénito de Costa Cabral (1803-1889), importante ministro de D.^a Maria II e figura controversa no período da Monarquia Constitucional. É pois só a partir de 1882 que o palácio adquire a denominação de “Palácio dos Condes de Tomar”.

Pela morte de Maria Dias e Sousa Costa Cabral, a propriedade do palácio sucedeu para os seus sete filhos, sendo administrada pelo pai dos herdeiros, António Maria da Costa de Macedo, que a arrendou a vários inquilinos e procedeu a diversas obras de conservação⁵⁴. Entre 24 de maio de 1926 e 21 de janeiro de 1966 esteve instalado no palácio o “The Royal British Club”. A 17 de junho de 1969, a Câmara Municipal de Lisboa adquiriu o imóvel aos herdeiros do proprietário, instalando aí a Hemeroteca Municipal de Lisboa em 1973. Funcionaram no palácio muitos outros equipamentos e instituições.

Em 1993 foi recuperada apenas a fachada do edifício no âmbito da “Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura”, mantendo-se a falta de obras de manutenção, o que levou a que, em 1997, fosse instalado um telhado de zinco. Em 2000 iniciaram-se obras de manutenção mais profundas, tendo a Hemeroteca reaberto em 19 de março de 2001. Alguns problemas persistiram, tendo a Câmara Municipal optado em 2004 por retirar o equipamento do Palácio dos Condes de Tomar⁵⁵, decisão que foi sendo adiada até 2013, data em que se efetivou a transferência

⁵³ Cf. *Arquivo Pittoresco: semanário ilustrado*. Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1864. T. 7, N.^o 39. *A Propriedade Urbana*. 3.^a Série. Lisboa: Associação Lisbonense de Proprietários, 1970. Ano LVI, N.^o 185. ATAÍDE, M. Maia, coord. - *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Junta Distrital, 1975. vol. 5, t. 2, p. 55. CARITA, Hélder - Palácio Brito Freire – Tomar. In FRANÇA, José-Augusto, coord. - *A Sétima Colina: roteiro histórico-artístico*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 72-73. CARITA, Hélder - *Bairro Alto: tipologia e modos arquitectónicos*. 2.^o ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1994. ISTITUTO TECNICO STATALE PER GEOMETRI “ANTONIO DA SANGALLO IL GIOVANNI” – *Il Palazzo del Marchese di Tomar: Bairro Alto di Lisbona*. Terni: MPI – Direzione Generale Scambi Culturali, [1994?]. VALE, Teresa; FERREIRA, Maria; COSTA, Sandra - Palácio dos Marqueses de Tomar / Hemeroteca Municipal. *SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* [Em linha]. (2001) [Consult. 26.11.2013]. Disponível na internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20220. Condes de Tomar (Palácio dos). *RevelarLX* [Em linha]. [Consult. 26.11.2013]. Disponível na internet: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1348>

⁵⁴ Cf. AML, Obras Particulares, *Obra n.º 552*.

⁵⁵ Cf. PEREIRA, Micael - Palácio espera telhado. *A Capital*. (5 ago. 1999) p. 6. BARATA, Clara - Hemeroteca à espera de uma biblioteca. *Público*. (6 dez. 1993) p. 37. HENRIQUES, Ana - Hemeroteca de Lisboa fechada até Janeiro. *Público*. (29 nov. 2000) p. 54. LUIS, Sara Belo - Hemeroteca de Lisboa: a babel do efêmero. *Visão*. (mar. 2001) 418, p. 15-21. AMARAL, Francisco Keil do - Hemeroteca Municipal de Lisboa: obras e novos serviços. *Biblioteca: revista das bibliotecas municipais de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. N.^o 9-10 (2002), p. 72-73. HENRIQUES, Ana - Hemeroteca de Lisboa muda de casa no ano que vem. *Público*. (3 out. 2004) p. 52. FERREIRA, Ana Dias - Hemeroteca fechada por falta de condições. *Diário de Notícias*. (08 dez. 2005) p. 43. HENRIQUES, Ana - Hemeroteca de Lisboa passa para Benfica. *Público*. (13 jan. 2006) p. 55.



Figura 3 Planta do piso térreo do Palácio dos Condes de Tomar com a marcação dos limites dos lotes aforados por D.^a Maria Manoel de Vilhena ao Convento da Trindade em 1554, 1561 e 1562. Levantamento publicado em ISTITUTO TECNICO STATALE PER GEOMETRI “ANTONIO DA SANGALLO IL GIOVANNI” – *Il Palazzo del Marchese di Tomar: Bairro Alto di Lisbona*. Terni: MPI – Direzione Generale Scambi Culturali, [1994?], manipulado pelo autor.

do espólio. Neste mesmo ano vendeu-se o edifício à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sua atual proprietária, que aí pretende instalar o Arquivo e Biblioteca da Revista *Brotéria* da Companhia de Jesus, sob projeto de José Pedro Neuparth, Arquitecto Lda.

A documentação informa-nos que, em 1554, D.^a Maria Manoel de Vilhena aforou um lote com a obrigação de aí construir a sua habitação. Posteriormente, em 1561 e 1562, anexou dois lotes vizinhos reunindo assim os três lotes da “Herde de São Roque do Convento da Santíssima Trindade” que compõem hoje a área do “Palácio dos Condes de Tomar”. Estes factos dizem-nos que a génese construtiva do palácio é de 1554 e que deve ter sido aumentado em 1561-1562. Não é espectável qualquer vestígio humano anterior porque sabemos que, antes do processo de loteamento e urbanização, o terreno era ocupado por um olival. O facto de algumas paredes coincidirem com os limites dos lotes originais (fig. 3) leva-nos a crer que, em 1561-62, D.^a Maria Manoel de Vilhena absorveu com os lotes vizinhos as construções concretizadas pelos anteriores enfiteutas que depois integrou na sua habitação, uniformizando o conjunto.

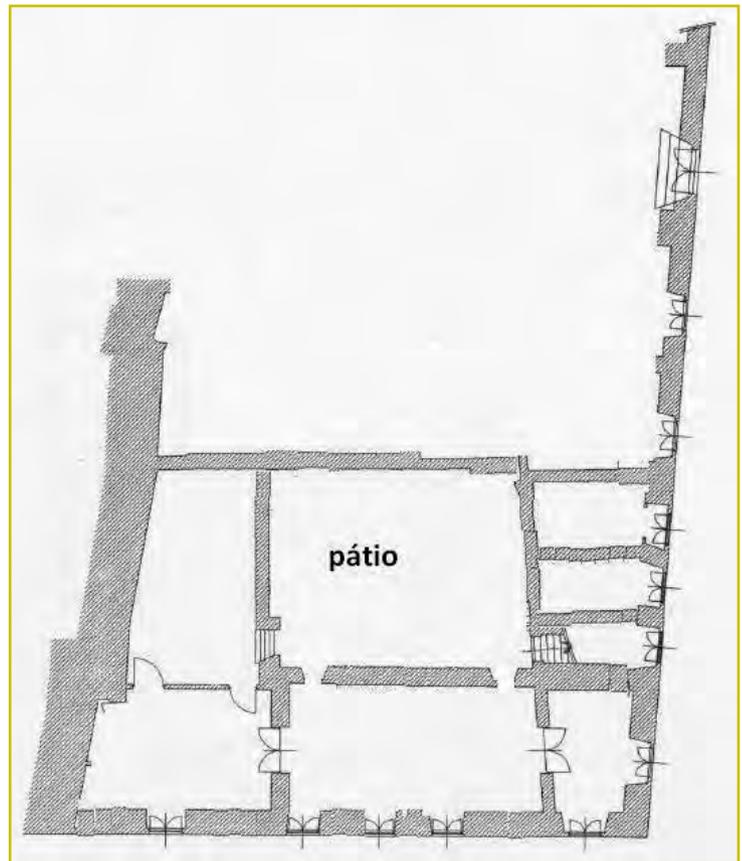


Figura 4 Proposta de planta do edifício I construído por D.^a Maria Manoel de Vilhena na sua forma original (1554). Levantamento publicado em ISTITUTO TECNICO STATALE PER GEOMETRI "ANTONIO DA SANGALLO IL GIOVANNI" – *Il Palazzo del Marchese di Tomar: Bairro Alto di Lisbona*. Terni: MPI – Direzione Generale Scambi Culturali, [1994?], manipulado pelo autor.

São essas paredes:

- a) a parede que se desenvolve no sentido norte-sul que separa a cozinha da escadaria monumental e que corresponde à linha de divisão original entre o lote n.º 16 e o lote n.º 15;
- b) a parede que se desenvolve no sentido norte-sul que corresponde à linha de divisão original entre o lote n.º 14 e o lote n.º 15.

Quanto à planta original dos edifícios quinhentistas (o I de 1554 e o II de 1562), parece-nos possível apresentar uma proposta de reconstituição, tendo em conta a tipologia arquitetónica da época e a análise do levantamento atual, dando especial atenção às paredes de grande espessura, que devem ser ainda as originais.

O edifício I, iniciado em 1554 (fig. 4), teria de se circunscrever ao terreno aforado nessa data por D.^a Maria Manoel de Vilhena. O facto de haver no interior diversas paredes de avultada espessura, que normalmente são exteriores,

leva-nos a considerar que houve um pátio interior, solução comum nesta época e tipologia arquitetónica, o qual terá sido ocupado, no século XIX, pela escadaria monumental. O edifício I seria assim uma habitação com planta em U, modelo frequente na arquitetura palaciana lisboeta. Haveria duas fachadas, estando a principal voltada para o Largo de São Roque, onde seriam visíveis três corpos, eventualmente marcados com três telhados de tesoura. O corpo central corresponde ao atual átrio e possuía uma planta longitudinal, sendo ladeado por dois corpos mais pequenos.

Na planta que apresentamos marcámos cinco portas nesta fachada, mas não nos surpreenderia se fossem apenas três, uma para cada corpo, ou mesmo apenas uma, sem qualquer correspondência com os atuais vãos, pois, segundo a mentalidade da época, o acesso ao interior era restrito pelo menor número de portas possível. Também não sabemos se os corpos laterais teriam a mesma altura que o corpo central ou se seriam ligeiramente mais altos, a modo de torres.

A fachada da Rua do Grémio Lusitano seria secundária. Possuía apenas dois corpos com uma porta que permitiria o acesso ao interior do palácio, que poderá corresponder ao vão que ainda hoje existe. As restantes três portas – hoje convertidas em janelas, mas ainda marcadas no interior – dariam acesso a três espaços que seriam autónomos e que poderiam ser lojas ou oficinas arrendadas a artífices ou usadas para vender os produtos da casa. Teriam paredes que as separavam entre si e não teriam acesso direto ao interior da casa. As aberturas que as ligam à casa principal foram abertas posteriormente com sacrifício da parede principal.

A divisão que estava a sul do pátio, no logradouro, porque estava rodeada de paredes cegas e interiores, e tinha a sua única fachada voltada a norte, não tendo por isso qualquer exposição solar, tinha as condições ideais para ser o armazém da casa. Provavelmente, apenas teria um piso, porque como estava no logradouro e não estava voltada para a rua, não necessitava de obedecer ao programa imposto pelos frades da Trindade. A ser o armazém da casa, como supomos, não teria janelas mas apenas uma porta que daria acesso para o pátio interior.

O pátio interior providenciava espaço exterior e ar fresco para todas as divisões (sem com isso permitir a devassa pelos olhares alheios dos transeuntes) e fácil acesso entre todas as divisões da casa (a modo de “praça de armas” na arquitetura militar), funcionando assim, simultaneamente, como área de lazer, higienização e comunicação.

Sabemos que, originalmente, o edifício estava obrigado por disposição contratual do aforamento a ter dois pisos, pelo menos nas fachadas exteriores. Este piso superior seria acessível por uma escada que ainda hoje existe (embora tenha havido uma natural substituição de materiais), com apenas um lanço, que se projetava sobre uma das lojas. O piso superior repetiria a mesma estrutura, mas era inteiramente dedicado a zonas de habitação, divisões que comunicavam entre si e que funcionavam como salas e quartos, cada vez mais restritos a terceiros conforme se avançava na casa.

Tal como D.^a Maria Manoel de Vilhena, também os outros enfiteutas tiveram de construir as suas habitações, as quais foram absorvidas e integradas no edifício principal, compondo assim o edifício II (fig. 5). Essas casas pré-

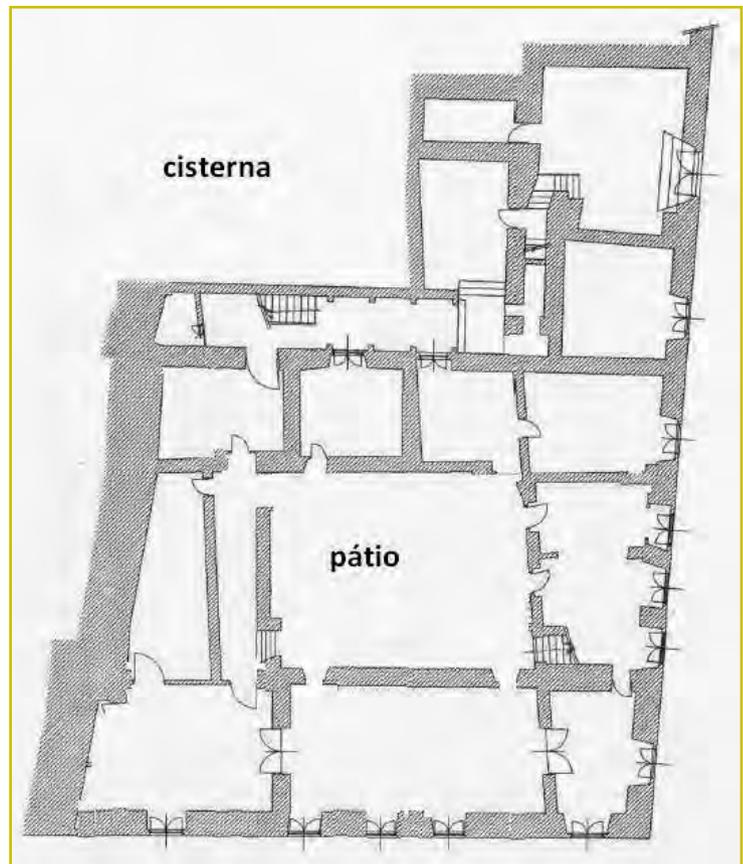


Figura 5 Proposta da planta do edifício II construído por D.^a Maria Manoel de Vilhena depois da anexação dos dois lotes a oeste (1561-1562). Levantamento publicado em INSTITUTO TECNICO STATALE PER GEOMETRI “ANTONIO DA SANGALLO IL GIOVANNI” – *Il Palazzo del Marchese di Tomar: Bairro Alto di Lisbona*. Terni: MPI – Direzione Generale Scambi Culturali, [1994?], manipulado pelo autor.

-existentes devem corresponder às três divisões que estão voltadas para a Rua do Grémio Lusitano. De qualquer forma, D.^a Maria Manoel de Vilhena parece ter abdicado da forma em U do seu edifício e optado pela forma de quadrado com pátio ao centro. A oeste repetiu a métrica da fachada voltada para o Largo Trindade Coelho, fazendo porém quatro divisões voltadas para o logradouro. Abriu para isso vãos de passagem na antiga parede de divisão da propriedade. Porque já estava construído, manteve o corpo mais a poente que permaneceu como um “apêndice” em relação ao quadrado arquitetado como edifício principal. Este corpo poente tomaria certamente partido da vista sobre o Tejo e da exposição solar no seu alçado posterior, voltado a sul. A fachada posterior, apesar de mascarada por anexos do século XX, deixa ver óculos de iluminação e uma varanda de pedra corrida, suportada por mísulas, numa solução possivelmente de finais do século XVIII ou início do XIX, que demonstra bem que esse alçado foi valorizado pelo proprietário, pelas características já enumeradas.

Ainda em época antiga, as três lojas foram suprimidas e convertidas numa divisão da casa e foi feita uma parede no interior da divisão cega (a que chamámos de armazém) que permitiu a comunicação interior entre o lado este e oeste do edifício sem passar pelo pátio.

O logradouro deste edifício II ficou circunscrito ao canto sudoeste do conjunto onde foi construída uma cisterna de captação de águas pluviais, como era frequente existir na zona ocidental de Lisboa, dado que essa parte da cidade não possuía fontes naturais nem abastecimento por aqueduto, lacuna que só foi suprimida no século XVIII com o Aqueduto do Loreto, subsidiário do Aqueduto das Águas Livres. Esta cisterna foi construída como uma “caixa” de alvenaria elevada que preenche totalmente o logradouro disponível. Além de usar o princípio dos vasos comunicantes para conduzir a água, elevou também a cota original do chão, proporcionando uma maior exposição solar e salubridade ao local.

Complementares à cisterna, existem ainda um respirador, duas cubas de pedra mármore e várias estruturas que merecerão um estudo especializado em hidráulica. É possível que esta cisterna seja aquela que, em inícios do século XVII, os padres jesuítas da Casa Professa de São Roque afirmavam existir numa casa privada nas imediações e que abastecia a sua casa⁵⁶, complementando assim o abastecimento das duas cisternas existentes no claustro grande.

Em torno da cisterna, pelos lados norte e este, foi feito um corredor com pavimento de pedra, que vai descendo em patamares, passando por um pequeno túnel de quatro arcos abatidos, cobertos por lajes de pedra, que



Figura 6 Aspeto geral do interior da estrutura arquitetónica associada à cisterna, onde se preserva uma cuba de pedra e alvenaria. Fotografia do autor, 28-11-2013.

⁵⁶ Cf. ANTT, *Armário Jesuítico*, Livro 5, p. 119-133.

sustenta hoje uma varanda do piso 1, desembocando num arco com um peitoril em pedra, que pensamos ser um antigo poço. Este corredor, arcos e poço compõem um pequeno conjunto arquitetónico, próprio de um capricho palaciano para lazer dos seus proprietários, que celebra a água como elemento essencial à vida e o seu domínio artificial, o que demonstra bem o requinte artístico e intelectual do proprietário. Esta estrutura pode ser datada ainda da segunda metade do século XVI, graças aos azulejos que ostenta nas suas paredes e que nos relatam a evolução do local (fig. 6).

Estes azulejos foram sumariamente descritos por Helder Carita em 1994 como um "conjunto de azulejaria do século XVII de rara qualidade estética, em padronagem azul e amarelo, e barras com desenhos de meninos"⁵⁷.

Neles podemos identificar os padrões P-67 (fig. 7), visto por Santos Simões na Sala dos Reis do Convento de Cristo de Tomar, cujo revestimento data de 1618; o P-85 (fig. 8) visto na região de Coimbra, na Capela de Nossa



Figuras 7 e 8 Revestimentos de azulejos existentes no logradouro do Palácio dos Condes de Tomar. À esquerda: padrão P-67 datável de 1618. À direita: padrão P-85 em baixo, P-84 variante em cima e guarnição C-61. Fotos de Câmara Municipal de Lisboa, Divisão de Comunicação e Imagem, Luís Ponte, julho de 1997.

⁵⁷ Cf. CARITA, Helder, *op. cit.*, 1994, p. 73.

Senhora das Neves do Pinheiro em Avelãs de Cima (Anadia); uma variante inédita do P-84; um padrão inédito próximo do P-387, P-388 e P-389; a guarnição C-61 decorada com meninos e localizada também na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios de Peniche e a guarnição C-71, uma das mais frequentes no nosso país⁵⁸.

Porém, a aplicação dos azulejos foi feita em várias épocas, levando a que tivéssemos identificado quatro momentos distintos e elaborado uma proposta de cronologia da sua aplicação no espaço.

Os mais antigos são os azulejos brancos lisos que assumem a função de pilastras dos quatro arcos do túnel (figs. 9 e 10). São os únicos que, de forma contínua, vão até ao pavimento de pedra pelo que estão associados com os arcos e com o pavimento, ou seja, com a campanha arquitetónica. São azulejos datáveis da segunda metade do século XVI, onde foram muitas vezes utilizados nas composições de azulejos enxaquetados, datando assim a campanha arquitetónica.



Figuras 9 e 10 Primeiro momento do revestimento azulejar: azulejos brancos e lisos, típicos da segunda metade do século XVI, utilizados em todo o país em revestimentos enxaquetados. Estes azulejos assumem a imagem de pilastras prolongando a linha do arco até ao pavimento em pedra. São assim associáveis à arquitetura do espaço, em particular aos arcos e ao pavimento. São os únicos que se relacionam com o pavimento de pedra. Fotografias do autor, 28-11-2013.

⁵⁸ Cf. SIMÕES, João Miguel dos Santos - *Azulejaria em Portugal no século XVII – Tipologia*. 2.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 34, 35, 38, 39, 149, 150 e 154.



Figuras 11 e 12 Segundo momento do revestimento azulejar: azulejos de padrão tapete e cercadura, datáveis da primeira metade do século XVII, que foram aplicados tendo em conta um pavimento mais elevado. Fotografias do autor, 28-11-2013.

Depois, algures no primeiro quartel do século XVII, o pavimento de pedra foi aterrado e substituído por um novo pavimento, provavelmente em tijoleiras. Tendo em conta esta cota mais elevada, foram aplicados os painéis seiscentistas com os padrões P-85, a variante do P-84, o padrão inédito e as guarnições C-61 e C-71 (figs. 11 e 12).



Figuras 13 e 14 Terceiro momento do revestimento azulejar: reaplicação do padrão seiscentista P-67, eventualmente proveniente do Convento de Cristo de Tomar, propriedade da família Costa Cabral, com cercadura pombalina. Padrões pombalinos com a mesma cercadura. Este terceiro momento é datável da segunda metade do século XIX mas ainda tem em conta a cota mais elevada do pavimento. Fotografias do autor, 28-11-2013.



Figura 15 Quarto momento do revestimento azulejar: após a descoberta do pavimento em pedra original, este foi destapado e o espaço entre o pavimento e os azulejos preenchido com azulejos de várias épocas. Este momento pode ser datado de entre os finais do século XIX até ao primeiro quartel do século XX. Fotografia do autor, 28-11-2013.

Mais tarde, já no século XIX e baseando-se no pavimento mais elevado, foi aplicado o padrão seiscentista P-67 (fig. 13) mas com uma cercadura do século XVIII/XIX, o que denuncia a incongruência cronológica da sua aplicação. Por outro lado, os azulejos deste padrão apresentam diversas falhas nas arestas do vidrado, patologia que normalmente vemos em painéis de azulejos retirados do seu local original e reaplicados noutra local. O facto do padrão P-67 existir na Sala dos Reis do Convento de Cristo de Tomar e da família Costa Cabral ter sido a proprietária deste mosteiro após a sua extinção, leva-nos a propor a hipótese que dos azulejos do padrão P-67 existentes no Palácio dos Condes de Tomar, em Lisboa, sejam provenientes do Convento de Cristo de Tomar tendo sido trazidos para aqui pela família Costa Cabral no século XIX. Nesta época foram também aplicados azulejos pombalinos (fig. 14).

Finalmente, num quarto momento, provavelmente já no início do século XX, o pavimento mais elevado foi retirado, pôs-se a descoberto o pavimento original de lajes de pedra e preencheram-se as lacunas existentes entre os painéis de azulejos seiscentistas e o pavimento quinhentista com uma amálgama de azulejos dos séculos XVII, XVIII e XIX (fig. 15).

Para o século XVIII, o Palácio dos Condes de Tomar não apresenta qualquer vestígio de campanhas de obras relevante. A fachada que apresenta e a decoração interior, onde abundam os estuques de grande qualidade, são já de meados e da segunda metade do século XIX, embora haja uma evocação do gosto do Barroco italiano.



Figuras 16, 17 e 18 À esquerda: alçado do Palácio dos Condes de Tomar na Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 1, o qual pretende dar a ilusão que pertence ao palácio vizinho através da cópia das molduras da fachada, cêrcea da cobertura, etc. Ao centro, porta dissimulada na parede do piso do andar nobre, a qual dá acesso a um pequeno gabinete. À direita, armário encastrado na parede do gabinete secreto onde eram guardados os valores do proprietário do edifício. Fotografias do autor, 28-11-2013.

A linha de separação do edifício no seu limite sul possui uma inclinação relativamente ao Largo Trindade Coelho, mas corre paralela à fachada da Rua do Grémio Lusitano. Essa linha diagonal corresponde ainda aos limites do loteamento quinhentista, pelo que as pequenas salas com forma triangular que parecem ter sido anexadas ao edifício vizinho são na verdade (e sempre foram) parte integrante do Palácio dos Condes de Tomar. A ilusão de que poderiam ter sido “roubadas” ao edifício vizinho resulta do tratamento da fachada do Largo Trindade Coelho, feita já em meados no século XIX. Por qualquer razão, quis dar-se a ilusão ao transeunte que essa porta dava acesso ao palácio vizinho, quando na verdade dava acesso ao Palácio dos Condes de Tomar.

O tratamento destas fachadas, a do Palácio dos Condes de Tomar e do edifício vizinho, bem como dos restantes edifícios do Largo Trindade Coelho, resulta da implementação de um plano de remodelação urbana conjunto que envolveu os esforços da Câmara Municipal de Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que pretendeu reordenar o Largo de São Roque, de planta irregular, marcado pelas ruínas da Torre de Álvaro Pais e palco de um flagelo social que marcava a zona: a prostituição.

Em meados do século XIX, o largo foi reformulado: demoliram-se as ruínas da muralha fernandina; deu-se-lhe uma planta quadrada e regular; construiu-se uma fachada falsa que impediu o acesso do público ao “Pátio do Patriarca” e às traseiras do Palácio dos Marqueses de Nisa, arruamentos muito conotados com a prostituição, onde foi instalada a sede da Companhia das Carruagens Lisbonenses; projetou-se uma nova fachada neo-clássica



Figura 19 Fachada nova do Palácio dos Condes de Tomar, meados do século XIX. Fotografia: Câmara Municipal de Lisboa, Divisão de Comunicação e Imagem, Luís Ponte, 1997.

para a Misericórdia (nunca construída) da autoria de Pierre Jozeph Pezerat, a quem se pediu «que tenha em consideração toda a simetria e regularidade do frontispício, e a sua devida correspondência com o largo, que deve vir a ser um dos mais formosos da Cidade»⁵⁹; e erigiu-se um monumento ao centro, evocativo do casamento régio entre o rei D. Luís e D.^a Maria Pia⁶⁰. O reordenamento da fachada do Palácio dos Condes de Tomar (e do palácio vizinho) deve ter feito parte deste esforço de tornar o Largo de São Roque num dos “mais formosos da cidade”. A decisão de se dar a ilusão que 1,33m da sua fachada pertenciam à fachada do edifício vizinho (fig. 16) pode decorrer de opções estéticas de arquitetura (para se dar uma simetria e equilíbrio entre ambas as fachadas) ou de questões sociais e/ou políticas (desejava-se que o transeunte julgasse que as pessoas que entravam por aquela porta se dirigiam ao palácio vizinho e não ao Palácio dos Condes de Tomar). O facto de existir, no piso nobre, uma porta dissimulada (fig. 17), que dá acesso a um pequeno gabinete onde está um armário encastrado (fig. 18), revela que o espaço foi usado também como esconderijo para a guarda de valores.

⁵⁹ Cf. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico, Órgãos de administração, deliberações da mesa, Livro SCML\0A\MS\04\Lv 002, *Sessão de 2 de junho de 1853*, f. 10.

⁶⁰ Cf. SIMÕES, João Miguel - A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Bairro Alto em meados do século XIX: problemas sociais e políticas de contenção. *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia. N.º 29/30 (2013), p. 150-161.

A nova fachada (fig. 19) teve, acima de tudo, preocupações estéticas, valorizando a simetria e a sobriedade, mas ao mesmo tempo uma vocação palaciana dada pela escala, pelo desenho das molduras e pela animação dos estuques nas paredes exteriores, o que levou a que se visse nela um Barroco joanino de inspiração italiana. Contudo, é uma fachada da segunda metade do século XIX, que não atribuímos a Pierre Jozeph Pezerat, por este arquiteto possuir uma linguagem estética neoclássica, apesar de ter sido ele o responsável pela remodelação arquitetónica do atual Largo Trindade Coelho, projetando para aí diversos edifícios. Terá a presença da Capela de São João Baptista⁶¹, existente na próxima Igreja de São Roque, muito valorizada na segunda metade do século XIX⁶², sido determinante para a escolha da linguagem estética da fachada do Palácio dos Condes de Tomar? Não o sabemos.

A porta principal é marcada por um portal que dá acesso a um átrio que deixa antever de imediato a escadaria monumental, a qual, por sua vez, leva o visitante diretamente ao piso 2, o andar nobre. Fica assim o piso 1 resguardado para os residentes. Esta escadaria monumental foi construída no antigo pátio do edifício e o piso 2 construído sobre o existente. De facto, entre o piso 2 e o piso 1 há um friso na fachada que pode marcar a diferenciação entre o edifício existente, quinhentista, e o piso nobre construído sobre aquele.

Há outro pormenor que pode comprovar que o atual edifício resulta do acréscimo no século XIX dos pisos 2 e 3 diretamente sobre os pisos 0 e 1, pré-existentes e, muito provavelmente, ainda quinhentistas. A sala que denominámos de “armazém” do edifício I foi, em data incerta, abobadada. O tipo de abóbada, abatida e em tijolo, parece ser já do século XIX. Porém, a dada altura, houve a necessidade de se fazer uma parede de reforço que truncou a abóbada mas denuncia que houve um acréscimo de carga que a parede ou a abóbada não suportou.

Ainda no piso térreo, as várias salas que abrem para a rua têm autonomia, podendo ser lojas para arrendamento ou escritórios de atendimento dos serviços do proprietário. Algumas destas lojas viram a sua entrada principal

⁶¹ Projeto de Luigi Vanvitelli e Nicola Salvi com adições de João Frederico Ludovice, de 1743-1744, foi um modelo arquitetónico e artístico fundamental, principalmente a partir de 1755, com o desaparecimento da Igreja Patriarcal, inspirando diversas capelas e igrejas em todo o país, principalmente no reinado de D. Maria I (1777-1816).

⁶² A Capela de São João Baptista da Igreja de São Roque era visita obrigatória dos viajantes estrangeiros, a par de Maфра ou Sintra, evocando-se o extraordinário dispêndio e capricho de D. João V na sua encomenda a Roma (veja-se o relato de Lady Catherine Charlotte Jackson que a visitou em 1873). Na segunda metade do século XIX, esta capela foi alvo de grande interesse, pelo facto de ser um exemplar da melhor arte italiana existente em Lisboa, sendo representada em pinturas a óleo por James Holland (MNAA, inv. 1739, pintura atualmente exposta no Museu de São Roque) e a aguarela por Roque Gameiro (Museu de São Roque, em reserva) publicando-se para venda diversas gravuras, entre as quais a de João Pedro Ribeiro (1847) (disponível em <http://purl.pt/7097>), cópias coloridas da aguarela de Roque Gameiro e por fim fotografias de Francesco Rocchini (1893) e Augusto Bobone (1900). Algumas das peças do seu tesouro foram expostas na Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola (1882). Eça de Queirós cita-a n' *A Relíquia* (1887) como uma das grandes realizações artísticas e culturais de Portugal. Em 1893, foi publicado o primeiro estudo monográfico da autoria de Vicente de Almeida e Sousa Viterbo. A rainha D.^a Amélia requisitou algumas das peças do seu tesouro, em 1899, para as desenhar. A Casa Leitão & Irmão lançou o *Serviço de Chá D. João V*, composto por peças de ourivesaria baseadas no tesouro da capela (Palácio Nacional da Ajuda, inv. 10737 e 10738). O interesse oitocentista culminou com a exposição do seu tesouro, patrocinada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na sacristia da Igreja de São Roque, em 1898-1905, e por fim com a criação do Museu do Tesouro da Capela de São João Baptista, inaugurado pela família real, a 11 de janeiro de 1905 e génese do atual Museu de São Roque.

fechada, outras foram abertas para o interior da casa. Duas destas divisões têm mais dependência com o palácio: a sala 1, que é acedida pela “entrada secreta” – a porta que, aparentemente, daria acesso ao edifício vizinho; e a sala 2, que permite acesso ao átrio. O átrio também dá acesso, através de entradas colaterais, a duas áreas de circulação que rodeiam a escadaria monumental. Uma delas, a do lado esquerdo, dá acesso ao piso 1 que era a zona privativa dos residentes, ocupado pelos quartos e escritórios privativos, onde não se franqueava a entrada aos visitantes.

O piso 2 era o andar nobre para utilização nos eventos sociais dos residentes, com salas amplas, decoradas com tetos estucados e com uma capela. Segundo a estética da época, estas divisões seriam totalmente preenchidas por pintura mural com motivos pompeianos, neo-clássicos ou românticos com folhagens, ruínas e paisagens. A questão residirá em saber se foram totalmente destruídas ou se ainda se preservam, como é frequente, por baixo de diversas camadas de cal. Mesmo que se preservem, é frequente estarem em muito mau estado, o que justificou, logo de início, a sua ocultação pela cal.

Foi nesta época que se deu ao corpo oeste autonomia em relação ao edifício principal, a qual se encontra claramente na fachada pois, aparentemente, não existe qualquer ligação com o palácio. A razão desta autonomia



Figura 20 Salão de fumo do Palácio dos Condes de Tomar, destinado a jantar e tertúlias exclusivamente masculinas. À esquerda, pormenor do revestimento com couros decorativos e à direita pormenor da lareira com pedras nobres. Fotografia do autor, 28-11-2013.

poderá ser justificada pela intenção de se vir a arrendar a terceiros este corpo ou de criar aqui um “refúgio” social para o proprietário. A comprovar esta última hipótese temos a extraordinária sala de jantar, revestida a madeira e couro decorado com as insígnias da família Cabral (cabras rampantes) (**fig. 20**) e com uma lareira em pedra decorativa negra. Trata-se de um “salão de fumo”, ou seja, uma sala de jantar restrita a homens onde o proprietário e os seus convidados poderiam ter um banquete mais animado e liberto de algumas das restrições sociais impostas pela presença das damas, podendo-se fumar, beber álcool, debater política e outros assuntos considerados “mais elevados” ou mais brejeiros, num evento conhecido como “sarau” ou “tertúlia” como são descritos nos romances queirosianos.

Esta sala de jantar era servida por uma cozinha própria, que ainda hoje existe, e lhe ficava por baixo, sendo o acesso feito de forma rápida por uma escada e um corredor que abre diretamente para a sala de jantar. A cozinha mantém a chaminé, o armário da despensa, a pia de despejo, a escada de acesso à sala de jantar que lhe está por cima e um revestimento azulejar.

No sótão do Palácio dos Condes de Tomar, existiam diversas salas que funcionavam como quartos da criadagem, com cozinha privativa e eram aquecidos pelas chaminés das lareiras do piso nobre.

CONCLUSÃO

O Palácio dos Condes de Tomar teve a sua origem nas décadas de 1550-1560 enquanto palácio de D.^a Maria Manoel de Vilhena. As suas paredes interiores denunciam um palácio com planta quadrada com um pátio no centro, acrescido de um corpo longitudinal que acompanhava a rua. No logradouro, elevou-se a cota para se beneficiar da exposição solar, recorrendo-se, possivelmente, a uma cisterna que urge descobrir. Aplicaram-se pequenos caprichos arquitetónicos revestidos a azulejos que ainda hoje se preservam.

Na segunda metade do século XIX, fez-se uma intervenção que incidiu sobre a fachada - animada com estuques, cantarias de gosto italiano e grades decorativas - e o interior - com a introdução da escadaria monumental no antigo pátio e de diversos tetos estucados. Esta intervenção não abrangeu deliberadamente o prolongamento oeste, dando-lhe assim autonomia como edifício desligado do principal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro 2.º de D. João I, doc. 9 e 10.

Obra n.º 552.

Tombo das propriedades foreiras à Câmara.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Armário Jesuítico, Livro 5.

Chancelaria Régia, D. Manuel I, Livro 1, f. 160.

Convento da Santíssima Trindade de Lisboa:

Livro 65.

Livro 75.

Livro 78.

Livro 97.

Livro 107.

Maço 1, n.º 30.

Maço 2, n.ºs 77 e 78.

Maço 3, n.º 31.

Maço 4, n.º 47.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico

Órgãos de Administração, Deliberações da Mesa, Livro SCML\OA\MS\04\Lv 002.

Fontes Impressas

Livro primeiro de tomo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa: documentos para a história da cidade de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal, 1950-1952. 2 vol.

Bibliografia

A propriedade urbana. Lisboa: Associação Lisbonense de Proprietários, 1970. 3.ª série, ano LVI, n.º 185.

ALBERTO, Edite - Trinitários. In AZEVEDO, Carlos Moreira - *Dicionário de história religiosa de Portugal.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. vol. 4, p. P-V, apêndices.

AMARAL, Francisco Keil do - Hemeroteca Municipal de Lisboa: obras e novos serviços. *Biblioteca: revista das bibliotecas municipais de Lisboa.* Lisboa: Câmara Municipal. Nº 9-10 (2002).

Archivo pittoresco: semanário ilustrado. Lisboa: Typographia de Castro e Irmão, 1864. T. 7, N.º 39.

ATAÍDE, M. Maia, coord. - *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa.* Lisboa: Junta Distrital, 1975. vol. 5, t. 2.

BARATA, Clara - Hemeroteca à espera de uma biblioteca. *Público.* (6 dez. 1993) p. 37.

CARITA, Hélder - Palácio Brito Freire – Tomar. In FRANÇA, José-Augusto, coord. - *A Sétima Colina: roteiro histórico-artístico.* Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

CARITA, Hélder - *Bairro Alto: tipologia e modos arquitectónicos.* 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1994.

CARITA, Hélder - *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521.* Lisboa: [s.n.], 1998. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CARITA, Hélder - *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521.* Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARITA, Hélder - A igreja, a rua larga e o Bairro Alto de São Roque. In MORNA, Teresa; MANTAS, Helena Alexandra - *Património arquitectónico: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.* Lisboa: Santa Casa da Misericórdia; Museu de São Roque, 2006. vol. 1.

Condes de Tomar (Palácio dos). *RevelarLX* [Em linha]. [Consult. 26.11.2013]. Disponível na internet: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1348>.

FERREIRA, Ana Dias - Hemeroteca fechada por falta de condições. *Diário de Notícias.* (8 dez. 2005) p.43.

HENRIQUES, Ana - Hemeroteca de Lisboa fechada até Janeiro. *Público*. (29 nov. 2000) p. 52.

HENRIQUES, Ana - Hemeroteca de Lisboa muda de casa no ano que vem. *Público*. (3 out. 2004) p. 55.

HENRIQUES, Ana - Hemeroteca de Lisboa passa para Benfica. *Público*. (13 jan. 2006) p. 54.

ISTITUTO TECNICO STATALE PER GEOMETRI "ANTONIO DA SANGALLO IL GIOVANNI" – *Il Palazzo del Marchese di Tomar: Bairro Alto di Lisbona*. Terni: MPI – Direzione Generale Scambi Culturali, [1994?].

LOPES, Fernão - *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono rei destes reinos*. 4.^a ed. Porto: Livraria Civilização, [s.d.].

LUIS, Sara Belo - Hemeroteca de Lisboa: a babel do efémero. *Visão*. (mar. 2001) 418.

PEREIRA, Micael - Hemeroteca sem telhas há mais de três anos: palácio espera telhado. *A Capital*. (5 ago. 1999).

SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo - *História cronológica da Santíssima Trindade*. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1939. vol. 1.

SIMÕES, João Miguel - A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Bairro Alto em meados do século XIX: problemas sociais e políticas de contenção. *Cidade Solidária*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia. N.º 29/30 (2013), p. 150-161.

SIMÕES, João Miguel dos Santos - *Azulejaria em Portugal no século XVII – Tipologia*. 2.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. t. 1.

VALE, Teresa; FERREIRA, Maria; COSTA, Sandra - Palácio dos Marqueses de Tomar / Hemeroteca Municipal. *SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* [Em linha]. (2001) [Consult. 26.11.2013]. Disponível na internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20220.



O palácio dos marqueses de Alegrete à Mouraria: do palácio ausente à memória do sítio

The palace of the marquises of Alegrete in Mouraria: the
absent palace and the place memory

Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara *

Teresa Campos Coelho **

Submissão/submission: 17/02/2016

Aceitação/approval: 22/04/2016

RESUMO

Mandado construir por Manuel Telles da Silva (1641-1709), 2.º conde de Vilar Maior e 1.º marquês de Alegrete, e ficando conhecido pelo seu título, este sumptuoso palácio edificado junto à cerca fernandina destacou-se como uma importante casa nobre no contexto da arquitetura civil da capital do início de setecentos. Foi demolido em 1946 registando uma vida longa e conturbada, em virtude das modificações provocadas por sucessivas

* CHAIA - Centro de História da Arte e Investigação Artística / Universidade de Évora. CITAR - Centro de Investigação e Tecnologia das Artes / Universidade Católica Portuguesa. ARTIS - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Portugal.

Historiadora de Arte. Doutora e Mestre em História da Arte. É docente na Universidade Aberta onde se doutorou em 2002. Tem a cargo diferentes unidades curriculares sobre História da Arte e Património Histórico e Artístico e a Coordenação do Mestrado em Estudos do Património. As suas áreas de investigação são as Artes Decorativas e o Património artístico do barroco (séculos XVII e XVIII). É investigadora do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora, do Centro de Investigação e Tecnologia das Artes - Universidade Católica. Escola das Artes - Universidade Católica Portuguesa - Delegação Porto (CITAR) (Linha de Artes Decorativas) e do Instituto de História da Arte - ARTIS - FLUL. Interessa-se pela História de Lisboa - Arquitectura e Urbanismo tendo integrado entre 2005 e 2006 um grupo de trabalho sobre as vistorias à Baixa Pombalina.

Correio eletrónico: agagodacamara@sapo.pt

** Arquitecta, Doutorada em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa, foi docente de História da Arte no Ensino Secundário e no Ensino Superior (Universidade Aberta). Colaborou, simultaneamente como arquitecta e historiadora de arte, com o *Gabinete Técnico Local* da Mouraria da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito dos trabalhos de reabilitação urbana, onde teve a seu cargo a gestão e estudo de edifícios e conjuntos de valor patrimonial. Também simultaneamente como arquitecta e historiadora de arte, integrou o grupo de técnicos que elaborou as vistorias à Baixa Pombalina, entre 2005 e 2006.

Correio eletrónico: teresacc@netcabo.pt

adaptações sociais e urbanas. Neste artigo propomos apresentar, com base em diversos fundos documentais maioritariamente municipais, algumas reflexões em torno deste edifício em dois momentos específicos: o da sua fundação e construção inicial, e o dos anos que corresponderam à sua degradação e demolição, bem como sobre quem o habitou, para além da sua relação com o conjunto urbano envolvente.

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Barroco / Palácio / Urbanismo / Marquês de Alegrete

ABSTRACT

Built by Manuel Teles da Silva (1641-1709), 2nd count of Vilar Maior and 1st Marquis of Alegrete, and named after his title, this sumptuous palace built near the Ferdinand Wall, stood out as an important Noble House in the context of the civil architecture of Lisbon, in the early 18th century. After a long and troubled life, due to the modifications caused by successive social and urban adaptations it would become finally demolished in 1946. In this article we propose to study this building, based on several collections, mainly in the municipal archives, in two specific moments: its foundation and initial construction, and the years that corresponded to its degradation and demolition, as well as those who dwelt in addition to its relationship with the surrounding urban area.

KEYWORDS

Lisbon / Baroque / Palace / Urbanism / Marquis of Alegrete



INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho revisitar uma área urbana cujas origens quase se desvanecem na memória da cidade em virtude das profundas alterações que foi sofrendo desde finais do século XIX, em especial em meados do século XX.

A análise da principal cartografia histórica do atual Martim Moniz, de que salientamos a planta de João Nunes Tinoco datada de 1650¹, as plantas da divisão administrativa da cidade na segunda metade do século XVIII,

¹ “Planta da cidade de Lisboa em que se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro com as declarações postas em seu lugar. Delineada por João Nunes Tinoco. Arquitecto de Sua Magestade. Ano de 1650”, in SILVA, Augusto Vieira da - *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. planta n.º 1.

publicadas por Francisco Santana², e o levantamento topográfico de 1856-58 executado sob a direção de Filipe Folque³, mostra-nos uma imagem urbana em tudo diferente do que se nos oferece hoje, em consequência das demolições efetuadas em meados do século passado. Conhecida como Marim Moniz, em virtude da lenda que a une à conquista cristã, esta área seria sacrificada pela diretiva da expansão da cidade, com o projeto de alargamento da rua da Palma, ligando a Baixa com a atual avenida Almirante Reis.

Desaparecia, assim, uma parte significativa da Mouraria de Lisboa caracterizada por um edificado que refletia o estatuto social dos seus proprietários, constituída por uma apelativa dinâmica social, simultaneamente popular e de elite - palácios da principal nobreza coexistiam, lado a lado, com arquitetura corrente, numa malha pontuada por edifícios religiosos significativos para a história de Lisboa.

Decorridos setenta anos sobre a demolição do palácio, e partindo de uma memória escrita por A. Vieira da Silva sobre o *Sítio e palácio do Marquês de Alegrete*⁴, bem como de uma biografia escrita por um dos seus familiares⁵ e de um estudo recente sobre “(...) a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII (...)”⁶, esboçaremos aqui uma breve análise deste conjunto urbano e das mutações que sofreu até aos nossos dias, revisitando o texto deste olisipógrafo, um dos raros textos que descreve o palácio, escrito em outubro de 1946, num olhar emocionado pelo rescaldo da sua recentíssima demolição.

² Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Livro das plantas das freguesias de Lisboa, Casa Forte* n.º 153, f.67, publicada in SANTANA, Francisco - *Lisboa na 2.ª metade do século XVIII: plantas e descrição das suas freguesias: recolha e índices*. Lisboa: Câmara Municipal, 1976. f. 79.

³ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Atlas da carta topográfica de Lisboa*: N.º 36 (PT/AMLSB/CMSLB/UROB-PU/05/01/38), publ. in VIEGAS, Inês; TOJAL, Alexandre Arménio Maia, coord. - *Atlas da carta topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque, 1856-1858*. Lisboa: Câmara Municipal, 2000. planta 11G.

⁴ SILVA, A. Vieira da - Sítio e palácio do marquês de Alegrete. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.ºs 30/31 (1948), p. 3-15.

⁵ Uma biografia dos Telles de Meneses e Telles da Silva foi elaborada pelo padre Carlos da Silva Tarouca em: O alferes-mor da Restauração. *Revista Brotéria*. Lisboa. N.º 31 Fasc. 6 (1940), p. 568-587 esboçada, sem dúvida, a partir do conhecimento que tinha do espólio documental do arquivo da família (Arquivo de Tarouca), o qual viria a ser adquirido, na sua maioria, pela Biblioteca Nacional. A este trabalho juntou-se, a tese de doutoramento de Isabel Maria Araújo Lima Cluny Summavielle, tese em História e Teoria das Ideias, apresentada à Universidade Nova de Lisboa em 2002, *O conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, na qual a biografia da família está também bastante desenvolvida. O nosso texto surge no contexto de uma investigação em curso mais alargada sobre o património artístico da família Telles da Silva.

⁶ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira da Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII: titulares, a corte, vivências e sociabilidades* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimientos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 01.2016]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10362/7861>.

1. MANUEL TELLES DA SILVA (1641-1709), 2.º CONDE DE VILAR MAIOR E 1.º MARQUÊS DE ALEGRETE

(...) Outra razão ha que para se poder dizer que o nosso illustre Marquez já morreo velho, & he haver sido toda a sua vida Palaciano, & a vida do Paço ser tão cheya de cuydados & obrigações(...)⁷.

Assim é descrito no seu *Elogio Fúnebre* Manuel Telles da Silva.

Filho de Fernão Telles de Meneses e de D. Mariana de Mendonça, nasceu nas *Casas da Mouraria* em que viviam os seus pais, a 13 de fevereiro de 1641. Batizado na igreja de Santa Justa a 22 do mesmo mês, teria como padrinhos o visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Lourenço de Brito Nogueira, e a condessa de Arcos, D. Inês Maria de Meneses⁸.

Membro de uma das mais importantes casas aristocráticas de Portugal (condes de Vilar Maior e marqueses de Alegrete), Manuel Telles da Silva participou ativamente na campanha militar do período Pós-Restauração, tendo iniciado a sua atividade em 1661 na qualidade de capitão de uma companhia de ordenança da cidade de Lisboa e orientando-se desde sempre pela prestação de serviços à Coroa⁹.

A Manuel Telles da Silva ficou a dever-se o seu enorme esforço durante as campanhas do Alentejo tendo contribuído para a tomada de Évora, depois da batalha do Ameixial, pois, como sabemos, foi a partir da Restauração que o processo de ascensão à Grandeza dos titulares das casas nobres se cristalizou numa “elite de corte” estreitamente ligada à dinastia brigantina¹⁰.

No ano de 1669 tomou posse do lugar de regedor das Justiças da Casa da Suplicação, e em 1672 foi nomeado para o cargo de vedor da Fazenda da repartição de África, sendo depois transferido para vedor da Fazenda da repartição do Reino, em 1681. Poucos anos antes, em 1679, tinha alcançado o lugar de conselheiro de Estado¹¹.

Nos meandros da diplomacia internacional, foi conquistando prestígio e favores régios. Em 1686 foi enviado, como embaixador extraordinário, a negociar o casamento em segundas núpcias entre o monarca D. Pedro II e a

⁷ *Sermam nas exequias do excellentissimo senhor Manoel Telles da Sylva, primeyro Marquez de Alegrete, que prégou na Igreja Parochial de N. S. do Socorro, desta Corte de Lisboa, em 13 de Outubro de 1703 [i. é 1709], havendo falecido em 13 de Setembro do mesmo anno... Fr. Pedro Monteyro.* Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1716. p. 9.

⁸ TAROUCA, Carlos da Silva - Conselhos dum ministro de D. Pedro II para seu filho, reitor da Universidade de Coimbra. *Revista Brotéria.* Lisboa. Vol. XXXVI Fasc. 5 (1943), p. 483.

⁹ Em 1655, segundo o assento dos livros da Casa Real, era moço fidalgo e três anos depois escudeiro-fidalgo. Cf. CLUNY, Isabel - *O conde de Tarouca e a diplomacia na Época Moderna.* Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p. 32.

¹⁰ Uma das estratégias mais correntes era a de aliança, através de duas *Casas/famílias*, pelo casamento. Assim se satisfazia a “disciplina familiar” que determinava o destino individual de quem as integrava, particularmente os filhos primogénitos. Pela aliança matrimonial assegurava-se o património e a perpetuação da descendência. Acrescentava-se a *Casa* como cumpria. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832.* 2ª ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 144.

¹¹ Cf. CLUNY, Isabel - ob. cit., p. 32.



Figura 1 Pedra de armas do demolido portal principal do palácio do marquês de Alegrete (rua da Mouraria), hoje no Museu de Lisboa, Palácio Pimenta (MC.ESC.0481).
Fotografia do Museu de Lisboa.

princesa Maria Sofia de Neuburgo, filha do eleitor palatino¹², tendo sido por tal feito agraciado em 19 de agosto de 1687 com o título de 1.º marquês de Alegrete (Fig. 1).

Nesta missão levou como secretário António Rodrigues da Costa (1656-1732)¹³, o mesmo funcionário que em 1707 partiu para Viena para ajustar os desposórios do rei D. João V de Portugal com a filha do imperador Leopoldo I, da dinastia de Habsburgo, D. Maria Ana de Áustria.

Esteve também ligado às negociações do *Tratado de Methuen* (1703).

Casou-se com D. Luísa Coutinho, filha de D. Nuno Mascarenhas, senhor de Palma, comendador de Castelo de Vide e de D. Brites Castello Branco (ou Menezes), filha de D. Francisco Castello Branco, que foi o 2.º conde de

¹² As festas deste casamento ficaram registadas no códice *Copia dos reaes aparatos e obras que se fizeram em Lixboa na occasiam da entrada e dos desposorios de Suas Majestades* [Manuscrito]: *imago Ulysseeae exultantis in adventu Ser[enissi]mae Portugalliae Reginae Mariae Sophiae depicta et repraesentata manu et penicillo P. Joannis a Regibus S.J. Potent[issi]mi Regis Lusitaniae mathematici. 1687*, existente na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Reservados*, A.T./L.317, manuscrito que fazia parte da livraria do marquês. Sobre este assunto cf. BORGES, Nelson Correia - *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*. Porto: Paisagem, 1982 e PEREIRA, João Castel-Branco, coord. - *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

¹³ *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior (hoje Marques de Alegrete) (...) ao (...) Principe Philippe Guilherme Conde Palatino (...) Conduçam da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas, & applausos, com que foi celebrada sua feliz vinda, & as augustas vodas de Suas Majestades*. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal, 1694.

Sabugal, nascendo desse matrimónio vários filhos que se destacaram na Casa pela linha masculina, Fernão Telles da Silva (1662-1734), 3.º conde de Vilar Maior, 2.º marquês de Alegrete, Nuno da Silva, (1666-1703), reitor da Universidade de Coimbra, António Telles da Silva, (1667-1699), arcediogo na Sé de Lisboa, lente em Cânones na Universidade de Coimbra e João Gomes da Silva, 4.º conde de Tarouca (1671-1738), embaixador com uma carreira diplomática notável.

Após a morte de Manuel Telles da Silva em 1709, sucede-lhe o filho primogénito D. Fernão Telles da Silva, 2.º marquês de Alegrete e 3.º conde de Vilar Maior que viveu toda a sua vida na casa da *Mouraria*, assim designado o palácio dos marqueses de Alegrete¹⁴.

Sobre a formação de Manuel Telles da Silva conhece-se a instrução humanista e o gosto pela História, tendo escrito várias obras das quais se destaca *De rebus gestis Joannis II: a vida de elrey D. João II* - publicada no ano de 1689¹⁵. Sobre ela testemunha Caetano de Sousa:

(...) Foy hum dos mais excellentes Ministros de Estado que teve este Reyno, com grande talento para os negocios, e admiravel modo na resolução delles; prompto nas execuçoens, e com grande erudição na Historia profana, e muita applicação, e genio ás bellas letras; compoz com grande pureza, e elegancia na língua Latina, como se vê na vida delRey D. Joaõ II, que temos impressa, a segunda vez na Haya no anno de 1712, e a primeira em Lisboa no de 1689: e tendo servido na Patria com zelo do bem publico todos os lugares, que exerceo com desinteresse, e independencia, conseguindo em todos honra, e boa fama¹⁶ (...) Compôs na língua Latina de sorte que foy hum dos imitadores de Cicero na pureza, e eloquencia, como se vê na vida delRey D. Joaõ II (...)¹⁷.

O respeito que alcançou entre os seus contemporâneos, e nas suas relações familiares, não lhe desviou a intenção de aumentar, no que pudesse, a grandeza da sua *Casa*, mantendo assim o propósito dos seus antecessores. Manuel Telles da Silva foi certamente um homem do seu tempo, de bom gosto, conhecedor da cultura erudita, assim se justificando e materializando na conclusão das obras da casa da quinta do Alegrete ¹⁸ bem como na quinta das

¹⁴ Também o seu filho João Gomes da Silva, 4.º conde de Tarouca, viveu na casa da Mouraria, embora haja referências que a partir da data do seu matrimónio se tenha mudado para outro local da cidade, pois sabemos que o seu sonho fora construir um grande palácio, no sítio da Cotovia num terreno que fazia parte da herança da mulher (Joana Rosa Gomes da Silva, 4.º condessa de Tarouca). Iniciadas as obras em 1699, à data da morte de Manuel Telles da Silva (1709) não estavam ainda concluídas. Cf. CLUNY, Isabel, ob. cit., p. 83-86. Ver também sobre João Gomes da Silva, COUTINHO, Maria João Pereira - O palácio do Monteiro-Mor e a visão da arquitectura civil lisboeta na primeira metade de Setecentos por João Gomes da Silva: 1671-1738, 4.º conde de Tarouca. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: HOMENAGEM A JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA, 4, Lisboa, 2012 - *IV Congresso de História da Arte Portuguesa de Homenagem a José-Augusto França: actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2012. p. 77-84.

¹⁵ *De rebus gentis Joannis II*, que se publicou em Lisboa, no ano de 1689, e teve outra edição em Haia, em 1712. Deixou também em manuscrito muitas epístolas familiares, epigramas e elogios na língua latina. Interessante salientar que nas memórias paroquiais de Santa Justa consultadas, no f. 166, existem referências ao livro sobre D. João II que compôs “na língua latina muito pura e elegante” ANTT, *Memórias paroquiais*, vol. 20, n.º 93k, p. 795-800.

¹⁶ SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântica, 1949. tomo IX, p. 338-339.

¹⁷ Idem, *ibidem*, tomo I, APP. XCIII, n.º 191.

¹⁸ Agradecemos aos arquitetos Victor Mestre e Sofia Aleixo terem-nos facultado o trabalho *Quinta do marquês de Alegrete: conservação e restauro do palácio e jardim romântico: relatório prévio e memória descritiva*, fevereiro de 2014, que elaboraram para apresentar à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Lapas¹⁹, locais de veraneio nos arredores de Lisboa, e na escolha da construção deste importante palácio na Mouraria, espaço que centrava todas as atenções da família.

2. O PALÁCIO AUSENTE

A história das grandes casas senhoriais está indissociavelmente ligada à daqueles que as habitaram marcando-as, no tempo e no espaço, com os seus próprios ritmos de vida. A par das vicissitudes que os percursos biográficos dos seus proprietários ditaram, a sua sobrevivência depende também do significado (entenda-se adaptação) que conseguiram encontrar perante a evolução da própria cidade. É neste contexto que devem ser entendidos os quase 250 anos de existência do palácio do marquês de Alegrete, desde a sua fundação em finais do século XVII, até à sua demolição em 1946.

Construído nas *Casas da Mouraria* que pertenceram a D. Luís da Cunha, trisavô de D. Mariana de Mendonça, que as recebeu como dote quando do seu casamento com D. Fernão Telles de Meneses²⁰, terão sido administradas até então pelo seu irmão, o padre jesuíta Nuno da Cunha²¹, e nelas terão vivido os próprios pais de D. Mariana, Simão da Cunha, trinchante do rei, e D. Joana de Mendonça²².

A *nobilitação* das casas de morada de Manuel Telles da Silva, 2.º marquês de Vilar Maior era justificada, sem dúvida, pelo prestígio que este adquirira ao serviço da Coroa, sobretudo pelo importante papel que, como já referimos, protagonizou no casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo na qualidade de embaixador na corte do Eleitor Palatino, o que lhe valeu o título de 1.º marquês de Alegrete em agosto de 1687²³.

O palácio seria construído sobre o troço da muralha fernandina adjacente às então denominadas rua de S. Vicente e calçada do Jogo da Pela, que aparecem na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco, datada de 1650, respetivamente com os números 80 e 79²⁴, no troço entre a porta da Mouraria e a porta da rua da Palma, numa zona extra muros fronteira às hortas pertencentes ao mosteiro de S. Vicente.

¹⁹ Agradecemos a Joaquim Moedas Duarte e Maria Manuela Catarino nos terem facultado o texto da sua comunicação “A quinta das Lapas: da casa construída pelo 1.º marquês de Alegrete a jardim romântico/neoclássico do século XIX” apresentada numa conferência integrada nos encontros anuais “Chá de Pedra”, sob o tema *A Quinta, Chás de Pedra*, 5ª edição, 11 de julho, 2015, Azenha de S^{ta} Cruz, org. Câmara Municipal de Torres Vedras, Arquivo Municipal de Torres Vedras, Museu Municipal Leonel Trindade (ainda no prelo).

²⁰ TAROUCA, Carlos da Silva - Conselhos dum ministro de D. Pedro II..., ob. cit., p. 483.

²¹ CLUNY, Isabel - *O Conde de Tarouca e a diplomacia...*, ob. cit., p. 29.

²² SILVA, A. Vieira da - Sítio e palácio..., ob. cit., p. 12.

²³ TAROUCA, Carlos da Silva - Conselhos dum ministro de D. Pedro II..., ob. cit., p. 482.

²⁴ “Planta da cidade de Lisboa em que se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro com as declarações postas em seu lugar. Delineada por João Nunes Tinoco. Arquitecto de Sua Magestade. Ano de 1650”, in SILVA, Augusto Vieira da - *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. planta n.º 1.

Manuel Telles da Silva em alargar a propriedade de casas que fora dos seus pais, para o que sucessivamente comprara diversos chãos anexos às mesmas, obtendo também permissão do Senado da Câmara para *meter em esquadria*, isto é, regular e uniformizar a fachada do que viria a ser o seu palácio³⁰. No entanto, as campanhas de obras terão durado pouco, pois, como se depreende de um alvará do arcebispo de Évora D. Frei Luís Telles da Silva, tio de Manuel Telles da Silva, datado de 31 de agosto de 1698, o 1.º marquês de Alegrete encontrava-se já com dificuldades financeiras para prosseguir a construção do palácio:

Vendo nós que estava parada a obra das cazas do Marquez do Alegrete, Manuel Telles da Sylva nosso primo, citas na Mouraria de Lisboa, e que elle a não podia adiantar pelas grandes obrigações, com que se achava, e desejando nos muito ver acabada a ditta obra, nos deliberamos a tomalla por nossa conta, e assim mandamos continuar com ella a nossa conta, mandando dar o dinheiro necessário para ella por mão de Manoel Leal ourives do ouro, morador em Lixboa, segundo consta do seu livro, com o qual se foy continuando the o presente a ditta obra, e se vay continuando³¹.

Próximo de D. Pedro II, frei Luís da Silva Telles (1626-1703)³² (ou Telles da Silva, como também é conhecido) foi uma das figuras mais importantes da época, tendo ficado célebre pela sua generosidade e pelas obras que encomendou aos melhores artistas de então, para as igrejas e conventos dos seus bispados. Este alvará terá sido dado quando se deslocou a Lisboa para as Cortes de 1694³³, podendo ter testemunhado pessoalmente a construção do palácio do seu sobrinho, de quem era próximo, não sendo de admirar que o tenha querido financiar, tanto mais que Nuno da Silva Telles (1666-1703), filho do marquês e futuro reitor da Universidade de Coimbra, terá sido educado em sua casa³⁴.

²⁹ Pedro Lopes Madureira da Silva Miguel refere que, quando os marqueses de Alegrete construíram junto da sua antiga residência um novo palácio, “quarto velho” passou a designar a primitiva residência, enquanto “quarto novo” se aplicou ao novo palácio, termo que o prior da paróquia passaria a utilizar também para definir a morada dos marqueses, a partir dessa renovação - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII: titulares, a corte, vivências e sociabilidades*, ob. cit., 2012, p. 43. Discordamos no entanto da afirmação deste autor (vol. II, p. 6-13) de que o “quarto velho” se situaria junto da porta da Mouraria, no outro lado da rua homónima, uma vez que a implantação das primitivas casas de morada da família Telles da Silva foi definida por Eduardo Freire de Oliveira e A. Vieira da Silva (cf. nota 27).

³⁰ A compra destes terrenos destinava-se ainda a recompensar o Senado pelo que se tomava da via pública para regular a fachada do palácio, de acordo com os cordeamentos de 1676, 1689 e 1692 feitos pelo mestre da cidade João Luiz (cf. docs. 1 e 2, em anexo).

³¹ TAROUCA, Carlos da Silva - Conselhos dum ministro de D. Pedro II..., ob. cit., p. 483, o autor refere que este alvará constava do Arquivo Tarouca (B, VI, 2) mas não o conseguimos localizar no espólio que hoje integra a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

³² Filho natural de Margarida de Noronha e de Francisco da Silva (clérigo e deputado da Inquisição de Lisboa, irmão de Fernão Telles da Silva, 1.º conde de Vilar Maior), foi nomeado em 1674, deputado da Junta dos Três Estados e deão da Capela Real e, no ano seguinte, escolhido por D. Pedro II para bispo de Lamego, cargo que exerceu até 1684, quando foi nomeado bispo da Guarda. Em 1691 seria nomeado arcebispo de Évora, sucedendo a Domingos de Gusmão, sobrinho de D. Luísa de Gusmão, cargo que exerceu até à sua morte. Para a biografia de Frei Luís da Silva consultámos *Memória da vida e morte do 10º arcebispo de Évora D. Fr. Luis da Silva Telles* (Arquivo Distrital de Évora (ADE), Códice CVI/1-27), manuscrito publicado por SARANTOPOULOS, Panagiotis - *A cidade de Évora*, XLIII-XLIV (1986-97), n.º 69-70, p. 125-179, e *Compendio da vida do Ill.º e R.º Senhor D. Fr. da Silva, arcebispo de Évora* (Manuscrito escrito pello R.º P.º Fr. Simão de Brito da Ordem da Santíssima Trindade, Pregador Geral e tres vezes redentor de cativos. 1703 (BNP, Reservados, Cód. 269), e ainda PAIVA, José Pedro - D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra: o caso da diocese de Lamego. In RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia, coord. - *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras, 2001. vol. I, p. 243-256, que cita o seu principal biógrafo COSTA, M. Gonçalves da - *História do bispado e cidade de Lamego*. Lamego: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1977-92. vol. IV, p. 118-124), bem como outros autores igualmente importantes para este assunto.

³³ Tendo ficado então alojado no convento da Trindade, onde recebera o hábito em 1641.

³⁴ TAROUCA, Carlos da Silva - Conselhos dum ministro de D. Pedro II para seu filho..., ob. cit., p. 493.

Com efeito, da correspondência trocada com Manuel Telles da Silva³⁵, podemos inferir que este o representava junto do monarca na consulta e decisões necessárias à gestão do seu cargo e, segundo o seu anónimo biógrafo, terá sido ele que o informou da decisão de D. Pedro II em nomeá-lo arcebispo de Évora³⁶:

Resolvese o Bispo a aceytar, e seguir a rezulução do Marquez pella grande veneração q tinha aos seos dictames, por serem de hum cavalheyro taõ douto, cujo talento foy, e serâ sempre venerado não sô neste Reyno, mas em todas as cortes de Europa...[e em 1692 Frei Luís, recebera em Lisboa] (...) o Palio, q em a Capella do Marques de Alegrete lhe lançou o Arcebispo de Lx.^a Luiz de Souza (...) ³⁷.

A proximidade entre ambos está ainda expressa no relato que o mesmo biógrafo faz da sua morte ocorrida em Évora, na qual esteve presente o próprio marquês³⁸.

Não muitos anos depois, em carta datada de 16 de janeiro de 1711, queixava-se também o seu filho, o 2.º marquês de Alegrete, ao irmão, o conde de Tarouca, do estado em que se encontrava o palácio (muito possivelmente ainda por acabar) descrevendo o que parece ter sido um dos seus salões e manifestando o desejo de ter ele próprio:

(...) alguma Liberdade p.^a vir algum tempo ver a Caza da Mouraria q. em todas as considerações tem padecido m.^{to} e athe no material padeceu estes dias o dano de se arruinar toda a simalha da caza vermelha q. era de pedra e cal, e ao cahir pudera perigar alguém, porq. as cadeiras sobre q. cahiu as fez em pedaços agora me dizem q. a reedifique de madeira, mas ella esta taõ cara por falta de navios do Norte q. custa huma taboa ordinária de pinho des tostões e temerei q. ao pregar padeça também o estuque do tecto (...) ³⁹.

Os problemas financeiros de Manuel Telles da Silva deveriam estar relacionados, sem dúvida, com as muitas despesas que o seu estatuto e cargo implicavam, a que se juntavam os encargos com a construção não apenas do palácio, mas também de outras propriedades já referidas - *quinta das Lapas* em Torres Vedras no Monte Redondo, cuja construção se iniciava também em finais do século XVII (numa propriedade adquirida ainda pela mãe, D. Mariana de Mendonça, em 1640), e a quinta situada na Charneca do Lumiar (conhecida por *Quinta do Marquês do Alegrete* ou *Quinta Alegre*), no início do século XVIII.

O texto de A. Vieira da Silva é fundamental para o estudo do local e da construção do palácio, quer pelos documentos iconográficos que apresenta, quer por ele ter sido uma testemunha do edifício ainda existente. Por isso mesmo irá servir-nos como matriz, a que juntámos outros elementos que consideramos indispensáveis à nossa análise.

³⁵ BNP, *Reservados*, Cod. 11059 ⁴⁰ e ⁴¹.

³⁶ *Memória da vida e morte do 10.º arcebispo de Évora D. Fr Luis da Silva Telles*, ob. cit., f. 4v., p. 129-130.

³⁷ *Idem, ibidem*, f. 6v. p. 134.

³⁸ *Idem, ibidem*, f. 45v. e 47v. p. 174-175. O autor refere Fernão da Silva Telles mas, à data da morte, era ainda marquês Manuel da Silva Telles. A confusão deve-se, sem dúvida, ao facto de esta memória ter sido escrita depois de 1721, data já referida no manuscrito, f. 30, p. 158.

³⁹ BNP, AT/163, vol. II, SUMMAVIELLE, Isabel Maria Araújo Lima Cluny - O conde de Tarouca e a diplomacia..., ob. cit., p. 82, nota 10. O espólio existente na BNP referente a esta e outra correspondência relativa ao conde de Tarouca é já amplamente citado na sua tese de doutoramento.

O palácio apareceria ao longo dos tempos referenciado também como *Cazas* do conde de Tarouca, ou do marquês de Penalva, em virtude dos títulos que os seus descendentes iam obtendo. Ocupando um espaço retangular teria, de acordo com a *Planta da Freguezia de N S^a do Socoro*, datada de 1770, fachada a norte para a rua de S. Vicente (mais tarde rua Martim Moniz), a oriente (fachada principal) para a rua Direita da Mouraria (adjacente ao arco), e a sul, aberta para um largo onde desembocavam a rua dos Canos e a rua dos Vinagres, denominado largo dos Canos (mais tarde largo Silva e Albuquerque). A poente confinava com uma outra propriedade, situação que se manteve até à sua demolição, e estendia-se sobre o arco do Marquês de Alegrete para o outro lado da rua da Mouraria (Fig. 3)⁴⁰.



Figura 3 “Planta da Freguezia de N S^a do Socoro, 1770”, imagem cedida pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153. Planta das freguesias de Lisboa, Planta n.º 67). (marcação nossa do sítio do palácio).

⁴⁰ ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153. *Planta das freguesias de Lisboa*, Planta n.º 67, “Planta da Freguezia de N S^a do Socoro”, publicada in SANTANA, Francisco - *Lisboa na 2ª metade do século XVIII: plantas e descrição das suas freguesias: recolha e índices*. Lisboa: Câmara Municipal, 1976. f. 79. Na descrição que acompanha esta planta o palácio é referido como *Cazas do Marquez de Penalva*, por pertencer então a Manuel Telles da Silva (1727-1789), 6.º conde de Vilar Maior, que casara com D. Eugénia de Meneses da Silva (1731-1788), 2.ª marquesa de Penalva.

A iconografia publicada por A. Vieira da Silva, de que consta a única planta que se conhece do palácio, elaborada quando da sua demolição e da publicação do artigo, acompanhada de dois desenhos da autoria de José Jorge Afonso Nogueira⁴¹, bem como as fotografias que integram hoje o espólio do Arquivo Fotográfico Municipal, permitem-nos caracterizar, ainda que sumariamente, a sua tipologia, embora estivesse já muito adulterado pelas sucessivas transformações, resultantes da degradação que foi sofrendo, em especial a partir do sismo de 1755, com uma subdivisão e ocupação do espaço por estratos sociais mais populares.

A. Vieira da Silva chama a atenção para uma parede mestra que atesta a existência um outro andar, parcialmente demolido, pelo menos junto da fachada nascente (Fig. 4)⁴².

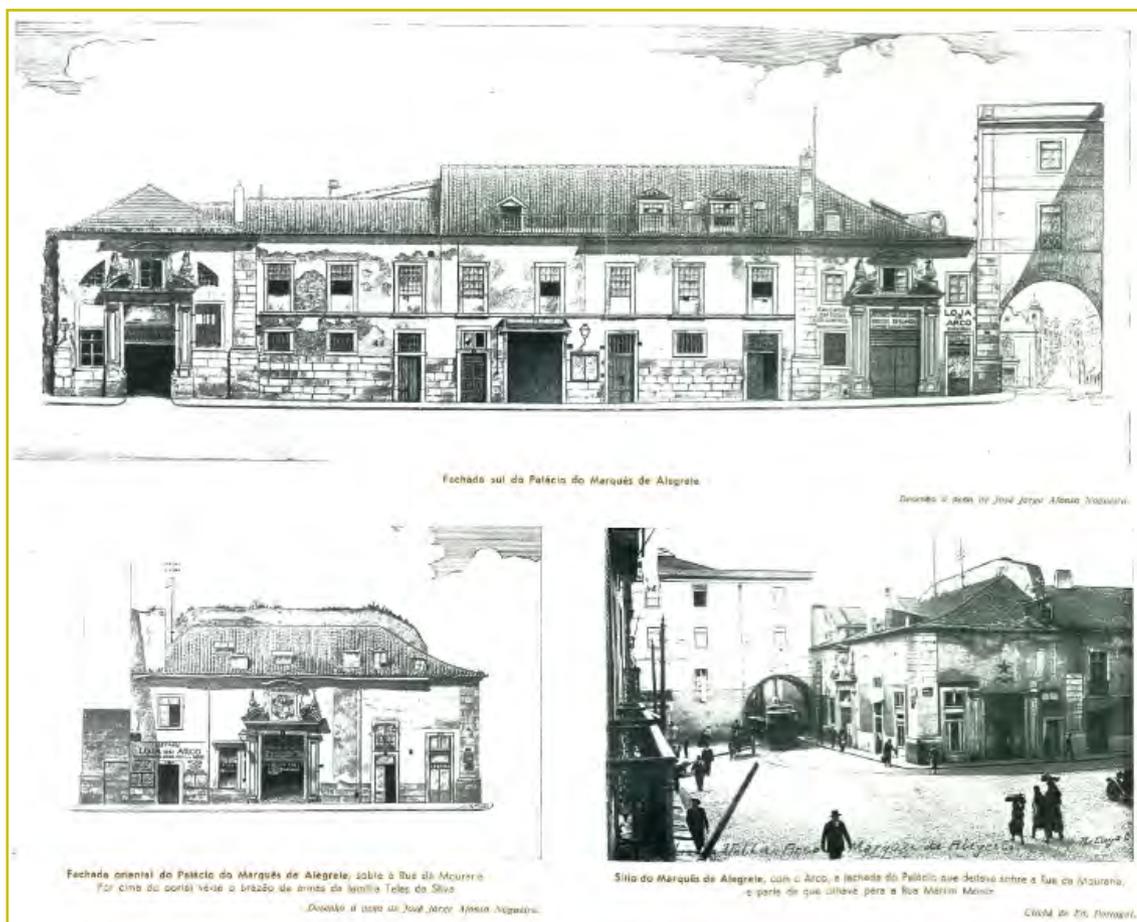


Figura 4 Desenhos da autoria de José Jorge Afonso Nogueira publicados por SILVA, A. Vieira da - “Sítio e Palácio do Marques de Alegrete”, ob. cit. Fotografia publicada por A. Vieira da Silva, onde se vê ainda o que ficou de uma parede mestra (Fotografia do Estúdio de Eduardo Portugal).

⁴¹ SILVA, A. Vieira da - Sítio e palácio..., ob. cit.

⁴² Idem, *ibidem*.

Esta parede deveria elevar-se até ao sótão referido na *Décima da Cidade*⁴³. A consulta que efetuámos a este núcleo documental confirmou-nos essa mesma ruína, e foi fundamental para nos elucidar sobre o modo como se reorganizaria o seu espaço, aceitando a pertinente e fundamentada hipótese colocada por Pedro da Silva Miguel, da existência de um segundo andar acima do andar nobre⁴⁴.

Se nos cordeamentos, datados respetivamente de 1688/9 e de 1692, as propriedades do marquês de Alegrete vêm sempre referidas como *casas*, na *Décima* aparecem já referenciadas como *palácio* (que se estendia então para o lado oposto da rua da Mouraria, sobre o arco). À data já não era habitado pela família, sendo o corpo que se estendia sobre a rua de S. Vicente dado como:

(...) arendado e consta de varias Logeas repartidas com Madeira e varias acomodaçoins em sima que por não ser Couza Estavel se não declaram aqui ao todo (...) Primr.^a Logea que era o vaó do Sagum e se acha com varios repartimentos para outras Logeas abayxo descritas.⁴⁵

Esta descrição mostra também que se iniciara já o processo de degradação que conduziria à sua demolição em 1946 – uma grande subdivisão do espaço com materiais precários, destinada à instalação de muitas e variadas explorações comerciais, muitas delas arrendadas por sublocação a um inquilino principal. Salienta-se ainda a referência ao “Primeiro e ultimo andar que so tem o d.^o Palacio no conserto que se fés”, o que confirma o que acabámos de dizer sobre a destruição que terá sofrido. Curiosa é a referencia à ocupação do *vão do saguão*, isto é, do espaço coberto na entrada do palácio⁴⁶, onde se situaria a *escada de aparato*⁴⁷ que seria de mármore⁴⁸. Embora nos tenhamos centrado no ano de 1762, não menos curiosa é a descrição feita em 1765: “O mais restante do Palacio no quarto de sima e outro ocupa Joaq.^m de Mendonça com Caza de Opera”⁴⁹. Trata-se, certamente, do que ainda restara da parte mais nobre, talvez o tal salão vermelho referido pelo 2.^o marquês, então aproveitado para uma casa de espetáculo.

De implantação retangular (48m X 24,5m)⁵⁰ a geometria da planta do palácio está bem patente quer no duplo quadrado que a define, quer na organização interna que apresenta a nível do andar térreo, caracterizada por uma

⁴³ Escolhemos para confirmação quer do estado de ruína, quer da composição dos seus habitantes, as *Décima* referentes ao ano de 1762 (primeiras a seguir ao terramoto) referentes quer à freguesia de Santa Justa, quer à do Socorro, uma vez que esta propriedade vem referida em ambas (Doc. 3 em anexo). AHTC, DC 634 AR; DC 634 P; DC 1160 AR; DC 1160 P.

⁴⁴ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira da Silva - Descobrir a dimensão palaciana..., ob. cit., vol. II, p.16-17.

⁴⁵ Cf. doc 3.

⁴⁶ Sobre a definição de “saguão”, bem como sobre a de “quarto”, de acordo com a terminologia usada na época, cf., CALDAS João Vieira; COUTINHO, Maria João Pereira - O nome e a função: terminologia e uso dos compartimentos da casa nobre da 1.^a metade do século XVIII, ob. cit., p. 144 nota 34, e p.154, nota 30.

⁴⁷ Sobre a transformação no modelo das escadas palacianas, cf. CARITA, Hélder - O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: HOMENAGEM A JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA, 4, LISBOA, 2012 - *Actas*. 2.^a ed. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2014. p. 122-133.

⁴⁸ A. Vieira da Silva refere que era, havia muito, desaparecida, construída em mármore, tal como os vãos que para ela se abriam. Sítio e palácio..., ob. cit., p. 14

⁴⁹ AHTC, *Décima da cidade*, Freguesia do Socorro, Arruamentos, Ano de 1765 (DC 1162 AR).

⁵⁰ SILVA, A. Vieira da - Sítio e palácio..., ob. cit., p. 13.

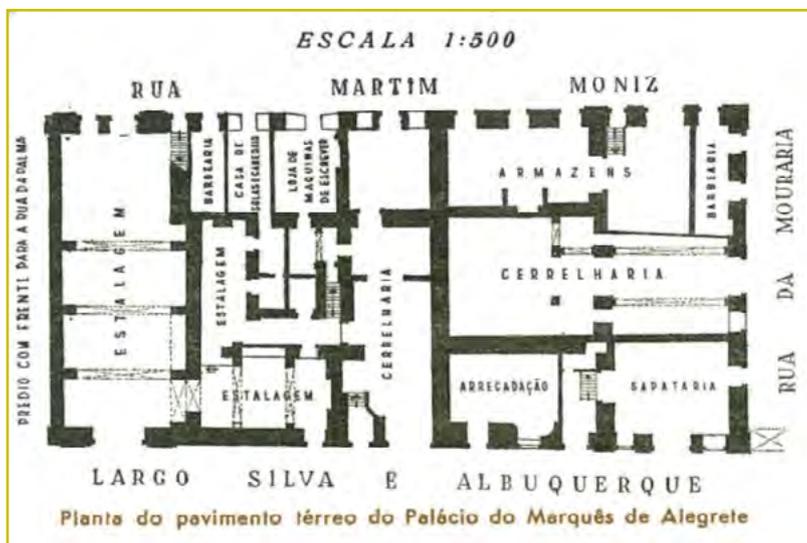


Figura 5 Planta do palácio. Publicada por SILVA, A. Vieira da - Sítio e palácio do Marques de Alegrete, ob. cit., p.13.

composição praticamente simétrica em relação a um eixo imaginário no sentido norte/sul, correspondente ao corredor que a divide em duas áreas distintas – uma a poente, composta por área de serviços e cocheiras, e outra a nascente, correspondente à área de receção (Fig. 5)⁵¹.

Articulado em três corpos, separados por grossas pilastras de cantaria assentes em plintos, era percorrido por um alto embasamento no mesmo material. A uma fachada tripartida correspondia, no interior, uma organização espacial também tripartida, com funções bem diferenciadas – embora muito subdividido por ocupações sucessivas, a espessura das paredes permite-nos reconstituir o que teria sido a primitiva organização interna.

Na fachada sul (sobre o largo Silva e Albuquerque), que correspondia a todo o seu comprimento, a eixo do corpo central (que tinha uma dimensão sensivelmente dupla da dos corpos laterais) acedia-se ao que seria a área de serviços, onde subsistia, ainda, uma pequena escada de acesso aos andares superiores. Dois corpos laterais à maneira de torreões que, embora tivessem a mesma altura do corpo central, conferiam simetria e imponência a todo o alçado, marcados por portais em cantaria lavrada⁵².

O portal poente dava acesso ao espaço que seria ocupado, certamente, pelas cocheiras (sobre as quais se situaria, na sobreloja, a livraria e, pelo nascente, semelhante ao anterior e adjacente ao arco do Marquês de Alegrete, acedia-se a uma área de receção cuja entrada principal se fazia pela rua da Mouraria (fachada nascente - Fig. 6).

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁵² A. Vieira da Silva (ob. cit., p.14) defende que primitivamente todos deveriam ter, também, as armas dos Telles da Silva como no portal principal não existindo, quanto a nós, nada que o confirme.



Figura 6 Portal poente da fachada sul, sobre o largo Silva e Albuquerque (Fotografia de Eduardo Portugal, 1946. AML, PT/AMLSB/POR/058457).

Composta por um único corpo (correspondente à largura do lote) nela se destacava o portal igual aos da fachada sul, mas com a pedra de armas da família (Figs. 7 e 8).

Na sua erudita e expressiva composição afirmava, simbolicamente, o prestígio de Manuel Telles da Silva, então recentemente (1688) agraciado com o título de 1.º marquês de Alegrete.

A nível do andar nobre destaca-se uma fenestração ritmada por vãos de sacada com verga direita, e uma austeridade de tradição chã que encontramos na arquitetura portuguesa dos séculos XVII e XVIII (Fig. 9). Aceitando a sugestão de Pedro da Silva Miguel, a prumo das janelas de sacada do andar nobre situar-se-iam, num segundo andar, outras tantas janelas de peitoril⁵³.

Para além da referência que temos da tal “caza vermelha”, não sabemos como seria a decoração no interior do palácio da Mouraria, devendo certamente corresponder ao prestígio do seu proprietário. Conhecido o círculo

⁵³ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira da Silva - Descobrir a dimensão palaciana..., ob. cit., vol. II, p. 17, fig. 13 e 14.



Figura 7 Fachada principal sobre a rua da Mouraria (Fotog. de José Artur Leitão Bárcia, 19?). AML, PT/AMLSB/BAR/000261.

de relações artísticas estabelecidas pela família, não nos será difícil imaginar um palácio recheado das melhores obras de arte. A. Vieira da Silva fala na existência de painéis de azulejos que terão ido para o palácio Galveias⁵⁴ mas na documentação consultada, datada de 1960⁵⁵, apenas encontramos referência a um painel de figura avulsa que, juntamente com a pedra de armas (hoje no Museu de Lisboa) terá ido para o depósito da Câmara Municipal.

A coleção de pintura referida no *Inventário* feito por Vieira Lusitano ou, pelo menos parte dela, terá estado neste palácio⁵⁶, no qual ele refere que terá executado também alguns trabalhos⁵⁷.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.15.

⁵⁵ AML, Processos privativos da Direção dos Serviços Centrais e Culturais. PT/AMLSB/CULT/01/003343. *Processo n.º 302 de 23 de novembro de 1960*.

⁵⁶ SILVA, A. Vieira da - Sítio e palácio..., ob. cit., p.14. Este inventário, datado de 1758, deve ter sido feito quando da morte do 1.º marquês de Penalva, D. Estêvão de Meneses (1695-1758), falecido nesse mesmo ano, passando então o título para a sua filha D. Eugénia. Dele faz parte um retrato do 1.º duque do Cadaval que era, por sua vez, bisavô de D. Estêvão de Meneses, uma vez que o seu avô, também chamado Manuel Telles da Silva (1682-1736), casara em 1698, com uma filha do 1.º duque.

⁵⁷ VIEIRA LUSITANO, Francisco - *Inventário das pinturas, que em 1758 possuía a Casa dos marqueses de Penalva*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1945. p. 15-16.

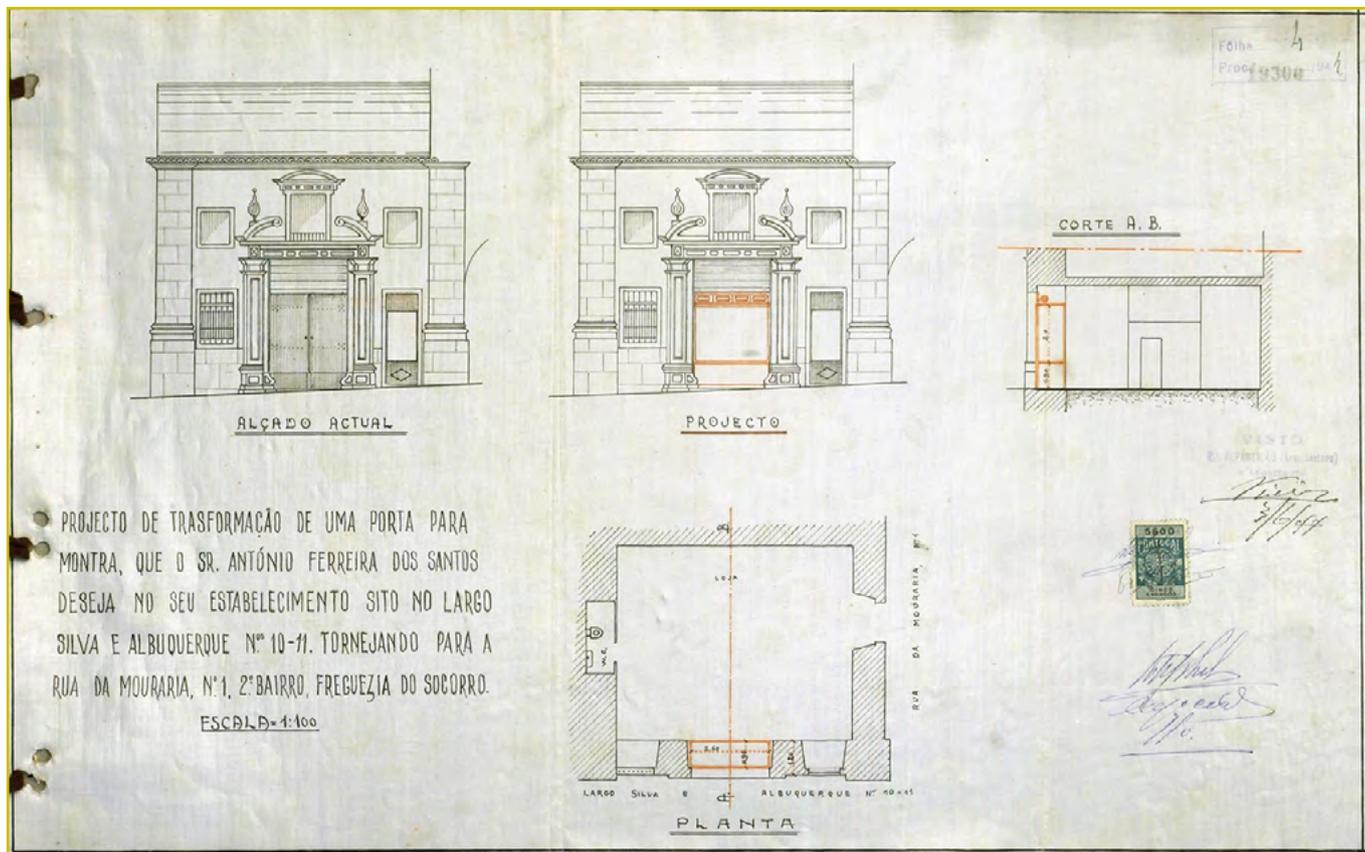


Figura 8 Desenho do portal da rua da Mouraria. AML, *Obra n.º 24553*, Processo n.º 19300/DSC/PG/1944.

No seio de uma família em que é conhecida uma tão vasta obra mecénica no campo das artes, o gosto pela arquitetura foi certamente reforçado com os muitos contactos estabelecidos no âmbito das atividades diplomáticas que protagonizaram. Lembramos apenas que na embaixada a Heidelberg, o futuro 1.º marquês de Alegrete acompanhado pelo filho João Gomes da Silva, de acordo com o cronista António Rodrigues da Costa⁵⁸, ter-se-á deslocado à Holanda e à feira de Páscoa de Frankfurt, uma das mais importantes da Europa, onde adquiriu o necessário para os preparativos do casamento real em Lisboa. Possivelmente terá adquirido também

⁵⁸ COSTA, António Rodrigues da - *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior (hoje Marques de Alegrete) (...) ao (...) Principe Philippe Guilhelmo Conde Palatino (...) Conduçam da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas, & applausos, com que foi celebrada sua felix vinda, & as augustas vodas de Suas Majestades*. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal, 1694. p. 54-56.



Figura 9 Fachada norte, sobre a rua de S. Vicente, futura rua Martim Moniz, s/d. AML, PT/AMLSB/POR/050827.

alguns livros e tratados que integrariam a sua livraria, os quais poderão ter servido de inspiração para o palácio da Mouraria e quintas que mandou contruir, ou ao palácio que João Gomes da Silva encomendou a João Antunes⁵⁹.

Os muitos cargos que Manuel Telles da Silva desempenhou na Corte, como homem de confiança dos Bragança, e próximo também de personalidades como o 1.º duque de Cadaval, tê-lo-ão posto em contacto com os melhores arquitetos da época, num círculo de relações artísticas que se estendiam, como vimos, a seu tio Frei Luís da Silva, e aos seus filhos. Desconhecemos o nome dos arquitetos que terão sido responsáveis pela *traça* das muitas propriedades da família. Como nos teria sido útil que, na carta para o seu irmão datada de 1711, o 2.º marquês de Alegrete tivesse referido o nome de quem o aconselhara a refazer, em madeira, a cimalha do seu salão...

Entre os possíveis arquitetos que poderão ter dado o projeto para as *Cazas da Mouraria*, e admitindo que o plano possa recuar ao período dos cordeamentos que citamos, destacamos nomes como os de João e Luís Nunes Tinoco, Francisco da Silva Tinoco e do seu sobrinho Francisco Tinoco da Silva (vulgo padre Tinoco), Mateus do Couto

⁵⁹ COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos - *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de Doutoramento em História da Arte, especialidade História da Arte Moderna em Portugal apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 436.

(sobrinho), João Antunes e até mesmo Manuel Pereira, todos arquitetos régios à data, à exceção dos dois últimos (João Antunes só viria a ser nomeado em 1699). Sendo impossível descrever aqui a obra de todos eles, reportar-nos-emos apenas àquelas obras (e bibliografia essencial) que nos permitam, hipoteticamente, atribuir-lhes a autoria do palácio da Mouraria.

Vem de longe a colaboração dos Nunes Tinoco com a família Telles da Silva remontado a Pedro Nunes Tinoco (c. 1580-1640)⁶⁰. O trabalho desenvolvido como arquiteto régio por João Nunes Tinoco (1616-1690), desde D. João IV até D. Pedro II, não deveria ser estranho a Manuel Telles da Silva, nomeadamente a obra que o mesmo arquiteto terá desenvolvido na igreja do Socorro, vizinha às suas *casas de morada*, por volta de 1667 e na igreja da Piedade de Santarém, erguida em comemoração da vitória do Ameixial⁶¹ (decisiva para a recuperação da cidade de Évora, em julho de 1663, na qual Manuel Telles da Silva terá participado⁶²). A morte de João Nunes Tinoco, em 1690, torna pouco provável a sua autoria, e, no que diz respeito ao filho Luís Nunes Tinoco (c.1642/3-1719), apesar de constar da livraria Tarouca a obra *Cópia dos reaes aparatos e obras que se fizeram em Lixboa...*⁶³, sobre as festas do casamento de D. Pedro II nas quais terá tido uma participação ativa, deveria andar demasiadamente ocupado na direção de S. Vicente de Fora, cargo em que sucedera a seu pai.

Quanto a Francisco da Silva Tinoco (c.1610-1698), o facto de ter trabalhado para o provedor das Obras Reais, Lourenço Pires de Carvalho (que tratava por amo, habitando na sua propriedade) torna-o um possível autor do projeto; o mesmo poderia suceder com o seu sobrinho Francisco Tinoco da Silva (1656-1730), na época mestre dos Paços da Ribeira e mestre da Aula do Paço, homem também de confiança régia, não fosse nos dois *curricula* que elaborou, datados respetivamente de 1696 e de 1711⁶⁴, não figurar qualquer projeto para Manuel Telles da Silva, ou para os seus filhos.

Já Mateus do Couto (sobrinho), apesar de ter assinado algumas das mais importantes obras da época, como o convento das Francesinhas fundado por D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, 1ª esposa de D. Pedro II, terá falecido

⁶⁰ Idem, *ibidem*, onde se traça uma biografia completa da vida, cargos e obras destes arquitetos. A Pedro Nunes Tinoco (c.1580-1640), patriarca desta dinastia, está atribuída a autoria dos túmulos de Brás Telles de Meneses (convento dos Remédios), de João Gomes da Silva e de Luís da Silva (sacristia do convento do Carmo), respetivamente trisavô, bisavô e avô do 1.º marquês, bem como de Fernão Telles de Meneses (na Cotovia), irmão de João Gomes da Silva (p. 225-231, com bibliografia sobre o assunto). A genealogia da família foi traçada por TAROUCA, C.S. - O alferes-mor da Restauração. *Revista Brotéria*. Lisboa. Nº 31, Fasc. 6 (1940), p. 568-587.

⁶¹ COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos - Os Nunes Tinoco, uma dinastia, ob. cit., p. 329-331 e p. 379-396.

⁶² SUMMAVIELLE, Isabel Cluny - O Conde de Tarouca e a diplomacia..., ob. cit., p. 32.

⁶³ *Cópia dos reaes aparatos e obras que se fizeram em Lixboa na occasiam da entrada e dos desposorios de Suas Majestades [Manuscrito]: Imago Ulysseae exultantis in adventu Ser[enissi]mae Portugalliae Reginae Mariae Sophiae depicta et repraesentata manu et penicillo P. Joannis a Regibus S.J. Potent[issi]mi Regis Lusitaniae mathematici. 1687. BNP, Secção de Reservados, AT/L 317.*

⁶⁴ COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos - Os Nunes Tinoco, uma dinastia ..., ob. cit., p. 95-103. Idem - Um concurso para provimento do lugar de arquitecto das ordens militares. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 7 (1997), p. 102-107.

em 1695⁶⁵, havendo muito que se encontrava doente não podendo trabalhar, sendo ajudado e substituído por Manuel do Couto⁶⁶.

Restam-nos Manuel Pereira e João Antunes cujos nomes andam, por vezes, associados nas mesmas obras, como no claustro de Santa Marta⁶⁷ e no convento do Lourical⁶⁸. O primeiro, para quem se tem proposto uma identificação com o enigmático azulejador PMP, e com o arquiteto a trabalhar na Congregação do Oratório em Lisboa e no palácio dos marqueses de Olhão⁶⁹ é referido, entre outros, como autor do portal da igreja da Misericórdia de Torres Vedras⁷⁰ e, muito possivelmente, do convento dos Oratorianos de Estremoz⁷¹, hipótese que ganha cada vez mais consistência (e em que o seu nome anda, mais uma vez, associado ao de João Antunes). São precisamente estes dois últimos projetos aqueles que aqui nos interessa referir, por constituírem possíveis pontos de ligação com a família Telles da Silva que, perto de Torres Vedras, possuía a já citada quinta das Lapas⁷². Quanto ao convento Oratoriano de Estremoz, a sua construção deve-se à iniciativa de frei Luís da Silva, cuja relação com o marquês de Alegrete, seu sobrinho, já foi salientada, nomeadamente no financiamento da obra da Mouraria. Manuel Pereira estaria, assim, bem integrado nos seus círculos de relações artísticas.

Provada a autoria de João Antunes (c.1645-1712) na traça do palácio que o conde de Tarouca mandou à Cotovia em 1698⁷³, e merecendo por parte do seu proprietário os maiores elogios⁷⁴ (João Gomes da Silva seria mesmo padrinho de batismo de Veríssima, uma das suas filhas, em outubro de 1697⁷⁵), parece-nos ser ele igualmente o mais provável autor do projeto do palácio da Mouraria.

⁶⁵ Mais precisamente a 4 de novembro, in PORTELA, Miguel - Os Mateus do Couto: mestres-de-obras do Real Mosteiro da Batalha. *Jornal da Golpilheira*. (dez. 2015), p. 23, onde se revelam novos contratos paroquiais referentes a esta família.

⁶⁶ COELHO, Teresa de Campos – Um concurso para provimento do lugar de arquitecto..., ob. cit.

⁶⁷ SERRÃO, Vítor - O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: (1616-1636). *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: [s.n.]. III Série Nº LXXXIII (1977) p. 25-27.

⁶⁸ PIMENTEL, António Filipe - Manuel Pereira. In PEREIRA, José Fernandes, dir. PEREIRA, Paulo, coord. - *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. p. 350.

⁶⁹ ARRUDA, Luísa D'Orey Capucho - *Figuras de convite na azulejaria portuguesa do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 1989. Dissertação de mestrado em História de Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. II, p. 241, ARRUDA, Luísa D'Orey Capucho - O Palácio de Xabregas: do legado do Tristão da Cunha às grandes obras do século XVIII. *Claro-Escuro: Revista de Estudos Barrocos*. Lisboa: Quimera. Nº 6-7 (1991), p. 151-161, ARRUDA, Luísa; COELHO, Teresa Campos - *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*. Lisboa: Edições Inapa, 1994. p. 38.

⁷⁰ SERRÃO, Vítor - *História da arte em Portugal: o barroco*. Lisboa: Presença, 2003. p. 177.

⁷¹ Esta problemática vem bastante desenvolvida em JACQUINET, Maria Luísa de Castro V. G. - Manuel Pereira (C.O.), arquiteto: contributos para a desconstrução de um enigma da historiografia da arte. *Invenire*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. N.º 7 (2013), p. 14-19.

⁷² Cf. DUARTE, Joaquim Moedas; CATARINO, Maria Manuela - A Quinta das Lapas: da casa construída pelo 1.º Marquês de Alegrete a jardim Romântico / Neoclássico do século XIX, ob. cit.

⁷³ Embora o seu nome já não conste do novo contrato celebrado em 27 de abril de 1700. CARVALHO, Ayres de - Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos vários tabeliães de Lisboa. *Bracara Augusta: revista cultural da Câmara Municipal de Braga*. Braga: Câmara Municipal. Vol. XXVII, Fasc. 63 (1973), p. 17.

⁷⁴ COUTINHO, Maria João Pereira - O palácio do Monteiro-Mor e a visão da arquitectura civil lisboeta na primeira metade de setecentos por João Gomes da Silva: 1671-1738, 4.º conde de Tarouca. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: HOMENAGEM A JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA, 4, Lisboa, 2012 - *Actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2012. p. 101.

⁷⁵ CARVALHO, Ayres de - D. João V e a arte do seu tempo, ob. cit., vol. II, p. 151.



Figura 10 Desenho de B. Lima do demolido passo da procissão dos Passos da Graça na rua da Mouraria, que situava em frente ao palácio do marquês de Alegrete, publicado no *Arquivo Pictórico*. vol. V, p. 337 (in A. Vieira da Silva, *A cerca fernandina de Lisboa*. vol. I, Lisboa, 1987).



Figura 11 Passo da procissão dos Passos da Graça que existe ainda na rua Costa do Castelo (entre 1898 e 1908). AML, Fundo Antigo, PT/AMLSB/FAN/001687).

No período que nos interessa, encontrava-se a projetar os portais da procissão dos Passos da Graça (1698)⁷⁶, um dos quais se encontrava fronteiro à entrada principal do palácio (Fig. 10)⁷⁷, na rua Direita da Mouraria (demolido no início do século XX, na área restam apenas o da calçada de Santo André e o da Costa do Castelo – Fig. 11) e, poucos anos depois, em 1705, encontramos-lo a trabalhar na reconstrução da também fronteira capela de Nossa Senhora da Saúde (Fig. 12).

O prestígio que tinha no seio desta família e na Corte, a célebre encomenda que lhe tinha sido feita pelo conde de Tarouca para a Cotovia, e a grande semelhança estilística que encontramos entre os portais do palácio e os que acabamos de citar (expressa, sobretudo, no desenho, volume e expressão das suas volutas, e na forma como envolvem outros elementos decorativos) reforçam a ideia de que tenha sido ele o tracista do palácio da Mouraria, até que a descoberta de nova documentação nos revele o nome do seu verdadeiro autor.

⁷⁶ PEREIRA, José Fernandes - João Antunes. In PEREIRA, José Fernandes, dir. PEREIRA, Paulo, coord. - *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. p. 35.

⁷⁷ Demolido no início do século XX para alinhamento da rua da Mouraria, data de 1908 a escritura de venda à Câmara Municipal de Lisboa e é hoje conhecido por um desenho de B. Lima, publicado no *Arquivo Pictórico*. Vol.V, p. 337, *apud* SILVA, A. Vieira da - *A cerca fernandina de Lisboa*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. Na gravura pode-se ver, ainda, a parte do palácio que se estendia para o outro lado da rua.



Figura 12 Senhora da Saúde quando das demolições, (195...).
Fotografia de Judah Benoliel. AML, José Artur Bárcia,
PT/AMLSB/BAR/000268).

3. UMA MEMÓRIA QUASE DESPARECIDA E O CONJUNTO URBANO ENVOLVENTE

Quem hoje atravesse a praça do Martim Moniz poucos testemunhos encontrará do que foi esta área urbana até ao início do século XX. Profundamente urbanizada a partir do século XVII, ao medieval Colégio dos Meninos Órfãos⁷⁸ na rua da Mouraria e à capela de Nossa Senhora da Saúde⁷⁹, erguida ainda no século XVI, juntar-se-ia a igreja do Socorro e o imenso quarteirão habitacional composto no seu interior por espaços ajardinados privados, a que as *hortas vicentinas extramuros* terão dado origem (Fig.13)⁸⁰.

⁷⁸ Em 1549 a rainha D. Catarina refunda este espaço com a designação de Colégio dos Meninos Órfãos e sob invocação de Nossa Senhora de Monserrate, destinado a albergar 30 meninos pobres que recebiam instrução que os preparava para as missões religiosas de África e do Brasil. Em 1758, o colégio foi confiscado à Companhia de Jesus, passando a ser administrado pelo Tribunal da Mesa da Consciência; LOPES, António; MUCZNIK, Esther - *O Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier (1506-2006), 2005; Colégio dos Meninos Órfãos / Colégio de Jesus/ Recolhimento do Amparo, Portugal, Lisboa, Lisboa, Santa Maria Maior, IPA.00006477, João; Oliveira, Lina – Colégio dos Meninos Órfãos/ Colégio de Jesus/ Recolhimento do Amparo. *SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* [Em linha] (2005) [Consult. 01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6477.

⁷⁹ Construída em 1505 por iniciativa dos artilheiros da guarnição de Lisboa, foi dedicada a São Sebastião, seu padroeiro e advogado da peste. Em 1662, acolheu a imagem de Nossa Senhora da Saúde, tendo adquirido essa designação. Sofreu obras após o terramoto de 1755; no entanto o portal atribuído a João Antunes é do início do séc. XVIII, capela de Nossa Senhora da Saúde, IPA.00003033, SILVA, João; AVELLAR, Filipa – Capela de Nossa Senhora da Saúde/Capela de São Sebastião/ Capela de São Sebastião da Mouraria/Igreja de Nossa Senhora da Saúde. *SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* [Em linha] (2005) [Consult. 01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3033.

⁸⁰ A primitiva igreja paroquial de Nossa Senhora do Socorro foi fundada no século XVII, tendo sido elevada a paróquia em 1646. Em 1674 nela estaria a trabalhar o arquiteto João Nunes Tinoco. Demolida em 1949 a paróquia deslocar-se-ia para a igreja do Coléginho (primeiro colégio dos Jesuítas situado na rua Marquês de Ponte de Lima).



Figura 13 Igreja do Socorro antes da demolição, 1949.
Fotografia de Eduardo Portugal. AML, PT/AMLSB/POR/019589.

O que outrora fora uma zona de arrabalde transformava-se então numa área de referência na Lisboa dos séculos XVII e XVIII, pontuada por importantes palácios e edifícios religiosos que nela se erguiam, e onde conviviam diferentes classes sociais.

À arquitetura erudita que a caracterizava, da autoria dos melhores arquitetos da época, reflexo do estatuto social dos seus proprietários ou encomendadores, correspondiam interiores igualmente ricos com interessantes programas iconográficos, como podemos ainda hoje testemunhar, na já citada capela de Nossa Senhora da Saúde e no Colégio dos Meninos Órfãos (Figs. 14 e 15), ou no número 27 da rua da Mouraria onde existia “Hua propriedade de Cazas Nobres que consta de Cavallariças, Coxeiras Logea Palhr^o primr^o e seg^o andar em que vive a



Figura 14 Capela de Nossa Senhora da Saúde (Lisboa, Portugal). Coleção Santos Simões, (acedido em <http://digitale.gulbenkian.pt>)



Figura 15 Colégio dos Meninos Órfãos, Mouraria, escadaria de azulejo, século XVIII, (fotografia nossa).

Senhoria e sua família...”⁸¹. Os azulejos do século XVIII que revestiam o seu interior, ainda *in situ* em 1953, foram posteriormente deslocados para o palácio do Machadinho em Lisboa, onde hoje se encontram alguns painéis⁸². Trata-se de um excepcional conjunto de grande qualidade plástica (Fig. 16).

As transformações sociais e urbanas operadas nesta área da cidade, sobretudo a partir da 2.^a metade do século XIX, conduziram a um processo de progressiva degradação do tecido social e urbano (iniciado, como vimos, com o próprio terramoto, resultante da sua ocupação com construções precárias de apoio ao comércio e por uma população de fracos recursos económicos), o que aliado à intenção de unir o núcleo histórico à cidade em expansão seria um fator determinante e decisivo na intenção das demolições empreendidas na década de 40 do século XX.

⁸¹ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), *Décima da Cidade*, Freguesia do Socorro, Arrumamentos, Ano de 1765 (DC 1162 AR), transcrição no Anexo documental, inédito.

⁸² A transferência dos painéis de azulejo foi realizada em 1953 e está documentada nas atas e processo de obras deste edifício adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa em 1948 e aí instalada a Direção de Serviços de Abastecimento (DSA). O seu então diretor, Artur de Almeida Eça, frisava em documentação camarária ser possível aproveitar os azulejos que engalanavam as paredes do mercado provisório da Mouraria na rua da homónima n.º 27 que iria ser demolido. CML - DSA - Gestão Patrimonial/Processo de Obra do Edifício da DSA (Palácio do Machadinho) cx. 01 - Ofício n.º 55/A de 23 de abril de 1953 - Anexo: Adaptação geral do palácio do Machadinho à DSA. Distribuição das Dependências. Agradecemos esta informação ao Nuno C. J. Campos.



Figura 16 Azulejos da rua da Mouraria, Painéis de azulejos, século XVIII (c.1953) da rua da Mouraria n.º 27. Fotografia de Mário Novais. AML, PT/AMLSB/NV/001394 a 5.

A discussão iniciada em 1887 em torno do anteprojeto para prolongamento da avenida Almirante Reis entre o Socorro e o largo de S. Domingos e a ligação da rua da Palma, entre a Guia e o poço do Borratem duraria várias décadas, mas acabaria por trazer consigo no século seguinte, a destruição massiva desta zona, a que não escapariam sequer alguns edifícios ligados à memória da cidade histórica, como o palácio em estudo, a igreja de Nossa Senhora do Socorro.

Seria poupada apenas a frente oriental da rua da Mouraria e da rua do Arco do Marquês de Alegrete, onde se destacam ainda o colégio dos Meninos Órfãos, o palácio dos Aboim e a casa de João das Regras, bem como a capela de Nossa Senhora da Saúde, apesar de esta se situar num dos quarteirões então demolidos.

Em agosto de 1907 tentava-se dar seguimento a um plano que fora já aprovado em 1887, de modo “... a melhorar as condições bem críticas de viação entre aqueles pontos, e a de fazer desaparecer, pela desaccumulação resultante, o foco de infecção e de ocio que ali impera, e contra o qual reclamam a higgiene e a moral”⁸³. Em 1926

⁸³ Os prédios da área em estudo seriam expropriados na totalidade, pedindo-se para tal a elaboração de um decreto especial, tendo já sido elaborada uma memória descritiva com indicação dos edifícios a expropriar, preços, obras, etc., de acordo com uma diretriz aprovada em abril de 1904.

um novo relatório, da autoria do nng^o António Emídio (1888-1970) tenta dar seguimento ao mesmo projeto. De acordo com a respetiva memória descritiva, pretendia-se solucionar aquilo que já era conhecido como *problema da rua da Palma*: o acesso à zona baixa da cidade e “...acabar com infecto bairro entre a Rua Silva e Albuquerque e a Rua do Arco do Marques do Alegrête, *cujo saneamento se impõe urgentemente*” conservando-se, no entanto, uma parte da rua homónima:

Assim continuará existindo aquela típica rua com o seu Arco, no qual também não se tocará”. Determinava ainda que a ligação com a Av. Almirante Reis “...cortará a actual igreja paroquial do Socorro, **que será demolida e reconstruída no local onde existe agora o Palacio do Conde de Tarouca**, ligando-se no Arco do Marquez de Alegrete, o qual ficará até com mais caracter. Na reconstrução, poder-se-hão aproveitar os tres lindos portões seiscentistas daquele palacio e que depois se enquadrarão com o resto da igreja. Desta maneira não se ofenderão as crenças religiosas dos crentes, pois a nova igreja ficará muito melhor localisada⁸⁴ (Fig. 17).



Figura 17 Anteprojeto de prolongamento da avenida Almirante Reis e da ligação da rua da Palma entre a Guia e o Poço do Borratém, (1926). AML, PT/AMLSB/UR0B-PU/10/002/02, em que se propõe a reconstrução da igreja do Socorro no local onde se erguia o palácio, retomando um anteprojeto anterior.

⁸⁴ Sublinhado nosso. O estudo refere ainda que as construções existentes na rua do Vinagre e nos becos circunvizinhos (fronteiras à fachada sul do palácio) estariam irremediavelmente perdidas, quer se executasse ou não o projeto, “por ser na verdade uma vergonha para a cidade, a existência d’aquelas pocilgas n’um sítio tão central”.

Este anteprojeto salientava que não era nova a ideia de se deslocar uma igreja, uma vez que tinha sucedido o mesmo com a igreja dos Anjos, salientando que o mesmo tipo de intervenção urbana se fizera em Paris, com o prolongamento do Boulevard Haussmann até ao Boulevard des Italiens, e em Londres, com as ligações da catedral a Oxford-Street.

Ficando curiosos sobre o modo como seriam integrados os portais do palácio, e pondo de parte qualquer consideração que pudéssemos tecer sobre o paralelo nele estabelecido entre o Martim Moniz de então e os exemplos apontados no anteprojeto, diremos apenas que a igreja do Socorro nunca seria reconstruída, nem melhorada substancialmente esta área (que viria ser ocupada por *pavilhões provisórios* para realojar os comerciantes por mais de três décadas) e o palácio estaria, desde então, irremediavelmente condenado. Em novembro de 1926⁸⁵ seria feito um outro anteprojeto no qual a ideia de reconstrução da igreja do Socorro no local do palácio estava já abandonada, como se pode inferir da planta então traçada, e segundo o qual este seria completamente cortado para prolongamento da rua da Palma (Fig. 18).

Seguir-se-iam outros estudos e, embora nunca se realizasse um significativo alargamento desta via, seria iniciado o processo de expropriação dos edifícios que então integravam o espaço onde hoje se ergue a praça do Martim Moniz, não escapando sequer o arco do Marquês de Alegrete, desaparecido em 1961, apesar de num dos pareceres se defender a sua permanência (Fig. 19).



Figura 18 *Obra de prolongamento entre a rua da Palma e o Poço do Borratém, 1926.*

AML, PT/AMLSB/UROB-PU/10/003/02, em que se propõe que o prolongamento da rua da Palma corte a meio do palácio.

⁸⁵ Este plano viria a ser abandonado, no entanto, em novembro de 1933. AML, PT/AMLSB/UROB-PU/10/003/02.

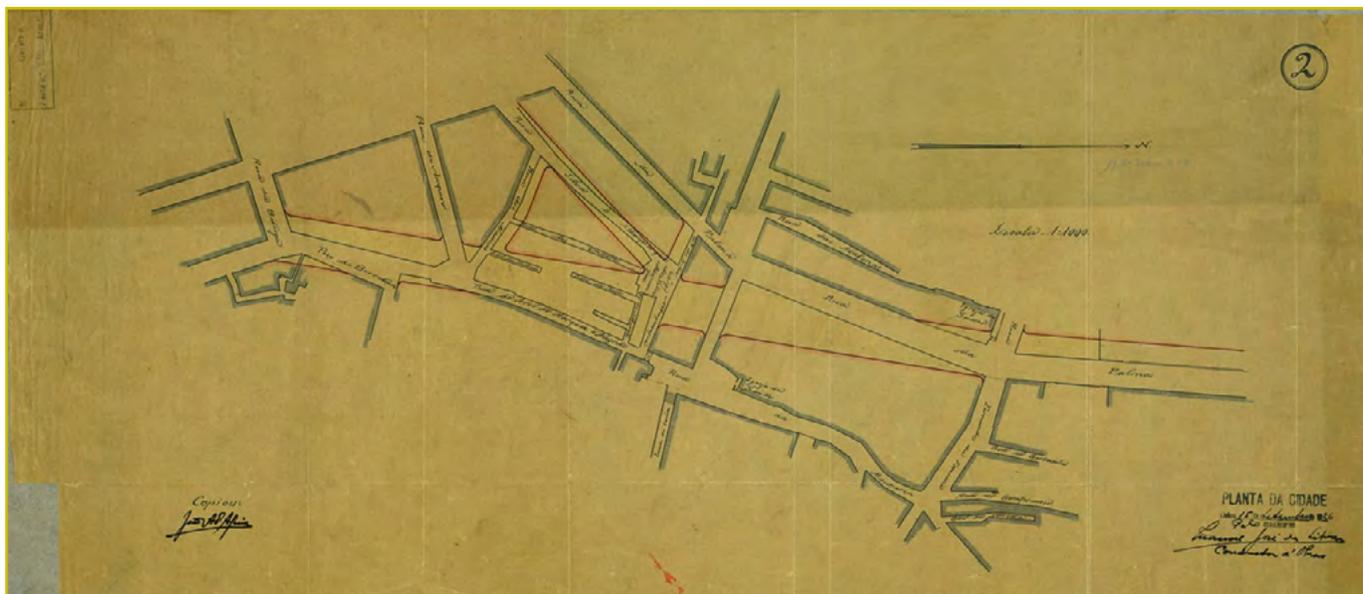


Figura 19 Arco do Marquês de Alegrete. Museu de Lisboa, MC.PIN.1393. Aguarela de Roque Gameiro.

A demolição do palácio seria decretada pelo Supremo Tribunal de Justiça em dezembro de 1932. Adjudicado à Câmara Municipal de Lisboa, em janeiro de 1946, viria a ser demolido entre agosto e outubro do mesmo ano⁸⁶ (Fig. 20).

Sacrificado pelo confronto entre núcleo histórico e a expansão da cidade, o Martim Moniz ocupado por construções provisórias seria uma imagem que duraria perto de 50 anos não perdendo nunca o estigma de área “martirizada”, mesmo após as tentativas de renovação do espaço⁸⁷, e do novo olhar que a reabilitação urbana traria sobre a cidade histórica⁸⁸.

⁸⁶ SILVA, A. Vieira da, ob. cit., p. 14.

⁸⁷ Em 1958 seria construído o edifício do Hotel Mundial, com projeto de Porfírio Pardal Monteiro; na década de oitenta, o Centro Comercial da Mouraria dos arquitetos José Lamas e Carlos Duarte; uma década depois seria feito o arranjo da praça, pelos arquitetos Daniela Ermano e João Paulo Bessa.

⁸⁸ Com a criação dos *Gabinetes Técnicos Locais de Alfama e Mouraria* em 1988 seriam elaborados os respetivos *Planos Especiais de Salvaguarda*. Os seus regulamentos definiam quatro linhas essenciais de “Protecção activa do Património Arquitectónico” e a *Salvaguarda das Edificações*, segundo diferentes categorias, que iam desde a *protecção parcial* às obras de substituição. O regulamento previa ainda obras de correção (elementos arquitectónicos exteriores, volumetria, cércas) em construções dissonantes, bem como a protecção a “Edificações Especiais que, devido à sua tipologia, dimensão ou interesse arquitectónico, requerem um tratamento especial e casuístico quanto à sua utilização” (Planos Especiais de Salvaguarda de Alfama e Mouraria. Propostas para debate público Câmara Municipal de Lisboa: agosto de 1989).



Figura 20 Local onde se erguia o palácio Alegrete, 1947.
Fotografia de Eduardo Portugal,
AML, PT/AMLSB/EDP/000948, entre 1890 e 1946.

CONCLUSÕES

Raras famílias terão desenvolvido uma atividade tão grande em prol das artes como os Telles da Silva. Confirmam-no as encomendas que fizeram aos mais destacados artistas de então. Neste contexto, o palácio do Marquês de Alegrete terá sido uma referência importante na arquitetura de Lisboa na primeira metade do século XVIII, símbolo de uma das mais prestigiadas famílias da nobreza portuguesa.

O sismo de 1755 ditaria o início da degradação a que chegaria este edifício na primeira metade do século XX, como atesta Norberto de Araújo em 1938:

O velho Palácio do Alegrete, que teve certa aura em Lisboa de setecentos, é hoje uma ruína, pouco mais que um pardieiro, condenado à demolição, mas onde estão instalados ainda estabelecimentos de vária natureza e casas de habitação. Tem a forma de um rectângulo contido entre a Rua da Mouraria (junto ao Arco, onde avulta ainda o portal brazonado dos Sylvas, entrada hoje de uma serralharia), a Rua Martim Moniz (onde existia um portal do antigo tipo arquitectónico) a Rua da Palma, agora em muro raso (desde que em 1935 foi demolido o prédio da Ourivesaria Cunha, que se encontrava a este topo do palácio) e o Largo de Silva e Albuquerque, antiga Rua dos Canos (onde na fachada se rasgam dois portais também do tipo dos antecedentes). O Arco sobre o qual assentam dois andares, cada um com sua janela, pertence ao prédio da Rua do Marquez do Alegrete, que se lhe encosta, e que é propriedade também da família dos Condes de Tarouca.⁸⁹

⁸⁹ ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações de Lisboa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1938. vol. I, livro III, p. 78.

Tivesse a zona do Martim Moniz resistido ao grande surto de demolições empreendidas em meados do século passado, e o limite poente da área de intervenção do Gabinete Técnico Local da Mouraria, quando foi formado, não teria terminado no lado nascente da rua homónima, mas estender-se-ia, certamente, até à rua da Palma, integrando o velho palácio do marquês de Alegrete, que não seria mais um “palácio ausente, uma memória quase esquecida”, mas um testemunho vivo, classificado como “edificação especial a preservar”, recuperado por novo entendimento da cidade histórica que trouxe consigo as operações de reabilitação urbana.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Doc. 1

1689, agosto, 17 – *Cordeamento realizado a um chão, atrás das casas do marquês do Alegrete, na rua que vai para São Lourenço e onde quer fabricar de novo umas casas.*

AML, Livro de cordeamentos de 1689, f. 43-44⁹⁰

Cordeamento que se fes hem hum chão que esta por detras das Cazas do Marques de Alegrete na Rua que uay pera são Lourenco no qual quer de nouo fabricar Cazas o ditto Marquez

Aos dezassette dias do Mes de agosto de seisCentos e outentta e noue annos nesta Cidade de Lisboa as portas da Mourarya por detras das Cazas do Marques de Alegrete na Rua que uay pera são Lourenco e chão onde de nouo quer fabricar Cazas o Marquez de Alegrete e estando ahy prezente o desembargador João Coelho de Almeyda fidalgo da Caza de sua Magestade e Vereador do Senado da Camera e que a seu Cargo Tem o pelouro das obras della Comigo escriuão e outrosim João Luis medidor das obras da Cydade e domingos da gama homem das obras da dita Cidade e ahy por parte do dito Marques de Alegrete lhe foy apresentado huma petição [f. 43v.] petição em seu nome em que pedia ao Senado da Camera e lhe dezya que por detras das suas Cazas Tinha huns chaões onde pera São Lourenco em que querya fabricar Cazas o que não podia fazer sem Licenca digo sem se fazer Cordeamento pello que pedia lhe mandasse aos officiaes do Regimento lhe fosse fazer o dito Cordeamento depozytando a cauzão e Com hum despacho posto ao pee da dita petição per que mandão aos offycyaes do Regimento escryto por elle a forma da ditta petição e despacho mandou fazer o dito Cordeamento pella maneira seguinte

A saber medindo sse no Cunhal das Cazas do dito Marquez que fica junto ao chão que he da banda do poente ficara a Rua que uay pera São Lourenco de vinte e seis palmos de largo e medindo sse no princypio deste chão que he juntto deste Cunhal honde de nouo se ha de asentar hum Cunhal no dito chão⁹¹ ficara a Rua que uay pera [f. 44]⁹² são Lourenço de vinte e hum palmo de largo e daquy estrosera direitto este chão athe Topar Com o Muro

⁹⁰ Transcrição inédita, cit. in COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos - *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de architectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em História de Arte, Especialidade História da Arte Moderna em Portugal, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. p. 130, nota 344.

⁹¹ Segue-se repetido: chão.

⁹² Reclamo: pera.

da serqua do bisConde de ponte de Lima sem Tomar nada do publico honde ficara a Rua de uinte e quatro palmos de largo medindo athe a parede das Cazas em frente o qual Cordeamento foy feito por João Luis medidor das obras da Cidade e por uara de Medir de sinco palmos da Marca da Cydade e tornando a ditta petição a Meza com a certidão do Cordeamento se pos nella o seguinte despacho

Dão licenca ao supplicante pera fazer a obra na forma do Cordeamento em meza dezanoue de Agosto de seiscentos e outentta e noue Com sinco Rubricas dos Vereadores nella francisco Rybeiro Antonio Borges e de tudo se fes este autto que eu Belchior Moreira o esCreuy

Doc. 2

1692, março, 29 – *Treslado de uma petição do marquês do Alegrete de uma licença para mandar fazer obras nas suas casas.*

AML, Livro de cordeamentos de 1692, f. 21v.-24⁹³

[f. 21v.]

Treslado de hũa petição do Marques de alegrette sobre a licenca pera Mandar fazer as obras nas suas Cazas

Diz o Marques de alegrete que pera effeito de fazer as obras da sua Caza e hauer de Correr a frontarya dellas de Recta Requereo digo directa Requereo a Vossa Senhorya Mandasse fazer uestorya e Cordedeamento⁹⁴ e Com effeito se fes per todo o Senado Como Consta da Certidaõ juntta do Mestre João Luiz e Não tem duuida a dar de chão das Casas que Comprou da parte da orta defronte das suas casas mesmas os palmos⁹⁵ de chão que se hão de tomar da Rua publica declarados na Certidão da Medicaõ Com que a Rua fique Com a mesma Largura e mais direitta e per que se lhe perdeo a Licenca que se lhe hauya dado em uertude da dita uestorya e Medicaõ pede a uossa Senhoria lhe faca Merce Mandar Reformar a dita Licenca pera fazer a obra declarada na dita Certidão dando o chão offerecido pera a Rua

Despacho

Aos officiaes do regimento Meza

⁹³ Documento inédito.

⁹⁴ Sic.

⁹⁵ Segue-se repetido: os palmos.

[f. 22]

Meza uinte e noue de marco de seisCentos e nouentta e dous Com sette Rubricas do prezidente e Vereadores Mello pereira Manoel ferreira Luiz gomes

Certidão da uestorya

Belchior Moreira esCrição do Tombo dos bens e propriedades do Senado da Camera desta Cidade de Lisboa e do Hospital de São Lazaro della e me fuy Com o dezembargador Sebastião Reis de Barros fidalgo da Casa de Sua magestade e Vereador do Senado da Camera e que a seu Cargo Tem o pilouro das obras della Com miguel de mello procurador da Cidade e João Luiz medidor das obras dita Cidade e Domingos da gama homem das obras della fomos as portas da mourarya a uer Cordear as frontarias das Casas do marques de Alegrete e o que pedia a Cidade da Rua publica dando outros tantos palmos de chão das Casas que Comprou da banda das ortas Como Consta da Certidão juntta do medidor das obras da Cidade João Luiz o qual Cordeamento se mandou fazer pella maneira seguinte

A saber Comesando da hobra que **[f. 22v.]** que ja esta feita defronte da porta da horta de miguel de mello ficara a Rua que uay pera o jogo da pella de trinta e dous palmos de largo e hindo Continuando per diante Cordeando Com ha hobra que esta feita athe⁹⁶ athe ha ombreira da porta do pasteleiro ficara a Rua de trinta e dous palmos de largo entrando toda a largura pella Caza dentro e hindo por diente no mesmo Cordeamento ate a Caza da tauerna onde esta huma estaca que se pos quando se fes o outro Cordeamento ficara a Rua desta estaca pera dentro de trinta e dous palmos de largo e nesta estaca se ha de por hum cunhal onde aCaba ha hobra que uolta pera as Cazas que são do mesmo Marques que ficam da banda debayxo e ficara a boca da Rua de trinta e dous palmos de Largo que fas frente ao postigo da Rua Noua da palma e por esta maneira se mandou fazer o dito Cordeamento o qual foy feitto por João Luiz medidor das obras da Cidade e por uara de medir de Sinco palmos de que passey esta Certidão em Lisboa aos **[f. 23]** Aos dezoutto de Abril de seisCentos e nouenta e dous annos Belchior Moreira

Despacho

Dão licenca ao supplicante pera fazer a obra na forma do Cordeamento Com Condisão que antes que principye a obra pera Corrente a Largura da Rua que dá em Lugar da que toma pera beneficio da dita obra Lisboa uinte e hum de Abril de seisCentos e nouentta e dous Com Sette Rubricas do presidente e Vereadores do Senado da Camera Mello pereira Manoel ferreira Luiz gomes e não dezia Mais a dita peticaõ e despachos e Certidão da uestorya que tudo foy aquy treslado bem e fielmente na uerdade por Mim escrição em Lisboa aos vinte e noue de Abril de seisCentos e nouenta e dous a qual peticaõ e Certidão se tornou a levar digo se tornou a entregar ao ditto Marquez de Alegrete

⁹⁶ Segue-se repetido: athe.

Certidão de João Luiz

João Luiz Mestre e medidor das obras da Cidade Certifico que eu fuy com o Senado da Camera ve [f. 23v.] Vereadores procuradores da Cidade e os procuradores dos Misteres fomos as portas da Mouraria a uer e Cordear as frontarias das Cazas do Marquez de Alegrete e Medir o que podia a cydade pera meter as frontaryas das suas Cazas em esCoadrya a qual medisão e Cordeamento foy feita em noue dias de Marco de seisCentos e Setenta e Seis e pella Maneira seguinte Comesando na boca do Cano do Cabo junto a porta da horta de Miguel de Mello Tem a Rua trintta e tres palmos e neste ponto se toma da Rua quatro palmos e meyo e na boca entre o Cunhal nouo e o Cunhal das Casas de Donna Marya de bulhão que estão da banda de nossa Senhora da Saude e Tem a Rua de entrada Sesentta e dous palmos e meyo e do Cunhal defronte do poso da parede delle ha palmos Sincoenta e quatro e toma neste Cunhal Sette palmos e fica liures os sinCoenta e quatro e toma neste digo os sincoenta e quatro que tudo hera Necessaryo pera se meterem as frontaryas em escoadria e esta Certidão passey [f. 24] passey por hum aranzel que achey nos masos dos papeis das minhas Certidóis e por me ser pedida por parte do Senhor Marques e Não me lembra que tenha passada passado outra e em Cauzo que a tenha passada a ella me Reporto em todo e por todo Lisboa oje uinte e hum de Marco de seisCentos e Nouenta e dous annos João Luiz e não dezia mais a dita Certidão que foy aquy tresladada bem e fielmente na uerdade por mim esCriuão

Doc. 3

Décima da Cidade, Freguesia do Socorro, *Arruamentos*, anos de 1762/3

AHTC, *Décima da Cidade*, Freguesia do Socorro, *Arruamentos*, anos de 1762/3, DC 1160 AR

Rua Direita da Mouraria, parte direita

[f. 1] N.º1 - *Propriedade* do *Excelentissimo* Marquez de Alegrete *parte* do Palacio *que* a presente consta de duas Logeas e algumas acomodacoinz em sima por se achar aruynado a saber:

Primeira Logea arrendada a Romão do Valle com armazens de vinho *morador* em S. quintino em quarenta mil reis

Antonio Alves quarolla ganha por anno sincoenta e sete mil e seiscentos reis

Segunda Logea e algumas cazas por sima q se abitão alem do aruynado Palacio arendado tudo a Antonio João carpinteiro da Rua das Arcas em setenta e dous mil reis.

[f.1v.] Marcos Francisco official do *dito officio* de carpinteiro da Rua das Arcas

(Rua Direita da Mouraria, parte esquerda)

[f. 11] – N.º1 *Propriedade* do Palacio do *Excelentissimo* Marquez de Alegrete que anda arendado e consta de varias Logeas repartidas com Madeira e varias acomodaçoins em sima que por não ser Couza Estavel se não declaram aqui ao todo e se põem abayxo, alem

Primeira Logea que era o vaó do Saguam e se acha com varios repartimentos para outras Logeas abayxo descritas com seu sotaó por sima tudo arendado em cento e quarenta e quatro mil reis por anno a Francisco Dias com logea de merciaría *muíto* groça de *muíto* trafico o qual pagou da sua maó as acomodaçoins seguintes

Manoel Lopes seu cayxeiro ganha por mez dois mil reis

[f. 11v.]

Outra Logea que ocupa Antonio Manoel Zacarias com Logea droguista com *muíto* trafico que paga de renda quarenta e três mil e duzentos reis a Fran.^{co} Dias inquilino retro que vay *comprehendido* nos 144\$000 do seu arendamento

Manuel Nunes Cayxeiro do *dito* Droguista *morador* na mesma Logea Declarou não venser ordenado

Outra Logea que serve de cortar carne de q he Cortador Joze vaz *morador* na Travessa da bica arendada em vinte e outo mil e outocentos reis q paga a Francisco Dias *comprehendidos* no seu arendamento, declarou ganhar mil e seiscentos reis por semana

Outra Logea que esta ao pe do arco da parte de fora pertensente a *Freguesia* de Santa Justa que ocupa Francisco Roiz (?) com loja de Retroz e paga de Renda a Francisco dias a quantia de quarenta e outo mil reis *compriendidos* na renda do principal inquilino

Avaliação da Mayoria

Declarase que por constar pellos arendamentos dos inquilinos supra que o inquilino principal Francisco Dias ficava na Logea grande que ocupa e sotaão que ocupa **[f. 12]** ocupa na quantia de vinte e quatro mil reis sendo diminutta ao seu valor se mandou avaliar a mayoria que se devia dar de renda pella ditta Logea e Sotão o que tudo foy avaliado pellos Mestres respetivos em trinta e seis mil reis de cuya mayoria deve pagar decima o ditto inquilino principal pello lucro com que fica avista do que lhe pagáo os rendeiros subalternos que sam vinte e sinco moedas de ouro.

Continua a ditta *propriedade*

Outra Logea que serve de seleiro de trigo com entrada na Rua de Sam Visente e tem hua Logea intrior que tudo

ocupa André Pinto Rebello *morador* na Quinta Velha paga de renda cada anno noventa e seis mil reis

[f. 12v.]

Outra Logea *muito* grande que compreende todo o vam do Palacio com porta para duas ruas arrendada a João *goncalvez* Barros mercador de vinhos com armazem grande com quatro ordens de pipas em cento e quinze mil reis – e declarou vender the trinta pipas de vinho

João da Silva criado do sobredito ganha dez tostoinz por dia

Outra Logea e hum sotão por sima arrendado em quatorze mil e quatrocentos reis a Joze da Silva com Logea de Louçapouca, sortida e de pouco trafico

Outra Logea que ocupa Domingos Guedes *mestre* cerieyro o qual alugoua ditta logea com parte do sobrado de sima em setenta e seis mil e outtocentos reis e aluga o seguinte compriendido na ditta quantia

[f. 13]

Hum quarto de cazas do *dito* Palacio *comprehendido* no que alugou Domingos Guedes nas dezasseis moedas arrendado em vinte mil reis a Matheus *Rodriguez* (?)

Outro quarto do mesmo Palacio arrendado a Francisco Dias *rendeiro* em dezanove mil e duzentos reis que paga *Domingos* Guedes por ser compriendido no *arrendamento* das dezasseis moedas em que não há *mayoria* para avaliar

Outra logea arrendada a Manoel Alves *Mestre* *marsineiro* velho e de pouco trafico, em vinte e quatro mil reis

Outra logea que ocupa Mariana de Jezus *linheira* cazada com Antonio *gonçalves*, paga a renda em cada anno vinte e quatro mil reis

Outra Logea que ocupa Valentim João *Mestre* *corrieyro* arrendada em vinte e outto mil reis

[f. 13v.]

Primeiro e ultimo andar que so tem o *dito* Palacio no conserto que se fes

Hum quarto arrendado a Manuel Estevam Torres que ensina Estudantes tera de ordenado trezentos mil reis por anno deve mostrar *certidão* em como no *pagamento* se lhe tira a *decima* *pera* se lhe não passar, paga de renda cada anno 57\$600

(?) *Joaquina* criada ganha outto mil reis diz ser emgeitada

Hum quarto interior com repartimentos de pau arendado a Joze Alves Mestre Carpinteiro da Rua dos Arcos em seis mil reis

Outro quarto do mesmo modo arendado em seis mil reis a Joze Gonsalves Reis official de carpinteiro (?)

Outro quarto arendado em trinta e seis mil reis a Donna Antónia Ignacia valera 36\$800

(...)

[f.16v.] N.º7 – *Propriedade* de D. Thereza Maria de Aguiar veuva de Antonio Alvares dos Reys que he a seguinte

Primeira Logea arendada em quarenta mil reis a Esteuão Barretto Mestre seleiro

Segunda Logea arendada em quarenta mil reis Jeronimo Goncaluez Vianna com Logea de Fancaria groça

Hua propriedade de Cazas Nobres que constam de logea, Cavallarsas, Cocheiras, Paleiro, primeiro, segundo e treseiro andar em que vive a Senhoria e sua familia e no que dice que se procedeo a avaliacaom pellos Mestres respetivos os quais a avaliaram em trezentos e sincoenta mil reis

Antonio Joze criado que ganha vinte e quatro mil reys por anno.

[f. 17]

Manoel da *Silua* ganha dezanove mil e duzentos reis

Manoel Galego de servir a Caza ganha por anno quatorze mil e quatrocentos reis

Ignacia Michaela criada ganha quatorze mil quatrocentos reis por anno.



FONTES

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Lisboa

Anteprojeto de prolongamento da avenida Almirante Reis e da ligação da rua da Palma entre a Guia e o Poço do Borratem, 1926. PT/AMLSB/UROB-PU/10/002/02.

Averiguação acerca da árvore genológica e histórica do palácio do marquês do Alegrete. Processo n.º 302 de 1960. PT/AMLSB/CMLSB/CULT/01/003343.

Livro de cordeamentos de 1689.

Livro de cordeamentos de 1692.

Obra n.º 24553.

Obra n.º 4178.

Parecer 107 de 17/5/1887, expropriação de barracão de marquês de Penalva. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0843.

Planta de alinhamento da rua da Mouraria, 30/7/1894. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01255.

Processo 312 de passagem para o largo Silva e Albuquerque. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00312.

Processo de vistoria no largo da Saúde 51 a 53 de 2/3/1838 (propriedade do marquês de Penalva). PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OP/06/0057.

Processo n.º 302 de 1960 - averiguação sobre o palácio marquês do Alegrete.

Projecto de passagem para o largo de Silva e Albuquerque, 1916-04-15-1916-05-24. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00312.

Fotografia

Eduardo Macedo Portugal, PT/AMLSB/EDP/000948.

Eduardo Portugal, PT/AMLSB/POR/019589.

Eduardo Portugal, PT/AMLSB/POR/050827.

Eduardo Portugal, PT/AMLSB/POR/058457.

Fundo Antigo, PT/AMLSB/FAN/001687.

José Artur Bárcia, PT/AMLSB/BAR/000261.

José Artur Bárcia, PT/AMLSB/BAR/000268.

José Neves Águas, PT/AMLSB/NEV/001394.

José Neves Águas, PT/AMLSB/NEV/001395.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Pedro II, Título do marquês do Alegrete, Manoel Telles da Silva, L. 18, f. 14; L. 5, f. 22.

Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153, *Planta das freguesias de Lisboa*, Planta n.º 67, “Planta da Freguesia de N S^a do Socoro”.

Processos de habilitação de familiares do Santo Ofício, Manoel Telles da Silva, 1.º marquês de Alegrete, 2.º conde de Vilar Maior, n.º 17, dil. 446.

Arquivo do Tribunal de Contas

Décima da Cidade

Freguesia de Santa Justa, Arruamentos, ano de 1762/3, DC 634 AR.

Freguesia de Santa Justa, Prédios, ano de 1762/3, DC 634 P.

Freguesia do Socorro, Arruamentos, ano de 1762/3, DC 1160 AR.

Freguesia do Socorro, Prédios, ano de 1762/3, DC 1160 P.

Biblioteca Nacional de Portugal

Cartas de frei Luís da Silva para Manoel Teles da Silva. In *Miscelânea. Reservados*, Cod. 11059.

Arquivo Tarouca (BNP Reservados)

Cartas do marques de Alegrete, para o seu irmão o conde de Tarouca, AT/163, vol. II.

Cartas do conde de Tarouca para o seu filho e família, AT 270.

Cartas do conde de Tarouca para parentes e amigos, (1709-1710), AT 273.

Copia dos reaes aparatos e obras que se ficeram em Lixboa na occasiam da entrada e dos desposorios de Suas Majestades [Manuscrito]: Imago Ulysseae exultantis in adventu Ser[enissi]mae Portugalliae Regina Mariae Sophiae / depicta et repraesentata manu et penicillo P. Joannis a Regibus S.J. Potent[issi]mi Regis Lusitaniae mathematici, 1687. AT/L 317.

Compendio da vida do Ill.^{mo} e R.^{mo} Senhor D. Fr. da Silva, Arcebispo de Évora (Manuscrito/ escrito pello R.^{mo} P.^e Fr. Simão de Brito da Ordem da Santíssima Trindade, Pregador Geral e tres vezes redentor de cativos. 1703, BNP, Reservados, Cod. 269.

Fontes Impressas

ALEGRETE, Manoel - *De rebus gestis Joannis II Lusitanorum regis, optimi principis muncupati*. Ulyssipone: Michael Manescal, 1689.

Cartas do conde de Tarouca, embaixador de Portugal, dirigidas ao Cardeal da Cunha. [S.l.]: Tipografia Elite, 1927.

Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva. [S.l.: s.n.], 1898.

CASTRO, João Baptista de - *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Off. de Francisco Luis Ameno, 1762-1763. vol. III.

COSTA, Antonio Rodrigues da - *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior (hoje Marques de Alegrete) (...) ao (...) Principe Philippe Guilherme Conde Palatino (...) Conduçam da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas, & applausos, com que foi celebrada sua felix vinda, & as augustas vodas de Suas Majestades*. Lisboa: Officina de Miguel Menescal, 1694.

COSTA, Padre Carvalho da - *Corografia Portuguesa, e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal [...]*. 2.^a ed. Braga: Typ. De Domingos Gonçalves Guveia, 1868-1869.

Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915. vol. I.

VALENÇA, Marquez de - *Elogio funebre do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Tarouca João Gomes da Silva composto pelo Marquez de Valença*. Lisboa Occidental: Off. de Miguel Rodrigues, 1739.

MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de - *Historia universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua creação até o seculo presente. Com huma narraçam individual do terremoto do primeiro de Novembro de 1755, e noticia verdadeira dos seus effeitos em Lisboa, todo Portugal, Algarves, e mais partes da Europa, Africa, e America, e huma dissertação phisica sobre as causas geraes dos Terremotos, seus effeitos, differenças, e Prognosticos; e as particularidades do ultimo por Joachim Joseph Moreira de Mendonça*. Lisboa: Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758.

MESTRE, Victor; ALEIXO, Sofia - *Quinta do marquês do Alegrete: conservação e restauro do palácio e jardim romântico: relatório prévio e memória descritiva*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014.

MONTEIRO, Frei Pedro - *Sermam nas exequias do excellentissimo senhor Manoel Telles da Sylva, primeyro Marquez de Alegrete, que prégou na Igreja Parochial de N. S. do Socorro, desta Corte de Lisboa, em 13 de Outubro de 1703 [i. é 1709], havendo falecido em 13 de Setembro do mesmo anno...* Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1716.

Planta da cidade de Lisboa em que se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro com as declarações postas em seu lugar. Delineada por João Nunes Tinoco. Arquitecto de Sua Magestade. Ano de 1650 (in SILVA, Augusto Vieira da - *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. planta nº 1.).

Bibliografia

AA.VV - Lisboa: bairros históricos. *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. Nº 151 (dezembro de 1995).

ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações de Lisboa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1938.

ARRUDA, Luísa D'Orey Capucho - *Figuras de convite na azulejaria portuguesa do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 1989. Dissertação de mestrado em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ARRUDA, Luísa de Orey Capucho - O palácio de Xabregas: do legado de Tristão da Cunha às grandes obras do século XVIII. *Claro-Escuro: Revista de Estudos Barrocos*. Lisboa: Quimera. N.ºs 6-7 (1991), p. 151-161.

ARRUDA, Luísa; COELHO, Teresa Campos - *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*. Lisboa: Edições Inapa, 1994.

ATAÍDE, Tristão da Cunha - *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e de D. João V*. Lisboa: Chaves Ferreira, 1990.

BIRG, Manuela - *João Antunes: arquitecto, 1643-1712*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1988.

BORGES, Nelson Correia - *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*. Porto: Paisagem, 1982.

BRASÃO, Eduardo - *O conde de Tarouca em Londres: 1709-1710*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1935.

CALDAS, João Vieira; COUTINHO, Maria João Pereira - O nome e a função: terminologia e uso dos compartimentos da casa nobre da 1.º metade do século XVIII. In MENDONÇA, Isabel M. G.; CARITA, Hélder; MALTA, Marize, coord. - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p.130-190.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da - *A arte de bem viver: a encenação do quotidiano na azulejaria na 2.ª metade de setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da - *Azulejaria do século XVIII: espaço lúdico e decoração na arquitectura civil de Lisboa*. Porto: Editora Civilização, 2007.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da; ALBERGARIA, Isabel Soares de - A casa nobre de setecentos em Ponta Delgada: um olhar sobre a tipologia e modelos da arquitectura civil açoreana. *Nova Atlântida: revista de cultura*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura. (junho de 2003), p. 59-71.

CARITA, Hélder - O núcleo de “escadas reais” e a formação de um modelo de palácio barroco: de João Antunes a André Soares. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: HOMENAGEM A JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA, 4, Lisboa, 2012 - *Actas*. 2.ª ed. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2014. p. 122-133.

CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem - *A casa senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Lisboa: Leya, 2015.

CARVALHO, Aires de - *As obras de Santa Engrácia e os seus artistas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1971.

CARVALHO, Aires de - *D. João V e a arte do seu tempo*. Lisboa: ed. autor, 1962. vol. 2.

CARVALHO, Aires de - Novas revelações para a história do Barroco. *Belas Artes*. Lisboa: [Tipografia da E.N.P.]. 2ª Série N.º 20 (1964). Separata.

CARVALHO, Ayres de - Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos vários tabeliões de Lisboa. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal. Vol. XXVII Fasc. 63 (1973), p. 131-212. Separata.

CARVALHO, Ayres de - Documentário artístico do primeiro quartel de Setecentos, exarado nas notas dos vários tabeliões de Lisboa. *Bracara Augusta*. Vol. XXVII Fasc. 63 (1973), p. 131-212. Separata.

CASTILHO, Júlio - *Lisboa antiga: bairros orientais*. 2ª ed. rev. e ampl. Lisboa: Câmara Municipal, 1935. vol. III.

CATARINO, Maria Manuela; DUARTE, Joaquim Moedas - A quinta das Lapas: da casa construída pelo 1.º marquês de Alegrete a jardim romântico/neoclássico do século XIX. In COLÓQUIO CHÁS DE PEDRA, 5, Azenhas de Santa Cruz, 2015 - *A quinta*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 2015.

CLUNY, Isabel - *O conde de Tarouca e a diplomacia na Época Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

COELHO, Teresa de Campos - Intervir no centro histórico. *Architécti*. Lisboa: Editora Trifório. N.º 52 (2000), p. 26-29.

COELHO, Teresa de Campos - Um concurso para provimento do lugar de arquitecto das ordens militares. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. N.º 7 (1997), p. 102-107.

COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos - *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de arquitectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em História da Arte, especialidade História da Arte Moderna em Portugal apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

CORREIA, Vergílio - As obras da Universidade durante o reitorado do Doutor Nuno da Silva Teles. *Biblos: boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. VIII (1932), p. 363 e ss.

COUTINHO, Maria João Pereira - O palácio do Monteiro-Mor e a visão da arquitectura civil lisboeta na primeira metade de setecentos por João Gomes da Silva: 1671-1738, 4.º conde de Tarouca. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: HOMENAGEM A JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA, 4, Lisboa, 2012 - *Actas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2012. p. 77-84.

DIAS, Pedro; GONÇALVES António Nogueira - *O património artístico da Universidade de Coimbra*. 2ª ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

FERRÃO, Leonor – Antunes, João. In TURNER, Jane, dir. – *Dictionary of art*. New York: Grove, 1996. vol. 2, p. 188-190.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras - *Nobiliário das famílias de Portugal*. 2ª ed. Braga: Carvalhos de Basto, 1989. tomo IX.

GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Caminho, 1988.

GOMES, Paulo Varela – *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

JACQUINET, Maria Luísa de Castro V. G - Manuel Pereira (C.O.), arquiteto: contributos para a desconstrução de um enigma da historiografia da arte. *Invenire*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. N.º 7 (2013), p. 14-19.

LISBOA. Câmara Municipal - *Planos especiais de salvaguarda de Alfama e Mouraria: propostas para debate público*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.

LOPES, António; MUCZNIK, Esther - *O Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier (1506-2006), 2005.

MANGUCCI, Celso - Francisco Machado e a oficina de retábulos do arcebispo de Évora [Em linha]. *Cenáculo: boletim on line do Museu de Évora*. Évora: Museu de Évora. N.º 2 (2007), p. 3-17 [Consult. 04.2016]. Disponível na Internet: museudevora.imc-ip.pt/Data/Documents/Cenaculo2/B2Machado2007.pdf.

MANTAS, Helena Alexandra – Cinco palácios em Lisboa: breve abordagem da arquitectura erudita portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In MORNA, Teresa Freitas; MANTAS, Helena Alexandra – *Património arquitectónico: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Museu de São Roque, 2006. vol. 1.

MARQUES, Cátia Teles e - Fontes para o estudo das casas religiosas de Lisboa: os livros de cordeamento de 1700 a 1750. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2ª Série N.º 1 (2014), p. 311-327.

MATOS, José Sarmiento de - Palácio urbano. In PEREIRA, José Fernandes, dir.; PEREIRA, Paulo, coord. - *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. p. 513-514.

MATOS, José Sarmiento de, PAULO; Jorge Ferreira - Da relevância dos livros de cordeamento no estudo da arquitetura de Lisboa: o caso do Palácio Sanches de Brito. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2ª Série N.º 1 (2014), p. 155-178.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira da Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII: titulares, a corte, vivências e sociabilidades* [Em linha]. Lisboa: [s.n], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 01.2016]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10362/7861>. MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1829*. 2ª ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1882-1943.

PAIVA, José Pedro - D. Fr. Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra: o caso da diocese de Lamego. In RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia, coord. - *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras, 2001. vol. I, p. 243-256.

PEREIRA, João Castel-Branco, coord. - *Arte efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

PEREIRA, José Fernandes - *Arquitetura barroca em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1986.

PEREIRA, José Fernandes - João Antunes. In PEREIRA, José Fernandes, dir., PEREIRA, Paulo, coord. - *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. p. 35.

PEREIRA, José Fernandes - Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil. In MOURA, Carlos - *História da arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986. vol. 8, p. 9-65.

PEREIRA, José Fernandes, dir.; PEREIRA, Paulo, coord. - *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989.

PEREIRA, Luiz Gonzaga - *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

PIMENTEL, António Filipe - Manuel Pereira. In PEREIRA, José Fernandes, dir., PEREIRA, Paulo, coord. - *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989. p. 350.

PORTELA, Miguel - Os Mateus do Couto: mestres-de-obras do Real Mosteiro da Batalha. *Jornal da Golpilheira*. Golpilheira: Centro Recreativo da Golpilheira. (dez. 2015), p. 23.

SANTANA, Francisco - *Lisboa na 2.ª metade do século XVIII: plantas e descrição das suas freguesias: recolha e índices*. Lisboa: Câmara Municipal, 1976.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1994.

SARANTOPOULOS, Panagiotis in *A cidade de Évora*, XLIII-XLIV (1986-97), n.º 69-70, p. 125-179. *Memórias da vida e morte do 10.º Arcebispo de Évora D. Fr Luis da Silva Teles* (Arquivo Distrital de Évora, Códice CVI/1-27).

SERRÃO, Vítor - *História da arte em Portugal: o barroco*. Lisboa: Presença, 2003.

SERRÃO, Vítor - O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras: 1616-1636. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. III Série Nº LXXXIII (1977). Separata.

SILVA, Augusto Vieira da - *A cerca fernandina de Lisboa*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. vol. I.

SILVA, Augusto Vieira da - *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.

SILVA, Augusto Vieira da - Sítio e palácio do Marques de Alegrete. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nºs 30/31 (1948), p. 3-15.

SILVA, Maria de Lurdes Ribeiro da - Aspectos da intervenção do Senado da Câmara na reconstrução pombalina: os livros de cordeamentos. In COLÓQUIO TEMÁTICO, 1, Lisboa, 1997 – *O município e a dinâmica urbana: séculos XVI a XIX: actas*. Lisboa: Câmara Municipal, 1997. p. 101-120.

SIMÕES, João Miguel - As artes decorativas nas escadarias de aparato de Lisboa no século XVIII. *ARTis On: Journal of History of Art and Heritage*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Nº 1 (2015), p. 56-67.

SOBRAL, Luís de Moura, coord. – *Bento Coelho da Silveira (1620-1708) e a cultura do seu tempo*. Lisboa: IPPAR, 1998.

SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântica, 1949.

SUMMAVIELLE, Isabel Maria Araújo Lima Cluny - *O Conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*. Lisboa: [s.n.], 2002. Tese de doutoramento em História e Teoria das Ideias, especialidade História das Ideias Políticas, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TAROUCAL, C. S. - O alferes-mor da Restauração. *Revista Brotéria*. Lisboa. Nº 31 Fasc. 6 (1940), p. 568-587.

TAROUCAL, Carlos da Silva - Cartas inéditas dum embaixador de D. Pedro II na Alemanha: 1687. *Revista Brotéria*. Lisboa. Vol. XL Fasc. 2 (1945). Separata.

TAROUCAL, Carlos da Silva - Conselhos dum ministro de D. Pedro II para seu filho, reitor da Universidade de Coimbra. *Revista Brotéria*. Lisboa. Vol. XXXVI Fasc. 5 (1943), p. 482-498. Separata.

TAVARES, Gonçalo M. – *Arquitectura, natureza e amor* [Em linha]. Porto: Dafne Editora, 2008. [Consult. 02.2016]. Disponível na internet: <http://www.dafne.com.pt>.

VIEGAS, Inês; TOJAL, Alexandre Arménio Maia, coord. - *Atlas da carta topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque, 1856-1858*. Lisboa: Câmara Municipal, 2000.

VIEIRA LUSITANO, Francisco - *Inventário das pinturas, que em 1758 possuía a casa dos Marqueses de Penalva*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1945. p. 6-15.



Palácio do Machadinho – As múltiplas vidas de uma casa

Machadinho palace – the many lives of a house

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva *

Tiago Borges Lourenço **

submissão/submission: 12/02/2016

aceitação/approval: 18/03/2016

RESUMO

Casa nobre, palácio burguês, habitação multifamiliar, colégio, escola primária, edifício de serviço público. As múltiplas vidas do palácio do Machadinho contam a história social, política e arquitetónica da Lisboa dos últimos quatrocentos anos.

Numa altura em que se perspetiva um novo uso que pode resultar em significativas transformações no imóvel, e contrariando uma história repetidamente escrita e assente em pouca investigação e muita repetição, este artigo responde à urgência de elaborar um aprofundado estudo com base em fontes primárias que continue o trabalho iniciado por Júlio Castilho há mais de um século e que permita compreender a *história desta casa e de quem lá*

* DPC – Departamento de Património Cultural, Direção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, Portugal. IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa; Portugal.

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva é licenciada em Arquitetura pela Universidade Lusíada no ramo de Recuperação e mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É técnica superior da Câmara Municipal de Lisboa desde 1992, com percurso profissional nas áreas da reabilitação urbana, do planeamento urbano e da proteção do património edificado.

Correio eletrónico: helia.silva@cm-lisboa.pt

** IHA - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa; Portugal.

Tiago Borges Lourenço é licenciado e mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi bolsheiro de investigação e colaborador em diversos museus e instituições culturais, desenvolvendo maioritariamente a sua atividade de investigador nas áreas da azulejaria, arquitetura e urbanismo de Lisboa da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Correio eletrónico: tborgeslourenco@gmail.com

viveu. Em suma, a forma como a sua arquitetura, decoração e vivências evoluíram, adaptaram-se e refletiram a mudança dos tempos.

PALAVRAS-CHAVE

Machadinho / Palácio / Vivências / Transformações

ABSTRACT

Nobleman's house, bourgeois palace, multifamily building, college, elementary school, government building. The multiple lives of Machadinho Palace reflects the social, political and architectural history of Lisbon of the last 400 years.

Following the footsteps of Júlio de Castilho work on this building done over a century ago, this paper answers the urgency to have a deeper look at the many ways its architecture, decor and way of living have changed across time. Ever so much more relevant in a time where a new use for the palace is planned.

KEYWORDS

Machadinho / Palace / Livings / Transformations



Imagine o leitor extranho á Capital uma grande casa, de loja, sobreloja, e andar nobre, com doze sacadas de frente [...], magnificas no seu aprumo, no historiado das suas hobreiras, e no desenho do seu gradeamento, tudo n'um estylo distincto, pouco visto hoje, e nada conhecido em 1755¹.

¹ CASTILHO, Júlio de - Memórias de Castilho. *O Instituto: Jornal Cientifico e Litterario*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. 44 (1897), p. 169.

AS CASAS DA ERMIDA DE D. DUARTE. A PRESENÇA DOS EÇA NA RUA DO ACIPRESTE, AO MOCAMBO

A história da primitiva construção sobre as quais se ergueu, em meados do século XVIII, o palácio do Machadinho não é clara. As primeiras pistas são fornecidas pela planta de Lisboa da Biblioteca Nacional do Brasil² que, datada de finais do século XVI mostra já perfeitamente delimitado o quarteirão triangular onde o edifício se implementaria, na rua do Acipreste³, ao bairro do Mocambo.

De raiz quinhentista⁴, este consolidado aglomerado populacional era, por esta altura, limitado a nascente pelo convento de Nossa Senhora da Esperança e respetiva cerca, a sul pela rua Direita da Esperança (ligando o dito

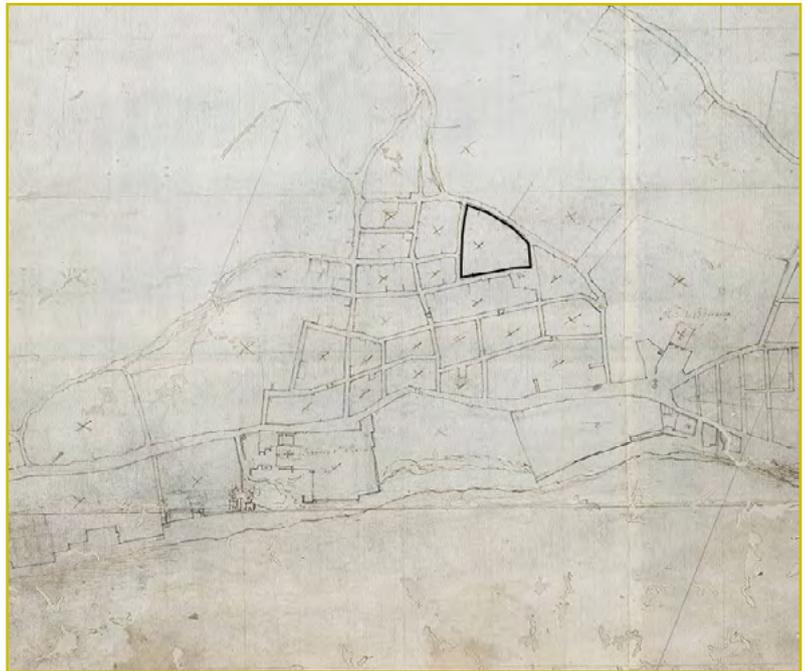


Figura 1 Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro, pormenor. Finais do século XVI. Biblioteca do Rio de Janeiro, Mapas manuscritos http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm.

² Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), *Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro* [Em linha]. [Consult. 27.01.2016]. Disponível na internet: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm. Esta planta foi originalmente divulgada por Walter Rossa no IV Congresso de História da Arte Portuguesa: Homenagem a José-Augusto França (2012) e publicada por GARCIA, José Manuel - A representação dos conventos de Lisboa cerca de 1567 na primeira planta da cidade. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte (FCSH-UNL). Nº 11 (2014), p. 35-49.

³ O terreno em questão manteve-se, desde então, praticamente inalterado. Era delimitado pelas ruas do Acipreste (atual rua do Machadinho), rua das Inglesas (atual rua do Quelhas), travessa das Inglesas (atual travessa das Inglesinhas) e beco do Loureiro (atual beco do Machadinho, à época com ligação direta entre as ruas do Acipreste e das Inglesas, algo que só foi revertido no decorrer do século XIX).

⁴ Apesar de já existirem vestígios desde pelo menos a época romana, o local manteve-se por consolidar urbanisticamente até ao século XVI. Durante a Idade Média, na área implementou-se a igreja em honra dos Santos Mártires Veríssimo, Máxima e Júlia que, entregue no final do século XII à Ordem Militar de Santiago de Espada, em seu torno foi construído um mosteiro feminino. Após a saída das religiosas no final do século XV, tornou-se habitação do feitor da Casa da Mina e no início do século seguinte, Paço Real. É pouco depois que o bairro se desenvolve e se consolida, muito por culpa da construção de edifícios que se tornariam marcos da zona nos séculos seguintes, nomeadamente o convento de Nossa Senhora da Esperança e o palácio dos Duques de Aveiro.

convento às Janelas Verdes), e a norte e poente por terras maioritariamente de cultivo. Ao longo do século XVII, nele se instalaram diversas casas religiosas⁵, cuja presença era mais impactante do que a dos nobres (que quando existiam localizavam-se invariavelmente na rua Direita da Esperança, aproveitando a vantajosa posição sobranceira sobre o rio), pelo que a implantação de casas nobres à rua do Acipreste (ainda que num dos extremos do bairro) prima por um carácter de absoluta excecionalidade.

Provavelmente datadas de entre final de Quinhentos e inícios de Seiscentos, as primeiras construções documentadas no referido terreno triangular pertenciam à família Eça, diretamente descendente de D. Pedro I. Ilegítimo e paralelo ao tronco principal, o ramo da família que se instalou ao Acipreste ter-se-á iniciado por D. Duarte⁶, bisneto do infante D. João. Nascido no início do século XVI e morador em Óbidos, serviu na Índia em 1538 com o vice-rei D. Garcia de Noronha, tornando-se posteriormente capitão das Molucas, de Goa e de Ceilão. Casado na Índia com D. Leonor de Faria, o seu segundo filho, D. João d'Eça (m. 1578), herdou parte dos bens de seu pai e, de sua mãe, o morgado dos Farias. Tendo por duas vezes acompanhado D. Sebastião a África, acabaria por com ele morrer em Alcácer-Quibir. Do seu casamento com D. Catarina Bernardes de Medeiros (filha de António Vaz Bernardes de Medeiros, fidalgo da casa real, e irmã do poeta Diogo Bernardes), nasceu D. António d'Eça, que Júlio de Castilho refere ter morado nas casas da rua do Acipreste ainda que não especifique se terá sido o primeiro da sua família a fazê-lo. Casado com D. Clara Bernardes, foi pai de Duarte d'Eça e Faria (m. 1701), que seria “aparentado com gente alta da Côrte, entre outras pessoas com um dos Grandes do séquito da nossa Infanta D. Catherina”⁷. Segundo o relato que, em 1712 António Carvalho da Costa faz, terá sido este quem, junto às suas casas, constrói “a Ermida de N. Senhora da Caridade [...] na rua do Acipreste, [...] [tendo para o efeito trazido] da India a dita Imagem de N. Senhora da Caridade⁸, & lhe prometeo fundar hua Ermida, & dedicarlha por causa de hua grande tempestade, que teve na dita viagem, de que a Senhora o livrou⁹”.

Após a sua construção, rapidamente as casas dos Eça ficaram conhecidas na vizinhança como “as casas da ermida de D. Duarte”, aí tendo sido sepultada a filha deste, D. Maria, ainda no decorrer do século XVII.

Não existe qualquer descrição das casas nobres do Eça ou da sua ermida, embora uma análise arquitetónica e estrutural do edifício atual permita compreender que, de um ponto de vista de implantação, estas construções

⁵ Nomeadamente o convento de Nossa Senhora da Esperança, o convento de Santa Brígida e o recolhimento de Santa Isabel de Hungria (cf. <http://lxconventos.cm-lisboa.pt>).

⁶ VILA-SANTA, Nuno - *Eça, D. Duarte (capitão de Colombo, Ternate e Goa)* [Em linha]. [Consult. 3.02.2016]. Disponível na internet: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1260>.

⁷ CASTILHO, Júlio - *op. cit.*, p. 108.

⁸ Esta forte devoção a Nossa Senhora da Caridade levaria a que sua mãe instituisse, segundo cláusula testamentária, uma capela com jazigo com este orago na igreja paroquial de São Nicolau.

⁹ COSTA, António Carvalho - *Corographia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1712. tomo III, p. 517.

constituíam o núcleo base da construção que chegou à atualidade. Esta estrutura primitiva, de menores dimensões que a atual, conteria seis divisões principais em cada piso¹⁰ e uma entrada principal que se abriria a um pequeno *pátio de honra* exterior, numa configuração menos habitual em cidade. Do lado oposto do pátio localizava-se a ermida, totalmente independente do edifício, à qual justaposta se localizaria a segunda propriedade dos Eça, composta de armazéns no piso térreo e um andar por cima¹¹. Esta informação é, de resto, integralmente corroborada pela representada destas construções no *Grande Panorama de Lisboa* azulejar do palácio dos condes de Tentúgal¹². Ainda assim, possivelmente pela sua reduzida dimensão e/ou riqueza arquitetónica/decorativa, António Carvalho da Costa não as inclui no elenco que faz das “muytas Casas nobres com seus jardins, & quintaes”¹³ então existentes na freguesia de Santos.



Figura 2 *Grande Panorama de Lisboa*, pormenor. Atrib. Gabriel del Barco, c. 1700. Museu Nacional do Azulejo.

¹⁰ A forma como no rol de confessados de 1689 surgem separadamente D. Duarte d’Eça e o seu filho Duarte, parece antever que se tratasse de um espaço compartimentado, composto por mais do que uma habitação.

¹¹ Segundo o *Livro da Meia Décima* da paróquia de Santos-o-Velho, em 1696 D. Duarte possuía, ao Acipreste, duas propriedades, uma avaliada em 20 réis (onde morava) e uma outra, contígua composta por três itens: “sobrados”, “outros sobrados e logea” e “outra logea”.

¹² Museu Nacional do Azulejo, Gabriel del Barco (atrib.), c. 1700, inv. n.º 1.

¹³ COSTA, António Carvalho - *op. cit.*, p. 532.

Nestas casas nasceram os filhos de D. Duarte e D. Maria de Oliveira, tendo o primogénito D. Manuel d’Eça e Faria (1668-?) casado a 24 de setembro de 1689 com D. Isabel Antónia de Macedo, filha de Vicente da Costa Freire, alcaide-mor de Alvito. Ao longo da década seguinte, também aí nasceu a sua descendência: Duarte (1690), Isabel (1693), Bernardo Sebastião (1695) e Clara (1696), que então partilhavam a habitação com os seus pais e seus avós. Em 1701, o patrono D. Duarte morre, deixando no seu testamento indicação para ser sepultado na capela instituída por sua mãe na igreja de São Nicolau e para que “a prata que tem aplicado às Imagens da dita Ermida se não possa em tempo algū vender”¹⁴.

De 1713 data o último rol de confessados da paróquia de Santos-o-Velho que menciona a presença dos Eça nas casas da rua do Acipreste, num total de 9 pessoas: D. Manuel d’Eça e Faria e sua mulher D. Josefa Maria; os filhos Clara Bernarda, Bernardo d’Eça e António d’Eça; as criadas Catarina de Souza e Maria da Encarnação, o *moço* João Sanches e ainda o escravo José. Dois anos depois¹⁵ a família já não habitava ao Acipreste, não sendo claros os motivos que obrigaram à mudança nem o que terá ocorrido a estas casas ao longo das três décadas seguintes.

Neste último particular, as principais pistas advêm de novo dos róis de confessados¹⁶: em 1717 terá ocupado a casa o “*Reverendo Padre Pedro Vieira da Silva*”, seus dois filhos Gaspar e Francisco e um conjunto de nove outras pessoas (provavelmente criados e/ou escravos). Tratar-se-á de Pedro Vieira da Silva e Melo (1659-1744), segundo filho de Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado e bispo de Leiria (1598-1676). Casado com Catarina Josefa da Silva, a certo ponto das suas vidas decidem tomar a vida religiosa, tornando-se ele clérigo e ela professando no vizinho mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré (*das Bernardas*)¹⁷ em 1704.

Em 1719 a casa encontrar-se-ia habitada pelo escrivão da Mesa Grande da Alfândega do Tabaco de Lisboa e futuro escrivão do monteiro-mor do Reino, José Machado de Freitas, respetiva família e criados, aí residindo até 1742/3. Em 1744, estaria ocupada pela família Sousa Machado, encontrando-se desabitada no início do ano seguinte. Pouco depois conheceria um novo proprietário que profundamente rescreveria a sua história.

¹⁴ Arquivo Nacional/Torre do Tombo (ANTT), Paróquia de Santos-o-Velho, Livro de registo de óbitos 1694/1706, PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-01_M604. O testamento encontra-se em ANTT, Feitos Findos, *Registo Geral dos Testamentos*, liv. 99, não tendo sido consultado no âmbito da presente investigação devido ao seu mau estado.

¹⁵ Do espólio da Paróquia de Santos-o-Velho não consta o rol de confessados de 1714.

¹⁶ No caso específico, nos róis de confessados da Paróquia de Santos-o-Velho a rua do Acipreste encontra-se dividida em “norte” e “sul”, iniciando-se o elenco dos confessados maioritária e sequencialmente a partir de um dos extremos do arruamento. Assim, as conclusões retiradas para o período entre 1715 e 1745 baseiam-se essencialmente no cálculo da posição do imóvel em estudo na sequência do rol a partir do início da “rua do Acipreste norte” (em conjugação com a vizinhança que já existia no tempo dos Eças e continuou a habitar na rua) bem como na noção de que não haveria na rua qualquer outro edifício com capacidade para ter o número de habitantes (donos + inquilinos + criados/escravos) que os mencionados apresentavam. Assim, assume-se que se trata de uma mera proposta a ser futuramente aprofundada e confirmada por outras fontes.

¹⁷ MARIA, José de Jesus - *Espelho de penitentes e chronica de Santa Maria da Arrabida...* Lisboa: Oficina de Joseph António da Sylva, 1737. p. 280.

UM POEMA ESCRITO EM PEDRA. AS CASAS NOBRES DO MACHADINHO (1745/6-1771).

José Machado Pinto (m. 1771)¹⁸ surge pela primeira vez como morador na rua do Acipreste no rol de confessados de 1746. Com ele, aí habitava a sua esposa e mais de uma dúzia de escravos¹⁹.

Nascido em Bornes de Aguiar, e filho de Baltasar Machado (n. 1656/7) e Joana Pinto (n. 1663), era sobrinho materno de Francisco Machado Pinto (m. antes de 1726), capitão de infantaria de uma companhia em São Paulo de Luanda e cavaleiro da Ordem de Cristo que, estabelecido nessa cidade como negociante, para aí mandou chamar dois sobrinhos, José e António (1697/8²⁰-1750/1?). É pouco conhecida a história de ambos na colónia ultramarina para além do facto de ambos terem conseguido constituir grande fortuna e de José aí ter casado com Isabel de Sousa Vitingão Vieira de Lima (m. 1784), também nascida na cidade de São Paulo de Luanda, filha do capitão Henrique de Vitingão e de D. Maria Couca de Lima, descendente de uma “nobreza muito illustre [...] e legitima descendente das [...] famílias de Viegas, Limas, e Barrosos”²¹. Os dois irmãos terão regressado a Lisboa em datas diferentes, tendo-o António feito em cerca de 1721/2, depois de uma curta passagem pelo Brasil. *Homem de negócios* com um património avaliado em cem mil cruzados morou inicialmente na rua da Caldeira²², antes de ter construído um palácio na rua da Flor da Murta onde viveu com a mulher Feliciano de Miranda (n. 1701) e os filhos Gervásio (n. 1733) e Sebastiana Joaquina (1742-1802) até ao seu regresso a Bornes, onde terá morrido por volta de 1750/1, altura em que os dois filhos vivem temporariamente com o seu tio José, ao Acipreste.

José terá permanecido fora da metrópole por cerca de duas décadas mais, tornando-se entretanto administrador dos contratos reais em Luanda entre 1736 e 1741, antes de partir em definitivo para Lisboa na primeira metade da década de 1740, cidade onde reside até à sua morte. Uma vez em Portugal, torna-se uma figura muito próxima de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro 1.º marquês de Pombal (1699-1782), granjeando-lhe, logo no início do reinado de D. José o título de fidalgo cavaleiro da Casa Real, a nomeação para administrador da Alfândega de Lisboa (a 11 de janeiro de 1751, por um período de três anos) e a assinatura de dois importantes contratos em 1752: a 26 de agosto firma o *contrato do tabaco destes Reinos, e ilhas adjacentes, e presidio da praça de Mazagão* (por um período de três anos “por oitocentos e quarenta contos de reis cada ano”) e a 23 de dezembro o contrato dos dízimos reais da capitania da Bahia (por três anos, a partir de 1 de agosto de 1753, por 158.000 cruzados por ano).

¹⁸ A sua data de nascimento é desconhecida (não existe assento de batismo da freguesia de Bornes de Aguiar, para o período entre 1690 a 1711), tendo provavelmente nascido pouco antes ou pouco depois do início do século XVIII.

¹⁹ Era também proprietário da *quinta do Corutello*, junto a Santarém.

²⁰ Datado de 7 de janeiro de 1698, o seu assento de batismo não especifica a data do nascimento, não sendo assim claro se já terá nascido nesse ano ou ainda no transato.

²¹ Brasão de armas concedido a D. Isabel de Sousa Vitingão. In BAËNA, Visconde de Sanches - *Archivo heraldico genealogico*. Lisboa: Typographia Universal, 1872. p. 643-645.

²² Cf. Processo de diligência de habilitação de António Machado Pinto ao Santo Ofício (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações*, António, mç. 65, doc. 1314).

Seria já dono de uma avultada fortuna quando chegou a Portugal, pelo que é com naturalidade que se pretende instalar numa casa que refletisse o seu valor financeiro e posição social²³. É provável que à época o seu irmão António vivesse ainda em Lisboa, no seu palácio à rua da Flor da Murta e que tenha sido a proximidade deste com o bairro do Mocambo que o tenha feito tomar conhecimento e adquirir as antigas casas dos Eça, desconhecendo-se o estado em que então se encontrariam.

Não obstante o edifício em estudo ser conhecido como *palácio do Machadinho*²⁴ e a sucessiva bibliografia desde o século XIX referir José Machado Pinto como aquele que o mandou construir, não foi possível no âmbito do presente estudo encontrar qualquer documento (ou referência a documento) que o comprove ou desminta. Ainda assim, é inegável a existência de uma importante campanha de obras no decorrer do século XVIII (provavelmente no segundo terço) que, mantendo a estrutura primitiva e conseqüentemente os alinhamentos de rua²⁵, o aumentou em profundidade (em direção ao jardim), acrescentando um piso sobre a casa arrendada (onde foi construído o salão nobre) e envolvendo organicamente a ermida, que assim se torna espaço integrante da construção. Seguindo assim o preceito joanino a que José-Augusto França alude, da não “edificação de casas notáveis [...] [em detrimento] de obras e quanto muito reconstruções de palácios que vinham de Seiscentos ou mesmo dos primeiros anos do século XVIII”²⁶.



Figura 3 Proposta de alçado sobre a rua do Acipreste (1760). Simulação sobre o prospeto de 1860. Investigação Hélia Silva/Tiago Borges Lourenço. Execução Clara Krug, 2016.

²³ “Um negociante do grosso trato, da praça de Lisboa, em meados do século XVIII, tinha um nível de riqueza mais próximo do da primeira nobreza da corte do que do resto do seu estamento de origem. Aliás, imitava-a, no que podia. No entanto, nem por isso deixava de trabalhar para manter o seu estatuto social [...] e não frequentava os mesmos círculos sociais da aristocracia, embora alguns negociassem e contactassem com ela. Também a gente dos postos de Letras, ocupada na administração central, se evidenciava e fazia cópia do estilo de vida dos fidalgos.” MATTOSO, José, dir. - *História da vida privada em Portugal: a idade moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2013. vol. 2, p. 244.

²⁴ Comum e incorretamente grafado no plural (à semelhança do nome da rua) – não consta que o diminutivo alguma vez tenha sido aplicado aos restantes membros da família.

²⁵ O que explica a inexistência, no Arquivo Municipal de Lisboa, de pedidos de cordeamentos ao Senado em data posterior a 1740.

²⁶ FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 305.

É possível que esta transformação tenha decorrido na década de 1750, coincidindo com a altura em que Machado Pinto empreende um profundo restauro decorativo no edifício, do qual resultou a encomenda azulejar e o trabalho de estuque do teto do salão nobre (de 1755²⁷), atribuído a Giovanni Grossi²⁸, o mais procurado dos mestres estucadores na Lisboa da segunda metade do século XVIII, pela qualidade das suas obras mas também pela ligação pessoal estabelecida com o futuro marquês de Pombal, que se torna no grande elo de ligação entre Grossi e a sua clientela. As obras da sua oficina encontram-se em algumas das principais edificações religiosas e civis de Lisboa (palácios reais, da nobreza e de uma burguesia endinheirada protegida pelo marquês) e são sinónimo de exclusividade pela sua qualidade e principalmente elevado preço. O teto de estuque relevado do salão do Machadinho é uma composição complexa, em dois planos. Um friso alto rematado por uma sanca corrida, decorada com cartelas, grinaldas e elementos vegetalistas e um segundo nível em abóbada com o pano central limpo. A composição apresenta o eixo transversal marcado por cartelas compostas por elementos assimétricos,



Figura 4 Salão nobre. José Vicente, 2016. CML/DMC/DPC.

²⁷ “Por 1755 [Grossi] estucou as casas do Machadinho [...]”. MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de Memórias...* Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823. p. 270.

²⁸ A habilidade do estucador permitiu que utilizando o mesmo esquema decorativo obtivesse espacialidades muito diferentes, conforme se depreende da semelhança formal desta composição com os tetos da casa de fresco do palácio real de Sintra, da sala dos troféus do palácio do Correio-Mor em Loures, do salão de um edifício na rua de S. José em Lisboa, ou do salão de baile do palácio dos Carvalhos na rua de O Século em Lisboa.

formando moldura a aves emplumadas, envolvidos por panos de *gradinha*. O eixo longitudinal apresenta elementos contracurvados preenchidos por engradado com um medalhão redondo com as iniciais de José Machado Pinto sobrepujado por *putti* brincando entre as folhas, enquanto os cantos do friso são preenchidos por cartelas assimétricas formadas por concheados com engradados nos pontos de ligação. A qualidade da execução dos ornatos, a forma como a estrutura e a dimensão da sala é visualmente alterada pelo movimento do trabalho escultórico, dando a toda a composição um enorme dinamismo.

No caso dos azulejos, a falta de dados não permite afirmar que a totalidade da riquíssima decoração empreendida no século XVIII²⁹ advenha desta campanha, ainda que os escassos exemplos que sobreviveram (localizados no jardim de buxo, em estilo *rocaille* com cenas bucólicas e religiosas, e na casa de fresco) apresentem características que se coadunam com a produção das décadas de 1750-60.

Tão pouco se conhecem os efeitos do terramoto de 1755, limitando-se o pároco de Santos-o-Velho, Gonçalo Nobre da Silveira, no relato que em abril de 1758 faz para *Memórias Paroquiais*, a mencionar a existência da ermida “de Nossa Senhora da Caridade adeministrada por Jose Machado Pinto, junto as casas do qual se acha edeficada”³⁰.



Figura 5 Azulejo do jardim do buxo. José Vicente, 2016. CML/DMC/DPC.

²⁹ “Os azulejos de toda a casa, nas salas, nas escadas, nos jardins, eram dos melhores que tenho visto [...] Caçadas de monte e de altanaria, scenas de Côte, merendas em terraços, cavalgadas, jardins de Le Nôtre, episodios quichotescos muito realistas, marinhas flammengas, batalhas notavelmente desenhadas, caricaturas á maneira de Callot, taes eram os adornos preciosos d’aquelles quartos, d’aquella interminável renque de salões.” CASTILHO, Júlio de - *op. cit.*, p. 170.

³⁰ PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de - *Lisboa em 1755: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Editora, 1974. p. 246.

Devido à inexistência de descrições de época das *casas nobres* dos Pinto Machado, para compreender a sua realidade é necessário recorrer à que Júlio de Castilho (1840-1919) faz já no final do século XIX:

Uma grande casa, de loja, sobreloja, e andar nobre, com doze sacadas de frente [...], magnificas no seu aprumo, no historiado das suas hobreiras, e no desenho do seu gradeamento, tudo n'um estylo distincto, pouco visto hoje, e nada conhecido em 1755. Entre a nona e a decima sacada do andar nobre interrompia-se a fachada, e ficava a ermida. Junto d'esta abria-se o pateo, que era interior, e que se não percebia de fóra, porque sobre uma fita d'elle, e à face da rua, corria a frontaria com o portão em baixo e tres sacadas lá em cima. O portão era muito bonito, um portão enthusiastico, ornamentado, falador, cheio de requintes architectonicos, e coroado [...] pelas armas

dos Machado Pinto, que se repetiam sobre o portal da capela.

A opção de simultaneamente manter o pátio aberto seiscentista e o tornar indistinguível a partir da rua demonstra um sentido de elevada teatralidade³¹, ainda que ajudada por uma inegável exiguidade do espaço em plena conformidade com a dimensão global do edifício. Será de resto a este aspeto que Castilho alude quando afirma que “o que em ponto menos fizeram os Machadinhos na antiga rua do Acipreste, realizou-o em ponto menor o benemérito Joaquim Inácio”³² no seu palácio Sobral, ao Calhariz. Apesar de não ser rigoroso no contexto em que profere esta afirmação, parece claro que não se refere à estrutura construtiva do palácio mas à configuração da entrada do palácio Sobral, cujos portões abriam “para duas vastas lojas em forma de corredores, que ambas desembocavam no grande pátio, onde as carroagens davam volta, entrando por um portão e saindo por outro”³³.

Pelo pátio de entrada era possível aceder à capela, da qual não existe qualquer descrição para além de ter “tecto de madeira com obra de talha”³⁴ e uma suposta cripta³⁵. Tinha uma entrada direta para a rua, sendo o acesso interior feito por via da referida porta lateral e por intermédio de uma espécie de passadiço elevado ao nível do primeiro andar que permitia o acesso à sua tribuna. Tinha também uma passagem mais resguardada que ligaria a capela-mor a um corredor de acesso a uma escada secundária que desembocaria no primeiro andar, por debaixo da principal.

Pelo pátio acedia-se igualmente aos dois andares do edifício, por meio da escadaria principal de pedra “cujo primeiro lanço, em angulo recto com o segundo, se encostava por fóra ao longo da parede do fundo, forrada de lindos azulejos, e coberta de um alto e alegre resguardo envidraçado”, estando longe de se constituir como uma

³¹ No entanto, esta opção por um pequeno pátio de entrada dissimulado não se constituía como uma originalidade, podendo-se encontrar pelo menos desde o final do século XVII, em casos como o palácio dos condes de Tentúgal, em Lisboa.

³² CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: Bairro Alto*. 3.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1956. vol. III, p. 25.

³³ Idem.

³⁴ SOUZA, Alberto; DANTAS, Júlio - *Portas brasonadas de Lisboa*. [S.l.: s.n, 192-], [s.p.].

³⁵ Segundo a leitura das plantas das diferentes épocas, percebe-se a existência de um pequeno espaço junto à parede lateral da capela-mor.

escadaria de aparato. Não existe qualquer descrição do primeiro andar, onde se localizariam os espaços mais práticos do imóvel, nomeadamente a cozinha (da qual não se conserva qualquer vestígio) e possivelmente os quartos dos criados³⁶.

Ao se desenrolar em torno do pátio e da capela, a planta do andar nobre desenvolvia-se num irregular formato em U. Perpendicular à fachada, o lanço superior da escada dava simultaneamente acesso direto a duas salas: à esquerda, um pequeno espaço em cujo teto existia um brasão de armas polícromo (provavelmente uma *sala vaga*) e que dava ingresso a uma sala retangular de grandes dimensões (sala de jantar?), através da qual se acedia às restantes divisões a poente do pátio, que seriam os aposentos mais privados da casa (quartos e um provável gabinete), que ainda hoje mantêm o original teto de masseira; à direita da escada localizava-se uma sala de maiores dimensões cuja fenestração abria sobranceiramente ao pátio, a exemplo do que contemporaneamente ocorria noutros casos e em escalas inequivocamente maiores noutros casos, como é o caso do palácio Silva Amado, ao campo de Sant'Anna. A partir desta divisão era possível aceder a um pequeno corredor de ligação ao salão nobre, localizado no extremo nascente do edifício, cuja decoração, em damasco vermelho, deveria acompanhar a qualidade dos estuques dos seus tetos, dos mais exclusivos e esplendorosos da Lisboa do seu tempo. Ao lado deste, existia uma outra divisão voltada para a rua, provavelmente uma sala de recreação.

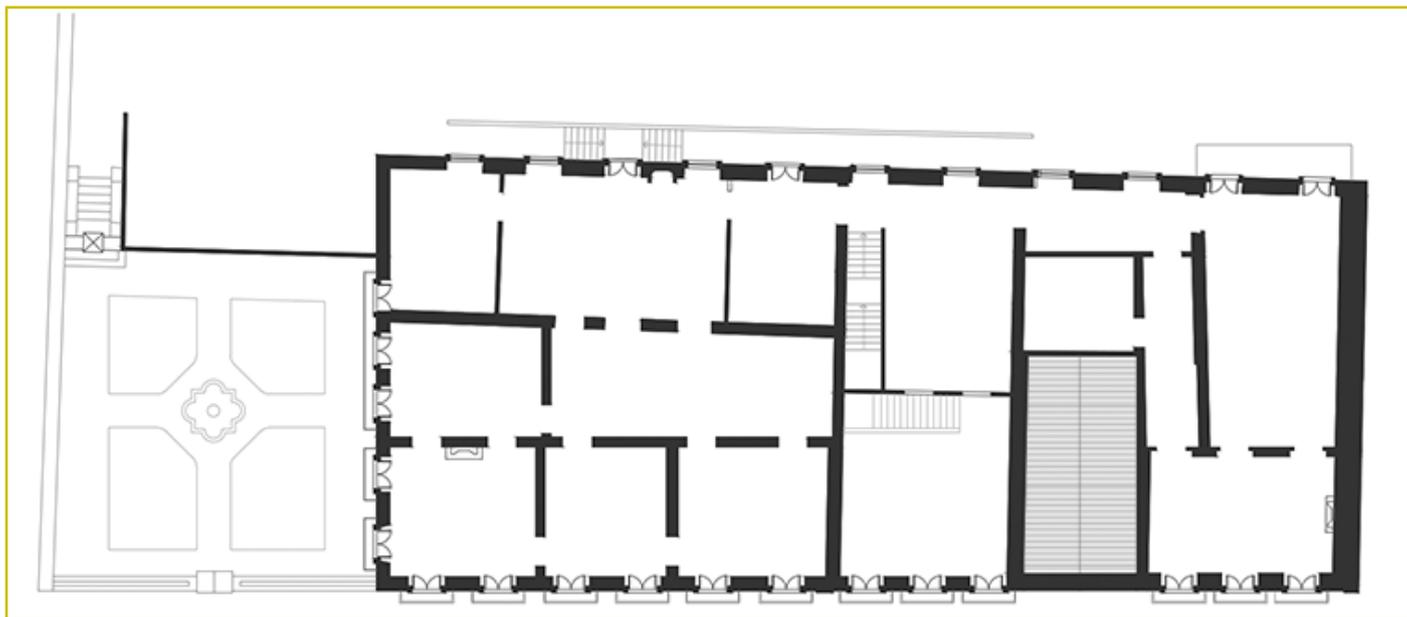


Figura 6 Proposta de planta do 3.º piso (1760). Investigação Hélia Silva/ Tiago Borges Lourenço. Execução Clara Krug, 2016.

³⁶ Em edifícios contemporâneos do género de piso térreo e andar nobre, estes aposentos costumavam ficar no sótão.

Não obstante todos os constrangimentos provocados pelo aproveitamento das estruturas primitivas do edifício e da obrigatoriedade de o desenvolver em torno da capela, através da leitura da proposta de planta aqui feita é possível compreender uma hábil divisão dos espaços. Assim, as salas de maior aparato dispunham-se no lado norte e nascente, enquanto os espaços mais privados se voltavam à rua e a um íntimo jardim de buxo, numa sucessão de divisões entre si comunicantes.

Nesse piso, vivia-se um ambiente de opulência³⁷:

Alguns salões, de tecto de cupola, ou estucados em relevo [...] eram forrados de pano pintado a oleo, com grandes figuras imitando razes; outros, de antiquissimo papel; e um, de damasco vermelho. [...] Dois salões tinham altissimos tremós venezianos doirados embebidos na parede, e desenhados n'aquelle estylo magros, adornado de laçarias, usado em tempo d'el Rei D. José. Os espelhos, de tres ou quatro vidros enviezados no córte [...] sobrepojavam-se de pobres quadradinhos a oleo, sem grande merito, mas da eschola de Watteau e Boucher³⁸.

O lado misterioso e privado do edifício era acentuado pela existência de

corredores serpeando no escuro, escadas furtadas, portas falsas muito bem disfarçadas á vista, galerias escuzas para as diversas tribunas da ermida, rotulas que pareciam ver nas trevas, uma serie emfim de pormenores mysteriosos hoje desusados, que augmentavam o prestigio archeologico do predio³⁹.

No piso superior, ao qual se acedia por meio de uma escada de caracol, tinha sido aproveitado um pequeno espaço, possivelmente um mirante.

No extremo sudoeste, a propriedade contava ainda com o mencionado jardim de buxo, existindo nas traseiras do edifício um grande jardim com árvores de fruto, tanques, um poço e uma nora. No seu topo existia uma casa de fresco com dois pisos, coroada por uma cúpula forrada a azulejo polícromo, a partir da qual se conseguiria obter uma privilegiada vista sobre rio.

As cocheiras e palheiros não se localizavam, como habitualmente, no piso térreo da casa mas antes numa construção independente, localizada em frente desta. Contrariamente ao que muita bibliografia refere (replicando um erro provavelmente começado por Júlio de Castilho), não foi Machado Pinto o responsável pelo rasgamento do *Caminho Novo*⁴⁰ de modo a ter um mais regular caminho de saída do palácio; este arruamento consta já (ainda que parcialmente) na mencionada planta de Lisboa da Biblioteca Nacional do Brasil de finais do século XVI,

³⁷ Para melhor compreender a decoração de interiores neste período, consultar o capítulo 3 - “Os Móveis” em MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: espaço e quotidiano:1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p. 151-248 e o subcapítulo IX.12 “Quotidiano, decoração interior e equipamento móvel” em CARITA, Hélder - *A casa senhorial em Portugal....* Alfragide: Leya, 2015. p. 453-462.

³⁸ CASTILHO, Júlio de - *op. cit.*, p. 170.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Atual rua das Francesinhas, ligando o antigo bairro do Mocambo à calçada da Estrela.

igualmente se mencionando o conjunto de casas aí existentes e respetivos habitantes nos róis de confessados da Paróquia de Santos-o-Velho, pelo menos desde o início de Setecentos.

José Machado Pinto, o “Machadinho”, morre a 22 de abril de 1771 no seu palácio. Cerca de quatro anos antes havia feito uma doação entre vivos a favor da sua mulher “pello *muito* amor que sempre teve dita sua *mulher* pellas suas virtudes e mereçimentos estimação e boa armonia *que* sempre mutuamente entre ses praticarão”, em cujo documento lega todos os seus bens à esposa e, em morte desta, a seu sobrinho Gervásio. Em caso de morte deste sem descendência (o que efetivamente se verificaria), a seguinte na linha de sucessão seria a sobrinha Sebastiana, irmã do anterior. Os rendimentos da casa seriam geridos por um grupo de administradores, encabeçado pela sua viúva. Deixa instruções para que seja dito um conjunto de missas perpétuas por sua alma na “capella de invocaçam de N. Senhora da Caridade q tem junto a estas Cazas em q abitão”⁴¹ e aí fazer uma festa anual no dia de Santa Ana. Deixa ainda indicações para ser sepultado no convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, onde era terceiro.

(AS) MÚLTIPLAS VIDAS NUMA CASA (1772-1860)

Após a morte do marido, Isabel de Sousa Vitingão pouco tempo mais habitou na rua do Acipreste, tendo vivido o resto dos seus dias no seu palácio à vizinha rua de São João da Mata, onde morre a 20 de novembro de 1784⁴².

Logo em 1772, habitavam no palácio três famílias e respetiva criadagem: a dita viúva (com o sobrinho Henrique José Vieira, a afilhada Maria Josefa da Anunciação e José Antunes Nogueira), o desembargador Francisco Raimundo e família e o desembargador João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1722-1799), a quem o palácio é nesse ano arrendado por 400.000rs anuais. A partir do ano seguinte e até à sua morte em 1799, este último aí habita, no que se constitui como um dos mais longos inquilinatos da história do edifício. No decorrer desse período, consigo viveu um elevado número de pessoas: a mulher Maria do Cardal Ramalho da Fonseca Arnault Rivo (1757-1794), os filhos aí nascidos, Manuel Pereira Ramos (1774-1817), José Ramalho, Teodora Higina Arnault de Rivo Ramalho (1777-1828), os irmãos Francisco de Lemos de Faria (1735-1822) e José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821), o sogro João Ramalho de Oliveira (1726-1784) e diversos hóspedes.

Após a sua morte, as casas mantiveram-se arrendadas aos seus herdeiros, aí morando ao longo da década seguinte o seu irmão Francisco de Lemos Faria, reitor da Universidade de Coimbra por dois períodos (1770-1779 e 1799-1821) e bispo de Coimbra entre 1779 e 1822. Consiço, residiram sobrinhos seus e alguns religiosos, num número total de habitantes que constantemente superava as três dezenas, conforme os róis de confessados desse período. Por esta altura, era a única *residência de nobreza titular* em todo o bairro⁴³.

⁴¹ *Testamento de José Machado Pinto*. ANTT, Feitos Findos, *Registo Geral de Testamentos*, liv. 302, f. 92v.-102.

⁴² *Testamento de Isabel de Sousa Vitingão*. ANTT, Feitos Findos, *Registo Geral de Testamentos*, liv. 320, f. 201v.

⁴³ Cf. Planta n.º 2. MATTOSO, dir.) - *op. cit.*, p. 210.

Provando a importância do edifício e do seu mais ilustre dono no bairro do Mocambo, em 1803 a rua do Acipreste passa a designar-se rua do Machadinho, assim se perpetuando desde então⁴⁴. Poucas décadas depois, o próprio Mocambo se passa a designar por Madragoa.

No início da década de 1810, inicia-se um período de cerca de meio século marcado por uma constante mudança dos inquilinos do palácio. Segundo os levantamentos dos róis de confessados e *Décima da Cidade* deste período, entre 1810 e 1812 Cristóvão Teodoro Xavier de Lemos (n. 1771) aí terá residido com a família; entre 1813 e 1816, habitou a casa Francisco José de Horta Machado (m. 1817) e família; em 1817, Manuel José d’Assunção; entre 1818 e 1819, residiu no edifício João Grabago, negociante inglês, apesar de este se encontrar arrendado aos “herdeiros do Desembargador Manuel Pereira Ramos de Azevedo”.

Após a morte do casal Machado Pinto, e na ausência de filhos, a propriedade do imóvel passou para os sobrinhos conforme a mencionada vontade no testamento. Embora nos *Livros da Décima da cidade de Lisboa e seu termo* existentes no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, a posse do edifício seja invariavelmente atribuída aos “herdeiros de Joseph Machado Pinto” até à década de 1810, em 1785 esse termo aparece rasurado e substituído pelo nome da sobrinha, Sebastiana. Falecida em 1802, a posse da casa terá então transitado para o seu filho Pedro Sousa Machado Pinto (1772-1836). No entanto, e segundo Júlio de Castilho, em 1819 o palácio do Machadinho (então avaliado em 11:647\$160) terá passado para a sua irmã Maria Benedicta de Sousa Teixeira Vahia Machado Canavarro (1771-1842), não sendo claro o que o terá motivado. Desde logo se percebem as profundas mudanças de paradigma que esta realidade institui, nomeadamente o facto de os descendentes de João Pereira Ramos não mais terem habitado ou arrendado a casa e de aí se ter instalado, pela primeira vez na história do edifício, uma instituição de ensino.

Professor de Francez, Inglez e Mathematica, Saint Gramond era já há diversos anos diretor de um colégio que seguia o método Condillac, conforme é possível perceber pelos diversos avisos publicados na *Gazeta de Lisboa* dando conhecimento das sucessivas mudanças de local da instituição (a 8 de abril de 1816 “da Rua dos Douradores [n.º 14D] para a Rua das Chagas, no Palácio do Excelentíssimo Conde da Cunha” ou no final de 1819 “para a rua da Trindade, ao pé do Carmo, n.º 32, primeiro andar”)⁴⁵. No decorrer de 1820, o seu colégio domiciliou-se no Machadinho, numa passagem cuja efemeridade é denunciada pelo aviso que é publicado no número 288 da *Gazeta de Lisboa*, de 30 de novembro desse ano: “Quem quizer alugar humas casas nobres com primeiro e segundo andar, aguas furtadas, grandes officinas, quintal e jardim, na rua do Machadinho, falle no campo de Santa Anna, n.º 54, 1.º andar”⁴⁶.

Ao longo da década seguinte, Maria Benedicta vive no palácio, numa primeira fase coabitando com diferentes inquilinos que residiam no primeiro andar: em 1821, aí residiram cinco deputados das recém-constituídas

⁴⁴ Dado corroborado pelos levantamentos dos róis de confessados como da *Décima da Cidade*.

⁴⁵ *Gazeta de Lisboa*. N.º 76 (28 de março de 1816); *Gazeta de Lisboa*. N.º 144 (19 de junho de 1816); *Gazeta de Lisboa*. N.º 308 (30 de dezembro de 1819).

⁴⁶ *Gazeta de Lisboa*. N.º 288 (30 de novembro de 1820).

Cortes⁴⁷, eleitos por Trás-os-Montes [António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão (1785-1863), António Pereira Carneiro Canavarro, Francisco António d'Almeida Pessanha (1775-?) e Manuel Gonçalves de Miranda (1780-1841)]⁴⁸; a partir de 1822 e pelo menos até 1825, aí residiu o desembargador José Manuel Ribeiro.

A partir de então e até ao final da década, apenas a família de Maria Benedita terá habitado a casa, nomeadamente o seu filho José do Valle de Sousa e Menezes Mexia e respetiva mulher, Maria Antónia Constança de Lima Feo (m. 1833), aos quais aí lhes nascem vários filhos, de entre os quais António (1823-?) e Maria da Conceição do Valle e Sousa (1826-1907). Este período de relativa harmonia é quebrado em 1829 com a morte de António do Valle Souza e Menezes, marido de Maria Benedita, que terá precipitado a sua ruína financeira⁴⁹. A partir de 1831, é o seu filho José quem arrenda o edifício por 400.000 rs anuais.

Também no início da década de 30, aí assiste António José Ferreira de Sousa (1771-1833), deputado, arcebispo de Lacedemónia e lente na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, cuja principal notícia da sua vivência no Machadinho terá sido a da perda quase total do espólio da sua rica biblioteca num incêndio ocorrido no palácio⁵⁰. No verão de 1833 foi uma das vítimas mortais no palácio provocadas pela epidemia de cólera que então assolou Lisboa, tendo morrido a 26 de julho, pouco antes da já mencionada Maria Antónia Constança da Lima Feo, falecida a 7 de agosto.

Júlio de Castilho alude à “respeitabilíssima alma, [e ao] coração de oiro [de D. Maria Benedicta que] dispendeu tanto em obras de caridade, que chegou para isso a empenhar-se [...] v[endo]-se obrigada a vender varias propriedades”⁵¹, nomeadamente a quinta dos Gardaes, em Santarém, e o palácio do Machadinho, ambos no início da década de 1830. A partir de 1831 sucederam-se os anúncios na *Gazeta de Lisboa* e *Chronica Constitucional de Lisboa* dando conta da intenção da venda do edifício, nomeadamente a 2 de abril de 1831, a 8 de junho de 1832 (dando conhecimento da breve arrematação em praça pública do edifício) e 12 de junho de 1832 (José

⁴⁷ Ao longo de todo o século XIX, este facto constituiu-se como um dos maiores atrativos do edifício e um claro critério de escolha para alguns dos seus inquilinos. O que não se verificou no presente caso, uma vez que em 1821 as Cortes se encontravam reunidas no palácio das Necessidades.

⁴⁸ Cf. CASTRO, Zília Maria Osório de, dir. - *Lisboa 1821: a cidade e os políticos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1996. p. 168-171, 179-181.

⁴⁹ “Durante o curso da (...) vida [de Maria Benedita] foi protectora de toda a gente que para isso a procurava, com grande incommodo e não pequeno prejuizo seu, de que resultou, para ir em socorro dos outros, contrahir dividas que com a maior exactidão tratava de pagar; mas quiz a sua má sorte que para esse fim, desejando obter dinheiro, se dirigisse a verdadeiros harpias, hoje denominados agiotas, o que lhe produziu achar-se depois da morte de seu marido, que de tudo era ignorante, com um empenho de dezeseis contos quatrocentos setenta e seis mil e novecentos réis.” BAËNA, Visconde de Sanches; TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e - *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses no século XIX*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1883. p. 283.

⁵⁰ “Era apaixonado amator de livros, dos quaes reuniu uma ampla e escolhida provisão, comprehendidos entre elles os melhores e mais raros classicos portugueses. Grande parte da sua preciosa livraria pereceu de todo, ou ficou consideravelmente arruinada por effeito do incendio que se ateou no palacio onde morava na Rua do Machadinho.” SILVA, Innocencio Francisco da - *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. tomo I, p. 168.

⁵¹ Castilho, Júlio de (1897) - *op. cit.*, p. 171.

Diogo de Bastos diz-se credor de uma antiga dívida de José Pinto Machado e por isso interessado no processo)⁵². A 2 de novembro desse ano, similar anúncio dá conta da arrematação em praça pública do edifício e respetiva propriedade por Gabriel Narciso Sanches⁵³, que o tenta arrendar ou vender cerca de um ano depois:

Vende-se, ou aluga-se, uma propriedade de casas nobres com quintal, muitas acomodações, e Oficinas, para uma, duas, ou mais famílias, mesmo numerosas, na Rua do Machadinho N.º.... Freguezia de Santos o Velho, advertindo que pela sua proximidade ao Edifício de S. Bento, aonde se hão-de reunir as Camaras, muita conta poderão fazer aquellas casas aos Senhores Deputados, ou a quem se propozer a dar-lhes hospedagem, e neste caso nenhuma duvida haverá em fazer-se-lhe quaesquer arranjos, mediante um Contracto seguro de reciproca vantagem. Quem quizer pois entrar em qualquer negocio, procurará a José dos Reis e Souza, em sua casa na Rua do Quelhas N.º 5, ou no Escriptorio do Taballeão Noronha, na Rua Aurea N.º 281, por ser o authorisado Administrador do mencionado Predio, pelos credor da Illustrissima D. Maria Benedicta de Souza Vahia Canavarro, aos quaes por Sessão desta hoje pertence, e que se chamarão para intervir na venda, se esse fôr o Contracto, por ter por fim o pagamento d’elles⁵⁴.

Ainda em 1833, a propriedade de casas contígua ao palácio que se encontrava na posse dos sucessivos donos deste (e por estes arrendadas) desde o tempo dos Eça, também é alienada, desconhecendo-se o que terá ocorrido às cavaliças⁵⁵.

A história do edifício e seus habitantes no remanescente da década de 1830 e na década de 1840 é pouco clara, sabendo-se que no decorrer da primeira o embaixador de Espanha aí residiu e que, segundo os róis de confessados, em 1848 e 1849 se encontrava instalado no palácio um “Collegio”, desconhecendo-se qualquer pormenor acerca deste dado.

A 1 de outubro de 1850, António Feliciano de Castilho (1800-1875) instala no Machadinho o seu *Colégio do Pórtico*, aí passando a residir com a família, facto que permitiria ao seu filho Júlio fazer a já transcrita descrição dos seus espaços.

António Feliciano ficou conhecido pelo escasso tempo que despendia nas diferentes casas que habitou, orgulhando-se do “estragante e fantasioso acaso que preside a tudo que [era s]eu, [o] te[r] levado a morar onde escritores de fama (mais ou menos merecida) haviam já assistido”⁵⁶, de entre os quais o padre António Vieira.

⁵² *Gazeta de Lisboa*. N.º 77 (1831), *Gazeta de Lisboa*. N.º 135 (1832), *Gazeta de Lisboa*. N.º 138 (1832).

⁵³ “Gabriel Narciso Sanches [...] arrematou em Praça Publica huma propriedade de casas com seu quintal no sitio da rua do Machadinho, Freguezia de Santos, n.º 38 a 40, pela execução da Sentença, que os Mezaros da Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Nossa Senhora dos Martyres promovem pelo Juizo do Cível da Cidade contra a Illustrissima D. Maria Benedicta Vahia Canavarro [...]” *Gazeta de Lisboa*. N.º 260 (1832).

⁵⁴ *Chronica Constitucional de Lisboa*. Lisboa: Impressão Régia, 1833. N.º 115.

⁵⁵ Localizadas no gaveto da rua do Machadinho com a travessa das Inglesas, a posse destas casas seriam posteriormente recuperadas por um futuro dono do palácio. Desconhece-se o que terá ocorrido às cavaliças, sendo que a única informação que foi possível recolher nesse particular é fornecida por Júlio Dantas, a partir de publicações dos Diários de Governo da época: “[em 1836] alugavam-se seges e traquitanas, para passeio, [...] na cocheira da Rua do Machadinho, defronte do palácio do Ministro de Espanha.” DANTAS, Júlio - *Lisboa dos nossos avós*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1969. p. 141.

⁵⁶ CASTILHO, António Feliciano – *Camões: estudo historico-poetico*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1863. tomo 1, p. 197.

Ao longo da década de 1840, havia já empreendido o seu *Método de Leitura* em escolas gratuitas de *leitura repentina* que havia fundado na ilha de São Miguel, acalentando o desejo de o replicar em Lisboa. Para a concretização da fundação de um colégio na capital, principia por alugar umas casas a Campolide, das quais cedo desiste devido à localização demasiado periférica. Opta então por alugar o palácio do Machadinho, não obstante a elevada renda e as críticas por não poder manter a vida faustosa a que aquele edifício estava habituado⁵⁷.

Apesar das excelentes condições que o edifício oferecia, constituir-se-ia como mais uma passagem efémera, motivada principalmente por motivos financeiros. Após dois anos letivos completos, em 1852 o *Colégio do Pórtico* mudou-se para a rua dos Douradores, para desgosto de Júlio de Castilho que, então com 12 anos, sente a falta das grandes salas e jardins do palácio, por oposição à taciturnidade do edifício da baixa pombalina⁵⁸.

Em 1855 o Machadinho foi habitado por José Joaquim Moura Coutinho e respetiva esposa, Mariana do Carmo Pimentel, e no ano seguinte por António Correia Cardoso Telles Coronel e respetiva família, encontrando-se o piso térreo arrendado a “estrangeiros”.

UM MODERNO MODO PARA UM ANTIGO PALÁCIO (1860-1908/11)

Em 1859⁵⁹ o palácio do Machadinho é arrematado por António Teófilo de Araújo (1804-1879), futuro 1.º visconde dos Olivais, e em cuja família se manteria por quase uma centena de anos.

Em 1860, dá entrada na Câmara Municipal de Lisboa (CML) um *prospeto para acrescentamento* do edifício que, aprovado a 27 de agosto desse ano, radicalmente o altera. O seu novo proprietário procurava, assim, transformar o palácio em habitação multifamiliar, concretizando na arquitetura aquilo que as vivências já aí haviam instituído há cerca de meio século.

Este novo projeto pressupôs a demolição integral da capela⁶⁰ e consequente regularização da fachada, que passou a ser sobrepujada por uma platibanda a todo o seu comprimento. No interior, as alterações foram ainda mais

⁵⁷ “Mal empregada n’elle! – dizia alguém. Sim; mal empregada n’um homem que não podia manter numeroso estado de creadagem, nem dar bailes á Côrte, nem fazer atroar o socego da rua com as sahidias e chegadas dos seus cavallos inglezes!” CASTILHO, Júlio de (1897) - *op. cit.*, p. 173.

⁵⁸ O Colégio do Pórtico terá ainda ficado menos tempo na rua dos Douradores do que na do Machadinho. Ao fim de pouco meses, operou-se nova mudança, desta vez para a rua dos Navegantes, à Lapa.

⁵⁹ No segundo volume do “Livro de Família” (1991), Filipe da Lima Mayer faz menção a um conjunto de documentos referente ao processo que culminou na perda da propriedade por Maria Benedicta de Souza Vahia Canavarro e à posterior arrematação do imóvel por parte de António Teófilo de Araújo, em 1859. Na mesma obra é referido que este espólio documental, originalmente na posse da família, terá sido entregue à Torre do Tombo em data pouco anterior à da edição do livro. No âmbito da presente investigação, e após consulta e contacto com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não foi possível identificar a localização da documentação e a sua consequente consulta, reconhecendo-se que a mesma poderá responder a questões ainda em aberto sobre este período de tempo e o desenrolar dos acontecimentos então ocorridos.

⁶⁰ Desconhece-se o que terá acontecido ao seu recheio.

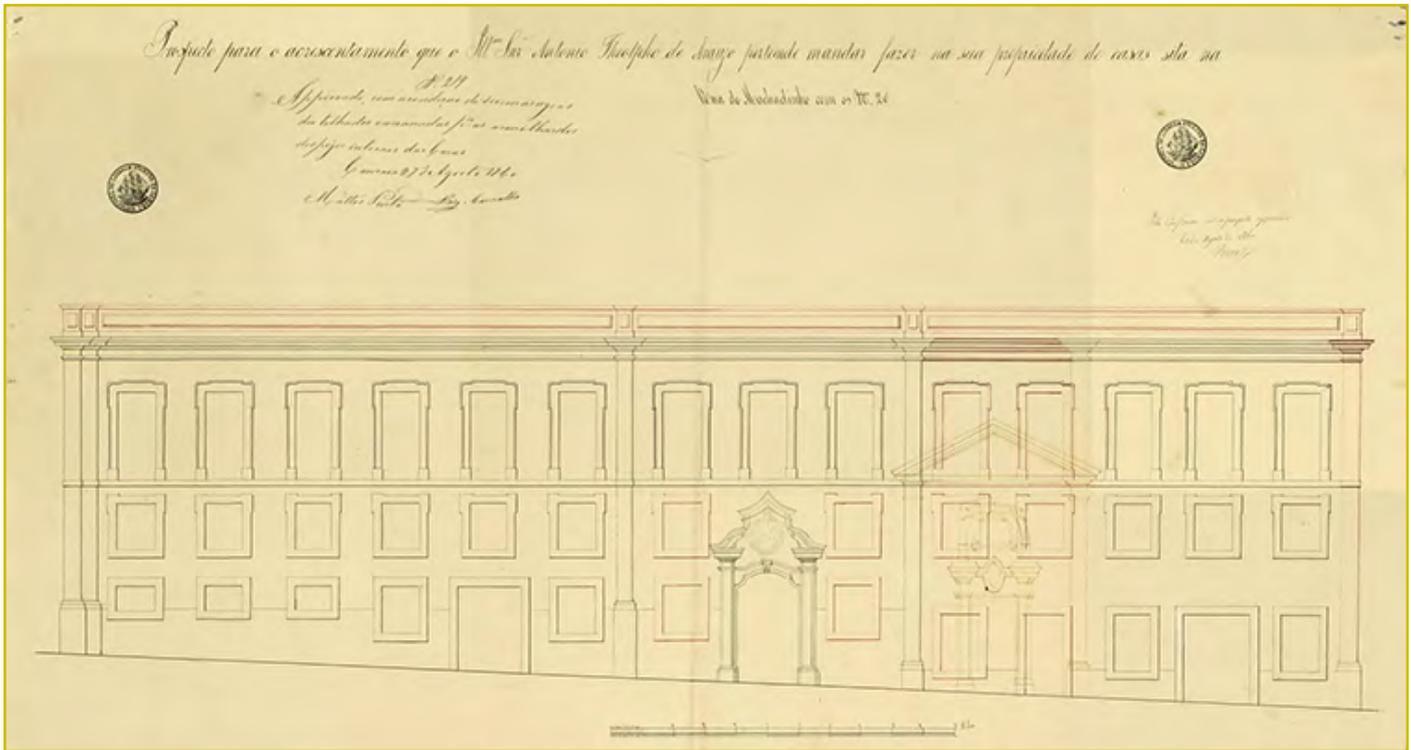


Figura 7 Prospeto da casa que António Teófilo de Araújo pretende acrescentar na rua do Machadinho, n.º 20. 1860. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0643.

profundas, naquilo que Júlio de Castilho denominou de “verdadeira fúria de destruição [...] que roubou áquelle formoso e rarissimo especimen da boa architectura portugueza do seculo XVIII toda ou quasi toda a sua feição fidalga”⁶¹: apesar da manutenção da dimensão e configuração, o pátio de entrada é fechado, passando a contar com um pé direito ao nível do primeiro andar, sobre o qual se constrói uma nova sala de grandes dimensões. Esta alteração é acompanhada pela total mudança da configuração do acesso aos pisos superiores, com a substituição da setecentista escada de pedra de dois lanços por duas novas escadarias de três lanços mas de diferentes configurações: do piso térreo para o primeiro foi executada uma escada de pedra com dois lanços opostos e simétricos, um modelo maioritariamente utilizado no exterior, mas que interiormente poderia ser encontrado nos palácios Fronteira e Mello. No patim superior desta, e entre duas colunas toscanas⁶², arranca para o segundo andar uma escada de madeira de três lanços, em forma de T, bifurcando para os dois lados do edifício, sobre a qual se rasgou um lanternim.

⁶¹ CASTILHO, Júlio de (1897) - *op. cit.*, p. 172-173.

⁶² Apesar da inclusão de colunas a anteceder e enquadrar uma escadaria não ser uma característica particularmente incomum, detetam-se notórias semelhanças entre a configuração existente no Machadinho com a do edifício do antigo Governo Civil de Lisboa, na rua Capelo, ao Chiado.

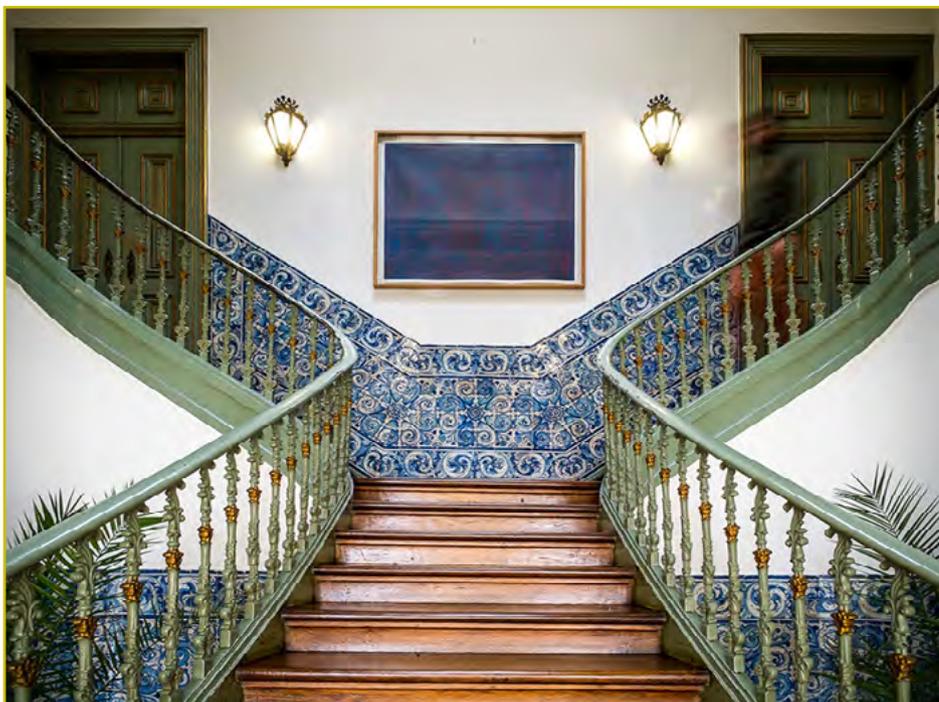


Figura 8 Escada de acesso ao piso nobre. José Vicente, 2016. CML/DMC/DPC.

No andar nobre as divisões foram alteradas, regularizadas e entre si interligadas por meio de um novo corredor central que, ligando os dois extremos do edifício, permitia também o acesso a duas escadas secundárias, sobre as quais foram abertas claraboias, revelando uma simultânea preocupação com a estética e a salubridade do espaço.

A decoração do edifício foi removida na sua quase totalidade⁶³, desconhecendo-se se os azulejos setecentistas terão sido destruídos, vendidos ou recolocados noutra(s) casa(s). Mais do que mera iconoclastia do novo proprietário, esta solução procurava apontar aos gostos da alta sociedade liberal contemporânea, os potenciais arrendatários das recém-criadas frações do imóvel.

O espaço passava agora a estar dividido em apartamentos que contavam com um significativo número de divisões de largas e de confortáveis dimensões. Ao longo das décadas de 1870 e 1880 alguma da família mais próxima de António Teófilo de Araújo habitou a casa: no primeiro andar Florinda Amélia Pereira Guimarães (1832-1907), sua sobrinha e esposa do engenheiro do Ministério das Obras Públicas, Domingos Pinheiro Borges (1829-1888)⁶⁴, bem como o seu filho e duas criadas. O segundo andar foi ocupado por Florinda Rosa do Carmo de

⁶³ Substituída por uma nova decoração que se terá limitado ao trabalho de estuque decorativo no grande vestíbulo de entrada e nos tetos de algumas das principais divisões do andar nobre.

⁶⁴ Que aí reside até à sua morte, a 7 de dezembro de 1888.

Araújo (m. 1891), irmã do proprietário e mãe da anterior, seu marido Joaquim Pereira Guimarães (1804-1878) e dois dos filhos [(Henriqueta (1838-1909) e António Roberto (1843-?)]⁶⁵. Após a morte de Florinda Rosa (então dona do imóvel), as suas duas filhas mais velhas, Henriqueta e Florinda Amélia, herdaram a posse do Machadinho (respetivamente em 1/3 e 2/3). Pouco depois, em data e contexto não apurados, Maria Amália Rosalina Pereira Guimarães (1841-1911), irmã destas e esposa de Adolfo da Lima Mayer (1838-1918), torna-se a proprietária.

Em data posterior a 1880 foi construído a poente do palácio um pequeno volume de dois pisos, de desenho simples e planta aberta, adossado ao edifício que fechava o jardim do buxo, no local onde outrora terá existido uma fonte.

Entre 1889 e 1891 um novo estabelecimento de ensino instala-se no edifício, o *Colégio de Nossa Senhora da Conceição* (à época com cerca de 30 alunos) cujo diretor, João Maria Baptista Ferreira, também aí residia com a sua família. Nele se manteve até pelo menos 1893, tendo sido imediatamente substituído no inquilinato por um colégio particular de ensino secundário, o *Lyceu Livre*, cujo diretor era António Alfredo Alves e que em meados de 1896 se transferiu para o número 115 da rua de São João da Mata⁶⁶.

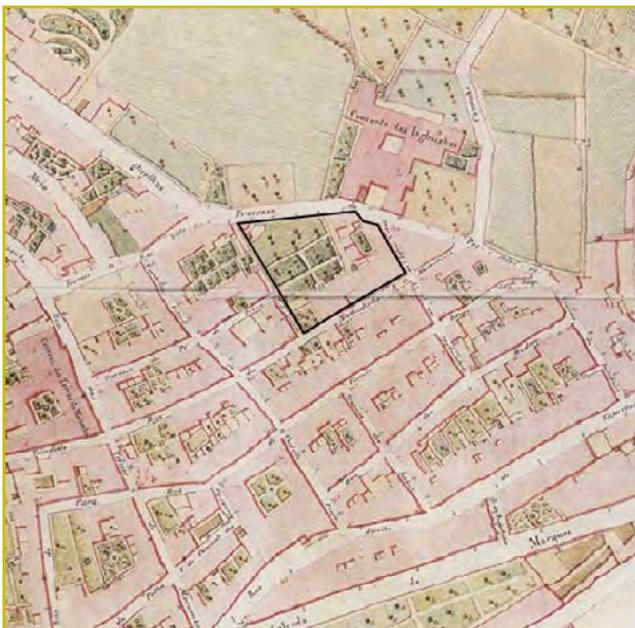


Figura 9 Atlas da carta topográfica de Lisboa: plantas n.º 41 e 49. Dir. Filipe Folque, 1856/ 1858. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/43 e PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/51.



Figura 10 Planta Topográfica de Lisboa: planta 9F e 9E. Dir. Júlio António Vieira da Silva Pinto. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/041 e PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/030.

⁶⁵ Pouco se conhece das vivências neste período, existindo apenas a informação de que “dans le mur de l’un des salons, il y avait un grand aquarium, rempli de poissons exotiques.” (ANTT, *Família Lima Mayer*, Caixa 1, III – Documentos diversos que serviram para a elaboração do livro de família).

⁶⁶ No final do século (em data não apurada) também habitou o palácio Mariano Cyrillo de Machado (1836-1905) e sua mulher Maria Rita Cunha de Machado. Político e jornalista, foi por duas vezes Ministro da Fazenda (entre 1886 e 1889 e de novo entre 1891 e 1892) e deputado ao longo das décadas de 1870 e 1880 e fundador dos jornais *Notícias*, *Novidades*, *Correio Português* e *Diário Popular*.

A ESCOLA PRIMÁRIA CENTRAL N.º 24 (1908/11-1952/3)

Universal, obrigatória e gratuita. Assim se pretendia a escola na segunda metade do século XIX. Os poderes que as autoridades locais então tinham em matéria de educação oscilavam, “consoante se avançava ou recuava quanto ao papel interventor do Estado nesta matéria”⁶⁷, sendo a maioria da instrução primária em Lisboa assegurada pelas *escolas de paróquia/freguesia*. Visando a descentralização da administração educativa, em 1873 a Câmara cria um Pelouro da Instrução, cujas principais competências assentavam no apoio aos estabelecimentos de ensino existentes e na responsabilidade pela criação de novos. Até 1892, ano em que a tutela destes estabelecimentos regressou ao Estado Central, foram criadas cerca de duas dezenas de escolas primárias centrais municipais, em alguns dos principais aglomerados populacionais da cidade.

No decorrer das últimas décadas do século XIX, a freguesia de Santos era servida por uma escola paroquial feminina localizada no primeiro andar do número 26 da rua Direita de Santos, encontrando-se as crianças do sexo masculino maioritariamente matriculadas nas escolas primárias centrais n.º 11 e n.º 13⁶⁸. Apenas no princípio de novecentos (entre 1908 e 1911⁶⁹) esta situação conhece alteração com a instalação da escola primária central n.º 24, feminina, no segundo andar do palácio do Machadinho. Contrariamente ao que seria realidade na segunda metade do século XX, por esta altura os estabelecimentos de ensino primário públicos eram instalados em edifícios pré-existentes, maioritariamente não camarários ou estatais, alugados para o efeito⁷⁰ - no decorrer da década de 1910, pela n.º 24 a autarquia pagava 600\$000 de renda anual ao proprietário Adolfo de Lima Mayer⁷¹ num contrato renovável a cada quatro anos.

O segundo piso seria integralmente ocupado pelos aposentos da escola, limitando-se o espaço de circulação das alunas à metade nascente, onde se localizavam as salas de aulas e por onde tinham acesso direto ao jardim do palácio, integralmente disponível para seu recreio. Do lado poente, e à semelhança da maioria das restantes escolas centrais, existiria uma habitação para a regente, com seis divisões.

⁶⁷ *Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa: serviços de instrução municipal (1873-1926)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999. p. 11.

⁶⁸ Na década de 1880 existia também um estabelecimento de ensino paroquial em Santos, não sendo claro se terá sido extinta aquando da criação da escola central N.º 11 à rua das Trinas do Mocambo.

⁶⁹ Provavelmente entre 1908 e 1909. Visto a numeração das escolas tenderem a serem sequencialmente dadas conforme a data de criação, e atendendo a que o contrato de arrendamento inicial da escola primária central n.º 25 datava de 14/07/1909, parece ser passível de afirmar que por essa altura a n.º 24 já se encontrava em funcionamento. De qualquer modo, qualquer que seja a data da criação, ocorreu necessariamente durante o período em que a autoridade do ensino primário se encontrava sob tutela do Estado Central (1892-1912).

⁷⁰ Embora não tenha sido possível compreender o processo da escolha, por parte da CML, dos edifícios onde instalar as diferentes escolas, percebe-se no entanto que era uma ótima forma de rentabilizar espaços de médias/grandes dimensões que, de outra forma, poderiam estar desocupados ou arrendados para habitação por preços teoricamente inferiores. A título de exemplo, das 83 escolas existentes no ano letivo 1913-1914 (o primeiro em duas décadas com a gestão camarária), apenas nove não pagavam renda por estarem instaladas em edifício próprio (a n.º 1, n.º 19, n.º 56, n.º 65, n.º 77, n.º 78, n.º 80, n.º 81 e n.º 83).

⁷¹ Para além do palácio do Machadinho, na década de 1910, Adolfo da Lima Mayer arrenda igualmente o n.º 219 da rua de São José onde desde o século XIX se havia instalado na Escola Central n.º 7.



Figura 11 Fotografia da turma de 1943. Escola Primária n.º 24. Imagem gentilmente cedida por Balbina Severino.

No decorrer da década de 1910 trabalharam no estabelecimento cinco professoras efetivas⁷² (a maioria transitando diretamente da recém-extinta escola paroquial), uma monitora e quatro serventes. No ano letivo 1914/1915 contava com um total de 191 alunas (173 na 1.ª classe, 34 na 2.ª classe, 29 na 3.ª classe e 15 na 4.ª classe) atendendo em três salas, uma com 37,13m² onde funcionavam as duas turmas de 1.ª classe (1 e 1A), outra com 49,70m² na qual funcionava uma turma de 1.ª classe (1B) e uma de 2.ª e uma sala com 30,40m² onde decorriam as aulas das turmas de 3.ª e 4.ª classe. Localizadas na parte nascente do edifício e voltadas à rua principal, estes três espaços abriam para o corredor que partia da escada secundária por onde as alunas acediam às instalações escolares⁷³ e comunicavam entre si por meio de portas, algumas das quais mantendo os rasgamentos setecentistas.

⁷² Maria Palmira das Dores Faria (professora regente), Maria da Conceição Olímpia, Palmira Cândida de Campos, Odília da Silva Rocha e Joaquina Gomes (substituída em 1916 por Alice Augusta Leitão).

⁷³ Dos dados recolhidos junto a antigas alunas do estabelecimento, as estudantes não tinham acesso à entrada principal do edifício e consequentemente à escadaria nobre, entrando no edifício por uma porta secundária localizada no volume da antiga capela e transformada em janela na década de 1950.

Ao longo das mais de quatro décadas em que a escola funcionou no palácio, diversas obras de reparação pontuais no edifício foram levadas a cabo, de entre as quais se destacam as ocorridas em 1926 [pintura da fachada em “amarelo (cal)”], 1934 (reparação de degraus, paredes da caixa de escada e substituição de parte do pavimento por outro em betonilha), 1942 (pintura das fachadas, muros e grades, limpeza de cantarias) e 1944 (construção, por parte da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho de um

pequeno barracão de paredes a meia vez de tejolo dividido interiormente em cozinha e arrecadação e também dumas capoeiras no seu seguimento [...] não [...] visível da via pública e destina[do] à confecção de comida para 110 crianças da Cantina Escolar de Santos-o-Velho.⁷⁴

Todas as obras descritas revelar-se-iam insuficientes para as patologias que a construção então manifestava, pelo que ao longo da década de 1940 se sucederam as intimações da Polícia Municipal para que o proprietário procedesse à sua reparação: em 1942 intima à “consolidação do passadiço existente entre o quintal e o 1.º andar”; em 1945 à picagem de

3 tetos, substituindo integralmente as suas argamassas [...] caiações em paredes, substituição de algumas tabuas de soalho em quasi todas as salas – pintura em alguns caixilhos e respectivas portas e nalgumas portas interiores [...] reparações [respeitantes] não só às salas de aula da escola como também a habitação da directora;

e em 1946 à reparação do “pavimento da Escola e da casa da Directora, substituindo as tabuas que se encontravam em mau estado” e à reparação “do telhados, tetos, paredes e pavimentos do 2.º andar” – estes avisos eram reforçados pelas sucessivas missivas trocadas pela directora do estabelecimento com o diretor do distrito escolar de Lisboa (e por sua vez por este reportadas à CML), dando conta da inundação de um dos corredores da escola (1945), do mau estado do jardim causado pelas chuvas e do desmoronamento de um muro no quintal (ambas em 1947)⁷⁵.

O mau estado geral do edifício neste período é corroborado pelo testemunho atual de antigas alunas que, entre outros aspetos, referem a interdição do salão nobre (local onde deveriam ser ministradas as aulas de ginástica) devido ao impróprio estado do soalho.

Em 1951 uma derradeira empreitada de reparações (no valor de 18.850\$00) foi empreendida pela CML, então já proprietária do edifício, que simultaneamente reflete as precárias condições do espaço e o cuidado da autarquia com as condições de funcionamento de um estabelecimento de ensino condenado a fechar a breve trecho. Pouco depois (provavelmente no ano letivo 1952/53), a escola saíria definitivamente do Machadinho, sendo as alunas transferidas para os estabelecimentos próximos.

⁷⁴ Auto de vistoria (DSUO). 18/12/1944 – Legalização dum barracão construído no terreno acima mencionado [rua do Quelhas, 13]. AML, *Obra n.º 18291*.

⁷⁵ Todas as informações deste parágrafo foram recolhidas em AML, *Obra n.º 18291*.

RESTITUÍDO À SUA FEIÇÃO SENHORIAL. A AQUISIÇÃO E INTERVENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1948-2015)

A 7 de outubro de 1944 morre o proprietário, Carlos da Lima Mayer (1871-1944), iniciando um moroso processo de partilhas. Assim, a 28 de maio de 1945 e em virtude deste facto, os herdeiros solicitam o adiamento das reparações pedidas visto não ter sido ainda determinado para quem ficava o edifício

e acarretando as referidas reparações avultado desembolso, sem que haja na herança disponibilidades monetárias para lhes fazer face, pois que o dinheiro existente é até uma parcela mínima do que é necessário para fazer face ao dito imposto sucessório e demais encargos inadiáveis, obvio é que reparações de tal amplitude, como as que se tracta, constituem para os Suplicantes de momento uma tal perturbação, dificuldade e inconveniente que fundadamente justificam o adiamento solicitado⁷⁶.

Esta morte e os elevados encargos que o palácio do Machadinho representava terão despoletado o agilizar do processo da sua alienação. Entre 1947 e 1948, a empresa União Continental, Lda. (*empresa de administração de propriedades, compras vendas e hipotecas*) e o particular José Possante de Almeida pedem informações urgentes à CML relativas à possibilidade de ocupação de parte do jardim com novas construções. Como resposta ao segundo, a autarquia informa que

não é de prever para breve a execução de melhoramentos que atinjam a propriedade em causa. Contudo não se julga conveniente autorizar qualquer remodelação que tenha como consequência a redução do espaço livre existente nesta zona da cidade de grande densidade de construção. Esclarece-se ainda que o terreno em referência é logradouro do Palácio no qual está instalada uma escola municipal, tendo os seus proprietários recentemente proposto ao Município a aquisição da propriedade⁷⁷.

Através desta dupla troca de correspondência, percebe-se que pelo menos desde o início de novembro de 1947 (data da resposta à União Comercial, Lda.) os proprietários se encontravam em negociações com a Câmara.

O processo concluir-se-ia com a *compra dos prédios sitos na travessa das Inglezinhas n.º 21 a 29 e na rua do Machadinho n.º 8 a 22* por parte da Câmara Municipal de Lisboa, pelo valor de um milhão e seiscentos mil escudos⁷⁸, sendo a respetiva escritura assinada a 9 de julho de 1948.

Os anos imediatamente subsequentes à compra foram despendidos com o levantamento das condições do edifício e com o processo de negociação da saída dos seus inquilinos⁷⁹. As suas condições de acomodação haviam-

⁷⁶ AML, *Obra n.º 18291*.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ As antigas cavalariças do palácio foram vendidas apenas em 1955. Assim, entre 1948 e 1955, terá provavelmente sido a única altura da história do edifício em que não pertenceram ao dono do palácio.

⁷⁹ Durante todo o período em que a escola esteve instalada no Machadinho, os aposentos dos restantes pisos estiveram arrendados para habitação e armazém.

-se progressivamente degradado desde o início do século XX, sendo inversamente proporcionais ao número de habitantes, conforme é possível perceber pelo artigo publicado no *Diário Popular* de 16 de fevereiro de 1959, que refere a existência de um total de 21 contratos, cuja

renda mais elevada era a de um armazém térreo (700\$00 mensais) e a mais baixa de 20\$00 mensais. A maioria dos inquilinos (exceto seis) pagava menos de 100\$00 por mês. [...] [O palácio do Machadinho era] uma verdadeira “ilha” onde se acolhia cerca de uma centena de pessoas (num só quarto viviam sete!).⁸⁰

Esta situação não era incomum em imóveis de grandes dimensões, podendo-se dar como exemplo o palácio do Conde Redondo, a Santa Marta⁸¹ ou o vizinho antigo convento das Bernardas⁸².

Não são claros os motivos que levaram a autarquia lisboeta a adquirir o edifício nem se existia uma ideia concreta do que para este se pretendia. Em 1952, a elaboração de um projeto visando a *instalação do Tribunal de Reclamações, Transgressões e Execuções Fiscais* denuncia já a existência de uma visão já claramente definida para o que deveria ser o seu futuro. Em abril seguinte este plano sofreria um volte-face quando, por determinação do então presidente da Câmara, Álvaro Salvação Barreto (1890-1975), o edifício passou a servir para a instalação da *Direção dos Serviços de Abastecimento*.

A comparação entre as plantas levantadas pelos técnicos camarários em 1949⁸³ e as do projeto de 1952/3⁸⁴ permite compreender que as alterações visaram sobretudo a regularização dos espaços interiores (apontando para uma discreta recuperação de alguns dos espaços originais) e de circulação, nomeadamente através da abertura de um corredor no 1.º andar. Por seu turno, foram demolidos os edifícios da travessa das Inglesinhas, adossados ao palácio e cronicamente arrendados, tendo parte dessa área afetada a espaço público.

⁸⁰ A história de uma velha casa: foi restituído à sua antiga feição senhorial o famoso palácio do Machadinho. *Diário Popular* (26 fev. 1959), p. 7.

⁸¹ “É o palácio dos srs. Condes de Redondo, a Santa Martha, onde ultimamente esteve installado o hospital da gripe [...] Está presentemente estabelecida ali uma escola, e a parte superior do palácio, dividida em pequenos quartos, é alugada a uma multidão de famílias que ali vivem na maior miséria, pagando por cada quarto 3\$000 réis mensaes!” (Um Achado Precioso, *O Século*. N.º 147 (3 mai. 1891).

⁸² Ao longo do século XIX também nele se instalaram estabelecimentos de ensino privados, encontrando-se, no decorrer do século seguinte, sobrelotado e sem as condições mínimas de habitabilidade. (cf. LOURENÇO, Tiago Borges; MIRANDA, António - Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Lisboa [Em linha]. [Consult. 3.02.2016]. Disponível na internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt>.

⁸³ AML, [Palácio do Machadinho], PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/11/031. Estas plantas corresponderiam maioritariamente à realidade do edifício pós-1860.

⁸⁴ AML, *Processo n.º 129 de 1953: projecto de adaptação do palácio Machadinho para a instalação do Tribunal de Reclamações, Transgressões e Execuções Fiscais*, PT/AMLSB/CMSB/CULT/01/1016.

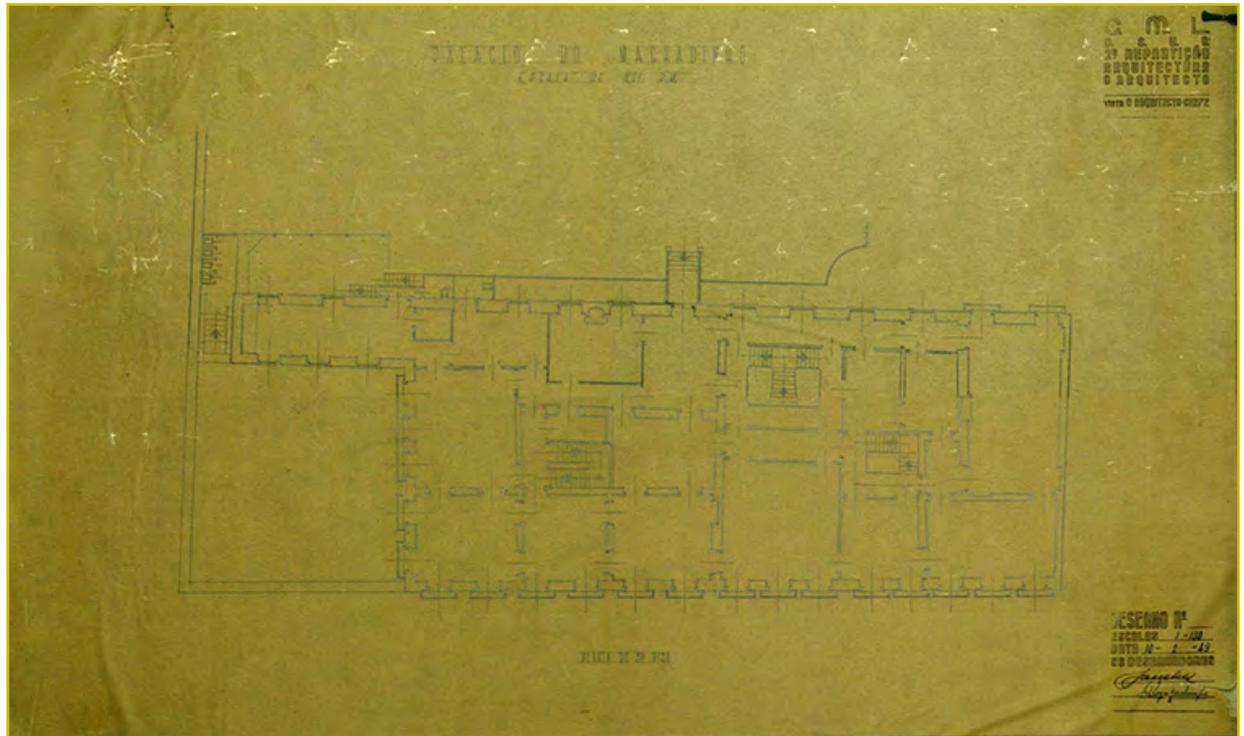


Figura 12 Planta do 3.º piso. Palácio do Machadinho, 1949. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/031.

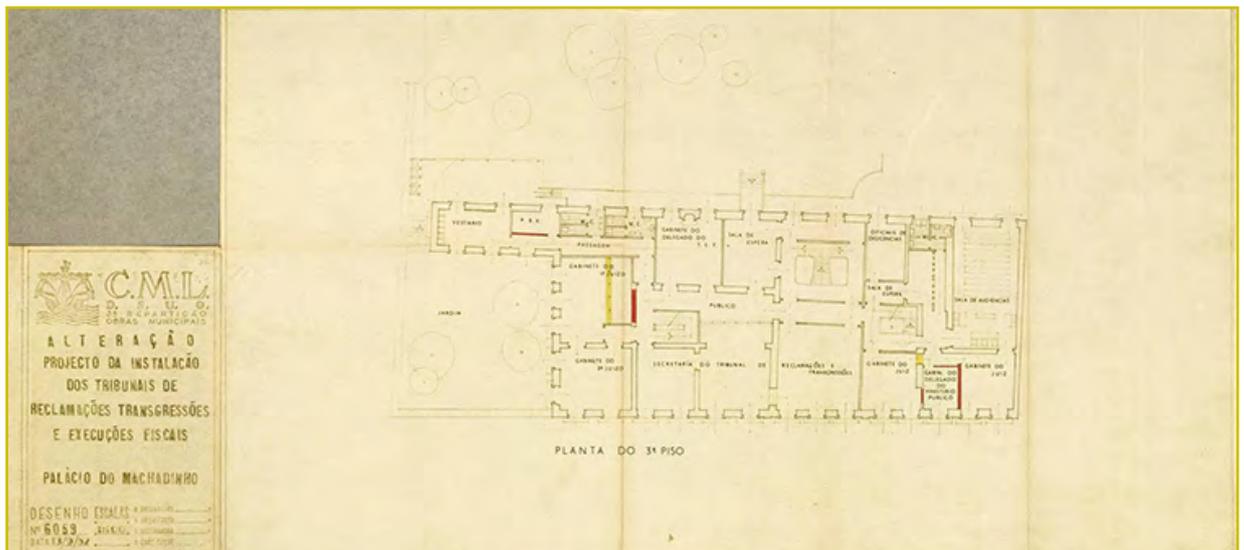


Figura 13 Planta do 3.º piso. Processo n.º 129 de 1953: projeto de adaptação do palácio Machadinho para a instalação do Tribunal de Reclamações, Transgressões e Execuções Fiscais. AML, PT/AMLSB/CMLSB/CULT/01/1016.



Figura 14 Painel de Azulejos na rua da Mouraria n.º 27. Estúdio Mário Novais, 1953. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/MNV/001397.

No entanto, foi no programa decorativo que maiores cuidados foram despendidos, de modo a corrigir a decoração então aí existente, demasiado espartana para o contemporâneo ideal de *palácio setecentista*. No salão nobre foi empreendido um profundo trabalho de restauro que devolveu o esplendor ao teto de Grossi, que então se encontrava entabulado. Na quase totalidade das salas e corredores foram colocados azulejos barrocos, a maioria retirados do número 27 da rua da Mouraria (o *palácio do Saloio*), demolido no início da década de 1950 no contexto do processo de abertura da praça do Martim Moniz⁸⁵.

Datados do primeiro terço do século XVIII, a maioria destes azulejos apresentam *composições ornamentais* compostas por uma barra de dois azulejos de folhas enroladas enquadrando desenhos de motivos correntes (taças de flores, grinaldas, *putti*). Neste panorama constituem-se três exceções: o salão nobre, cujas paredes foram integralmente forradas por seis painéis recortados com figuração alusiva à história de Vénus, executadas

⁸⁵ “Apesar de existir a percepção de quão nefasta era a prática de arrancar azulejos dos seus lugares de origem, foi por demais realizada pelos próprios organismos do Estado [...]. Mesmo no seio dos próprios monumentos e imóveis artísticos, propriedade do Estado, muitos conjuntos azulejares foram arrancados, vendidos, comprados, reutilizados, ou simplesmente encaixotados e armazenados sem cuidados de maior.” [NETO, Maria João; SOARES, Clara Moura - Os azulejos da Igreja de São Lourenço de Carnide: um caso de estudo entre a incúria e a valorização. In CONGRESSO INTERNACIONAL A HERANÇA DE SANTOS SIMÕES: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA AZULEJARIA E DA CERÂMICA, Lisboa, 2010 – *Congresso Internacional a herança de Santos Simões: novas perspectivas para o estudo da azulejaria e da cerâmica*. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa, 2010. p. 37-38.]

a partir de composições de Francesco Albani e difundidas através de gravuras francesas, temática relativamente comum na azulejaria lisboeta do início do segundo quartel de Setecentos⁸⁶; o salão onde outrora se implantava o pátio aberto, no qual foram colocados outros tantos painéis com cenas de exterior; a antiga sala de espera, na qual foram colocados silhares com vasos floridos e *putti* com cornucópias, que Santos Simões considerou serem “dos mais belos exemplos que conhec[er] deste tipo de decoração, certamente dos princípios [sic] do séc. XVIII, e podem servir de protótipo para exemplificar a ornamentação singela e versátil”⁸⁷. Desconhece-se a exata proveniência deste último conjunto, embora seja comumente referenciado como oriundo de “Carnide” ou “do convento de Carnide”⁸⁸. No piso térreo foram aplicados azulejos pombalinos.

Paralelamente as diversas salas do edifício foram decoradas com pinturas provenientes do Museu da Cidade⁸⁹, de entre as quais cinco pinturas de Martins Barata (1899-1970) executadas para o pavilhão de Lisboa da Exposição do Mundo Português.

Contrariamente ao que contemporaneamente a *Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* empreendia, mais do que uma recuperação purista das (supostas) características intrínsecas do palácio, esta intervenção criou uma solução híbrida e por vezes desequilibrada entre o presente e os diversos passados do edifício, de que é paradigmática a escadaria de madeira oitocentista sobrepujada por um lanternim coevo e integralmente forrada por azulejos barrocos de desenho comum (cf. Figura 8).

A remodelação do jardim ficou a cargo do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922), que, inicialmente admitido na CML como engenheiro agrónomo em regime de tarefa em 1950, se encontrava já no efetivo desde 1952. O projeto previa a conjugação de árvores de grande porte (lódão, ulmeiro, palmeira) com árvores de fruto (alfarrobeira e figueira) e arbustos de diversa espécie, com a marcação de caminhos no centro do espaço. Também o jardim de buxo foi regularizado.

⁸⁶ Na área de Lisboa, em cinco outros edifícios (de entre os quais o palácio Cabral, jardins da quinta de Espie e palácio Pimenta e da fábrica de Pólvora de Barcarena) foram inventariados vinte painéis de azulejo realizados no segundo quartel do século XVIII, com base nas estampas que reproduziam estas pinturas de Albani (CORREIA, Ana Paula Rebelo - Iconografias nos revestimentos de azulejo da casa senhorial no século XVIII em Lisboa. In *Casas senhoriais Rio-Lisboa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal; Lisboa: Universidade Nova, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, [2015?]. p. 155-174).

⁸⁷ SIMÕES, João Miguel dos Santos - *Azulejaria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

⁸⁸ No século XIX foram retirados alguns painéis do convento de São João de Carnide, embora se desconheça como seriam. Por outro lado, ocorreu na igreja de São Lourenço de Carnide um dos mais paradigmáticos casos de retirada de azulejos e sua recolocação na Lisboa do século XX: desocupada em 1911 e adquirida pela CML em 1916 com o objetivo de aí instalar um estabelecimento de ensino, após um longo processo os azulejos são retirados entre 1933 e 1936 e recolocados no jardim e andar nobre do palácio Galveias, onde figuram na Exposição de Cerâmica Ulissiponense (1936). Após a campanha de obras de 1950 no palácio Galveias, os painéis são daí retirados, sendo três colocados na rua das Amoreiras e dois em Alfama, perdendo-se o rasto à quase totalidade dos demais (cf. NETO, Maria João; SOARES, Clara Moura - *op. cit.*, p. 29-40). Embora este espólio pareça ser a mais lógica fonte (pela sua história e principalmente por serem património camarário), não foi possível confirmá-lo. Os painéis do Machadinho não constam do levantamento fotográfico que Mário Novais fez da coleção nem são estilisticamente parecidos. No entanto – e visto todas as fotografias reproduzirem exemplares de grandes composições figurativas – não é de excluir que exemplos considerados “menos interessantes” pudessem não ter constado desse levantamento.

⁸⁹ Cf. CARVALHEIRA, José Melo; MAIO, José Alberto; SERRA, Manuel Pedro - *Palácio do Machadinho*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.

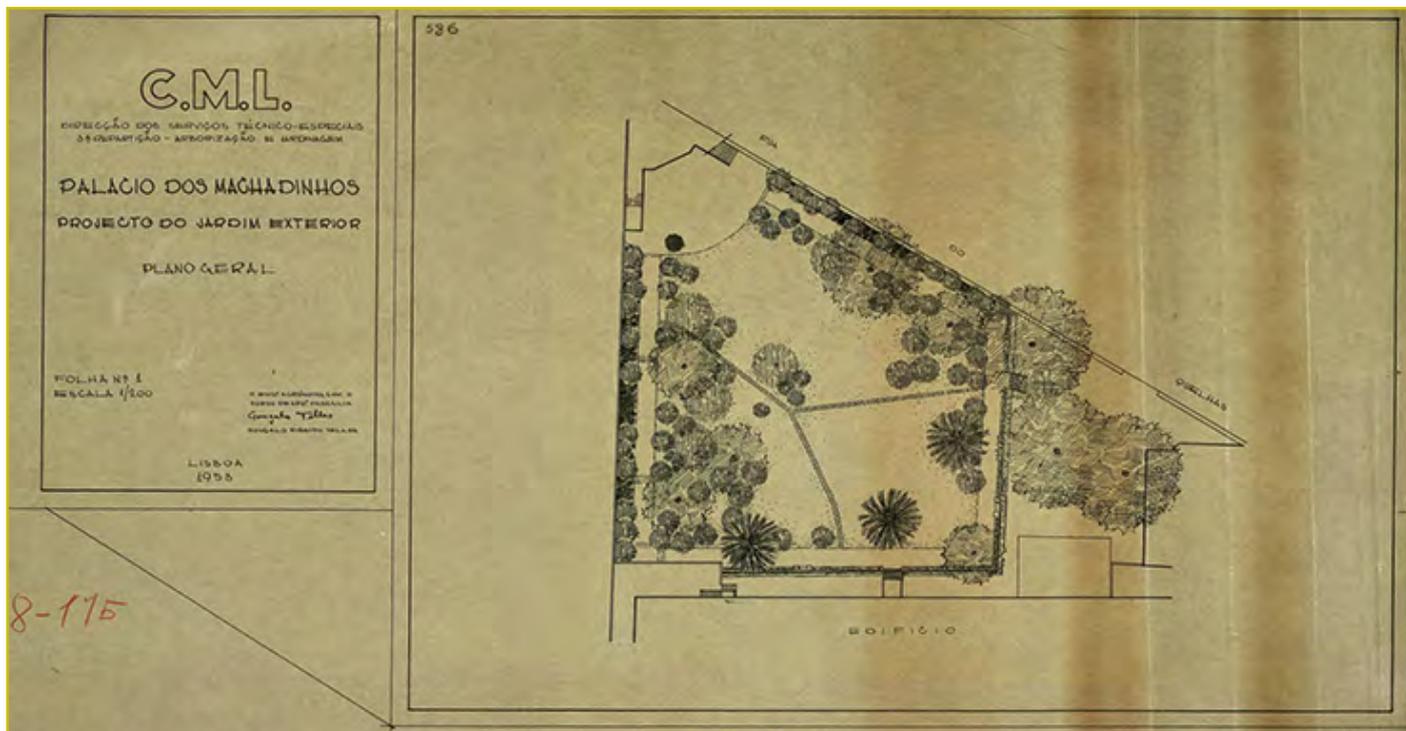


Figura 15 Projeto de remodelação do jardim. Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, 1953. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0118/01.

O processo de reconversão do edifício ficou a cargo do “arquitecto Belém”⁹⁰, sob acompanhamento de Luís Pastor de Macedo (1901-1971) e direta supervisão de Almeida Eça, então diretor dos serviços de abastecimento. Ascendendo a mais de mil contos, as obras decorreram entre 1953 e 1954, instalando-se em setembro a referida direção de serviços.

Nos *Anais do Município de Lisboa* é referido que

no período de 1961 até ao fim do ano de 1968 [...] [foram levadas a cabo algumas beneficiações na sede da *Direcção dos Serviços de Abastecimento*, nomeadamente] remodelação da cantina-refeitório; salas de convívio e jogos; oficinas e instalações sanitárias do pessoal da brigada de assistência e conservação; remodelação e equipamento com novo mobiliário da secretaria da 1.^a Repartição – Mercados e Fiscalização Sanitária; reparação e pintura geral do edifício⁹¹.

A *Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo* manteve-se no palácio do Machadinho até ao início do século XXI. Desde então, nele foram sucessivamente instaladas as *Direções Municipais de Reabilitação Urbana* e de *Ação Social*, antes de aí passar a funcionar a *Direcção Municipal de Cultura*, em 2011.

⁹⁰ Diário Popular, *op. cit.* Não foi possível apurar a identidade do arquitecto, sabendo-se no entanto que não era funcionário camarário.

⁹¹ *Anais do Município de Lisboa: 1968*. Lisboa: Câmara Municipal, 1969. p. 381.



Figura 16 Sala 3.º piso, lanche oferecido aos delegados da Conferência Internacional de Carnes n a Direcção dos Serviços de Abastecimento. Armando Seródio, 1955. AML, PT/AMLSB/SER/S00488.



Figura 17 Inauguração dos melhoramentos na cantina do palácio do Machadinho. Armando Seródio, 1964. AML, PT/AMLSB/SER/S02485.

DE REGRESSO À POSSE PRIVADA (2015)

Em janeiro de 2009, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou o programa “Lisboa Capital do Charme”⁹² no âmbito do qual pretendia alienar seis palácios municipais com vista à sua reconversão em hotéis de charme (de entre os quais o Machadinho)⁹³, o que não se verificaria plenamente, tendo mantido a posse de alguns desses imóveis.

A 13 de novembro de 2015, e no âmbito do projeto de instalação da Feira Popular de Lisboa na freguesia de Carnide, foi aprovada em sessão camarária uma proposta de permuta do palácio do Machadinho (avaliado em 3.856.175€34) por dois terrenos destinados à futura Feira Popular, em posse de um fundo de investimento imobiliário privado. De modo a compensar a diferença de valores entre os objetos permutados, manter-se-á a posse e uso camarário do palácio por um período de 42 meses. Submetida à Assembleia Municipal, a proposta (668/2015) foi aprovada por maioria a 17 de dezembro de 2015⁹⁴, desconhecendo-se atualmente a futura utilização do edifício.

⁹² “Lisboa quer dar alojamento de charme a visitantes cada vez mais exigentes”, *Público* (14 de janeiro de 2009).

⁹³ Palácios Benagazil, Brancaamp, do Machadinho, Pancas Palha, visconde do Rio Seco e edifício do Passo da precissão do Senhor dos Passos da Graça.

⁹⁴ Assembleia Municipal de Lisboa, *Proposta 668/CM/2015 – Permuta do prédio municipal denominado “Palácio do Machadinho” pelos prédios particulares descritos no registo predial no registo predial sob os n.ºs 247 e 248 da freguesia de Carnide* [Em linha], 17 de dezembro de 2016. [Consult. a 2.02. 2016]. Disponível na internet: <http://www.am-lisboa.pt/301000/1/003967,000278/index.htm>.

NOTAS FINAIS

A casa que os Machado Pinto vieram habitar em Lisboa, em 1745, era conhecida na vizinhança da rua do Acipreste, e em todo o bairro do Mocambo, pelas casas da ermida de D. Duarte.

Um das casas nobres, junto às quais, no século XVII, D. Duarte d'Eça havia cumprido uma promessa, sob a forma de ermida. No entanto, rapidamente o bairro do Mocambo esqueceria os Eça, as suas promessas e ermidas. No século seguinte aí se instala José Machado Pinto, o rico negociante do tabaco, que ganha um lugar de destaque no bairro mais pela casa onde habita do que pelos seus atos, negócios ou opulência. Um edifício que transforma a ponto de o tornar num sumptuoso palácio que olha sobranceiro para as modestas construções de raiz quinhentista que pontuavam num bairro de feição popular. Apenas três décadas após a sua morte, o *Machadinho-diminutivo* transforma-se em *Machadinho-toponímia* e assim permaneceu desde então. Mesmo apesar das centenas de pessoas que, antes e depois dele, por lá passaram. Nascimentos, mortes, ciclos de vida completos que se cumpriram nesta casa e que marcaram todos aqueles que ali viveram e/ou trabalharam, livremente ou escravizados. Desde os deputados da nação que aproveitaram a proximidade com as *Cortes* de São Bento até às antigas alunas da escola que ainda hoje dizem às netas que esta era bonita porque funcionava num palácio e tinha um jardim onde podiam brincar aos teatrinhos improvisados debaixo de uma árvore grande.

Porque esta casa resistiu a mais de quatro séculos e às suas *múltiplas vidas* e vivências, constituindo-se como um profundo reflexo do desenrolar da história social e arquitetónica como poucas na cidade: concebida como casa de nobreza seiscentista num bairro pouco habituado a manifestações de riqueza e estatuto, no século seguinte foi ocupada por um rico burguês que, num novo tempo e fruto das privilegiadas ligações com o marquês de Pombal, pôde transformar o edifício, trazendo para o Mocambo aquilo que mais amiúde pontuava nos grandes centros urbanos de Lisboa. Mudado o tempo e a sociedade, ao longo do século XIX o imóvel foi fonte de rendimento para os seus donos e aprazível habitação para os seus moradores. Foi colégio quando estes se multiplicaram por Lisboa para cumprir a educação dos mais favorecidos. E escola pública quando o acesso à educação se quis para todos. Foi ainda edifício de serviço público, já depois de restituído à sua feição de palácio setecentista ou ao que se idealizava que esta deveria ser: solene, arejado, profusamente decorado. Cénico.

Avizinhando-se um novo uso, será de novo o que o tempo (e os homens e as mulheres desse tempo) quiser(em) que seja.



Figura 18 Palácio do Machado. Eduardo Portugal, [ant.1954]. AML, PT/AMLSB/POR/059922.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Questionário a preencher

ESCOLA N.º 24 PARA O SEXO: feminino

(Central ou paroquial?): Central

Nome do regente Maria Palmira das D. Faria

Nome dos outros professores:

Joaquina Gomes

Maria da Conceição Olimpia

Odilia da Silva Rocha

Palmira Candida de Campos

Local (rua e freguesia): rua do Machadinho N.º 20, freguesia de Santos-o-Velho

Orientação da casa: frente ao sul

Salas de aula: 3

Superfície e cubagem de cada sala

1.ª 37,13m² 141,094m³

2.ª 49,70m² 168,98m³

3.ª 30,40m² 138,64m³

Salas que podem ser adaptadas para aulas; superfície e cubagem de cada uma

As mesmas 1.ª 37,13m² 141,094m³

2.ª 49,70m² 168,98m³

3.ª 30,40m² 138,64m³

Habitação do professor com indicação do número de compartimentos: 6 compartimentos

Jardim com indicação da superfície: tem 16,6852m² de superfície

Renda anual: Ignoro

Condições locais quanto ao acesso, - á higiene -, á moral, etc.: Bôas q.to ao edificio; q.to á vizinhança da rua deixa muito a desejar

Convirá deslocar a escola para outro local onde melhor possa satisfazer as necessidades da população escolar? Para onde? Na atualidade creio não haver melhor edificio para escola.

Material escolar, didactico, seu estado de conservação: 1 caixa metrica boa 1 relógio bom e 1 velho 1 estante boa 1 vitrine boa; 2 secretarias boas 2 regulares; 9 cadeiras boas 10 regulares 3 estrados velhos; 2 lavatorios velhos; tinteiros b. cestos p.^a papeis b.; 1 carimbo b.; 2 campainhas b.; 2 máis; 3 quadros de ardósia b. 2 contadores mecanicos velhos; 1 maquina de costura boa. 4 mapas corograficos velhos, 4 das colonias velhos; 3 geograficos bons; um globo terrestre bom; 1 mapa de corpo humano velho; 1 coleção de tabelas de leitura boa e uma velha; compendios para desenho bons e velhos; 3 estojos para desenho bons; 1 bussola boa.

É suficiente em quantidade e qualidade? regular

Não sendo, qual o de necessidade mais urgente? Um armário para arrecadação de livros e escrituração escolar; concerto em carteiras. Substituição de mapas corográficos de Portugal, ilhas adjacentes e colonias⁹⁵.



⁹⁵ AML, *Questionário a Preencher [1913]*. Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa, Serviço de Instrução Municipal 1873-1926, PT/AML/CMLSB/EDUC.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Armando Serôdio, 1955, *Lanche oferecido aos delegados da Conferência Internacional de Carnes na Direção dos Serviços de Abastecimentos*. Fotografia [3], PT/AMLSB/SER/S00486 a PT/AMLSB/SER/S00488.

Armando Serôdio, 1964, *Inauguração dos melhoramentos na cantina do Palácio do Machadinho*. Fotografia [6], PT/AMLSB/SER/S02482 a PT/AMLSB/SER/S02487.

Atlas da carta topográfica de Lisboa: plantas n.º 41 e 49. Dir. Filipe Folque, 1856/1858. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/43 e PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/51.

Documentação avulsa referente a rendas dos edifícios escolares (1913-1916).

Eduardo Portugal, [ant.1954], *Palácio do Machadinho*. Fotografia, PT/AMLSB/POR/059922.

Escritura de compra [do prédio n.º 25 a 29 da rua do Machadinho, a Lima Mayer & Companhia]. PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/02742.

Escritura de compra [dos prédios n.ºs 21 a 29 da travessa dos Inglesinhos e rua do Machadinho, n.ºs 8 a 22, a Maria Luisa Mayer de Melo]. PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/02515.

Estúdio Mário Novais, 1953, *Painel de azulejos na rua da Mouraria n.º 27*. Fotografias [19], PT/AMLSB/MNV/001393 a PT/AMLSB/MNV/001407 e PT/AMLSB/MNV/000759 a PT/AMLSB/MNV/000761.

Livro de cordeamentos de 1738-1740.

Livro de cordeamentos de 1741-1744.

Livro de cordeamentos de 1745-1752.

Livro de cordeamentos de 1753-1755.

Livro de cordeamentos de 1756.

Livro de cordeamentos de 1757-1759.

Livro de cordeamentos de 1760.

Mapa de frequência de escolas primárias centrais municipais. 1868-1924.

Obra n.º 18291.

Palácio do Machadinho. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/031.

Planta topográfica de Lisboa: planta 9E e 9F. Dir. Júlio António Vieira da Silva Pinto. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/041 e PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/030.

Processo n.º 129 de 1953: projeto de adaptação do palácio Machadinho para a instalação do Tribunal de Reclamações, Transgressões e Execuções Fiscais. PT/AMLSB/CMLSB/CULT/01/1016.

Projeto de arquitetura paisagista do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles. 1953.

Prospeto da casa que António Teófilo de Araújo pretende acrescentar na rua do Machadinho, n.º 20, 1860. PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0643.

Questionário a Preencher [1913]. Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa, Serviço de Instrução Municipal 1873-1926, PT/AML/CMLSB/EDUC.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Livro de registo de casamentos, paróquia de Santa Catarina, 1684/1695.

Casamento de Dom Manoel de Eça e Faria com Dona Izabel de Macedo, (24/09/1689). PT-ADLSB-PRQ-PLSB28-002-C5_m0846 .

Livro de registo de nascimento, paróquia de Santos-o-Velho, 1688/1705.

Nascimento de Duarte [de Eça e Faria], (28/08/1690).

PT-ADLSB-PLSB37-001-B10_m0326 .

Nascimento de Izabel [de Eça e Faria], (18/07/1693).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-B10_m0367.

Nascimento de Bernardo Seb.am [de Eça e Faria], (05/02/1695).

PT-ADLSB-PLSB37-001-B10_m0394.

Nascimento de Clara [de Eça e Faria], (12/04/1696).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-001-B10_m0408.

Livro de registo de nascimentos, paróquia de Santos-o-Velho, 1825/1834.

Nascimento de Maria [da Conceição do Valle e Souza], (18/12/1826).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-001-B37_m461.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Lapa, 1769/1783.

Óbito de D. Izabel de Sousa, (20/11/1784).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB17-003-01_m0166.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1694/1706.

Óbito de D. Duarte d'Eça, (28/07/1701).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-01_m0604.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1769/1783.

Óbito de José Machado Pinto, (22/04/1771).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-08_m1058.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1798/1807.

Óbito do Dez.or João Pereira Ramos, (05/02/1799).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-011_m0688.

Livro de registos de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1820/1835.

Óbito do Ill.mo An.to do Valle e Sz^a Menezes, (03/03/1829).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-013_m0212.

Óbito do Ex.mo Snr. D. Antonio Joze Ferreira Souza, Vigário Geral, (26/07/1833).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-013_m0317.

Óbito de D. Maria Antonia Constança de Lima Feo, (07/08/1833).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-013_m0290.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1843/1855.

Óbito de D. Maria Benedicta de Souza Vahia Canavarro, (25/11/1846).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-015_m0764.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1876/1880.

Óbito de Joaq.m Pereira Guimarães, (22/09/1878).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-020_m1190.

Livro de registo de óbitos, paróquia de Santos-o-Velho, 1887/1888.

Óbito de Domingos Pinheiro Borges, (07/12/1888).

PT-ADLSB-PRQ-PLSB37-003-023_m0838.

Família Lima Mayer, Caixa 1.

Feitos Findos, *Conservatória Geral de Pernambuco e Paraíba*, mç. 18, n.º 1, cx. 23. *Ação cível de libelo em que são autores os herdeiros e administradores de José Machado Pinto e Réus os herdeiros de José Alves de Mira*.

Feitos Findos, *Registo Geral de Testamentos*, liv. 302, f. 92v-102. *Testamento de José Machado Pinto*.

Feitos Findos, *Registo Geral de Testamentos*, liv. 320, f. 201v. *Testamento de Isabel de Sousa Vitingã*.

Registo Geral das Mercês, *Mercês de D. João IV*, liv. 2, 330. *José Machado de Freitas*.

Registo Geral das Mercês, *Mercês de D. João IV*, liv. 4.

Registo Geral das Mercês, *Mercês de D. José I*, liv. 1.

Tribunal do Santo Ofício, *Conselho Geral, Habilitações, António*, mç. 65, doc. 1314. *Processo de diligência de habilitação de António Machado Pinto ao Santo Ofício*.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade, livro de arruamentos: freguesia de Santos (Lisboa): 1762/3 até 1833 (cotas: DC1022P até DC1087P).

Décima da Cidade, livro de prédios: freguesia de Santos (Lisboa): 1762/3 até 1833 (cotas: DC1022AR até DC1087AR).

Arquivo da Paróquia de Santos-o-Velho

Livro para se cobrar a mea decima das propriedades da freguezia de Stos Velho para as obras da Igreja, anos 1672/1673/1674 e 1694/1695/1696.

Livros dos róis de confessados, freguesia de Santos-o-Velho, entre 1689 e 1892.

Biblioteca Nacional do Brasil

Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro. C. 1598 [Em linha]. [Consult. a 19-01-2016]. Disponível na Internet: <http://bndigital.bn.br/acervodigital> / http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm.

Bibliografia

ACCIAIUOLI, Margarida - *Casas com escritos: uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Bizâncio, 2015.

ALBUQUERQUE, Luís de – *António Feliciano de Castilho: educador*. Lisboa: [s.n.], 1976.

Anais do Município de Lisboa: 1968. Lisboa: Câmara Municipal, 1969.

BAËNA, Visconde de Sanches - *Arquivo heraldico genealogico*. Lisboa: Typographia Universal, 1872.

BAËNA, Visconde de Sanches; TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e - *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses no século XIX*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1883.

CAMPOS, Nuno - A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do Pelouro da Instrução e a política educativa para a infância. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 1ª Série N.º 3 (1999), p. 167-190.

CARITA, Hélder - *A casa senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas interiores e equipamento*. Alfragide: Leya, 2015.

CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François - *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

CARVALHEIRA, José Melo; MAIO, José Alberto; SERRA, Manuel Pedro - *Palácio do Machadinho*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.

CASTILHO, António Feliciano – *Camões: estudo histórico-poético*. Lisboa: Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1863. tomo I.

CASTILHO, Júlio de - Memórias de Castilho. *O Instituto: jornal científico e litterario*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. 44 (1897).

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: Bairro Alto*. 3.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1956. vol. III.

CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1713. tomo III.

CASTRO, Zília Maria Osório de, dir. - *Lisboa 1821: a cidade e os políticos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1996.

Condições do contrato do tabaco destes reinos, e ilhas adjacentes, e Presidio da Praça de Mazagão, feito com José Machado Pinto, fidalgo da casa de Sua Magestade: per si e como procurador de Manoel de Azevedo e Silva, e com Manoel Fernandes Cruz, Antonio Carneiro dos Santos, João Luiz Alvares, Caetano do Couto Pereira, e Bento Gonsalves Fortes, por tempo de trez annos, em preço, e quantia de oitocentos e quarenta contros de reis cada anno forros para a fazenda do mesmo Senhor. Lisboa: oficina de Miguel Manescal da Costa, 1752.

CORREIA, Ana Paula Rebelo - Iconografias nos revestimentos de azulejo da casa senhorial no século XVIII em Lisboa. In *Casas senhoriais Rio-Lisboa*. Rio de Janeiro: Universidade Federal; Lisboa: Universidade Nova, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, [2015?]. p. 155-174.

COSTA, António Carvalho - *Corographia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

- DANTAS, Júlio - *Lisboa dos nossos avós*. 2.^a ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1969.
- FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- GARCIA, José Manuel - A representação dos conventos de Lisboa cerca de 1567 na primeira planta da cidade. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte (FCSH-UNL). Nº 11 (2014), p. 35-49.
- GARCIA, Rodolpho; VARNHAGEN, Francisco Adolfo – *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956. vol. 4.
- Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa: serviços de instrução municipal:1873-1926*. Lisboa: Câmara Municipal, 1999.
- LOURENÇO, Tiago Borges; MIRANDA, António - *Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Lisboa* [Em linha]. [Consult. 3.02.2016]. Disponível na internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt>.
- MACHADO, Cyrillo Volkmar - *Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823.
- MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: espaço e quotidiano: 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- MARIA, José de Jesus - *Espelho de penitentes e chronica de Santa Maria da Arrabida...* Lisboa: Oficina de Joseph Antóno da Sylva, 1737.
- MATOS, Rui; TEIXEIRA, Paula - O palácio dos senhores de Pancas ou palácio Palha e a arquitetura civil em Lisboa: séc. XVII-XIX. In LISBOA, Câmara Municipal - *Palácio Pancas Palha*. Lisboa: Câmara Municipal, 1998. p. 28-38.
- MATTOSO, José, dir. - *História da vida privada em Portugal: a idade moderna*. Lisboa: Temas e Debates, 2013. vol. 2.
- MAYER, Filipe Lima - *Livro de família*. Lisboa: [s.n.], 1969-1991. vol. 1-2.
- MECO, José – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1989.
- MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte (FCSH-UNL); Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes (UFRJ), 2014.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho - Estucadores do Ticino na Lisboa joanina. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.^a Série N.º 1 (2014), p. 185-220.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho – Grossi e a sua “companhia” de estucadores na capela da Ordem Terceira de Jesus. *Revista Rossio: estudos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. N.º 3 (maio 2014), p. 168-179 [Consult. 26.11. 2015]. Disponível na internet: <http://www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais/por-tematica?pub=770>.
- MIRANDA, António - Machadinho (Palácio do). In SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, dir. - *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1994. p. 551-552.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *A casa e o património dos grandes portugueses: 1750-1832*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

NETO, Maria João; SOARES, Clara Moura - Os azulejos da igreja de São Lourenço de Carnide: um caso de estudo entre a incúria e a valorização. In CONGRESSO INTERNACIONAL A HERANÇA DE SANTOS SIMÕES: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA AZULEJARIA E DA CERÂMICA, Lisboa, 2010 - *Congresso Internacional a herança de Santos Simões: novas perspectivas para o estudo da azulejaria e da cerâmica*. Lisboa: Reitoria da Universidade de Lisboa, 2010.

PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de - *Lisboa em 1755: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Editora, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. 2.^a ed. Lisboa: [s.n.], 1987.

SILVA, Hélia - *Giovanni Grossi e a evolução dos estuques decorativos no Portugal setecentista*. Lisboa: [s.n.], 2005. Dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Universidade de Lisboa.

SILVA, Hélia - Giovanni Grossi e os estuques decorativos da Lisboa setecentista. *Revista Estudos / Património*. Lisboa: IPPAR - Departamento de Estudos. N.º 10 (2007), p. 45-54.

SILVA, Hélia - Os estuques do salão nobre do Palácio do Machadinho. *Revista Rossio: estudos de Lisboa* [Em linha]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. N.º 0 (outubro 2012), p. 88-97 [Consult. 26.11.2013]. Disponível na internet: <http://www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais/por-tematica?pub=770>.

SILVA, Innocencio Francisco da - *Diccionario bibliographico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. tomo I.

SIMÕES, João Miguel dos Santos - *Azulejaria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

SOUSA, António Caetano de - *História genealógica da casa real portugueza desde a sua origem até ao presente, com as famílias illustres, que procedem dos reys, e dos serenissimos duques de Bragança*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, 1745.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e - Tabaco. In *Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*. Lisboa: Imprensa Régia, 1827. tomo III, R-Z.

SOUZA, Alberto; DANTAS, Júlio - *Portas brasonadas de Lisboa*. [S.l.: s.n., 192-].

VASCONCELOS, Flório de - *Subsídios para a história do estuque decorativo em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1959. Tese para o exame final de estágio para conservador dos museus e monumentos nacionais.

Periódicos

A história de uma velha casa: foi restituído à sua antiga feição senhorial o famoso palácio do Machadinho. *Diário Popular*. (26 fev. 1959).

Chronica constitucional de Lisboa. N.º 115. (1833)

Gazeta de Lisboa. N.º 76 (1816).

Gazeta de Lisboa. N.º 144 (1816).

Gazeta de Lisboa. N.º 308 (1819).

Gazeta de Lisboa. N.º 288 (1820).

Gazeta de Lisboa. N.º 288 (Nº 77).

Gazeta de Lisboa. N.º 135 (1832).

Gazeta de Lisboa. N.º 138 (1832).

Gazeta de Lisboa. N.º 260 (1832).

Lisboa quer dar alojamento de charme a visitantes cada vez mais exigentes. *Público*. (14 jan. 2009).

Revista Universal Lisbonense. Lisboa. 2.ª Série, Tomo III, N.º 12 (1850).

Um achado precioso. *O Século*. N.º 147 (3 mai. 1891).

Sites

LISBOA. Assembleia Municipal - *Proposta 668/CM/2015: permuta do prédio municipal denominado “palácio do Machadinho” pelos prédios particulares descritos no registo predial no registo predial sob os n.ºs 247 e 248 da freguesia de Carnide* [Em linha]. (2015) [Consult. 2.02.2016]. Disponível na internet: <http://www.am-lisboa.pt/301000/1/003967,000278/index.htm>.

LxConventos [Em linha]. [Consult. 2.02.2016]. Disponível na internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt>.

VILA-SANTA, Nuno - *Eça, D. Duarte (capitão de Colombo, Ternate e Goa)* [Em linha]. [Consult. 3.02.2016]. Disponível na internet: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1260>.

AGRADECIMENTOS

Os autores deste artigo agradecem ao Diretor Municipal da Cultura e aos elementos do Departamento de Património Cultural toda a ajuda, interesse e paciência no decorrer da elaboração deste artigo. A D. Altina Dias e D. Balbina Severino, antigas alunas da Escola n.º 24, a disponibilidade para nos elucidarem sobre a realidade da *sua escola*, bem como a cedência de imagens de época. Ao Padre Valter Malaquias, o acesso ao arquivo da paróquia de Santos-o-Velho.



Os palácios dos barões e viscondes de Zambujal em Setúbal e Lisboa

The palaces of the barons and viscounts of Zambujal in Setúbal and Lisbon

Maria João Pereira Coutinho*
submissão/submission: 12/02/2016
aceitação/approval: 04/04/2016

RESUMO

O estudo que se apresenta centra-se em dois edifícios urbanos de tipologia palaciana, localizados em Setúbal e Lisboa, ligados à família Cabedo de Vasconcelos, com funções laborais ligadas ao Estado e à Administração Pública, e tardiamente nobilitada como barões e viscondes de Zambujal. Os dois conjuntos arquitetónicos manifestam características específicas, e até aspetos comuns, logrando uma contextualização mais ampla do que a historiografia efetuou até ao momento, bem como uma maior compreensão dos principais atores que a estes espaços estiveram associados.

PALAVRAS-CHAVE

Casa nobre / Época Moderna / Lisboa / Setúbal / Cabedo

* IHA – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa; Portugal.

Maria João Pereira Coutinho é doutora em História (especialidade em Arte, Património e Restauro) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Atualmente desenvolve o projeto de pós-doutoramento em Estudos Artísticos “*Pórtico: estruturas de pedraria em fachadas de igrejas do distrito de Lisboa do domínio Filipino ao Terramoto*” pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, de que é membro integrado. O seu projeto é apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85091/2012), com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência. Tem desenvolvido estudos individuais e coletivos, em Portugal e no estrangeiro, no âmbito da História da Arte e das Artes Decorativas, dando particular relevo nos últimos anos à arte da pedraria nos períodos filipino e barroco.

Correio eletrónico: mjpereiracoutinho@gmail.com.

Abstract

This study focuses on two urban buildings of palatial type, located in Setúbal and Lisbon linked to Cabedo Vasconcelos family, with labor functions related to the State and Public Administration, and later ennobled as barons and viscounts of Zambujal. The two architectural ensembles express specific characteristics, and even common aspects, and they deserve a broader context than historiography made so far, as well as a greater understanding of the main actors that these spaces were associated.

Keywords

Noble house / Early Modern / Lisbon / Setúbal / Cabedo

Nota prévia¹

A presença da família Cabedo, radicada em Portugal desde o século XV, deixou marcas significativas, quer ao nível patrimonial, através dos bens de raiz que possuíram e onde deixaram palácios urbanos - como ocorreu em Setúbal² e Lisboa³ -, ou na herdade do Zambujal⁴, e em Ourém⁵, onde possuíram outras “moradas de casas”, quer ao nível da memória urbana, através dos topónimos *rua do Chanceler Mor Jorge de Cabedo* (Setúbal) e *rua do(s) Cabedo(s)* (Lisboa), que subsistiram à extinção do morgadio e à divisão patrimonial tão característica em famílias numerosas.

¹ Alguns aspetos do presente estudo já foram oralmente abordados na comunicação “As “casas de morada” da família Cabedo de Vasconcelos: uma perspectiva histórico-artística”, apresentada no congresso *Palácios e dinâmicas urbanas: centros de poder e de conhecimento na Europa*, em novembro de 2015. O artigo que ora se apresenta contou com a generosa colaboração de: António Cunha Bento, Bruno Ferro Gonçalves, Cláudia Almeida, Fátima Conde, Inês Gato de Pinho, Isabel Sousa de Macedo, João Vieira Caldas, Joaquim Moreira, Luís Neves, Maria de Fátima Cunha, Maria de Jesus Gonçalves, Pedro Flor e Sílvia Ferreira.

² Sobre este imóvel veja-se SILVA, José Custódio Vieira da - *Setúbal*. Lisboa: Presença, 1990. p. 66; *Palácio dos Cabedos, Ficha IPA.00009340* [Em linha]. Lisboa: SIPA, 2001 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9340 e MARTINS, Jennifer; ERTHAL, Ludmila; ROSA, Naiara; BARBOSA, Tânia; FERNANDES, Rui - *Palácio dos Cabedos: Sta. Maria da Graça: Setúbal*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Trabalho curricular apresentado no âmbito do mestrado integrado em Arquitetura.

³ Acerca deste edifício, consulte-se CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: Bairro Alto*. Lisboa: António Maria Pereira, 1879. vol. III, p. 310; ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: António Maria Pereira, [1938-1939]. vol. 5, p. 45 e SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1967. vol. I, p. 158-159.

⁴ Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 42. Neste documento, de 1895, refere-se que no ativo da comarca de Setúbal possuíam na herdade do Zambujal “palacio, capella, officinas de lavoure, terras de arroz, pinhal, montado de sobro, vinha, olival, horta e mattos” (negrito nosso), para além do “palacio Cabedo” na freguesia de Santa Maria da Graça.

⁵ Idem, *ibidem*, 2.º vol., p. 16. Nesta relação, também de 1895, refere-se que no ativo da comarca de Vila Nova de Ourém, freguesia de Vila Nova, possuíam a “Quinta da Caridade - composta por palacio e dependencias, fonte, terra de sementeira e de regadio, arneiro, olival e arvores de fructo, com a superficie de 40319 m²” (negrito nosso).

Ocupando posições profissionais de destaque junto da corte, mas também no mundo literário - área onde se distinguiram -, os Cabedo começaram por fixar o seu “solar” em Setúbal, vila administrativamente adstrita a Lisboa, alternando a sua morada, a partir do início do séc. XVIII, entre esse lugar e a capital do reino.

Os imóveis urbanos, para além de quintas e outras propriedades rústicas que sabemos terem possuído, como uma quinta de recreio nas imediações de Palmela (que tinha casa e uma ermida consagrada a S. Romão⁶) e outra a duas léguas de Setúbal, a já mencionada herdade do Zambujal (também com edificado e com capela devotada a Jesus, Maria e José⁷), que embora arruinados ainda ostentam a grandiosidade e o poder que a família possuía, apresentam-se como objetos de um estudo integrado que compreende a análise tipológica, os agentes envolvidos e outros aspetos necessários para o entendimento global destes palácios.

OS CABEDO DE VASCONCELOS: UMA FAMÍLIA DE ARTISTAS E DE ENCOMENDADORES

Desconhecendo os motivos exatos da vinda desta família de origem francesa para Portugal, que o padre Carvalho da Costa caracterizou como sendo fidalgos possuidores de um solar nas montanhas de Oviedo⁸, sabe-se que Diogo de Cabedo, ao acompanhar o regresso do infante D. Pedro, duque de Coimbra (1392-1449), de uma viagem ao estrangeiro, ter-se-á fixado no nosso país, servindo mais tarde o seu irmão, o infante D. Fernando (1433-1470), irmão de D. Afonso V (1432-1481) e pai de D. Manuel I (1469-1521), e sendo mais tarde nomeado para diversos cargos da corte⁹. Com efeito, é a 13 de fevereiro de 1575 que reconhecemos a nomeação de Miguel de Cabedo como vereador do Senado da Câmara:

⁶ “Tem mais esta Villa em seo dstricto huma Ermida de S. Romão, situada em terras de huma quinta de Iorge de Cabedo de Vasconcellos, a qual he de muyto regalo, por ter muytas Fontes, excellentes, & saborosas frutas (...)”, cf. COSTA, Padre António Carvalho da - *Chorografia portuguesa*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III, p. 306.

⁷ “D. Luiza Maria da Cunha senhora do Morgado do Azambujal, cuja cabeça he a quinta assim chamada, que dista de Setubal duas lagoas para o Nascente, situada junto do rio de Agua de Moura, a qual tem casas muyto nobres, pomares, hortas, vinhas, & olivae, com huma ermida de Jesus, Maria Joseph, com jubileo no Domingo do Bom Pastor, em cujo dia se faz a festa de S. Joseph, & he muyto antiga nesta familia, pois ha mais de 250. annos que anda nella; he muyto abundante de todo o genero de caça, & pescado, com tres marinhas, & nove herdades, & outras muyto fazendas, que tudo rendara mais de cinco mil cruzados.”; cf. COSTA, Padre António Carvalho da - *op. cit.*, p. 297, e SERRÃO, Vítor; MECO, José - *Palmela histórico-artística: um inventário do património artístico concelhio*. Lisboa: Colibri, 2007. p. 413-435.

⁸ “Tem esta familia seu solar em as montanhas de Oviedo, & ha nesta Casa bons Fidalgos, ainda que não poderosos em senhorio; seu brazão diz, vierão de França, pelo que trazem nas Armas as Flores de liz; & que depois de os Mouros entrarem em Espanha, em huma rija peleja, tomou um delles o pendão do Rey Mouro, & por isso lho derão vermelho, & branco (...);” cf. COSTA, Padre António Carvalho da - *op. cit.*, p. 294.

⁹ Referem-se à genealogia da família Cabedo, entre outros importantes autores, FREITAS, Gregório de - *Memorias geographicas e historicas da provincia da Estremadura* (Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Secção de Reservados, *cód. 208*); GARCÍA PERES, Domingo - *Catálogo razonado, biográfico e bibliográfico de los autores que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890; PAXECO, Fran - *Setúbal e as suas celebridades*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1930; AFFONSO, Domingos de Araujo; VALDEZ, Ruy Dique Travassos - *Livro de oiro da nobreza*. Braga: Tipografia da «Pax», 1934. tomo III, p. 614-620; CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*. Lisboa: Edições Gama, 1945. vol. II, p. 474-481; MACHADO, Fernando Falcão - *Os Cabedos de Setúbal. Boletim da Junta de Província da Estremadura*. Lisboa: Junta da Província de Estremadura. N.º 24/25 (1950), p. 225-251, e ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.

Presidente amigo Vereadores E procuradores da Cidade de Lisboa E procuradores dos mesteres della, Eu el Rey Vos enuio muito saudar, polla muita confiança que tenho do doutor miguel de cabedo do meu desembargo que foy ouuidor dos feitos crimes da casa da suplicação E polla experiencia que elle tem dos negoços E cousas de justiça E de governo, asy do tempo que me seruiu na dita casa como da alçada que enuiey as Comarcas que estão do Rio do tejo até galiza E castella de que foy chanceler, nos quaes cargos deu de sy toda boa conta; E confiando delle que asy a dará no de Vereador dessa Cidade E fará Jnteiramente tudo o que Cumpre a meu seruiço E bem della; ouue por bem de o encarregar do dito offiço de Vereador em lugar do *Licenciado* amrique Jaquez ja fallecido, pollo que me pereço que Vo llo deuia fazer saber E ordenarey que vá seruir o dito offiço o mais em breue que poder ser (...) ¹⁰.

E a 21 de agosto de 1577 que sabemos que D. Sebastião ordena à Câmara o pagamento da pensão em cereais à família desse vereador:

Eu El Rey faco saber a uos Vereadores E procuradores desta cidade de Lisboa E aos procuradores dos mesteres dela, que eu ey por bem E me praz por fazer merçe a molher E erdeiros do doutor miguel de Cabedo que foy vereador da dita çidade E por mo Vos pedirdes que elles ajão E lhe sejam pagos os çinco moyos de trigo E cinco de çeuada que o dito miguel de cabedo tinha de ordenado com o dito cargo de uereador posto *que* elle falecese no mes de marco deste anno presente, E não tiuese vençido do dito ordenado mais que o que se nelle montaua prostata ate o dito tempo, E portanto vos mando que lhe façais pagar das Rendas da dita cidade os ditos cinco moyos de trigo E çinco de çeuada posto que este não seja pasado pola chancelaria sem embargo da ordenação (...) ¹¹.

Diogo de Cabedo, que nos deixou segundo alguns autores o manuscrito *Da virtuosa benfeitoria*, impresso pela Biblioteca Pública do Porto ¹², terá sido um dos primeiros dessa família a notabilizar-se, ao produzir um importante legado literário - aspeto que nos interessa sublinhar para melhor compreender o apreço que os Cabedo tinham pelas artes ¹³. Nessa linha de pensamento, destacamos também António de Cabedo (c. 1530-1555), doutor em direito canónico pela Universidade de Coimbra e autor novilatino, que se distinguiu ao redigir *Fontellum* ¹⁴. A esse humanista seguiu-se outro, Miguel Cabedo de Vasconcelos (1525-1577), um dos mais conceituados juristas do seu tempo, escritor de poemas heroicos, comédias e outros géneros literários, de que se destacam aqueles dedicados a Aristófanes, impressos em Roma ¹⁵. Da mesma família sobressaiu ainda, na área das letras,

¹⁰ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria régia, *Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião*, doc. 80, f. 133-134v.

¹¹ Idem, *ibidem*, doc. 99 e 99A, f. 167-167v.

¹² *Collecção de manuscriptos ineditos agora dados á estampa*. Porto: Real Bibliotheca Publica Municipal, 1910-1923.

¹³ Documenta a importância histórica deste manuscrito o estudo de PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Helenismos no “Livro da virtuosa benfeitoria”. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nº 57 (1982). Separata e de FONSECA, João Abel da - A “Virtuosa benfeitoria” e o pensamento político do infante D. Pedro. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nº 69 (1993). Separata.

¹⁴ Sobre a obra literária de António de Cabedo *vide* RAMALHO, Américo da Costa - Dois epigramas latinos de António de Cabedo. In *Para a história do renascimento em Portugal*. Coimbra: INIC; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988. vol. I, p. 75-85 e COUTO, Aires Pereira do - *António de Cabedo e o seu poema Fontelo*. Coimbra: [s.n.], 1990. Dissertação de mestrado em Literatura Novilatina em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹⁵ Acerca da significativa obra literária de Miguel de Cabedo consulte-se REBELO, Maria do Rosário Nunes - *Dois poemas de Miguel de Cabedo*. Coimbra: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em Literaturas Clássicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Jorge de Cabedo, o autor das *Ordenações, e leis do Reino de Portugal: recopiladas per mandado do muito alto, catholico & poderoso rei dom Philippe o Prio* (1603) e, por fim, Vasco Mouzinho de Cabedo ou Vasco Mousinho de Castelbranco (1560/70-1620/30)¹⁶, autor que assumiu diversos pseudónimos e que redigiu *Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel Rainha de Portugal, & outras varias rimas* (1596)¹⁷, *Afonso Africano* (1611) e *Triumpho del Monarcha Philippo tercero en la felicissima entrada de Lisboa* (1619)¹⁸.

Embora esta família, como se depreende pela sua ascensão durante a assunção dos Filipes, tenha sido conotada com o governo dos Habsburgos, foi, ao que parece, poupada de reveses idênticos aos que Cristóvão de Moura Corte Real (f. 1613), 1.º marquês de Castelo Rodrigo, e o seu filho, o malogrado Manuel de Moura Corte Real (f. 1652), 2.º marquês do mesmo título, padeceram a seguir à queda da União Dual.

Com efeito, e apesar de só terem sido efetivamente nobilitados no século XIX, durante o reinado de D. João VI (1767-1826)¹⁹, segundo o que hoje se sabe, terão gozado de algum sucesso durante o reinado dos Bragança, como testemunham as inúmeras mercês recebidas durante os reinados de D. Pedro II (1648-1706) e de D. João V (1689-1750)²⁰, destacando-se na aquisição de bens sumptuários, indicadores da cultura que possuíam. Assim, e no que à consolidação da casa dos Cabedo diz respeito, mormente ao nível das suas moradas, importa destacar a figura de Jorge de Cabedo de Vasconcelos da Cunha (1662-1730)²¹, que, como iremos ver mais adiante, terá consolidado a imagem da família através do melhoramento das suas casas urbanas de Setúbal e de Lisboa²².

¹⁶ O Arquivo Municipal de Lisboa conserva um registo fotográfico do modelo em gesso da estátua de Vasco Mouzinho de Quevedo que se encontra na base do monumento a Luís de Camões, de António da Silva Fernandes Duarte, datado de 1969. AML, António Fernandes Duarte, PT/AMLSB/AND/S00693.

¹⁷ Escreveu sobre este assunto PIREs, Maria Lucília - O discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel rainha de Portugal de Vasco Mouzinho de Castelbranco. *Via Spiritus*. Porto: Universidade do Porto. Nº 10 (2003), p. 173-182.

¹⁸ Particularmente acerca de *Afonso Africano: poema heroyco da presa d'Arzilla & Tanger: dirigido a Dom Alvaro de Sousa, Capitão da Guarda Alemã...* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1611, consulte-se RODRIGUES, Manuel dos Santos - *O Afonso Africano de Vasco Mouzinho de Quevedo*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, e *Afonso Africano: poema heróico da presa de Arzila e Tânger*. Setúbal: Câmara Municipal, 2013.

¹⁹ O título de barões de Zambujal foi atribuído em 1826 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João VI, L.º 21*, f. 350 e o de visconde em 1833, de acordo com fontes secundárias).

²⁰ Considere-se o facto dos seguintes membros da família terem recebido as seguintes mercês: Inocêncio de Cabedo de Vasconcelos (1697: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 11*, f. 84), Manuel Cabedo de Vasconcelos (1699: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 13*, f. 114; 1707: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 7*, f. 568 v.), Inácio de Cabedo de Vasconcelos (1699: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 13*, f. 265; 1727 e 1730: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 17*, f. 176 e L.º 18, f. 176), Jorge de Cabedo de Vasconcelos (1700: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, L.º 13*, f. 265; 1709: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 4*, f. 29-29 v.) e José Bruno de Cabedo e Vasconcelos (1722: ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, L.º 13*, f. 410).

²¹ ADS, Registos de Batismos, Santa Maria da Graça, L.º 4, f. 105: “Aos noue de Outubro de seiscentos e sesenta e dous annos baptizou o Pe fr Manoel da fonseca da Ordem dos Pregadores a Jorge filho de Joseph de Cabedo de Vasconcellos E de D. Luiza Maria, foy padrinho Manoel de Cabedo daTougia.” (transcrição nossa).

²² Note-se que seu filho José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha (1716-1790) casou com Rita Delfina da Graça de Lencastre e teve continuidade com Jorge de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco (1783-1850), 1.º barão e 1.º visconde do Zambujal. Este último teve por sua vez continuidade com José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco e Couto (1811-1874), 2.º barão e 2.º visconde do Zambujal, que teve continuidade com Jorge de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco (1843-1898), 3.º visconde do Zambujal, e que era casado com D. Teresa Maria da Conceição Pais de Sande e Castro (1849-1943), a herdeira do palácio de Setúbal. Estes últimos foram sucedidos por José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco e Couto (1879-1937), 4.º visconde do Zambujal, de quem descendeu Jorge Maria de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha Castelo-Branco e Couto (1904-?), 5.º visconde do Zambujal. Cf. CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *op. cit.*

AS “CASAS DE MORADA” DE SETÚBAL

Não podemos falar das casas que a família possuiu em Lisboa - as de maior interesse para o conhecimento das “moradas de linhagem” da capital -, sem deixar de focar a principal casa da família, em Setúbal. Localizada no extremo este da muralha da cidade, intramuros, na atual praça do Quebedo (antiga praça de S. Bernardo do arrabalde de Palhais), resulta do que foi a articulação de um conjunto de corpos, de que remanescem: um quadrangular, possivelmente mais antigo, e os restantes, retangulares, de feição seiscentista, articulados entre si. Esse conjunto, que cresceu paulatinamente, transformou-se ao sabor da vontade de alargamento da propriedade junto à igreja de Santa Maria da Graça e à cintura de muralha da então vila.

Uma das primeiras datas que se conhece sobre as propriedades da família nesse local é a de 1613 - ano do trespasse de uma escritura de um foro perpétuo de umas casas que a confraria de Nossa Senhora da Anunciada tinha aforado a Tristão Vieira de Castro, localizadas no terreiro da igreja de Santa Maria. Após o segundo interveniente ter dividido esse bem indiviso, e não ter cumprido o estipulado na obrigação inicial, a confraria, segundo o que se lê nesse contrato, desobrigou Tristão Vieira de Castro desse foro, concorrendo ao mesmo Diogo de Cabedo de Atouguia. Para fazer face aos prejuízos causados, o anterior inquilino, com a conivência de D. Brites de Lima, sua mulher, transfere para Diogo de Cabedo:

humas suas casas que elle tem he pesue nesta vjlla ao poço do concelho que partem [f. 3] ha norte com ha rua publica onde esta o dito poço e ao Sul com huas cazas de Mjguell de Cabedo de Vasconcellos he hao nascente com cazas de Manoell Fernandes ho prata e ao poente com Via publica que vaj do poço do concelho pera santa maria da graça ao dito seu foro de setecentos reis (...) ²³.

Efetivamente, é através deste excerto que se compreende a génese da dita propriedade, como também o facto de esta fazer confrontação com outra, de outro membro da família. Este domínio fazia ainda confrontação com o lugar de Palhais, através da antiga muralha da cidade, sendo trespassado pela antiga porta de São Jorge, aberta em 1697 para facilitar a entrada na vila de pessoas e veículos²⁴ e fechada em 1924, onde se encontrava um conjunto azulejar alusivo a essa invocação, a que nos reportaremos mais adiante²⁵.

²³ ADS, Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, *Treslado de escritura de compra que fazem a Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada da vila de Setúbal e Diogo de Cabedo, respeitante a umas casas localizadas no sítio do poço*, PT/ADSTB/CON/CSASTB01/E/006/00194.

²⁴ ADS, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Portas (1840-1897)*, PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0004.

²⁵ “Ligando a Praça de Quebedo com o Largo do Poço do Concelho existia, há pouco, uma passagem pública, que foi fechada, e aberta uma nova travessa que liga o referido Largo com a Avenida 5 de Outubro. No recinto fechado, na parede, para o lado interior, que pertence ao antigo palácio Cabedo, existe ainda um grande painel em azulejo onde se lê o dístico: «Porta de São Jorge». O painel representa aquele Santo guerreiro.”; cf. *Porta de São Jorge. A Mocidade*. Setúbal: [s.n.]. N.º 469 (1 set. 1924), p. 3.



Figura 1 Palácio da família Cabedo na praça de Quebedo. Coleção Américo Ribeiro, 1960.

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, SMBM |
DCED | Câmara Municipal de Setúbal. AR16211.

Embora o local tenha sido esteticamente regularizado em finais de Seiscentos, como se compreende pela leitura da fachada remanescente, certo é que o conjunto de imóveis que hoje se observa nos parece mais vasto e parcelar, com diversas épocas de construção e possivelmente com uma distribuição desigual da família pelo seu conjunto. Aliás, essa ideia de engrandecimento do património, como prova de poder económico e de ascensão social da época, pode ser também aferida em várias encomendas artísticas ocorridas no seio dessa família nessa centúria. Veja-se, pois, quer a construção em 1695 da capela de Santa Ana na igreja de Santa Maria de Setúbal, a expensas de Luís de Cabedo, quer a concretização da cripta familiar na mesma igreja, agenciada por Jorge de Cabedo de Vasconcelos da Cunha em 1700, consubstanciando a licença que a família obtivera de D. Sebastião, em 1565, para construir esse espaço na capela-mor da igreja da sua freguesia²⁶. O trabalho:

(...) hum chadres na (...) *que* he em triangullo branco e pretto com seu degrao vermelho *que* hade ter Capacidade para se asentar o frechal da grade *que* se hade por na dita Capella e hade ficar pella parte de fora do dito frechal o *que* for

²⁶ Acerca desta cripta veja-se a notícia de FREITAS, Gregório de - *op. cit.*, f. 410, onde esse autor afirma: “Esta Sepultura he de Miguel de Cabedo e de D. Leonor Pinheira de Vasconcellos, Sua mulher da qual lhe fez merce El Rey D. Sebastião para elles e todos seos descendentes e para ella mandou tresladar os ossos de seu Pay e May Jorge de Cabedo e Tareja Pinheira e de Seus Irmaos Manoel de Cabedo Diogo de Cabedo Antonio de Cabedo e de Sua Irmaam D. Leonor mulher que foi de João Gomes de Lemos Senhor da Trofa e no anno de mil e setecentos e hum seu quarto netto Jorge de Cabedo de Vasconcellos mandou fazer a Sua custa o pavimento desta cappella. (...) Tem por armas no escudo asima no n.º 1 tres flores de Lix no 2.º huma caldeira com aza por sima e argola e ao pe huma bandeira no 3.º tres (?) abertos e no 4.º hum pinheiro com hum Leão sobindo a elle tem elmo por sima do escudo e por sima do elmo hum Leam”.

necessario para se ajoelhar na forma *que* pedir a obra da ditta Capella e o degraoh hade // ser de focinho de boy com seu filette (...) ²⁷

realizado “na forma do risco de João Antunes”, expressão utilizada no documento, terá estado na origem da hipótese desse arquiteto ter sido o autor de obras no palácio.

Uma das ideias que a historiografia tem perpetuado, originalmente veiculada por Falcão Machado²⁸, casado com uma descendente da família Cabedo²⁹, é a de que o imóvel da “Casa do Corpo Santo” também pertenceu ao palácio. A ausência de fontes primárias e a constante alusão a essa ligação nos estudos produzidos sobre o edifício, alicerçada somente em hipóteses, levou-nos à procura de fontes coevas. O único indício que conseguimos apurar relativamente a essa possível ligação foi na descrição do registo do prédio n.º 6031 - correspondente ao palácio da família Cabedo. A sua leitura permitiu-nos então aferir que deste foram desanexados vários prédios que tornavam o complexo muito maior do que é hoje, e que a esse imóvel “acresceram a antiga Porta de São Jorge” que dava “passagem por baixo do Palácio Cabedo”, marcando o momento de esventramento do palácio para abertura da passagem pública, denotando claramente que a casa se estendia para sul, para o edifício que antecedia a dita casa da confraria de mareantes de Setúbal³⁰.

Quanto à referida casa do Corpo Santo, que se instalou nesse local em 1714³¹, como atesta a inscrição epigráfica constante no lintel da sua entrada, sabemos, através do seu registo predial, que teve anexado um “pequeno cubículo térreo (...) encravado no prédio 6031”, sendo portanto um imóvel aparentemente independente, ou um imóvel desanexado em época recuada, à qual já não conseguimos chegar³².

Não nos afastando do facto da “morada de casas” ser na realidade o que se pode designar por um edifício de maior volume e vários outros, de menor, onde possivelmente também residiam familiares (no sentido mais amplo do

²⁷ ADS, Cartório Notarial de Setúbal, *Livro de notas de Luís Pegas Sotto Maior e de André Dinis Pereira*, L.º 77, f. 149v.-151.

²⁸ Cf. MACHADO, Fernando Falcão - *op. cit.*, p. 249, mas também BRAGA, Paulo Drummond - *Setúbal medieval: séculos XIII a XV*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998. p. 396, nota 4, que refere que a sede da confraria do Corpo Santo foi trasladada para um espaço “que se julga ter pertencido à família dos Cabedos”, e *Imóvel de interesse municipal da Casa do Corpo Santo*. Setúbal: Gabinete dos Centros Históricos da Câmara Municipal, 2009.

²⁹ CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *op. cit.*, p. 31.

³⁰ Conservatória do Registo Predial de Setúbal (CRPS), L.º B-26, N.º 6031, f. 35v.

³¹ Acerca desse edifício Almeida Carvalho refere alguns aspetos curiosos, que nos dão uma dimensão diferente do que terá sido no século XVIII: “A frente principal do edifício no fundo do pátio, tem quatro janellas sacadas, com grades de ferro, e sobre ellas **um nicho com a imagem de S. Pedro Gonçalves Telmo**. Esta frente olha para o Sul. A da parte do nascente apenas tem duas janellas de peitoril (...)”; “Em 11 de fevereiro de 1733 se dizia que foram postas no pátio da entrada da casa 7 jasmineiros, ou movelleiros [noveleiro], e outros tantos aroeiros [aroeiras] ou movelleiros em volta do dito pátio, e no meio 1 socomodo [sicómoro], 2 arvores do paraíso e 1 moveleiro ou aroeiro”; “No edifício da corporação ainda existe a capella particular de S. Pedro Gonçalves Telmo, obra mui vistosa, e de bem fabricada talha dourada, junta à mesma capella está uma espaçosa e nobre sala, denominada casa do despacho, e **onde estava um oratório**” (negritos nossos); cf. ADS, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Casa do Corpo Santo (1840-1897)*, PT/ADSTB/PSS/APAC/B/0002, f. 80-82.

³² CRPS, L.º B-37, N.º 10260, f. 71v.

termo), importa também salientar que nos livros de lançamento das Décimas de Setúbal, da freguesia de Santa Maria da Graça, particularmente naquele de 1762, só consta no f. 23, na “Rua do posso do concelho pelo lado esquerdo”, uma “Propriedade de cazas de Jozé Bruno de Cabedo que esta arruinada e cahida maior parte della”, e outra propriedade de casas da mesma pessoa, que consta nessa data de “huma loge e um andar”, respetivamente nos nr.^{os} 1 e 5³³. No mesmo documento compreende-se claramente a questão do aglomerado de propriedades e a diversidade de proprietários, pois, intercaladas com estas pertenças encontramos com os nr.^{os} 2, 3 e 4 as casas pertencentes à capela que era administrada por José Correia de Mendanha e um forno pertencente à Ordem de Santiago³⁴. Já na “Rua do posso do concelho pelo lado esquerdo” com os nr.^{os} 4 e 5, são declaradas também “Propriedades de cazas cahidas e hum Lagar de azeite de Joze Bruno de Cabedo” e “Propriedade de cazas nobres de Joze Bruno de Cabedo aruinada por terra e huma loge”, a par das casas de Vicente Gonçalves Tendeiro, de José António de Vasconcelos e Sousa e de Boaventura Proost³⁵. Corrobora ainda a indicação da casa estar arruinada, a informação constante na mesma tipologia documental, do sítio de Aranguês, onde se pode ler, no elenco de barracas, que a nr.^o 7 era de “do Tenente Coronel Joze Bruno de Cabedo que está no Exercito vive nella a sua familia e vale de renda vinte mil réis”³⁶.



Figura 2 Vista do largo do Poço do Concelho, com o palácio da família Cabedo ao fundo. Coleção Américo Ribeiro, 1939. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal. AR896.

³³ ANTT, Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos prédios urbanos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762, f. 23.

³⁴ Trata-se possivelmente do mesmo forno que consta de uma mercê feita a Baltasar de Abreu de Cabedo pelos seus serviços nas Armadas, em 1643, referido como “Forno de Palhais”; cf. ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, L.^o 12, f. 15v.-16.

³⁵ ANTT, Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos prédios urbanos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762, f. 23v. e 24.

³⁶ ANTT, Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos arruamentos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762, f. 126v.



Figura 3 Pormenor das marcas decorrentes da justaposição do volume demolido que se observa na Figura 2, à esquerda, onde se nota a marcação no reboco das duas pendentes do telhado sobre a janela. Fotografia da autora.

Embora o edifício conhecido como palácio Cabedo tenha chegado ao séc. XIX com uma dignidade muito diferente daquela que hoje exhibe, a saber pelos inventários *post-mortem* de José Bruno de Cabedo, de 1850³⁷, e de Jorge de Cabedo Vasconcelos, barão de Zambujal, lavrado a 11 de junho de 1895³⁸, onde a diversidade de bens móveis é indicadora da abastança e do requinte que enformavam os interiores do palácio, a casa ter-se-á começado a degradar no final dessa centúria. Dessa panóplia de objetos, a saber: mesas de vinhático, cadeiras, *etageres*, camas completas, cómodas, pratos, utensílios de cozinha e outros, destacam-se pelo exotismo e raridade, um serviço de loiça do Japão, uma cascata de jaspé guarnecida com flores de concha com sua manga de vidro e pinha pintada de verde, um contador do Japão, e pintura diversa de que salientamos dois quadros da família pintados a óleo sobre tela, com molduras douradas: um quadro que representava *Suzana (e os velhos ou e o banho)* e um outro que representava uma *Senhora com um Menino ao colo*.

Do segundo inventário, igualmente diversificado no que a tipologias de mobiliário diz respeito, mas menos aparatoso, consta ainda uma descrição dessa propriedade urbana, onde se fica a saber que nessa data era constituída pelo palácio “sito no Largo do Poço do Concelho” com os números de policia 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 13 e 14 para o dito Largo, com o número 1 para a Rua da Conceição (atual Avenida 5 de Outubro), com o número

³⁷ Arquivo Municipal de Setúbal (AMS), Fundo Cabedo, Cx. 1326, *Doc. 181* (Documento 1).

³⁸ ADS, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 99-104 (Documento 2).

88 para a Praça do Quebedo e o número 6 para a Travessa do Corpo Santo. Na mesma explicação, é-nos ainda dado conta que o edifício principal era composto por rés-do-chão, primeiro e segundo andares, jardim, pátio, cavalariça, armazéns e outras arrecadações.

Em 1889, segundo escritura lavrada a 15 de junho, entre Jorge Cabedo e Vasconcelos e D. Teresa de Sande e Castro, e Gustavo Adolfo Ahrens Herlitz e D. Ana Carolina Ahrens Correia, o palácio é alvo de arrendamento aos segundos intervenientes³⁹, sendo também em 1895 aforado em parte a Joaquina Rita Pardela e a Cristiano Gerardo⁴⁰. Estas ocorrências, que coincidem temporalmente com a desatenção que é dada ao imóvel, preconizaram o que viria a ser o seu destino no século XX.



Figura 4 Praça de Quebedo. 1908. Coleção Cunha Bento.

³⁹ ADS, Cartório Notarial de Setúbal, *L.º de notas de Libânio Tomás da Silva, L.º B 37, f. 71v.*

⁴⁰ ADS, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos, 1.º vol., f. 99-104 (Documento 2).*

Do conjunto em análise, salientamos sobretudo o facto de este resultar da justaposição de dois corpos: um sensivelmente quadrangular, com vários pisos e tipologicamente enquadrável numa casa-torre do sul do país⁴¹, possivelmente de finais de Quinhentos ou inícios de Seiscentos, e um outro, retangular, virado a nascente e encostado à muralha⁴², inicialmente com um só piso, onde se procurou, dentro dos programas estéticos de Seiscentos, regularizar a fachada. Esse propósito terá sido muito provavelmente motivado pelo facto de nesse local terem começado a florescer alguns complexos religiosos de grande dimensão, que fechavam a praça (a sul com o estabelecimento da Companhia de Jesus e a nascente com a fixação dos Agostinhos Descalços).

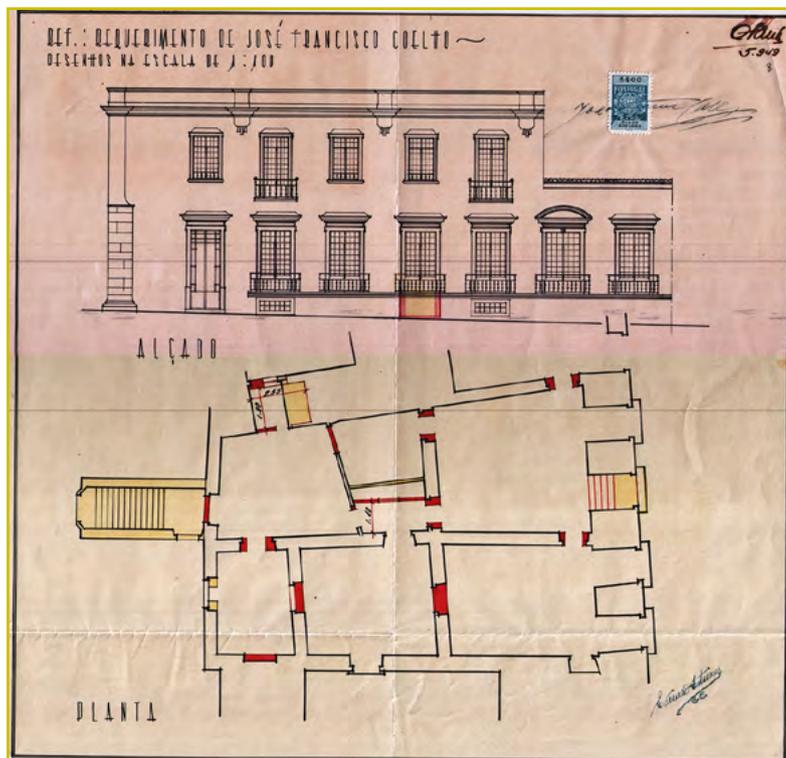


Figura 5 Planta do palácio de Setúbal. AMS, Processo de obra n.º 5/49.

⁴¹ Sobre esta questão consultem-se algumas obras gerais que contextualizam o assunto como AZEVEDO, Carlos - *Solares portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969; MALTA, Marize; MENDONÇA, Isabel M. G., org. - *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2013-2014; MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize, coord. - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2014 e CARITA, Hélder - *A casa senhorial em Portugal*. Alfragide: Leya, 2015. Veja-se ainda, mais especificamente, os estudos de: SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995; CALDAS, João Rosa Vieira - *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa: [s.n.], 2007. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, e TERENO, Maria do Céu; MONTEIRO, Maria Filomena; PEREIRA, Marízia - Cartografia e iconografia antigas no processo evolutivo das torres medievais, civis e religiosas na cidade de Évora - Portugal. In SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6, Braga, 2015 - *Actas*. Braga: Universidade do Minho, 2015. p. 169-191.

⁴² Como se depreende pelos 2 metros de espessura das paredes exteriores e através da leitura da *Planta da Vila de Setuval*, de Maximiano Jozé da Serra, de 1804. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Direção de Infraestruturas.

Esse último bloco, que compreendeu o “piso nobre”, apresentou um conjunto de nove janelas de molduras retas, interrompidas por uma, central, rematada superiormente por um frontão semicircular, como se depreende através de dois registos fotográficos do início do séc. XX, um deles datado de 1915⁴³. Aliás, o projeto de modificação, o único que se localizou sobre essa construção, menciona que o proprietário em 1949 era José Francisco Coelho⁴⁴, que possivelmente se desfez rapidamente do imóvel, uma vez que a partir de 1952 este figurou como propriedade de Joaquim Pedro Madeira, que o arrendou nessa data ao então Ministério das Corporações e Previdência Social, revela que parte do imóvel foi parcialmente aumentado num andar, rasgando-se duas portas para Palhais, uma delas que regularizou a fachada do edifício no local onde outrora fora trespassado pela já mencionada Porta de São Jorge. O mesmo projeto confirma-nos ainda que foi durante algum tempo preservada a ideia do “palácio do poço do concelho” com entrada por esse local, como evidencia o desenho de uma escada pelo lado poente do edifício, e que é corroborada através de uma fotografia da coleção de Américo Augusto Ribeiro (1906-1992), à guarda do Arquivo homónimo⁴⁵.

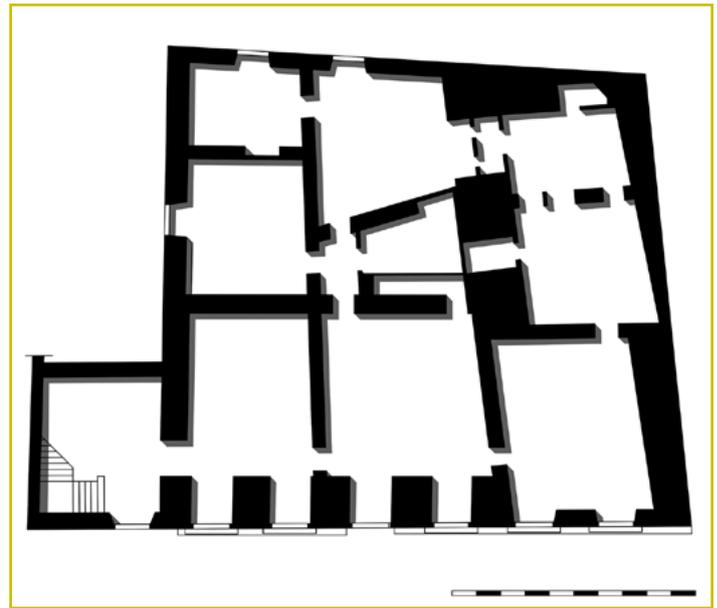


Figura 6 Reconstituição do palácio de Setúbal, que teve por base a planta do processo de obra n.º 5/49 do AMS. Inês Gato de Pinho. 2016.

⁴³ Estes dois registos também se podem observar na publicação LOPES, José Manuel Madureira - *Setúbal à la minute através do bilhete postal ilustrado*. Setúbal: [s.n.], 1999. p. 37.

⁴⁴ Projeto de modificação de interior de um edifício, sito no Largo do Paço do Poço do Concelho e Praça de Quebedo. Tem incorporados os processos 5/A (modificação interior de um edifício), 5/B (reconstrução de uma cobertura). Contém 4 plantas, requerimentos, memórias descritivas, informações, licença para obras, taxas para vistoria de prédios, auto de vistoria, licença para habitação e ocupação de prédios, totalizando 26 fls. Proprietário: José Francisco Coelho; técnico responsável: José Guilherme dos Santos - construtor civil. AMS, *Processo de obra n.º 5/49*.

⁴⁵ *Vista do Largo do Poço do Concelho, com o palácio da família Cabedo ao fundo*. Coleção Américo Ribeiro, 1939. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal. AR896.



Figura 7 *São Jorge e o dragão*. Azulejos do século XVIII. Palácio da família Cabedo (Setúbal). BA-FCG, João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970.[CFT009.2494n.ic].

Anterior a essa data é o apeamento de vários conjuntos azulejares que se encontravam no imóvel, por parte da Câmara Municipal de Setúbal⁴⁶, a saber: o já mencionado registo alusivo a São Jorge e um painel com cenas da vida do Condestável, com registos fotográficos fixados pelo engenheiro João Miguel dos Santos Simões, disponibilizados no site da Biblioteca da Arte da Fundação Calouste Gulbenkian⁴⁷.

AS “CASAS DE MORADA” DE LISBOA

Embora desconheçamos a data exata da construção da casa de Lisboa que sabemos estar ligada à família Cabedo, localizada na rua Eduardo Coelho, antiga rua dos Cardais ou rua Nova dos Cardais, da freguesia das Mercês, certos são alguns factos e datas que passaremos a indicar. Com efeito, sabe-se que vários ramos desta família possuíram terrenos e imóveis ao Bairro Alto. Uma das primeiras informações que nos chega é a de que em 1611 a família Carvalho adquire casas em local próximo onde se viria a configurar a propriedade que envolvia o palácio

⁴⁶ Cf. ENVIA, João Francisco - *Setúbal, a cidade dos leais vassallos*. Setúbal: Edição do Autor, 2000. p. 65.

⁴⁷ Um registo azulejar com a representação de *São Jorge e o dragão* e um silhar com uma representação da *Vida de D. Nuno Álvares Pereira*. Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian (BA-FCG), João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. CFT009.2494n.ic e CFT009.2493n.ic.

dessa família na rua Formosa, a Bartolomeu de Cabedo de Vasconcelos⁴⁸, possivelmente ascendente de Troilo de Vasconcelos [da Cunha], pai do também conhecido Bartolomeu de Vasconcelos, constantemente referidos como proprietários de uma morada de casas na rua de São Boaventura⁴⁹. A 17 de junho de 1709 Jorge Cabedo de Vasconcelos [da Cunha] pede cordeamento às casas em que vive junto ao recolhimento dos Cardais, o que indica que se encontrava a reformular esse edifício⁵⁰, e em 1722 temos notícia do mesmo proprietário habitar o local, juntamente com D. Joaquina Maria de Meneses e uma quantidade considerável de familiares, criados e escravos, e ainda com o seu conterrâneo D. Francisco Vanicheli. Entre 1724 e 1730 é Inácio de Cabedo e Vasconcelos quem vive nesse sítio, encontrando-se entre 1731 e 1733 o mesmo devoluto. Em 1738, antes de ter partido para Inglaterra, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) vive nesse local, juntamente com a sua mulher e



Figuras 8 e 9 Palácio de Lisboa. Fotografias da autora.

⁴⁸ Vide *Palácio Pombal / Palácio dos Carvalhos. Ficha IPA.00003163* [Em linha]. Lisboa: SIPA, 2001 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3163. Sobre os domínios da família no Bairro Alto consulte-se também GALVÃO-TELLES, João Bernardo; SEIXAS, Miguel Metelo de - *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º conde de Oeiras, 1.º marquês de Pombal: memória genealógica e heráldica nos trezentos anos do seu nascimento: 13 de Maio de 1699 - 13 de Maio de 1999*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1999; JANEIRO, Helena Pinto; MIRANDA, António - O Palácio de Pombal e o morgado da rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras. *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos. N.º 21 (set. 2004), p. 263-265 e ARAÚJO, Renata - O terramoto e a integração do Bairro Alto nos planos pombalinos. In CARITA, Hélder (coord.) - *Bairro Alto: mutações e convivências pacíficas*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2013. p. 65-74.

⁴⁹ Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, *Róis de confessados da freguesia das Mercês, 1687-1755*.

⁵⁰ AML, *Livro de cordeamentos de 1705-1709*, s. nr.º f.



Figura 10 Pormenor da planta n.º 42 do *Atlas da carta topográfica de Lisboa*. Filipe Folque, 1856-58. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PUJ/05/01/44.

irmãos⁵¹, o que já indicia uma prática de empréstimo do espaço. A partir desse momento a família Cabedo volta a habitar a casa. Primeiramente D. Joaquina Maria de Meneses com seus filhos e depois Caetano José de Cabedo e Vasconcelos, até 1800⁵².

Apesar de não sabermos quais os danos causados pelo megassismo de 1 de novembro de 1755, as “Cazas da dita rua [Nova dos Cardais] para sima pela do Norte” voltam a ser mencionadas num manuscrito do “Juízo da Inspeção dos Bairros”, datado de 15 de dezembro desse ano, onde se menciona o seguinte: “No principio da dita Rua por estas partes [es]tão três propriedades de Cazas de Jozé Bruno de Cabedo e Vasconcellos, em as quais vay contado, ou incluhido o seo Palacio e deste se seguem terras athe as cazas de Manoel de Faria”⁵³. Essa indicação, que não nos continua a fornecer quaisquer dados acerca da permanência da família no local, é efetivamente a primeira que utiliza a designação “palácio” para o imóvel. Em 1833, data extrema dos livros de *Arruamentos* da supracitada freguesia das Mercês, da *Décima da Cidade* de Lisboa, voltamos a conseguir nova referência ao imóvel, com os nr.ºs 10 a 12 da Rua aos Cardaes de Jesus, designado como “Propriedade de Manoel Joaquim dos Santos”,

⁵¹ SANTANA, Francisco - A Lisboa de Pombal. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.º Série N.º 13 (1985), p. 3-20; sobre este aspeto em concreto vide p. 6.

⁵² Informações resgatadas dos *Róis de confessados da freguesia de Santa Catarina*; publ. por SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *op. cit.*, p. 158-159.

⁵³ ANTT, Feitos Findos, *Juízo da Inspeção de Bairros*, L.º 4, f. 60v.

foreira a Jorge de Cabedo em 5.920 réis⁵⁴. Infelizmente, entre essa data e 1858, ano da realização da planta n.º 42 do *Atlas da carta topográfica de Lisboa*, realizada sob orientação de Filipe Folque, desconhece-se o estado do edifício, bem como se foi habitado ou se se encontrou devoluto⁵⁵. Todavia, na anterior planta constatamos que o local aparece cromaticamente destacado da restante malha urbana com a legenda “Asylo de Infância”. Ao que parece, o local nessa data deveria estar arrendado a essa instituição, e mais tarde ao colégio Calipolense, segundo referência do olisipógrafo Norberto de Araújo⁵⁶.

Em 1895, aquando do inventário *post-mortem* de Jorge de Cabedo Vasconcellos, no ativo da comarca de Lisboa (4.ª vara) o imóvel é referido na freguesia das Mercês, juntamente com outros, do seguinte modo: “1 Casa composta de rez-do-chão, 1.º e 2.º andar, na rua Eduardo Coelho, N.ºs 98 a 110 - Foreira em 130.000 rs annuaes”, “1 casa composta de rez-do-chão, 1.º e 2.º andar, na rua Eduardo Coelho, N.ºs 112 a 128 - Livre” e na mesma freguesia alude-se ainda a três foros em casas na rua das Adelas e na rua de S. Marçal⁵⁷. Na avaliação efetuada a 28 de maio de 1898 o primeiro edifício, aquele em apreço e em cuja fachada remanescem ainda algumas características anteriores ao século XIX, este é qualificado como:

Uma propriedade urbana, composta de rez do chão, primeiro e segundo andares, situada na rua Eduardo Coelho, com os n.ºs 98 a 110, foreiro em cento e trinta mil reis annuaes, confronta do norte com quintaes, sul com a rua Eduardo Coelho, nascente com o predio n.º 96 e poente com predio do casal. (...) O mesmo 98 é escada que dá serventia ao rez-do-chão, que tem quatro janellas com os n.os 100 a 106 e rende annualmente a quantia de sessenta mil reis. O /f. 326 v.º/ primeiro andar rende annualmente a quantia de cento e dez mil reis.

O n.º 108 é porta que dá serventia do primeiro e segundo andar que rendem annualmente quatrocentos e vinte mil reis e o n.º 110 é a loja que rende annualmente trinta e seis mil reis (...) ⁵⁸.

Todavia, a verdadeira confirmação da instalação do já mencionado colégio Calipolense chega-nos através do processo de obras do imóvel, com o n.º 5515, à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, onde esse estabelecimento se percebe na leitura de um requerimento datado de 19 de abril de 1947.

⁵⁴ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Freguesia das Mercês, *Arruamentos*, DC 786 Ar, f. 67.

⁵⁵ AML, FOLQUE, Filipe - *Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 42*. 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/44.

⁵⁶ ARAÚJO, Norberto de - *op. cit.*, p. 45: «O edifício onde assenta o Colégio Caliponense foi o do antigo palácio dos Cabedos (Zambujais), viscondes do título, e deve remontar aos fins do século XVII. Em 1717 morava ali Jorge Cabedo de Vasconcelos; hoje o prédio pertence a D. Maria Francisca Cabedo Garcia, descendente daquele. O Colégio Caliponense foi fundado em 1887 na Rua da Vitória por António Luiz Fernandes, e instalou-se neste prédio em 1897; pertence a Anacleto Fernandes, seu director”.

⁵⁷ ADS, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 2.º vol., f. 325.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, f. 326 e 326v.

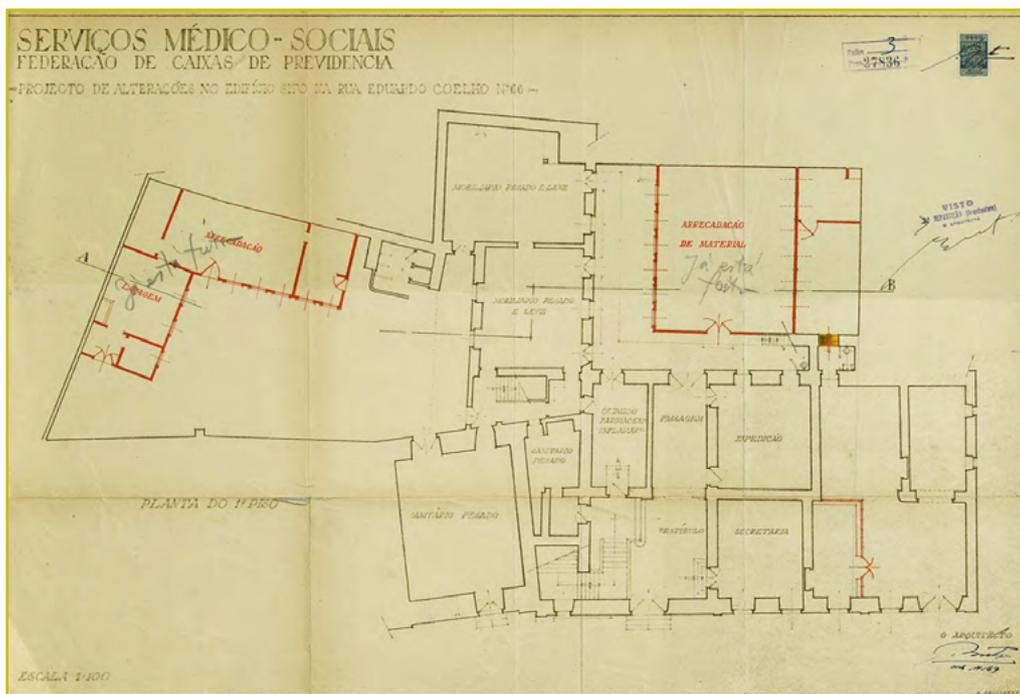


Figura 11 Planta do palácio de Lisboa. AML, *Obra n.º 5515*, Processo n.º 27836/DAG/PG/1949, f. 3.

Entre 17 de junho de 1949 e o ano de 1959 encontraram-se por sua vez aí instalados os Serviços Médicos-Sociais das Caixas de Previdência, que requereram licença para construir um anexo no logradouro, e, em 1968, o imóvel encontrava-se já em franca degradação, sendo a partir dessa data efetuadas várias intimações à proprietária, uma descendente direta de José Bruno de Cabedo de Vasconcelos, hoje do ramo Cabedo Garcia, a fim de proceder a obras de beneficiação⁵⁹.

Quanto ao edificado em si, importa-nos sublinhar que o que hoje se observa resulta claramente da justaposição de um volume paralelepípedo a uma torre mais antiga, aparentemente uniformizados no que ao seu aspeto diz respeito, a saber: revelando regularização de reboco e utilização de cantarias de cortes similares em lioz. O facto dessa tipologia arquitetónica não coincidir com os limites de nenhuma das muralhas da cidade, ao invés do que acontece com o caso do palácio Azurara, às portas do Sol, ou com o palácio Belmonte, afasta-nos da possibilidade de reaproveitamento de um torreão fortificado, deixando-nos a possibilidade da inclusão de um torreão de natureza civil, menos usual no contexto urbano da cidade de Lisboa.

Quanto à fruição que a família experimentou neste local, e ao invés do que se alcançou para a casa de Setúbal, onde se conseguiu, através de inventários de bens móveis, compreender como vivenciavam o espaço, só através

⁵⁹ AML, *Obra n.º 5515*, Processo n.º 27836/DAG/PG/1949, f. 3.

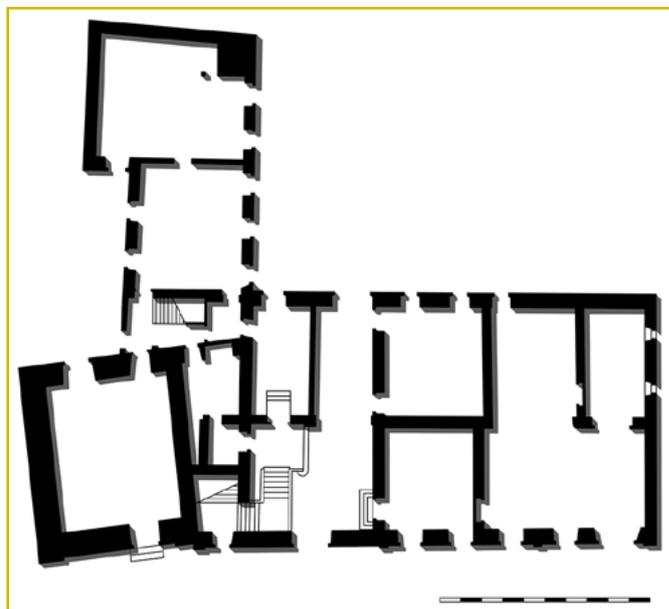


Figura 12 Planta de reconstituição do palácio de Lisboa, tendo por base as plantas do processo de obra n.º 5515 do AML. Inês Gato de Pinho. 2016.

de um conjunto de memórias resgatadas de documentação familiar, intituladas “Lembranças particulares do anno de 1804”⁶⁰, é que se depreendeu que no início do século XIX os Cabedo tomaram o local como ponto de partida para uma série de encomendas artísticas na capital. Uma parte significativa dessas encomendas foram carruagens novas: uma “de almufada da ultima moda Com 4 Roldanas estrivos da moda de meter dentro da caixa” adjudicada ao mestre carpinteiro Patrício José⁶¹; “huma Caixa de Portas Com o Carpinteiro Matias Luis qual mora á Anunsiada, pelo preso de 13 moedas”⁶²; “huma caixa de portas da moda, Com seu banquinho prazavão de madeira por preso de 9 moedas de oro” encomendada ao “Mestre Carpinteiro de Caxas xamado Romão que mora á Anunsiada”⁶³ e “1 Sege de buleija Com pintura e tudo conserto de areijos tirados de humas guarnisoins de Traquitana, e feitos para a seje”⁶⁴. A encomenda destes meios de locomoção implicou ainda contratos com o “Mestre Curieiro João Batista o qual tem loja o pe do arco debaxo de São Visente de Fora” que guarneseu uma “Caixa de portas”⁶⁵, com o “Mestre Serigueiro, e Sargento de Melicias da Corte morador ao pe do Cruzeiro de

⁶⁰ AMS, Fundo Cabedo, Cx.1326, Mç. 4, f. 21 e ss. Embora este conjunto de informações não esteja assinado, é prova da sua ligação à família Cabedo a lembrança, constante no f. 43, de que o seu autor entregou a sua mãe um conjunto de alvarás sobre os seus ascendentes que testemunhava “serem verdadeiramente descendentes dos Verdadeiros Cunhas e Vasconcelos deste Reino”.

⁶¹ Idem, *ibidem*, Cx.1326, Mç. 4, f. 33v.

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ Idem, *ibidem*, f. 34.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, f. 51v.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, f. 34.

arajos” que fez “huma guarnição de galoins de Cadarso, para huma Caixa de portas nova”⁶⁶, com o “Mestre Pintor Joze da Silva do Ó mora na Rua da Pursição ó pé do Abarracamento de penixe de fronte do Letrado Saturninho o pé de huma istansia de madeira” para o dito mestre pintar “huma Caixa nova de portas de mejo pulimento o jogo pintado de Vermelho Com filetes até pelas rodas muito bem envernizado”⁶⁷ e com o mestre pintor António José Nunes Vieira, “asiste e tem loja na Rua da Comseição, de baxo, Freguezia de São Joze Número 61 e 62”, para pintar “hum Caxão de portas de mejo pulimento, Com as armas em pavilhão nas portas, e no pajnel de tras, com sifra no mesmo pavilhão, o jogo pintado Cor de laranja com seus filetes, e emvernizado muito a *minha* Vontade”⁶⁸.

NOTA FINAL

Acerca dos dois imóveis que a família Cabedo de Vasconcelos implantou em Setúbal e Lisboa importa assinalar alguns aspetos que se prendem com a diferença de abordagem metodológica levada a cabo, com pontos divergentes entre edifícios, e com aqueles comuns. Assim, oferece-nos afirmar em primeiro lugar que embora compreendendo claramente, através da análise documental, a importância que esta Casa teve, o estudo destes dois aglomerados habitacionais tão distintos (o de Setúbal, mais orgânico e intrincado, e o de Lisboa, de maior ortogonalidade e conseqüentemente de mais fácil interpretação) requereu métodos de trabalhos diferentes, para solucionar ocupações distintas. Em segundo lugar, importa esclarecer que no caso do imóvel de Setúbal, não só se conseguiu aprofundar a história entre 1613 e o século XX, como comprovar a única ligação resgatada de fontes primárias que o edifício teve com a Casa do Corpo Santo, bem assim como a sua constante ocupação por parte da família, até ao limiar do século passado. Já no caso do imóvel de Lisboa, onde a data de 1709 foi a primeira que conseguimos fixar, a descontinuidade que reconhecemos face à sua ocupação por parte dos Cabedo, leva-nos a relegar esta “morada de casas” para a esfera das habitações secundárias. Todavia, em ambos os casos reconhecemos, no que a pontos comuns concerne, e não nos esquecendo da dificuldade de interpretação da forma como esses imóveis se organizaram interiormente que ambos suscitam, que os dois surgiram da justaposição de parcelas, a partir de casas-torre de matriz quinhentista. Se no caso do palácio de Setúbal se conseguiu recuar a permanência da família Cabedo de Vasconcelos até ao século XV, e em Lisboa até ao séc. XVI, época em que Miguel de Cabedo de Vasconcelos ocupou vários cargos ligados à Administração Pública, nomeadamente de vereador do Senado da Câmara, a informação recolhida não nos dá a indicação das primeiras residências que ocuparam em Setúbal, nem tão-pouco se, no caso de Lisboa, Miguel de Cabedo possuiu algum bem de raiz nas proximidades de Vila Nova de Andrade. Trata-se portanto de um estudo inacabado, onde persistem questões em aberto, mas que, em todo o caso, revelam a importância das famílias que adquiriram, transformaram e habitaram estes palácios.



⁶⁶Idem, *ibidem*.

⁶⁷Idem, *ibidem*, f. 34v.

⁶⁸Idem, *ibidem*, f. 38.

ANEXOS

DOCUMENTO 1

Inventário *post-mortem* de José Bruno de Cabedo (1850)

Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo Cabedo, Cx.1326, *Doc. 181*. Transcrição nossa.

“Continuação da Descrição dos Bens principiada a fl. 43 v.^o

Apertada = Aos 13 de Novembro de 1851 continuou se na descrição dos Bens e suas Avaliações pela Certidão dos Louvados e Avaliadores que me foi dada e vai junta a fl. 5 do 2.^o Appenso do que foi este termo. E eu L. J. de A. L. do P. do Valle o escrevi

Moveis

N.^o 2 = Dois quadros da Familia pintados a olio em pano molduras douradas *muito* uzados avaliados na *quantia* de 2.400 réis

N.^o 3 = Hum quadro que representa Suzana aaliado em 1.200 réis

N.^o 4 = Hum dito que representa huma Senhora com hum Menino ao Colo aaliado em 1.200 réis

N.^o 5 = Dois ditos que representam Paizagem aaliado em 2.880 réis

N.^o 6 = Huma Jardineira de madeira de murta com pé em feitio de Peramede estrado recortado e garras da mesma madeira com pedra preta avaliada em 2.880 réis

N.^o 7 = Huma dita com columna em feitio outauado com 4 pés recortados - pedra alvadia *muito* uzada avaliada em 2.400 réis

N.^o 8 = 14 Cadeiras e 1 Canapé com assentos de palinha com a taboa da costa em feitio de Lira *muito* uzadas = 5.400 réis

N.^o 9 = 9 Cadeiras e 1 Canape de madeira de Caixa com assentos de Palinha tendo na Costa a taboa recortada *muito*

uzadas avaliadas em 3.900 réis

N.º 10 = Hum Candieiro pequeno de latão bronzeado com globo quebrado na quantia de 600 réis

N.º 11 = 4 Bancas para jogo de madeira de murta com 4 pés cada huma com pano verde = em 3.200 réis

N.º 12 = 2 jarras de Vidro azul ordinarias em 400 réis

N.º 13 = Hum Relojo de cima de meza com caixa de Jaspe guarnecido com flores de concha = em 3.600 réis

N.º 14 = Huma cascata de Jaspe guarnecida com flores de concha com sua manga de Vidro e pinha pintada de Verde em 1.200 réis

N.º 15 = Huma Jarra pequena de Vidro coalhado com hum Ramo de flores feito de conchas e manga de Vidro quebrada: em 600 réis //

N.º 16 = Dois pares de Castiças de casquinha lavrada com pés redondos em 1.000 réis

N.º 17 = Dois pares de Castiças pequenos de Vidro fendido com seus Cabeches em 1.440 réis

N.º 18 = Hum Lustre de Vidro lapidado para seis lumes feito antigo em 2.400 réis

N.º 19 = 12 Cadeiras e 1 Canape de madeira de murta com assentos de palhinha feito antigo muito uzadas em 3.840 réis

N.º 20 = Huma Banca para jogo folheada de páo *santo* muito ordinaria em 300 réis

N.º 21 = Huma Banca de pé de gallo de páo *santo* com o tampo em feito redondo com defeito em 480 réis

N.º 22 = Aparadores com aba de madeira de Vinhatico uzados em 4.800 réis

N.º 23 = 2 Bancas para jogo sendo huma folheada a páo *santo* e a outra de Espinheiro ambas em muito máo estado em 2.400 réis

N.º 24 = Huma meia Comoda madeira de Vinhatico com 2 Gavetas grandes e duas pequenas com puxadores de páo *santo* e escudetes de [la]tão em 1.440 réis

N.º 25 = Hum Bau coberto de Couro de 4 palmos por dois com 1 fexadura = em 600 réis

N.º 26 = Hum dito de 6 palmos por 2 = e meio com 2 fexaduras = 480 réis

N.º 27 = Huma Meza para Cozinha de madeira de pinho com sua gaueta muito ordinaria: em 1.200 réis

N.º 28 = 3 caçarolas de lebre de diferentes tamanhos em 1.200 réis

N.º 29 = 2 copos para agoa ordinarios = em 160 réis”

DOCUMENTO 2

Inventário *post-mortem* de Jorge de Cabedo Vasconcellos, barão de Zambujal. Palácio de Setúbal.

Arquivo Distrital de Setúbal, Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º vol., f. 99-104. Transcrição nossa.

“Descrição de bens

Aos onze do mes de junho de mil oitocentos nouenta e sinco, n`esta cidade de Setubal, em meu escriptorio, e em presença das relações de bens e certidões d`avaliação que antecedem, passo a fazer a descrição de bens em verbas numeradas com designação de valores pela fórmula seguinte:

Bens situados na comarca de Setubal

Mobiliario (Ver a f)

no palacio do Poço do Concelho

N.º 1 (Salla)

Um canapé estofado, avaliado em des mil reis⁶⁹.

N.º 2

Quatorze cadeiras de braços estofadas, todas avaliadas

/ f. 99 v./

Transporte⁷⁰

em setenta e dous mil reis, digo em setenta mil reis⁷¹.

⁶⁹ À margem direita: “10.000”.

⁷⁰ À margem esquerda: “10.000”.

⁷¹ À margem esquerda: “70.000”.

N.º 3

Dous armarios de pau santo avaliadas em quarenta e cinco mil reis⁷².

N.º 4

Dous candieiros de globo, avaliados em tres mil reis⁷³.

N.º 5

Uma meza de pau sancto para centro, avaliada em vinte e sete mil reis⁷⁴.

N.º 6

Uma etagère, avaliada em oito mil reis⁷⁵.

N.º 7

Um contador do Japão, avaliado em nove mil reis⁷⁶.

N.º 8

Um contador de pau santo, avaliado em treze mil e quinhentos reis⁷⁷.

Somma⁷⁸

/ f. 100 /

Transporte⁷⁹

N.º 9

Uma commoda de vinhatico, avaliada em treze mil e quinhentos reis⁸⁰.

⁷² À margem esquerda: "45.000".

⁷³ À margem esquerda: "3.000".

⁷⁴ À margem esquerda: "27.000".

⁷⁵ À margem esquerda: "8.000".

⁷⁶ À margem esquerda: "9.000".

⁷⁷ À margem esquerda: "13.500".

⁷⁸ À margem esquerda: "185.500".

⁷⁹ À margem direita: "185.500".

⁸⁰ À margem direita: "13.500".

N.º 10

Dous quadros antigos avaliados em dezoito mil reis⁸¹.

N.º 11

Um espelho de parede, avaliado em treze mil e quinhentos reis⁸².

No escriptorio.

N.º 12

Tres estantes com livros de diversos autores; tudo avaliado em cento e trinta mil reis⁸³.

N.º 13

Uma secretaria avaliada em sete mil reis⁸⁴.

N.º 14

Um armario, avaliado

Segue⁸⁵

/ f. 100 v. /

Transporte⁸⁶

em treze mil e quinhento reis⁸⁷.

N.º 15

Uma meza de centro, avaliada em seis mil reis⁸⁸.

N.º 16

Uma meza de jogo avaliada em quinze mil reis⁸⁹.

⁸¹ À margem direita: "18.000".

⁸² À margem direita: "13.500".

⁸³ À margem direita: "130.000".

⁸⁴ À margem direita: "7.000".

⁸⁵ À margem direita: "367.500".

⁸⁶ À margem esquerda: "367.500".

⁸⁷ À margem esquerda: "13.500".

⁸⁸ À margem esquerda: "6.000".

⁸⁹ À margem esquerda: "15.000".

N.º 17

Sete cadeiras com assento de palhinha, avaliadas todas em dez mil reis⁹⁰.

N.º 18

Uma commoda, com tampo de pedra, avaliada em treze mil e quinhentos reis⁹¹.

N.º 19

Um relógio de parede, avaliado em oito mil reis⁹².

N.º 20

Um tinteiro e vinte e quatro quadros diversos; tudo avaliado em dez mil e cem reis⁹³

Segue⁹⁴

/ f. 101 /

Transporte⁹⁵

Na casa de jantar

N.º 21

Um candieiro de suspensão avaliado em quatro mil reis⁹⁶.

N.º 22

Uma meza de vinhatico para jantar, em oito mil reis⁹⁷.

N.º 23

Doze cadeiras, todas avaliadas em Doze mil reis⁹⁸.

⁹⁰ À margem esquerda: "10.000".

⁹¹ À margem esquerda: "13.500".

⁹² À margem esquerda: "8.000".

⁹³ À margem esquerda: "10.100".

⁹⁴ À margem esquerda: "443.600".

⁹⁵ À margem direita: "443.600".

⁹⁶ À margem direita: "4.000".

⁹⁷ À margem direita: "8.000".

⁹⁸ À margem direita: "12.000".

N.º 24

Um trinchante com pedra, avaliado em seis mil reis⁹⁹.

N.º 25

Um aparador com tampo de pedra, em nove mil reis¹⁰⁰.

N.º 26

Duas mezas com pedra, avaliadas em doze mil reis¹⁰¹.

N.º 27

Um serviço de louça para jantar, avaliado em vinte mil reis¹⁰².

Segue¹⁰³

/ f. 101 v. /

Transporte¹⁰⁴

N.º 28

Um serviço de vidros, avaliado em quinze mil reis¹⁰⁵.

N.º 29

Um serviço de louça para chá, em doze mil reis¹⁰⁶.

N.º 30

Um serviço de louça Japão para almoço, avaliado em vinte e sete mil reis¹⁰⁷

N.º 31 - Joias - (Ver f)

⁹⁹ À margem direita: "6.000".

¹⁰⁰ À margem direita: "9.000".

¹⁰¹ À margem direita: 12.000

¹⁰² À margem direita: "20.000".

¹⁰³ À margem direita: "514.600".

¹⁰⁴ À margem esquerda: "514.600".

¹⁰⁵ À margem esquerda: "15.000".

¹⁰⁶ À margem esquerda: "12.000".

¹⁰⁷ À margem esquerda: "27.000".

Uma duzia de talheres de prata completos, com peso de tres mil e oitenta grammas, avaliados em cento vinte e sete mil e duzentos reis¹⁰⁸.

N.º 32

Uma concha de prata para sôpa pesando duzentas e sessenta e seis grammas, avaliada em des mil seiscentos e quarenta reis¹⁰⁹.

Segue¹¹⁰

/ f. 102 /

Transporte¹¹¹

N.º 33

Uma colher de prata para arroz, pesando duzentos e quinze grammas, avaliada em oito mil e seiscentos reis.¹¹²

N.º 34

Vinte e duas colheres de prata para chá, pesando trezentos e oitenta grammas, avaliadas em quatorze mil reis¹¹³.

Nos quartos

N.º 35

Quatorze camas completas, com leitos de ferro, avaliados cada um em sete mil reis, e todos em noventa e oito mil reis¹¹⁴.

N.º 36

Quatro commodas, sendo duas com tampos de pedra, em vinte e quatro mil reis¹¹⁵.

segue¹¹⁶

¹⁰⁸ À margem esquerda: "127.200".

¹⁰⁹ À margem esquerda: "10.640".

¹¹⁰ À margem esquerda: "706.440".

¹¹¹ À margem direita: "706.440".

¹¹² À margem direita: "8.600".

¹¹³ À margem direita: "14.000".

¹¹⁴ À margem direita: "98.000".

¹¹⁵ À margem direita: "24.000".

¹¹⁶ À margem direita: "851.040".

/ f. 102 v. /

Transporte¹¹⁷

N.º 37

Sete lavatorios de ferro, avaliados em dous mil e oitocentos reis¹¹⁸.

N.º 38

Uma meza de cabeceira e uma retrete, avaliadas em mil e trezentos reis¹¹⁹.

N.º 39

Quatro cadeiras estofadas, avaliadas em quatro mil e oitocentos reis¹²⁰.

N.º 40

Seis cadeiras com assento de palhinha, velhas, em mil e oitocentos reis¹²¹.

Na cozinha

N.º 41

Um fogão com muito uzo, em cinco mil reis¹²².

N.º 42

Duas mezas de pinho, avaliadas

Segue¹²³

/ f. 103 /

Transporte¹²⁴

em dous mil reis¹²⁵.

¹¹⁷ À margem esquerda: “851.040”.

¹¹⁸ À margem esquerda: “2.800”.

¹¹⁹ À margem esquerda: “1.300”.

¹²⁰ À margem esquerda: “4.800”.

¹²¹ À margem esquerda: “1.800”.

¹²² À margem esquerda: “5.000”.

¹²³ À margem esquerda: “866.740”.

¹²⁴ À margem direita: “866.740”.

¹²⁵ À margem direita: “2.000”.

N.º 43

Dous armarios de pinho em tres mil reis¹²⁶.

N.º 44

Diversos apetrechos de cozinha, em quatro mil reis¹²⁷.

Roupas

N.º 45

Vinte e quatro lençoes de linho, avaliados cada um em quinhentos reis, e todos em vinte e quatro mil reis, digo doze mil reis¹²⁸.

N.º 46

Doze lençoes de algodão, em trezentos reis cada um, e todos trez mil seiscentos reis¹²⁹.

N.º 47

Vinte e quatro travesseiros, em trezentos reis cada um, e todos sete mil e duzentos reis¹³⁰.

Segue¹³¹

/ f. 103 v. /

Transporte¹³²

N.º 48

Vinte e quatro almofadas em duzentos reis cada um e avaliadas todas em quatro mil e oitocentos reis¹³³.

N.º 49

Seis toalhas de meza, em dous mil e quatrocentos reis¹³⁴.

¹²⁶ À margem direita: “3.000”.

¹²⁷ À margem direita: “4.000”.

¹²⁸ À margem direita: “12.000”.

¹²⁹ À margem direita: “3.600”.

¹³⁰ À margem direita: “7.200”.

¹³¹ À margem direita: “898.540”.

¹³² À margem esquerda: “898.540”.

¹³³ À margem esquerda: “4.800”.

¹³⁴ À margem esquerda: “2.400”.

N.º 50

Quarenta e oito guardanapos em quarenta reis cada um, todos mil novecentos e vinte reis¹³⁵.

N.º 51

Trinta e seis toalhas para rosto, em cento e vinte reis cada uma, todas em quatro mil trezentos e vinte reis¹³⁶.

N.º 52

Uma colcha de damasco avaliada em trinta mil reis¹³⁷.

N.º 53

Uma colcha do Japão,

segue¹³⁸

/ f. 104 /

Transporte¹³⁹

avaliada em noventa mil reis¹⁴⁰.

(...)”



¹³⁵ À margem esquerda: “1.920”.

¹³⁶ À margem esquerda: “4.320”.

¹³⁷ À margem esquerda: “30.000”.

¹³⁸ À margem esquerda: “941.980”.

¹³⁹ À margem esquerda: “941.980”.

¹⁴⁰ À margem esquerda: “90.000”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas e iconográficas

Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro SMBM | DCED | Câmara Municipal de Setúbal

Palácio da família Cabedo na Praça de Quebedo. Coleção Américo Ribeiro, 1960. AR16211.

Vista do Largo do Poço do Concelho, com o palácio da família Cabedo ao fundo. Coleção Américo Ribeiro, 1939. AR896.

Arquivo Distrital de Setúbal

Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Casa do Corpo Santo* (1840-1897), PT/ADSTB/PSS/APAC/B/0002, e *Portas* (1840-1897), PT/ADSTB/PSS/APAC/P/0004.

Cartório Notarial de Setúbal, *Livros de notas de Luís Pegas Sotto Maior e de André Dinis Pereira, Livro 77*.

Cartório Notarial de Setúbal, *Livros de notas de Libânio Tomás da Silva, Livro B 37*.

Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, *Treslado de Escritura de Compra que fazem a Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada da Vila de Setúbal e Diogo de Cabedo, respeitante a umas casas localizadas no sítio do poço*, PT/ADSTB/CON/CSASTB01/E/006/00194.

Registos de Batismos, Santa Maria da Graça, *Livro 4*.

Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal, *Inventário obrigatório de Jorge de Cabedo de Vasconcelos*, 1.º e 2.º vol.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Róis de confessados da freguesia das Mercês, 1687-1755.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade, Freguesia das Mercês, Arruamentos, *DC 786 Ar*.

Arquivo Municipal de Setúbal

Fundo Cabedo, *Caixa 1326*.

Processo de obra n.º 5/49.

Arquivo Municipal de Lisboa

FOLQUE, Filipe - *Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 42*. 1856-58. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/44.

Livro de cordeamentos de 1705-1709.

Livro 1º de consultas e decretos de D. Sebastião.

Obra n.º 5515.

Registo fotográfico do modelo em gesso da estátua de Vasco Mouzinho de Quevedo que se encontra na base do monumento a Luís de Camões. António da Silva Fernandes Duarte. 1969. PT/AMLSB/AND/S00693.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos prédios urbanos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762.

Erário Régio, 1627/1889, *Traslado do lançamento da décima dos arruamentos pertencentes à freguesia de Santa Maria da Graça desta vila de Setúbal*, 1762.

Feitos Findos, *Juízo da Inspeção de Bairros, Livro 4.*

Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II, Livros 11 e 13.*

Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V, Livros 4, 7, 13, 17 e 18.*

Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João VI, Livro 21.*

Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares, Livro 12.*

Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian

São Jorge e o dragão. João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. CFT009.2494n.ic.

Vida de D. Nuno Álvares Pereira. João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. CFT009.2493n.ic.

Biblioteca Nacional de Portugal

Secção de Reservados, *Códice 208: FREITAS, Gregório de - Memórias geographicas e historicas da provincia da Estremadura.*

Conservatória do Registo Predial de Setúbal

Livro B-26, N.º 6031.

Livro B-37, N.º 10260.

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Direção de Infraestruturas

SERRA, Maximiano Jozé da - *Planta da Vila de Setuval*. 1804.

Fontes impressas

Estudos

AFFONSO, Domingos de Araujo; VALDEZ, Ruy Dique Travassos - *Livro de oiro da nobreza*. Braga: Tipografia da «Pax», 1934. tomo III.

ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: António Maria Pereira, [1938-1939]. vol. 5.

ARAÚJO, Renata - O terramoto e a integração do Bairro Alto nos planos pombalinos. In CARITA, Hélder, coord. - *Bairro Alto: mutações e convivências pacíficas*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2013. p. 65-74.

AZEVEDO, Carlos - *Solares portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

BELO, Albertina - Palácio dos Cabedos, Ficha IPA.00009340 [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9340.

BRAGA, Paulo Drumond - *Setúbal medieval: séculos XIII a XV*. Setúbal: Câmara Municipal, 1998.

CALDAS, João Rosa Vieira - *A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve*. Lisboa: [s. n.], 2007. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva - *A descendência portuguesa de el-Rei D. João II*. Lisboa: Edições Gama, 1945. vol. II, p. 474-481.

CARITA, Hélder - *A casa senhorial em Portugal*. Alfragide: Leya, 2015.

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: Bairro Alto*. Lisboa: António Maria Pereira, 1879. vol. III.

Collecção de manuscritos ineditos agora dados á estampa. Porto: Real Bibliotheca Publica Municipal, 1910-1923.

COSTA, António Carvalho da - *Chorografia portuguesa*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

COUTO, Aires Pereira do - *António de Cabedo e o seu poema Fontelo*. Coimbra: [s.n.], 1990. Dissertação de mestrado em Literatura Novilatina em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ENVIA, João Francisco - *Setúbal, a cidade dos leais vassallos*. Setúbal: Edição do Autor, 2000.

FONSECA, João Abel da - A “Virtuosa benfeitoria” e o pensamento político do Infante D. Pedro. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nº69 (1993), p. 227-250. Separata.

GALVÃO-TELLES, João Bernardo; SEIXAS, Miguel Metelo de - *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º conde de Oeiras, 1.º marquês de Pombal: memória genealógica e heráldica nos trezentos anos do seu nascimento: 13 de Maio de 1699 - 13 de Maio de 1999*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1999.

GARCÍA PERES, Domingo - *Catálogo razonado, biográfico e bibliográfico de los autores que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890.

Imóvel de interesse municipal da Casa do Corpo Santo. Setúbal: Gabinete dos Centros Históricos da Câmara Municipal, 2009.

JANEIRO, Helena Pinto; MIRANDA, António - O Palácio de Pombal e o morgado da rua Formosa: a propósito de uma campanha de obras. *Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos. N.º 21 (set. 2004), p. 265-263.

LOPES, José Manuel Madureira - *Setúbal à la minute através do bilhete postal ilustrado*. Setúbal: [s.n.], 1999.

MACHADO, Fernando Falcão - Os Cabedos de Setúbal. *Boletim da Junta de Província da Estremadura*. Lisboa: Junta da Província de Estremadura. N.º 24/25 (1950), p. 225-251.

MALTA, Marize, MENDONÇA, Isabel M. G., org. - *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 2013-2014.

MARTINS, Jennifer; ERTHAL, Ludmila; ROSA, Naiara; BARBOSA, Tânia; FERNANDES, Rui - *Palácio dos Cabedos: Sta. Maria da Graça: Setúbal*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Trabalho curricular apresentado no âmbito do mestrado integrado em Arquitetura.

MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize, coord. - *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

PAXECO, Fran - *Setúbal e as suas celebrações*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1930.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha - Helenismos no “Livro da virtuosa benfeitoria”. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. N.º 57 (1982), p. 313-358. Separata.

PIRES, Maria Lucília - O discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel rainha de Portugal de Vasco Mouzinho de Castelbranco. *Via Spiritus*. Porto: Universidade do Porto. N.º 10 (2003), p. 173-182.

Porta de São Jorge. *A Mocidade*. Setúbal: [s.n.]. N.º 469 (1 set. 1924), p.3.

QUEVEDO, Vasco Mousinho de - *Affonso Africano: poema heroyco da presa d'Arzilla & Tanger: dirigido a Dom Alvaro de Sousa, Capitão da Guarda Alemã...* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1611.

RAMALHO, Américo da Costa - Dois epigramas latinos de António de Cabedo. In *Para a história do renascimento em Portugal*. Coimbra: INIC; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988. vol. I, p. 75-85.

- REBELO, Maria do Rosário Nunes - *Dois poemas de Miguel de Cabedo*. Coimbra: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em Literaturas Clássicas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel dos Santos - *O Afonso Africano de Vasco Mouzinho de Quevedo: estudo histórico-literário e edição crítica*. Lisboa: [s.n.], 1999. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RODRIGUES, Manuel dos Santos, ed. - *Afonso Africano: poema heróico da presa de Arzila e Tânger*. Setúbal: Câmara Municipal, 2013.
- SANTANA, Francisco - A Lisboa de Pombal. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.ª Série N.º 13 (1985), p. 3-20.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1967. vol. I.
- SERRÃO, Vítor; MECO, José - *Palmela histórico-artística: um inventário do património artístico concelhio*. Lisboa: Colibri, 2007.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços medievais portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *Setúbal*. Lisboa: Presença, 1990.
- TERENO, Maria do Céu; MONTEIRO, Maria Filomena; PEREIRA, Marízia - Cartografia e iconografia antigas no processo evolutivo das torres medievais, civis e religiosas na cidade de Évora - Portugal. In SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6, Braga, 2015 – *Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: actas*. Braga: Universidade do Minho, 2015. p. 169-191.
- VALE, Teresa Vale; GOMES, Carlos Gomes; CORREIA, Paula - Palácio Pombal, Palácio dos Carvalhos. Ficha IPA.00003163 [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 13.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3163.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.



O Palácio da Quinta das Águias na Junqueira – Histórias e memórias

The Quinta das Águias Palace in Junqueira – Stories and memories

Ana Cláudia Pérez Coelho*
submissão/submission: 29/01/2016
aceitação/approval: 08/04/2016

RESUMO

No século XVIII, a Junqueira, próxima ao Rio Tejo, era uma zona cobiçada pela aristocracia de Lisboa que procurava quintas de recreio para passar o verão. Os aforamentos de terrenos nessa área permitiram que os seus abastados moradores construíssem casas nobres ao estilo barroco. Nesse contexto, ergueu-se o Palácio da Quinta das Águias, uma relevante edificação que representa um grande valor arquitetónico, artístico e histórico, classificado como imóvel de interesse público. O presente artigo tem como objetivo revelar as histórias, vivências e memórias dessa casa secular situada no coração de Lisboa, bem como dos moradores que a habitaram, constituindo, ao mesmo tempo, uma via para a preservação e reabilitação do património cultural e histórico da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Palácio / Arquitetura setecentista / Aristocracia / Junqueira / Quinta de recreio

* Ana Cláudia Pérez Coelho é licenciada em Humanidades – Estudos Portugueses e Alemães (Universidade Aberta de Lisboa). É professora de língua e cultura em Espanha. Ministrou, através de um Programa Interuniversitário Europeu, oficinas de língua, literatura e cultura portuguesa no Departamento de Estudos Portugueses da Uniwersytet Marie-Curie Skłodowskiej, na Polónia. Em 2013, escreveu o artigo “As duas beiras do Rio Minho” para o livro norte-americano *Ao redor do Mundo - Leituras em Português*, vol. II.

Correio eletrónico: claudiacoelho@gmail.com

ABSTRACT

In the eighteenth century, Junqueira, near the Tagus river, was a place desired by Lisbon's aristocracy who was searching for suburban *villas* to spend the Summer. The outcrops allowed the wealthy residents to build noble houses in baroque style. The Quinta das Águias palace was built in this context. It was an important building, with great architectural, artistic and historical value, classified as a cultural heritage building. This article aims to reveal stories, experiences and memories of this century-old house in the heart of Lisbon, as well as its inhabitants and, at the same time, to contribute to the preservation and the rehabilitation of Lisbon's cultural and historic heritage.

KEYWORDS

Palace / Eighteenth century architecture / Aristocracy / Junqueira / Suburban villas



1. INTRODUÇÃO

A cidade de Lisboa merece destaque por ser proscénio de um importante património arquitetónico e cultural face ao mundo. Deste vasto património, distinguem-se, na arquitetura civil lisboeta, casas de cunho nobre, quer representando o reflexo da situação económica e social duma determinada época e lugar quer dependendo de uma necessidade individual ou tendência de um grupo social. As casas lisboetas constituem elementos referenciais dotados de valores que vão mais além da finalidade, *per se*, de uma habitação - resguardar-se e viver - demonstram como foi a evolução citadina ao longo dos tempos e como se funda a “relação espaço-vivência”¹. O universo arquitetónico dessas casas não se encontra solitário, adentra-se em outros campos, mesclando-se, criando contextos, contando-nos histórias e experiências, definindo e revelando-nos períodos, gostos e costumes de quem as habitou.

Entre as diferentes condicionantes, sem dúvida, o facto de a corte ter fixado residência em Lisboa no início do século XVI contribuiu, em grande medida, para a arquitetura da urbe olisiponense. Por conseguinte, a concentração da elite na capital incitou sobremaneira a construção palaciana. As palavras do viajante suíço César-François de

¹ CARAPINHA, Aurora; GONÇALVES, Rita; PIRES, Amílcar; SANTOS, Filipe Benjamim - As quintas de recreio [Em linha]. In VILAS-BOAS, Manuel, org. – *Encontros com o Património*. Lisboa: TSF, 2015. [Consult. 17.11.2015]. Disponível na Internet: http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio/emissao/_as_quintas_de_recreio_4605244.html.

Saussure², em 1730, corroboram a sua impressão sobre a cidade, afirmando que “Lisboa possui grande número de magníficos palácios que pertencem a fidalgos ou grandes de Portugal. (...) A arquitectura de grande número destes palácios é do melhor gosto”³. Os arredores de Lisboa, tal como a cidade, eram tomados pelo impulso construtivo de casas nobres providas de amplitude, boa qualidade e conforto, proporcionais às condições socioeconómicas dos seus proprietários. Muitas dessas construções eram usadas como residência habitual ou serviam como destino de lazer e descanso próximo ao rio e também à corte, acompanhando “consoante a época de construção e os eixos de crescimento a que a cidade esteve sujeita por condicionalismos particulares”⁴. Com efeito, essas casas transformaram-se em ícones arquitetónicos de Lisboa, dignos de uma análise particular unindo história e arquitetura.

Baseado nesta conjuntura, insere-se o Palácio da Quinta das Águias, construído no primeiro quartel do século XVIII, na exclusiva zona da Junqueira, outrora reduto da aristocracia em Lisboa. Esta construção ganhou notoriedade, não só pelo seu conjunto arquitetónico, mas também pelos seus ilustres proprietários: um licenciado, um primeiro-ministro, um visconde e um professor. Por esta razão, foram-lhe atribuídas tantas denominações: “Quinta de Diogo de Mendonça”, “Quinta do Visconde da Junqueira”, “Quinta das Águias” ou “Quinta do Professor Lopo de Carvalho”.

A concretização deste artigo implica revelar as histórias pertencentes ao Palácio da Quinta das Águias desde a sua construção até aos dias de hoje, constituindo uma via para a proteção e recuperação do património histórico e cultural de Lisboa. Todo o conhecimento reunido para a consecução deste artigo foi obtido a partir de estudos desenvolvidos anteriormente cujo enfoque incidiu sobre a revitalização e transformação do imóvel, além de pesquisas bibliográficas, cibernéticas, iconográficas, radiofónicas e de entrevistas realizadas àqueles que conhecem o íntimo do lugar dando-nos a sua impressão e testemunho.

Este estudo representa um intento de mostrar o palácio da Quinta das Águias, um símbolo da arquitetura setecentista, como uma morada impregnada de memórias, de vivências e de histórias entremeadas, que se tornou imóvel de interesse público em 1996⁵, graças ao seu relevante interesse arquitetónico e por ser considerado um bem imóvel incluído numa zona especial de proteção denotando, portanto, um valor cultural e histórico, embora hoje esteja fechado à mercê da degradação e da incerteza sobre o seu futuro.

² César-François de Saussure (1705-1783), viajante suíço, que, em 1730, durante o reinado de D. João V, permaneceu um mês em Lisboa, compilando informações e as suas experiências sobre a cidade, a sociedade e a cultura lisboeta da época no livro intitulado *Voyage de Monsieur César de Saussure en Portugal: lettres de Lisbonne*. Milan: Typographie Nationale de V. Ramperti, 1909.

³ SAUSSURE, César *apud* MURTEIRA, Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença, 1999. p. 42.

⁴ FRANCO, Carlos José de Almeida - *As casas das elites de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2014. p. 102. Tese de doutoramento em Estudo do Património, apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

⁵ DECRETO n.º 2/96. *Diário da República*. 1.ª série-B N.º 56 (96-03-06), p. 448-457.

2. LOCALIZAÇÃO DO PALÁCIO DA QUINTA DAS ÁGUIAS – O LUGAR

2.1. A Junqueira: fatores para o seu crescimento económico, social e urbanístico

“A Junqueira cresceu em sedução, lavada pelas brisas tonificantes do Tejo”⁶. Desta forma se referiu Norberto Araújo à Junqueira no seu livro *Peregrinações em Lisboa*, uma apreciação acerca do desenvolvimento, sobretudo urbanístico ocorrido nessa zona, fomentado, indubitavelmente, pela sua situação geográfica.

A casa desempenha um papel centralizador em qualquer vida humana, embora se saiba que “a essência do sítio e as diversas relações são fundamentais para garantir o fluir e o habitar do Homem”⁷. Na Antiga Grécia, Hipócrates já tinha observado que um lugar adequado para habitar trazia benefícios para a saúde. Mais tarde, arquitetos romanos, como Marco Vitrúvio, reconheciam a importância de um bom lugar para se construir. A eleição do sítio depende da combinação de vários fatores influentes para a sua consolidação e o seu desenvolvimento. A Junqueira, em Lisboa, não foi um caso distinto, perpetuando-se como um dos sítios prediletos para alçar casas.

No século XVIII, era uma área valorizada da cidade a qual reunia todos os elementos idóneos para a construção de uma quinta de recreio: água, luz, vegetação e privilegiadas vistas, constituindo o *locus amoenus* preferido pela classe aristocrática de Lisboa. Esta área compreendia uma faixa de terra linear de aproximadamente dois mil metros de extensão situando-se “paralela ao eixo definido pela margem norte do Rio Tejo e com uma orientação este”⁸.

Relativamente à toponímia do lugar, data-se do século XIII, durante o reinado de D. Dinis. O escritor e jornalista português Norberto Araújo, ao descrevê-la, explica que:

o sítio da Junqueira arrasta consigo esta designação – aliás bem simpática, quasi poética – desde os séculos velhos, não sendo inverosímil tomar “Junqueira” por “Juncal”, que é o que tudo isto seria, em sua orla húmida, sem trânsito à beira do rio que não fosse o de praia.⁹

No século XIV, D. Dinis legou esta zona “com outros terrenos do seu grande reguengo de Algés - e para remimento dos seus pecados -”¹⁰ à religiosa D. Urraca Paes¹¹. Entre os séculos XIV e XV, estabeleceram-se, próximo da ribeira da Junqueira, pedreiras de calcário, hortas, pomares e vinhagos, devido à abundância de água.

⁶ ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 50.

⁷ SOUSA, Ana Cláudia Encarnação de - *As quintas de recreio do século XVI em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 2015. p. 51. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusfada de Lisboa.

⁸ VALE, Teresa; GOMES, Carlos - Palácio da Quinta das Águias, Quinta de Diogo de Mendonça, Quinta do Visconde da Junqueira, Quinta do Professor Lopo de Carvalho, Quinta dos Corte-Real [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 25.10.2015]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072.

⁹ ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 49.

¹⁰ *Arquivo das Colónias*. Lisboa: Ministério das Colónias. Vol. 5 (1923), p. 386.

¹¹ Terceira abadessa do Mosteiro de Odivelas, pertencente à Ordem de Cister.

A Junqueira começou a despertar o interesse de todos pela sua fartura de água, um elemento caro e cobiçado em Lisboa. Assim, com o objetivo de combater a epidemia de peste negra que acometia os cidadãos, o rei D. Manuel ordenou a construção de um hospital na Junqueira¹², determinando que “o lugar mais apropriado para o edifício seria a horta de D. Jerónimo de Eça, junto à Ponte de Alcântara, por lá haver bastante água e campo para enterramentos”¹³.

A presença da realeza na Junqueira fazia-se constante, em virtude de ser um eixo “que ligava a residência real, centro do poder político, ao Terreiro do Paço, centro do poder económico”¹⁴. Além disso, o facto de ser um ponto de desembarque do rei quando chegava de suas viagens, muito terá contribuído para o desenvolvimento económico, social e urbanístico do lugar. Precisamente, foi na Junqueira, em 1666, que desembarcou pela primeira vez D. Maria Francisca Isabel de Saboia¹⁵. A esquadra francesa que trazia a noiva para o seu casamento receava que os espanhóis fizessem a futura rainha prisioneira, por esse motivo, resolveram seguir para o Rio Tejo.

O “aspeto de Éden” no arrabalde lisboeta juntava-se à agitação dos embarques e desembarques sendo um “ponto de passagem obrigatória de todas as armadas que, nessa época, partiam de Lisboa para o Ultramar ou a esta capital regressavam dos longínquos pontos de África, da Índia ou do Brasil”¹⁶, despoletando, conseqüentemente, o progresso da área e chamando, desse modo, a atenção dos nobres para ali sediar os seus palácios particulares.

2.2. Os aforamentos de terrenos: a origem da aristocrática Junqueira

O nascimento da aristocrática Junqueira deve-se a um dote, a Quinta das Caldas, que foi levado por D. Joana Albuquerque quando se casou com o fidalgo castelhano, Aires de Saldanha. Esta quinta estendia-se “do início da Junqueira até Belém e se prolongava das praias do Tejo até ao pátio do Saldanha, a meio da Calçada da Boa Hora”¹⁷. Em março de 1600, Aires de Saldanha e a sua mulher instituíram um vínculo¹⁸, que foi administrado pela família Saldanha durante cem anos e que compreendia toda a Quinta das Caldas.

¹² Carta régia assinada por D. Manuel a 23 de julho de 1520 para a construção de um hospital renascentista que atendesse à população cidadina vítima de doenças infectocontagiosas. Vide OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1885. vol. x, p. 452.

¹³ ESTEBAN, José – Lisboa manuelina. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XX N.º 82 (3.º trim. 1959), p. 10. [Consult. 23.11.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N82/N82_master/N82.pdf.

¹⁴ FRANCO, Carlos José de Almeida - *As casas das elites de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2014. p. 102. Tese de doutoramento em Estudo do Património, apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

¹⁵ Acerca deste tema vide GUIMARÃES, José Ribeiro - *Summario de varia historia: narrativas, lendas, biografias, descrições de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, políticos e religiosos de outras eras*. Lisboa: Rolland & Semiond, 1873. vol. III, p. 68.

¹⁶ IRIA, Alberto - *O Arquivo Histórico Ultramarino: a organização dos serviços em 1950*. Lisboa: [s.n.], 1958. p. 17.

¹⁷ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (a).

¹⁸ Acerca deste tema vide *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais*. Lisboa: Câmara Municipal, 1935. [Consult. 27.11.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/Anais/N16/N16_master/N16.pdf.

Contudo, o desenvolvimento económico, social e urbanístico da Junqueira inicia-se imparavelmente com um alvará que João de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha¹⁹ obteve do rei D. Pedro II, em 1701, autorizando-lhe o aforamento de terrenos na zona, iniciando um processo de urbanização que atraía sobremaneira as famílias abonadas.

Os aforamentos na Junqueira transformaram-na numa movimentada “via aristocrática”²⁰ e burguesa, povoada de numerosos palácios e quintas de recreio com encanto e soberbia, ilustrados pelas suas histórias, acontecimentos importantes e tradições, indissociáveis do lugar e, naturalmente, de Lisboa.

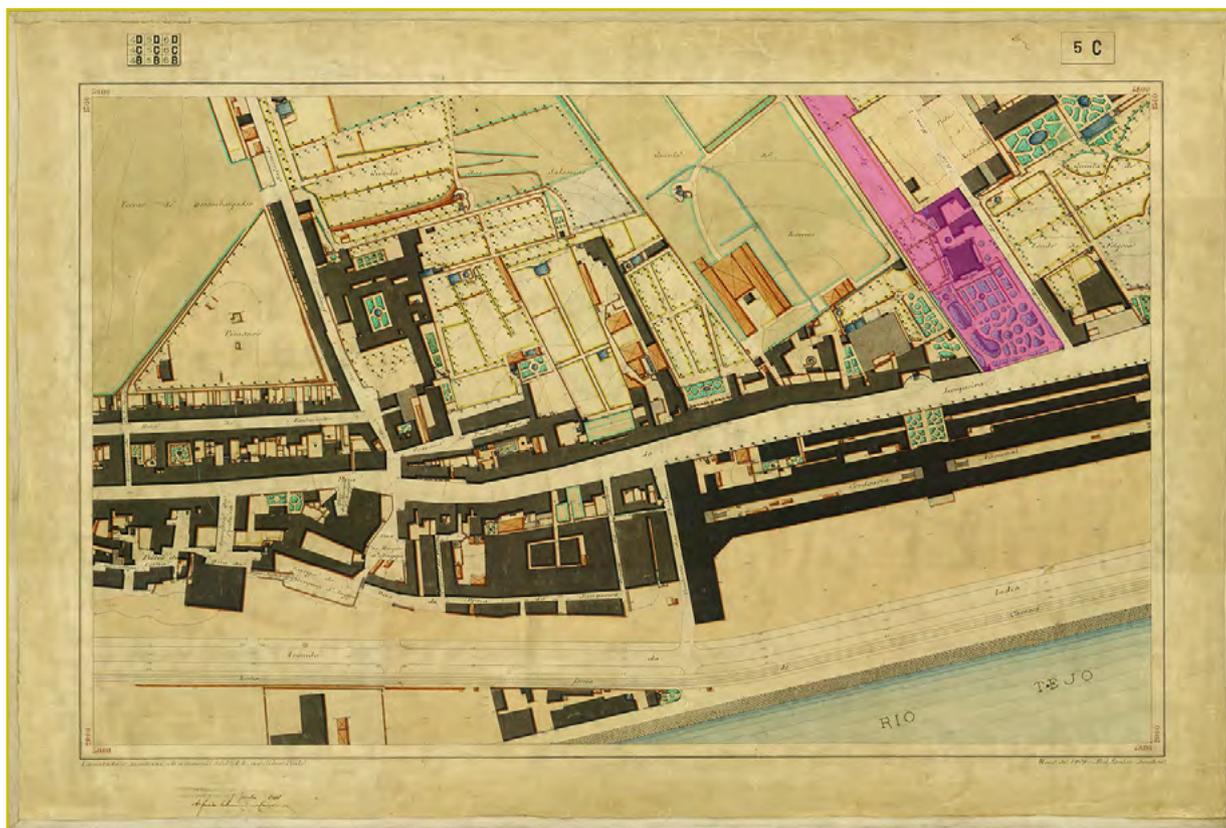


Figura 1 PINTO, Júlio António Vieira da Silva - *[Planta Topográfica de Lisboa]: 5C*. Com a marcação em violeta do terreno pertencente ao Palácio da Quinta das Águas, situado entre a Calçada da Boa Hora e a Rua da Junqueira, Lisboa. AML, PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/05/03/009.

¹⁹ João de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha foi presidente do Senado da Câmara Municipal de Lisboa entre 1708-1710, assim como morgado da Junqueira no século XVIII. Ao ver-se impossibilitado de custear as despesas de ampliação do seu solar nessa zona, resolveu vender alguns dos terrenos aforados, permanecendo com outros a fim de construir, nesse espaço, casas nobres para arrendamentos. Acerca deste tema, *vide* IRIA, Alberto - *O Arquivo Histórico Ultramarino: a organização dos serviços em 1950*. Lisboa: [s.n.], 1958. p. 19.

²⁰ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 70 (abr. 1955), p. 55.

3. O PALÁCIO DA QUINTA DAS ÁGUIAS

3.1. A hospitalidade de um palácio e o seu nascimento

“BENVINDO SEJA QUEM VIER POR BEM”

A expressão existente no pequeno painel de azulejo azul sobre fundo branco recortado, ao lado do portão principal, a nascente, situado na calçada da Boa Hora, revela o aspeto hospitaleiro dos moradores do palácio da Quinta das Águias. Embora esta não constitua a única via de acesso à vivenda, será, com efeito, a mais representativa do ponto de vista social pressupondo, através da frase inscrita, as relações e os comportamentos inerentes dos seus residentes ao longo dos anos.

Os pavilhões esquinais, o gradeamento frontal e o amplo portão em ferro forjado português, instituem uma insígnia que faz recordar o seu valimento e grandeza, designando-se “Quinta das Águias por causa de duas enormes aves d’esta espécie, feitas de mármore e que rematam as columnas que fecham a entrada principal”²¹ localizada na Rua da Junqueira, número 138, em frente à Cordoaria Nacional.



Figura 2

PORTUGAL, Eduardo - *Quinta das Águias - Palácio das Águias*. Vista do Gradeamento, Portão e Pavilhões. AML, PT/AMLSB/POR/059645.

²¹ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionario... de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873. p. 40.

O palácio da Quinta das Águias como habitação manifesta o desejo de novas formas sociais e o entrosamento com um entorno exornado de esplendor apresentando todas as características que se idealizam como casa nobre: beleza, opulência, amplitude, segurança, localização e moradores pertencentes à aristocracia ou à alta sociedade lisboeta.

A história desse espaço inicia-se com Manuel Lopes Bicudo, um licenciado do Supremo Tribunal do Reino, que adquire, em 1713, um dos terrenos de João Saldanha na Junqueira com o objetivo de construir uma quinta em chão e viver com a sua mulher. A edificação, *in illo tempore*, possuía um “aspecto menos grandioso”²², muito mais simplista do que se conhece atualmente. O casal desfrutá-lo-ia como próprio enquanto vida tivessem, logo seria herdado pelas quatro filhas religiosas e quando estas falecessem, o terreno voltaria a ser incluído no vínculo.

3.2. A fase opulenta e a consolidação do palácio setecentista na Junqueira

Anos mais tarde, em 1731, interessa-se pela quinta Diogo de Mendonça Côrte-Real²³, que obtém por “aforamento perpétuo o domínio útil”²⁴ da quinta pela qual pagaria anualmente a quantia de quarenta mil réis. Como condição, não teria poder para vender, doar, trocar ou efetuar nenhuma operação com o imóvel sem o consentimento e a permissão do detentor do vínculo.

Diogo de Mendonça torna-se o segundo proprietário do lugar e, provavelmente, o mais ínclito, modificando, por um lado, as construções existentes, e, por outro lado, fundando e ratificando o vocábulo “Palácio” que foi atribuído à propriedade. Na execução dessa obra, julga-se que terá participado o arquiteto Carlos Mardel²⁵, com quem Diogo de Mendonça tinha uma relação muito próxima e cujo gosto e delicadeza artística ali representados se assemelham a outras construções que o afamaram, como a casa nobre de Lázaro Leitão, também na Junqueira, e a fachada da casa do marquês de Pombal, em Oeiras.

Em 1751, nomeado secretário de Estado da Marinha e dos Negócios do Ultramar, Diogo de Mendonça Côrte-Real adquire outro pedaço de terra, mas fica impedido de construir um sobrado, visto que retiraria ao palácio dos Conde da Ega, situado em frente, na calçada da Boa Hora, as vistas à entrada do porto da Junqueira. A esse terreno Diogo de Mendonça chamou “Quinta das Rosas”. A propriedade passava a ter então mais de quinze mil metros quadrados, sendo conhecida como “a bela casa de Diogo de Mendonça Côrte-Real”²⁶.

²² ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 50.

²³ Diogo de Mendonça Côrte-Real nasceu em Madrid (entre 1694 e 1703), era filho legitimado do secretário de Estado de D. João V de mesmo nome e da espanhola Maria de Briones y Velasco. Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, exerceu diversos cargos políticos, sendo destinado aos Países Baixos onde permaneceu alguns anos. Foi nomeado secretário de Estado da Marinha e dos Negócios do Ultramar (1751-1756) por D. José I, que subiu ao trono por morte de seu pai, D. João V.

²⁴ LAMAS, Arthur - *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 9.

²⁵ Diogo de Mendonça Côrte-Real era padrinho de uma das filhas de Carlos Mardel (1695-1763), arquiteto que se destacou na reconstrução de Lisboa após 1755, conhecida como “época pombalina”.

²⁶ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 71 (jul. 1955), p. 108.

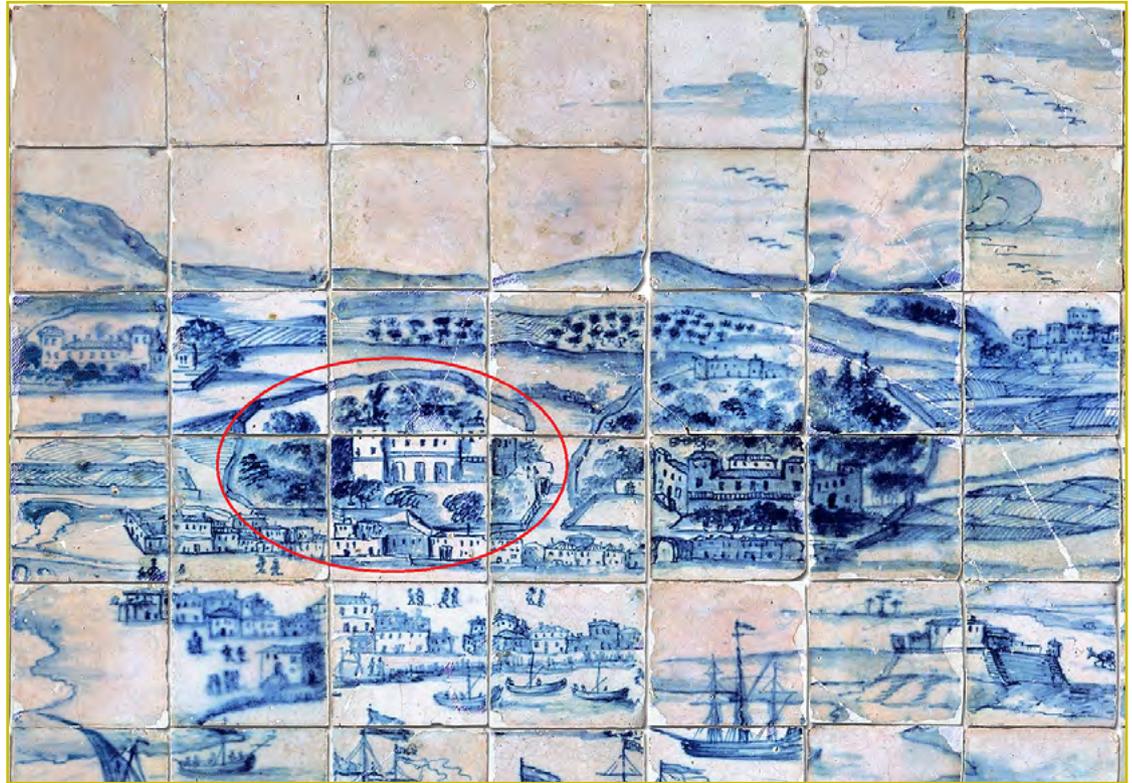


Figura 3 DEL BARCO, Gabriel – *Painel de azulejos Grande Vista de Lisboa - zona de Belém* (pormenor). [Lisboa: c. 1700]. Museu Nacional do Azulejo, inv. nº1 Az. Barro vidrado, majólica, A.111,5 x L.2047,5cm. Foto: Carlos Monteiro, 1994, Direção-Geral do Património Cultural/Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF). Obra azulejar proveniente do antigo Palácio dos Condes de Tentúgal, Lisboa. Com a marcação da representação no painel do Palácio da Quinta das Águias na zona de Alcântara, Lisboa.

O terramoto e maremoto, seguidos de incêndio, que assolaram Lisboa em 1755, foram benévolos com a zona da Junqueira que alberga o palácio da Quinta das Águias. De facto, este local constituiu uma das áreas mais conservadas ao estrago e um refúgio para a população lisboeta. Numa conferência pouco depois da catástrofe, o padre João Baptista de Castro proferiu “que a deliciosa quinta, e palacio de Diogo de Mendonça tinha por orago Nossa Senhora da Anunciação e que ficou intacta depois do terramoto”²⁷.

O palácio esteve arrendado até 1758 e depois passou a ser habitado por D. João Pedro de Mendonça²⁸, não obstante a sua índole perdulária e as dívidas contraídas, quase levou o imóvel a ser penhorado. O inventário realizado

²⁷ Conf. Pe. João Baptista de Castro *apud* LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 47.

²⁸ João Pedro de Mendonça era meio-irmão e procurador de Diogo de Mendonça Côrte-Real. Foi viver para o palácio com a sua mulher e filha a convite do irmão devido à situação em que vivia na Lisboa pós-terramoto.

para o arrendamento, quando Diogo de Mendonça foi degredado²⁹, proporciona-nos uma percepção do palácio da Quinta das Águias como espaço arquitetónico, artístico, social, bem como nos revela o poder aquisitivo, o estilo de vida e o gosto setecentista do seu titular. Em palavras do historiador Arthur Lamas:

Na escada de pedra havia um candieiro, com tres vidros grandes, de folha de Flandres (...). As parêdes da sala estavam forradas de magníficas sedas e chitas da Índia e de Italia e algumas delas ornamentadas com muitas e delicadas peças de loiças boas da China, do Japão e da Saxonia. (...) Não faltavam lá cómodas, cadeiras, armários, bufetes e mesas de pau santo e de outras madeiras de fóra, e as talhas da China. (...) No quarto de dormir, que tinha janela para a varanda, havia um leito de pau de santo com embutidos de madeira de *Sebastião de Arruda* e de pitiá amarelo (...). No quarto de banho havia uma tina de chumbo revestida de madeira, pintada a fingir pedra, com duas torneiras (chaves), de bronze por onde corria agua para o banho. Por cima da tina estava embutido na parêde um prato de loiça, que tinha pintada, por um Rafael, uma batalha de Alexandre (...). Num gabinete do quarto alto achava-se assim instalada a livraria. (...) Na cosinha havia dois espetos para assar, uma mesa de quatro pés, de madeira do Brasil, e um armario da mesma madeira (...). A casa tinha dois fornos de cozer pão, e um quarto para se amassar onde estavam guardadas duas talhas grandes para azeite.³⁰

Por sua vez, o jardim de estilo francês dominava o espaço exterior e permitia o gozo do ambiente natural existente no palácio, “como se a casa se prolongasse para a natureza e a natureza participasse no espaço de habitação”³¹. Os canteiros de buxos que ornamentavam o jardim dividiam o espaço com “alguns vasos de chumbo e de pó de pedra, quatro talhas da China, azuis e brancas com bocais de chumbo, duas harpias de pedra³², e cinco vasos de loiça de Roão”³³, ademais de alegretes e conversadeiras de cantaria revestidas de azulejos do século XVIII e dum lago circular de pedra que motivavam a “função social do passeio”³⁴.

O palácio incorpora ainda, segundo esse inventário, uma capela, de estilo joanino, “fundada em 1748 por José Nogueira”³⁵ e uma sacristia, revestida de quadros, silhar de azulejos e painéis com diversos motivos religiosos,

²⁹ Diogo de Mendonça foi degredado em 1756 para Mazagão, costa marroquina. Acerca deste assunto, não existe informação esclarecedora relativamente ao motivo da punição ordenada pelo marquês de Pombal. No entanto, há algumas hipóteses formuladas: a sua suposta participação num atentado contra outro secretário de Estado, o seu apoio à nobreza contra a política pombalina ou um ato de traição ao Rei.

³⁰ LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 21-25.

³¹ CORREIA, Ana Paula Rebelo – Memórias de casas senhoriais: patrimónios esquecidos. In CARITA; Hélder; MENDONÇA, Isabel; MALTA, Mariza, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 368.

³² As harpias de pedra foram transferidas no século XIX para os lados do portão sul dando nome à quinta.

³³ LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924. p. 25.

³⁴ PIRES, Helena [et al.] - *Jardins-jardineiros-jardinagem* [Em linha]. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho; Centro de Investigação em Ciências Sociais, 2014. p. 19. [Consult. 27.03.2016]. Disponível na Internet: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/150.

³⁵ ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938-1939. vol. 9, p. 58.



Figura 4 Detalhe dos “Autos de conta de capela de José Nogueira”. Folha inicial descritiva em que figura Diogo de Mendonça Côrte-Real como responsável do ónus perpétuo de missas quotidianas na capela da sua quinta na Junqueira (1748). ANTT, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç.* 170, n.º 1, cx. 917, f.1. PT/TT/HSJ/A-D-C/018/0170/00001. Imagem cedida pelo ANTT.

Figura 5 Detalhe dos “Autos de conta de capela de José Nogueira”. Documento notarial pelo qual se registam as despesas com a missa quotidiana e perpétua que se realizava na capela da ermida do palácio da Quinta das Águias pela alma de José Nogueira (1748). ANTT, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç.* 170, n.º 1, cx. 917, f.7. PT/TT/HSJ/A-D-C/018/0170/00001. Imagem cedida pelo ANTT.

que funcionou outrora como palco de culto diário³⁶ e interventora da relação social entre os seus frequentadores. No retábulo do altar-mor, destacava-se um Cristo esculpido em marfim e um famoso painel de grande valor disposto em moldura dourada que representava a *Anunciação*, de Pierre-Antoine Quillard³⁷.

³⁶ A capela no Palácio da Quinta das Águias foi instituída por José Nogueira, senhor de grande fé religiosa que faleceu no Brasil antes de 1748. Este realizou um testamento em que dispunha de 4000 cruzados para fundar uma capela em qualquer lugar do reino na qual ditassem missas diárias e perpétuas. Vide LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*, 1924, p. 47. Diogo de Mendonça Côrte-Real, padre de profissão, assumiu a constituição da capela na sua Quinta das Águias, bem como a obrigação de “[...] dizer comefeito aditta missa cotidiana pella alma doditto testador que serõ perpetuas conquanto o mondo durar naforma [...]” (transcrição nossa). Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Autos de conta de capela de José Nogueira, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç.* 170, n.º 1, cx. 917, f. 7.

³⁷ Pintor francês (c.1703-1733) radicado em Lisboa e predileto da corte de D. João V. Vide *Cultura: revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Vol. 21 (2005).

Diogo de Mendonça Côrte-Real faleceu em Peniche, sem poder pisar a sua quinta na Junqueira. O seu falecimento, em 1771, provocou o começo duma fase decadente para a “deliciosa mansão, talvez a mais opulenta de toda a Junqueira”³⁸, imersa numa disputa judicial testamentária entre os descendentes do titular e a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, eleita herdeira dos bens pelo ex-secretário, depois de que este anulasse o testamento a favor da sobrinha, punindo assim os pais desta por “lhe terem delapidado os bens”³⁹ estando em desterro. A ação judicial perdurou setenta e três anos, percorrendo os tribunais, suportando embargos e agravos até ao seu acórdão em 1837. A Mesa da Santa Casa da Misericórdia ganhou a dispendiosa e longa demanda, contudo, a casa encontrava-se em estado ruinoso, sendo posta à venda e apresentando um valor muito aquém da realidade imobiliária da época.

3.3. O bom gosto refletido no conjunto palaciano

O Palácio das Águias, conforme consta, foi nove vezes a hasta pública sem que houvesse interessados. Na última, em 1841, foi comprada por José Dias Leite Sampaio⁴⁰, “grande negociante que teve contratos de saboarias, tabacos”⁴¹, além de ser “dono de fábricas de óleo em Alcântara e da Quinta do vale de Nabais, em Almeirim”⁴².

As obras de reparação e alteração do palácio presume-se que foram da autoria do arquiteto Fortunato Lodi⁴³, amigo de Leite Sampaio. Ao arquiteto italiano foram-lhe atribuídos “alguns arranjos interiores, enfeites nos jardins”⁴⁴, a “cortina gradeada com o portão principal”⁴⁵ e os “pavilhões dos extremos que dão para a Rua da Junqueira”⁴⁶, trabalhos que realçaram o aspeto exterior da casa, confirmando assim a sua natureza aristocrática. Em 1875, o escritor Brito Aranha afirmava que:

Uma das quintas mais bellas que ali ha, é a que pertence aos antigos viscondes da Junqueira, e a que chamam, naturalmente, das *Aguias* (...) Ao fundo do jardim ergue-se a elegante e espaçosa vivenda dos nobres descendentes das familias Sampaio e Monteiro.

³⁸ VIDAL, Frederico Gavazzo Perry - Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 71 (jul. 1955), p. 108.

³⁹ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (b).

⁴⁰ Fidalgo cavaleiro da casa real. Comendador das Ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição e de Carlos III, a quem lhe foi concedido o título barão da Junqueira, em 1834 e, posteriormente, o de visconde da Junqueira, em 1851. *Vide* BAENA, Sanches de – *Archivo heraldico-genealogico*. Lisboa: Typographia Universal de Thomas Quintino Antunes, 1872. vol. 1, p. 377.

⁴¹ *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1936. vol. 14, p. 386.

⁴² SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (b).

⁴³ Fortunato Lodi (1805-1883) foi o arquiteto responsável pelo Teatro Nacional de D. Maria II em Lisboa. Era cunhado do conde de Farrobo, um contratador de tabaco e sócio de Leite Sampaio.

⁴⁴ LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1924. p. 45.

⁴⁵ ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1938-1939. p. 58.

⁴⁶ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 487 (a).

A beleza jardinal é imponente; a construção do palacio é peregrina. Os seus proprietários entrelaçaram o útil e o agradável, e d'esta união se desprende a multiplicidade de gozos que se desfructam na quinta das *Águias*. A arte tem ali cultores. No compartimento do jardim, na disposição da casa, na distribuição das estatuas, na plantação das arvores, ha gosto apurado e genio artistico.⁴⁷

O visconde da Junqueira usufruiu do Palácio da Quinta das Águias alguns anos até à sua morte em 1878, eternizando-o também como o “sumptuosissimo palacio, deliciosa quinta e bellissimo jardim dos srs. Viscondes da Junqueira, no sitio d’este nome, na margem direita do Tejo, freguesia de Belem. É das mais bellas vivendas da capital e de todo o reino”⁴⁸, legando a extensa propriedade à sua filha D. Emília Monteiro Sampaio, condessa da Junqueira.

No último quartel do século XIX, uma grande dívida deixada pelo ex-marido da condessa, obrigou-a a hipotecar o palácio da Quinta das Águias. A herdeira decidiu então sacrificar a poetizada vivenda na Junqueira, a qual apenas acudia eventualmente, em prol da sua “Quinta de Alorna”, onde realmente vivia. Contudo, diz-se que nos últimos anos de vida, a condessa terá aproveitado mais o seu palácio na Junqueira, com frequentes estadias. Logo após o seu falecimento, em 1913, os legatários dos seus bens, “constituíram a Sociedade Agrícola de Alorna”⁴⁹, a qual compreendia também o palácio da Quinta das Águias, “estando a mesma Sociedade em litígio com a pessoa que ocupa a propriedade, questão que se achou pendente dos Tribunais durante seis anos (...) dada sentença a seu favôr no Supremo Tribunal de Justiça”⁵⁰, mas o imóvel viria a ter ainda outros dois proprietários, trazendo de volta a sua configuração original, vinculado a famílias cuja importância social e cultural, acabaria por perpetuar a elegância da quinta de recreio mais apreciada da Junqueira.

3.4. Uma relação harmoniosa espaço-vivência

Por volta de 1918, o doutor Manuel Carocha, renomado dentista e empresário em Lisboa, adquire a Quinta da Alorna, em Almeirim, bem como outras propriedades. Entre as cláusulas que regiam esses contratos de compra, constava um anexo em Lisboa, de cuja existência só teve conhecimento algum tempo depois, causando-lhe uma grande surpresa. Esse anexo não era outro senão o palácio da Quinta das Águias, que se encontrava arrendado desde 1914, não obstante, envolto numa ação judicial para a sua desocupação a qual finalizou mais de uma década depois da sua aquisição.

⁴⁷ ARANHA, Pedro Venceslau de Brito – *Esboços e recordações*. Lisboa: Typographia Universal, 1875. p. 163.

⁴⁸ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873. p. 40.

⁴⁹ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 486 (b).

⁵⁰ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Obra n.º 2506*, Processo n.º 3785/SEC/PG/1927, f. 1.

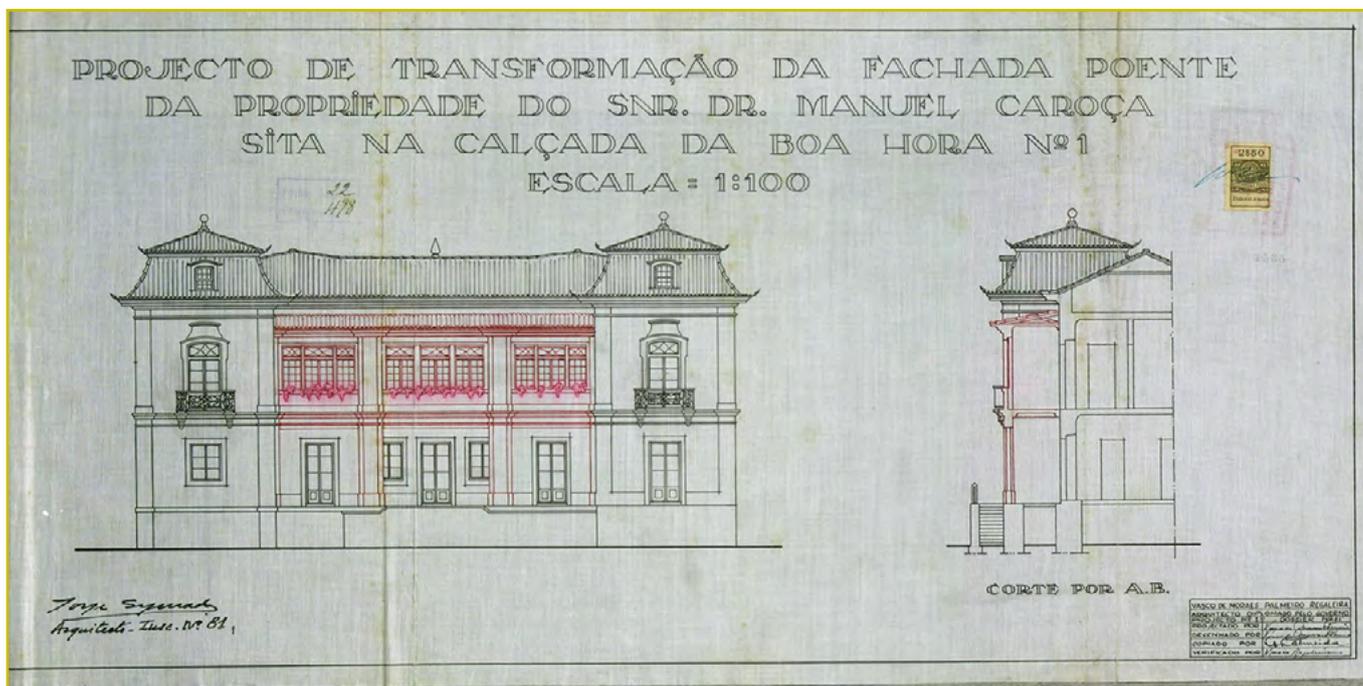


Figura 6 SEGURADO, Jorge; REGALEIRA, Vasco [et al.] - *Obra n.º 2506*, Processo n.º 498/SEC/PG/1934, f. 22. Projeto de transformação da fachada poente do Palácio Quinta das Águias enquanto propriedade do Dr. Manuel Caroça.

A casa passou novamente por alterações em 1934, na qual participaram os arquitetos Vasco Regaleira e Jorge Segurado, empreendendo “vastas obras de restauro, não só da casa, como do jardim e da quinta”⁵¹, tal como se sabe, a transformação da fachada poente, ademais da construção de uma varanda e de outros compartimentos internos como “duas casas de banho e um quarto de costura”⁵², buscando a harmonia do espaço.

Nessa mesma época, o palácio foi cedido pelo doutor Manuel Caroça ao seu genro, o professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, casado com a sua única filha, dona Fernanda Caroça. O casal foi viver para o palácio com seus três filhos rapazes constituindo assim o seu “microcosmos”⁵³ na Junqueira, acrescentando mais uma página na história dessa solene vivenda. No entanto, em 1945, a quinta foi dividida e construído um edifício anexo ao fundo, junto ao recinto onde se ergue a imponente cascata de azulejos policromados, o poço e o terraço, constituindo

⁵¹ SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994. p. 487 (a).

⁵² AML, *Obra n.º 2506*, Processo 498/SEC/PG/1934, f. 3.

⁵³ CARAPINHA, Aurora; GONÇALVES, Rita; PIRES, Amílcar; SANTOS, Filipe Benjamim - As quintas de recreio [Em linha]. In VILAS-BOAS, Manuel, org. – *Encontros com o Património*. Lisboa: TSF, 2015. [Consult. 17.11.2015]. Disponível na Internet: http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio/emissao/as_quintas_de_recreio_4605244.html

uma representação em menor proporção do palácio original, oferecido pelo doutor Lopo de Carvalho ao seu filho mais novo por ocasião do seu casamento, construção existente ainda hoje.

O professor doutor Fausto Lopo de Carvalho⁵⁴ era um homem de gosto requintado e profundamente ligado à cultura, tendo vários amigos pintores, escritores e intelectuais. O seu “escritório maravilhoso, muito bonito, muito grande e organizado”⁵⁵, localizado no “primeiro piso entre o *hall* do primeiro andar e o quarto dele”⁵⁶ ganhava destaque no edifício, repleto de livros e guarnecido com a escultura de busto do próprio doutor.

O palácio da Quinta das Águias, em si, agradava sobremaneira ao professor doutor Fausto Lopo de Carvalho. No entanto, conforme declara a família, havia algumas partes da casa que o seduziam e lhe produziam uma grande satisfação, podendo considerar-se os seus lugares prediletos: sentar-se na varanda da fachada sul, que dava para a rua da Junqueira, a primorosa capela joanina e os passeios pelo jardim apreciando a flora centenária



Figura 7 Sala de visitas do Palácio da Quinta das Águias. Detalhe do retrato a óleo do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho. Fotografia de Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues.

⁵⁴ O professor doutor Fausto Lopo de Carvalho (1890-1970) foi um afamado professor e médico pneumologista. Realizou diversos estudos na sua área desenvolvendo a angiopneumografia junto a outros ilustres médicos, como Egas Moniz. É lembrado por seus familiares como pessoa inteligente, extraordinariamente humana, com um grande sentido de humor e muito familiar. Acerca do trabalho do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, vide http://memoria.ul.pt/index.php/Carvalho,_Fausto_Lopo_Patr%C3%ADcio_de.

⁵⁵ RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.

⁵⁶ Idem.

e exótica, que envolvia e embelezava todo o conjunto. Por esse motivo, de vez em quando, procurava conciliar os espaços com remodelações e ampliações visando um maior equilíbrio, “melhor alojamento e comodidade dos habitantes do imóvel”⁵⁷, como consta na memória descritiva do projeto, autoria do engenheiro Antonio José d’Ávila Amaral, apresentado em 1947 à Câmara Municipal de Lisboa. Este projeto pretendeu a “comunicação de dois corpos existentes”⁵⁸, facilitando o acesso às dependências. Para isso, proceder-se-ia a algumas alterações que resultariam na fixação da entrada principal à vivenda que se daria apenas pelo portão número 5 da calçada da Boa Hora, numa melhor ligação da casa com os jardins do palácio, na transformação da então entrada em um vestíbulo conseguindo-se uma comunicação rápida com a construção do lado sul e, finalmente, na intenção de buscar a simetria da fachada sul. Para realizar essas benfeitorias e poder unir os espaços, era necessário, como se descreve no projeto em causa, nivelar pavimentos, abrir janelas e portas, deslocar divisões, derrubar e construir vãos, assim como alguns lanços de escadas e degraus para vencer desníveis.

O palácio e a quinta constituíam o grande cenário da vida familiar. De acordo com o testemunho da doutora Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues⁵⁹, o espaço arquitetónico e a família organizavam-se harmonicamente de modo que:

No primeiro andar, havia um grande quarto que pertencia aos meus bisavós e que dava para um *hall* pequenino. Cada um dos três filhos tinha seu quarto com casa de banho. Depois, havia o sótão para os empregados. Ainda no primeiro andar, na parte detrás do escritório do meu bisavô, havia uma sala de visita e uma casa de jantar de visitas, que dava para a galeria da capela. Em baixo, encontrava-se a grande casa de jantar de todos os dias, a salinha da televisão e a casa de banho das visitas. A capela estava ao fundo onde se rezava todas as noites, havia também outra casa de banho, a cozinha, uma despensa e copa muito grandes, e, depois, o quarto de brinquedos. Era tudo em grande.

A entrada principal, muito grande, tinha um portão de ferro através do qual se podia aceder à escada principal, muito grande e de pedra. Esta escada dava acesso ao primeiro andar. Nele, havia a primeira porta pela qual se podia aceder ao coro da capela. A segunda porta dava acesso à sala de visitas, logo a terceira era o quarto de um dos filhos, o mais velho, e a quarta porta era o escritório do meu bisavô. Todas estas quatro portas davam para estas divisões que iam se comunicando com o resto para fazer um círculo à volta desta escada. Através desta escada, e depois passando pelas diferentes divisões, podia ter a todos os lados da casa.⁶⁰

⁵⁷ AML, *Obra n.º 2506*, Processo n.º 30038/DSC/PG/1947, f. 2.

⁵⁸ *Idem*, f. 3.

⁵⁹ A doutora Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues é bisneta do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho, moradora por quase uma década no palácio da Quinta das Águias, conhecedora e detentora das memórias do imóvel enquanto foram proprietários.

⁶⁰ RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.



Figura 8 QUILLARD, Pierre-Antoine – *Anunciação*. Lisboa, s. XVIII. Retábulo do altar-mor, capela do Palácio da Quinta das Águias, Lisboa. Paineis em moldura dourada. Fotografia de Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues.

No palácio da Quinta das Águias, “todos os sítios tinham os seus encantos”⁶¹, seja uma história para contar seja uma vivência com tom nostálgico dos tempos de outrora, dos natais com a grande árvore junto à escada principal, das brincadeiras no sótão, das passagens secretas localizadas debaixo do palácio, da casa na árvore, das capoeiras vazias transformadas em casas de bonecas, dos passeios de bicicletas e pela horta e das “estórias” antigas contadas por dona Fernanda Caroça.

Os dois pavilhões com janelas instalados em cada esquina da Rua da Junqueira, que se mantinham erguidos no lugar até há umas décadas, serviam de miradouros para os seus moradores observarem o que sucedia na rua, além de ser palco para os divertimentos infanto-juvenis em certas comemorações, como os festejos carnavalescos que se celebravam no bairro. As experiências e a forma de se relacionar com o espaço, acabam por influenciar a vida dos habitantes, relativamente a essa experiência e relação, a doutora Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues manifesta:

⁶¹ RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.

Eu cresci ali, portanto, tudo o que sou, se baseia muito nas vivências que eu fui tendo naquele sítio. É uma base do que vai passando, pois as nossas recordações são um bocadinho da nossa vida e também das nossas memórias. Representa muito. (...) São lembranças, independentemente de ser felizes ou infelizes, mas o que interessa, é que todo o cenário da minha vida era ali, no Palácio das Águias.⁶²

Através desse testemunho, é possível compreender o sentimento de identificação e de pertença existente entre os moradores e a casa. Esta é, no seu ser, um lugar de vida, onde acontecem factos, acompanhando, influenciando, e, ao mesmo tempo, motivando os seus habitantes a construir o seu próprio universo de vivências e memórias, conseguindo firmar um princípio para toda a vida.

Com o falecimento da matriarca, dona Fernanda Carocha, a 1 de agosto de 1987, os três filhos herdeiros decidiram desfazer-se do imóvel ante a impossibilidade de um sucessor assumir sozinho os elevados custos de manutenção que exigia todo o complexo do palácio da Quinta das Águias e, a partir de 1989, a casa ficou desabitada.



Figura 9 Vista da fachada sul com jardim de estilo renascentista, sendo propriedade do professor doutor Fausto Lopo de Carvalho.
Fotografia de Patrícia Lopo de Carvalho Madeira Rodrigues.

⁶² RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho*. Lisboa, 19 de janeiro 2016.

3.5. A situação atual e as propostas de recuperação

Em 1996, o palácio da Quinta das Águias foi classificado como imóvel de interesse público⁶³. Oito anos mais tarde, passou a ser património da Sociedade de Administração Imobiliária Palácio das Águias que o administra até hoje. No ano de 2007, foi apresentado um projeto⁶⁴ à Câmara Municipal de Lisboa para a construção de um hotel de charme cinco estrelas com quarenta e duas unidades de alojamento. Esta transformação reabilitaria o palácio e os jardins, mantendo a traça original, e construir-se-iam novos edifícios, que estariam interligados, ampliando, dessa forma, o conjunto arquitetónico. Um projeto entusiasmante e de envergadura, que visa o renascimento do lugar e responde à demanda turística crescente em Lisboa, mas acha-se condicionado no âmbito do processo judicial instaurado contra o banco proprietário da Sociedade de Administração Imobiliária Palácio das Águias.

Recentemente, em 2014, um estudo realizado pela arquiteta Marta Alexandra Sereno Gonçalves propôs o desenvolvimento, na área do Rio Seco, de um “corredor verde”⁶⁵ como parque natural urbano no qual estaria integrado o palácio. Este estudo requalificaria o Vale do Rio Seco e recuperaria o imóvel transformando-o em um hotel composto por treze *Villas*, unindo “o secular e o contemporâneo”⁶⁶. Consistia, portanto, num modo de

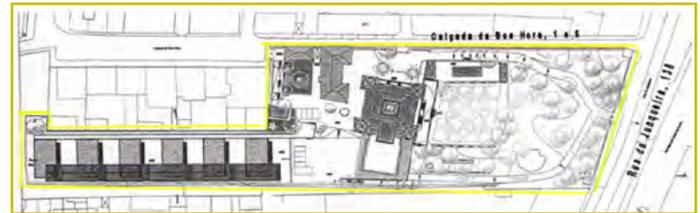


Figura 10 Capinha Lopes e Associados – *Planta do projeto para a reabilitação e jardins e construção de novos edifícios. Constituição do Palácio das Águias- Hotel 5 Estrelas.* Lisboa, 2007. Imagem cortesia da Sociedade Geral de Projetos Imobiliários e Serviços S.A.

Figura 11 Capinha Lopes e Associados – *Vista exterior 3D. Projeto para a reabilitação e jardins e construção de novos edifícios. Constituição do Palácio das Águias- Hotel 5 Estrelas.* Lisboa, 2007. Imagem cortesia da Sociedade Geral de Projetos Imobiliários e Serviços S.A.

⁶³ Classificação dada pelo Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico de Portugal.

⁶⁴ Projeto de Construção – Propriedade da Sociedade de Administração Imobiliária Quinta das Águias S.A. Câmara Municipal de Lisboa, *Processo n.º 4509/OTR/2008 e processo associado n.º 2128/EDI/2005*.

⁶⁵ GONÇALVES, Marta Alexandra Sereno – *O palácio como matriz de inscrição na cidade: a propósito do Parque Natural no Rio Seco*, 2014, p. 41. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade de Lisboa.

⁶⁶ Idem, p. 45.

salvaguardar, como a autora afirmou, “a memória urbana indispensável”⁶⁷ e dar a “conhecer um dos mais belos Palácios setecentistas de Lisboa”⁶⁸.

Atualmente, a propriedade continua desabitada, sendo comercializada por uma conhecida imobiliária internacional, contudo, encontra-se muito degradada⁶⁹ em todos os níveis e à espera de um futuro que reabilite e conserve o património histórico que representa para a cidade.

4. CONCLUSÃO

Este estudo tratou de resgatar as histórias e memórias do palácio da Quinta das Águias desde o seu nascimento como vivenda até aos nossos dias, mostrando a sua importância para a cidade e para a zona da Junqueira, cenário escolhido pela aristocracia de Lisboa para construir casas nobres fundadas no bom gosto, no conforto e na opulência de uma época.

Através de uma linha temporal e baseado em um contexto fundamentalmente histórico, pretendeu-se conhecer como era a vida dos titulares do palácio, a que se dedicavam, em que circunstâncias o adquiriram e deixaram de ser proprietários, procurando destacar o aspeto social do espaço e os traços mais significativos da vivenda ao longo dos anos.

Com o fim de explicar a situação do imóvel nos últimos vinte anos, este artigo também revelou alguns dos projetos e estudos realizados para a recuperação e transformação do palácio setecentista, tendo como objetivo, por um lado, dinamizar a sua funcionalidade; por outro lado, preservar o valor histórico, arquitetónico e cultural que representa para a cidade de Lisboa.

No sentido de manter as memórias, as histórias e o conjunto arquitetónico desses lugares vivos, a presente investigação divulga a existência de algumas campanhas para a salvaguarda patrimonial da cidade, como, a título de exemplo, o movimento cívico Fórum Cidadania Lisboa e os blogues Ruin’Arte e Lisboa SOS, que alertam para o mau estado de conservação em que se encontra tanto o Palácio das Águias na Junqueira como outros similares, esperando que os edifícios áureos de outrora nem desapareçam nem estejam sob a incerteza do futuro.

⁶⁷ GONÇALVES, Marta Alexandra Sereno – *O palácio como matriz de inscrição na cidade: a propósito do Parque Natural no Rio Seco*, 2014, p. I. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade de Lisboa.

⁶⁸ *Idem*, p. 43.

⁶⁹ Em 1999, foi elaborada uma carta de risco do palácio da Quinta das Águias pela DGEMN/DSID.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Obra n.º 2506.

PINTO, Júlio António Vieira da Silva – *[Planta topográfica de Lisboa]: 5C.* PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/009.

PORTUGAL, Eduardo – *Quinta das Águias – Palácio das Águias.* PT/AMLSB/POR/059645.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Autos de conta de capela de José Nogueira, Hospital de São José, escrivão Botelho, *mç. 170*, n.º 1, cx. 917, f.1-20. PT/TT/HSJ/A-D-C/018/0170/00001.

Arquivo de Documentação Fotográfica – DGPC

MONTEIRO, Carlos (fot.) - *Painel de azulejos Grande Vista de Lisboa - zona de Belém (pormenor).* Lisboa: [s.n.], 1994. Museu Nacional do Azulejo, inv. n.º 1 Az. Barro vidrado, majólica. Número IFN 02519.04.01 DIG.

Entrevistas

RODRIGUES, Patrícia Lopo de Carvalho Madeira – *Entrevista concedida a Ana Cláudia Pérez Coelho.* Lisboa, 19 de janeiro 2016.

Bibliografia

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito – *Esboços e recordações.* Lisboa: Typographia Universal, 1875.

ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1938-1939. vol. 9.

BAENA, Sanches de – *Archivo heraldico-genealogico.* Lisboa: Typographia Universal de Thomas Quintino Antunes, 1872.

DECRETO n.º 2/96. *Diário da República.* I.ª série-B N.º 56 (96-03-06), p. 448-457.

FRANÇA, José Augusto – *Lisboa pombalina e o Iluminismo.* 3.ª ed. Lisboa: Bertrand, 1987.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopedia, 1936. vol. 14.

IRIA, Alberto – *O Arquivo Histórico Ultramarino: a organização dos serviços em 1950.* Lisboa: [s.n.] 1958.

- LAMAS, Arthur – *A quinta de Diogo de Mendonça no sítio da Junqueira*. Lisboa: Tipografia do Comercio, 1924.
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dictionario... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873.
- MARTINS, Francisco José da Rocha – *Lisboa: história das suas glórias e catástrofes*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1947. vol. 1.
- MURTEIRA, Helena – *Lisboa da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença, 1999.
- PEREIRA, Paulo Jorge Garcia – *História da arte portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1995. vol. 2.
- PROENÇA, Raúl – *Guia de Portugal: generalidades Lisboa e arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924.
- SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo – *Dicionário da história de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, 1994.
- SAUSSURE, César de – *Voyage de Monsieur César de Saussure en Portugal: lettres de Lisbonne*. Milan: Typographie Nationale de V. Ramperti, 1909.

Publicações em série (revistas, jornais)

- Arquivo das Colónias*. Lisboa: Ministério das Colónias. Vol. 5 (1923).
- Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Vol. 21 (2005).
- ESTEBAN, José – Lisboa manuelina [Em Linha]. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano XX N.º 82 (3.º trim. 1959), p. 5-16. [Consult. 23.11.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N82/N82_master/N82.pdf.
- HONRADO, Alexandre – As Flamengas: da Ordem das Clarissas [Em linha]. *Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências*. Britiande; Fortaleza: [s.n.]. Nova Série N.º 44 (fev.-mar. 2014). [Consult. 18.11.2015]. Disponível na Internet: http://novaserie.revista.triplov.com/numero_44/alexandre_honrado/index.html.
- PIRES, Amílcar de Gil e – O lugar da quinta de recreio na periferia de Lisboa. *Revista Tritão: Revista de História, Arte e Património de Sintra* [Em linha]. Sintra: Câmara Municipal. N.º 1 (dez. 2012). [Consult. 30.11.2015]. Disponível na Internet: http://revistatritao.cm-sintra.pt/images/revista1/amilcarpires/tritao_Amilcar-Pires.pdf.
- VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 70 (abr. 1955), p. 55-67.
- VIDAL, Frederico Gavazzo Perry – Os velhos palácios da Rua Junqueira. *Olisipo: Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Lisboa. Ano XVIII N.º 71 (jul. 1955), p. 106-119.

Teses, dissertações e outras provas académicas

FRANCO, Carlos José de Almeida - *As casas das elites de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em Estudo do Património, apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

GONÇALVES, Marta Alexandra Sereno – *O palácio como matriz de inscrição na cidade: a propósito do Parque Natural no Rio Seco*. Lisboa: [s.n.] 2014. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira – *O Vale de Alcântara como caso de estudo: evolução da morfologia urbana*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

SOUSA, Ana Cláudia Encarnação de – *As quintas de recreio do século XVI em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 2015. Dissertação de mestrado em Arquitetura, apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

Material não livro - Registo sonoro

CARAPINHA, Aurora; GONÇALVES, Rita; PIRES, Amílcar; SANTOS, Filipe Benjamim - As quintas de recreio [Em linha]. In VILAS-BOAS, Manuel, org. - *Encontros com o Património*. Lisboa: TSF, 2015. [Consult. 17.11.2015]. Disponível na Internet: http://www.tsf.pt/programa/encontros_com_o_patrimonio/emissao/_as_quintas_de_recreio_4605244.html.

Documentos eletrónicos

CORREIA, Ana Paula Rebelo – Memórias de casas senhoriais: patrimónios esquecidos [Em linha]. In CARITA, Hélder; MENDONÇA, Isabel; MALTA, Mariz, coord. – *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014 [Consult. 28.03.2016]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/10362/15328>.

PIRES, Helena; MORA, Teresa; AZEVEDO, Ana Francisca de; BANDEIRA, Miguel Sopas, ed. – *Jardins: jardineiros: jardinagem* [Em linha]. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho; Centro de Investigação em Ciências Sociais, 2014. [Consult. 27.03.2016]. Disponível na Internet: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/150.

VALE, Teresa; GOMES, Carlos – Palácio da Quinta das Águias, Quinta de Diogo de Mendonça, Quinta do Visconde da Junqueira, Quinta do Professor Lopo de Carvalho, Quinta dos Corte-Real [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 25.10.2015]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072.

O Palácio do Marquês de Angeja e o colapso do painel frontal do chafariz d'el-rei

The palace of the marquis of Angeja and the collapse of the king's fountain

António Augusto Salgado de Barros*

Submissão/submission: 29/01/2016

Aceitação/approval: 22/04/2016

RESUMO

O desmoronamento do frontispício do chafariz d'el-rei e a consequente danificação do palácio do marquês de Angeja gerou um litígio que envolveu o Senado da Câmara de Lisboa e o marquês, pessoa influente e de grande prestígio social.

PALAVRAS-CHAVE

Palácios / Abastecimento de água / Chafariz / Poder camarário / Avaliação técnica

* António Augusto Salgado de Barros é membro conselheiro da Ordem dos Engenheiros e sócio do Grupo Amigos de Lisboa. Engenheiro pelo Instituto Superior Técnico exerceu, ao longo de 43 anos, atividade profissional no Departamento de Matemáticas do Instituto Superior Técnico, na Junta de Energia Nuclear, na SETENAVE e no grupo CUF-QUIMIGAL. Concebeu e implementou o processo de Acreditação de Cursos de Engenharia promovido pela Ordem dos Engenheiros. A partir de 2009 tem-se dedicado à história de Lisboa tendo cinco trabalhos concluídos, um publicado e mais dois aceites para publicação.

Correio eletrónico: salbarros@sapo.pt

ABSTRACT

The episode of the collapse of the King's fountain and the consequent damage of the palace of marquis of Angeja, in Lisbon, generated a dispute involving the Senate of Lisbon and the marquis, a man of a high status and a great social influence.

KEYWORDS

Palaces / Water supply / Fountain / Local power / Technical evaluation



INTRODUÇÃO

Embora a existência de uma estabilidade de longos anos confira alguma garantia de segurança aos edifícios antigos, a forma empírica como se avaliavam estruturas, no passado, conduzia a frequentes insucessos. Alexandre Herculano no seu conto *A Abóbada*¹ evidencia como a intuição e experiência do construtor eram condicionantes para o sucesso da obra. A física e a mecânica dos materiais e o seu suporte matemático só foram estruturados a partir do século XVIII e só em meados do século XIX se iniciou uma abordagem consequente dos princípios teóricos da construção e surgiram as primeiras obras calculadas com base científica consistente.

Assim, quando antes do século XIX se dava o colapso de uma construção, a única avaliação que podia ser feita sobre as origens do acontecimento tinha de ser suportada por uma análise simplista embora, por vezes, com algum fundamento técnico. O diagnóstico do colapso do frontispício do chafariz d'el-rei, que provocou o desmoronamento de parte do palácio do marquês de Angeja, é uma ilustração deste facto.

AS CASAS DO MARQUÊS DE ANGEJA

Angeja é, ainda hoje², uma freguesia portuguesa do concelho de Albergaria-a-Velha, na região de Aveiro, em que parte dos seus terrenos pertencem à zona aluvial da Ria e que obteve o foral de D. Manuel I, em 1514. Teve vários senhorios onde avultam os Albuquerque e os Noronhas³.

¹ HERCULANO, Alexandre – *Lendas e narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1858.

² LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal antigo e moderno: dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873. vol. 1, p. 135.

³ Idem, vol. 11, p. 1119.

A linhagem dos marqueses de Angeja iniciou-se em 1714 com o título de 1.º marquês de Angeja atribuído, pelo rei D. João V, a D. Pedro António de Noronha de Albuquerque, já então 2.º conde de Vila Verde, senhor de Bemposta, Pinheiro e muitos outros lugares⁴.

Em 1744 vivia D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, 4.º conde de Vila Verde e 3.º marquês de Angeja, fidalgo com estatuto elevado, nascido em 17 de agosto de 1716 e falecido em 11 de março de 1788. Era um nobre que, após a queda de Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado presidente do Real Erário, nomeação que evidenciava o seu anterior afastamento relativamente às políticas do antigo secretário de estado de D. José I. Foi este homem, discreto mas pragmático, que entrou em litígio com o Senado de Lisboa por ocasião do acidente sucedido com o chafariz d'el-rei, em 1744, em que o frontispício sofreu uma desastrosa derrocada ocasionando mortos e feridos, e manteve um longo contencioso com a autarquia em defesa dos seus interesses⁵.

Tendo casado duas vezes, o 3.º marquês de Angeja viveu durante o primeiro casamento em Viana do Castelo, encontrando-se em Lisboa após o seu segundo casamento, em 1745, onde nasceram os seus quatro filhos⁶.

Os antecedentes conhecidos do palácio do marquês de Angeja eram as casas de Lopo de Albuquerque, adquiridas pela Câmara, que as aforou a Simão Dias. Junto a estas construções vivia um Diogo da Silva que conseguiu o aforamento daquelas construções por cedência de Simão Dias⁷. “Numa das casas limítrofes do chafariz, para o lado ou para trás, viveu Pedro Barbosa de Luna”⁸, pai do tristemente famoso Miguel de Vasconcelos. Em 1740 já estas casas pertenciam à casa de Angeja que neste local possuía várias parcelas de terreno⁹ muito provavelmente expropriadas após a Restauração juntamente com “vários bens outrora pertencentes a Miguel Vasconcelos (...)”¹⁰. Na figura 5 está implantado o palácio do marquês de Angeja, segundo Augusto Vieira da Silva, mostrando a sua localização relativamente ao chafariz d'el-rei.

José Sérgio Velloso de Andrade refere a existência de passadiços elevados que ligavam as construções de um e de outro lado do beco Coberto, hoje travessa do Chafariz d'El-Rei e que Cristóvão Rodrigues de Oliveira designava

⁴ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. III.

⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 245. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887-1911. vol. XIV, p. 332.

⁶ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. III.

⁷ CASTILHO, Júlio - *A ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1956. vol. II, p. 16.

⁸ *Idem*, p. 24.

⁹ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. II, p. 53.

por beco Diogo da Silva, mais tarde beco do Silva¹¹. Vieira da Silva implanta neste local o palácio do marquês de Angeja na sua obra “A Cerca Moura de Lisboa”¹².

Na noite de 5 para 6 de junho de 1722 declarou-se um incêndio numa casa vizinha ao palácio do marquês, que teve início nas “estâncias de lenha situadas na Ribeira”¹³ e que lhe causou alguns prejuízos.

Pouco tempo antes do terramoto, em virtude de um grande incendio que se ateou numa casa vizinha ao palácio, teve este um irreparável estrago o que motivou a saída do Marquês da sua residência. Instalou-se então no palácio do Conde de Alva, defronte da Trindade¹⁴.

Após o palácio já ter sido reabitado dá-se, no dia 18 de fevereiro de 1744, o desmoronamento do frontispício do chafariz d’el-rei¹⁵.

A freguesia de São João da Praça, onde se localizava o palácio do marquês de Angeja, sofreu uma grande devastação com o terramoto de 1755¹⁶ pois, de acordo com o prior António Faustino Gama, “teve esta freguesia no anno do Terramoto mil, seis centas pessoas, quatro centos para quinhentos fogos, e neste presente ano de 1759 só tem des fogos e sincoenta pessoas, sem barraca alguma própria”¹⁷.

Após o terramoto de 1755 procedeu-se à reparação do chafariz d’el-rei. A reconstrução arrastou-se ao longo dos anos tendo sido embargada pela marquesa de Chaves, em 1838¹⁸. A conclusão das obras deu-se em 1861, “com a colocação dos vasos ornamentais e pirâmides da platibanda”¹⁹. A partir de 1998 realizaram-se trabalhos de reabilitação em volta da cisterna do sistema de alimentação do chafariz d’el-rei e dos edifícios da rua São João da Praça, incluindo infraestruturas de águas residuais e pluviais tendo-se iniciado, em 2002, a consolidação dos edifícios contíguos àquela cisterna existente sob o largo Júlio Pereira e das respetivas galerias. Estes trabalhos, após o interregno de alguns anos, foram retomados em 2012 tendo sido lançada uma empreitada destinada à consolidação estrutural da cisterna do chafariz d’el-rei e dos edifícios adjacentes na rua de São João da Praça, trabalhos que foram concluídos em 2015.

¹¹ Idem, p. 16.

¹² SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 156. estampa V e p. 180 estampa VI.

¹³ CASTILHO, Júlio – *A ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1956. vol. II, p. 239.

¹⁴ Idem, p. 240.

¹⁵ Idem, p. 239.

¹⁶ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. II , p. 57.

¹⁷ PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo – *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1973. p. 123.

¹⁸ CASTILHO, Júlio – *A ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1956. vol. II, p. 26.

¹⁹ Idem, p. 27.

ENQUADRAMENTO URBANO DO CHAFARIZ D'EL-REI

O chafariz d'el-rei é considerado o mais antigo chafariz público de Lisboa e já existia, provavelmente, “no tempo do domínio romano e do muçulmano”²⁰, mas no interior das muralhas. Este chafariz, cujas águas teriam virtudes terapêuticas segundo a crença popular designava-se, até ao século XV, “*chafariz de Sancti Joanes*”²¹ adquirindo a sua atual designação provavelmente no reinado do rei D. Dinis²².

Uma carta de D. João II, datada de 16 de setembro de 1487²³, relacionada com a extensão de um cano que levasse a água até um novo chafariz a construir junto à parte exterior da muralha, a Aguada²⁴, a fim de facilitar o abastecimento da marinha²⁵ faz supor que, naquela altura, o chafariz já deveria repousar no exterior das muralhas.

A estampa III do trabalho de Augusto Vieira da Silva *Cerca Moura*²⁶ mostra a posição relativa do chafariz d'el-rei relativamente à Cerca Velha²⁷, com o frontispício entalado entre duas torres. A figura 5, que é um pormenor da estampa V do mesmo trabalho²⁸, mostra a existência de edifícios junto ao chafariz e que se apoiavam na muralha, nomeadamente o palácio do marquês de Angeja e um armazém, a norte da travessa do Chafariz d'El-Rei e encostada a uma antiga torre, que fazia o canto da muralha de norte para oriente (respetivamente números 53, 55 e 56 da mesma figura).

No século XVI, uma das propriedades adjacentes pertencia a Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, da família dos Albuquerque de Angeja. Este nobre, ao aperceber-se da proliferação de algas na alimentação do chafariz, ofereceu-se para custear uma cobertura do chafariz suportada nos edifícios de sua propriedade que só lhe seria paga caso fosse eficaz a proteção por ele pensada. Esta proposta mereceu o beneplácito de D. Manuel I em 18 de setembro de 1517, tendo o rei enviado à Câmara um “Alvará sobre o concerto que Lopo de Albuquerque fez com a cidade acerca das suas casas”, referindo:

havemos por bem que o contrato que tendes feito com Lopo de Albuquerque fidalgo da nossa casa, acerca de uma abobada e parede que há de fazer sobre o chafariz, da banda das suas casas manifestando a sua vontade que a abobada

²⁰ SILVA, Augusto Vieira da - *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 148.

²¹ *Ibidem*.

²² CASTILHO, Júlio - *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal, 1935. vol. I, p. 250.

²³ ANDRADE, José Sérgio Veloso de - *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851. p. 105.

²⁴ Assinalado na planta de João Nunes Tinoco, de 1650.

²⁵ AML, *Livro 1.º do provimento da água*, f. 1v. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do Município de Lisboa*. vol. X. Lisboa: Typographia Universal, 1887-1911. p. 184.

²⁶ SILVA, Augusto Vieira da - *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

²⁷ Idem, Estampa III.

²⁸ Idem, p. 156. Estampa V.

que se fizer sobre o chafariz que se ha de fazer diante das suas janellas, contra a banda do mar, elle possa fazer varandas e casas e abrir janellas e portaes, com tal condição que elle pague para a dita abobada cincoenta cruzados²⁹.

Essa proposta foi objeto de um contrato assinado em 21 de dezembro do mesmo ano³⁰.

Em 21 de dezembro de 1517, D. Manuel enviava à Câmara a sua aprovação sobre a construção de uma varanda sobre a cobertura do chafariz, de acordo com o alvará anteriormente emitido, solicitada por Lopo de Albuquerque:

havemos por bem que, quanto à obra da banda do mar, que lhe seja inteiramente guardado nosso alvará, como n'elle é conteúdo, e que elle possa fazer e faça sua varanda da maneira que no dito alvará é declarado, e segundo o que com elle estava concertado, e que n'isto lhe não seja posto impedimento algum, porque achamos que não traz prejuízo nenhum ao chafariz, mas antes faz mais nobreza e ainda proveito á guarda do dito chafariz, do que nenhum damno nem impedimento³¹.

O telheiro foi construído como o demonstram gravuras pintadas na época³² e o seu aspeto foi classificado de notável por Damião de Góis, “com colunas e arcaria de mármore”³³.

Alguns anos depois a situação alterou-se. Para evitar a conspurcação das águas através das janelas das habitações confinantes com o chafariz foram, ainda por ordem do rei D. Manuel, compradas aquelas casas ao mesmo Lopo de Albuquerque³⁴ cujo pagamento foi saldado, em 1542, aos seus herdeiros. Mais tarde, a cidade voltou a aforar aquelas habitações, como anteriormente referido, a Simão Dias sendo o foro transferido para Diogo Silva, em 1550³⁵.

Em 1594, foi assinado um contrato de aforamento entre o Senado e o desembargador Pedro Barbosa, contrato este que foi transmitido até ao aforamento do marquês de Angeja dado que não houve mais nenhum contrato posterior àquele ano;

“pelo dito empraçamento³⁶ se mostra haver já n'aquelle tempo o dito chafariz, e por isso se obrigou o dito desembargador a não fazer em tempo algum prejuízo á agua d'elle: e com esta expressa condição se lhe facultou o poder fazer casas e as varandas”³⁷.

²⁹ AML, *Livro 4.º de D. Manuel I*, f. 57v. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, vol. XIV, p. 341.

³⁰ AML, *Livro 4.º de D. Manuel I*, f. 100. CASTILHO, Júlio - *A ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de, 1956. vol. II, p. 11.

³¹ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 232. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, vol. XIV, p. 342.

³² GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, K. J. P. - *The global city, on the streets of renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton Publishing, 2015. p. 27.

³³ GOIS, Damião de - *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 46.

³⁴ AML, *Livro 2.º de D. Manuel I*, f. 40. CASTILHO, Júlio - *A ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1956. vol. II, p. 11.

³⁵ CASTILHO, Júlio - *op. cit.*, p. 15.

³⁶ Contrato de aforamento.

³⁷ Consulta da Câmara a el-rei em 18 de setembro de 1744. AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 220. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *op. cit.*, p. 338.

Numa vista de Lisboa nos anos quinhentos³⁸ pode ser observado o chafariz d'el-rei enquadrado por habitações, especialmente visível numa ampliação do pormenor³⁹, devido à “deslocação da habitação das elites (...) que se instalam perto do porto e das suas riquezas”⁴⁰.

Os proprietários de habitações nas vizinhanças do chafariz provocavam, por vezes, outros transtornos, muito especialmente quando construía poços junto ao chafariz causando uma redução substancial do caudal. Assim se passou com um tal Luís de Carvalho que foi obrigado a entulhar, por alvará de 1598, o poço que tinha aberto para fins próprios⁴¹. Apesar da reação do cidadão a Câmara tomou posse do referido poço em 1614. Também em 1598, o Senado tomou posse de outro poço cujas águas encanou para o chafariz d'el-rei⁴².

Uma visita ao local permite constatar a conformidade do existente com o representado nos desenhos de Augusto Vieira da Silva, em que o painel frontal do chafariz está adossado a um muro por detrás do qual existe uma galeria que cobre a caleira de distribuição da água pelas bicas; a muralha encontra-se a norte da galeria e encostada a ela. Para dar passagem à água houve que abrir uma comunicação perfurando a parede da muralha sendo de assinalar que esta alteração, com implicação na Cerca Velha, deveria ter apresentado alguma dificuldade visto tratar-se de uma estrutura construída maioritariamente em pedra maciça.

No início de 1755, as casas vizinhas ao chafariz pertenciam ao marquês de Angeja. As plantas de Augusto Vieira da Silva⁴³ são claras no que se refere à fase anterior ao terramoto: o palácio do marquês de Angeja desenvolvia-se em dois blocos de ambos os lados da atual travessa do Chafariz d'El-Rei havendo, entre eles, uma comunicação a nível superior da rua. Talvez pelo facto da rua estar parcialmente coberta por aqueles passadiços esta travessa dava pelo nome antigo de “beco Cuberto”⁴⁴, já referido por Velloso de Andrade.

Os edifícios que encostavam à estrutura do chafariz deveriam ter-se apoiado na Cerca Velha e em fundações contíguas, o que não aconteceu pois o muro de suporte do frontispício parece ser impróprio para suportar cargas elevadas. O que ainda se nota no edifício que foi construído já no século XX e cuja fachada está recuada é a existência de um varandim a toda a largura do edifício e de uma varanda suportada por uma estrutura que avança até próximo da platibanda que decora a parte superior do chafariz.

³⁸ Desenho existente na biblioteca de Leyden e reproduzido por MOITA, Irisalva - *Lisboa quinhentista: a imagem e a vida na cidade*: Lisboa: Câmara Municipal, 1983. p. 82.

³⁹ GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, K. J. P. - *The global city, on the streets of renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton Publishing, 2015. p. 65.

⁴⁰ PINHEIRO, Magda - *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011. p. 85.

⁴¹ AML, *Livro 1.º do provimento da água*, f. 54. Referido por CASTILHO, Júlio - *A ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1956. vol. II, p. 20.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 21.

⁴³ SILVA, Augusto Vieira da - *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 156, Estampa V.

⁴⁴ ANDRADE, José Sérgio Velloso de - *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*. Lisboa: Imprensa Silviana, Lisboa, 1851. p. 110.

A falta de condições de estabilidade das estruturas onde se apoiavam os edifícios que antecederam o edifício atual, nomeadamente o palácio do marquês de Angeja serão, muito provavelmente, a justificação para o colapso parcial daquele palácio que sucedeu em 1744.

O CHAFARIZ D'EL-REI

Em 1220, era referido na documentação um chafariz de S. João, que se admite ser o antecessor do chafariz d'el-rei situado, ainda dentro de muralhas⁴⁵.

Mais tarde foi transferido para o local onde hoje se encontra e sua localização era central na vida da cidade pois no século XVI, segundo José-Augusto França existiam “patíbulos erguidos na Ribeira, no sítio do chafariz de El-Rei”, onde se realizavam autos-de-fé⁴⁶.

Este equipamento, devido à sua antiguidade e ao seu grande impacto no abastecimento da cidade, teve um sistema de alimentação que foi evoluindo ao longo do tempo e que foi ganhando complexidade. Velloso de Andrade relata, com algum detalhe, alguns acontecimentos em que esteve envolvido este chafariz⁴⁷, nomeadamente o colapso do seu frontispício que é tratado no presente artigo.

Foi possível proceder a uma recuperação das antigas estruturas de alimentação do chafariz d'el-rei através de uma intervenção acompanhada pela Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, já anteriormente descrita, motivada pela existência de um forte assentamento das fundações dos edifícios reconstruídos sobre o antigo paço do marquês de Angeja que estava a pôr em risco a estabilidade das estruturas referidas assim como dos edifícios com eles confinantes (figura 1).

Como é frequente nos chafarizes que estão próximos dos olhos de água que os abastecem, o chafariz d'el-rei tem uma arca de água a alguns metros a nascente da Cerca Velha com acesso por uma escadaria, com entrada pelo n.º 4 da travessa de São João da Praça, junto à porta da muralha do chafariz d'el-rei, a qual termina numa plataforma. Esta plataforma dá também acesso à alimentação das bicas, descendo-se por uma escada à direita que corre dentro de uma galeria no sentido sudeste-noroeste e que atravessa a muralha; a sua linha de eixo é sensivelmente perpendicular à linha de eixo da galeria de distribuição de água pelas bicas. Esta última galeria tem teto em abóbada de berço e orientação sudoeste-nordeste e contém uma calha no pavimento que distribui a água pelas bicas e está encostada, pelo lado sudeste, ao muro de apoio do frontispício e pelo lado noroeste, à Cerca Velha.

⁴⁵ *Memoria para a história das Inquirições de D. Afonso II*, 2.º documento, p. 14. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, vol. XIV, p. 343.

⁴⁶ FRANÇA, José Augusto – *Lisboa, história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 252.

⁴⁷ ANDRADE, José Sérgio Velloso de – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851. p. 105.



Figura 1 Chafariz d'el-rei encimado pelo palácio construído no século XX, 1945. AML, André Salgado, PT/AMLSB/SAG/000027



Figura 2 Arca de água do chafariz d'el-rei (foto do autor)

A época da construção daquele atravessamento foi um dos objetos de discussão entre o marquês de Angeja e a Câmara para suportar os argumentos invocados por cada uma das partes, como veremos mais adiante.

A arca de água está situada à esquerda da plataforma de entrada acima referida e está coberta em dois níveis: a oriente, parte da cobertura é em abóbada, está a uma altura que possibilita a observação de todo o conjunto e é suportada, num dos lados, por um cachorro em pedra. A outra parte da cobertura, a ocidente, com um nível bastante abaixo do anterior e pouco acima do nível da água, constitui uma laje de um dos edifícios adjacentes (figura 2). No fundo deste reservatório existiram, em tempos, os olhos de água que alimentavam o chafariz fazendo subir o nível de água até às caleiras de encaminhamento e distribuição de água pelas bicas. Na arca de água descarrega um cano que, no passado, conduzia a água para o chafariz de uma cisterna situada a noroeste. Junto a esta cisterna existiam nascentes (olhos de água) distribuídos por duas galerias laterais, que ajudavam a reforçar o caudal de alimentação do chafariz. Esta cisterna possuía uma claraboia ao nível do pátio de entrada do palácio do marquês de Angeja e que hoje, depois das obras de 2015, foi requalificada.

Ao confrontarmos as observações locais com outros relatos já anteriormente citados podemos analisar a evolução deste sistema.

Segundo A. Vieira da Silva⁴⁸ houve obras no chafariz em diferentes épocas⁴⁹. Velloso de Andrade⁵⁰ relata uma intervenção que se verificou em 1699 devido à contaminação das águas do chafariz com “barro, terra e entulho”⁵¹; em 1744 colapsou o painel frontal causando vários mortos e feridos, tendo os trabalhos de reconstrução terminado em 1747 e o número de bicas aumentado de seis para nove; em 1755 o chafariz sofreu com o abalo sísmico que então se verificou e que fez ruir o palácio do marquês de Angeja⁵². De 1774 a 1775 realizaram-se novas obras; em 1836 trabalhava-se ainda no “apainelado superior do edifício que só teria sido concluído em 1861”⁵³.

Quanto ao “recinto onde existe o depósito de água” (que nós designámos por arca de água), a situação relatada era idêntica à já descrita, com o reservatório, em parte, descoberto lateralmente e com a existência de “duas abóbadas”⁵⁴.



Figura 3 Largo Júlio Pereira que confina com os terrenos onde se implantava o Palácio do Marquês de Angeja, [c. 1951]. AML, Eduardo Portugal, PT/AMLSB/EDP/001121

⁴⁸ SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 150.

⁴⁹ Vieira da Silva escreveu este seu trabalho em 1899.

⁵⁰ ANDRADE, José Sérgio Velloso de – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851. p. 109.

⁵¹ Idem.

⁵² PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo – *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1973. p. 123 e MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimientos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. I, p. 48.

⁵³ SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 150.

⁵⁴ Idem, p. 151.

Vieira da Silva não faz menção à cisterna existente sob o pavimento do pátio do palácio do marquês de Angeja. Na planta de Filipe Folque nº 44⁵⁵ está assinalada a claraboia da cisterna, na zona correspondente ao pátio de entrada junto da atual rua de São João da Praça, hoje largo Júlio Pereira (figura 3).

Velloso de Andrade coligiu uma descrição intitulada “RELAÇÃO DO QUE CONTHEM O CHAFARIZ D’ELREY”⁵⁶, feita em 1699, que parece coincidir, em parte, com o que se conhece sobre o chafariz. Assim:

Refere as “seis bicas de pedra, com seus boccaes de bronze” que o chafariz possuía na altura; naquela data o número de bicas ainda não tinha sido acrescentado.

Situa, a 20 palmos (4,4 m) para noroeste, a arca de água com as seguintes dimensões: 50 palmos (11 m) de comprimento por 38 palmos (8,36 m) de largo e 8 palmos (1,76 m) de fundo; esta cota necessita de ser vencida para a água correr para as bicas.

Observa que a arca de água é aberta por cima mas as quatro paredes são fechadas sem qualquer janela ou fresta. O fundo é em parte de areia e em parte de rocha e nele nascem “vários olhos d’agoa, que he a principal (alimentação) do Chafariz”.

Identifica, a 80 palmos (17,6 m) para noroeste desta arca, a existência de “dois olhos d’agoa ambos juntos, dos quaes até ao presente⁵⁷ não havia noticia alguma” e que foram descobertos no processo de limpeza que se seguiu a uma contaminação das águas com barro, terra e entulho. A comunicação entre esta fonte e a arca de água fazia-se através de um cano com 2 palmos (0,44 m) de altura e 2/3 (0,15 m) de largura, e apresentava um caudal abundante⁵⁸.

Menciona, junto aos olhos de água, um “vazio” com 35 palmos (7,7 m) de comprido, 25 (5,5 m) de largo e 20 (4,4 m) de altura sobre o qual existia uma grande camada de entulho até uma altura de cerca de 50 palmos (11 m), próximo do nível do pátio da entrada das casas do conde de Vila-Verde, marquês de Angeja. Esta estrutura deve corresponder à cisterna que existe hoje e que está assinalada exteriormente pelo lanternim da claraboia que fica ao lado direito na rua de São João da Praça⁵⁹.

Na figura 4 é exibido um desenho, integrado do processo de classificação do chafariz d’el-rei⁶⁰ realizado pela Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, onde é representada a planta de localização e delimitação do conjunto a classificar, a qual foi por nós completada com a identificação das estruturas anexas ao chafariz d’el-rei.

⁵⁵ FOLQUE, Filipe - *Atlas da carta topográfica de Lisboa (1856-1858)*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2000.

⁵⁶ ANDRADE, José Sérgio Velloso de - *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*. Lisboa: Imprensa Silviana, 1851. p. 109.

⁵⁷ Até 1699.

⁵⁸ Na pesquisa da origem desta água descobriram-se duas pequenas arcas com as dimensões de 5 palmos por 3,5 de largo, com uma tampa em laje enterrada à profundidade de 20 palmos, ambas no beco “Cuberto”, hoje travessa do Chafariz d’El-Rei.

⁵⁹ ANDRADE, José Sérgio Velloso de - *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos*. Lisboa: Imprensa Silviana, 1851. p. 112, nota 6.

⁶⁰ Direção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT), *Processo DRL-DS/2008/11-06/109/CL/329*.

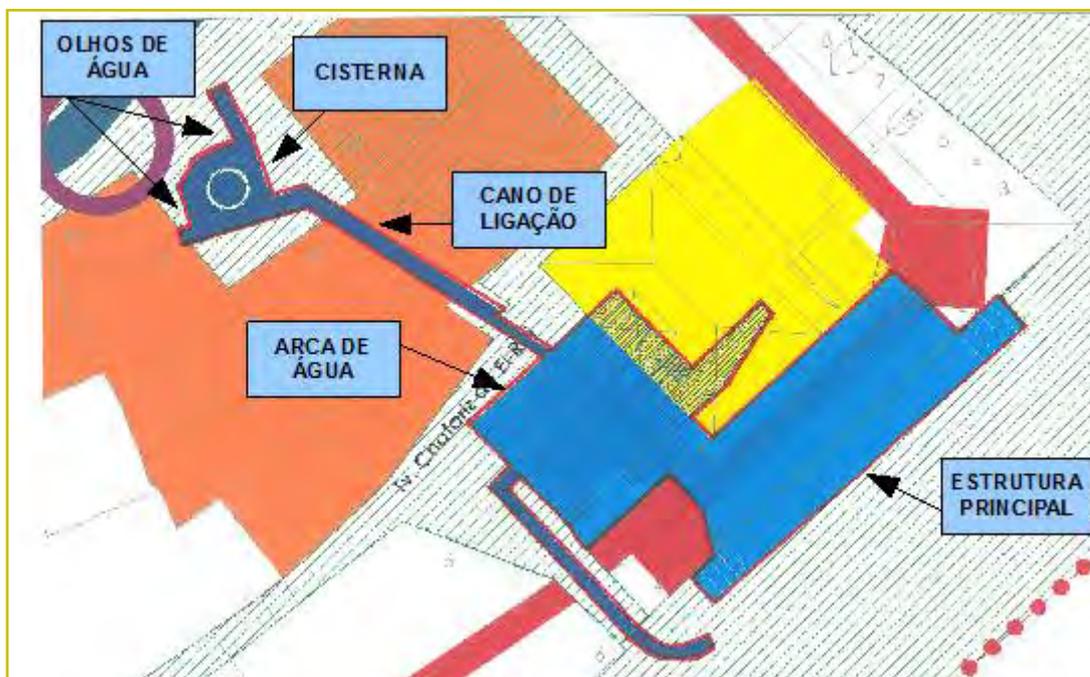


Figura 4 Planta do chafariz d'el-rei e estruturas anexas. (Com base no desenho de classificação da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo)

O DESMORONAMENTO DO FRONTISPÍCIO DO CHAFARIZ D'EL-REI

A zona envolvente ao chafariz d'el-rei constituía uma zona nobre da cidade pela proximidade do Paço da Ribeira, centro da atividade citadina, pela vista sobre o rio de que os proprietários das casas eram muito ciosos⁶¹ e pela facilidade de acesso à água potável. “O rei vive à beira do rio e uma parte da nobreza de corte também”⁶². Assim, por cima e em torno do chafariz d'el-rei foram sendo construídos edifícios, alguns “a cavalo da muralha moura”⁶³ contra a qual o chafariz tinha sido adossado.

A partir do reinado de D. Afonso V, a zona onde se situava o chafariz d'el-rei era parcialmente ocupada por habitações nobres encostadas à muralha⁶⁴. No século XVIII, para além do palácio do marquês de Angeja existiam, nas vizinhanças, as residências do conde de Vila-Flor, do conde de Coculim, de Francisco Távora, do duque de Aveiro, todas voltadas para o rio beneficiando de uma situação estratégica⁶⁵.

⁶¹ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. I, p. 82.

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ MOITA, Irisalva - Lisboa no século XVI, a cidade e o ambiente. In MOITA, Irisalva, coord. - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo98; Lisboa94; Livros Horizonte, 1994. p. 146.

⁶⁴ SILVA, Augusto Vieira da - *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 113.

⁶⁵ Idem, p. 156. Estampa V.

No dia 18 de fevereiro de 1744 desmoronou-se o “frontispício do chafariz de El-Rei, matando dezoito pessoas e ferindo muitas outras que ali estavam para se proverem de água nas seis bicas que o chafariz tinha”. Por esta causa, diz frei Apolinário da Conceição, “se fez de novo esta fonte com 9 bicas, toda de pedra de cantaria e tão magnífica como régia, cuja obra se completou em o ano de 1747”⁶⁶.

Sendo o chafariz d’el-rei a mais procurada fonte de abastecimento de água de Lisboa, o seu colapso pôs em causa o normal abastecimento da cidade induzindo uma forte pressão para a sua reparação, o que foi aproveitado pelo marquês de Angeja cujas casas construídas sobre a estrutura do chafariz sofreram danos, enviando um requerimento à Câmara no sentido de procurar ser ressarcido dos prejuízos que o atingiram e iniciando um combate que levaria muito tempo a dirimir.

Queixando-se o marquês de Angeja do “notório o lastimável estrago acontecido no dia 18 do corrente mez, pela ruína de uma parede encostada às casas do supplicante, ao chafariz de El-Rei”⁶⁷, uma vez que era titular de casas encostadas ao chafariz que sofreram os efeitos da derrocada, atribuiu a responsabilidade do desastre

(...) a imperícia com que a princípio se formou e edificou, rompendo-se os alicerces do muro da cidade, em que as (suas) casas se sustentam proveitando-se da sua maior fortaleza, chamada antigamente formigão⁶⁸, para introduzir os canos, para repartir as águas para seis bicas e fazer serventia por mina em todo o comprimento⁶⁹.

tendo ficado o muro desacompanhado. A “encobrir esta desordem⁷⁰, se encostou uma parede delgada composta de enxelharia⁷¹ sem ser liada e por isso sem fortaleza”⁷² e solicitou uma intervenção imediata por parte da Câmara reclamando ser ressarcido pelo “dano ocasionado”. Alegando “haver arrematado á Sr.^a Condessa de Vila Verde, D. Isabel de Mendonça (avó do requerente), o quarto superior das suas casas, no ano de 1695 tendo também comprado o inferior, em que se acham as bicas do chafariz, por escritura (...)”⁷³, outorgada no ano de 1699 tendo a Câmara procedido à “reforma das bicas, abertura de canos e arcas, e tudo o mais que cumprisse e fosse necessário ao dito chafariz e água dele sem por isso ficar obrigada a alguma satisfação ou segurança”⁷⁴.

⁶⁶ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, vol. XIV, p. 331.

⁶⁷ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 245. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, vol. XIV, p. 332.

⁶⁸ Argamassa constituída por uma parte de cal para uma e meia de areia fina.

⁶⁹ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 245. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, p. 332.

⁷⁰ No sentido de “incorreção”.

⁷¹ Obra com pedra aparelhada, geralmente em quadriláteros, para formação ou revestimento de paredes.

⁷² AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 245. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, p. 332.

⁷³ *Idem*, f. 259, *ibidem*, p. 333.

⁷⁴ OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887-1911. vol. XIV, p. 333.

A argumentação do marquês para exigir a reparação da sua propriedade à conta da Câmara é, assim, fundamentada pela relação que ele estabelece entre o colapso do frontispício do chafariz e a abertura de uma passagem, na estrutura da antiga muralha, para a passagem da água de alimentação das bicas do chafariz.

Foi encarregue de tratar deste assunto o vereador com o pelouro das obras⁷⁵ que procurou reunir a documentação necessária, solicitando-a quer ao escrivão do tombo da cidade quer ao marquês de Angeja, nomeadamente os títulos de propriedade que possuísse; tomou, também, a iniciativa de fazer uma avaliação da “mina d’agua e a canalisação que alimentavam o chafariz”⁷⁶ para estimar qual a data da sua construção. A vistoria, realizada a 3 de maio do mesmo ano de 1744, com a presença do “syndico”⁷⁷ da cidade, o vedor⁷⁸ e escrivão das obras e o mestre e medidor da cidade⁷⁹ concluiu que a mina foi “aberta nas muralhas muitos annos depois da edificação d’estas”⁸⁰ ficando, no entanto, por esclarecer se foi construída antes ou depois da aquisição das casas pelo Senado a Lopo de Albuquerque.

Apressou-se o marquês de Angeja a apresentar “os titulos que lhe eram solicitados” argumentando, quanto às alterações na estrutura do chafariz às quais não se podia opor mas que lhe não diziam respeito, que os prejuízos teriam de ser imputados a quem “com imperícia e menos segurança se fizesse, quando sem este damno se podia exercitar (...)”⁸¹ citando alguns exemplos de casos possíveis em que pudesse haver prejuízo intencional do enfiteuta por razões menos transparentes “só por effeito da ambição dos mestres”⁸².

A argumentação conclui que, não havendo qualquer impedimento em termos contratuais de se proceder à indemnização do requerente, essa indemnização seria devida à forma inadequada como em tempo se tinham realizado algumas obras de alteração na estrutura do chafariz⁸³.

A DISPUTA

Na sua insistência para ser ressarcido dos prejuízos provocados pela derrocada do chafariz que arrastou parte da sua habitação, procurou o marquês de Angeja demonstrar que a recuperação do edifício deveria ser feita

⁷⁵ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 234. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 333.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Antigo magistrado que é eleito por uma comunidade para zelar pelos interesses da mesma.

⁷⁸ Fiscal ou inspetor.

⁷⁹ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 234. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 333.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 259. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 334.

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

às custas da Câmara. Exibiu documentos comprovativos da legalidade de todas as transações efetuadas pelos titulares da casa de Angeja que o antecederam e enfatizou o conhecimento que delas tinha a cidade, acentuando que o contrato que formalizou a utilização da área por si ocupada e que estabelecia o livre acesso da Câmara à alimentação e bicas do chafariz, para manutenção, em parte alguma inviabiliza a compensação dos prejuízos eventuais resultantes da exploração do chafariz. Referiu ainda antecedentes em que a Câmara, após contestação fundamentada, corrigiu algumas arbitrariedades do Senado em linha com a reclamação feita por si.

O síndico da Câmara verificou a legalidade dos aforamentos e se no aforamento das casas ao Dr. Pedro Barbosa

(...) já estava a obra das bicas feita na muralha, e as mesmas bicas lançadas para o sitio para onde hoje se acham, em o qual muitos annos antes concedeu licença o sr. rei D. Manuel a Lopo de Albuquerque, que então possuia as ditas casas, para fazer a varanda sobre as bicas, que é a de que agora cahiu parte⁸⁴.

Com base nesta citação o que parecia estar em causa era a derrocada de uma varanda que teria sido construída apoiada no muro de suporte do frontispício do chafariz.

Ainda no aforamento ao Dr. Pedro Barbosa existia uma última cláusula onde

“n’ella se diz que não ficará o Senado por qualquer via obrigado á segurança ou satisfação alguma ao emphyteuta⁸⁵, e esta clausula o fica desobrigando para os mais emphyteutas seguintes”⁸⁶.

Em face dessas considerações o Senado delibera, em 2 de julho de 1744⁸⁷, a sua recusa em fazer as obras pretendidas pelo marquês que, não se conformando com a decisão, sustentou a sua pretensão em outro requerimento⁸⁸, “insistindo que não era emphyteuta do primeiro pavimento, mas sim dos quartos superiores, não devendo, por isso, ser coagido a reparar o prédio alheio”⁸⁹; após a consulta de todas as peças do processo pediu autorização para realizar as obras necessárias para garantir a segurança da sua propriedade.

Em resposta, o síndico da Câmara informou “que era ao supplicante que cumpria mostrar que a cidade estava obrigada a fazer a obra”⁹⁰, predispondo-se a aceitar uma vistoria amigável, proposta que foi aceite pelo marquês e que se realizou a 20 de julho de 1744⁹¹. Após a comunicação dos resultados da vistoria o Senado deliberou, em

⁸⁴ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 235v. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 335.

⁸⁵ Pessoa que recebe ou tem domínio útil de um prédio através de um contrato no qual é estabelecido o pagamento de uma pensão ou foro.

⁸⁶ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 235v. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 335.

⁸⁷ *Idem*, f. 246, *ibidem*.

⁸⁸ *Idem*, f. 243, *ibidem*.

⁸⁹ *Idem*, f. 244v., *ibidem*.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ *Idem*, f. 241v., *ibidem*.

27 de julho de 1744⁹², encarregar o vereador Manuel Martins Ferreira deste assunto. O marquês, ao aperceber-se do rumo que o processo tomava e antes que o Senado tomasse uma decisão definitiva, decidiu recorrer ao rei, enviando-lhe um requerimento a fim de procurar obter um desfecho para este problema que lhe fosse favorável⁹³.

Para esclarecer as dúvidas existentes e consolidar os argumentos invocados efetuou-se uma nova visita ao local, no dia 17 de agosto de 1744, com a presença do Senado e dois peritos, “do mestre e medidor da cidade, José Freire, dois mestres pedreiros por parte da cidade e dois por parte do marquês”⁹⁴, após a qual foi redigido um auto, sob juramento, assinado por representantes da cidade e do marquês⁹⁵ “sobre ruína que sucedeu, em 18 de fevereiro do dito anno, em o chafariz de El-Rei”⁹⁶.

Foi observada a

(...) dita ruína (...) e estado em que se achava a parede, e até que altura era muralha da cidade, e sua grossura, e se a parede que cahiu, era da mesma muralha, e se a mina que está por dentro d’ella, por onde se conduz a agua ás bicas, é mettediça⁹⁷, e se esta dá causa para esta ruína, e a forma com que melhor e mais commodamente se póde remediar e segurar⁹⁸.

Acrescentam, depois, que

(...) a parede em que estão as bicas, é muralha da cidade, que tem de grosso dez palmos e trez quartos de palmo, e de alto quarenta, e que por dentro d’ella se abriu uma mina que tem quatro palmos de vão, e de alto oito e meio, forrada de delgada enxelharia⁹⁹ e coberta de lagedo, do qual algum está partido, deixando a parte de fóra só de grosso a enxelharia da muralha, á qual encostaram por dentro a dita delgada, em que ambas fazem a grossura de menos que de palmo e meio¹⁰⁰.

Vê-se na planta de Viera da Silva¹⁰¹ que “a muralha da cerca fica situada por baixo do corpo recuado do chafariz de el-rei e não do da frente, onde estão as bicas”¹⁰². A interpretação feita no auto está, portanto, incorreta (ver figura 5).

⁹² Idem, f. 242, *ibidem*, p. 336.

⁹³ Idem, f. 242, *ibidem*, p. 336.

⁹⁴ Idem, f. 226, *ibidem*.

⁹⁵ Idem, f. 228, *ibidem*.

⁹⁶ Idem, f. 226, *ibidem*.

⁹⁷ No sentido de “intrometida”.

⁹⁸ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 226. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 336.

⁹⁹ Obra com pedra aparelhada para revestimento de paredes.

¹⁰⁰ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 228. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 337.

¹⁰¹ SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. Estampas V e VI.

¹⁰² Idem, p. 153.

da varanda pode ter sido devido ao enfraquecimento progressivo dos alicerces devido à proximidade do rio, como aliás é sugerido atrás.

Conclui o documento que

(...) o mesmo fará tudo o mais, se não lhe acudirem, por estar na mesma forma. Resta dar forma como melhor e mais commodo se possa segurar o edifício, e fícarem as aguas com melhor serventia: dizemos que, como esta dita muralha, em que se acham as bicas, seja intervallo de duas torres que andam os seus corpos mais fora quasi dez palmos, n'este transito se pode bem fazer o logar da mina, e a ella se passarem os canos que conduzem as aguas, e se massiçar a mina existente, isto com bons calhaus que liguem as ditas trez enxelharias que dizemos desunidas, e tudo massiço ficará o edifício seguro e a obra das bicas com melhor serventia e a obra mais formosa, porque o logar que para isso tem, não são só dez palmos, senão onze¹⁰⁴.

A reparação proposta era entulhar a galeria que supostamente tinha sido escavada na muralha, construindo por fora uma nova galeria. Esta era, no entanto, a solução que tinha sido praticada pois a galeria de distribuição tinha sido construída já fora da muralha.

Em 25 de agosto de 1744, o síndico da Câmara respondeu ao relatório da vistoria com um parecer¹⁰⁵ em que afirmava não ter dúvidas “que a mina que se fez na muralha, a fizesse mais fraca, nem também que a dita mina é obra mais moderna que a dita muralha”¹⁰⁶, referindo que a muralha em causa fora construída no reinado de D. Fernando¹⁰⁷ e o chafariz no tempo do rei D. Manuel¹⁰⁸, datas muito posteriores àquelas que são atualmente estimadas¹⁰⁹, e que a mina foi construída “no tempo que o Senado comprou as casas feitas sobre a dita muralha, para a construcção do dito chafariz (...)”¹¹⁰. Este parecer admite a fragilização da muralha resultante da abertura da galeria na estrutura da Cerca Velha o que parece não ser verdade, como atrás se referiu, uma vez que a muralha se encontrava por detrás da galeria e não sobre ela, insinuando que o colapso se ficava a dever às “grandes bemfeitorias que reduziram as casas a um grande palácio que hoje se acha sobre a dita obra, cujo peso concorreu para a dita ruina”¹¹¹, defendendo que as estruturas anexas ao chafariz cederam à sobrecarga introduzida pela ampliação dos edifícios que lhe estão sobrepostos. Recomenda, ainda, o entulhamento da mina atual e a sua substituição por outra mais exterior devendo em sua opinião, o Senado suportar o custo das obras para alimentação das bicas e o marquês custear a reparação das suas casas, repondo-se a circulação da água o mais rapidamente possível no interesse da população.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem, f. 236, *ibidem*, p. 338.

¹⁰⁶ Idem, f. 228, *ibidem*.

¹⁰⁷ O chafariz d'el-rei está adossado à Cerca Velha e não à Cerca Fernandina.

¹⁰⁸ Mais uma constatação que não está certa.

¹⁰⁹ O chafariz deve ter sido transferido do interior das muralhas para o local onde hoje se encontra no século XIV.

¹¹⁰ AML, Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V, f. 236. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 338.

¹¹¹ Idem, f. 226, *ibidem*.

A DECISÃO

Para clarificação da situação foi redigida pela Câmara a el-rei, em 18 de setembro de 1744¹¹², uma consulta em que era exposta a posição da Câmara relativamente ao assunto. O Senado apoiou-se no parecer de três vereadores: Francisco da Cunha Rego (presidente), Manuel Martins Ferreira (vereador do Senado ocidental) e Duarte Salter de Mendonça (vereador do Senado oriental)¹¹³ para suportar a sua posição. Foram referidos os antecedentes contratuais com Pedro Barbosa, em 1594, altura em que o chafariz já existia no local onde hoje se encontra e que foi autorizado a “fazer casas e as varandas que sem dúvida são as próprias de que alguma parte se acha hoje arruinada, ameaçando a mesma ruína nas casas todas que para aquela parte caem”¹¹⁴. Refere, ainda, o documento as condições expressas em que foi-lhe autorizada a construção de casas a fim de salvaguardar a contribuição do chafariz d’el-rei para o abastecimento de água da cidade e, não tendo havido nenhum contrato específico com o marquês de Angeja, se mantinham válidas, no entender do Senado, as condições estabelecidas em 1594.

Referindo a exigência do marquês “ao Senado parece que por nenhum principio está obrigado a semelhante pensão, porque, não havendo, como na realidade não ha, contrato algum novo celebrado com o marquez e seus antecessores”¹¹⁵ pois as cláusulas que devem regular o relacionamento do Senado com o marquês devem ser as mesmas que regularam o “emprazamento” feito com o desembargador Pedro Barbosa; “como este aceitou o muro e chão que a cidade lhe aforou, na forma em que se achava, não assiste ao marquez melhor direito do que tinha o dito desembargador (...)”¹¹⁶.

Contestando a posição do marquês que afirma que a construção da mina era mais moderna que o chafariz e atribuindo-lhe a origem do problema, o Senado considera que a origem do desmoronamento do chafariz não pode ser atribuída a obras recentes; porém, ainda que tal fosse verdade o contrato de emprazamento a nada obrigava a Câmara.

Volta o Senado a defender, tal como o síndico da Câmara já o fizera, que “como se accrescentaram mais andares, crescendo muito o peso com elles, d’este demasiado peso é mui natural provenha a ruína da parede e não da obra feita na muralha (...)”¹¹⁷, retomando-se o argumento do efeito da sobrecarga a que a estrutura do chafariz esteve sujeita com a ampliação das casas construídas sobre ela.

¹¹² Idem, f. 220, *ibidem*, p. 331 nota.

¹¹³ LISBOA, Arquivo Municipal - *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal, 1996. p. 88.

¹¹⁴ AML, *Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V*, f. 220. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *op. cit.*, p. 338.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 339.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 340.

Defende o Senado que, de acordo com a opinião de três vereadores, deve ser concedida ao marquês “fazer á sua custa a obra que necessita para a sua segurança e que o Senado faça, por fora da dita obra, as bicas e nova mina, accrescentando mais quatro bicas para melhor serviço da cidade”¹¹⁸; porém, o Senado declara que se acha sem meios para realizar a dita obra que urge, a fim de assegurar o normal abastecimento de água aos cidadãos e recomenda “que se deve conceder a licença” para a reconstrução do palácio, a fim de “evitar maior ruína”¹¹⁹.

Não havendo um relato exato da estrutura do chafariz em 1744 nem dos danos provocados sobre o palácio pelo colapso do frontispício, parece ter havido uma abóbada para suportar as estruturas construídas sobre ele. Um dos vereadores, Duarte Salter de Mendonça, é citado como sendo de opinião que a Câmara deveria custear a reparação desta abóbada.

A resolução régia escrita na margem do documento da consulta, datada de 20 de março de 1745, ordenava:

O Senado mande logo concertar o chafariz e mina pelo modo que os architectos julgarem mais conveniente, fazendo-se a despeza pelo deposito do producto das vendas dos officios, e obrigará ao marquez a reparar á sua custa a ruina próxima ao quarto inferior das casas; ficando salvo assim a elle, como ao Senado, deduzirem no juizo da coroa o seu direito, quando alguma das partes o entenda ter para não concorrer para a dita obra, sem suspensão dela, pelo perigo imminente que não admitte maior demora¹²⁰.

Em obediência a esta resolução o Senado expediu, em 3 de abril de 1745, uma ordem para que o vereador das obras “(...) mande logo fazer a obra do chafariz de El-Rei na forma da resolução de S. Mag.^{de} e planta e certidão dos architectos, que o mesmo vereador apresentou na mesa; e ao recebedor se ordena lhe ponha prompto o dinheiro para pagamento das ferias que serão por jornal”¹²¹.

Dois anos depois da derrocada do frontispício, numa consulta do Senado a el-rei, em 2 de dezembro de 1746, o Senado queixava-se:

(...) sendo na realidade o marquez de Angeja obrigado a fazer ao menos a maior parte da obra do chafariz de El-Rei, sobre o qual ficam as suas casas e lhe serve de segurança, e a ruina do chafariz é causada do peso das mesmas casas que são foreiras ao Senado, e devia ser condição e obrigação de reparar á sua custa o damno que causassem ao mesmo chafariz¹²², no qual, sendo o conde de Aveiras presidente do Senado, se gastaram mais de 30:000 cruzados da fazenda

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 341.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p. 345.

¹²¹ AML, *Livro 5.º de registo das ordens do Senado*, f. 639. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 345.

¹²² É de assinalar que só dois anos depois da derrocada há uma chamada de atenção para a justiça de ser o causador do problema que deveria suportar os custos de toda a reparação.

do Senado, e a obra presente do concerto d'elle se mandou, por resolução de V. Magestade, de 20 de março do anno passado, de 1745, fazer pelo Senado, do deposito da venda dos officios do mesmo Senado; e, supposto a dita resolução declare que o Senado obrigue ao marquez a reparar á sua custa a ruina proxima ao quarto inferior das casas, como deixa direito salvo para no juizo da corôa se deduzir o direito de cada um que entende não ser obrigado a concorrer para a dita obra, sem suspensão d'ella, d'aqui se não segue mais que um pleito exposto ao juizo dos homens, o que pôde durar annos, tendo o Senado feito á sua custa toda a despeza da obra¹²³.

É interessante reparar como, também naquela altura, os poderosos tinham atitudes de abuso que, tal como hoje, eram favorecidas pela duração exagerada dos processos judiciais.

O acidente com o chafariz d'el-rei não ocasionou grande prejuízo ao marquês na medida em que ele possuía mais residências, algumas dentro do perímetro de Lisboa. Uma delas, em Belém, no lado sul da rua da Junqueira ao n.º 277, sofreu beneficiações após o terramoto de 1755. Este edifício foi construído pelo 1.º marquês de Angeja em terrenos doados por D. João V e foi embelezado pelo 3.º marquês de Angeja estando ainda hoje de pé e em bom estado de conservação¹²⁴. Em 1910, o piso térreo foi ocupado por uma escola primária e a partir de 1912 foi transformado em prédio de rendimento¹²⁵ (figura 6). “De entre os seus residentes mais ilustres, destacam-se Almeida Garrett e Bernardino Machado”¹²⁶.



Figura 6 Palácio erguido pelo 1.º marquês de Angeja na rua da Junqueira, n.º 277.
(foto do autor)

¹²³ AML, Livro 9.º de registos de consultas e decretos de D. João V, f. 180. Transcrito por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *op. cit.*, p. 586.

¹²⁴ *Monumentos e edificios notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital, 1988. vol. 5, 3.º tomo, p. 142.

¹²⁵ *Palácio dos Marqueses de Angeja* [Em linha]. Câmara Municipal de Lisboa. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-dos-marqueses-de-angeja>.

¹²⁶ *Palácio do Marquês de Angeja* [Em linha]. Património Cultural. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70954/>.

Outro palácio do marquês de Angeja, ao Lumiar, “edificado sobre o antigo paço de D. Afonso Sanches, após o terramoto de 1755”¹²⁷, é conhecido como palácio de Angeja-Palmela¹²⁸ pois foi adquirido no século XVIII pelo 2.º marquês de Angeja “que aqui projetou instalar as suas coleções de história natural, complementadas com um jardim botânico”¹²⁹ e passou para a posse do 2.º duque de Palmela em 1840¹³⁰. Alberga, desde 1977, o Museu do Traje que aí foi instalado após a recuperação do edifício e da envolvente rústica.

Outro palácio, hoje em ruínas, da família dos marqueses de Angeja e também condes de Vila Verde situa-se em Vila Verde dos Francos junto à estrada nacional 115, à entrada da povoação, do lado direito da estrada para quem vem de Alenquer. No século XIX ainda subsistia a maior parte do palácio do qual hoje só restam algumas paredes-mestras (figura 7).

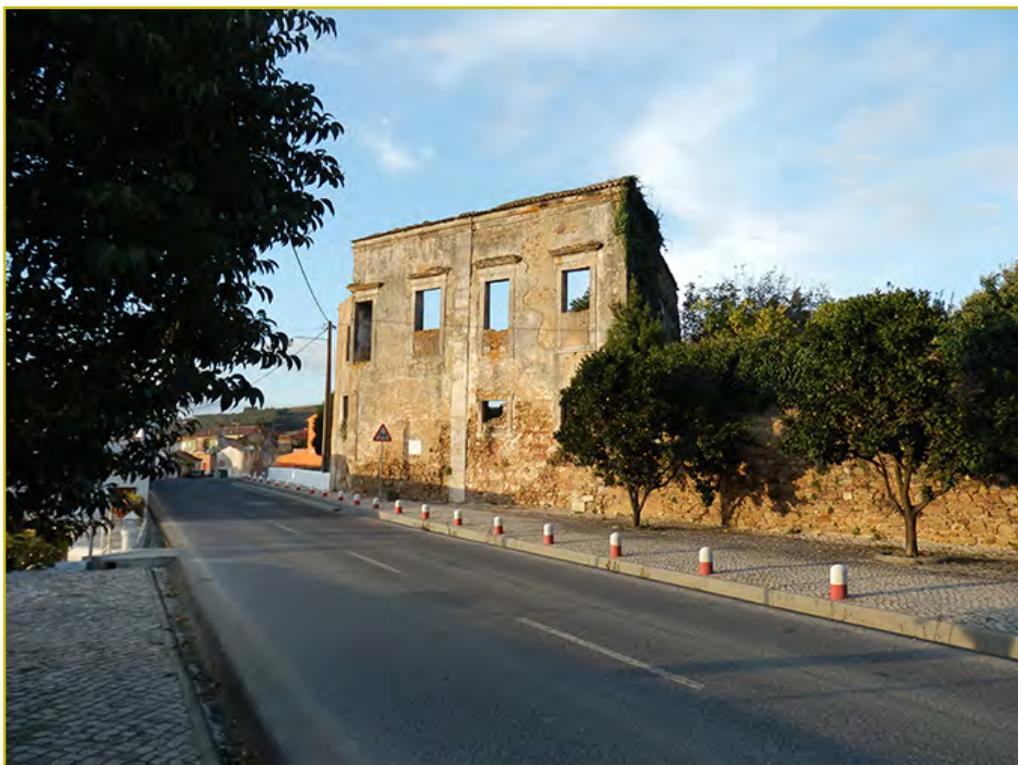


Figura 7 Ruínas do palácio dos marqueses de Angeja, em Vila Verde dos Francos.

(Fotografia cedida pelo Sr. Luís Carlos Filipe Prata, presidente da junta de freguesia de Vila Verde)

¹²⁷ Palácio Angeja-Palmela (*Museu Nacional do Traje e da Moda*) [Em linha]. Câmara Municipal de Lisboa. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-angeja-palmela-museu-nacional-do-traje-e-da-moda>.

¹²⁸ Também designado por palácio do Monteiro Mor.

¹²⁹ *Museu Nacional do Traje* [Em linha]. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.museudotraje.pt/>.

¹³⁰ *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital, 1988. vol. V, 4.º tomo, 2ª parte, p. 296.

O marquês de Angeja continuou a residir no palácio ao chafariz d'el-rei até ao terramoto de 1755, altura em que teve de deixar o local dado o estado de ruína em que este palácio ficou.

No local onde, outrora se situava o palácio do marquês de Angeja, junto ao chafariz d'el-rei, foi construído no início do século XX um edifício apalaçado: o palacete do chafariz d'el-rei, ou palacete das ratas, hoje transformado em hotel, que possui 5 pisos, 2 deles parcialmente enterrados, e uma “plataforma ajardinada com pérgula em ferro e uma pequena casa de fresco com cascata”¹³¹. O edifício integra vários estilos e apresenta componentes inspirados na Arte Nova, de acordo com a moda na altura da sua edificação (figura 1).

COMENTÁRIOS FINAIS

1 - Não parece credível que, ao transferir o chafariz para o local onde hoje se encontra, se escavasse a muralha para construir a galeria de distribuição. Descalçar a muralha seria um trabalho de elevado risco dadas as fracas propriedades de coesão dos materiais aglutinantes usados naqueles tempos. Muito mais verosímil é ter-se encostado a galeria à parte de fora da muralha e construir o frontispício encostado à estrutura da galeria. A. Vieira da Silva refere expressamente que “a muralha da cerca fica situada por baixo do corpo recuado do chafariz de el-rei, e não no da frente, onde estão as bicas”¹³² (figura 5).

2 - A sobrecarga devida aos edifícios que se foram construindo sobre o chafariz foi a causa provável do acidente ocorrido, pois parece não terem sido tomadas medidas preventivas para aumentar a resistência do conjunto. Um novo palácio no local, construído no início do século XX, apresenta uma varanda saliente que poderá ser a sucedânea da varanda que colapsou, pertença do palácio do marquês de Angeja.

3 - Quanto ao processo que teve origem no contencioso entre o Senado e o marquês há que assinalar:

A falta de documentação em poder da Câmara necessária para poder apresentar um contraditório sólido, situação que é mesmo objeto de um lamento junto do monarca.

A pronta reação do marquês de Angeja ao acidente de 18 de fevereiro de 1744, iniciando um processo de reclamação e obrigando a Câmara, a 20 de fevereiro, a nomear o vereador do pelouro das obras para se ocupar deste assunto.

A troca de argumentos e respetivos contraditórios durou até 18 de setembro de 1744, altura em que a Câmara enviou uma consulta a el-rei cuja decisão surgiu em 20 de março de 1745.

¹³¹ *Palacete do Chafariz D'El Rei, ou Palacete das Ratas*. Lisboa Património Cultural: Imóveis de Interesse Municipal [Em linha]. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/imoveis/imoveis/Paginas/Palacete-do-ChafarizD-ElRei-ou-Palacete-das-Ratas.aspx>.

¹³² SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987. p. 153.

A decisão tomada foi no sentido proposto pela Câmara. Porém, contando com a morosidade dos processos judiciais descurou o marquês, intencionalmente, satisfazer a decisão tomada pela Câmara com o objetivo de deixar arrastar em tribunal o processo adiando uma decisão que, muito provavelmente viria a ser desfavorável.

4 - Existe uma substancial quantidade de imagens sobre Lisboa antiga recentemente ampliada¹³³ e documentada em livro¹³⁴, muitas delas já bem conhecidas, que poderiam permitir idealizar a estrutura do palácio do marquês de Angeja.

Nas seguintes gravuras e pinturas é possível reconhecer a zona do chafariz d'el-rei:

Olissipo quae nunc Lisboa – de Georgio Braunio Agrippinate (1593) – Museu da Cidade: Vista com a cerca e os arcos do telheiro.

Vista de Lisboa à beira rio – autor desconhecido (1570-1580) (?) – Universidade de Leyden: É visível a cerca e o telheiro assim como as casas que estão adossadas à zona posterior das muralhas.

O chafariz d'el-rei – artista flamengo (?) (1570-1580) – Coleção Berardo: É a mais sugestiva estampa conhecida do chafariz d'el-rei onde se vê, com grande detalhe, seis bicas, o telheiro, o recinto murado e as casas que encimam o chafariz, mostrando ainda a heterogeneidade da população que o cercava (figura 8).

Uma representação em azulejo apresenta a vista de Lisboa nos fins do século XVII:

Lisboa anterior ao terramoto de 1755 – painel em azulejo – Autor desconhecido (1699-1703) – Museu Nacional do Azulejo: O chafariz d'el-rei está representado com cinco bicas e a representação da sua estrutura está muito indefinida.

Estas representações, com exceção da última, correspondem a épocas bastante anteriores àquela em que se situam os acontecimentos narrados no presente trabalho. E mesmo essa não tem uma representação clara do palácio¹³⁵.

Existe porém, um azulejo onde figura o palácio do marquês de Angeja sobre o chafariz, onde se veem duas estruturas avançadas que provavelmente se apoiavam nas torres que enquadravam o chafariz¹³⁶. Parece que a

¹³³ Identificaram-se, recentemente (em 2015), duas telas com cerca de 65 cm x 95,5 cm que, uma vez justapostas, dão uma perspetiva da rua Nova dos Mercadores nos fins do século XV.

¹³⁴ GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, K. J. P. – *The global city, on the streets of renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton, 2015.

¹³⁵ FRANÇA, José Augusto – *Lisboa, história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 318.

¹³⁶ MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. II, p. 54.

dimensão do chafariz é demasiado modesta quando comparada com a dimensão do palácio e, infelizmente, não é representada a varanda que tão frequentemente é referida na polémica que atrás se descreveu!

Existem ainda plantas diversas onde o chafariz d'el-rei está representado:

João Nunes Tinoco (c. 1650) – *Planta da cidade de Lxa em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro...* [Material cartográfico]. [Lisboa]: Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, 1884.

Filipe Folque – *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (1858)* – Folha 44 – Arquivo Municipal de Lisboa.

Muitos outros documentos existem com vistas de Lisboa mas onde a identificação da zona do chafariz d'el-rei não é clara¹³⁷.



Figura 8 *Chafariz de el-rei* - autoria provável de um pintor holandês (1570-80). (Coleção Berardo)

¹³⁷ Ocupando o chafariz d'el-rei uma posição central na vida de Lisboa ele é referido e representado em múltiplas obras sobre a cidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Livros 2.º e 4.º de D. Manuel I.

Livro 20.º de consultas e decretos de D. João V.

Livro 5.º de registo das ordens do Senado.

Livro 1.º do provimento da água.

Largo Júlio Pereira que confina com os terrenos onde se implantava o palácio do marquês de Angeja, [c. 1951]. Eduardo Portugal, PT/AMLSB/EDP/001121.

Chafariz de el-rei encimado pelo palácio construído no século XX, 1945. André Salgado, PT/AMLSB/SAG/000027.

Bibliografia

ANDRADE, Ferreira de – *Palácios reais de Lisboa*. 2.º ed. Lisboa: Edições Vega, 1990.

ANDRADE, José Sergio Velloso de – *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos outros logares do termo*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1851.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *A Ribeira de Lisboa: na época da expansão portuguesa, séculos XV e XVIII*. Lisboa: Pandora, 2004.

CASTILHO, Júlio – *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal, 1935.

CASTILHO, Júlio – *Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1981.

FLORES, Alexandre M.; CANHÃO, Carlos – *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Edições INAPA, 1999.

FOLQUE, Filipe – *Atlas da carta topográfica de Lisboa: 1856 a 1858*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2000.

FRANÇA, José Augusto – *Lisboa, história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

FREITAS, José Valentim de – *[Planta de Lisboa anterior ao terramoto]* [Material cartográfico]. [S.l.: s.n., entre 1850 e 1860?].

GARCIA, José Manuel – *Lisboa do século XVII: a mais deliciosa terra do mundo: imagens e textos nos quatrocentos anos do nascimento do padre António Vieira*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008.

GÓIS, Damião de – *Descrição da cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

GSCHWEND, Annemarie Jordan; LOWE, K. J. P. – *The global city, on the streets of Renaissance Lisbon*. London: Paul Holberton, 2015.

HERCULANO, Alexandre Herculano – *Lendas e narrativas*. 2.^a ed. Lisboa: Bertrand, 1858.

História de Lisboa, tempos fortes [Em linha]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2009. [Consult. 04.01.2016]. Disponível na Internet: <http://geo.cm-lisboa.pt/index.php?id=6663>.

LISBOA. Arquivo Municipal - *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal, 1996.

LISBOA. Câmara Municipal - Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N^o 26 (1945), p. 33-50.

LUDOVICE, Nuno de Drummond – O chafariz de El-Rei. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2^a Série N^o 17 (1986), p. 15.

MIGUEL, Pedro Silva - *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MOITA, Irisalva – *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa: o Aqueduto das Águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1990.

MOITA, Irisalva - *Lisboa quinhentista: a imagem e a vida na cidade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1983.

MOITA, Irisalva – *O livro de Lisboa*: Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte, 1994.

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *Memória sobre as águas de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa. Lisboa: Assembleia Distrital, 1988.

MURTEIRA, Helena - *Lisboa: da Restauração às Luzes*. Lisboa: Presença, 1999.

NUNES, Isabel – Um estudo sobre os chafarizes de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2^a Série, N^o 24 (1988), p. 26.

OLIVEIRA, A. Lopes – Lisboa, capital das águas. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 1^a Série, N^o 49 (1951), p. 7-18.

OLIVEIRA, A. Lopes – Lisboa, capital das águas. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 1^a Série, N^o 50 (1951), p. 7-19.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de - *Elementos para a história do Município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887-1911.

PEREIRA, Cristóvão Valente – *Chafarizes de Lisboa, monumentos e função prática: a importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidade do espaço público* [Em linha]. [Consult. 04.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.academia.edu/895036/CHAFARIZES_DE_LISBOA_MONUMENTO_E_FUN%C3%87%C3%83O_PR%C3%81TICA

PINHEIRO, Magda – *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

PINTO, Luís Leite – *História do abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1972.

PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo – *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1973.

RAMALHO, Elsa Cristina; LOURENÇO, Maria Carla – As águas de Alfama, memórias do passado da cidade de Lisboa. *Recursos Hídricos*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Nº 26 (2004), p. 101.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do terramoto*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967. vol. IV.

SERAFIM, Paula Leal - A dinâmica da condução e distribuição de águas à cidade de Lisboa: a vontade régia e o empenho municipal. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. I Série, Nº 9 (2007), p. 66-99.

SILVA, Augusto Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

SILVA, Augusto Vieira da – *As muralhas da ribeira de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1987.

TINOCO, João Nunes – *Planta da cidade de Lxa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro...* [Material cartográfico]. [Lisboa]: Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, 1884.

Portais Oficiais Consultados

Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Consult. 10.01.2016]. Disponível na internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>.

Lisboa - Mãe de Água do Chafariz d'el Rei / Rua São João da Praça e Travessa de São João da Praça [Em linha]. Portal do Arqueólogo: Património Cultural. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=3173393>.

Museu Nacional do Traje [Em linha]. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.museudotraje.pt/>.

Palacete do Chafariz D'El Rei, ou Palacete das Ratas [Em linha]. Lisboa Património Cultural: Imóveis de Interesse Municipal. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/imoveis/imoveis/Paginas/Palacete-do-ChafarizD-ElRei-ou-Palacete-das-Ratas.aspx>.

Palácio Angeja-Palmela (Museu Nacional do Traje e da Moda) [Em linha]. Câmara Municipal de Lisboa. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-angeja-palmela-museu-nacional-do-traje-e-da-moda>.

Palácio do Marquês de Angeja [Em linha] . Património Cultural. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70954/>.

Palácio dos Marqueses de Angeja [Em linha]. Câmara Municipal de Lisboa. [Consult. 8.01.2016]. Disponível na internet: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-dos-marqueses-de-angeja>.



Palacete Mendonça: ecletismo, internacionalismo e progresso

Mendonça Mansion: eclecticism, internationalism and progress

Júlia Zurbach Varela*

Submissão/submission: 01/02/2016

Aceitação/approval: 01/04/2016

RESUMO

Construído entre 1900 e 1909, o palacete Mendonça é um projeto de Miguel Ventura Terra para a habitação de Henrique José Monteiro de Mendonça, roceiro e grande capitalista da Lisboa do final do século XIX e início de XX. Situado no alto do parque Eduardo VII, é mais um pedaço de uma paisagem urbana fragmentária, feita de projetos de cidade avulsos e inacabados. Refletir sobre a ideia de cidade e sobre o projeto doméstico que informam o desenho desta casa e deste troço de cidade é o propósito deste texto. Para tal, propõe-se uma hipótese de leitura que ponha em evidência a relação entre o arquiteto, o lugar e o proprietário, procurando perceber de que modo, estes dois atores, por si e na interação de ambos com o lugar, partilham uma certa ideia de internacionalismo e progresso que encontra no ecletismo o lugar da sua expressão e dá corpo a este fragmento de cidade, na Lisboa do virar de século.

PALAVRAS-CHAVE

Henrique Mendonça / Palacete Mendonça / Ecletismo / Ventura Terra / Arquitetura

* CHAIA - Centro de História da Arte e Investigação Artística / Universidade de Évora; Portugal.

Doutoranda em História da Arte na Universidade de Évora e membro do Centro de História da Arte e Investigação Artística dessa instituição (CHAIA). Arquiteta licenciada pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), trabalha como arquiteta projetista desde 2003. Áreas de investigação atuais: História da Arquitetura e da Cidade Contemporâneas, com particular destaque para o século XIX e início do século XX.

Correio eletrónico: juliazvarela@gmail.com

ABSTRACT

Built between 1900 and 1909, the 'Palacete Mendonça' (Mendonça Mansion) was designed by Miguel Ventura Terra and served as the home of Henrique José Monteiro Mendonça, who was a landowner in S. Tomé e Príncipe and a great capitalist in Lisbon at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. Located at the top of 'Parque Eduardo VII' (Eduardo VII Park) it is one more fragment in an already quite fragmented urban landscape made of separate and unfinished projects. The aim of the present paper is to think about the idea of city and the domestic project behind the project of this home in particular and its specific location. Thus, I will analyse the relationships between the architect, the site and the owner in order to understand to what extent these two actors, themselves and in their interaction with the site share a certain idea of internationalism and progress. In architecture, it is precisely the Eclecticism that embodies this ideas and brings into being this city fragment in fin-de-siècle Lisbon.

KEYWORDS

Henrique Mendonça / Mendonça mansion / Eclecticism / Ventura Terra / Architecture



INTRODUÇÃO

E foi em escenarios esplendidos que as convidadas da snr^a D. Carolina de Mendonça podéram passear, ao clarão dos lustres, sobre os parquets encerados, os seus vestidos de baile. A inauguração das salas do palacio do snr. Henrique Monteiro de Mendonça, com a soirée do dia 4, constituiu a mais bella festa d'este entrudo. Pelas suas proporções, o palacio da rua do Marquez da Fronteira, que é um dos magnificos edificios da Lisboa moderna, presta-se como nenhum outro para as reuniões ornamentaes e movimentadas das grandes recepções nocturnas. Com o serem vastas, as lindas salas não perdem, na sábia disposição que lhes deu o architecto Ventura Terra e pela sciencia decorativa com que as revestiu o gosto dos seus donos, essa atmosfera de conforto e de vida que é tão difficil manter nos convencionaes salões de dança.¹

Ao caminhar hoje ao longo do troço nascente da rua Marquês da Fronteira, deparamo-nos com uma sucessão de fragmentos de projetos de cidade, a que edificações de tempos muito diversos dão corpo. Se este carácter de palimpsesto é próprio da condição urbana, este é no entanto um troço de cidade não resolvida e que ainda não foi capaz de encontrar uma linha de continuidade entre os elementos soltos de cidades inacabadas que foram sendo projetadas ao longo dos séculos XIX e XX.

¹ DIAS, Carlos Malheiro - O último carnaval da monarquia. In *Em redor de um grande drama: subsídio para uma história da sociedade portuguesa (1908-1911)*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, [19--]. p. 210-218.

Construído entre 1900 e 1909 para residência do próspero roceiro Henrique Monteiro de Mendonça, o palacete situado no alto do parque Eduardo VII, tem assinatura do arquiteto Miguel Ventura Terra. Residência da família Mendonça até aos anos 50 do século XX, a casa manteve-se na posse dos seus descendentes até aos anos 80, e é hoje uma das dependências da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Apesar de algumas obras de adaptação realizadas aquando da transformação em equipamento de ensino, o palacete manteve-se praticamente intacto desde o momento da sua construção e é hoje um dos exemplares mais bem conservados de arquitetura doméstica do virar do século em Lisboa.

Prémio Valmor em 1909, o palacete foi objeto de interesse da crítica e da imprensa da época e é hoje objeto de estudo no âmbito da história da arte e da arquitetura portuguesa, sobretudo no quadro da obra do seu autor. Propõe-se nesta abordagem ensaiar uma leitura em triângulo, que seja capaz de posicionar arquiteto, proprietário e lugar como dois atores e um fator, intervenientes em igual medida num processo partilhado de construção de uma casa, e de um pedaço de cidade.

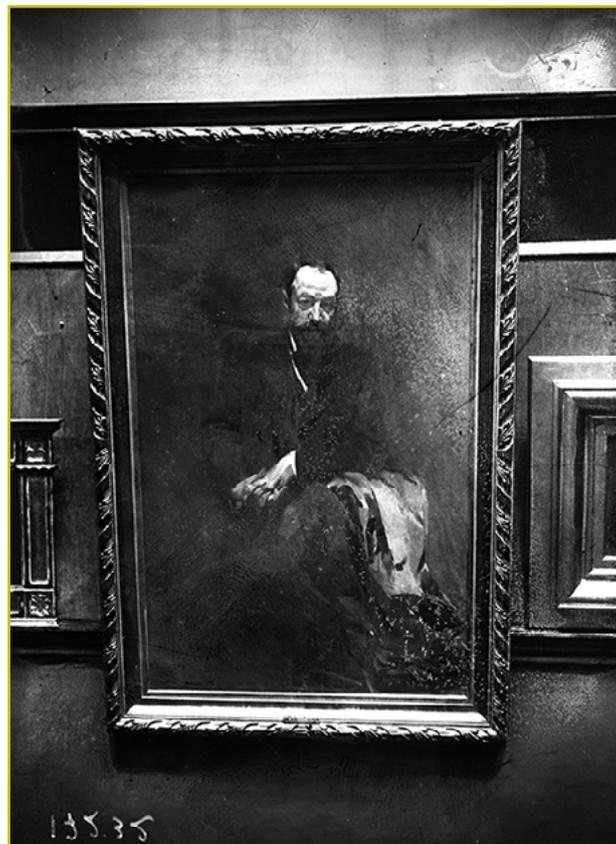


Figura 1 Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Autor não identificado - *Henrique Monteiro Mendonça*. Pintura da autoria de Columbano Bordalo Pinheiro.

O PROPRIETÁRIO

Henrique José Monteiro de Mendonça (Lisboa, 4 fevereiro 1864 - 1 novembro 1942) foi um grande capitalista da Lisboa do final do século XIX e início do século XX. Roceiro na ilha de S. Tomé, é um dos protagonistas do fenómeno económico associado ao ciclo do cacau nessa que foi a mais próspera colónia do Império e um dos maiores produtores e exportadores de cacau a nível mundial no início do século XX.

Depois de estudos realizados na Escola Académica de Lisboa², a São Roque, Henrique de Mendonça rumou ainda jovem a S. Tomé onde se emprega como funcionário alfandegário³. Casa com Carolina Pinto de Mendonça, filha do proprietário de várias roças na ilha, entre as quais a roça da Boa Entrada, de que Henrique Mendonça se torna proprietário em 1880⁴. Muito rapidamente a Boa Entrada torna-se uma das mais prósperas roças do arquipélago, graças ao empenho do seu proprietário. Henrique de Mendonça acabará por desenvolver outras atividades e negócios durante a sua vida, nomeadamente na banca, tanto na metrópole como noutras colónias, mas é na sua atividade como roceiro que está, não só a origem da sua fortuna, mas também a razão pela qual ficou para a história, pelo carácter absolutamente exemplar da Boa Entrada.

A imprensa da época e os seus pares destacam as suas preocupações sociais e filantrópicas, a sua ação como benemérito na capital, mas sobretudo as condições que a sua roça oferecia aos seus serviços, ao nível assistencial e do alojamento. No entanto, o aspeto a que na historiografia contemporânea dá especial relevo é o do carácter “experimentalista e vanguardista da cultura do cacau” da Boa Entrada “que foram a base de muitas técnicas de produção utilizadas no arquipélago e na Europa”⁵.

“Nos fins do século XIX e princípios do século XX, as ilhas de S. Tomé eram consideradas o território tropical mais bem aproveitado do mundo”, atraindo “muitos estrangeiros que deixaram os mais rasgados elogios às técnicas aí seguidas”⁶. Num primeiro momento, o enquadramento geral da produção agrícola em São Tomé permitiu aos roceiros usar de métodos empíricos, mas muito rapidamente se passou para um outro paradigma: informado, tecnológico e internacional.

Na Boa Entrada, o peso e sofisticação da maquinaria, importada dos Estados Unidos e da Alemanha, não diferia em muito daquela que era utilizada nas outras grandes roças. Aquilo em que a Boa Entrada inova realmente

² MENDONÇA, Henrique José Monteiro de - *The Boa Entrada plantations: S. Thomé portuguese west Africa: “la perle des colonies portugaises”*. Edinburgh: London: Oliphant Anderson e Ferrier, 1907.

³ LAVRADIO, Marquês de - *Memórias do sexto marquês de Lavradio*. Lisboa: Ática, 1947. p. 66.

⁴ MACEDO, Marta - Império de cacau. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira - *O império colonial em questão (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 296.

⁵ PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo de - *As roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013. p. 27.

⁶ FERRÃO, José Eduardo Mendes - A investigação agrónómica em São Tomé e Príncipe durante a administração portuguesa. In COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – *Colóquio Internacional... numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica: actas*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2012. p. 256.

é no acolhimento que faz à experimentação de novas técnicas de secagem de cacau e controlo do processo de oxidação, e da otimização da sua plantação. Para tal, Henrique Mendonça recorre a dois técnicos estrangeiros: Schulte Im Hofe, alemão, que põe em prática, na Boa Entrada, a sua investigação no domínio da fermentação do cacau; e Montet, agrónomo francês da Escola de Grignon, para a área da produção⁷. Henrique Mendonça investe ainda na divulgação, publicando sobre a sua propriedade e sobre técnicas de produção e transformação do cacau, num livro que é uma das obras de referência da atual historiografia do colonialismo e das ciências⁸ e que é rapidamente traduzido para inglês.

2. O LUGAR



Figura 2 AML, Eduardo Portugal - Panorâmica tirada do alto do parque Eduardo VII, à direita a avenida da Liberdade.

⁷ MACEDO, Marta - Império de cacau. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira - *O império colonial em questão (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 296.

⁸ FERRÃO, José Eduardo Mendes, *op. cit.*, p. 258.

O típico roceiro é comumente descrito como pertencendo a uma classe de proprietários absentistas, em que os mais importantes “viviam luxuosamente em Lisboa, onde construíam palácios ajardinados e casas confortáveis e contribuíam generosamente em ações de caridade (...)”⁹. De facto, assiste-se, no virar do século, ao estabelecimento, na capital, de uma parte substancial destes obreiros do ciclo do cacau que, já com fortuna considerável e tendo diversificado as suas áreas de negócio, investem, nesse momento, numa morada na metrópole. As localizações e tipologias de habitação escolhidas são várias, e Henrique Mendonça optará pela construção de um palacete com jardim, numa nova área de expansão da cidade de Lisboa, em terreno adjacente ao futuro parque da Liberdade.

No virar do século, toda a envolvente do lote para construção do palacete tinha ainda um cunho rural muito marcado, e a construção mais recente nas proximidades era a recém-inaugurada Penitenciária, aí localizada precisamente por esta ser uma área periférica da cidade. No entanto, à data da elaboração do projeto, está em vigor, desde 1888, aquele que ficou denominado como “Projeto das zonas” de Ressano Garcia, que desenha a área de expansão da cidade para Norte e prevê a construção de um parque no topo da avenida da Liberdade. Se durante todo o século XIX se assistiu à construção de vários jardins na cidade de Lisboa, nenhum tem “a dimensão que permitia que cumprisse o seu papel na cidade do momento”¹⁰: um espaço urbano de recreio à imagem de Paris, Londres ou Nova Iorque, e um modo de fazer a integração da natureza na cidade por contraponto à cidade industrial¹¹, ou seja, um programa fundamental da cidade oitocentista. Lançado em 1887, o concurso para o “Parque pitoresco a construir nos terrenos do casal do Monte Almeida” é aberto a concorrentes internacionais, por forma a garantir uma proposta informada e de qualidade, e não apenas a resposta qualificada mas empírica que os jardineiros locais foram dando no traçado dos jardins românticos da cidade¹². O projeto vencedor é do francês Henri Lusseau, cuja proposta será posteriormente alterada por uma Comissão Camarária em 1889 e novamente em 1902. O processo de obra será marcado por avanços e paragens sucessivos, ditados sobretudo pela dificuldade em realizar as expropriações necessárias e pela falta de meios para a construção deste equipamento urbano. É debruçado sobre este sonho oitocentista de um grande parque urbano - que na realidade nunca chegará a existir - que se localiza o lote comprado por Henrique Mendonça.

Henrique Mendonça faz escritura de compra do terreno para a construção da sua casa a 19 de maio de 1899¹³. Os vendedores são os viscondes de Nandufe, que previamente dividiram a meio a denominada “Quinta do Seabra de Cima ou de Fora” com os herdeiros de D. Maria Ana de Isabel Coutinho de Seabra e Sousa¹⁴, descendente do

⁹ FERRÃO, José Eduardo Mendes, *op. cit.*, p. 258.

¹⁰ LE CUNFF, Françoise - *Parques e jardins de Lisboa (1764-1932): do Passeio Público ao parque Eduardo VII*. Lisboa: FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 2000. p. 2.

¹¹ LE CUNFF, Françoise, *op. cit.*, p. 2.

¹² SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1874-1909)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989. p. 25.

¹³ AML, *Escritura de cedência*, de 1901-02-08.

¹⁴ AML, *Escritura de cedência*, de 1901-02-08.

1.º visconde da Bahia, por sua vez filho do estadista José de Seabra da Silva. José de Seabra da Silva compra, em 1767, a quinta que os duques de Aveiro possuíam em S. Sebastião¹⁵, e que tinha sido confiscada pelo marquês de Pombal. A propriedade foi crescendo em extensão com a aquisição de mais terrenos em torno da casa dos duques de Aveiro, onde o novo proprietário se instalou: em 1786 compra a quinta da Rabequinha; no início do século XIX adquire a quinta e terras do Poceiro e a propriedade dos jesuítas; e “em 1770 vemo-lo adquirir uma propriedade constituída por bens de capela a qual era administrada pelos religiosos do convento da Estrela e que pegava com a quinta do noviciado”¹⁶. As “Terras do Seabra” desmembram-se a meio do século XIX, e o lote que Henrique Mendonça compra pouco mais de um século depois das aquisições de José de Seabra da Silva é metade da “Quinta do Seabra de Cima ou de Fora”, ou seja a parte mais perto do termo da cidade ou a cota mais alta.

Até à reforma administrativa de 1885, o lote constituía-se ele próprio como um dos limites da cidade, situado que estava entre a estrada da Circunvalação e seu muro (limite administrativo a partir de 1852) e a linha de fortificações seiscentistas que acompanhava este limite pelo exterior. Como uma terra de ninguém, o terreno situa-se entre duas linhas de fronteira e literalmente sobre um campo de batalha, na imediata retaguarda de dois baluartes. Não por acaso, as terras do Seabra foram sendo palco de episódios bélicos em vários momentos



Figura 3 AML, Documentos anexos ao livro de notas n.º 38 referente à escritura de cedência de terreno.

¹⁵ Após a extinção do ducado a propriedade passa ainda pelas mãos de António Vaz Coimbra, antes de ser adquirida por Seabra, in SEQUEIRA, Gustavo Matos - *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1933. vol. 4, p. 509-510.

¹⁶ SEQUEIRA, Gustavo Matos, *op. cit.*, p. 509-510.

da história da cidade: nas invasões francesas e durante as lutas liberais¹⁷. Os estragos no palacete aquando da revolução de 1910¹⁸ e dos tumultos de 1931¹⁹ acabam, na realidade, por ser apenas mais um momento em que este lugar é palco de confrontos violentos, que se foram perpetuando até à conclusão das obras do parque nos anos 40 do século XX.

O lote adquirido em 1899 para a construção do palacete tinha quase o dobro da dimensão atual. No entanto, muito pouco tempo depois da compra, o lote ganha a dimensão e configuração que hoje apresenta na sequência, primeiro, de negociações relativas a cedências de terrenos à Câmara Municipal de Lisboa (CML) e, depois, da muito provável venda de parte do terreno para o que virá a ser o palácio Leitão, poucos anos depois.

As negociações com a CML tinham como objeto as expropriações previstas destinadas à construção do parque, ao traçado da variante à estrada da circunvalação (entretanto denominada rua Marquês da Fronteira) e ao loteamento de uma faixa de 50m de terrenos ao longo da vertente norte deste novo eixo viário, conforme previsto na “Lei das Expropriações” por zonas de 1889.

Omisso relativamente a questões arquitetónicas, o plano de Ressano Garcia era por isso de uma enorme flexibilidade no que à tipologia de ocupação dos lotes diz respeito, facto que marca fortemente o que veio a ser o processo de construção destas novas áreas da cidade²⁰. Se a este facto acrescermos uma conjuntura económica desfavorável e a necessidade absoluta de encontrar nos privados a capacidade financeira para dar corpo a este plano de expansão, entendemos por que razão grandes capitalistas como Henrique Mendonça acabam por ter um grande poder negocial, e este processo ocorrido em 1900 é disso um claro exemplo.

Face à prevista expropriação de mais de 3ha da sua propriedade, Henrique Mendonça propõe à CML ceder gratuitamente uma parte dos terrenos a expropriar, sob três condições: poder ficar na posse de parte dos terrenos previstos para expropriação (a faixa de 50 metros na vertente norte); poder ficar na posse dos materiais provenientes da demolição do edifício situado na área a ceder (o palácio da quinta dos duques de Aveiro); e que lhe sejam dadas garantias de que a variante da estrada de circunvalação que dará acesso à parte do lote que deverá ficar em sua posse esteja concluída no prazo de um ano. A CML analisa internamente o assunto e decide aceder à proposta de Henrique Mendonça, por esta ser economicamente mais vantajosa para a Câmara. De facto, em ofício interno, o engenheiro António Maria Avellar faz uma simulação económica de ambos os cenários e conclui que mesmo que a CML conseguisse vender os lotes previstos, estes não renderiam muito dinheiro, visto valerem pouco por “estarem afastados da cidade”. A proposta de Henrique Mendonça é por isso, no seu fundamental, aceite, tendo em conta ainda a boa vontade e abertura que o proprietário demonstrou em todo

¹⁷ SEQUEIRA, Gustavo Matos, *op. cit.*, p. 509-510.

¹⁸ Destroços produzidos pela revolução em algumas propriedades de Lisboa. *Ocidente*. N.º 1147, p. 253-254.

¹⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Estragos causados pelas granadas numa sala do palacete do Sr. Henrique Monteiro De Mendonça*. Cota: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0020/1017F, (1931-08-27).

²⁰ SILVA, Raquel Henriques da - Das Avenidas Novas à avenida de Berna. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte. N.º 2 (2006), p. 133.

o processo²¹. Assim, o que seria uma ocupação linear com lotes de 50m de profundidade ao longo da vertente norte da rua Marquês da Fronteira, e que prolongaria a lógica de implantação das novas construções ao longo deste eixo, acaba por ser quebrada ainda antes da construção do novo traçado da rua. Este facto significou romper com uma lógica de continuidade dos lotes, uma das poucas regras estabelecidas pelo plano.

A área de terreno resultante deste processo é aquela correspondente ao lote do palacete Mendonça mas também do palacete Leitão, que será muito provavelmente um troço da propriedade de Henrique Mendonça vendida a José Pinto Leitão - o joalheiro do rei - entre 1900 e 1904²², e já livre de qualquer obrigatoriedade de cedência ao domínio público, graças a este processo negocial.

3. O ARQUITETO



Figura 4 O prémio Valmor 1909²³.

A encomenda do projeto a Miguel Ventura Terra (1866-1919) terá ocorrido durante o ano de 1900, em circunstâncias para já desconhecidas²⁴, com o primeiro requerimento para obras a ser entregue na Câmara Municipal logo em novembro desse ano²⁵.

²¹ AML, *Escritura de cedência*, de 1901-02-08.

²² Data da entrada do primeiro do primeiro pedido de construção neste lote, já com José Pinto Leitão como proprietário. AML, Obra n.º 27116, *Processo n.º 2771/1904*.

²³ *Ilustração portuguesa*. N.º 223 (30 de maio de 1910).

²⁴ Não foi possível ainda identificar factos concretos que aproximem o arquiteto do requerente, senão o terem quase a mesma idade (Henrique Mendonça é dois anos mais velho) e o facto de ambos pertencerem à Sociedade Portuguesa de Geografia: Henrique Mendonça desde 1890 e Ventura Terra desde 1895.

²⁵ AML, Obra n.º 31572, *Processo n.º 6391/1.ªREP/PG/1900*.

A opção por parte do proprietário pelo arquiteto mais reputado de Lisboa à época terá sido seguramente parte de uma vontade consciente de afirmação de estatuto perante os seus pares e a sociedade, que a compra de um lote junto ao futuro parque da Liberdade de certo modo também já enunciava. No entanto, é também possível interpretar esta opção por Ventura Terra como uma escolha determinada por critérios de qualidade e gosto por parte de alguém que, ao que tudo indica, revelava sensibilidade e cuidado nas suas opções artísticas. Henrique Mendonça foi um dos presidentes do Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga, e, ao que se sabe, mantinha relações com várias personalidades do mundo da arte, nomeadamente Malhoa e Columbano, este último autor do seu retrato e de parte da pintura decorativa que virá a ser executada no seu palacete.

De facto, no ano do provável arranque do projeto para o palacete, Ventura Terra é já um dos arquitetos mais reputados da capital e do país. Chegado a Lisboa em 1896, depois de um longo período em Paris, onde estudou no *atelier* de Laloux, Ventura Terra é, em 1900, o responsável pela obra do palácio das Cortes (1895-1903) e do santuário e hotel de Santa Luzia em Viana do Castelo (a partir de 1899), e tem já obra significativa no domínio da habitação, em Lisboa mas também em Cascais e no norte do país. Na vida cívica e corporativa elabora, em 1902, os estatutos da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, à qual presidirá em 1903, enveredando ainda pela política em 1908, quando é eleito como vereador republicano para a Câmara Municipal de Lisboa. Em 1903 vence o seu primeiro Prémio Valmor com o prédio onde se situa a sua casa na rua Alexandre Herculano.

O trabalho de Terra filia-se diretamente no ecletismo das *Beaux Arts* de Paris de fim de século, tal como acontece com muitos dos arquitetos seus contemporâneos. Ventura Terra será, no entanto, aquele cuja obra apresenta maior solidez: pela sua dimensão e pela variedade de programas e de escalas de intervenção. Para além disso, é também o carácter consequente da sua modernidade que o diferencia da maioria dos seus pares, através de um trabalho de fundo sobre as questões do desenho, da técnica e do programa que ultrapassam o mero exercício de estilo da fachada²⁶.

Em 1900, Ventura Terra viaja pelas capitais da Europa “onde desejo ver o que mais recentemente se tem produzido”²⁷ no campo da decoração e das instalações técnicas. Ainda nesse ano, o concurso para os dois pavilhões de Portugal na Exposição de Paris premeia a proposta de Ventura Terra, preterindo a de Raul Lino, num episódio que de certo modo põe em evidência ou mesmo em confronto as duas correntes que marcam a arquitetura portuguesa deste período, e que Terra e Lino personificam: progressismo *versus* culturalismo; internacionalismo *versus* nacionalismo.

O palacete Mendonça no seu conjunto confirma por isso o trabalho de Ventura Terra como pertencente a uma linha eclética de filiação marcadamente clássica²⁸. Apesar de os princípios de composição assentes na axialidade

²⁶ SILVA, Raquel Henriques da - *As Avenidas Novas de Lisboa (1900-1930)*. Lisboa: FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1986.

²⁷ RIBEIRO, Ana Isabel - *Biografia: Ventura Terra em contexto. AAVV - Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 85.

²⁸ SILVA, Raquel Henriques - *Ventura Terra em contexto. AAVV - Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 287.

e na simetria tão evidentes no projeto do palacete serem comuns na sua obra, raramente se expressam de forma tão evidente nos seus trabalhos no domínio da habitação. Se é certo que a dimensão do terreno facilita a aplicação de princípios compositivos com este grau de clareza, há no palacete Mendonça uma opção por uma certa radicalização da linguagem clássica. De expressão austera e sóbria, trata-se de um exercício coerente e consequente que envolve todo o universo da composição e que tem na *loggia* do último piso, citação direta da *villa* renascentista, o expoente máximo deste *parti pris* estilístico.

O facto de esta ser uma das suas primeiras obras em Lisboa, pouco depois do seu regresso de Paris, e o primeiro palacete que Ventura Terra projeta para a capital poderia ser uma das razões para esta opção por um desenho que se filia de modo tão evidente na sua formação parisiense, mas não será seguramente a única e há que não descartar outras hipóteses de leitura que tenham em conta uma relação com o lugar e a natureza da encomenda.

O primeiro processo de pedido de licença para construção data de 12 de novembro de 1900, tem como responsável o construtor Rafael da Silva Castro e não está documentado nos arquivos da CML com qualquer peça desenhada ou memória descritiva. O projeto é aprovado e é definido o valor das taxas a pagar correspondentes a 2392m² de superfície coberta e 29840m² de jardim, sensivelmente a área do jardim atual.

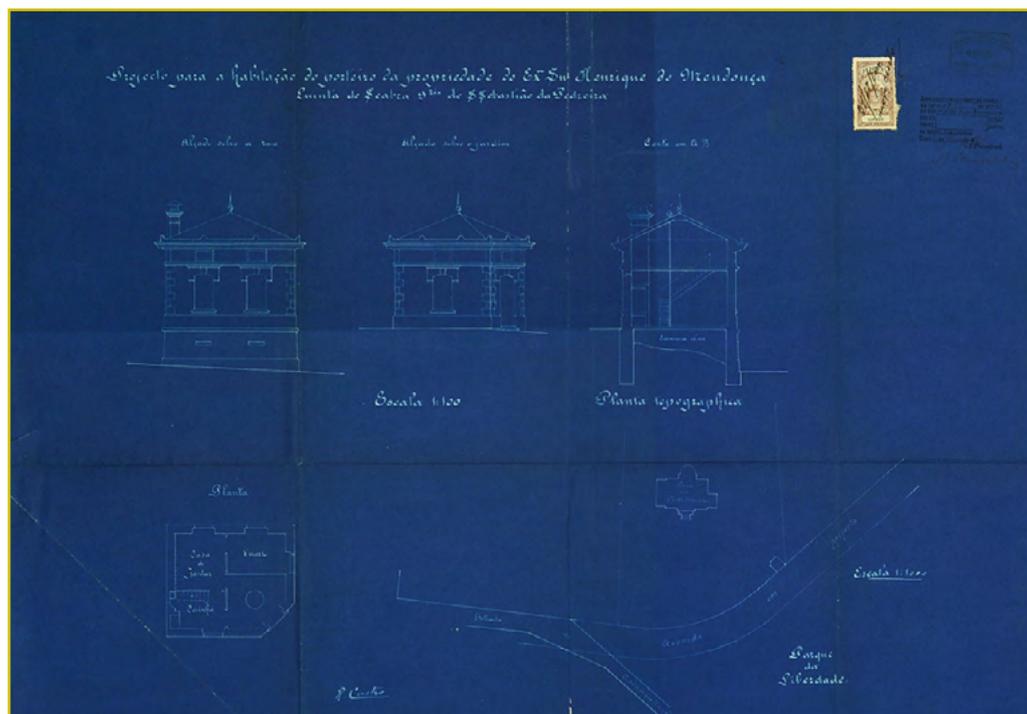


Figura 5 AML, [Planta da portaria].

Obra n.º 31572, Processo. n.º 9/1ª REP/PG/1901, t. 2.

Menos de dois meses depois, e já com a obra a decorrer, é entregue o pedido para construção do edifício da portaria, novamente com Rafael da Silva Castro como responsável²⁹. É neste processo que se encontram as primeiras peças desenhadas desta obra, numa folha com os desenhos do edifício da portaria, mas também uma pequena planta de conjunto a outra escala, que mostra o limite sul do terreno limitado pelo novo traçado da rua e a localização da portaria e do palacete, sobre o qual surge a legenda “em construção”. Este desenho de conjunto não só confirma a nova forma do lote - que não contempla o terreno do palacete Leitão, e com a portaria a marcar o canto nascente de limite do lote -, mas sobretudo apresenta um perímetro de implantação do palacete exatamente igual ao atual. Deste modo se pode concluir que qualquer que tenha sido a solução apresentada no pedido de licença de novembro de 1900, a implantação era a mesma do edifício que foi construído.

Em agosto de 1902, Henrique Mendonça entrega na Câmara novos desenhos para o palacete, pedindo a substituição do projeto aprovado a 6 de dezembro de 1900. Este novo processo³⁰ inclui desenhos de projeto que, salvo mínimas alterações de pormenor e as alterações realizadas aquando da instalação da Faculdade de Economia da UNL, corresponde ao palacete tal como ele se encontra hoje, ou seja, o projeto construído é fruto de uma alteração de um primeiro projeto, que não está documentado graficamente no Arquivo Municipal.

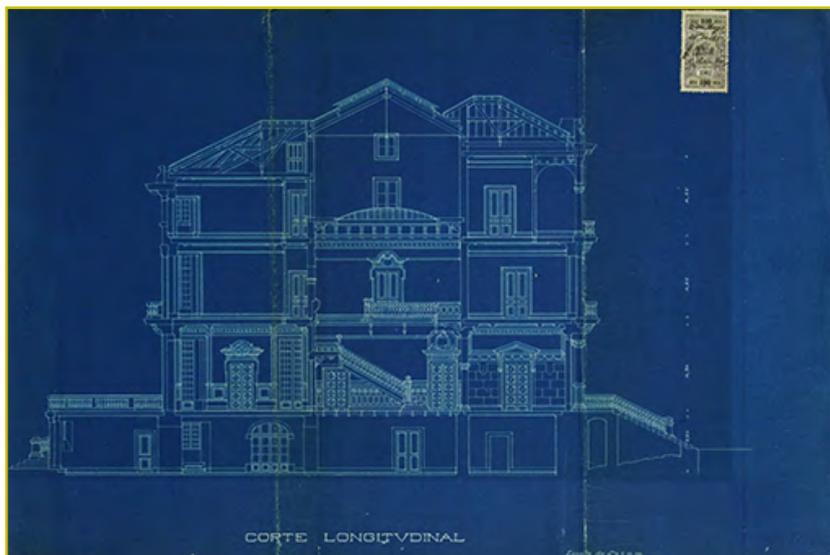


Figura 6 AML, Corte longitudinal. *Obra n.º 31572, Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902, f. 11.*

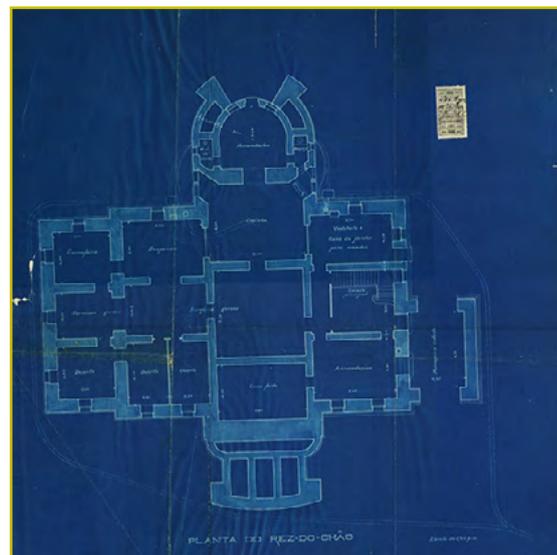


Figura 7 AML, Planta do rés-do-chão. *Obra n.º 31572, Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902, f. 2.*

²⁹ AML, Obra n.º 31572, *Processo n.º 9/1.ª REP/PG/1901.*

³⁰ AML, Obra n.º 31572, *Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902.*

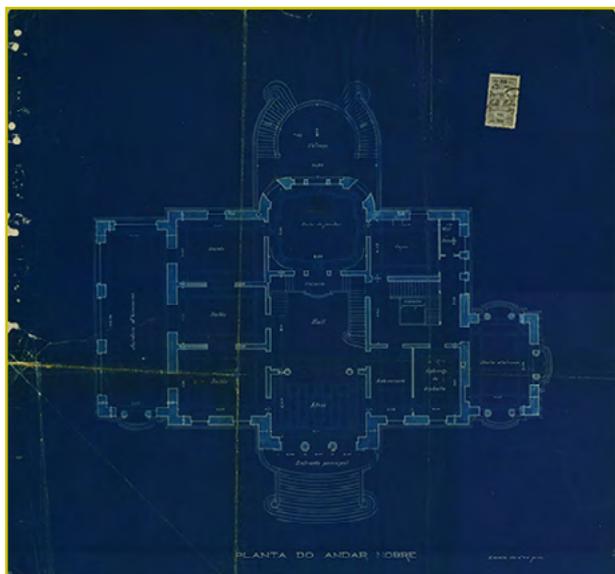


Figura 8 AML, Planta do andar nobre. *Obra n.º 31572, Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902, f. 3.*

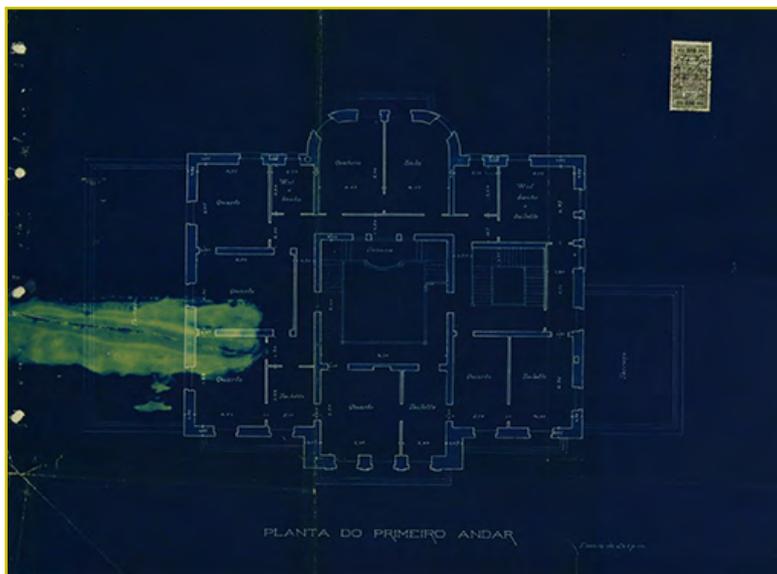


Figura 9 AML, Planta do primeiro andar. *Obra n.º 31572, Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902, f. 4.*

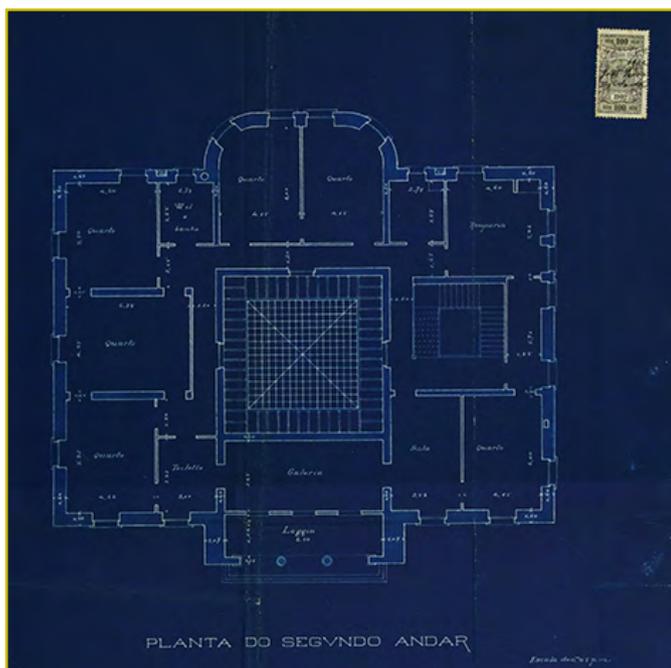


Figura 10 AML, Planta do segunda andar. *Obra n.º 31572, Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902, f. 5.*

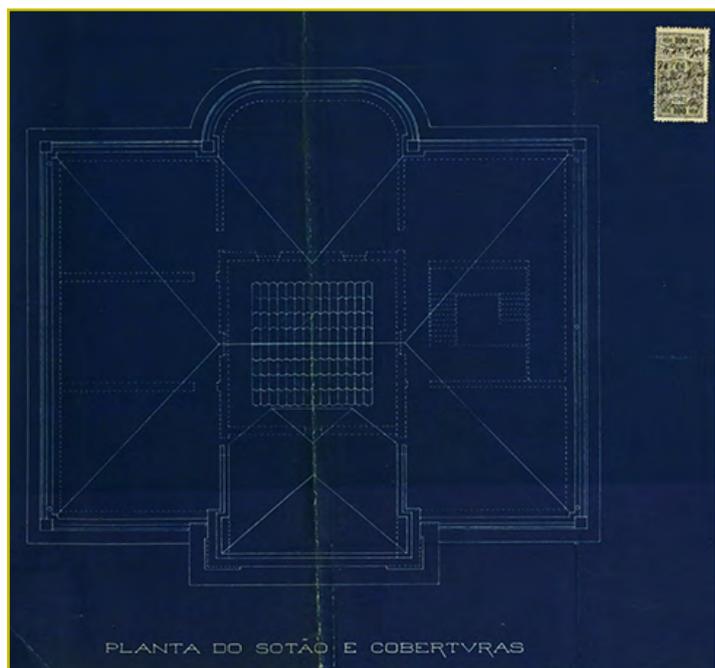


Figura 11 AML, Planta do sótão e coberturas. *Obra n.º 31572, Processo n.º 3522/1.ª REP/PG/1902, f. 6.*

Trata-se de um conjunto de dez desenhos do palacete: as plantas dos cinco pisos - térreo, andar nobre, primeiro piso, segundo piso, sótão e cobertura -, cortes e os quatro alçados, todos à mesma escala e onde não consta nenhuma planta de conjunto nem o projeto de edifícios anexos. São datados de 4 de agosto de 1902 e assinados pelo novo responsável da obra, João Pedro dos Santos. Há que referir que nos vários documentos escritos e desenhados do Arquivo Municipal referentes a esta obra nunca surge o nome de Ventura Terra, estando todos os requerimentos, desenhos e termos de responsabilidade apresentados por parte do cliente assinados pelo requerente - Henrique Mendonça - ou pelos responsáveis de obra. Não há, no entanto, qualquer dúvida quanto à autoria do projeto. A hipótese teórica de o primeiro projeto (não documentado) ser de outro autor e da mudança de construtor ter sido acompanhada também de uma mudança de arquiteto não é de todo plausível, a partir do momento em que o desenho da implantação do conjunto constante no projeto da portaria³¹ de 1901 corresponde exatamente ao do projeto entregue um ano depois.

O facto de a mancha de implantação corresponder exatamente à atual poderia significar que as alterações apresentadas no projeto em 1902 teriam que ver apenas com os interiores ou eventualmente com o desenho dos alçados, mas existe um dado adicional que indicia que terá havido também um aumento de área, dado que a aprovação do segundo projeto dá lugar ao pagamento adicional de taxas, correspondentes a mais 785m² de pavimento, referentes ao artigo 2.º (área coberta). E, de facto, a medição da área construída está muito próxima do total de 3177m² calculados no processo de 1902. Não havendo informação sobre o primeiro projeto de 1900, é difícil perceber a que correspondem estes metros quadrados adicionais mas, ao que tudo indica, não houve alteração na implantação nem foi entregue requerimento para qualquer outro edifício. Assim sendo, e salvo ter havido um erro de cálculo relativo ao primeiro projeto ou alterações no método de cálculo das áreas³², o edifício só pode ter subido em altura face ao que estava previsto no primeiro projeto.

Será no entanto difícil, senão impossível, apenas com estes dados especular sobre o que seria uma primeira versão do projeto, e quais as razões para esta hipotética opção de subir o edifício. No entanto, não estando a casa situada num contexto urbano de lote confinado, mas sim num terreno de quase 3ha, a opção pela subida em altura seria apenas uma entre várias opções possíveis o que leva a pensar que, apesar de todas as possíveis razões de ordem prática, esta pode ter sido uma opção deliberada, por ser a que melhor respondia ou mesmo reiterava a relação urbana que o edifício procurava: pela sua volumetria, mas também pela posição no lote.

À grande escala, a posição do palacete no lote e o desenho da sua volumetria enunciam claramente a relação que o edifício procura com a cidade. Afastada da via pública cerca de 60 metros, a casa procura o ponto mais alto do terreno - sensivelmente à cota 105.00 -, o que obriga não só ao afastamento relativamente ao eixo viário que lhe dá acesso mas também a descentrar a construção relativamente ao eixo longitudinal do lote. A distância

³¹ AML, Obra n.º 31572, *Processo n.º 9/1.ª REP/PG/1901*.

³² Não foi possível encontrar legislação específica que nesta época fixasse os métodos de cálculo das áreas, e ao que tudo indica era utilizado muito simplesmente o cálculo das áreas brutas, o mesmo que serve para calcular custos de construção.



Figura 12 AML, Paulo Guedes, *Palacete Henrique Monteiro Mendonça*. Prémio Valmor de 1909.

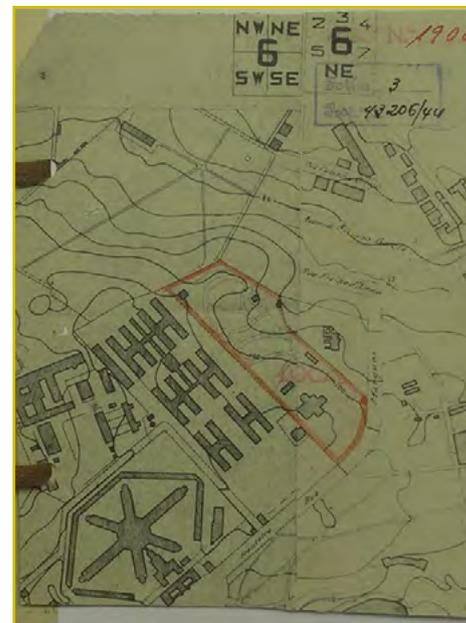


Figura 13 AML, [Planta de implantação]. *Obra n.º 31572*, *Processo n.º 43206/DSC/PG/1944*, f. 3.

relativamente à via e a posição sobranceira, virada a sul, afastam o edifício da envolvente imediata e aproximam-no da cidade distante: a cidade nova e fervilhante que se estende ao longo do vale de Valverde.

A aproximação à casa é feita partir dos dois cantos do lote, por dois portões rasgados na vedação do terreno projetada em 1904³³ e executada sob a responsabilidade de um terceiro construtor: António Gaspar. Associada à entrada nascente, a portaria é uma pequena construção cúbica de dois andares, bem proporcionada, que remata o extremo oriental do lote, à cota baixa. Deste modo, a aproximação à casa é sempre feita num percurso ascendente que enfatiza a verticalidade da fachada.

Ao longo dos seus quase cem metros de comprimento, o lote quebra em ligeira pendente para nascente, na direção da linha de limite com o terreno do vizinho palácio Leitão. É ao longo desta linha de fronteira que se situa o caminho de serviço que dá acesso ao interior da propriedade e do jardim, e que distribui para os vários edifícios anexos: estufa, chiqueiro³⁴, e um anexo de maior dimensão para arrecadações licenciado em setembro de 1903³⁵.

³³ AML, *Obra n.º 31572*, *Processo n.º 4329/1904*.

³⁴ AML, *Obra n.º 31572*, *Processo n.º 1284/1924*.

³⁵ AML, *Obra n.º 31572*, *Processo n.º 4012/1903*.

A concentração das circulações de serviço e anexos ao longo deste alinhamento liberta a restante área do lote à cota alta para espaços de fruição e lazer. O jardim do palacete surge assim na vertente a norte do palacete, com um desenho de caminhos sinuosos que, na sua organicidade, contrasta com a ortogonalidade da construção.

De clara matriz clássica, a planta do palacete organiza-se segundo um eixo de simetria central, longitudinal relativamente ao lote, sobre o qual se dispõem os espaços que fazem a relação do edifício com o exterior: com a cidade, a sul, e com o jardim, a norte. Entre os dois, um espaço central de duplo pé-direito, com uma escadaria, marca o centro da composição, no cruzamento com o segundo eixo de simetria. Dois corpos adossados dispõem-se em cada um dos lados deste volume: progressivamente mais estreitos e baixos, e recuando relativamente ao alinhamento do corpo central.

Tal como a implantação do edifício surge descentrada relativamente ao eixo do lote, o desenho da planta mostra as necessárias adaptações ao terreno e ao programa na vertente a nascente, por forma a permitir a implementação de uma segunda circulação vertical e de uma entrada de serviço, encaixada na topografia. Apesar destas variações, os alçados sul e norte não quebram a lógica de composição tripartida e simétrica apontada em planta e apresentam um equilíbrio sábio entre a horizontalidade dada pelo andar nobre e pelo embasamento em pedra sobre o qual assenta e a verticalidade apesar de tudo dominante conferida pelos vãos esguios, mas sobretudo pelo corpo central da fachada principal, coroado pela *loggia* que no alto, domina a paisagem.

Por dentro desta lógica global de rigorosa simetria da composição, a introdução do complexo programa doméstico é feita de forma harmoniosa, integrando todos os códigos do espaço do habitar e as respetivas valências técnicas, associadas à higiene e ao conforto.

O duplo pé-direito do vazio central do *hall* constitui-se como uma terceira axialidade, no centro geométrico da composição, a partir do qual se faz uma primeira organização por pisos dos principais grupos de espaços. Os serviços são instalados na meia-cave, os espaços de receção no andar nobre, e os quartos nos dois pisos superiores. Não há compartimentação nem funções atribuídas na planta do sótão, que seria ao que tudo indica reservado para o alojamento dos empregados.

A casa adota o esquema da dupla circulação - de aparato e de serviço - em que à relativa convencionalidade da primeira se contrapõe uma solução menos comum na escala e no cuidado de desenho conferidos a um sistema de circulação, em princípio secundário. No *hall* central, a circulação de aparato desenvolve-se em torno do vazio central do edifício e liga o andar nobre ao primeiro piso de quartos, através de uma escada “palaciana, monumental e encenada”³⁶ com uma tribuna no patamar intermédio, que servia também para instalar a orquestra em dias de festa³⁷. No lado nascente da casa, a segunda escada desenvolve-se em torno de um elevador e faz a ligação entre

³⁶ RAMOS, Rui - *A casa unifamiliar burguesa na arquitetura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura/Universidade do Porto, 2005. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. p. 8-481.

³⁷ DIAS, Carlos Malheiro - O Último carnaval da Monarquia. In *Em redor de um grande drama: subsídios para uma história da sociedade portuguesa (1908-1911)*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, [1912?]. p. 198-218.



Figura 14 Coleção de Pedro Mendonça Alves - Fotografia do hall.



Figura 15 Coleção de Pedro Mendonça Alves - Fotografia do salão Luís XV.

todos os pisos, incluindo o sótão. Conforme referido por Rui Ramos, o conjunto constituído pela escada de serviço, elevador e galeria de circulação tem, nesta casa, uma dimensão que não é comum, praticamente equivalente à área do átrio central, que se prende, segundo este autor, não apenas com questões de “eficiência funcional, salubridade e higiene, mas também de ostentação da mesma grandiosidade presente nas zonas nobres”³⁸. A esta dupla circulação correspondem dois conjuntos de espaços distintos, pela sua funcionalidade e desenho.

As salas de aparato localizam-se ao longo do eixo central do palacete e em toda a área poente deste piso. No eixo central, decorado em estilo renascença, a escadaria da fachada conduz ao vestíbulo, ligado ao *hall* central por um grande arco em pedra. Um vão generoso liga ainda axialmente o *hall* à sala de jantar, que por sua vez abre para um terraço sobre o jardim. A centralidade da sala de jantar denota a importância que este espaço de refeições e o ritual a ele associado foi ganhando ao longo do século XIX, período em que se foi assistindo à progressiva

³⁸ RAMOS, Rui, *op. cit.*, p. 7-459.



Figura 16 Coleção de Pedro Mendonça Alves - Fotografia do jardim de inverno.

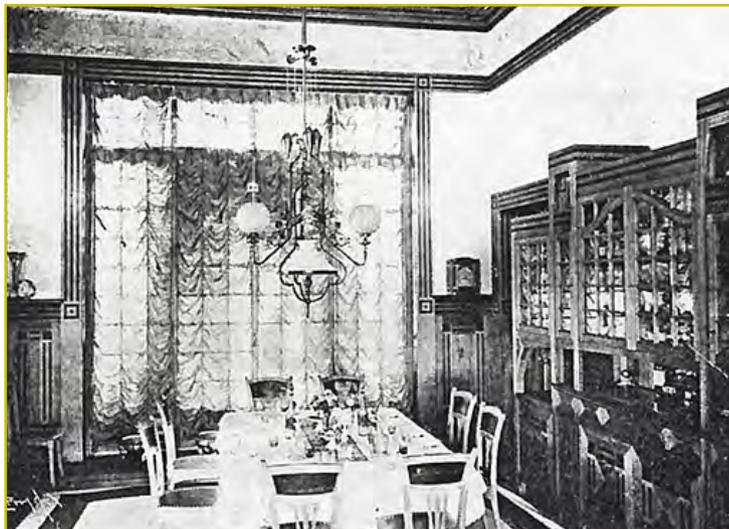


Figura 17 [Fotografia da] sala de almoço. Palacete do Exmo. Sr. Henrique José M. de Mendonça³⁹.

migração deste dispositivo doméstico no interior da casa, até se tornar parte das salas de aparato. Na ala poente do palacete situa-se uma nova sequência de três espaços, interligados e de dimensão equivalente, que repetem a leitura sequencial dos espaços do núcleo central: os salões Luís XV, Luís XVI e Império. Um amplo jardim de inverno remata esta ala poente.

A nascente, em torno da escada de serviço e do seu elevador, dispõe-se um conjunto heterogéneo de espaços, que compreende espaços de serviço, da família e semipúblicos. A copa, na passagem para a sala de jantar serve neste piso ainda a sala de almoços: um espaço da intimidade da família que serve de contraponto à aparatosa sala de jantar. Ao lado, o gabinete de trabalho do proprietário tem acesso a partir desta área de circulação secundária e liga ainda a uma antecâmara que dá acesso ao vestíbulo. Trata-se de compartimentos cujo programa se encontra física e funcionalmente na fronteira entre os espaços de aparato e os espaços privados e que se constitui como uma categoria intermédia de uso, claramente delimitada em planta, que não sendo de serviço, nem íntimo, tem um uso mais informal, se comparado com as salas de aparato. Será provavelmente a dimensão familiar deste conjunto de espaços, usados no quotidiano por todo o grupo doméstico - proprietários e empregados -, que pode explicar a dimensão e a nobreza do desenho desta escada secundária, mas também as opções radicalmente diferentes ao nível do programa decorativo das salas a que dá acesso.

Os espaços da intimidade - quartos, *toilettes* e salas - situam-se nos dois pisos superiores, onde uma decoração mais despojada contrasta com a opulência do andar nobre. Apenas o *atelier* de pintura de D. Carolina de

³⁹ *A architectura portugueza*. Ano IV, n.º 9 (1911), p. 35.



Figura 18 Estragos causados pelas granadas numa sala do palacete do Sr. Henrique Monteiro de Mendonça. Documento cedido pelo: ANTT, Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0020/1017F.



Figura 19 [Fotografia da] cozinha. Palacete do Sr. Henrique José Monteiro de Mendonça ⁴⁰.

Mendonça, aberto para a *loggia*, apresenta um maior trabalho de madeiras, com um lambril alto e lareira, que lembra o estilo sóbrio e mais estilizado da sala de almoços ou do gabinete de trabalho. Em ambos os pisos as circulações e a compartimentação são organizados em torno do *hall* central, que é também o centro a partir do qual se posicionam infraestruturas e equipamentos.

O palacete estava, no momento da sua inauguração, equipado com todos os mais avançados aparelhos e sistemas de tecnologia doméstica - elevador hidráulico, aquecimento e mesmo um sistema de alarme. Comprados no estrangeiro, são raros na Lisboa da época e apenas instalados em edifícios de exceção. A obra do palacete é aliás visitada por um grupo de arquitetos em 1904, no quadro de uma visita organizada pela Sociedade dos Arquitetos Portugueses, que pretende dar a conhecer os sistemas de aquecimento central instalados em duas obras de Ventura Terra: o palacete Mendonça e o palácio das Cortes⁴¹. Todos os pisos do palacete são dotados de espaços de higiene com água canalizada, estrategicamente posicionados não apenas de modo a racionalizar a posição das infraestruturas e otimizar o seu funcionamento, mas também por forma a integrá-los na lógica de desenho global do edifício, acompanhando as simetrias e axialidades que regem a composição. O próprio fogão, do fornecedor francês Briffault, está posicionado ao centro, no espaço da cozinha, que também ela ocupa uma posição central na casa.

Dir-se-ia que, num momento histórico em que a técnica e a arte negociam territórios no domínio da construção, Ventura Terra está atento e do mesmo modo que não ignora o progresso nem os novos sistemas e equipamentos,

⁴⁰ *A architectura portuguesa*. Ano IV, N.º 9 (1911), p. 36.

⁴¹ A.R. - Anno Associativo: Relatório do conselho diretor relativo à gerência de 1904 a 1905. *Anuário dos architectos portugueses*, 1905. p. 8.

antes pelo contrário, também não permite que a arquitetura se submeta completamente aos seus desígnios. A técnica é por isso integrada no sábio exercício do desenho e da composição clássica, ou seja, é por dentro da própria disciplina da arquitetura e do projeto, que Terra encontra um território de convergência “nunca duvidando que o culto do classicismo era a mais eficaz via para ser moderno”⁴².

Se a montante, no domínio da distribuição e da integração das infraestruturas, as suas opções de projeto são coerentes e consistentes, isso não é menos verdade a jusante, na questão da decoração. Por dentro da multiplicidade de estilos é possível encontrar, nestes interiores, uma coerência que é dada por uma lógica de adequação da decoração ao programa, mas também por uma estratégia de desenho que procura uma leitura mais homogênea dos espaços por dentro da lógica fragmentária dos interiores ecléticos.

O que acaba por estar sempre presente no palacete, e de modo algo extremado, é o exercício quase obsessivo da composição como síntese, e que não é mais que um dos pilares fundamentais sobre os quais assenta a arquitetura do ecletismo de *fin de siècle*⁴³. Ventura Terra domina com grande mestria este exercício que tem na base um trabalho aturado sobre o uso do desenho na organização do programa em planta, e que era, precisamente e não por acaso, a razão que levava os estudantes ao *atelier* de Laloux⁴⁴, nas *Beaux Arts* de Paris.

4. O ECLETISMO COMO IDEIA DE PROGRESSO: VENTURA TERRA, HENRIQUE MENDONÇA, O PARQUE [E A BOA ENTRADA]

Por tudo o que ficou dito, o encontro entre Ventura Terra e Henrique Mendonça para este projeto dificilmente se pode resumir apenas ao encontro entre um próspero burguês num processo de ascensão social com o arquiteto de sucesso cuja assinatura seria a mais-valia essencial para o seu palacete, a construir numa das zonas que se previa vir a ser uma das mais prestigiadas da cidade.

Ainda que não de modo deliberado, o encontro entre este lugar, este arquiteto e este proprietário é um encontro que faz sentido também se pensarmos que há uma certa partilha de ideais ou de projeto de cidade nestes dois atores em interação com o vetor lugar que elegemos para refletir sobre este projeto. Falo por um lado de uma certa **crença no progresso** que perpassa todo o trabalho de Ventura Terra, que está na base do absolutamente notável ímpeto inovador e experimentalista de Henrique Mendonça enquanto roceiro, e que também é o mote para o grande gesto de expansão da cidade de Lisboa para norte no final do século XIX.

Para além disso, há um certo cosmopolitismo e caráter internacionalista no qual se filia diretamente o plano de melhoramentos e o próprio parque e que é também transversal às biografias do proprietário e do arquiteto. Na

⁴² SILVA, Raquel Henriques da - Ventura Terra em contexto. In AAVV - *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 287.

⁴³ PEDONE, Jacqueline - O espírito eclético na arquitetura. *ArqTexto* [Em linha]. N.º 6 (2005), p. 126-137. [Consult. 30.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jacqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf

⁴⁴ LECONTE, Marie-Laure Crosnier - *Victor Laloux (1850-1937): l'architecte de la gare d'Orsay*. Paris: Musée d'Orsay, 1987. p. 65.

realidade, serão tão estrangeirados um quanto o outro: praticamente da mesma idade, Henrique Mendonça e Ventura Terra têm ambos percursos de vida que os levaram muito jovens para o estrangeiro. O regresso à pátria de Ventura Terra e o momento em que o já próspero roceiro Henrique Mendonça decide passar mais tempo na capital poderá até ter acontecido na mesma altura, durante os anos 90 do século XIX. Efetivamente, ambos tiveram um início de idade adulta marcado por uma vivência internacional: Terra em Paris e Henrique Mendonça em São Tomé, onde como vimos a circulação de europeus e os contactos internacionais eram intensos - entre cientistas, capitalistas, agrónomos, fornecedores, importadores, etc. Se a própria colónia era um lugar de cruzamento com o mundo, de confluência, de culturas autóctones, mas também ocidentais, é também a plataforma a partir da qual Henrique Mendonça estabelece contactos com o mundo e viaja.

No fundo, o ecletismo acaba por ser, neste início de século, a corrente artística capaz de responder a estes ideais e anseios. Citando Jacqueline Pedone:

O Ecletismo foi um fenómeno cultural que, diferente do historicismo, estava imbuído de vontade histórica e buscou acompanhar o próprio tempo e diferente de uma doutrina estilística, foi uma atitude perante o projeto, um procedimento moderno em sua essência. Livre dos ditames do passado e fiel aos princípios académicos, o Ecletismo apresentou uma maneira moderna de pensar a arquitetura ⁴⁵.

É neste princípio de modernidade e de crença no progresso que o pensamento de Ventura Terra se inscreve, conforme enunciado por Raquel Henriques da Silva⁴⁶, o que afasta completamente o trabalho deste autor de qualquer tipo de *démarche* associada ao decadentismo oitocentista. Ainda segundo esta autora, e referindo-se à sua intervenção na cidade histórica, há em Ventura Terra “o entendimento do património como herança que deve ser respeitada, mas não deve tolher o desenvolvimento do espaço urbano”: o património serve se servir o presente assim como a história serve se servir o presente e, quem sabe, o futuro.

Por outro lado, temos o carácter absolutamente internacional deste ecletismo cosmopolita e globalizante, que parte de Paris e chega a todo o mundo. Regressando à Boa Entrada, a residência de Henrique Mendonça nos trópicos é também ela expressão deste movimento centrífugo que leva neste caso o *chalet* centro-europeu a transformar-se na casa típica do colonialista dos trópicos: pelo modo como se adaptava ao clima pluvioso, mas sobretudo porque o sistema de pré-fabricação a tornava fácil de exportar e construir.⁴⁷ Uma construção ao estilo internacional, também na casa de Henrique Mendonça em territórios ultramarinos, equipada com todas as comodidades e as mais avançadas tecnologias.

E assim, pela via do proprietário e de um certo internacionalismo - e deste modo peculiar de dar a volta ao mundo a partir de uma suposta periferia - poderemos tentar encontrar pistas adicionais para a leitura do palacete da

⁴⁵ PEDONE, Jacqueline - O espírito eclético na arquitetura. *ArqTexto* [Em linha]. N.º 6 (2005), p. 135. [Consult. 30.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jacqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf

⁴⁶ SILVA, Raquel Henriques da - Ventura Terra em contexto. In AAVV - *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 285.

⁴⁷ PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo de - *As roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013. p. 56.

rua Marquês da Fronteira, essa “máquina de habitar” de feição tão marcadamente clássica. Uma linguagem solene e elegante, eterna e por essa via não-nostálgica, que não tem tempo mas também não tem pátria, ou seja, uma arquitetura à medida do cosmopolitismo, austeridade e espírito visionário do grande colonialista Henrique Mendonça.

Aí, desde o primeiro momento, os visitantes teriam a ‘verdadeira surpresa de descobrir no meio desta isolada ilha do Atlântico o conforto da vida europeia’. Todo esse conforto requeria esforços imensos. Muitas viagens à Europa haviam sido necessárias para mobilar quartos, salas de jantar e salões de jogos. Mas, mesmo que a arquitetura e a decoração servissem para criar um ambiente aprazível, a casa estava longe de ser um retiro de lazer. Era, tal como Chevalier a descreve, a sede do “estado maior da roça da Boa Entrada”. Esta metáfora deve ser entendida de forma séria. O espaço reservado para a leitura assemelhava-se a uma sala de comando estratégico. Nas estantes, ‘monografias sobre o cacau em Francês’ estavam acompanhadas de revistas sobre agricultura tropical e ‘muitos mais livros em Português, Inglês e Alemão sobre o mesmo assunto’. E tal como nas campanhas militares, ‘na parede era possível ver mapas, diagramas e gráficos relacionados com a plantação’. O administrador-estratega tinha também à sua disposição os mais sofisticados meios de comunicação. Um telefone permitia o contacto imediato com outras partes da roça, da cidade e com as outras plantações⁴⁸.



Figura 20 *Vue panoramique du siège de l'administration de la plantation Boa Entrada, à S. Thomé*⁴⁹.

⁴⁸ MACEDO, Marta - Império de cacau. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira - *O império colonial em questão (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 297-298, citando Chevalier e a descrição que faz da Boa Entrada, publicada em CHEVALIER, Auguste - *Le cacaoyer dans l'ouest africain: les végétaux utiles de l'Afrique tropical française*. Paris: A. Chamallet, 1908. vol. IV, p. 49-52.

⁴⁹ MANTERO, Francisco - *La main-d'oeuvre à San Thomé et à l'île du Prince*. Lisboa: L'Annuaire Commercial, 1910.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Municipal de Lisboa

Autor não identificado, *Henrique Monteiro Mendonça, pintura da autoria de Columbano Bordalo Pinheiro*. Fotografia. PT/AMLSB/ACU/00076.

Eduardo Portugal, *Panorâmica tirada do alto do parque Eduardo VII, à direita a avenida da Liberdade*. Fotografia. PT/AMLSB/POR/059996.

Paulo Guedes, *Palacete Henrique Monteiro Mendonça, Prémio Valmor de 1909*. Fotografia. PT/AMLSB/PAG/000455.

Obra n.º 31572, Processo n.º 6391/1.ªREP/PG/1900; Processo n.º 9/1.ªREP/PG/1901; Processo n.º 3522/1.ªREP/PG/1902; Processo n.º 4012/1903; Processo n.º 4329/1904; Processo n.º 1284/1924; Processo n.º 43206/DSC/PG/1944.

Escritura de cedência, de 1901-02-08. Documentos anexos ao livro de notas n.º 38 referente à escritura de cedência de terreno, f. 12. PT/AMLSB/CMSB/AGER-N/02-02-01/00031.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Estragos causados pelas granadas numa sala do palacete do Sr. Henrique Monteiro de Mendonça. Documento cedido pelo ANTT. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0020/1017F.

Coleção particular de Pedro Mendonça Alves

Fotografia do hall.

Fotografia do salão Luís XV.

Fotografia do jardim de inverno.

[Fotografia da] sala de almoço.

[Fotografia da] cozinha.

Bibliografia

A arquitectura portuguesa. Ano IV N.º 9 (1911).

A.R. - Anno associativo: relatório do conselho diretor relativo à gerência de 1904 a 1905. *Anuário dos architectos portugueses*. Anno 1 (1905).

DIAS, Carlos Malheiro - O último carnaval da monarquia. In *Em redor de um grande drama: subsídios para uma história da sociedade portuguesa (1908-1911)*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, [19--].

FERRÃO, José Eduardo Mendes - A investigação agronómica em São Tomé e Príncipe durante a administração portuguesa. In *Colóquio internacional São Tomé e Príncipe – Colóquio Internacional... numa perspetiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica: actas*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2012. p. 255-268.

Ilustração portuguesa. N.º 223 (30 de maio de 1910).

LAVRADIO, Marquês de - *Memórias do sexto marquês de Lavradio*. Lisboa: Ática, 1947.

LE CUNFF, Françoise - *Parques e jardins de Lisboa (1764-1932): do Passeio Público ao parque Eduardo VII*. Lisboa: FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 2000.

LECONTE, Marie-Laure Crosnier - *Victor Laloux (1850-1937): l'architecte de la gare d'Orsay*. Paris: Musée d'Orsay, 1987.

MACEDO, Marta - Império de cacau. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira - *O império colonial em questão (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 289-316.

MANTERO, Francisco - *La main-d'oeuvre à San Thomé et à l'île du Prince*. Lisboa: L'Annuaire Commercial, 1910.

MENDONÇA, Henrique José Monteiro de - *The Boa Entrada plantations: S. Thomé portuguese west Africa: "la perle des colonies portugaises"*. Edinburgh; London: Oliphant Anderson e Ferrier, 1907.

PAPE, Duarte; ANDRADE, Rodrigo Rebelo de - *As roças de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.

PEDONE, Jacqueline - O espírito eclético na arquitetura. *ArqTexto* [Em linha]. N.º 6 (2005), p. 126-137. [Consult. 30.01.2016]. Disponível na Internet: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf

RAMOS, Rui - *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Porto: Faculdade de Arquitetura/Universidade do Porto, 2005. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

RIBEIRO, Ana Isabel - Biografia: Ventura Terra em contexto. In AAVV - *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 37-141.

SEQUEIRA, Gustavo Matos - *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1933.

SILVA, Raquel Henriques da - *As Avenidas Novas de Lisboa (1900-1930)*. Lisboa: FCSH-Universidade Nova de Lisboa, 1986.

SILVA, Raquel Henriques da - Das Avenidas Novas à avenida de Berna. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte. N.º 2 (2006), p. 126-141.

SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia (1874-1909)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.

SILVA, Raquel Henriques da - Ventura Terra em contexto. In AAVV - *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 277-307.





Documenta

Nota Introdutória

O Arquivo Municipal de Lisboa tem à sua guarda um riquíssimo acervo documental de extrema relevância para o estudo da cidade, sendo exemplo disso a documentação referente à gestão patrimonial. A *Documenta* inclui a transcrição integral de alguns documentos relacionados com a temática do n.º 5 dos *Cadernos do Arquivo Municipal* “Histórias de casas e de quem lá vive(u)”.

Com a publicação destas fontes pretende-se que seja mais um contributo para a divulgação do vastíssimo e diversificado acervo do Arquivo Municipal de Lisboa e, a par dos estudos deste volume dos *Cadernos*, um ponto de partida para novas perspetivas de investigação sobre o estudo do património imóvel da cidade.



ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA | Histórico

1569, fevereiro, 24, Lisboa a **1722**, dezembro, 09, Lisboa ocidental, casas de morada do doutor João de Cetem – *Reconhecimento e novo encabeçamento que fez o conde de Vila Flor, copeiro-mor, das casinhas que tem debaixo do postigo do muro do chafariz d’el rei, foreiras e enfatiota ao Senado da Câmara.*

Cota: *Foros da freguesia de S. João da Praça: processos de aforamentos e reconhecimentos de prazos (1643-1881), f. 1 a 21v.¹*

São João da Praça

Junto ao chafariz de El Rey dentro

No Postigo

Anno de 1722

Reconhecimento e nouo emcabecamento que fez o Conde de Villa flor Copeiro Mor das Cazinhas que tem debaixo do Postigo do muro do chafariz de El Rey foreyras emphatiota ao Senado da Camera

Tombo 2º f. 237

A f. 237 do Liuro 2º do Tombo fica posta a Verba *necessaria*

Foro 2º

Aforamento em 24 de Fevereiro de 1569

Anno do Nascimento de nosso senhor Jezus chrizto de mil, e setecentos, e vinte, e dous annos aos noue dias do Mes de Dezenbro do dito anno nezta Cidade de lizboa ocidental naz Cazas da morada do Doutor João de Cettem Cavaleiro professo na ordem de chrizto juiz do Tombo dos Bens, e propiedades do senado² [**f. 1v.**] Da camera

¹ Os fólhos 17 a 21v. encontram-se em branco.

² Reclamo: da Ca.

destas Cidades de lizboa occidental, e oriental e seoz termos e do Hozpital de são Lazaro das ditas Cidades por Expecial prouizão de sua Magestade que Deoz goarda eztando ahy prouendo sobre couzas Tocantes aoz ditoz Tomboz perante elle apareço Felix gomes de abreo Como procurador que disse ser de Seuereim de Noronha Souza e Menezes Conde de Vila flor e Copeiro Mor o que fez Certo per hum seu aluara de procuração que apresentou, e hira ao diente junta, e dise ao dito juiz que o dito seu Constetuinte tem, e pesue debaixo daz suas Cazas nobres que Correm per sima do postigo do muro do chafariz de El Rey por baxo do dito Postigo huma logea e Cazinhas de frontal entrando pello dito postigo a mão direita az quais partem por suas de vidas, e verdadeiraz Comfrontações Com quen por direito deuão e ajão de partir,³ [f. 2] e com az Contheudaz, e declaradaz na medição dellaz ao diente junta, e são foreiraz emphatiota para sempre aos Senadoz da Camara destas Cidades de lizboa occidental, e oriental e dellaz se lhe paga de foro em Cada hum anno por dia de são João Baptizta vinte *reais* pello que Em nome do dito seu Constetuinte Comfessa e Reconheçe ao dito Senado da Camera por direito senhorio daz ditas Cazaz, e lhe aver de pagar o dito foro de vinte *reis* pello tal dia de são João Baptizta de Cada hum anno, e quer e he Contente que em seu nome se lhe faça aCento no Tombo Com todas az clauzulaz, e Condições do Contrato do aforamento e Creação deste prazo de Cazaz, e az mais eztabalecidaz no Aluara de sua Magestade que Deoz goarde Concedido ao Cabbido digo aoz ditos Senados da Camera e no Aluara a que elle se Refere Concedido ao cabido da see oriental⁴ [f. 2v.] Ao diente trezladadas, e por não emCorrer na pena delle se obriga em nome de seu Constetuinte a que elle vendendo Doando trocando ou ezCanbando, e por qualquer modo transmudando az ditaz Cazaz a outra qualquer pessoa ella venha Requerer nouo emCabecamento, e fazer, Reconhecimento ao dito Senado da Camera dentro de tres mezes sobre penna de perder o Rendimento de hum anno daz ditas cazaz, e antes pedir LiCensa pera o fazer porque querendo az o dito Senado da Camera tanto pello tanto pera sy, az possa aver vendendo se e não az querendo que Jntão Com sua outorga e Consentimento que pimeiro persedera por escrito em petição que se lhe aja feito Em que se lhe declare o nome do Comprador, e porque preco se lhe vendem az ditas Cazaz az possa vender sendo a tal pessoa que não seya⁵ [f. 3] Daz em direito defezaz maz tal que bem pague o dito foro e a quarentena do preco porque vendidas forem em laudémio de seu ter digo, E que não seya pera vincular a Capella nem Morgado e outrosim se obriga em nome do dito seu Constetuinte a que elle dentro de dous mezes que se ande contar da data destes autto mande por se pozta ja não Eztiuer sobre o portar daz ditaz Cazinhas huma Não de pedra que he a Jncinia daz Cidades a qual eztara sen pedra ser Rizcada nem Caiada ou Cuberta mas sempre, a vizta e faça de todos pera se saber Como são foreiraz aoz ditoz senados da Camera sobre pan, de perderem o rendimento digo de perderem dez mil *reis* applicadoz pera az obras publicas daz Cidades e izto tantas quantaz vezes lhe foren achadas az ditaz Cazaz sem a dita⁶ [f. 3v.] Jncinias, e declarou o dito Felix gomez de abreo que az ditaz Cazaz Como Consta da Certidão do Tombo Junta forão aforadas a seu [senhor] Jorge de Souza

³ Reclamo: e.

⁴ Reclamo: ao diente.

⁵ Reclamo: daz em direito.

⁶ Reclamo: Jnci.

de Menezes o dito seu Constetuinte e passarão a seu aVó Francisco de souza de Menezes, e az pesuio seu pay e per geração e Morgado pesue o dito seu Constetuinte az ditas Cazaz por não achar outro tetulo dellaz mais que o que Consta do Tombo da Cidade, e em vertude delle aCeita o dito prazo pera dito seu Constetuinte, e se obriga que elle pague bem o dito foro daz ditaz Cazas de hum vintém pello tal dia de são João Baptizta de Cada hum anno e guardar, e Manter az clauzulas e Condições do Contrato do aforamento dellaz, e az deste Reconhecimento e nouo emCabecamento e az dos Aluaras referidas e he Contente de ezta⁷ [f. 4] pella medição antigamente feita naz ditaz Cazaz e todo proua, e ratifica ha por bom, e feito Como se de nouo fora feito na propria pessoa de seu Constetuinte, e de Como em seu nome Confessa assim e Reconhece e se obriga Comprir e guardar mandou o dito Juiz a mim ezcriuão de seu Cargo fazer ezte autto de Reconhecimento e nouo EmCabecamento pera asinar com o ditto Feliz Gomes de abreu Como tal procurador do dito Severim de Noronha souza Menezes Conde de Villa Flor e Copeiro Mor e o julgou por sua Sentenca e determinou que Com az sobreditas clauzulaz e Condições e declarações, e penas lhe avia por enCabecadas no dito seu Constetuinte az ditaz Cazaz sem prejuízo de terceiro e lhe aCeitaua ezte Reconhecimento e nouo EmCabecamento Como nelles se declara pera oz ditoz senadoz da Camera dereito Senhorio, e que na Carta⁸ [f. 4v.] De Reconhecimento que se lhe pasar pera seu titollo se lhe emCorporar oz ditoz Aluaraz Como nelles se ordena pera Constar aoz pesuidores que lhe sucederem naz ditaz Cazinhas a obrigação que tem de aCodirem a fazer Reconhecimento dentro de dous mezes Contadoz do dia que sucederem e entrarem de posse daz ditaz Cazinhas sob pena de perderem o Rendimento dellaz de hum anno ao que tudo o dito Bertholomeu digo Felix Gomes de abreu em nome do dito seu Constetuinte ficou de Conprir guardar rão Jnteiramente Como neste autto se Conthem e que asinou Com o dito Juiz e eu Jozeph Moreyra e Mendonca o ezcreuy e asigney

[assinado:] Cettem

[assinado:] Jozeph Moreyra e Mendonca

[assinado:] Felix gomes de abreu

[f. 5] Diz o Conde de Vila Flor, e copeiro Mor de Sua Magestade que *Deos guarde* que agora se lhe notecia que o dito senhor foy seruido mandar hum seu Aluara aos Sennados das Camaras destas Cidades de Lisboa occidental e oriental pera que as pessoas que tiuesem bens foreiros aos ditos Sennados fizessem reconhecimento delles; e porque o Supplicante não era sabedor de que os tiuese; porque os pesuhia Como bens de Morguado; e pello papel junto se lhe notecia ser huas cazas de frontal junto ao Postigo do Chafaris de El Rey aforadas ao dito sennado, em hum vintém por seu Vizauo Jorge de Souza de Menezes; e feito reconhecimento por seu Avo Francisco de Souza de Menezes e o supplicante não tem duuida a faze llo visto se mostrar serem bens de prazo emfatozim; e não tem mais titullo que o que consta do Tombo da Cidade; que ha por apresentado

⁷ Reclamo: pella me.

⁸ Reclamo: de Reconhe.

Pede a Vossa Merce Como Juiz executor do dito Aluara e Tombo ordene se lhe tome seu reconhecimento no dito Tombo visto o que alega

E Recebera merce

Tomou se lhe o termo na forma do escrito. *Lixboa occidental 25 de Nouembro de 1722*

[assinado:] Cettem

⁹[f. 6] Martim Seuerin de Noronha Souza e Menezes Conde de *vila Flor do Concelho de Sua Magestade Seu Copeiro Mor Comendador das Comendas de São Pedro de Caluello; e São Thiago de Cousourado*

Pello prezente meu Aluara Dou poder a Felix gomes de Abreu, meu Criado; e veador de minha Caza pera que por mim; e em meu nome possa aSignar o Termo de Reconhecimento que faço aos Sennados da Camera destas Cidades de huas cazinhas que lhe são foreiras por bacho de meu Pallacio; e Postigo do muro do Chafaris de El Rey, Com todas as Clazullas; e Condiçoens do aforamento dellas; e na forma do Aluara do dito senhor pera o que Comcedo ao dito meu procurador todos os meus poderes; e os Dem direito se Requerem pera o dito effeito. Lixboa oriental 4 de Dezembro de 1722

[assinado:] Conde Copeiro mor

¹⁰[f. 7] Jozeph Moreyra, e Mendonca ezcriuão do Tombo doz bens, e propiedades do senado da Camera destas Cidade de lizboa occidental, e oriental, e seoz termos, e do Hozpital de são Lazaro daz ditaz Cidades por prouimento doz ditoz senadoz da Camera no officio de que he propietario Belchior Moreyra *cetera* Certefico aoz que a prezente Certidão virem que pro vendo o Liuro Segundo do Tombo em o titulo da freguezia de são João da Praça em o qual se achão lancadas az propiedades foreiras aoz ditoz senados da Camera Citaz na dita Freguezia o qual esta em meu poder, e Cartorio do dito Tombo nelle a folhas duzentos e nouenta athe verco se acha hum aCento de huma propiedade e que o theor he o seguinte

Acento f. 290

Tem a Cidade o chão de hum Recanto debaxo do Poztigo do chafariz¹¹ [f. 7v.] De El rey entrando pello dito Poztigo a mão direita em que eztão feitzas humas Cazaz de frontal e asim o ar do dito Poztigo o que tudo foy aforado e emCabecado pella Cidade Emphatiota pera sempre a Jorge de souza de Menezes Com obrigação de lhe pagar de foro em Cada hum anno por dia de são João Baptizta hum vintem, e de laudemio a quarentena do preço porque

⁹ O fólho 5v. encontra-se em branco.

¹⁰ O fólho 6v. encontra-se em branco.

¹¹ Reclamo: de El rey.

vendidos digo porque se venderen per ezcretura feita na Camera dezta Cidade aoz vinte e quatro dias do Mes de fevereiro de mil e quinhentoz e sesenta e noue annoz de que se acha Ultimo pesuidor Fransizco de souza de Menezes, e a medição e Confrontações do dito chão são az seguintes, Da banda do Norte parte Com muro da Cidade e tem por ella duaz varas e hum palmo e quarto e do Leuante partem Con torre do muro da Cidade e tem por elle quatro Varaz, e do Sul parte¹² **[f. 8]** Com a Praca do chafariz de El rey e tem por ella outras varas, e palmo e quarto, e do Poente parte, Com serventia, e vão do dito Poztigo e tem por ella outras quatro varaz e no vão do dito Poztigo por baixo do arco delle vay hum sobrado de frontal em altura de dezanoue palmoz a qual foy feita por Bertholameo thomaz medidor daz obras da Cidade e por vara de medir Com az partes citadaz vay ezte acento no Tombo velho no liuro segundo a folhas dozentaz e trinta e sete

E não se Conthem mais em o dito aCento que ezta no dito liuro a que em todo e por todo me Reporto e de que pasey a presente por min feito e assignada e por me ser mostrada pasar em audiencia do Tombo a Requerimento de Felix gomes de abreu procurador do Conde de villa Flor Copeiro Mor Martim¹³ **[f. 8v.]** Severim de Noronha Souza e Menezes a Cujo Requerimento se deu e pasou em ezta Cidade de lizboa oriental aos vinte e oito dias do Mez de Nouenbro de mil e setecentos e vinte e dous annoz pagou de feittio desta Certidão oitenta *reais*, e da buzca do liuro nouenta *reais* Jozeph Moreyra e Mendonça a fiz e asigney.

[assinado:] Jozeph Moreyra e Mendonça

[f. 9]

Copia dos Aluaras

Eu El Rey Faço Saber aos que este Aluará uirem que o Senado da Camara de Lisboa oriental me fes presente que mandando o anno próximo passado por primeyra e Segunda ues edittais para que toda a pessoa que nestas Cidades e Seus Termos pessihissem fazendas foreyras aos Senados fossem dentro em tres mezes a apresentar os Titullos e fazer os Reconhesimentos os que os não Tiuessem Com penna de Comisso de Cuja diligencia rezultara tam pouco fructo que acodiran sementes trinta e dous passando de nouesenttos os que heram obrigados a apresentar os Titullos nam tendo a mayor parte dos que hoje se achauam pessuidores feittio reconhesimento¹⁴ **[f. 9v.]** Pella Antiguidade Com que se achauão e falta de noticia dos pessuhidores antigos e antiguidade das Comfrontaçois e muyta falta de jnsignias que tinham as perpiadades e outras que se achauam emCobraueis por pequenos, e que isto mesmo sussedia nos foros do Hospital de Sam Lazaro porque andando na Reseyta alguns e dando sse por cobrado fazendo sse diligencia pellas porpiadades para se obrigarem a que reconhesessem senão

¹² Reclamo: com a pra.

¹³ Reclamo: Severim.

¹⁴ Reclamo: pella.

achaua dellas noticia alguma o que tudo hera em grande prejuízo dos Senados e Hospital referidos e porque em semelhantes Cazos fora eu seruido conseder Aluará a see oriental e Hospital Real de todos os ssanttos Mizericordia e Comuento de odiuellas para que todos os pesuhidores dos prazos e porpiudades foreyras não¹⁵ **[f. 10]** Apresentando os Titullos delles no termo declarado nos dittos Aluarás perdessem os rendimento de hum anno de que lhes tinha Rezultado a utillidade de terem os seus Tempos Correntes e de se lhes não perderem os seus foros e os senados nessesitauam do mesmo Remedio para Euitarem o danno que exprimentauão me pedia lhe fizesse merce mandar passar Aluará na mesma forma que se passara ao Cabbido da See oriental e uisto Seu Requerimento que mandey uer no meu Dezembargo do passo hey por bem e mando que todas as pessoas que pessuhirem prazos e perpiudades foreyras aos senados assim nestas Cidades Como nos seus termos ou sejam em uidas ou Emphatiota nan apresentando os Titullos delles dentro **[f. 10v.]** De dous mezes percão o Rendimento de hum anno da porpiadade que possuhirem foreyra Cujo Rendimento Se aplicara para a despesa da obra que por ordem minha manda fazer o senado na Rua dos douradores e o mesmo se executara Com os foreyros do Hospital de Sam Lazaro e pessuhidores de suas fazendas com declaraçam que a perda do rendimento da perpiadade foreyra ao ditto Hospital dos foreyros que não aCodirem dentro do ditto termo de dous mezes será aplicado para as despezas do mesmo hospital tudo Com as mesmas Clauzullas e Comdissois declaradas do Aluara que se passou Ao Cabido da see oriental que na mesma forma hey por bem e mando se pratique Com as pessoas que pessuhirem prazos ou porpiudades foreyras aos¹⁶ **[f. 11]** Dittos Senados e Hospital de Sam Lazaro e para que uenha a noticia de todos fará o senado por editais asim nestas cidades e seus termos e em quaisquer lugares onde ouuer alguns bens dos ditos senados e Hospital para ser serto do dia que o ditto termo Comessa a Correr de qual lhe passaram Sertidois, e outroSim hey por bem e nomeyo para juis executor priuatiuo destas pennas ao desembargador Placido Cabral de Azeuedo Juis que hoje he do Tombo dos bens dos dittos senados e os mais ministros que ao diante lhe ouuerem de suseder porque pella diligencia do ditto tombo adquirem as noticias nesasarias para a boa execução deste Aluará que se Comprirá Como nelle se Conthem inteiramente e ualera posto que seu e feito haja de durar mais¹⁷ **[f. 11v.]** De hum anno Sem embargo da ordenaçam liuro segundo Titullo quarenta em contrario de que pagou de nouos direyτος quinhentos e quarenta reis que foram Carregados ao Thezoueyro delles no liuro primeyro de Sua Reseyta a folhas trezentas e quarenta e noue uersso Como Se uiu de seu Conhesimento em forma rezistado no liuro primeyro do Rezisto geral a folhas duzentas e sessenta e outo Bras de oliueyra a fes em Lisboa occidental a doze de novembro de mil e settesentos e dezouto = Antonio Galuão de Castello Branco a fes esCreuer = Rey = Aluará porque uossa Magestade ha por bem que todas as pessoas que pessuhirem prazos e perpiadade foreyras aos senados assim mestas cidades Como nos seus termos ou sejam em uidas¹⁸ **[f. 12]** Ou Emfatiota que não apresentarem os Titullos delles dentro de dous mezes percam o Rendimento de hum anno da propiidade que pessuhirem foreyra e que seja Juis exeCuttor desta penna o Dezembargador Placido Cabral de Azeuedo tudo pella maneyra atras declaradoda = para Vossa majestade uer = Por Rezolução de Sua Magestade de doze de Julho

¹⁵ Reclamo: apresentando os.

¹⁶ Reclamo: dittos.

¹⁷ Reclamo: de hum.

¹⁸ Reclamo: ou em.

de mil e settesentos e dezouto, com Comsulta do dezembargado do Paço = Sebastião da Costa = Affonso Botelho Souto Mayor = Jozeph Galuão de Laserda = pagou outo mil e quatrocentos e uinte e outo Reis Lisboa Occidental uinte e sette de novembro de mil e setesenttos e dezouto - Dom Miguel Maldonado = A folhas nouenta e outo¹⁹ [f. 12v.] Versso do Liuro segundo da Reseita dos nouos direytos ficam Carregados ao Thezoureyro delles Alexo Botelho ferreyra sete mil outosenttos e sesenta Reis que pagou ja, faz tudo outo mil e quatrocentos Reis que se achou deuer ao passar pella chancelaria Lisboa occidental uinte e seis de novembro de mil e settesenttos e dezouto = Henrique Correya da Silua = Alexo Botelho ferreyra = A folhas trinta e duas do liuro segundo do rezisto geral dos nouos direytos fica Registado Este Conhesimento em forma Retro, Lisboa occidental uinte e seis de novembro de mil e settesentos e dezouto = Correya = Registado na chancelaria mor²⁰ [f. 13] Da Corte e Reyno no Liuro de officios e merces a folhas Sento e trinta e sette Versso Lisboa occidental uinte e seis de novembro de mil e setesentos e dezouto = Jozeph Correya de moura

Aluará Consedido Ao Cabido da see oriental a que se Refere e Consedido aos senados da Camara

Eu El rey Faço Saber que O Deão e Cabbido desta cidade me Rerezentou por sua petição que tinha nella e em uarias partes muytas propriidades que herão foreyras a see de Cujos foros se lhe perdia a mayor parte em Reção dos pessuhidores das dittas propriidades as declarem Em seus testamentos a outras pessoas sem os suplicantes terem disso noticia o que hera²¹ [f. 13v.] Em grande danno e prejuizo da ditto See e dos sufragios a que ps taistons herão applicados, e porque Eu fora seruido Consedirão Hospital Real de todos os ssantos Em semelhante Cazo o Aluará que oferesiam para que todos os pessuhidores que pessuhisem prazos ou propriidades foreyras ao ditto Hospital nam apresentando os Titullos dellas no tempo declarado no dito Aluará perdessem o Rendimento de hum anno para o ditto Hospital me pedião lhe fizesse mersse mandar passar Aluará na forma que se passara ao ditto Hospital Real para que todas as pessoas que pessuhissem prazos e propriidades foreyras ao ditto Cabbido não apresentando nelle os Titullos dellas no tempo que eu fosse Seruido perdessem o²² [f. 14] Rendimento de hum anno A metade para aa lampada do Martir Sam Vissente e a outra Ametade para o ditto Hospital Real: E uisto o que alegaram e Reposta do procurador da Croa, a que se deu uista, e não teue duuida. Hey por bem que todas as pessoas que hora pessuem por Titullo de aforamento alguns Prazos e propriidades foreyras Ao ditto Cabbido nesta Cidade e seu termo por qualquer modo e maneyra que Seja dentro em trinta dias uenhão parante elle Requerer EmCabesamento dos bens que asim pessuhem para Comforme a seu titullo De lhe mandar fazer esCriptura de emCabecamento em que se declare a pessoa que he no ditto prazo ou propriedade e que foro ha de pagar Com as mais Conclisois Costumadas: E hey por bem que todas as pessoas²³ [f. 14v.] Que daquy em diante ouuerem alguns dos dittos Prazos ou perpiidades per Coalquer modo ou maneyra que seja digo por qualquer

¹⁹ Reclamo: Versso.

²⁰ Reclamo: da Corte.

²¹ Reclamo: em.

²² Reclamo: Rendimento.

modo ou maneyra que nelles sossederem dentro de trinta dias que Comesarão do dia que as pessuhirem uenhão parante o ditto Cabbido Com os Titullos per que nos dittos prazos ou propriedades susedem para que tendo as pessoas que nellas os nomearam ou lhas trespassaram direyto para o poderem fazer lhe mandem passar Carta de emcabessamento dos dittos prazos ou propriedades Em que se declare que uida ou direyto tem nelles e porque Titullo os pessuem ou ouueram e que foro ande pagar e em que tempo Com as mais Condiçois Costumadas nas escripturas de aforamento dos tais²⁴ **[f. 15]** Bens e Conforme aos que se fizerem dos ditos emcabessamentos se poram uerbas pello escrivão da fazenda do ditto Cabbido no Liuro dos foros delle no Titullo de Cada huma destas propriedades para que os officiais a que a aRecadaçam dos dittos foros pertenser Saibam as pessoas que os trazem ou pessuem e delles aReCadem os dittos foros, e não uindo Requerer no ditto termo de trinta dias nouo emCabessamento das propriedades que assim pessuhirem ouuerem ou Sussederem, Hey por bem que o ditto foreyro perca a Renda do ditto foro ou propriedade o anno que asim dechar de uir Requerer o ditto emcabessamento A metade para aa lampada do Martire Sam Visente E a outra ametade para o Hospital Real desta cidade²⁵ **[f. 15v.]** E na mesma penna Emcorrerão As pessoas que agora pessuem se dentro no termo asima ditto não uierem Requerer nouo emcabesamento Conforme aos seus Titullos e para que uenha a noticia de todo o fará o ditto Cabbido assim publicar nas Jgrejas desta Cidade e seu termo e assim em quaisquer Lugares donde ouuer alguns bens do ditto cabido e disso mandará se lhe passem sertidois Com Titullos para Ser Serto do dia que o ditto termo Comese de correr e para que as pessoas que nos dittos prazos ou bens Sossederem Saibam como sam obrigados a Requerer nouo emcabessamento dos dittos prazos ou propriedades em todas as escrituras de aforamento e emcabesamento de nouo que fizerem ou fizer o escriuam do ditto cabido Será obrigado a tresladar²⁶ **[f. 16]** Este Aluará de verbo at verbu o qual Sera Registado pello esCriuam da fazenda do ditto Cabbido dos digo Cabbido nos liuros dos foros delle, Com declaração que a penna que se ha de Repartir Entre o Hospital Real e aa lampada do Martire Sam Visente Se ha de pedir e demandar Como tãobem tudo o mais em excusam deste priuilegio diante das minhas justiças SeCullares, e Este Aluará se Cumprirá Como nelle se Comtem e ualerá posto que seu efeito haja de durar mais de hum Anno Sem embargo da ordenaçam do Liuro primeyro Titullo quarenta Em Contrario e pagarão de nouos direyts quinhentos E quarenta Reis que se Carregarão ao Thezoueyro delles a folhas duzentas e quatro Versso do liuro terseyro de sua Reseyta²⁷ **[f. 16v.]** Luis Godinho de Niza o fes em Lisboa a uinte e hum de Abril de mil e seissenttos e outenta e noue Jozeph Fagundes Bezerra o fes escrever = Rey = Monteyro Mor:

²³ Reclamo: que da.

²⁴ Reclamo: bens.

²⁵ Reclamo: e na.

²⁶ Reclamo: este.

²⁷ Reclamo: Luis.

1674, janeiro, 12, Lisboa a 1674, maio, 18, Lisboa – *Petição do marquês da Fronteira sobre o chão que aforou ao Senado da Câmara defronte da sua porta na Marinha do Sal, junto à Ribeira do peixe.*

Cota: *Foros da freguesia de S. João da Praça: processos de aforamentos e reconhecimentos de prazos (1536-1877), f. 1 a 5v.*²⁸

S. João da Praça

petição do Marquez de fronteira sobre o cham que aforou ao Senado da Camera defronte da sua portta na marinha de sal junto a RyBeira do peiche

em uintena

foro 200

Aforamento no *Liuro* 15 a f. 134

²⁹[f. 2.] Diz o Marquez de Fronteira *que* por não hauer nas suas cassas em *que* vive a São João da Praça sitio conveniente para nelle se haver de fazer hua casa *pera* palheiro sem o Risco de algum incendio, Ordenou se alugassem para esse effeito huas logeas *que* estão misticas as suas mesmas casas E Rodeadas de vizinhança em hua Rua de toda a passagem, E por este Respeito occasionadas a hũa desgraça *que* a succeder sera em gravíssimo dano das mesmas casas delle *supplicante* e de todos os moradores daquella freguesia, E ainda da mesma igreja; E este danno e Receyo se pode evitar com o Senado auer por bem de lhe mandar aforar aquella distancia de terra, *que* for *Necessaria* junto a marinha *que* fica defronte das ditas suas cazas, *que* não he de prejuizo a ninguem e com isto se fica evitando o perigo E receyo, em *que* todos estão

Pede a vossa senhoria *que* mandando faser a vistoria *necessaria* assi do perigo a *que* tudo esta exposto por qualquer incendio no caso de o poder haver E na pasajem aonde elle Marquez determina mandar fazer o palheiro *necessario* *que* he livre E de nenhum impedimento lhe fação *merce* de lhe mandar aforar o sitio *necessario*

E Recebera Merce

O Senado quer fazer vistoria. *Lixboa* a 12 de janeiro de 674

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] Manoel yorge

[assinado:] Antonio lourenco

²⁸ Os fólhos 4 a 5v. encontram-se em branco.

²⁹ O fólho 1v. encontra-se em branco.

[f. 1v.] gregorio luis Medidor das obras da cidade fuy Em companhia do senado hum Manoel de melo Vreador do pilouro das obras E asi com todo o senado Vreadores E misteres E procuradores da cidade E João moreira Escrivão do tombo Ver E medir o chão que o *suplicante* pede E a petição defronte das suas cazas e tem o dito chão de comprimento sincoenta E duas Varas E de largo tem a banda do poente oito Varas E no meio tem sete Varas E no cabo ao nasente tem sinco uaras E sempre Jra a vontade do cano d agoa da cidade ficando por fora da parede que se fizer E pela banda do mar a parede, e fara sobre a parede do cais *Vossa Senhoria* mandara o que for seruido oie Vinte E hum de abril de 1674 annos.

[assinado:] gregorio luis

A cidade ha por bem de dar de aforamento ao *suplicante* o chão *que* pede en sua petição defronte das suas cazas e s obrigação de pagar de foro em cada hum anno a cidade duzentos reis emfiota *pera* o *que* se fara escritura das clauzulas condicois costumadas *Lixboa* a 18 de maio de 674

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] Manoel yorge

[assinado:] Andrada

[assinado:] Antonio lourenco

[assinado:] Saluador

[assinado:] Luis de Barros

[f. 3] Diz o Marques de Fronteira que a elle lhe he *necessario* hua certidão da resolução de sua Alteza e sustancia da Consulta *que* este senado fez sobre o aforamento do chão emquanto elle *supplicante* quer levantar hua casa junto ao salgado para hum palheiro

Pede a vossa senhoria lhe faça *merce* mandar *pera* se lhe passe em modo *que* faça fee E *Recebera Merce*

Passe do *que* Constar *Lixboa* a 16 de maio de 674

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] Andrada

Theodozio de Frias Procurador da Camara desta Cidade de *Lixboa* que no impedimento de Mendo de Foyos Pereira siruo de Escrivam da Camara na forma do Regimento della *cetera* faço saber que no Cartorio do Senado Está a propria Consulta que se fez a Sua Alteza *que* deos guarde Em sette de Mayo presente Em que se dava Conta

ao ditto Senhor de que o Senado tinha aforado ao Marques de Fronteira [f. 3v.] Sincoenta E duas Varas de cham na Marinha defronte das Cazas do mesmo Marques, E na forma da medissam E Cordeamento feito, E isto com o foro de hum <dous> tostam Em Cada hum Anno, E parecendo ao Senado na mesma Consula pella razões allegadas nella que Sua Alteza o houvesse assim por bem, Conformando se Sua Alteza Com o Senado foi servido, ha margem da mesma Consulta Rezolver o seguinte //

Como parece. *Lixboa* nove de Mayo de seissentos settenta E quatro // Com a Rubrica de Sua Alteza //

E nam dis mais o que Em todo E per todo me reporto Em *Lixboa* dezaseis de Mayo de seissentos settenta E quatro. Manuel Gomes da Silva o Escreuy // *pagou nada* //

E declaro *que* o foro com que se lhe deo o ditto cham he o de duzentos Reis Em Cada hum Anno ditto o Escreuy Em ditto dia

[assinado:] Theodosio de Frias

1711, fevereiro, 11 a **1711**, fevereiro, 19, Lisboa – *Petição de D. Isabel Caffaro, viúva do Correio-mor do Reino a solicitar licença para mandar fazer um passadiço das suas casas para outras casas para acomodar a sua família.*

Cota: *Livro de cordeamentos de 1710-1719*, f. 175 a 176v.

[f. 175]

Diz D. Jzabel Caffaro veuua do Correyo Mor do Reino *que* ella quer fazer hum pasadiso das cazas em *que* viue *que* outras suas proprias *pera* acomodar a sua familia e deixar liure a passagem de todo e qualquer genero de Carruage e homens a Caualo sem fazer impedimento *algum* ao publico em a Rua da Lista em *que* ha de ficar o pasadiso *pera* o *que* sendo necesario quer Licenca de *vossa senhoria*

Pede a vossa senhoria lhe faça merce Conceder Licenca *pera* fazer o *dito* pasadiso deixando liure a seruentia do publico

E recebera merce

Depositando para o senado uestoria Meza 11 de Feuereiro de 1711

[assinado:] Antonio Francisco do souto

[assinado:] Antonio Lopes da silua

[assinado:] Rubrica

[assinado:] Rubrica

[f. 175v.] Tem se dar por todo noue mil Reis *pera* o senado fazer uestoria e Nomear dia *Lixboa* 19 de feuereiro de 1711

[assinado:] Belchior Moreira

Belchior Moreira escriuão do tombo dos bens e propriedades do senado da Camera desta Cidade de Lisboa e do Hospital de São Lazaro della *et cetera* certefico que eu fuy Com o Senado da Camera desta ditta Cidade de Lisboa ao Correo Mor auer Cordear hum pasadiso que quer mandar fazer nas suas Casas em que uiue para outras suas Donna Jzabel Cafaro Veuua do Correio mor do Reino de que se trata em sua petição Retro proxima o qual Cordeamentose mandou fazer pella Maneira seguinte A saber ha de ficar o *dito* pasadisso por sima da Rua em altura de dezouto palmos para sima não fazendo empidimento a passagem da Rua publica o qual Cordeamento foj feito per jozeph freire medidor³⁰ **[f. 176]** Das obras da cidade e por uara de medir de sinco palmos da marca da cidade de que passey esta certidão em Lisboa aos treze de feuereiro de mil e settecentos e onze annos

³⁰ Reclamo: das obras.

[assinado:] Belchior Moreira

Dam licença a Supplicante pera mandar fazer a obra na forma do Cordeamento Meza 19 de Feuereiro de 1711

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] Pereira

[assinado:] Antonio francisco do souto

[assinado:] Antonio Lopes da silua

1742, maio, 18 a **1742**, maio, 28, Lisboa - *Conde de Aveiras pede licença para demolir umas casas sitas na Rua do Regedor e Largo de S. Cristóvão para as tornar a fabricar de novo*

Cota: *Livro de cordeamentos de 1741-1744, f. 275 a 276v.*

[f. 275]

Diz o Conde de Aveyras que elle quer demollir huas cazas sittas na Rua do Regedor e largo de S. christovam pera as tornar a fabricar de novo fundamentalmente o que não pode fazer sem liçença deste Supremo Senado pello que

Pede a vossa senhoria lhe faça merce mandar se faça cordiamento na dita propriadade fazendo çe o depozitto na forma do estillo

E Recebera Merce

Aos officiais do Regimento Meza 18 de Mayo de 1742

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] Pereira

[assinado:] Manoel da mota

[assinado:] Domingos de Souza

O Supplicante depozitou 60 reis pera se lhe fazer a vestoria que pretende Lixboa 19 de Majo de 1742 no Livro 2º

[assinado:] Gregorio Rodriguez de Macedo

[f. 275v.]

Joachim Jozeph Moreira de Mendoça escriuão do Tombo dos bens e propiedades do Senado da Camera desta cidade de Lisboa, e seu termo, e do Hospital de são Lazaro da dita cidade, por provimento do mesmo senado *cetera* certefico que o Dezembargador Duarte salter de Mendoça vereador do senado da Camera e que a seu cargo tem o pelouro das obras foi em companhia dos officiaes do Regimento, e de mim escriuão ao Largo de São Christovão aver e cordear a obra, que tras suas cazas pertende mandar fazer o Jllustrissimo, e Excelentissimo Conde de villa nova contheudo na petição retro nas quais se fes uestoria, e cordeamento na forma seguinte: Medindo se do cunhal que fazem estas cazas asima da porta do pateo dellas ao cunhal fronteiro da Jgreja tem de

largo a rua quarenta, e hum palmos;³¹ [f. 276] e do cunhal da dita Igreja digo; e do cunhal das ditas cazas que fazem na rua do Regedor do cunhal do adro da dita Igreja de São christovão tem de largo quarenta e sinco palmos, e sinco outavos: e da parte da dita rua do Regedor tem esta de Largo desde o dito Cunhal a parede fronteira dezasete palmos, e meio: e daqui na distancia de vinte, e tres palmos á parede fronteira tem de Largo a dita rua dezoito palmos; e no cunhal das cazas grandes a hobreira da porta fronteira tem de Largo a dita rua vinte, e dous palmos, e tres quartos: e nestes pontos ha de abrir acrecer acentar couceiras e fazendo janellas de sacadas hao de ser em altura de dezaseis palmos. E nesta forma se houue por feita a dita uestoria, e cordeamento de que passei a prezente certidão nesta cidade de Lisboa aos dezanoue dias do mes de Maio de mil, e setecentos, e quarenta, e dous annos³² [f. 276v.] Joachim Jozeph Moreira de Mendoça o escreui, e asignei

[assinado:] Joachim Jozeph Moreira de Mendoca

Dam licenca ao Supplicante para mandar fazer a obra na forma do Cordeamento Meza 28 de Mayo de 1742

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] Pereira

[assinado:] João Rodrigues

[assinado:] Pedro Francisco

³¹ Reclamo: e do cunhal.

³² Reclamo: Jo.

1742, junho, 04 a **1742**, junho, 08, Lisboa - *Manoel Antonio de Sampaio Mello e Castro, possuidor de umas casas nobres na travessa da Bica dos Olhos à Boavista, pede licença para obras, por forma a facilitar a passagem pública bem como as carruagens grandes*

Cota: Livro de cordeamentos de 1741-1744, f. 300 a 303v.

[f. 300]

Diz Manoel Antonio de Sampaio Mello e Castro *que elle he Senhor e possuidor de humas Cazas nobres sitas na traueza da bica dos olhos á Boavista que na Rua direita do mesmo sitio junta a dita fontinha dos olhos, e está fazendo humas obras Joze de Almeida; alargando as suas Cazas, e tomando parte da Rua donde está a dita bica impedindo a passage publica, especialmente a seruentia das ditas Cazas do Suplicante, porque não podem tirar as Carruages que vão pera as mesmas Cazas do Suplicante, e fica impedido o tranzito de Carriage grande; e Como o Suplicante, Como pessoa do pouo, e ainda em rezão da Seruentia das suas Cazas por ser hum Caualleiro principal da Corte, e do Reino lhe toca o direito de poder impedir a dita obra, por ninguem se poder apossar da Rua publica; Requer a vossa senhoria seja seruido mandar fazer uestoria, e impedir a dita obra mandando tambem demolir o que achar tem impedido a Seruentia publica*

Pede a vossa senhoria lhe faça merce mandar fazer uestoria na dita obra, e achando que o Suplicante toma a dita Rua, e impede a Seruentia publica, mandar que se não Continue, e que se faça demolição do que estiuer feito, na forma que o Suplicante Requer

E Recebera Merce

[f. 300v.]

Aos officiais do Regimento Meza 4 de Junho de 1742

[assinado:] Várias rubricas

[assinado:] João Rodrigues

[assinado:] Pedro francisco

[f. 301]

Auto da uestoria que fes o Dezembargador Duarte Salter de Mendoça vereador do senado da camera e Pelouro das obras desta cidade de Lisboa com os officiais do regimento no chão que foi aforado a Jozeph de Almeida junto á bica dos olhos e Porta do Pó

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus christo de mil, e setecentos, e quarenta e dous anos aos oito dias do mes de Junho do dito anno nesta cidade de Lisboa junto honde chamão a porta do Pó, e bica dos olhos donde foi

o Dezembargador Duarte Salter de Mendonça Fidalgo da Caza de Sua Magestade, vereador do Senado da Camera, e que a Seu Cargo tem o pelouro das obras Comigo³³ [f. 301v.] escrivão do Tombo, e mais oficiais do Regimento a requerimento de Manoel Antonio de Sampaio, Melo e Castro a fazer vestoria na obra que anda fazendo no Chão que lhe foi aforado Jozeph de Almeida o qual se achava presente por ter sido notificado por mim escrivão para assestir a este acto da vestoria por ordem do mesmo vereador do Pelouro das obras, e logo ahi apareceu hum Procurador que disse ser do dito Manoel Antonio de Sampaio e representou que a dita obra era de grande prejuizo as cazas do dito seu Constituinte por ficar embarcando a travessa de sorte que não poderia sobir coche para as ditas cazas que se servem pella dita travessa que he a calcada que sobe da dita bica dos olhos para o Conuento dos Alemaes; e logo o dito Jozeph de Almeida representou que pela dita calçada [f. 302] não sobião coches tanto por ser esta muito ingreme, como por não ter me sima capacidade de voltar, e que se sobirão, ou ouvessem de sobir em algum tempo a dita obra lhe não faria prejuizo algum porque tendo antes a entrada da dita travessa e calcada dezaseis palmos de largo com a mudanca que havia fazer da dita sua encostando a á parede do seu armazem havia ficar esta entrada da dita calcada com dezoito palmos de largo, que são mais dous palmos de largo do que antes tinha, como se tinha determinado no cordeamento que se lhe fizera para fazer a dita obra pellos oficiais do Regimento com elle dito vereador do pelouro das obras aos vinte dias do mes de Abril de mil, digo de Abril do presente anno, o que tudo se fizera na forma que estava detriminado na sua escriptura de aforamento,³⁴ [f. 302v.] que lhe foi feito em observancia da rezolução de sua Magestade aos vinte e nove dias do mes de Julho de mil e setecentos, e nove como Constava das escriptura que apresentara e que no simo do dito chão se achava há muitos annos feita hũa Cozinha de madeira na largura delle e tambem por todo elle pedras sem que nunca ninguem se queixasse de fazer impedimento algum passagem; e ouvidas as partes foi o dito vereador do Pelouro das obras ao simo da dita calcada ate junto as portas das Cazas do dito Manoel Antonio de Sampaio, e vio e achou que no dito sitio não podia voltar coche com bestas, o que so se poderia fazer ás mãos, e decendo pella dita travessa examinou a dita obra, e disse que fazendo se na forma da sua escriptura, e Cordeamento achava que ainda que sobisse coche não³⁵ [f. 303] fazia empedimento a dita obra porque como esta se fazia donde a calcada sobia direita, não empedia á volta que o coche havia fazer mais asima donde a dita calçada faz volta e que pello entender assim gavia por dezembargada a dita obra do embargo que por ordem sua eu escrivão havia feito, mandando ao dito Jozeph de Almeida a Continuasse na forma do Cordeamento que se lhe havia feito, e que para melhor comodidade da volta que havia *que* fazer os coches se sobissem pella dita calçada mandasse colar os degráos de sua porta que fica asima do chão aforado. E de todo o soberdito mandou o dito vereador do Pelouro das obras a mim escrivão fazer este auto de vestoria e eu escrivão o fis na forma sobredita e dou fe passar³⁶ [f. 303v.] na verdade o Comtheudo nelle Joachim Jozeph Moreira de Mendonça o escrevi e asignei

[assinado:] Joachim Jozeph Moreira de Mendoca

³³ Reclamo: escrivão.

³⁴ Reclamo: que lhe.

³⁵ Reclamo: fa.

³⁶ Reclamo: na.

1755, dezembro, 15 a **1785**, maio, 12 Lisboa – *Medição das propriedades de casas e palácios da Ordem Terceira de São Francisco, Misericórdia de Lisboa, Duque de Cadaval, Belchior de Araújo Costa, Fernando Leite de Sousa, Irmandade do Santíssimo Sacramento, D. Rodrigo António de Noronha, padre Estácio de Almeida, D. José de Lencastre, Beneficiado António Pedro de Carvalho, José António de Oliveira, António Soares de Bulhões, D. Rodrigo António de Noronha e da capela do rei para reedificação após o terramoto de 1755.*

Cota: Livro de cópias do tombo das propriedades do Bairro Alto arruinadas pelo terramoto de 1755 e termos de posse dos terrenos do mesmo bairro (1755-1817), f. 3 a 12

[f. 3]

O Dezembargador Jozé Cardoso Castello, principalmente encarregado da inspecção do Bairro Alto, numere e rubrique este Livro, que ha de servir para a descrição do mesmo Bairro, na forma do Decreto de vinte e nove de Novembro do prezente anno para o que tenho nomiado Escrivão. Lisboa quinze de Dezembro de mil setecentos sincoenta e sinco.= O Escrivão que tenho nomiado hé o do Civel da Corte João Gonçalves da Costa, Dia ut supra = Duque Regedor =

Discrição, Tombo, e Demarcação, que se fez de todas as propriedades, que no districto do Bairro Alto, que compriende as Freguezias do Santissimo Sacramento, de Nossa Senhora da Encarnação, e da Raynha Santa Jzabel desta Cidade de Lisboa, se arruinarão, e incendiarão em o Terremoto acontecido em o primeiro de Novembro de mil setecentos sincoenta e sinco, e Jncendio, que se lhe seguio.

Auto que mandou fazer o Doutor Joze Carvalho de Andrade do Dezembargo da Sua Magestade, e seu Dezembargador da Caza da Suplicação, e Jnspector do Districto do Bairro Alto, para se dar principio ao Tombo, medição, e demarcação do mesmo Bairro

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus christo, de mil e setecentos e sincoenta e seis os sete de Fevereiro do dito anno, nesta Cidade, e Cazas de morada do Doutor Joze Carvalho de Andrade, do Dezembargo de Sua Magestade, e seu Dezembargador da Caza da Suplicação, Ministro principalmente encarregado da Jnspecção do districto do Bairro Alto em lugar do Dezembargador Jozé Cardozo Castello, onde eu Escrivão nomiado vim, e ahi pelo dito Ministro Jnspector me foi ordenado fizesse este auto, para na forma do Decreto de Sua Magestade de vinte e nove de Novembro do anno praximo passado de mil e setecentos e sin [f. 3v.]³⁷coenta e sinco, cuja copia hirá ao diante, se proceder ao Tombo, medição, e demarcação de todas as praças, Ruas, Becos, e edificios respectivos ao dito Bairro, fixando se primeiro Editaes nos lugares mais públicos da Cidade, e districtos do mesmo Bairro, para que viesse á noticia de todas as pessoas a dita medição, e demarcação, e poderem assistir a ella, alegando o direito que tiverem; e que findo o tempo pre fixo dos ditos Editaes, se passace Certidão da sua fixação, para asim constar,

³⁷ Reclamo: sin.

e se continuar na referida diligencia, de que tudo continuei este auto, que dou fé passar na verdade o contheudo nelle, em que aignei com o dito Ministro Inspector. E eu João Gonçalves da Costa, Escrivão da Correição do Cível da Corte o escrevi, e assignei. = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa.

Copia do Decreto de Sua Magestade

Tendo consideração aos molestos, e dispendiozos pleitos a que ficarião expostos os proprietarios das casas da Cidade de Lisboa, que forão arruinadas pelo terramoto do dia primeiro do corrente, e demolidas pelos incendios que a elle se seguirão, se os ³⁸terrenos das sobreditas casas se confundissem huns com os outros, de sorte que se fizessem duvidosas com o tempo as identicas porções de solo que occupasse cada propriedade: E dezejando remover em beneficio dos meus fieis vassallos tudo o que lhes pode acrescentar as despezas, e os discomodos nesta calamitosa conjunctura: Sou Servido que os Ministros que se achão encarregados da Inspecção de cada hum dos Bairros da dita Capital, de commum acordo com os officiaes de Infantaria com exercicio de Engenheiros, que Houve por bem destinar para esta diligencia, fação logo, e sem perda de tempo, cada qual delles huma exacta Discripção do respectivo Bairro de que se achar encarregado: Declarando-se nella distincta, e separadamente a largura e comprimento de cada huma das Praças, Ruas, [f. 4] ³⁹Becos, e Edificios públicos, que nelle se continhão; e cada huma das propriedades particulares que existião nas sobreditas Ruas, Praças e Becos, com a especificação da frente, e do fundo que a ellas pertencia, comprehendendo nesta medição os Quintaes aonde os houver, com as elevações ou alturas de cada huma das Propriedades, e com espicificação das paredes que forem, ou proprias de cada Edificio, ou commuas a ambos os dois visinhos confrontantes: Affixando-se este por termo de oito dias nos lugares mais publicos da mesma Cidade, e arraiaes dos seus suburbios para chegar á noticia de todas as Partes interessadas, afim de que cada huma dellas possa allegar o seu direito nos dias em que se tractar da demarcação em que tiver interesse. Para cada hum dos referidos Bairros se formará logo hum livro numerado e rubricado pelo respectivo Ministro. Nos ditos livros se lançarão por Termos separados, Primeiro, as Praças, Ruas, Becos e Edificios públicos; e depois tambem com a mesma sepração os Edificios particulares a soberdita forma: assignando nelles os Ministros, Officiaes Engenheiros, as Partes interessadas ou seus bastantes Procuradores, e os Louvados nomeados, ou por ellas achando-se presentes, ou pelos ditos Ministros á sua revelia. Nos Casos em que não cessarem pelo referido modo as duvidas que se moverem entre as mesmas Partes, tomando-se sempre o Termo com as declarações do que constar, para se proceder sem suspensão nas outras diligencias, se dará por copias ás Partes que assim o requererem, tudo o que houver passado a respeito das duvidas entre ellas pendentes, por estas serem verbalmente sentenciadas na Caza da Supplicação em huma so Instancia pelos Relatores, e Adjuntos, que o Duque Regedor nomear. Bem visto, que nos sobreditos Processos se não poderão involver questões de dominio das referidas Propriedades, nem admitir-se excepções dilatorias, ou peremptorias, ou mate [f. 4v.] ⁴⁰rias que necessitem de discussão ordinaria, e de mais alta indagação; mas sim, e tão somente o

³⁸ Na margem esquerda: Livro Velho f. 3.

³⁹ Reclamo: Ruas.

⁴⁰ Reclamo: mate.

que pertencer á posse ⁴¹em que cada huma das referidas Partes se achava, e ao estado em que existião os Edificios no dia primeiro do corrente, para cada hum ser conservado na mesma posse, e no mesmo estado, como se não houvesse precedido á calamidade do referido dia; ficando salvo ás mesmas Partes o Direito que antes tinham, para proseguirem as acções que lhes competissem, e estivessem pendentes por meios ordinarios. Para escreverem nos soberditos Livros serão nomiados os Escrivães da Correição do Civel da Corte, e do Civel da Cidade, que escolher o Duque Regedor, vencendo cada hum delles, á custa das Partes interessadas, por dia o salario que se acha estabelecido pelas minhas Leis, fora a sua escripta, o quáil será rateado pelos donos dos sobreditos terrenos, conforme a porção que cada hum tiver. Nos casos duvidosos, serão tambem chamados os Mestres da Cidade, para com elles se tomarem as informações que forem necessarias, vencendo os sobreditos Mestres cinco tostões por dia naquelles em que forem occupados, os quaes serão pagos na sobredita forma, sem outro algum emolumento qualquer que elle seja. O mesmo Duque Regedor o tenha assim entendido, e faça executar pelo que lhe pertence. Bellem a vinte e nove de Novembro de mil setecentos sincoenta e cinco = Com a Rubrica de Sua Magestade = Registado a folhas tres do Livro dos Decretos. = Foi impresso na Chancellaria Mór da Corte e Reino = E trasladado o dito Decreto, que estava impresso em Letra redonda, o concertei com o mesmo; em fé de que este traslado fiz, e assignei em Lisboa no dito dia, mez, e anno retro declarado no auto. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = João Gonçalves da Costa.=

Certidão da fixação dos Editaes.

[f. 5] ⁴²João Gonçalves da Costa, Escrivão da Correição do Civel da Corte e Casa da Supplicação, por Sua Magestade que Deos Guarde *cetera* Certifico que no dia doze de Março deste presente anno fiz fixar Editaes nos lugares mais publicos desta Cidade e seus suburbios, e no districto do Bairro Alto, que continhão o seguinte: O Doutor Joze Carvalho de Andrade, Cavalleiro professo na Ordem de Christo, do Dezembargo de Sua Magestade, e seu Dezembargador da Casa da Supplicação desta Corte, Ministro principalmente encarregado da Inspecção do districto do Bairro Alto *cetera*. Faço saber a todas as pessoas de qualquer estado, e Condição⁴³ que sejam, em como no dia vinte e dois do corrente mez por bem; e na forma do Decreto de Sua Magestade de vinte e nove de Novembro de mil setecentos e sincoenta e cinco se ha de dár principio á medição, e demarcação de todos os Edificios, Praças, Ruas, e Becos do districto do dito Bairro, em que se comprehendem tres Freguezias, huma da Invocação do Santissimo Sacramento, outra de Nossa Senhora da Encarnação, e outra da Rainha Santa Izabel; principiando-se no angulo do Pillar da travessa do Sacramento para a Rua direita do Chiado, e continuando pelas mais que se seguirem. E para que o referido venha á noticia de todos os proprietarios dos ditos Edificios situados no sobredito Bairro, e comparação no acto da dita medição per si, ou seus bastantes Procuradores, com os titulos que tiverem, pena de se proceder á sua revelia; mandei fixar o presente em Lisboa a doze de Março de mil e setecentos e sincoenta e seis. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi = Joze Carvalho de Andrade = Os

⁴¹ Na margem esquerda: *Livro Velho* f. 4.

⁴² Reclamo: João.

⁴³ Na margem direita: *Livro Velho* f. 5.

quaes Editaes estiveram fixados nos sobreditos lugares o termo de oito dias, de que para assim constar passei a prezente Certidão em Lisboa a vinte e dois de Março de mil e setecentos e sincoenta e seis anos. E eu João Gonçalves da Costa a fiz e assignei // João Gonçalves da Costa. =

Termo por onde ficarão esperados⁴⁴

[f. 5v.] Aos vinte e dois de Março de mil e setecentos e sincoenta e seis, nesta Cidade de Lisboa, e Rua direita do Chiado aonde veio o Dezebargador Joze Carvalho de Andrade, Ministro Jnspector do districto do Bairro Alto, e tambem o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, com exercicio de Engenheiro, e Antonio Felix Ribeiro do Amaral, Official da mesma Engenharia, e as mais pessoas precisas para se dár principio a medição, e demarcação ordenada pelo Decreto de Sua Magestade, que já vai copiado, em razão do dito Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho estár nomeado para a referida diligencia no districto do referido Bairro; e por não comparecer pessoa alguma que tivesse que requerer sobre ella, Ordenou o dito Ministro que ficassem esperadas todas as pessoas que pudessem requerer, o termo de oito dias, para dentro delle aparecerem por si, ou seus bastantes Procuradores; com a cominação de se ⁴⁵proceder á sua revelia: e de tudo me mandou continuar este termo, em que assignou comigo Escrivão. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa.=

Termo por onde á revelia das Partes interessadas se nomearão Louvados, e se mandou proceder na medição e demarcação.

Aos vinte e dois de Abril de mil e setecentos e sincoenta e seis anos, nesta Cidade de Lisboa em a Rua direita do chiado, onde veio o Dezebargador Joze Carvalho de Andrade, Ministro Jnspector do districto do Bairro Alto, e o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, com exercicio de Engenheiro, nomeado para a medição e demarcação do districto do dito Bairro; e outrosim Antonio Felix Ribeiro do Amaral, Official da mesma Engenharia, e as mais pessoas que erão precisas para se executar a referida diligencia, para effeito de se principiari com ella na forma ordenada em presença das Partes interessadas⁴⁶ **[f. 6]** ou de seis Procuradores, e Louvados que nomeassem, por não terem comparecido dentro do termo que se lhes havia assignado e era findo; e por não comparecerem, nem seus Procuradores á sua revelia o dito Ministro Jnspector as houve por lancadas do que podião alegár, e dos Louvados que devião nomeár; e mandou se procedesse na dita medição, e demarcação, nomeando logo para Louvados nella ao dito Antonio Felix Ribeiro do Amaral, e a Manoel dos Reis, aos quaes se deferiria o juramento na forma da Ley. E de tudo me mandou fazer este termo em que assignou comigo Escrivão. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa.=

⁴⁴ Reclamo: Aos.

⁴⁵ Na margem esquerda: *Livro Velho* f. 6.

⁴⁶ Reclamo: ou.

Juramento dado aos Louvados

E logo no dito dia mez e anno declarado no termo retro e acima, estando presentes os ditos Louvados nomeados Antonio Felix Ribeiro do Amaral, e Manoel dos Reis: o dito Ministro Jnspector lhes deferio o Juramento dos Santos Evangelhos, encarregando-lhes sobre cargo delle procedessem na dita diligencia, como na verdade devião com boa, e sãa consciencia; e eles, recebendo o dito juramento, debaicho delle assim o prometerão fazer; de que continuei este termo, em que assignarão com o dito Ministro Jnspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa.=

Medição

E outrosim no mesmo dia vinte e dois de Abril de mil e setecentos e sincoenta e seis, na mesma Cidade de Lisboa, e Rua direita do chiado, da parte das Portas de Santa Catherina, em presença do dito Ministro Jnspector, e do Capitão de Infantaria com exercicio de Engenheiro, Eugenio dos Santos⁴⁷ [f. 6v.] de Carvalho e Antonio Felix Ribeiro do Amaral, da mesma profissão; e Francisco Antonio Ferreira Cangalhas Discipullo extranumerario da Academia Real da Fortificação desta Corte, que assistio por algum tempo a esta diligencia, e dos referidos Louvados, se principiou a descrição, e tombo pela maneira seguinte; de que fiz este termo em que todos assignarão comigo Escrivão. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi = Jozé Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Rua direita do Chiado da parte das Portas de Santa Catherina

Tem esta Rua de largo do angulo da travessa do Sacramento da parte do Poente ao lado opposto vinte e quatro palmos e meio; e no fim, aonde principia a Rua direita das Portas, vinte e quatro palmos e tres outavas; e no fim no largo sincoenta e quatro palmos = Joze Carvalho de Andrade = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Primeira Propriedade e Segunda

Esta propriedade tem de frente quarenta e seis palmos e meio; e de fundo, que hé o lado que forma com a frente angulo para a travessa do Sacramento, vinte e dois palmos; o lado opposto, quarenta e oito palmos e meio; e o opposto á frente, tem quarenta palmos, que forma figura de chave; sendo incluída nesta propriedade a segunda; e tanto huma,⁴⁸ como outra, tem tres andares sobre as Logeas; e estes pertencem á Ordem Terceira de São Francisco;

⁴⁷ Reclamo: de.

⁴⁸ Na margem esquerda: *Livro Velho* f. 8.

e as Logeas a Capellas, segundo a noticia que se achou. Estas propriedades, e as que se seguem até a Igreja de Nossa Senhora do loreto⁴⁹ [f. 7] ficão da parte Norte; a quáil medição se houve por feita pelo dito Capitão de Infantaria com exercicio de Engenheiro, e os ditos Louvados, que todos assignarão com o dito Ministro Inspector em este termo, que do referido continuei. E eu João Gonçalves da Costa o escreuy, e assigney = Joze Carvalho de Andrade = João Goncalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Verba

Esta propriedade segunda, tem somente de frente dezanove palmos e nove decimos, pelo mais pertencer á primeira propriedade, que vai a sua medição a folhas duzentas setenta e huma; e para constar puz esta verba. Lisboa⁵⁰ onze de Agosto de mil setecentos sessenta e sete = Costa.

Terceira

Jtem se medio outra propriedade conjunta á antecedente, que tem de frente trinta e nove palmos, e de fundo setenta e seis e meio; e tem sobre logeas e tres andares; e constou ser de Belchior de Araujo Costa: e assim se houve a medição della por feita, de que fiz este termo, em que assignou o dito Cappitão de Infantaria com o dito Ministro, e Louvados. E eu João Gonçalves da Costa o escrevy, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Verba

A folhas quarenta e sete do livro das Adjudicações, e⁵¹ posses do Bairro Alto, se adjudicou este terreno ao mesmo Belchior de Araujo Costa em hum terreno da Rua das Portas de Santa Catherina do lado do Norte, que antes se⁵² [f. 7v.] chamava Rua direita do chiado; o quáil terreno faz frente para a travessa do Sacramento. Lisboa sete de Julho de mil setecentos sessenta e nove = Costa.

Quarta

Jtem, outra propriedade, que medindo-se, se achou ter de frente trinta palmos, e de fundo quarenta e cinco palmos; o quáil com a frente forma angullo para a travessa da Botica de El Rey onde tem a porta principal, e para a parte da Rua direita tem tres andares sobre as Logeas, que dicerão pertencerem á Capella de Sua Magestade; e pelo referido modo se houve a dita medição por feita, de que continuei este termo, em que assignarão o dito

⁴⁹ Reclamo: fi.

⁵⁰ Na margem direita: *Ver folha.*

⁵¹ Na margem direita: *Ver folha.*

⁵² Reclamo: chama.

Cappitão de Infantaria, com o dito Ministro, e os Louvados. E eu João Gonçalves da Costa o escrevy, e assigney = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Aos vinte e tres de Abril de mil e setecentos e sincoenta e seis, na dita Rua direita do chiado, em prezença do dito Ministro Inspector, e dos ditos Louvados nomeados, se continuou a dita medição, e demarcação pela maneira seguinte; de que fiz este termo. E eu João Gonçalves da Costa o escrevy.

Quinta

⁵³E logo no dito dia mez e anno asima declarado; se medio outra propriedade de cazas, e se achou ter de frente vinte e oito palmos, e de fundo trinta e nove palmos, a quá forma angullo com a frente para o Beco do Pasteleiro; e o lado opposto a esta trinta e dois palmos e hum quarto; tem tres andares sobre as Logeas, e dicerão ser de Fernando⁵⁴ [f. 8] leite de Souza; e assim se houve por feita a medição desta propriedade, de que fiz este termo, que assignarão o dito Cappitão de Infantaria, com o dito Ministro, e os Louvados. E eu João Gonçalves da Costa o escrevy, e assigney = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Verba

Pertence do chão desta propriedade ao Juiz, e mais Jrmãos da Meza da Jrmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da mesma Soberana Invocação, sete palmos e meio com o seu fundo; e ainda o mais que se segue athé completar sessenta e hum palmos de fundo, a quatro mil Reis o palmo, que rematarão livres sem encargo algum, e pagarão no Depozito da Repartição da Corte a sua importancia com dinheiro de mais Chão, como consta do Conhecimento junto nos autos da arrematação. Lisboa vinte e sinco de Novembro de mil setecentos e outenta = Carvalho.

Segunda Verba

Por precatório da data desta foi pago o dito Fernando Leite de Souza e Oliveira do valor do chão contheudo nesta medição como consta dos Autos do pagamento. Lisboa vinte e dois de Fevereiro de mil setecentos oitenta e cinco = Carvalho.

Sexta

Jtem se medio a seguinte propriedade de Casas, e se achou⁵⁵ tinha de frente sincoenta e cinco palmos, e o lado que com ella forma angullo para o Beco do Pasteleiro, cento e dois palmos, e o lado que com este forma outro angullo

⁵³ Na margem esquerda: Cazas de Fernando Leite de Souza.

⁵⁴ Reclamo: Lei.

⁵⁵ Na margem direita: Cazas do Padre Estacio de Almeida.

e⁵⁶ [f. 8v.] hé p á frente quarenta e dois, e o que com este forma outro angullo opposto ao lado cento e dois, vinte e nove palmos; e a diagonal, que ajunta os extremos destes lados, sessenta palmos e hum decimo; o lado, que com o de vinte e nove forma outro angullo, quinze palmos e meio; e a diagonal, que ajunta os extremos deste lado e do antecedente, sincoenta e cinco palmos e dois decimos; o lado, que com o de quinze e meio forma outro angullo, e termina na frente, sincoenta e dois palmos, e a diagonal que ajunta os extremos deste e da frente, setenta palmos e sete décimos; e mostra ter tres andares sobre as Logeas, e humas aguas furtadas; e se dice serem do Padre Estacio de Almeida; e a figura da dita propriedade hé a seguinte. E por esta forma se houve por finda a medição della, de que fiz este termo que assignarão o dito Cappitão da Infantaria com o dito Ministro, e Louvados. E eu João Gonçalves da Costa o escrevy, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.⁵⁷

[f. 9]

Verba

A folhas sessenta e quatro do livro das adjudicações e posses⁵⁸ dos terrenos do Bairro Alto, se adjudicou este ao mesmo Padre Estacio de Almeida no lado do Norte da Rua nova das portas de Santa Catherina. Lisboa seis de Setembro de mil setecentos sessenta e nove = João Alves de Carvalho.

Segunda Verba

Pertence o chão desta propriedade a Joaquim Pereira de Souza Peres, como Cessionario de João Antonio Tinoco da Silva, pela ter rematado livre de todo o encargo, como consta dos Autos da rematação que tenho. Lisboa doze de Março de mil setecentos oitenta e cinco = Carvalho.

Aos vinte e quatro de Abril de mil setecentos e sincoenta e⁵⁹ seis, na mesma Rua direita do Chiado, em presença do dito Ministro Inspector, e dos ditos Louvados nomeados, se continuou a referida medição, e demarcação, pela maneira seguinte; de que fiz este termo. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi = Joze Carvalho de Andrade.

Setima Propriedade

E logo no dito dia mez e anno acima declarado, se medio outra propriedade de Casas, e se achou ter de frente vinte e seis palmos, e o lado que com ella forma angulo, e hé commua á antecedente, sincoenta e dois palmos; e a diagonal que ajunta os seus extremos, sincoenta e sete palmos e meio; e hum resalto que forma angulo com o antecedente treze palmos; e o lado que com este forma outro angulo, vinte e cinco palmos; e a diagonal que ajunta

⁵⁶ Reclamo: hé.

⁵⁷ Segue-se o desenho da propriedade.

⁵⁸ Na margem direita: *Ver folha.*

⁵⁹ Na margem direita: *Livro Velho f. 10.*

os extremos destes lados, vinte e oito palmos e meio; o lado que forma angulo com o de vinte e cinco, quarenta; e a diagonal que ajunta os extremos deste e do antecedente, trinta e oito palmos; o lado que com o de quarenta forma angulo e termina na frente, setenta⁶⁰ [f. 9v.] e sete palmos; e a diagonal que⁶¹ ajunta os extremos deste lado, e da diagonal trinta e oito, sincoenta e sete palmos e meio; tinha mais hum patio, do quá o lado opposto á frente tem quarenta palmos; o seu opposto, trinta e oito e meio; e os dois que ajuntão os seus extremos, hum tem doze palmos, e o outro tres e meio; e mostra ter sobre as Logeas quatro andares, e se disse ser de Dom Joze de Alencastre; e a figura da dita propriedade hé a que vai ao diante. E assim houveram a medição della por finda, de que fiz este termo que o dito Capitão de Infantaria, e os Louvados assignarão com o dito Ministro Jnspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira =

E se declara que da propriedade de Cazas retro, e acima declarada, se omitta a figura, por ter a forma de chave; e não comprehender confuzão: de que se fez esta declaração, para constar. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi = Joze Carvalho de Andrade.=

Verba

Pertence o chão desta propriedade a Joaquim Pereira de Souza Peres, como Cessionario de João Antonio Tinoco da Silva, que o rematou livre sem encargo algum, como consta dos autos da arrematação. Lisboa doze de Maio de mil setecentos oitenta e cinco = Carvalho.=

Outava Propriedade

⁶²E outrosim se medio a seguinte propriedade, e se achou ter de frente trinta e tres palmos; o lado que com ella forma angulo, e hé commua á antecedente, trinta e seis palmos e quatro decimos; e a diagonal que ajunta⁶³ os seus extremos, quarenta e hum palmos; o lado que com o ante⁶⁴ [f. 10] cedente forma hum angulo muito obtuzo, trinta e quatro palmos e meio; e o lado que com este forma outro angulo, e hé opposto á frente, dezoito palmos; e o que com elle forma outro angulo, dezasete palmos; e a diagonal que ajunta os extremos destes dois lados, trinta e hum palmos; o lado que com o antecedente forma outro angulo, quatorze palmos; e a diagonal que ajunta os extremos deste lado, e da diagonal trinta e hum, trinta e tres palmos e meio; o lado que com o antecedente forma angulo, e termina na frente, trinta e hum palmo e meio; e a diagonal que ajunta os extremos deste lado, e da primeira, vinte e oito palmos; e mostra ter quatro andares sobre as Logeas, e se disse ser do dito Dom Joze de Alencastre; sendo a figura da mesma propriedade anotada com a letra X, na figura total que vai ao diante. E assim

⁶⁰ Reclamo: e se.

⁶¹ Segue-se palavra repetida: que.

⁶² Na margem esquerda: Livro Velho f. 11.

⁶³ Segue-se repetido: que ajunta.

⁶⁴ Reclamo: ce.

houveram a medição della por feita de que continuei este termo em que assignarão com o dito Ministro o dito Capitão de Infantaria, e Louvados. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira//

Nona Propriedade

Aos mesmos vinte e quatro de Abril do anno retro declarado, se medio a seguinte propriedade, e se achou ter de frente vinte palmos; e o lado que com ella forma angulo, e hé commum á antecedente, trinta e hum e meio; e a diagonal que ajunta os seus extremos, trinta e quatro palmos; o lado que com o antecedente forma angulo, quatorze palmos, e o que com este forma outro angulo, e termina na frente, formando com elle outro para o Beco da Cruz, trinta e nove palmos; e mostrou ter sobre as Logeas dois andares, e se disse ser esta propriedade de pessoa a quem se não soube o nome, e a figura da mesma propriedade na total que se segue⁶⁵ [f. 10v.] notada com a letra K conjunta a propriedade outava. E há hum terreno, em que tambem havia huma pequena propriedade, cuja frente no dito Beco hé de nove palmos; e o lado commum á dita propriedade numero outavo, que com a frente forma angulo, dezoito palmos; e a diagonal que ajunta os extremos destes lados, vinte e quatro palmos; o lado que com o antecedente forma outro angulo, dezaseis palmos e meio; o lado que com este forma angulo, doze palmos; e o lado que com o dito forma outro angulo, e termina na frente, vinte e quatro palmos e meio; e a diagonal que ajunta os extremos destes dois lados; vinte e oito palmos: mostrava ter Logea, sobre Logea, cuja figura vai notada na total com a letra=Z=, e hé a que se segue. E assim houveram a dita medição da referida propriedade por feita, de que continuei este termo, em que ⁶⁶assignarão o dito Capitão da Infantaria, e Louvados, com o dito Ministro Inspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.=

Verba

Esta propriedade era do Beneficiado Antonio Pedro de Carvalho, porque assim o mostrou neste Juizo seu Testamenteiro o Padre Ignacio Jozé Cartuxo, de que puz esta verba para constar. Lisboa treze de Abril de mil setecentos sessenta e tres = Costa.=

Segue a figura na lauda em frente⁶⁷

[f. 11]

Decima Propriedade

Item se medio outra propriedade de Cazas que tem de frente trinta e dois palmos e meio, e de fundo trinta e quatro, o quá forma angulo com a frente para o Beco da Crus, e mostrava ter tres andares sobre as Logeas, e se

⁶⁵ Reclamo: no.

⁶⁶ Na margem esquerda: Livro Velho f. 12.

⁶⁷ A figura encontra-se no fólho seguinte (f. 11).

dice ser de Manoel Caetano de Lemos. E assim se houve por feita a medição desta propriedade; de que continuei este termo, em que assignou o dito Capitão de Infantaria com o dito Ministro Inspector, e referidos Louvados. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.=

Verba

Pertence esta propriedade a Joze Antonio de Oliveira, como administrador do Morgado ou Capella que instituiu Antonio Cosme, em que succedeo por morte de Dona Margarida Magdalena de Souza, mulher de Manoel Caetano de Lemos, como mostrou por documentos. E por despacho do Dezembargador Inspector⁶⁸ [f. 11v.] Jeronimo de Lemos Monteiro, pus esta verba sem prejuizo de terceiro. Lisboa nove de Janeiro de mil setecentos e setenta = João Alves de Carvalho.=

Segunda Verba

⁶⁹A folhas oito do livro das adjudicações e posses do Bairro Alto, se adjudicou este terreno ao mesmo Joze Antonio de Oliveira, conteudo na verba acima no lado do Norte da Rua nova das Portas de Santa Catherina. Lisboa oito de Maio de mil setecentos e setenta = João Alves de Carvalho.=

Undecima Propriedade

E tambem no mesmo dia se medio outra propriedade de cazas, e se achou ter de frente vinte e seis palmos; e de fundo sessenta e quatro, que mostrava ter sobre as Logeas quatro andares, e serem de Antonio Soares de Bulhões. E por esta forma houveram a dita medição por feita, de que fiz este termo, em que assignarão o dito Capitão, Louvados, e o Ministro Inspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.=

Duodecima Propriedade

⁷⁰E outrosim se medio no dito dia outra propriedade de Cazas conjunta á antecedente, e se achou ter de frente trinta palmos, e de fundo sessenta e nove palmos; e este forma angulo com a frente para a travessa do Arcebispo, e o lado opposto á frente forma com o mesmo fundo outro angulo para o Beco do Corcunda, e mostrou ter huns entresolhos, e tres andares sobre as Logeas, e se disse ser da Mizericordia desta Cidade. E por esta forma se houve por feita a medição; de que continuei este termo em que assignarão o dito Cappitão de Infantaria, Louvados, e

⁶⁸ Reclamo: Je.

⁶⁹ Na margem esquerda: *Ver folha.*

⁷⁰ Na margem esquerda: *Livro Velho f. 13.*

Ministro Inspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho⁷¹ [f. 12] de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

Decima terceira Propriedade

E assim mais se medio outra propriedade de Cazas que se seguia, e se achou ter de frente, trinta palmos; e de fundo, setenta palmos e meio; e forma angulo com a frente para a travessa do Arcebispo, e com o lado opposto a ella, outro angulo para o Beco do Corcunda; e mostrou ter huns entre=solhos, e dois andares; e se disse ser do Excellentissimo Duque do Cadaval, aforada a Diogo Luiz Ottone. E por esta forma se houve por feita a sua medição, de que continuei este termo que assignarão o dito Cappitão, Louvados, e Ministro Inspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevi, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira//

Decima quarta Propriedade

E tambem no dito dia se medio a propriedade que se⁷² seguia, e se achou ter de frente trinta palmos; e de fundo sincoenta e tres e meio, o quál com a frente forma angulo para a dita travessa do Arcebispo; e nesta propriedade se não conhecerão os andares que tinha, por estár totalmente arrazada, e não haver quem o declarasse, e somente se disse ser de Dom Rodrigo Antonio de Noronha. Com o que se houve a medição della por feita; de eu fiz este termo, em que assignarão os ditos Cappitão, Louvados, e Ministro Inspector. E eu João Gonçalves da Costa o escrevy, e assignei = Joze Carvalho de Andrade = João Gonçalves da Costa = Eugenio dos Santos e Carvalho = Antonio Felix Ribeiro do Amaral = Manoel Pereira.

⁷¹ Reclamo: de.

⁷² Na margem direita: Cazas de Dom Rodrigo Antonio de Noronha.

1767, outubro, 10, Lisboa – *Auto de posse do Forte da Ribeira [ou Fortim da Ribeira] que trazem de rendas em três divisões Francisco Álvares, Manuel António e António de Araújo.*

Cota: *Livro das posses que o Senado da Câmara tomou dos chãos da Marinha e fortificações, terrenos adjacentes e propriedades na cidade e seu termo (1767-1775), f. 29*

[f. 29]

Auto de posse do Forte da Ribeira que trazem de rendas em tres devizes Francisco Aluares, Manoel Antonio e Antonio de Araujo

Anno do Nascimento de nosso senhor Jesus christo de mil e setecentos e sessenta e sete aos dez dias do mes de outubro nesta cidade de Lisboa na Ribeira dela, nas Logeas que se achão fundadas no Fortim da Ribeira, que ocupão de renda Francisco Alueres, Antonio de Araujo, e Manoel Antonio, que partem do Norte com a Ribeira, do Nascente e Sul com a praya e do Poente com a seruentia, onde foi Manoel Diogo Parreiras e Silua, Prouedor Geral dos Contos do Senado da Camara, e Procurador que mostrou ser do mesmo senado para efeito de tomar posse dos chãos da Marinha e Fortificações, e Propriedades nelles feitas em virtude da sua Procuração passada em obseruancia do Aluará de sua Magestade Fedilissima tudo neste liuro registrado; e estando ahi Jozeph Luiz Alueres Escrivão que foi das Forteficações nomeado pela Junta dos Tres Estados para entregar ao senado os ditos chaos; logo o dito Manoel Diogo Parreiras e Silua na prezenca de mim Escrivão, e das Testemunhas ao diente nomeadas entrou nas Cazas todas do dito Forte, e as passou abrindo, e fechando as portas e janelas delas, pondo as mãos pelas paredes, e fazendo as mais Cerimonias do estilo e em direito necessarias, dizendo que em nome do senado tomava posse das ditas Cazas e pateo, e todas suas pertencas, e Eu Escrivão lhe houue a dita posse por dada real actual ciuel e natural que dou fé tomar sem contradição de pessoa algũa, sendo Testemunhas presentes Joachim Dias Talaya, e morador em Belem e Francisco Jozeph Viana que viue de seo negocio morador ás Escolas gerais, de que tudo fiz este Auto de posse e que asignarão todos os sobreditos; e notifiquei os ditos Rendeiros para reconhecerem ao senado por senhorio. E eu Joachim Jozeph Moreira de Mendonca Escrivão do Tombo da Cidade o escrevi e asognei.

[assinado:] Manuel Diogo Parreiras e Silva

[assinado:] Joachim Jozeph Moreira de Mendonca

[assinado:] Joaquim Dias Tallaya

[assinado:] Jozeph Luiz Alvares

[assinado:] Francisco Joze ujanna

1782, junho, 11, Lisboa– *Medição das casas do duque de Cadaval para reedificação após o terramoto de 1755.*

Cota: *Livro de cópias do tomo das propriedades do bairro do Castelo arruinadas pelo terramoto de 1755 e termos de posse de terrenos do mesmo bairro (1755-1817), f. 32 a 34*

Casas do Duque do Cadaval

E logo no dito dia acima mandou o dito Doutor Juiz do Crime, e deste Tombo medir humas casas do Duque do Cadaval, com assistencia do dito Ajudante Engenheiro João da Costa Ferreira, e do Procurador do mesmo Duque o Beneficiado João Luiz Pereira da Costa, que se louvou para a medição no Louvado Mestre Pedreiro João dos Santos Leitão, e o dito Juiz se lou [f. 32v.] ⁷³vou, á revelia dos confinantes, e por não apparecerem, no Louvado Manoel de Oliveira Velho; as quaes partem pelo Norte com as casas antecedentes de Dona Jnez de Salazar, ou de quem direito forem, e pelo Poente com sequeiro do Desembargador Joze Ricalde Pereira de Castro, ou de quem direito for; e pelo Sul com arco das Portas de Alfofa; e pelo Nascente com a dita Rua que vai para o Castello; as quaes se achou terem de frente até o angulo cincoenta e sete palmos e meio; e delle até o fim do arco tem mais de frente cincoenta e hum palmos; e pelo lado do Norte tem de fundo sessenta e tres palmos; resalto para dentro das Casas, vinte e quatro palmos; continua mais o fundo com vinte e oito palmos; lado opposto á frente, cem palmos; continua o lado que serve de quintal, sessenta e nove palmos e meio; lado do fundo do quintal sessenta e cinco palmos; resalto para dentro do quin [f. 33] ⁷⁴tal, e produzido por detraz da muralha do Castello, cincoenta palmos, por trinta e dois das casas até o fundo do dito quintal; por detraz da muralha cento e oito palmos: a sua figura mostra a letra =E=. Tem mais huma casa por cima do arco das portas de Alfofa, tendo passadiço por cima delle para a Rua que vai para o arco do Mira, que tem por esta Rua de frente trinta e tres palmos, juntos com o vão do arco; e de fundo no arco doze palmos; e de frente para a dita Rua do Arco do Mira cincoenta e tres palmos, de fundo vinte e tres. E nesta forma houve o dito Juiz do Crime, e deste Tombo a dita medição por feita; de que mandou fazer este Termo, que assignou, e o dito Ajudante Engenheiro, e Louvados, e Procurador do dito Excellentissimo Duque E eu João Alves de Carvalho, Escrivão das Inspecções, o escrevi e assignei = João Alves de Carvalho = Garvo = João da Costa [f. 33v.] ⁷⁵Ferreira = Manoel de Oliveira Velho = João dos Santos Leitão =

⁷³ Reclamo: lou.

⁷⁴ Reclamo: quin.

⁷⁵ Reclamo: Costa.

1782, junho, 11, Lisboa– *Medição das casas do conde de Bobadella para reedificação após o terramoto de 1755.*

Cota: *Livro de cópias do tombo das propriedades do bairro do Castelo arruinadas pelo terramoto de 1755 e termos de posse de terrenos do mesmo bairro (1755-1817), f. 34v. a 36*

[f. 34v.]

Casas do Conde de Bobadella

E logo no dito dia mandou o Doutor Juiz do Crime e deste Tombo medir as casas do Conde de Bobadella tambem arruinadas pelo Terremoto, que partem pelo Norte com as antecedentes de Maria Thereza, e são para baixo em todo o comprimento da dita Rua até o beco ou Rua da Amargura e assitio o Ajudante Engenheiro, e o Procurador do mesmo Conde o Capitão Francisco Dias Leal, que se louvou no Louvado deste Tombo João dos Santos Leitão, e o dito Juiz, á revelia dos confinantes, no Louvado Manoel de Oliveira Velho; e medindo se a frente de todas as ditas casas pela dita Rua direita tem duzentos e quarenta e quatro palmos, e para a dita Rua da Amargura cento e quarenta e cinco palmos, e tem mais de cinco palmos, e tem mais de frente para o Largo da Igreja que era de Sam Bartholomeu correndo para o Nascente, quarenta e quatro palmos até o na **[f. 35]**⁷⁶gulo reintrante, e delle entrando pela Rua por detraz de Sam Bartholomeu até ás Casas de Manoel Joze, tem trinta e nove palmos, e meio; a sua figura mostra a letra =F=. E todas as mais propriedades em circuito do dito Conde fazem fundo o seu quintal que tem grande, em que nota confusão e por isso se não medio, e consta da dita figura. E nesta forma houve o dito Juiz esta medição por feita; de que mandou fazer este Termo, que assignou , e o Ajudante Engenheiro, Louvados, e Procurador do dito Conde. E eu João Alves de Carvalho, Escrivão das Inspecções o escrevi e assignei = João Alves de Carvalho = Garvo = João da Costa Ferreira = Manoel de Oliveira Velho = João dos Santos Leitão =

Chão do mesmo Conde de Bobadella

E logo no mesmo dia mandou o dito Juiz do Crime e deste Tombo hum grande pedaço de chão **[f. 35v.]**⁷⁷ que está entre a Rua da Amargura e da de Jerusalem sobre si, e está defronte das ditas Casas do Conde de Bobadella, que se disse ser tambem do mesmo Conde com assistancia do dito Ajudante Engenheiro e Louvados nomeados no Termo retro, á revelia dos interessados e confinantes, e se achou ter de frente para a Rua das Portas de Alfalfa vinte e hum palmos, e pela Rua de Jerusalem cento e cincoenta palmos, e pela Rua da Amargura cento e quarenta e cinco palmos, e de frente para o Largo ou adro de Sam Bartholomeu oitenta e seis palmos; cujo chão está como baldio; e assistio o Procurador do dito Conde que se louvou para a medição no dito Louvado João dos Santos Leitão, e o dito Juiz á revelia dos interessados, e do Publico, com quem confina, no Louvado Manoel de Oliveira Velho; e ainda que o Procurador do dito Conde disse que o dito chão era delle, deixou o dito Juiz o direito salvo

⁷⁶ Reclamo: an.

⁷⁷ Reclamo: chão.

se alguém mostrar lhe pertence todo ou parte delle e **[f. 36]**⁷⁸ mandou fazer este Termo, que assignou, e o dito Ajudante Engenheiro, Procurador e Louvados. E eu João Alves de Carvalho, Escrivão das Inspeções, o escrevi e assignei = João Alves de Carvalho = Garvo = João da Costa Ferreira = Manoel de Oliveira Velho = João dos Santos Leitão =



⁷⁸ Reclamo: e.



Varia

A casa dos meus avós no bairro de Alvalade

Considerações entre o projeto arquitetónico e a vida de uma família

My grandparents' house at Alvalade's neighbourhood
Considerations between the architectural project and the life of a family

Diana Lopes Pereira*

ANTES DA CASA: OS PROJETOS DE VIDA

O encontro entre os meus avós deu-se em 1943, quando o meu avô veio viver para Lisboa e alugou um quarto em casa dos meus bisavôs Godinho. A família Godinho morava no primeiro andar de uma vivenda no bairro de Santos ao Rego, sendo o rés-do-chão ocupado pelo negócio da família: uma mercearia. A minha avó, Rosa da Conceição Godinho, era a mais velha de três irmãs. Filhas de um republicano cresceram a ouvir o seu pai dizer que queria que as filhas tivessem uma profissão que as tornasse economicamente independentes dos seus futuros maridos. Quando projetava a vida das filhas, o meu bisavô dizia que a mais velha seria médica, a segunda advogada e a terceira acabou por escolher ser professora. Contudo, a minha avó pedia-lhe para ser pianista.

* Diana Lopes Pereira é licenciada em História da Arte pela FCSH-Universidade Nova de Lisboa (2005-2008), fez pós-graduação em Jardins Históricos pela University of Greenwich (2010) e mestrado em Museum Studies pela University of East Anglia (2011). Mediadora cultural, colabora com o serviço educativo do Museu Gulbenkian desde 2013. Desenvolve e participa em projetos artístico-sociais de carácter comunitário, colaborando na produção e na mediação entre comunidades, arquitetos, artistas e outros agentes: Casa do Vapor (2013), Opereta A Mar (2014), Cozinha Comunitária das Terras da Costa (2015).

Correio eletrónico: dianalopespereira@gmail.com

Desde menina que gostava de ouvir uma vizinha tocar piano. O mais extraordinário é que a senhora era surda; ficaram muito amigas porque a minha avó aprendeu linguagem gestual e se tornou no elo de comunicação entre a senhora e o mundo. Mas a única resposta que a minha avó ouviu foi *não*: não a ser pianista, não a ser bailarina, não a ser pintora. Frustrada por não poder estudar artes, a minha avó decidiu também não fazer a vontade ao seu pai e, em vez de medicina, escolheu aprender o ofício de alfaiate.

O meu avô, José da Conceição Lopes, veio da região de Tomar para trabalhar com o seu irmão mais velho na construção civil. A família Lopes tinha um moinho e sete filhos para sustentar. Numa região onde as terras são pouco férteis, o projeto de vida da maioria dos jovens não era uma escolha mas uma condição: migrar à procura de trabalho. Os rapazes da geração do meu avô eram chamados para virem para Lisboa pelos familiares e amigos que na década de 20 tinham começado a investir na construção civil e liam nas diretrizes do *Plano geral de urbanização e expansão de Lisboa* (PGUEL) de 1938 a oportunidade de um volume crescente de trabalho.

Os meus avós casaram-se a 18 de dezembro de 1944 e tiveram o primeiro filho, Jorge, em 1945. Dois anos depois, o segundo filho, José Manuel e em 1950, quando esperavam o terceiro, saíram da casa da família Godinho e mudaram-se para Alvalade: foram viver para o 1º direito, do número 11, da rua Acácio de Paiva.

CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO DE ALVALADE E PROPOSTAS PARA CONSIDERAÇÃO

Em 1950 Guimarães Lobato apresentou *O problema da habitação em Lisboa* no II Congresso das Capitais¹, analisando como a Câmara Municipal de Lisboa (CML) a partir da década de 30 do século XX propôs sucessivos programas que pudessem responder aos problemas de habitação inerentes ao aumento da população da cidade, sendo que na primeira metade do século XX se verificou um crescimento de cerca de 136% (356 009 habitantes em 1900 para 840 000 em 1950).

Entre essas medidas destaca-se o programa das *casas económicas* (1933) destinado a famílias com baixos recursos económicos². A proposta do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, criado em 1932 e dirigido por Duarte Pacheco, era reforçada pela ideologia da autodesignada *Política do Espírito* que António Ferro desenvolveu com o Secretariado de Propaganda Nacional, a partir de 1933.

A família exige por si mesma duas coisas outras instituições: a propriedade privada e a herança. (...) A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa³.

¹ LOBATO, Luís Guimarães - *O problema da habitação em Lisboa: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. Comunicação apresentada no II Congresso das Capitais, Lisboa, 1950.

² COSTA, João Pedro - *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*. 4ª ed. Lisboa: Livros do Horizonte, 2010. p. 19.

³ SALAZAR, António de Oliveira [et al.] - Uma época em palavras e imagens: extratos. *Arquitectura*. Lisboa: [s.n.]. Nº 142 (1981), p. 50.

Assim, para o programa de casas económicas propunha-se um modelo de *casa portuguesa* humilde, assente na tipologia da casa unifamiliar e associada a uma estética que recriava uma visão idílica da vida campestre, expressando os valores que sustentavam o regime do Estado Novo: “autoridade, disciplina e ordem, por um lado, e o culto da nacionalidade, da família e do mundo rural”⁴. Do programa resultou a construção de vários bairros, entre o quais o do Alvito (1937), do Alto da Boa Vista (1939-40) ou de Campolide (1943).

A par do programa de habitação, a política de obras públicas incentivou a construção de edifícios públicos procurando, por sua vez, uma expressão de grandeza e monumentalidade assente em modelos historicistas nacionais de vocabulário neoclássico⁵. No entanto, a diversidade de propostas que simultaneamente se construía oscilavam, por exemplo, entre a *Casa portuguesa* de Raul Lino (1879-1974) ou arquitetos que tentavam ultrapassar valores tradicionalistas como Pardal Monteiro (1897-1957) com a construção do Instituto Superior Técnico (1929-1936).

Em 1938 Duarte Pacheco torna-se presidente da CML, em acumulação com a pasta de ministro de obras públicas e inicia uma política urbana da cidade que conta com a participação do arquiteto-urbanista De Gröer. Em conjunto com Faria da Costa (1906-1971) definem no PGUEL as grandes linhas de desenvolvimento da cidade incluindo, na expansão a norte, a urbanização do que viria a chamar-se bairro de Alvalade. Até 1948 desenvolve-se o estudo analítico de base ao Plano diretor da cidade de Lisboa e o sítio de Alvalade (1947) correspondia inicialmente à *Planta da zona compreendida entre a avenida Alferes Malheiro e a travessa Henrique Cardoso*.

Com uma área de 230 ha, o bairro de Alvalade “propunha, pela primeira vez, edifícios colectivos destinados a habitação social apoiados numa série de equipamentos sociais”⁶ – escolas, mercados, centros cívicos e parque desportivo. Dadas as carências de habitação que se avolumavam em 1945, encontrou-se na urbanização de Alvalade a primeira concessão de Salazar ao modelo da casa portuguesa, definindo-se

a modalidade de *casas de renda económica*, viradas para as classes médias urbanas, que permitia pela primeira vez edifícios plurifamiliares, fixando em cerca de quatro o número máximo de pisos⁷.

A partir da estrutura viária principal, o plano de urbanização definiu oito células habitacionais, cada uma destinada a 4.000/5.000 habitantes. Assim, propunha-se o desenvolvimento da vida de bairro em torno do equipamento escolar, tido como unidade de vizinhança. Segundo este conceito a distância máxima à escola seria de 500 m, o que possibilitaria que a mesma fosse feita a pé⁸.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

⁵ FERNANDES, José Manuel; PEREIRA, Nuno Teotónio - A arquitetura do fascismo em Portugal. *Arquitetura Portuguesa*. Lisboa: [s.n.]. Nº 142 (1981), p. 38.

⁶ TOSTÕES, Ana Cristina - Arquitetura portuguesa do século XX. In PEREIRA, Paulo, dir. - *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol. 3, p. 533.

⁷ COSTA, J.P., ob. cit., p. 21.

⁸ Idem, *ibidem*.

A construção das casas de renda económica, enquadrada na primeira fase de construção das células 1 e 2 (1945-47), foi projetada pelo arquiteto Jacobetty Rosa (1901-1970) e assegurada pelo Município. Iremos debruçar-nos mais pormenorizadamente nos princípios que presidiram à sua construção pois informaram as experiências de construção das células seguintes e, em particular, a célula 3 que propõe, em 1947, a modalidade de prédios de rendimento com renda limitada baseada na cedência em hasta pública dos terrenos municipais. O presente artigo tem como objeto de estudo esta modalidade de casa unifamiliar de edifícios de habitação urbana que definiu o desenho da célula 3. Esta célula foi projetada entre 1947-48 pelo arquiteto Fernando Silva (1914-1983) e foi aqui que os meus avós se instalaram, mais precisamente na rua Acácio de Paiva, número 11, 1º direito.

Partindo da análise da casa, pretende-se alargar a noções de desenvolvimento da vida de bairro e de práticas urbanísticas que lhe são inerentes. Interessa-nos compreender como no primeiro momento de construção de Alvalade (células 1, 2 e 3 entre 1945-48), se propõem soluções de compromisso entre princípios do movimento moderno com conceitos de cidade tradicional e de cidade-jardim. Simultaneamente, esta arquitetura consolidava modelos definidos pelo Estado Novo que iriam ser postos em causa precisamente em 1948, no I Congresso Nacional de Arquitetura e abandonados no ano seguinte nomeadamente no projeto da célula 8.

Simultaneamente, recorre-se aos testemunhos dos habitantes que ainda se encontram vivos e, desta forma, participam na presente análise aspetos imateriais da vida familiar tais como projetos de vida, memória e tempo. O cruzamento destas abordagens permite-nos considerar a casa enquanto projeto arquitetónico mas também experiência completa de apropriação pelo(s) indivíduo(s), ou seja, uma interiorização que se desenvolve no espaço e ao longo do tempo. Mais do que apresentar conclusões este cruzamento pretende levantar questões e pistas para futuras investigações.

A CASA RACIONAL E NOVOS PROCESSOS CONSTRUTIVOS

Em 1945, o arquiteto Jacobetty Rosa desenvolve projetos de casas económicas enquadradas no programa de edificação das células 1 e 2 do bairro de Alvalade. No mesmo ano, os estudos são apresentados numa exposição, organizada pela CML, chamada *Plano de urbanização da zona a sul da avenida Alferes Malheiro*, inaugurada em julho, no átrio dos Paços do Concelho⁹. Ao mesmo tempo a *Revista municipal*, igualmente da CML, publica o artigo *Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica*¹⁰. Embora o artigo não esteja assinado,

⁹ ANDRÉ, Paula - *Viagens e construções experimentais: investigação e inovação na cidade* [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL, 2012. Trabalho apresentado em Segundas Jornadas de Investigação e Inovação: Cidades e Desenvolvimento, Lisboa, 2012. p. 3. [Consult. 30.12.2015]. Disponível na Internet: http://jornadas2012.inec.pt/site_2_Cidades_e_Developolvimento/RESUMOS/T3_ANDRE_r054.pdf.

¹⁰ LISBOA, Câmara Municipal - *Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. Revista Municipal* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 26 (1945), p. 33-50 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_item1/P37.html.

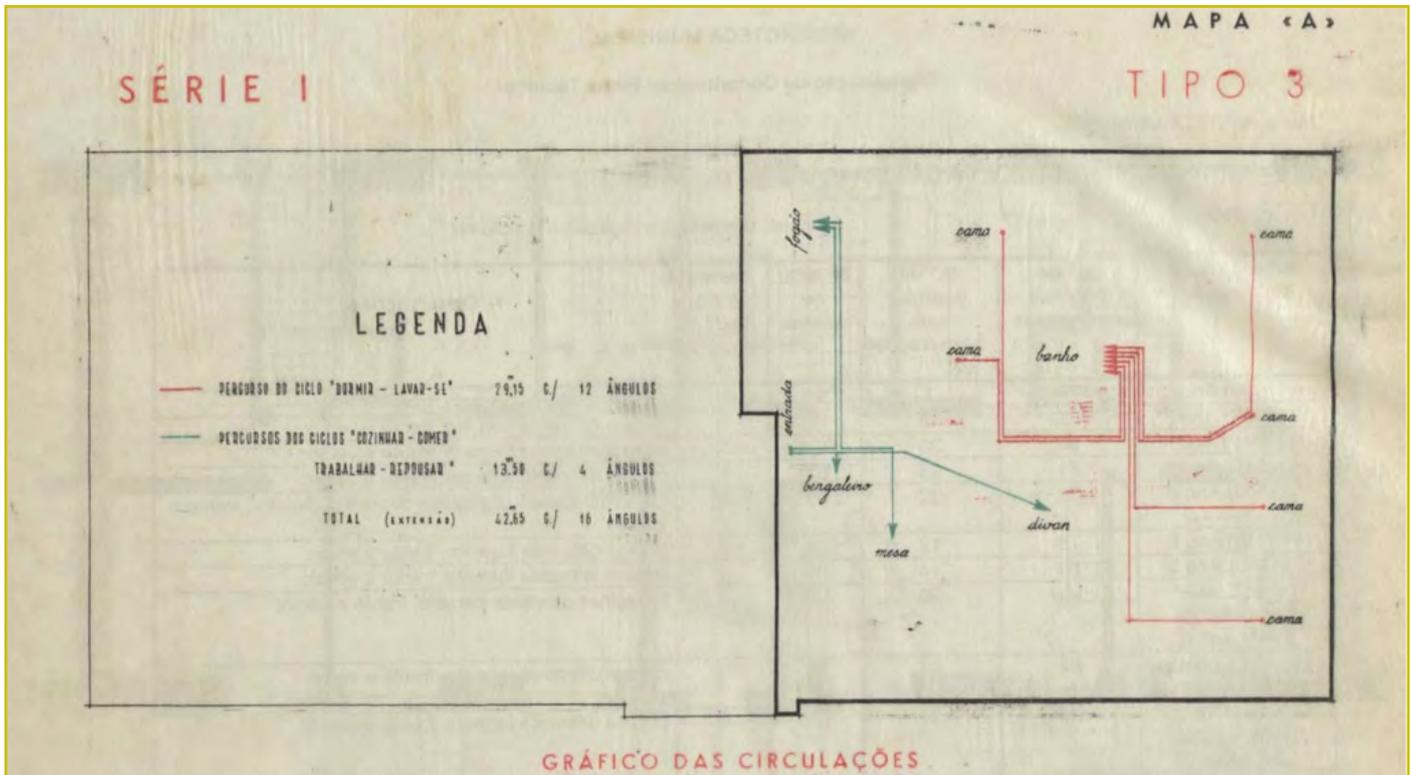


Figura 1 Estudo para Casas de Renda Económica de Alvalade – Gráfico das Circulações. LISBOA. Câmara Municipal - Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 26 (1945), p. 39.

Paula André, em *Viagens e construções experimentais: investigação e inovação na cidade* (2012), põe a hipótese que o artigo seja da autoria do arquiteto Jacobetty Rosa, pela semelhança com a comunicação que o próprio apresentaria em 1948 no I Congresso Nacional de Arquitetura, intitulada por “Estudo de casas de renda económica”.

O artigo apresenta a memória descritiva e os princípios modernos para racionalização da casa que presidiram ao projeto: higiene - sistema de esgotos e água; conforto - sistema de eletricidade, luz direta em todas as divisões, acesso direto à casa; importância do aspeto estético das fachadas; adaptação às funções da vida caseira resumidas nos “ciclos: «cozinhar-comer», «trabalhar-reposar» e «dormir-lavar-se»”¹¹, fazendo-se referência ao “repouso da família, mas especialmente ao trabalho da dona de casa, ou de quem governa a mesma e, ainda, às lides de serviços, quando os haja, e ao trabalho do chefe de família e dos filhos”¹². Subjacente aos princípios, estava a necessidade da redução das áreas de forma a permitir residências a “preços comportáveis mas sem comprometer o nível de qualidade da habitação.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹² Idem, *ibidem*, p. 34.

Para a redução das áreas, Jacobetty Rosa considerou as tipologias das casas segundo as pesquisas da época, utilizando o “Métodos dos Sinais” e métodos gráficos preconizados por Alessandro Klein (1879-1961) e expostos por Enrico A. Griffini (1887-1952) no seu livro “*Costruzione regionale della casa*”. O artigo ilustrava os estudos através de diferentes gráficos, entre as quais *O gráfico das circulações* também aqui apresentado, um mapa de análise de comportamentos adstritos aos ciclos de funções, e o escolhido como solução final para a casa de renda económica tipo 3 da série I.

O objetivo desta análise era reduzir o tempo e dispêndio de energia na realização das funções e evitar interceções entre percursos que trouxessem “embaraço para a vida doméstica”, o que dificultaria “uma boa utilização simultânea de todas as dependências”¹³. Como resultado, simplificam-se os percursos, encurtam-se as distâncias (média do número de passos) e minimizam-se o número de mudanças de direção (ângulos). Por outro lado, agrupam-se as divisões consoante as suas funções, colocando-se “junto da entrada as divisões destinadas ao serviço e permanência diurna” e agrupando-se “os quartos e casas de banho, dando-lhes um acesso fácil e lógico”. A partir da análise destes gráficos opta-se, por exemplo, por abandonar a preocupação de ligar “os esgotos das cozinhas com os das casas de banho, a despeito da economia [orçamental] que daí poderia resultar”¹⁴.

Assim, estes exemplos demonstravam como os métodos da racionalização moderna contribuíam também para aspetos intuitivos da vivência doméstica, ou seja, ao se calcular a energia despendida no acelerar e afrouxar do passo ou nas mudanças bruscas de direção, consideravam-se igualmente jogos de luz e sombra e a impressão geral da habitação mediante a disposição dos compartimentos - a sua sucessão ou visão simultânea¹⁵.

A par destas pesquisas sobre a organização do espaço interior desenhado em função dos ciclos de atividades, desenvolveu-se uma intensa investigação e experimentação de novos materiais e processos construtivos. De facto, para se alcançar a economia necessária do custo de obra, dar resposta ao volume de obras e continuidade do plano estabelecido, era fundamental a adoção de novos métodos de produção pré-fabricados que ainda não se praticavam em Portugal. Para isso, Jacobetty Rosa e o engenheiro Eduardo Arantes de Oliveira (1907-1982), chefe da Repartição de Obras, realizaram uma viagem de estudo a Inglaterra¹⁶. Para além de se estudarem os métodos construtivos a adotar adquiriram-se, nomeadamente, equipamentos industriais para a produção de britas e para o fabrico de blocos de betão¹⁷.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 36-37.

¹⁶ ANDRÉ, P., ob. cit., p. 4.

¹⁷ LISBOA. Câmara Municipal - *A urbanização do sítio de Alvalade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1948. p. 18.

Essas experiências foram apresentadas por Guimarães Lobato no II Congresso das Capitais (1950) e publicadas no artigo *A experiência de Alvalade*, na revista *Técnica* (1951). Explica-se como no campo da construção civil se procurou normalizar a produção de materiais e sistematizar processos construtivos, recorrendo-se a materiais mais económicos mas de produção estabilizada. A título de exemplo, é referido que a CML adquiriu uma instalação para o fabrico de blocos de betão para alvenaria, uma vez reconhecidas as vantagens relativamente aos de pedra ou tijolo; estabeleceram-se empreitadas independentes para o fornecimento de materiais, tais como: as caixilharias de tipo económico, tubagens de grés, ladrilhos de cimento ou loiças sanitárias; normalizou-se o fabrico de tubagens destinadas às redes de esgotos, água e eletricidade; e calculou-se que os pavimentos em madeira eram mais económicos que os de betão armado ou outros¹⁸.

Neste duplo processo de investigação e experimentação de materiais, a CML recorreu ao Centro de Estudos de Engenharia Civil, anexo ao Laboratório de Elasticidade e de Resistência de Materiais, do IST. Uma colaboração que se manteve até 1949 e que iria informar decisivamente o futuro desenvolvimento do Laboratório Nacional de Engenharia Civil¹⁹.

A CÉLULA 3 OU BAIRRO COMERCIAL

João Pedro Costa, em *O bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*, sublinha como a capacidade experimental das propostas habitacionais em Alvalade resultou da riqueza das propostas do plano de urbanização inicial e da forma como a gestão da urbanização foi realizada²⁰. Uma urbanização implementada por partes, iniciada e acompanhada por Faria da Costa, e que admitiu, ao longo de 25 anos, o aperfeiçoamento das soluções experimentadas e a evolução de conceitos urbanísticos para a concretização de “várias unidades de urbanização localizadas, projetadas por autores diferentes e com desenho urbano e arquitectónico diferente”²¹. Autêntico laboratório experimental de propostas para habitação, a urbanização de Alvalade conservou, no entanto, a sua coerência enquanto conjunto²².

J. P. Costa demonstra como em Alvalade nenhum modelo urbanístico foi considerado como *ideal* procurando-se antes tirar partido de vários modelos para a resolução de problemas determinados. Da prática do movimento moderno assinala-se o estudo sistematizado do fogo, bem como a construção de casas em série: o “recurso

¹⁸ LOBATO, Luís Guimarães - A experiência de Alvalade. *Técnica: Revista de Engenharia* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 1951. N.º 209-210 (1951), p. 334 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroConstrucao/Tecnica_revistadeEngenharia_N209-210_Fev-Mar1951_p329-340.PDF.

¹⁹ ANDRÉ, P., ob. cit., p. 6.

²⁰ COSTA, J.P., ob. cit., p. 10.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² Idem, *ibidem*.

sistemático ao fogo tipo como base de desenho da cidade”²³. Outra característica foi a aplicação de formas de zonamento funcional²⁴, nomeadamente, dentro da célula 3 as zonas comercial e de indústria local e artesanato.

Situada entre a avenida de Igreja, avenida Rio de Janeiro, avenida de Roma e com a zona de comércio artesanal/ indústrias não poluente a norte, construção da célula 3 tornou-se urgente para se abrirem estabelecimentos comerciais que apoiassem os cerca de 8.400 habitantes que se instalavam nas primeiras células numa época em que esta zona da cidade ainda se encontrava bastante isolada²⁵. O programa da célula 3 deveu-se em grande parte à nova figura legal das *casas de renda limitada* (1947) que não estava inicialmente prevista no plano de habitação: “São casas que previam a construção em terrenos particulares, através da fixação de uma renda limite, ou em terrenos municipais, através da sua alienação em formas fiscais”²⁶.

Entre 1947 e 1948, Fernando Silva estudou as tipologias de edifícios a aplicar e que, dentro do novo quadro legal, permitia edifícios de usos mistos - piso térreo comercial e pisos superiores para habitação. Aproveitando-se soluções construtivas realizadas nas casas de renda económicas²⁷ realizaram-se cinco projetos-tipo, com variantes para situações de gaveto²⁸.

Na célula 3, assiste-se à evolução do quarteirão tradicional, aqui apresentado em forma de ‘U’, fechado no topo norte por edifícios comerciais de 1 piso. É um pequeno ajuste relativamente ao plano de 1945, onde se previa um quarteirão completamente fechado²⁹. Da cidade tradicional aplica-se a definição da rua-canal bem como os



Figura 2 Igreja São João de Brito, fachada principal, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/I00346.

²³ Idem, *ibidem*, p. 180.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 29.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 58.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 57.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 60.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 59.

²⁹ Idem, *ibidem*.

conceitos de avenida e de praças que se apresentam como “marcos estruturantes do desenho da cidade, mesmo que recorrendo à arquitetura moderna para o desenho dos edifícios³⁰”. É disso exemplo a avenida da Igreja que termina no extremo este com a praça da igreja São João de Brito, inaugurada a 1955.

Finalmente, o modelo de cidade-jardim aplica-se na multiplicação dos espaços verdes, seja nas praças como nas zonas envolventes ligadas aos equipamentos escolares, seja no interior dos quarteirões ou nos parques envolventes do bairro³¹. A relação entre edificado e zonas verdes variou de célula para célula e na célula 3 esta relação depende sobretudo do logradouro do quarteirão, pois ao contrário do que acontece noutras células habitacionais, a função comercial excluía, por exemplo, soluções como o canteiro entre o passeio e a fachada dos edifícios ou a arborização dos passeios das ruas, salvo no caso da avenida da Igreja³².

A célula inclui um mercado municipal em grande escala que continua ativo, bem como várias lojas e indústrias que se mantêm desde os anos 50, entre as quais, drogeries, pastelarias, carpintarias, vidrarias. Projetada com o nome de bairro Comercial, esta célula é conhecida como bairro da avenida da Igreja e foi habitada sobretudo por famílias dos construtores civis da região de Tomar que participaram na própria construção do bairro. É um tema que mereceria um estudo mais aprofundado e que foge ao escopo do presente trabalho. No entanto, os poucos testemunhos orais que recolhemos permitem-nos relacionar a origem dos habitantes com a temática das unidades de vizinhança e a dinâmica própria do bairro: América Marques, vizinha e amiga dos meus avós, comenta como a igreja de São João de Brito era procurada pelos “patos-bravos que vinham de uma região muito católica. Na missa de domingo, a Igreja ficava completamente cheia e muitas pessoas ficavam à porta.” Outros equipamentos, como o mercado, os cafés, os parques públicos e a casa do concelho de Tomar com sede na rua Flores de Lima desde 1969, operaram como unidades de vizinhança, para além das escolas.

O I Congresso Nacional de Arquitetura, promovido por iniciativa do governo para celebrar os «15 anos de obras públicas», marcou uma viragem na postura de muitos profissionais, que aproveitaram o facto de as comunicações apresentadas não terem sido alvo de censura para condenarem a arquitetura do regime e fazerem a apologia do movimento moderno e da carta de Atenas³³. Em 1949 os projetos do bairro das Estacas e a avenida D. Rodrigo da Cunha já denotam uma linguagem arquitetónica e uma evolução de conceitos urbanísticos em direção às propostas do movimento moderno³⁴. Segue-se na década de 50 a concretização da avenida dos Estados Unidos da América que superava a imagem tradicional do primeiro momento de Alvalade, concretizando-se “num mostruário da mais recente produção arquitetónica da cidade, visão emblemática da “nova Lisboa” que se urbanizava³⁵”.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 179.

³¹ Idem, *ibidem*.

³² Idem, *ibidem*, p. 174.

³³ PEREIRA, Nuno Teotónio – A arquitetura de regime: 1938-1948. In BECKER, Annette [et al.] – *Arquitetura do século XX: Portugal*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998. p. 38.

³⁴ COSTA, J.P., ob. cit., p. 95.

³⁵ TOSTÕES, A.C., ob. cit., p. 534.

CASAS DE RENDA LIMITADA: ENTRE O PROJETO ARQUITETÓNICO E O PROJETO DE VIDA

A célula 3 foi dividida em 91 lotes e o prédio dos meus avós encontra-se no 50. De entre os 5 edifícios-tipo projetados por Fernando Silva a casa dos meus avós corresponde ao tipo 4 - 2 quartos principais, 1 quarto para pessoal.

O prédio foi construído por vários construtores de Tomar que se associaram para a empreitada, entre eles um amigo de infância do meu avô, Américo Santos. Após a venda do prédio, Américo Santos decidiu alugar o 2º direito e convidar dois amigos para se instalarem no prédio: um era o meu avô o outro era Manuel Marques, ambos a começarem as suas empresas de construção civil. Quando, em 1950, os meus avós vieram para o 1º direito tinham dois filhos rapazes, esperavam o terceiro e a única certeza no seu projeto de vida é que queriam ter uma filha, que viria a nascer em 1956.

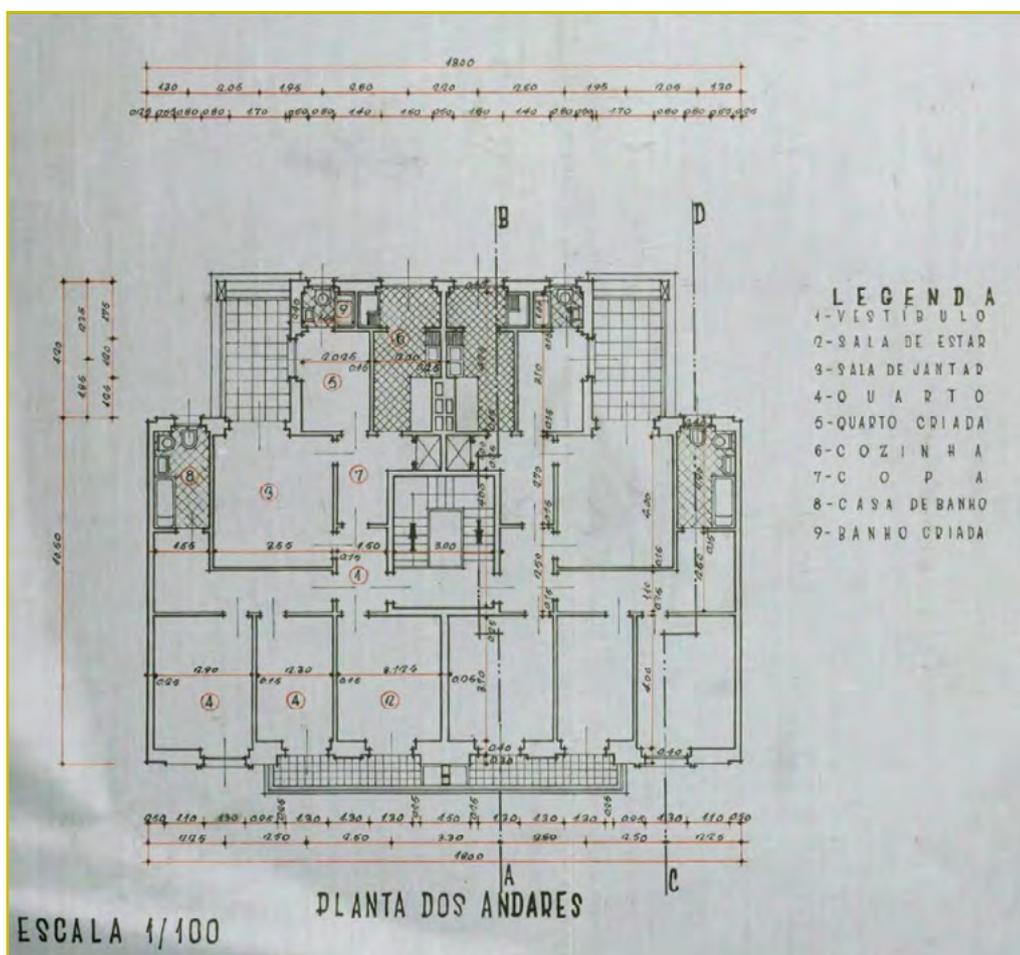


Figura 3 Casa de renda limitada – célula 3, tipo 4, planta dos andares com legenda (pormenor). AML, *Obra n.º 14706*, Processo n.º 1430/DAG/PG/1949, f. 5.

A primeira ilação é que, uma vez que o projeto de vida dos meus avós não correspondia à tipologia de casa em que se instalavam (para 1 ou 2 filhos do mesmo género), a casa foi desde sempre adaptada a uma vivência diferente daquela para que foi projetada. Esta premissa apresenta-se como contraditória da herança do movimento moderno, hoje assimilada, que considera “que o processo criativo do espaço e da obra de arquitetura é um produto acabado”³⁶.

A leitura da casa que nos propomos fazer, para além de considerar os aspetos espaciais, formais e técnicos, pretende analisar a «ordem temporal da casa», segundo as ideias de Kimberly Dovey³⁷. Para tal, tomam-se como ponto de partida os 3 ciclos de atividades que presidiram ao seu projeto e recorrem-se às memórias dos meus tios e da minha mãe. Esta leitura permite-nos relacionar a vida doméstica com os espaços e funções da casa e, simultaneamente, extrapolar para ciclos de temporalidades diferentes: do ciclo diário ao anual, do ciclo da vida individual aos ciclos familiares e, ainda, incluir os ciclos de vida de diferentes materiais utilizados na construção da casa. Finalmente, permite-nos observar a casa do ponto de vista dos hábitos e rotinas que levam à apropriação do espaço pelo indivíduo.

Antes da leitura da casa, uma breve nota a propósito de uma designação criada para narrar a história da casa: *as remodelações de 60*. Apercebemo-nos durante a recolha de memórias, que a década de 60 foi um período em que a decoração interior de praticamente todas as divisões foi alterada e se realizaram algumas obras. Estas alterações aconteceram faseadamente ao longo de anos e revelou-se impossível listá-las cronologicamente, pois já não há memória de quando ocorreram. Por isso, decidiu-se englobá-las numa designação abrangente de *remodelações de 60*.

Começamos por analisar a planta, fogo-tipo 4, seguindo a ordem das legendas e acrescenta-se nesta leitura: «10. Varanda-Marquise».

1. Vestíbulo – o termo ‘vestíbulo’ nunca foi utilizado, mas sim ‘entrada’.
2. Sala de estar – começou por ser o escritório do meu avô. Em 1958, passou também a ser o quarto dos meus tios. Apesar de o meu avô sempre ter mantido a sua escrivaninha nesta divisão, trabalhava no escritório na rua Luís Augusto Palmeirim. Nas *remodelações de 60* as camas de crianças dos meus tios foram substituídas por camas de adulto e foram comprados móveis com escrivaninhas integradas. Na década de 80, depois dos meus tios se casarem e saírem de casa, o quarto-escritório passou a ser sala de estar-escritório, com canapé e duas cadeiras e um novo móvel que integrava a escrivaninha do meu avô.

³⁶ OLIVEIRA, Avelino – *A casa compreensiva: um percurso sobre a concepção arquitetónica das tipologias de habitação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015. p. 248.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 210.

3. Sala de jantar – e sala de todas as refeições, mas era de facto à hora de jantar que a família se reunia. Inicialmente para além da mesa, um móvel com um gira-discos e por cima um relógio de pêndulo. Nas *remodelações de 60* adquiriu-se um conjunto de mobília de sala de jantar ao estilo D. Maria: ao centro uma mesa retangular para 6 pessoas, com possibilidade de ser aumentada com 2 tábuas; junto às paredes um louceiro (sul), um aparador (norte) e uma cristaleira (este). A parede oeste deu lugar à abertura de acesso para a marquise. A cristaleira foi adaptada para incorporar a televisão (adquirida por volta de 1968). Por cima da mesa, um candeeiro de lustre em cristal. A minha mãe comenta como sempre achou a sala de jantar austera por nunca ter um sofá para se sentar.

4. Quarto (sul) – o quarto dos meus avós. Neste quarto faleceu o filho mais velho dos meus avós (1949), nasceram o meu tio Carlos (1950) e a minha mãe (1956) e foi onde faleceu o meu avô (1924-2011). Nas *remodelações de 60*, foi comprado um conjunto estilo D. Maria que inclui: cama de casal, duas mesinhas de cabeceira, toucador, cómoda e guarda-fatos. Ainda enquanto o meu avô era vivo, o quarto teve de ser desfeito: a cama de casal foi substituída por uma cama articulada e uma cama de solteiro, a cómoda arrumada no quarto (norte) e em cima do toucador colocada uma pequena televisão.

4. Quarto (norte) – inicialmente o quarto dos rapazes, passou a ser o quarto da minha mãe, em 1958. Quando a minha mãe teria uns 6 anos de idade, escolheu que o seu quarto fosse mobilado como o quarto de uma vizinha: uma estante presa ao longo da parede norte, composta a um lado por uma escrivaninha e a outro por várias prateleiras, tendo por baixo a cama. Na parede sul, estavam o armário e o piano. Quando a minha mãe se casou e saiu de casa levou o piano e, nos últimos anos, a cómoda da minha avó foi para ali trazida. Apesar de outras pequenas mudanças, a estante ao longo da parede mantém-se e dá a sensação de que o quarto continua igual. Hoje em dia é o quarto de hóspedes.

5. Quarto da criada – dá acesso ao ponto 9. Banho da criada. A criada chamava-se Graça e veio para casa dos meus avós quando a minha mãe teria uns dois anos (1958) e só deixou de trabalhar poucos anos antes de a minha mãe se casar (1985). O quarto incluía uma cama de solteiro e um pequeno armário. Depois da Graça, o quarto foi ocupado pela Zulmira que esteve em casa dos meus avós até por volta de 2000. Em 2005 os meus avós precisaram novamente de estar acompanhados e tiveram várias empregadas internas e o quarto integrou uma secretária para os seus computadores pessoais.

6. Cozinha – A cozinha era alugada sem eletrodomésticos, estava praticamente vazia apenas com lava-loiças em mármore e tanque de lavar a roupa. As paredes eram revestidas com azulejos que iam até à altura de 1,5m e o chão com mosaico hidráulico de cor uniforme³⁸. Inicialmente, a loiça arrumava-se na ‘grade’ – um pequeno suporte de parede no qual os pratos ficavam ao alto; copos, tigelas e travessas em prateleiras e as canecas eram pendurados em ganchos por baixo. Nas *remodelações de 60*, mudaram-se os azulejos do chão e das paredes, incorporaram-se armários, foi comprada a máquina de lavar roupa e introduziu-se um esquentador que permitia

³⁸ AML, *Obra n.º 13300*, Processo n.º 12722/DAG/PG/1948, tomo 1, f. 46.

passar a ter água quente na cozinha e trazer segurança à casa de banho. Nos anos 2000, adquiriram o micro-ondas e a máquina de lavar loiça e o lava-loiça passou a ser em inox.

7. Copa – Logo na década de 50, mandou-se fazer um armário ao longo do corredor que incluía uma cama de abrir. Ali dormiam familiares ou amigos de passagem, como a Zulmira, uma amiga que procurava um quarto para alugar. Acordaram que em troca da estadia, faria arranjos de costura mas a Zulmira acabou por ficar a viver 20 anos na copa e mudou-se para o quarto da Graça quando esta se reformou.

8. Casa de banho – Completamente transformada: para além de se retirar o esquentador do seu interior, as paredes foram revestidas com novos azulejos e o mosaico hidráulico do chão substituído por oleado. Nos anos 2000, a banheira foi substituída por polibã no dia em que o meu avô sofreu uma queda.

9. Banho da Criada – O nome é enganador, pois nunca houve possibilidade de ali se tomar banho por só haver sanita e lavatório.

10. Varanda-marquise – A varanda foi transformada em marquise nas *remodelações de 60*. O chão original em mosaico hidráulico foi feito à semelhança do resto da casa, com soalho de madeira à maneira inglesa em disposição de espinha de peixe. Tornou-se na sala de costura da minha avó, com as máquina de costura e de tricotar e o único sofá que existia em casa. Virada a poente, a marquise é simultaneamente o lugar mais quente e mais frio da casa devido às janelas em ferro e vidro. As portas para a antiga varanda deram lugar a uma enorme abertura para a sala de jantar que ficava exposta às oscilações de temperatura. Nesta abertura colocaram-se dois longos reposteiros, corridos todas as noites, marcando o momento da hora do jantar e o recolhimento da noite.

A memória descritiva do arquiteto Fernando Silva divide a casa em “3 zonas destinadas respectivamente a recepção, íntima e de serviço”³⁹.

Uma planta quadrada que tem a sala de jantar enquanto espaço centrípeto – espaço de reunião e intimidade familiar, sendo as refeições, o momento e o motivo por excelência desse convívio. Este espaço tem acesso direto ao vestíbulo e na casa dos meus avós, para além de espaço de reunião familiar, foi o único espaço de recepção dos convidados, mesmo quando a sala de estar já se encontrava mobilada enquanto tal. É curioso reparar como, na memória descritiva do projeto, se hesita entre os termos ‘sala de estar’ e ‘sala de visitas’ o que demonstra que este espaço remetia para um uso tradicional da casa das elites lisboetas – um espaço de encenação da vida privada perante os convidados mas longe da informalidade quotidiana⁴⁰.

De facto, a planta desta *casa de renda limitada* deixa patente como as hierarquias aqui se esbatem - como demonstra a única entrada partilhada por *senhores* e *criados* -, bem como a necessidade de adaptação a contextos familiares

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁴⁰ PEREIRA, Sandra Marques – Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar. In MATTOSO, José, Dir. [et al.] - *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Maia: Temas e Debates, 2011. p. 28.

variados, nomeadamente, o caso do quarto da criada, ao qual se deixa de aceder pela cozinha, admitindo assim que o mesmo possa ser usado por um membro da família⁴¹. Uma solução de compromisso pois a hierarquia faz-se sentir nos pormenores, designadamente o soalho com tacos dispostos em “dama”, em vez de espinha de peixe como nas restantes divisões da casa.

Por sua vez a cozinha, equipada originalmente apenas com um tanque, estava longe do conceito de “laboratório da dona de casa”, preconizado por Margarete Schütte Lihottzky, em 1926, enquanto espaço exclusivo à preparação de refeições e equipado com eletrodomésticos standardizados que permitiam maximizar a relação esforço-eficácia. Na cozinha dos meus avós, ficou patente como foi lenta a aquisição dos eletrodomésticos, porém, outras vizinhas que não tinham a ajuda da criada adquiriram os eletrodomésticos assim que possível.

Relativamente à zona íntima, dos quartos e casa de banho, é de realçar como o corredor é uma solução que permite a privacidade do ciclo «dormir - lavar-se». Elemento compositivo introduzido no período pós-industrial, o corredor fez com “que a casa deixasse de ser uma massa compacta com habitações quase sempre idênticas” e “permitiu o desenvolvimento da forma [da casa] a partir da sua organização interna”⁴². Exemplo do pragmatismo da minha avó foi o aproveitar da parede sul do corredor para encastrar um armário, aumentando assim o limitado espaço de arrumos - uma consequência das reduzidas áreas da casa.

Assim, reparamos como esta planta testemunha soluções de transição entre a planta tradicional e a planta moderna, respondendo tanto às necessidades de uma classe média emergente como às dinâmicas sociais e familiares que ganhavam novos contornos. De entre a complexidade das transformações que se deram no seio da vida familiar do século XX⁴³, iremos dar especial atenção às dinâmicas entre a dona de casa e a criada e ao reflexo destas na vivência do espaço doméstico.

ENTRE INTERIOR E EXTERIOR: FACHADAS, VARANDAS, MARQUISES E O QUINTAL DAS TRASEIRAS

Retomando o tema dos modelos que enformaram a arquitetura do Estado Novo, José Manuel Fernandes e Nuno Teotónio Pereira sublinham como os edifícios de habitação urbana procuraram exprimir a autoridade do estado através de uma “monumentalidade retórica” que se inspirava em modelos nacionalistas de raiz historicista, utilizando vocabulário neoclássico dos estilos joanino e pombalino⁴⁴. Paradigma disso seria a praça do Areeiro

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁴² OLIVEIRA, A., ob. cit., p. 202.

⁴³ SINGLY, François – *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.

⁴⁴ FERNANDES, J.M., ob. cit., p. 39.

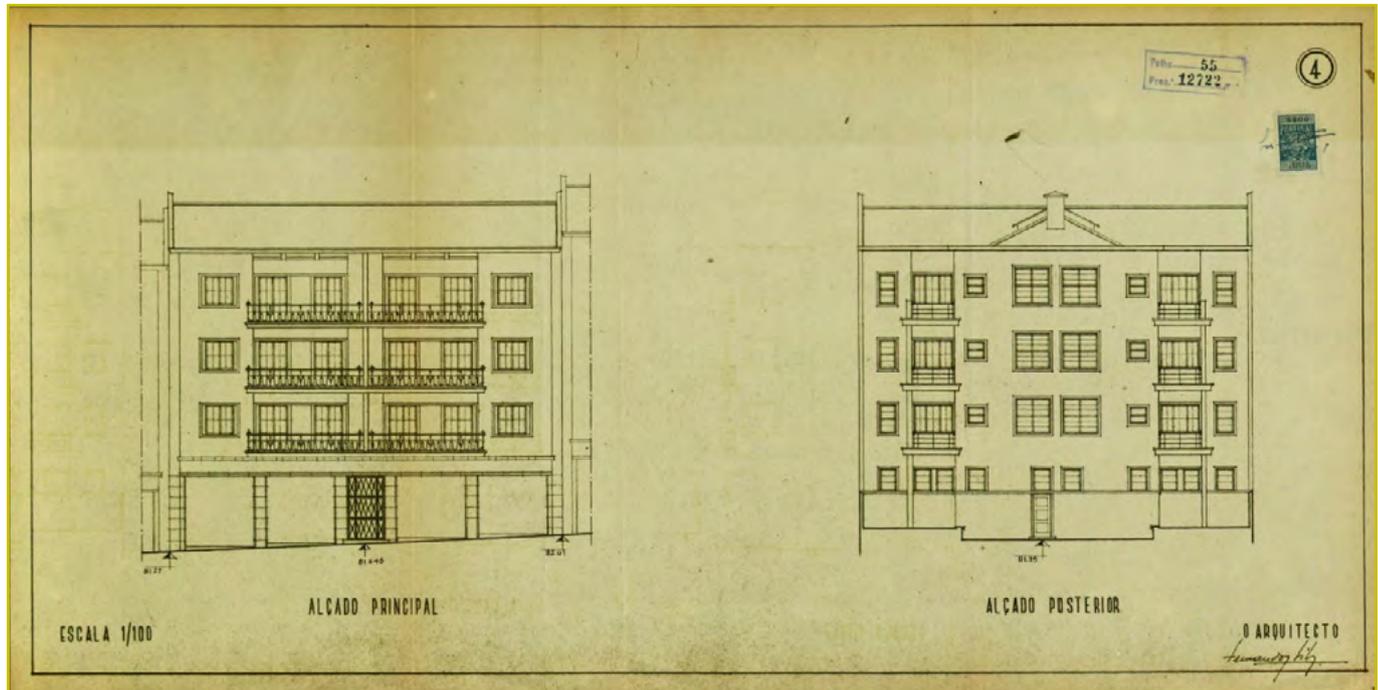


Figura 4 Casa de renda limitada – célula 3, tipo 4, Alçados principal e posterior, AML, *Obra n.º 13300*, Processo n.º 4858/DSC/PG/1949, tomo 1, f. 9.

projetada entre aos anos 30 e 50, pelo arquiteto Cristino da Silva (1896-1976), conjunto descrito como definidor da cidade salazarista⁴⁵.

Os edifícios de casas de renda limitada do bairro de Alvalade impunham necessariamente um estilo menos monumental e, apesar de serem distintos dos prédios de casas de renda económica, torna-se interessante considerar nos princípios que Jacobetty Rosa teve em conta para o desenho das células 1 e 2: procurou-se “o equilíbrio das fachadas, tanto as principais como as posteriores, somente com recurso a formas simples e tanto quanto possível despidas de preocupações de estilo, embora certo ar tradicional fosse imposto pelo programa”⁴⁶.

Na memória descritiva do prédio-tipo da célula 3, discriminam-se os materiais a serem utilizados nas fachadas: a pedra de Lioz de 1ª qualidade para o guarnecimento dos vãos das lojas e das habitações, bem como nos

⁴⁵ ACCIAIUOLI, Margarida – *Casas com escritos: uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015. p. 460.

⁴⁶ ROSA, Miguel Jacobetty – Estudo de casas de renda económica. In *I Congresso Nacional de Arquitectura*, I, Lisboa, 1948 – [Relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso]. Lisboa: Sindicato Nacional de Arquitectura, 1948. p. 276.25.

capamentos das varandas e floreiras; as grades das varandas em ferro forjado com o corrimão em madeira; paramentos, molduras e cimbalhas com acabamento a tinta de óleo; e a porta de entrada também em ferro forjado - sobre o desenho da porta remete-se para um estudo mais pormenorizado⁴⁷.

Por um lado, repara-se como o “ar tradicional” é também procurado na célula 3 e concretizado nomeadamente através dos materiais escolhidos. Por outro lado, a austeridade do programa desenha uma fachada onde predominam linhas verticais e horizontais e as curvas e contracurvas são apenas admitidas no trabalho do ferro forjado. Ao se limitarem ao máximo os elementos decorativos ia-se, por um lado, ao encontro da recusa dos ornamentos defendida pelo movimento moderno e celebrizada no ensaio *Ornamento e Crime* de Adolf Loos, (1908) e, por outro, acentuava-se uma hierarquização do tipo de rendas aplicadas ou a localização dos prédios nos grandes eixos viários - a título de exemplo compare-se a inclusão dos frontões escultóricos nas entradas dos prédios da avenida de Roma.

Relativamente às fachadas posteriores, houve redobrada preocupação em se quebrar a tradicional “fealdade das fachadas posteriores das habitações que tanto comprometem o aspecto de Lisboa” e que apesar de serem nas traseiras de quarteirões fechados acarretavam questões de salubridade e desmazelo tidos como inaceitável⁴⁸. Assim, construíram-se quarteirões amplos onde “o sol e o ar penetram livremente”, densamente arborizados e, no caso das células 1 e 2, atravessados por caminhos pedonais. Apesar disso, não se conseguiram evitar algumas más condições sanitárias principalmente nos pisos térreos⁴⁹ e em 1949 essa preocupação seria tida em conta na urbanização da avenida D. Rodrigo da Cunha.

Referiu-se anteriormente que os edifícios da célula 3 eram compostos apenas por 3 ou 4 pisos e como a solução de quarteirão em ‘U’ fechada aplicada garantiu, através do tradicional quintal das traseiras, a ligação estreita entre espaço habitacional e natureza, um dos princípios transversais à urbanização de Alvalade. Um comentário da minha mãe ilustra a sua perceção sobre a relação entre espaços interior e exterior: “até ao 3º/4º andar, uma mãe consegue chamar o filho da janela, a partir do 5º andar, já é difícil”.

Apesar das preocupações assinaladas, as fachadas posteriores e anteriores continuaram a ter um desenho bastante diferente, o que relembra a obra de R. Venturi, *De l’ambigüité en architecture*, em que se fazem notar como as contradições entre as fachadas anteriores e posteriores denunciam a interação das exigências espaciais interiores e exteriores “- entre les fonctions particulières, privées, et les fonctions générales, publiques”⁵⁰.

⁴⁷ Plano de urbanização da zona a sul da avenida Alferes Malheiro, ob. cit., p. 49.

⁴⁸ A urbanização do sítio de Alvalade, ob. cit., p. 17.

⁴⁹ COSTA, J.P., ob. cit., p. 173.

⁵⁰ VENTURI, Robert - *De l’ambigüité en architecture*. Paris: Dunod, 1971. p. 86.



Figura 5 Marquise - sala de costura da minha avó. Fotografia da autora.

Nas tensões entre interior-externo, anterior-posterior, função-desenho e privado-público, o espaço da varanda transformada em marquise parece-nos merecer atenção especial por refletir estas contradições.

Nas *remodações de 60*, a varanda posterior contínua à sala de jantar foi transformada em marquise. Tal como a varanda da fachada anterior, a varanda das traseiras dos meus avós era utilizada muito esporadicamente em noites quentes de verão ou mais frequentemente para se cuidar das floreiras. Com cerca de 7m², a sua área generosa nas traseiras justificou que este espaço semiprivado fosse transformado em espaço interior e assumir em pleno uma nova função no contexto doméstico. Apesar disso, as oscilações térmicas fazem deste um espaço pouco confortável e a necessidade diária de se correr o reposteiro que separa a marquise da sala de jantar deixa patente como é ténue a linha entre interior-externo.

As janelas estendem-se ao longo de duas paredes em L (4m e 1,5m) tornando este espaço bastante iluminado e, por isso, transformado na zona de trabalho da minha avó. Por sua vez, o vidro martelado garante a privacidade desejada. Voltado para o quintal das traseiras a poente, este é o sítio mais tranquilo da casa e por essa razão procurado pela minha mãe à hora da sesta.

Procurando aumentar as áreas reduzidas das suas casas, mesmo à custa de se pagar a multa inerente a esta obra, a transformação de varandas em marquise alteram as propostas iniciais do projeto (função e desenho), tornam-se elementos que põem em causa a unidade da fachada mas que testemunha a apropriação dos indivíduo ao espaço doméstico, construindo a individualidade de cada casa.

Quando imagino a minha avó a costurar na marquise, vêm-me à memória cenas de interior da pintura holandesa do século XVII. O tema é o mesmo: o interior de uma casa de uma classe social que se afirma; a dona de casa a trabalhar com a luz vinda da janela; a janela enquanto elemento definidor de uma arquitetura que se quer “harmoniosa, confortável e digna” e como Kenneth Clark especulou, uma arquitetura que é fruto de um emergente sistema económico⁵¹.

O quintal das traseiras podia ter sido partilhado pelos inquilinos conforme era regulamentado mas o seu uso foi cedido aos porteiros que o transformaram em horta com um galinheiro. Assim, o quintal foi sempre um sítio inacessível, visto a partir da janela da cozinha. Daí vê-se também, no lado norte do quarteirão, a chaminé da padaria da rua Augusto Palmeirim. Uma chaminé típica de fornos a lenha: vertical, afunilada, escura da cor do tijolo de brique. Durante décadas, o cheiro a pão fresco inundava a cozinha aquando das fornadas de pão da manhã e da tarde. Pelas 6h, a padeira Sra. Maria deixava o pão do pequeno-almoço no saco pendurado à porta de casa e antes do almoço a minha avó ou a Graça iam comprar mais pão para o resto do dia. Entretanto, a padaria deixou de funcionar, mas a chaminé impõe-se na paisagem relembrando que o pão cozido a lenha ainda é um passado recente na vivência urbana da cidade.

DO NASCER AO PÔR-DO-SOL

Para além da padeira, o leiteiro passava pela manhã e, neste caso, os clientes podiam escolher duas modalidades: deixar a garrafa à porta de casa mas pagar mais ou descer até à rua, abastecer-se diretamente da bilha e pagar menos. Posteriormente passou a ter um carrinho de mão mas desapareceu pouco depois quando começaram a abrir leitarias, como a Leitaria Minerva, que ficava no prédio dos meus avós.

A minha avó saía por volta das 8h para ir ao mercado. O mercado definitivo inaugurou em 1964, sendo que até então todos os dias se montava o mercado de levante na praça em frente ao edifício que se construía. O mercado de levante oferecia de tudo, exceto carne, que era vendida nos talhos do bairro.

Apesar de a minha avó ser excelente cozinheira, normalmente só cozinhava quando havia algo especial: biscoitos em S aos fins-de-semana, filhoses no natal ou bolos em miniatura para os aniversários dos filhos.

⁵¹ CLARK, Kenneth – *Civilização*. São Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1980. p. 217.



Figura 6 Mercado de Levante inaugurado no bairro de Alvalade (1949-07-01). AML, J.C. Alvarez, PT/AMLSB/AVZ/000060.

Os trabalhos matinais incluíam lavar a roupa à mão no tanque. As segundas-feiras eram o dia da roupa branca: aquecia-se a água em barreiras (panela de 20 litros de água) e uma vez fervida, vertia-se para o tanque; migava-se o sabão e esfregava-se a roupa. O meu padrinho, que cresceu também no bairro de Alvalade, recorda como era intenso o cheiro da roupa lavada quando se passava pelas traseiras dos prédios.

O meu avô vinha almoçar a casa praticamente todos os dias. O almoço tinha de estar invariavelmente pronto às 13h. A minha avó ocupava-se a costurar roupas para a família. A minha avó fazia de tudo, desde casacos e fatos, a camisolas de lã. Ao domingo, o almoço era acompanhado pelo programa da rádio *Parada da paródia* do Patilhas e Ventoinha.

Nos dias de semana, o jornaleiro passava pelas 15h e entregava o vespertino *Diário Popular*. ‘Entregar’ não é propriamente o termo, pois conforme subia a rua, o jornaleiro atirava o jornal para as varandas dos assinantes. O jornal embatia na janela do quarto da minha mãe e caía no chão da varanda. A minha mãe recorda o som do jornal a embater na janela "(...) janela após janela, após janela (...)".

Nas tardes livres a minha avó ia com os filhos e os vizinhos passear até ao jardim do Campo Grande. Quando os meus tios ficaram mais velhos, encontravam os amigos no café ou a jogar à bola por todos os descampados existentes antes de se darem as construções. Conforme desapareciam os espaços vazios, passaram a alugar o campo de futsal na FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1959). Outro local de encontro era a esplanada do aeroporto de onde se viam os aviões a aterrar: 3 - era o número máximo de aviões que aterravam numa tarde dos anos 60.

Ao contrário dos meus tios, a minha mãe passou muito tempo da sua infância e juventude em casa, a estudar e a tocar piano, em casa de amigas, a brincar ou a ter aulas de desenho. Na juventude, as idas ao cinema eram importantes momentos de saída da rotina caseira e a programação do cinema Quarteto (1975 - primeiro multiplex do país) alargava as possibilidades de saída.

Depois do jantar, o serão podia ser passado a ouvir teatro na rádio e, sempre que o clima assim o permitisse, o meu avô gostava de fazer caminhadas, com um ou outro amigo, indo frequentemente até à praça de Espanha. A primeira televisão do prédio foi adquirida pela família Santos, por volta de 1960. As famílias dos três amigos - Santos, Marques e Lopes - sentavam-se no 2º direito, em cadeirinhas alinhadas em frente à televisão para ver o programa que terminava às 22h; altura em que se ia para a cama e se colocava o saco do pão na porta de entrada, verificando se no interior estava o papelinho com o pedido de carcaças para a manhã seguinte.

CICLO «TRABALHAR-DESCANSAR»

De entre os três ciclos considerados no projeto, debruçamo-nos sobre o ciclo «trabalhar-descansar». A propósito dos espaços de trabalho, reparámos como o espaço de trabalho do meu avô estava resumido a uma escrivaninha; enquanto que, para a minha avó se transformou a varanda na sua sala de costura.

Porém, a casa enquanto local e objeto de trabalho em si, está intimamente associado, no caso desta família, à existência de uma criada interna: a Graça. De entre a lista de trabalhos da manutenção da casa, encontravam-se as grandes limpezas anuais feitas depois do Verão quando se regressava a Lisboa. Tirava-se tudo dos armários para se arejar, limpavam-se aqueles objetos que nunca eram usados, como o serviço de loiça para convidados especiais, e lavavam-se as paredes, na época pintadas a tinta de óleo.

Antes de se ter comprado uma enceradora elétrica, encerar o chão era outra tarefa exigente fisicamente e, conforme a utilização das divisões, requeria uma regularidade quinzenal ou mensal: remove-se a cera antiga



Figura 7 Soalho em madeira.
Fotografia da autora.

com palha-de-aço, limpa-se o chão com um pano húmido e aplica-se a cera com um pano macio; depois de o piso estar seco, esfrega-se com força o chão com uma flanela para ficar bem polido. No início da década de 70, o chão foi alcatifado para se evitar o trabalho de encerar e as paredes foram pintadas a tinta de água deixando de se poder lavar.

A propósito das relações entre a casa, a Graça e a da minha avó, é interessante reparar que apesar de terem parâmetros distintos, as fronteiras entre o trabalho e a família são ténues e exemplos do tipo de contradições que motivaram mudanças no seio familiar em meados do século XX⁵². Em comum têm o facto de o seu local de trabalho ser o mesmo que o seu espaço doméstico. No caso específico da Graça, será que questionou a falta de privacidade do seu ofício mas nunca chegou a reivindicar o seu estatuto de criada como acontecia na época?⁵³.

⁵² SINGLY, F., ob. cit.

⁵³ ACCIAIUOLI, M., ob. cit., p. 608-610.



Figura 8 “A Dama e o Unicórnio”, pormenor da tapeçaria meio ponto bordada pela minha avó. Fotografia da autora.

No caso da minha avó, como é que assimilou as suas próprias contradições: por um lado, defendia convictamente a igualdade entre géneros e fez questão de que a sua filha tirasse um curso superior; por outro, o seu papel estava associado à de esposa, mãe – responsável pela educação dos filhos - e dona de casa – sem independência financeira, partilhava tarefas com a Graça e confeccionava o vestuário para a família. Será que as identidades individuais de ambas eram uma questão ou viveram pacientes mas conscientes da transição de modelos que se operavam na sociedade - entre um sentimento de comunidade familiar assente nas relações intrafamiliares que se circunscrevem ao círculo doméstico, e o fortalecimento do indivíduo que se liberta numa sociedade transformada pela urbanização e o crescimento dos meios de comunicação⁵⁴?

Debruçando-nos agora sobre o «descansar» e reparamos que no caso da minha avó está intimamente associado ao *decorar a casa*. Os objetos decorativos da casa dos meus avós foram praticamente todos feitos nos tempos livres da minha avó e, mais uma vez, a marquise era o local ideal. De entre os objetos contam-se: o espelho do vestíbulo com moldura em estanho trabalhado, os pratos pintados à mão que estão pendurados por cima do aparador da sala de jantar, a mesinha em vidro pintado que se encontra no centro da sala de estar, as molduras

⁵⁴ SINGLY, F., ob. cit., p. 15.

com as fotografias dos filhos, os nichos para os santos, as caixas em laca para guardar as joias, as mísulas em madeira para sustentar pequenas estatuetas (...). Na época do natal, a minha avó guiava-se pelas revistas de decoração e criava enfeites para pendurar nas paredes ou compor os centros de mesa.

Às vezes, depois do jantar, se ficasse muito tempo sentada à mesa a minha avó pegava nos restos de miolo de pão e começava a fazer pétalas e caules de flor. O “descansar” da minha avó era uma meditação manual constante. De entre todos os seus trabalhos, destaca-se a tapeçaria a meio ponto com a cena “A dama e o unicórnio”. Mede 1,10m x 1,65m e a minha avó levou cerca de 3 anos a completá-la.

Quando nos anos 2000, a minha avó pendurou a tapeçaria na recentemente transformada sala de estar e considerou que a sala estava finalmente terminada. É claro que, parte do ritual de *mostrar a casa* a um convidado que venha pela primeira vez, passa por lhe mostrar os objetos feitos pela minha avó.

EPÍLOGO: ENTRE A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO E A IDENTIDADE DA CASA

Chegados a este ponto, propõe-se uma abordagem final à luz das noções de ‘apropriação do espaço doméstico’ e de ‘identidade da casa’. Esta abordagem segue a reflexão de Avelino Oliveira⁵⁵ que, por sua vez, remete para a obra de diferentes autores. Levando em consideração os aspetos que têm sido expostos, compreende-se a definição da ‘apropriação de espaço doméstico’, baseada na classificação de *habitat interior* proposta por Alberto Eiger, “como sendo a ideia de uma representação global de *habitat* que inclui o mobiliário, os objectos e também a distribuição dos membros da família e as suas localizações no espaço habitável”⁵⁶. Nesta linha de pensamento, Kimberly Dovey defende que “a casa representa uma experiência completa de interiorização desenvolvida no espaço e ao longo do tempo”. Para estes autores, o *habitat interior* representa tanto o lado material, na sua dimensão espacial e técnica, como a parte imaginária que representa “a história comum” e na qual atuam “valores de ordem imaterial, como o desejo, a vontade, a memória e o tempo”⁵⁷. A. Oliveira acrescenta o conceito de *eu-casa*, relacionando-o com a noção de conforto, que entende numa perspetiva identitária e diacrónica, em que o indivíduo se apropria dos espaços onde mais gosta de desempenhar uma atividade que lhe traga prazer, como por exemplo “o canto da sala onde gostamos de ler um livro”⁵⁸.

Paralelamente, a noção de “identidade da casa” considera a casa enquanto elemento ativo na vida do seu habitante e dotado de identidade própria. Citando João Pina Cabral a casa, “mais do que uma estrutura física, é uma entidade moral, social e espiritual que tem atributos independentes dos seus habitantes”⁵⁹. Este conceito leva-nos a ter em

⁵⁵ OLIVEIRA, A., ob. cit., p. 211.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 213.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 211.



Figura 9 Almoço de família, c. 1970. Fotografia da autora.

conta considerações dos meus tios e da minha mãe ainda não mencionadas: a casa é por eles descrita enquanto local de convívio procurado pelos parentes e espaço agregador onde se reforçavam os laços com a família mais alargada. Isso deve-se ao facto de os meus avós terem ajudado tanto os familiares que se encontravam em Lisboa, como os que viviam na aldeia no concelho de Tomar e os que tinham emigrado. Ofereceram por exemplo a viagem ao tio António, emigrado no Brasil, para que pudesse vir de férias a Portugal. Esse momento ficou registado na fotografia aqui presente, na qual a família pousa ao redor da mesa da sala de jantar.

Outras celebrações foram comemoradas nesta mesa, como os copos-de-água de casamentos de sobrinhos ou almoços de batizados.

Atualmente a casa dos meus avós atravessa um momento de transição entre gerações e a sua identidade será necessariamente reajustada. “[...] Lugar onde se desenrolam as nossas vidas, que nos serve de referência e que se



Figura 10 Inauguração do monumento a Santo António, escultor António Duarte, 1972.

AML, João Brito Geraldes, PT/AMLSB/JBG/S01759.

esvazia após a nossa morte”⁶⁰, esta casa esvazia-se mas a sua vida não se encerra. Quiseram os filhos comprá-la após a morte da minha avó, provavelmente sem reparar que a identidade da própria casa já tinha começado a transformar-se uns anos antes: a *casa dos meus avós*, começou a deixar de o ser quando o mobiliário do quarto dos meus avós teve de ser espalhado pelas outras divisões devido aos cuidados próprios da sua velhice.

Herdamos a casa e herdamos a responsabilidade de continuar a usá-la enquanto elemento agregador da nossa vida familiar mas também de lhe dar uma nova identidade. Uma identidade que será naturalmente o reflexo das

⁶⁰ACCIAOULI, M., ob. cit., contracapa.

transformações dos sistemas familiares que se enunciam em novas relações conjugais, parentais e laborais; uma casa equipada com tecnologia e mobiliário que segue as novas tendências e o gosto da geração que a habitará; uma casa transformada com a remodelação de espaços que se adaptam a interpretações contemporâneas de privado e público; uma casa que será interiorizada como espaço de sonhos, de novos projetos de vida.

A capacidade de adaptação de uma casa está intimamente relacionada pela sua envolvente e como conclusão parece-nos relevante alargar a discussão à escala urbana. Observa-se atualmente uma regeneração do bairro de Alvalade, sendo que a primeira geração de inquilinos está a ser substituída por uma nova geração. A célula 3, por exemplo, continua a ter um comércio ativo e com capacidade de adaptação às necessidades de consumo contemporâneas. Passados quase 70 anos desde a sua conceção, seria pertinente fazer uma análise transdisciplinar deste bairro para que se analisassem as dinâmicas contemporâneas. Ficam algumas pistas de investigação: Quem são os novos habitantes que procuram o bairro? Quais são as características mais valorizadas no bairro por quem o procura? As escolas e os parques urbanos continuam a ser unidades de vizinhança? Quais as dinâmicas geradas por equipamentos recentes, como a biblioteca dos Coruchéus? De que maneira tudo isto é testemunho da qualidade do projeto urbanístico inicial? E quais são os objetos que, na memória coletiva dos seus habitantes, simbolizam este bairro?

Um desses símbolos de Alvalade, a praça de Santo António, foi inaugurado em 1972, marcando o término da construção do bairro⁶¹. No entanto, a vida dos seus habitantes fez com que, na realidade, continuasse a ser um bairro em constante transformação.

⁶¹ TOSTÕES, Ana Cristina – O bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 522.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Igreja São João de Brito: fachada principal (1959), Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/I00346.

Inauguração do monumento a Santo António: escultor António Duarte (1972), João Brito Geraldès, PT/AMLSB/JBG/S01759.

Mercado de levante inaugurado no bairro de Alvalade (1949-07-01), J. C. Alvarez, PT/AMLSB/AVZ/000060.

[*Terrenos da zona artesanal do Bairro de Alvalade junto ao mercado*], PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0787.

Obra nº 13300, Processo n.º 4858/DSC/PG/1949, tomo 1, f. 5 e 9.

Obra nº 13300, Processo n.º 12722/DAG/PG/1948, tomo 1, f. 43-51.

Obra nº 14706, Processo n.º 1430/DAG/PG/1949, f. 4-5.

BIBLIOGRAFIA

ACCIAIUOLI, Margarida – *Casas com escritos: uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2015.

ANDRÉ, Paula - *Viagens e construções experimentais: investigação e inovação na cidade* [Em linha]. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL, 2012. Trabalho apresentado em Segundas Jornadas de Investigação e Inovação: Cidades e Desenvolvimento, Lisboa, 2012. p.1-12. [Consult. 30.12.2015]. Disponível na Internet: http://jornadas2012.lnec.pt/site_2_Cidades_e_Developolvimento/RESUMOS/T3_ANDRE_r054.pdf.

CLARK, Kenneth – *Civilização*. São Paulo: Martins Fontes; Editora Universidade de Brasília, 1980.

COSTA, João Pedro – *Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português*. 4ª ed. Lisboa: Livros do Horizonte, 2010.

FERNANDES, José Manuel; PEREIRA, Nuno Teotónio - A arquitetura do fascismo em Portugal. *Arquitetura Portuguesa*. Lisboa: [s.n.]. N.º 142 (1981), p. 38-49.

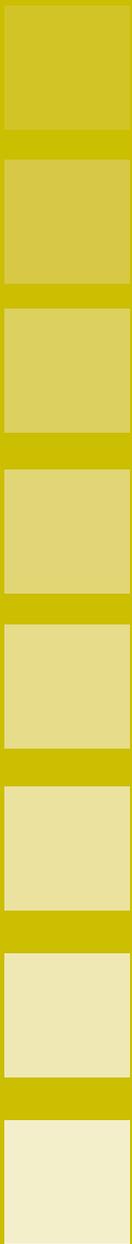
LISBOA. Câmara Municipal- *A urbanização do sítio de Alvalade*. Lisboa: Câmara Municipal, 1948.

LISBOA. Câmara Municipal - Grandes problemas de Lisboa: a construção de casas de renda económica. *Revista Municipal* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal. N.º 26 (1945), p. 33-50 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_item1/P37.html.

LOBATO, Luís Guimarães - A experiência de Alvalade. *Técnica: Revista de Engenharia* [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. N.º 209-210 (1951), p. 329-340 [Consult. 28.12.2015]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ExposicoesVirtuais/Alvalade/bairroConstrucao/Tecnica_revistadeEngenharia_N209-210_Fev-Mar1951_p329-340.PDF.

- LOBATO, Luís Guimarães - *O problema da habitação em Lisboa: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. Comunicação apresentada no II Congresso das Capitais, Lisboa, 1950.
- OLIVEIRA, Avelino - *A casa compreensiva: um percurso sobre a concepção arquitetónica das tipologias de habitação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015.
- PEREIRA, Nuno Teotónio - A arquitetura de regime: 1938-1948. In BECKER, Annette [et al.] - *Arquitectura do século XX: Portugal*. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998. p. 33-39.
- PEREIRA, Sandra Marques - Cenários do quotidiano doméstico: modos de habitar. In MATTOSO, José, dir. [et al.] - *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*. Maia: Temas e Debates, 2011. p. 16-47.
- ROSA, Miguel Jacobetty - Estudo de casas de renda económica. In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA, 1, Lisboa, 1948 - [Relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso]. Lisboa: Sindicato Nacional de Arquitectura, 1948. p. 276.25.
- SALAZAR, António de Oliveira [et al.] - Uma época em palavras e imagens: extratos. *Arquitectura*. Lisboa: [s.n.]. Nº 142 (1981), p. 50.
- SINGLY, François - *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.
- TEIXEIRA, Manuel - As estratégias de habitação em Portugal: 1880-1940. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXVIII, Nº 115 (1992), p. 65-89.
- TOSTÕES, Ana Cristina - Arquitectura portuguesa do século XX. In PEREIRA, Paulo, dir. - *História da arte portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol. 3, p. 507-547.
- TOSTÕES, Ana Cristina - O bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva, coord. - *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 519-522.
- VENTURI, Robert - *De l'ambigüité en architecture*. Paris: Dunod, 1971.





Normas

Os Cadernos do Arquivo Municipal são uma revista científica de periodicidade semestral, com artigos sujeitos a avaliação por uma Comissão Externa de Avaliadores. Seguem uma política de livre acesso, permitindo a leitura, cópia, distribuição, impressão, pesquisa e ligação para o texto integral dos seus artigos.

Com esta publicação pretende-se reforçar o papel do Arquivo Municipal de Lisboa junto da comunidade científica através da divulgação de estudos académicos, projetos de investigação e fontes de pesquisa que tenham por base o seu acervo documental.

Organização Técnica da Publicação

Os Cadernos do Arquivo Municipal têm como diretor o responsável pelo Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa ou quem detenha as competências que lhe são atribuídas. É da sua responsabilidade garantir a publicação da revista de acordo com a periodicidade pré-estabelecida, assim como o cumprimento das normas determinadas para os Cadernos. O diretor delega no Conselho Editorial da revista a função executiva inerente à edição da publicação.

O Conselho Editorial é o responsável pela política editorial da publicação e é constituído no mínimo por quatro elementos que pertencem ao Arquivo Municipal, escolhidos pelo diretor, podendo ser alargado a outros membros externos à instituição. Os elementos do Conselho Editorial devem possuir o título de mestre ou doutor.

Como órgão de natureza consultiva, conferindo acreditação científica à publicação, o Conselho Científico dos Cadernos é constituído por investigadores doutorados, de reconhecido mérito e com elevada experiência em publicações científicas, convidados pela direção do Arquivo Municipal de Lisboa. Aos seus membros compete validar a política editorial dos Cadernos, avaliando a escolha do coordenador científico, do tema e das linhas orientadoras de cada número; propor autores e revisores; sugerir coordenadores científicos e temas a estudar; e promover a divulgação da publicação.

Para cada número é convidado um Coordenador Científico, a quem compete definir a temática e as linhas orientadoras da publicação, convidar autores para a apresentação de artigos científicos, propor ao Conselho Editorial novos avaliadores e

proceder à apreciação e seleção prévia dos artigos recebidos por candidatura espontânea.

Todos os artigos passam por um processo de revisão anónima efetuado pelo menos por dois membros da Comissão Externa de Avaliadores. Este órgão é constituído por um painel de investigadores de reconhecido mérito, de diversas áreas científicas, provenientes de instituições nacionais e estrangeiras. Compete aos seus membros proceder à revisão e validação dos artigos propostos para publicação, apontar alterações e sugestões de melhoria e garantir a qualidade dos artigos publicados. Os revisores não têm acesso a qualquer informação que identifique os autores, sendo todos os contactos assegurados pelo Conselho Editorial. Poderão ser convidados novos investigadores a integrar a comissão se a especificidade temática dos artigos propostos para publicação assim o exigir. Aos revisores é facultada uma ficha onde registam os seus comentários e sugestões (ver anexo).

Normas de redação e instruções aos autores

Os artigos propostos para publicação são submetidos a um processo editorial que se desenvolve em várias fases, sendo esta submissão e respetivos procedimentos gratuitos. Em primeiro lugar, os artigos recebidos são objeto de uma avaliação preliminar por parte dos membros do Conselho Editorial e do Coordenador Científico responsável por cada número da revista. Uma vez estabelecido que o artigo cumpre os requisitos formais e os temáticos, são enviados a dois revisores externos que determinarão de forma anónima: a) publicar sem alterações, b) publicar depois de se terem cumprido correções menores, c) publicar se for efetuada

uma revisão de fundo, ou d) recusar. Em caso de discrepância entre as duas revisões, o artigo será enviado a um terceiro revisor, cuja decisão determinará a sua publicação ou não. O resultado do processo de arbitragem será inapelável em todos os casos.

Os artigos que se proponham para publicação nos Cadernos do Arquivo Municipal deverão ser originais, inéditos e não estar simultaneamente propostos para integrar outra revista (ver declaração de autorização para publicação). A ocorrência de plágio implica a exclusão imediata.

Os artigos podem incluir temas diversificados, devendo a documentação à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa contribuir para a fundamentação da argumentação científica.

Os artigos podem ser redigidos em português, segundo o novo acordo ortográfico, em espanhol, francês ou inglês.

Os artigos devem ser apresentados em formato digital, com tamanho A4 e datilografados em ficheiro Word, com tipo de letra Times New Roman, número 12 e espaço 1,5 entre linhas.

O artigo deve incluir: a) título e subtítulo (se aplicável), em português e inglês; b) nome completo do autor, sem abreviaturas; c) notas curriculares do autor (máximo 80 palavras) e endereço eletrónico; d) resumo com o máximo de 150 palavras, em português e inglês; e) até 5 palavras-chave que caracterizem o conteúdo do artigo, em português e inglês; f) texto no máximo com 25 páginas (cerca de 40000 caracteres); g) índice de todas as ilustrações (imagens, tabelas, etc.) numeradas sequencialmente, com legenda associada, e menção ao seu local exato a inserir no texto; h) citações e referências a autores em notas de pé de página, que, como outras notas, deverão ser reduzidas em número e dimensão; i) citações de documentos ou textos até três linhas no corpo do texto, entre aspas; j) citações com mais de três linhas em parágrafo próprio, destacado do corpo do texto, em tamanho 11 e com recuo de 1,25 cm à esquerda, sem aspas e a espaço simples; k) bibliografia no final do texto, organizada de acordo com a Norma Portuguesa (NP

405-1, 2, 3 e 4), mencionando todos os autores citados ao longo do texto (ver em anexo exemplos); l) no caso de serem introduzidas citações de documentos históricos, as transcrições paleográficas devem seguir as normas definidas pelo Arquivo Municipal de Lisboa (ver anexo).

Os artigos devem ter no máximo 10 imagens, podendo este número ser alterado pelo Conselho Editorial, sempre que se justifique.

As imagens provenientes do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa podem ser utilizadas conforme disponíveis no *website*. No momento da preparação da edição as imagens serão substituídas por outras de melhor resolução.

As imagens que não pertencem ao acervo do Arquivo Municipal de Lisboa deverão ser entregues em formato digital JPEG ou TIF, com uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão igual à largura da mancha (12,4 cm).

Os direitos sobre as imagens que não sejam reproduções relativas ao acervo do Arquivo são da exclusiva responsabilidade dos autores. As imagens somente serão publicadas mediante o envio do comprovativo para o Conselho Editorial da autorização de publicação.

A revista Cadernos do Arquivo Municipal requer que os autores concedam a propriedade dos direitos de autor, para que os seus artigos sejam reproduzidos, publicados, editados e transmitidos publicamente em qualquer plataforma ou meio. A aceitação de um artigo supõe a transmissão dos direitos de publicação do autor para o editor da Revista (ver anexo).

ANEXOS

Resumo das normas para elaboração de referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com a Norma Portuguesa 405-1, 2, 3 e 4. Apresentam-se alguns exemplos relativos às situações mais comuns. Para outras referências deverá ser consultada a respetiva norma.

Monografias

APELIDO, Nome – *Título*. Edição. Local da publicação: Editor, Ano de publicação. Volumes.

Ex.: SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1939-1941. 3 vol.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga: bairros orientais*. 4ª ed. Lisboa: Sociedade Tipográfica, 1981.

Contribuições em monografias / atas de congressos

APELIDO, Nome – Título da parte ou do volume. In APELIDO, nome(do autor , coordenador ou diretor do livro) – *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Localização no livro (p.).

Ex.: CAETANO, Joaquim - O Aqueduto das Águas Livres. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 293-312.

Artigos em publicações em série (revistas, jornais)

APELIDO, Nome – Título do artigo. *Título da publicação*. Local de publicação: Editor. Volume (vol.) Número (Nº) Ano de publicação (algarismos entre parêntesis), Localização na publicação (p.).

Ex.: GIULIANO, Frédéric – La référence en archives au XXI siècle: l'impact du numérique sur le travail de référencier: état des lieux. *Archives*. Québec: Association des Archivistes. Vol. 43 Nº 1 (2011-2012), p. 3-18.

FERREIRA, Rosa Trindade – Quinta das Conchas. *Olisipo: boletim do grupo "Amigos de Lisboa"*. Lisboa: [s.n.]. II Série Nº 26 (2007), p. 78-91.

Teses, dissertações e outras provas académicas

APELIDO, Nome – *Título*. Local: Editor, Ano. Nota suplementar (Tese de) .

Ex.: LEAL, Joana Cunha – *Arquitectura privada: política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de doutoramento em História da Arte, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

Documentos eletrónicos (monografias, bases de dados)

APELIDO, Nome – *Título* [Em linha]. Local da edição: Editor, Ano de publicação [Consult. Data da Consulta]. Disponível na Internet: <URL: Endereço do acesso>.

Ex.: BRAGA, Joana - *Instrumentos de descrição dos fundos e colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* [Em linha]. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2013 [Consult. 22.11.2013]. Disponível na Internet: <http://antt.dgarq.gov.pt/files/2010/08/ID-2013-vfinal.pdf>.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional – *Porbase* [Em linha]. Lisboa: BNP, 1988- . [Consult. 10.02.2012]. Disponível na Internet: <http://porbase.bnportugal.pt/>.

Artigos em publicações eletrónicas

APELIDO, Nome – Título. *Título da publicação em série* [Em linha]. Volume, Número (ano), Páginas. [Consult. Data da Consulta]. Disponível na Internet: Endereço do acesso.

Ex.: SANTOS, Vera - Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre. *Medievalista on-line* [Em linha]. 14 (julho-dezembro 2013), p. 1-37. [Consult. 04.12.2012]. Disponível na Internet: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/santos1405.html>

Gravuras / Imagens

APELIDO, Nome – *Título*. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Designação específica: outras indicações físicas; dimensões e extensão do material.

Ex.: NEGREIROS, Almada – *Nós queremos um estado forte*. [Lisboa: s.n, 1933]. 1 cartaz: color.; 117x91 cm.

Manuscritos

Instituição, Fundo ou coleção, *título do livro ou documento*, localização no livro (f.).

Ex.: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *D. João V*, Livro 115, f. 36.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício - Inquisição de Lisboa, *Processo de José Ferreira*, proc. 314.

Documentação do Arquivo Municipal de Lisboa: exemplos

Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 3^o de assentos do Senado*, f. 5-5v.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Obra n^o 32052*, Processo 5767/1^aREP/PG/1904, f. 2.

Arquivo Municipal de Lisboa, Eduardo Portugal, *Comemorações do Duplo Centenário - Exposição do Mundo Português*, PT/AMLSB/EDP/001560.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Parque da Liberdade: plano geral*, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/497.

Citações seguintes: AML,

Citações em nota:

1 APELIDO, Nome – *Título* (restantes elementos apresentados como nas referências bibliográficas)

Resumo das normas de transcrição paleográfica

Para a transcrição deverão ser seguidas, de um modo geral, as normas propostas por Eduardo Borges Nunes (*Álbum*

de Paleografia Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, s.d.):

- Transcrever de seguida, respeitando a disposição original (títulos e parágrafos), com indicação de mudança de fólio.
Ex: [f. 222];
- Respeito absoluto pela ortografia original do texto, mantendo maiúsculas e minúsculas, mas separando as palavras que estiverem no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem separadas;
- Conservar sem alteração o uso de u/v e i/j, nas letras simples, dobradas, etc.;
- Manter os antropónimos (apelativo + patronímico + apelido) incluindo Nomini Sacra e os topónimos;
- Manter os sinais diacríticos com significado fonético (acentos, cedilhas do ç e e), mas não aos meramente gráficos;
- Manter a pontuação original, bem como a grafia e disposição das letras numerais, exceto o b que passa a v.;
- As abreviaturas resolvem-se tendo em conta a forma extensa usada pelo escriba, ou de uso na época, respeitando as variantes, no caso de mais do que uma forma extensa. As abreviaturas resolvem-se, com a indicação dos elementos ausentes a itálico. As abreviaturas de nasal resolvem-se em “m” ou “n”, consoante a forma extensa, segundo o caso e a época. Nos ditongos e nas vogais antes de vogal de outra sílaba utiliza-se o til;
- As vogais geminadas monossilábicas tratam-se como vogais simples, levando o “m” ou o “n” e o til em ditongos;
- Separação simples de palavras ligadas entre si por crase ou elisão, sem uso de apóstrofo nem hífen;
- Acidentes de texto: omissão do autor/adicação do editor:

<...>; erro do autor corrigido: em nota de rodapé; erro do autor não corrigido: [sic] e correção do editor em nota de rodapé; adições heterógrafas: transcrever em nota de rodapé; adições autógrafas na entrelinha: acrescentar entre <>; adições autógrafas na margem: tratar como as adições heterógrafas, mencionando por exemplo nota marginal à esquerda ou à direita ou à margem esquerda ou à margem direita; repetição não cancelada: eliminar e indicar em nota de rodapé; lacuna de suporte: resolvida [nnn] e não resolvida [...] ou (†); dúvida de leitura: ... (?).

Modelo de declaração de autorização para publicação

DECLARAÇÃO

Autor:

Título do artigo:

Autorizo a publicação do artigo acima mencionado nos Cadernos do Arquivo Municipal; confirmo a originalidade do mesmo e que não foi proposto para publicação em qualquer outra edição.

Local

Data

Assinatura

Ficha de avaliação dos artigos submetidos

FICHA DE REVISOR

Dados da proposta

Título:

Número:

Nome (do revisor):

Avaliação

a) Originalidade do tema

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

b) Relevância do tema

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

c) Coerência do tema

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

d) Profundidade do tema

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

e) Adequação do título, resumo, introdução e conclusões

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

f) Lógica da argumentação

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

g) Adequação dos métodos de investigação

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

h) Adequação da análise e interpretação de fontes

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

i) Rigor na análise e interpretação de fontes

Insuficiente Suficiente Bom Muito Bom

Para mais informações relativas à política editorial desta publicação deverá ser consultado o regulamento em http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/regulamento_editorial.pdf



Alterações propostas (obrigatórias)

Alterações propostas (secundárias)

Observações pertinentes

Apreciação Final

(a disponibilizar ao autor)

O texto pode ser publicado como foi apresentado

O texto pode ser publicado com pequenas correções

O texto pode ser publicado com consideráveis correções

O texto não deve ser publicado

Correções necessárias

Cadernos do Arquivo Municipal
 Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa
 Telefone: 213 807 100
 E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Da Representação do Mundo: as Exposições Internacionais e a Expo'98

Of World Representation: International Exhibitions and the Expo'98

Nuno Gomes Martins*

1. GRANDES EXPOSIÇÕES: GENEALOGIAS

Pode-se dizer sem presunção, que um evento como esta Exposição não poderia ocorrer em qualquer período anterior, e talvez não entre quaisquer outros povos que nós mesmos. A amigável confiança depositada por outras nações nas nossas instituições; a perfeita segurança sobre a propriedade; a liberdade de comércio, e a facilidade de transporte, que a Inglaterra preeminentemente possui, tudo pode ser convocado como causas operadas no estabelecimento da Exposição em Londres. A Grã-Bretanha oferece um convite hospitaleiro a todas as nações do mundo, para coletar e exibir os frutos da excelência da sua indústria na sua Capital; e o convite é livremente aceite por todos os povos civilizados, porque o interesse de ambos hóspede e anfitrião é sentido como recíproco¹.

* ICS – Instituto de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa; Portugal.

DAM – Divisão do Arquivo Municipal, Departamento de Património Cultural, Direção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, Portugal.

Doutor em Ciências Sociais, especialidade Sociologia Histórica pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a tese *Império e Imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*. Licenciado em História Moderna e Contemporânea, e pós-graduação em História Moderna e Contemporânea, vertente Cidades e Património, pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Privilegia as áreas de estudo da História Cultural e das Ideias em articulação com a História Política e Social, nos contextos da expansão portuguesa e dos impérios da época Moderna, cruzando abordagens multidisciplinares com os campos da Sociologia e da Antropologia.

Correio eletrónico: nuno.martins@cm-lisboa.pt

¹ COLE, Henry – Introduction. In GREAT EXHIBITION, London, 1851 - *Official descriptive and illustrated catalogue of the great exhibition of the works of industry of all nations*. London: Spicer Brothers, [1851]. vol. I, p. 1 (tradução do autor).

O longo parágrafo acima pertence à introdução ao primeiro de três volumes do catálogo oficial dedicado ao Reino Unido, suas colónias e restantes países participantes na *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations*, realizada em Londres em 1851². O autor destas linhas, Henry Cole³, era membro da *Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce* e havia aceite o desafio de liderar a comissão organizadora da exposição, sob convite do príncipe Alberto e com o apoio da rainha Vitória.

As palavras de Cole espelhavam a posição geopolítica que o Reino Unido e o seu vasto império detinham em meados do século XIX. Para um culto e sagaz empreendedor inglês, a prosa encomiástica e propagandística era a natural reverberação da superioridade económica, tecnológica, política e militar que o Reino Unido exercia num mundo em acelerada transformação. Segundo Eric Hobsbawm, «só uma economia, a britânica, estava efectivamente industrializada em 1848; e, conseqüentemente, dominava o mundo»⁴.

Apenas três anos após a vaga de revoluções que atravessou a Europa e corroe os alicerces do Antigo Regime⁵, organizou-se a *Great Exhibition* de Londres, realização de fôlego e alcance vindouros. Embora a exposição promovesse a crença no progresso tecnológico como garantia para o desenvolvimento e conserto das nações, a senda para o positivismo *fin de siècle* também se fundou no reconhecimento do sucesso do Reino Unido como indicador do caminho desejável por todos os outros Estados-Nação⁶.

Por isso mesmo, para além do impacto político, a *Great Exhibition* deu visibilidade ao efeito económico europeu e norte-americano, ajudando a consolidar a imagem de progresso. Em meados do século XIX, «as forças de transformação económica, técnica e social libertadas no meio século que ficava para trás não tinham precedentes e eram, mesmo para o observador mais superficial, irresistíveis»⁷.

² Os três volumes dedicados à Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações refletem o destaque óbvio do Reino Unido como organizador e anfitrião (1º e 2º volumes), suas colónias (28 territórios no 2º volume), por contraponto aos restantes participantes (3º volume). No 1º volume encontram-se elencadas as matérias-primas e no 2º volume os produtos resultantes das atividades transformadoras, manufaturas e peças dos ofícios artesanais e artísticos. O 3º volume apresenta uma descrição e caracterização dos recursos e produções de cada um dos 34 Estados participantes na exposição, excetuando o Reino Unido.

³ Henry Cole (1808-1882), pioneiro da reforma postal britânica, idealizou o selo de valor único para o envio de correspondência simples, o qual teve como primeira efigie a imagem da rainha Vitória (1840), e concebeu a comercialização do primeiro postal padronizado de motivo natalício emitido pelos serviços postais (1843). Foi um proeminente e influente editor e autor. Fundador e diretor do South Kensington Museum, mais tarde Victoria & Albert Museum, recebeu o título honorífico de Sir por indicação pessoal da rainha Vitória (1875).

⁴ HOBBSAWM, Eric J. – *A era das revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 172.

⁵ A revolução que eclodiu nos primeiros meses de 1848 envolveu e mobilizou todas as classes sociais. Foi em sentido literal, uma revolução social – nomeadamente nas capitais – da Europa ocidental e central. V. HOBBSAWM, Eric J., *op. cit.*, p. 305.

⁶ No Reino Unido haviam concorrido um conjunto de condições que favoreceram a emergência primordial dos fatores conducentes à Revolução Industrial, desde o último terço do século XVIII. Com efeito, «não havia na Grã-Bretanha, ao cabo de cerca de 200 anos de lenta preparação, falta de qualquer dos factores de produção nem qualquer obstáculo institucional que se opusesse ao desenvolvimento do capitalista absoluto. O mesmo não se passa noutras partes», HOBBSAWM, Eric J., *op. cit.*, p. 179.

⁷ HOBBSAWM, Eric J., *op. cit.*, p. 303.

Existe uma vasta bibliografia de estudos sobre o universo das exposições mundiais desde o século XIX até à atualidade, com diferentes abordagens e metodologias, por disciplinas e enfoques tão variados como a História Económica, Política, Social ou Cultural, Estudos da Comunicação, Sociologia, Antropologia, Etnografia, História da Arte e da Arquitetura, Urbanismo, Migrações, Estudos de Género, Artes Performativas, Literatura e Linguística. Esta variedade de estudos reflete a complexidade das exposições na sua estrutura, elementos e componentes. Mesmo sem alargar às várias publicações dadas ao prelo na última década, seria impossível enumerar uma justa seleção sem incorrer em ausências, em virtude da vastidão de publicações disponíveis⁸. Consensualmente, a exposição de Londres criou uma nova fórmula expositiva de âmbito universalista, rompendo com um modelo instituído em raízes ultrapassadas. A partir de Londres, em 1851, e de Paris, em 1855, o fenómeno das exposições universais ofereceu uma nova arena para a rivalidade política e económica, plasmada na projeção simbólica e literal das realizações tecnológicas e industriais, capacidades agrícola e comercial, representações intelectual e artística, na grandeza das possessões ultramarinas, e na consolidação e desejo de afirmação das culturas nacionais⁹. Esta tessitura foi o motor que elevou a um novo nível as identidades nacionais e imperiais, num palco que reproduzia as relações entre e *inter* Estados.

Se o formato universalista das exposições se fundou na *Great Exhibition*, contudo, a genealogia do conceito pode ser escrutinada muito antes. Com efeito, a organização de eventos com mostras de produtos e materiais, para venda e difusão, tem uma longa história nos séculos anteriores.

Nos períodos medieval e moderno, organizaram-se feiras de comércio e mercados regionais de produtos agrícolas por toda a Europa. Para além dos produtores e comerciantes, as *feria* mobilizavam as populações, suscitavam viagens entre localidades e fomentavam trocas comerciais, ajudando a expor os bens produzidos localmente nas diversas regiões. Já nos séculos XVII e XVIII, estas feiras cresceram em dimensão e concentraram-se geograficamente, ultrapassando a dimensão regional e adquirindo um carácter nacional e um valor estratégico para os promotores.

Embora fomentadas sob o estímulo do negócio, estes acontecimentos públicos possuíam uma importante dimensão de entretenimento e convívio para as populações locais, animadas pela excecionalidade do momento, através de jogos e divertimentos. Portanto, aliavam-se duas componentes que se tornariam essenciais a partir de

⁸ A título de exemplo, consultem-se as relações bibliográficas GEPPERT, Alexander C. T.; COFFEY, Jean; LAU, Tammy, - *International exhibitions, expositions universelles and world's fairs, 1851-2005: a bibliography* [Em linha]. Fresno: California State University, 2006 [Consult. 24.09.2015]. Disponível na internet: <http://www.fresnostate.edu/library/subjectresources/specialcollections/worldfairs/ExpoBibliography3ed.pdf>. e BURKE, Bridget; SERAFICA, Cathy; HIGGINS, Martha, comp. - *Revisiting the world's fairs and international expositions: a selected bibliography, 1992-2004* [Em linha]. Smithsonian Institution Libraries, 2005 [Consult. 24.09.2015]. Disponível na internet: <http://www.sil.si.edu/silpublications/Worlds-Fairs/index.cfm>. Estes dois catálogos, apenas, fornecem ao investigador uma vasta coleção de estudos organizados por país (o primeiro) e por cronologia (o segundo).

⁹ Veja-se STOKLUND, Bjarne - The role of the international exhibitions: in the construction of national cultures in the 19th Century. *Ethnologia Europaea*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press. Vol. 24 N.º 1 (1994).

1851: a uma faceta expositiva, centrada nos agentes económicos, encontrava-se associada uma outra, lúdica, de prazer e entretenimento¹⁰.

No último terço do século XIX, o quadro ideológico e cultural que impregnava o discurso político e científico, inscrevia-se num caldo que emanava de um suposto excecionalismo ocidental, no qual se fundava igualmente a legitimação do imperialismo e do colonialismo, que combinava referentes como o darwinismo social, a missão civilizadora, o eugenismo e a higienização e moralização da sociedade. Este caldo encontrava-se também enraizado nas motivações da realização das grandes exposições¹¹. Toda a massa crítica produtora e reprodutora do quadro mental, composta por médicos, físicos, biólogos, historiadores, arqueólogos, antropólogos, sociólogos, etnógrafos e oficiais do aparelho de Estado¹², encontrava-se ao serviço deste discurso, mesmo que involuntariamente. De futuro, as exposições seriam como «janelas para o progresso científico, tecnológico e industrial, permitindo a circulação e a divulgação» desta transferência de conhecimentos para o grande público¹³.

E foi Paris que, até ao fim do século, se assumiu como centro europeu para o grande jogo da circulação quimérica, em 1855, 1867 (um ano após a guerra entre o império Austro-Húngaro e a Prússia), 1878, 1889 e 1900. Também Viena, em 1873 (dois anos após a Comuna de Paris, o conflito Franco-Prussiano e a reunificação alemã), reforçou a inelutável sensação de fé no progresso científico e no livre comércio, não obstante os conflitos que se mantinham e se desenhavam. Assim se percebe a ironia de Gustave Flaubert na definição do termo “exposition”, no *Dictionnaire des idées reçues*, como «objecto de delírio do século XIX»¹⁴. No continente americano, Chicago, em 1893 (em pleno pânico financeiro deflagrado no mesmo ano), descentralizou temporariamente o eixo europeu para novas geografias¹⁵.

¹⁰ Esta dimensão de festa popular prolongou-se e complexificou-se ao longo da Época Moderna, e era indissociável das cerimónias públicas e das grandes encenações da monarquia. A celebração pública de aspetos da vida dos monarcas e do reino, e a *mise-en-scène* de espetáculos urbanos, era cuidadosamente planeada e organizada, através de complexos sistemas de iconografia e performance, que incluíam *tableaux vivants* temáticos, compostos por atores e enquadrados em arquiteturas efémeras, complementados por música, danças, fogos, touros e jogos populares. Sobre esta matéria e o controlo régio das gramáticas visuais e dos dispositivos materiais nas celebrações públicas, vejam-se os capítulos «Genealogias Cristãs: Corpus Christi e Triunfos Eclesiásticos» e «Mujta ymfyndas representações: Entradas Régias em Portugal, tradição ou singularidade?», em MARTINS, Nuno Gomes – *Império e imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Histórica, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 19-44.

¹¹ Ver BENNETT, Tony – The exhibitionary complex. *New Formations*. London: Methuen. Nº 4 (1988), p. 73-102.

¹² Ver STOKLUND, Bjarne, *op. cit.*, p. 39-ss.

¹³ MATOS, Ana Cardoso de; DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane; SOUTO, Maria Helena – The world exhibitions and the display of science, technology and culture. *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Enginyeria Industrial de Barcelona. Vol. XIII (2012), p. 4 (tradução do autor).

¹⁴ FLAUBERT, Gustave - Exposition. In *Dictionnaire des idées reçues*. Paris: Louis Conard, Libraire-Éditeur, 1913. p. 66 (tradução do autor). Flaubert trabalhou durante toda a sua vida neste projeto que permaneceu inacabado. Começou a escrever os seus aforismos e clichés sobre a sociedade francesa da sua época por volta de 1850. O *Dictionnaire* seria publicado por Louis Conard de forma póstuma em 1913, contendo cerca de mil entradas relativas a substantivos comuns ou nomes próprios que tratou, muitas vezes, com humor negro.

¹⁵ Ver lista das exposições mundiais e internacionais em <http://www.bie-paris.org/site/en/expos/about-expos/expo-categories/world-expos> [Consult. 09.09.2015] e <http://www.bie-paris.org/site/en/expos/about-expos/expo-categories/international-specialized-expos> [Consult. 09.09.2015].

Já no século XX, as exposições renovaram-se «entre o carácter auto-referenciado e autónomo do movimento e o diálogo que foi estabelecendo com as condições mais gerais de organização e transformação cultural, política e económica das sociedades ocidentais, que as criaram»¹⁶, consolidando o formato entre a massificação do público e os interesses da modernidade capitalista, até à eclosão da 2ª Guerra Mundial.

Apesar do choque mortífero, tecnológico e industrial, da 1ª Grande Guerra, de 1914-1918, que provocou um hiato nas exposições europeias entre 1913 (Gent) e 1929 (Barcelona), neste período continuou alucinante o progresso tecnológico, intensificando a capacidade de representar a diversidade social e cultural do mundo no espaço físico circunscrito da exposição.

Analogamente, acentuou-se a componente lúdica combinada com a *joie de vivre* pós traumática da 1ª Grande Guerra. O número crescente de pessoas com posses e, sobretudo, vontade de consumo turístico alimentou esta dimensão recreativa. Assim, à conceção original da quimera do progresso positivista, sobrepôs-se a fantasia narcótica do lazer e do consumo.

As exposições americanas de 1933 (Chicago – “Século de Progresso”) e 1939 (Nova Iorque – “Construindo o Mundo de Amanhã”) exemplificaram esta nova forma de perceção da vida e do mundo nas sociedades ocidentais, em sintonia com um forte impulso na exaltação do consumo de massas.

Na ordem política e mental pós 2ª Guerra Mundial, o fascínio pelo progresso material e tecnológico, deixou de ser o fim em si próprio e cedeu lugar a uma narrativa de progresso humano e diálogo internacional. À violência industrial, mortandade e destruição dos anos da guerra, as exposições mundiais seguintes procuraram reconfigurar as prioridades das nações e transmitir uma nova confiança para os anos vindouros. Os lemas das exposições projetaram essa confiança e espelharam o discurso institucional dos poderes político e económico. Bruxelas, em 1958, foi dedicada ao “Progresso e Humanidade”, o lema de Seattle, em 1962, foi “O Século 21”, a divisa de Nova Iorque, em 1964, foi “A Idade Espacial Americana”, em Montreal, em 1967, foi o “Homem e o seu Mundo”, e em 1970, Osaka, “Progresso Humano em Harmonia”. A retórica oficial reproduzia a imagem de um compromisso no desenvolvimento humano, para o qual, as exposições permaneciam palco de encenação, cujos atores globais se prestavam à cooperação estratégica diplomática, mesmo que aparente e subjetiva.

Embora o contexto de tensão internacional polarizada entre duas super potências não permitisse desprezar o receio de novos confrontos, procurou-se garantir os princípios da ordem e da hegemonia cultural e simbólica da

¹⁶ FERREIRA, Claudino Cristóvão – *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo. cultura, celebração e políticas de representação*. Coimbra: [s.n.], 2006. Tese de doutoramento em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, p. 122.

sociedade de consumo, através da tecnologia e da cultura, das relações de organização do mundo, da ordenação do conhecimento e da regulação das instituições. Apesar do clima de incerteza, pós queda do Muro de Berlim e pós 11 de setembro de 2001, as exposições mantiveram-se como realizações de grande impacto, pois a sua «constante, e quase ritual recorrência, também mostra que podem adaptar-se às erráticas e variáveis dinâmicas da economia global, das relações de poder e das prioridades políticas internacionais»¹⁷.

2015 assistiu à realização da exposição mundial de Milão¹⁸, sob a divisa “Alimentar o Planeta, Energia para a Vida”. Na agenda oficial estão já programadas as futuras exposições, internacional de Astana (2017)¹⁹ e mundial do Dubai (2020)²⁰. Portanto, as exposições mantêm intacta, quiçá com uma maior sofisticação, o poder de organizar a diversidade humana e de propor narrativas globais, através do fascínio e poder das imagens e das palavras para consumo e deleite, tal como em 1851, das sociedades contemporâneas.

2. NORMALIZAÇÃO: DO PERCURSO DE REGULAMENTAÇÃO AO MODELO ATUAL

Na atualidade, as exposições internacionais são megaeventos perfeitamente enquadrados e regulamentados. São-no, especificamente, no que respeita ao formato, definições e objetivos, às condições gerais de organização e às obrigações dos organizadores e dos Estados participantes.

Da reconfiguração geopolítica pós 1ª Grande Guerra, resultou, em 1928, a Convenção de Paris, para diligenciar um ordenamento institucional, já que, até então, o quadro geral deixava à livre iniciativa da comissão organizadora da cidade de acolhimento todas as definições e decisões inerentes à materialização da exposição – o seu enquadramento, datas, extensão, capacidade, meios, etc. A indefinição de regras e a ausência de um padrão uniformizador e de equidade entre exposições, originou a replicação de erros e o sucessivo gigantismo desregulado ao sabor das ambições, orçamentos e ideias que concorriam no deslumbramento das exposições.

Subscritas pelos plenipotenciários de trinta e um países, em 22 de novembro de 1928, as deliberações determinaram a criação de um organismo com a capacidade de regular a organização e superintender todas as questões inerentes ao formato, estatuto e jurisprudência das grandes exposições internacionais. No ano seguinte, nasceu o *Bureau International des Expositions*²¹ (BIE), reconhecido institucionalmente pela comunidade de

¹⁷ ABBATTISTA, Guido – Concepts and categories in the history of world expositions: introductory remarks. In ABBATTISTA, Guido, ed. – *Moving bodies, displaying nations: national cultures, race and gender in world expositions nineteenth to twenty-first century*. Trieste: Edizioni Università di Trieste, 2014. p. 9 (tradução do autor). Entre 1851 e 2010, a enciclopédia FINDLING, John E.; PELLE, Kimberly D., ed lit. - *Encyclopedia of world's fairs and expositions*. Jefferson, NC and London: McFarland, 2008, elenca 106 exposições internacionais, distribuídas por mais de 20 países, *apud* Guido Abbattista, *Idem Ibidem*.

¹⁸ Site oficial em <http://www.expo2015.org/en/>.

¹⁹ Com o lema “Energia Futura”. Site oficial em <https://expo2017astana.com/en/>.

²⁰ Com o lema “Unindo Mentes, Criando o Futuro”. Site oficial em <http://expo2020dubai.ae/en/>.

²¹ Site da instituição: <http://www.bie-paris.org/site/en/> [Consult. 09.09.2015].

Estados, criado com os poderes, competências e instrumentos para assegurar a aplicação das medidas aprovadas na Convenção de Paris.

A partir da década de 1930, com algumas revisões e reactualizações, sujeitas nos protocolos de 1948, 1966 e 1972, e nas emendas de 1982 e 1988, consolidaram-se as linhas gerais sob as quais assenta agora o formato das exposições e a sua organização²². Desta forma, estabeleceu-se uma seriação em categorias, diferenciando-as por tipologia e atribuindo um estatuto conforme o conceito, definiu-se a periodicidade da sua realização e regulamentou-se um articulado de normas com direitos e deveres, aos quais se vincularam organizadores e participantes.

Ampliando e atualizando os propósitos iniciais, e face ao desdobramento taxonómico, atualmente são quatro os tipos de exposições internacionais que o BIE organiza «sob os seus auspícios: exposições mundiais, exposições internacionais especializadas, exposições hortícolas e a Trienal de Design de Milão»²³.

Se anteriormente todas as grandes exposições internacionais derivavam de uma lógica competitiva, alimentada pelos organizadores preocupados em exacerbar um nacionalismo de virtudes através de propriedades expositivas superlativas, para gáudio de um público ao qual se oferecia uma oportunidade única de “ver” o mundo e experienciá-lo num espaço circunscrito ao seu alcance, a partir da BIE e com a rigorosa definição de regras na matriz do conceito, as exposições internacionais tornaram-se uniformizadas e reguladas na sua forma, mas também no discurso ideológico que lhes subjazem e que desejam promover, logo, nos propósitos, no alcance pretendido, no público-alvo, na imagem a promover e nas oportunidades geradas. Veja-se o que afirma o próprio BIE:

uma Expo é um evento global que visa educar o público, partilhando inovação, promovendo o progresso e favorecendo a cooperação. É organizada por um país anfitrião que convida outros países, empresas, organizações internacionais, o setor privado, a sociedade civil e o público em geral para participar. Devido à diversidade dos seus participantes, desde os decisores de topo até às crianças, as Expos oferecem um evento multifacetado, onde exposições extraordinárias, encontros diplomáticos, reuniões de negócios, debates públicos e espetáculos ao vivo têm lugar ao mesmo tempo²⁴.

Sob a sua égide, as exposições internacionais «são parte de um fenómeno contemporâneo que tem lugar num contexto económico e cultural global, dominado pelo *marketing*, aparências, imagens e representações»²⁵. Na identificação dos propósitos e objetivos de existência, o BIE afirma ser «a organização intergovernamental

²² O texto atual resultado da Convenção de Paris, dos protocolos e emendas subsequentes, pode ser obtido aqui: http://www.bie-paris.org/site/images/stories/files/BIE_Convention_eng.pdf [Consult. 12.09.2015].

²³ <http://www.bie-paris.org/site/en/bie/who-we-are> [Consult. 09.09.2015] (tradução do autor).

²⁴ <http://www.bie-paris.org/site/en/expos/about-expos/what-is-an-expo> [Consult. 09.09.2015] (tradução do autor).

²⁵ ABBATTISTA, Guido, *op. cit.*, p. 9 (tradução do autor).

encarregada de supervisionar e regular todas as exposições internacionais com duração superior a três semanas e que são de natureza não comercial (“Expos”)²⁶. Acrescente-se que o universo de países participantes, e portanto, agremiados no BIE, alargou-se, ultrapassando em muito as três dezenas de 1851 para compreender no século XXI a quase totalidade das entidades políticas independentes a nível mundial. Segundo ainda a declaração da organização:

hoje, 168 países são membros do BIE. Estes tomam parte em todas as deliberações da organização e envolvem-se no desenvolvimento das políticas e princípios das Expo. Os Estados-Membros também participam desde o início em discussões com os organizadores das Expos, especialmente em relação à sua participação no evento. Cada Estado-Membro é representado por um máximo de três delegados. Cada país tem um voto na Assembleia Geral²⁷.

Em suma, criou-se um organismo estruturado numa plataforma entre organizadores, participantes e regulador, o qual não só restringiu «a liberdade de acção dos organizadores no que se refere ao planeamento operacional da exposição, como exerce também poderes de avaliação e vigilância sobre a fiabilidade e viabilidade (sobretudo financeiras) do projecto»²⁸. Este modelo prevê ainda que sejam abertos canais de comunicação diretos entre a organização de determinado evento e os participantes, de forma a simplificar e a aligeirar as pesadas máquinas burocráticas institucionais.

Por outro lado, a avaliação e a concessão do estatuto de exposição internacional ou mundial a uma candidatura submetida está dependente do preenchimento e reconhecimento de um conjunto de condições e requisitos de ordem económica, cultural e política. Estas condições refletem a dependência de um modelo eurocêntrico instituído, com uma ordem de poder político e económico que se reproduz nas instâncias de produção cultural e, por isso, imbuída na decisão oficial de atribuição do respetivo estatuto.

Ou seja, o BIE funciona como «a primeira instância da forte politização» a que a organização das exposições se encontra sujeita, pois da sua intervenção «actualizam-se as lógicas que presidem à política internacional, dividida entre a procura de consensos e de valores transnacionais ou universais e a disputa entre os interesses particulares dos Governos e dos outros actores locais, nacionais e transnacionais»²⁹.

Na verdade, logo após a *Great Exhibition* de Londres, que se percebeu a necessidade de considerar algum tipo de enquadramento na realização de futuras exposições. O megaevento de Londres suscitou de imediato várias reflexões, produziu relatórios e memórias, e convocou reuniões que refletiram também a preocupação e a geografia coeva do poder. Num texto apresentado perante a *American Centennial Commission*, publicado em 1872, a propósito de passadas exposições, sua organização e benefícios económicos, foi transcrito um memorando

²⁶ <http://www.bie-paris.org/site/en/bie/who-we-are> [Consult. 09.09.2015] (tradução do autor).

²⁷ <http://www.bie-paris.org/site/en/bie/the-member-states-of-the-bie> [Consult. 10.09.2015] (tradução do autor).

²⁸ FERREIRA, Claudino Cristóvão, *op. cit.*, p. 169.

²⁹ FERREIRA, Claudino Cristóvão, *op. cit.*, p. 170.

denominado por *Suggestions for organization of future exhibitions* – originalmente como anexo ao relatório do comissário britânico – assinado, para além de Henry Cole, como comissário executivo do Reino Unido, pelos dignitários e representantes da Áustria, da Prússia, da Rússia, de Itália e dos Estados Unidos³⁰. No texto eram sugeridos nove pontos sobre matérias a corrigir, entre os quais se discorria que «como a utilidade das exposições internacionais não dependia do seu tamanho, mas da sua seletividade e qualidade, portanto a tendência para aumentar o tamanho de cada exposição sucessiva deve ser desencorajada»³¹.

Assim se entende o alcance e a força do discurso institucional do BIE, construído sobre o carácter único que estes grandes eventos constituem. Seguindo ainda o manifesto da organização, as «4 razões pelas quais as Expos são verdadeiramente eventos únicos, a partir das perspetivas dos seus diferentes públicos», são sumarizadas da seguinte forma:

para a comunidade internacional: uma Expo é uma plataforma de diálogo para o progresso e cooperação; Para o público em geral: uma Expo é uma experiência educativa e de entretenimento; Para o país anfitrião: uma Expo é uma ferramenta para o *branding* e o desenvolvimento nacional; Para os participantes: uma Expo permite um alcance internacional e oportunidades económicas³².

Deste modo, os princípios organizadores teóricos e operativos, perfeitamente regulados e normalizados, tornaram-se o instrumento pelo qual as autoridades locais e centrais enquadram a justificação teórica, suportam o desbloqueamento financeiro e convocam o envolvimento de parceiros para a realização destes megaeventos.

3. GRAMÁTICA: AS VIRTUDES DO IMPÉRIO E DA NAÇÃO

Entre os pavilhões que despertaram particular interesse na *Great Exhibition* de 1851, estavam aqueles que proporcionaram ao público um contato de “proximidade” com o império ultramarino do Reino Unido, particularmente com a fascinante e idealizada Índia, a joia da coroa da rainha Vitória. Não seria por acaso e, com progressiva visibilidade a partir da Conferência de Berlim de 1884-1885, o mundo colonial foi transportado para o espaço das exposições.

³⁰ BLAKE, William P. – *Great international expositions their objects, purposes, organization and results: an address delivered before the American Centennial Commission*. Philadelphia: E. C. Markley, 1872. p. 24-25. Sob a forma de relatório, este documento foi produzido após a exposição de Paris em 1867 e tendo em mira a exposição internacional de Filadélfia, em 1876.

³¹ BLAKE, William P., *op. cit.*, p. 24 (tradução do autor).

³² <http://www.bie-paris.org/site/en/expos/about-expos/what-is-an-expo> [Consult. 09.09.2015] (tradução do autor).

A importância destes núcleos expositivos cresceu com e através de cada exposição subsequente. O grande impulso para a expansão das secções ultramarinas foi a *Exposition Universelle* de 1889, em Paris. Esta exposição, *leitmotiv* para a construção da Torre Eiffel, consagrou especial atenção às representações do mundo colonial, que incluíram uma aldeia do Senegal, um número de estruturas que emulavam a arquitetura do Sudão e um pagode ao estilo de Angkor Wat. Quatro anos depois, na *World's Columbian Exposition* de Chicago, em 1893, representou-se um acampamento beduíno, uma aldeia de índios nativos norte-americanos, um palácio persa, um acampamento lapão, um mercado chinês, um bazar japonês e aldeias de Samoa, de Java e do Daomé³³.

Nos últimos anos do século XIX, intensificou-se o esforço de representação ultramarina. Na Europa, a sucessão de exposições devotadas ao mundo colonial revelou-se vertiginosa: Amsterdão (1883), Londres (1886), Paris (1889), Lyon (1894), Rouen (1896) e Terveren (1897). E a lista prosseguiria no início do século XX³⁴. As exposições tornaram-se territórios heterotópicos³⁵, onde o mundo colonial surgia domesticado, organizado, encenado e explicado, para deleite do público³⁶. De resto, o discurso organizador subjacente ao transporte desses “territórios imaginados” para o espaço controlado das exposições, local de investimento das relações de conhecimento e poder, representava uma ordem para as coisas e pessoas oriundas do espaço colonial³⁷.

Em 1889, o auge conseguiu-se com a exibição de um grande número de “súbditos coloniais” nativos, trazidos para França para povoar e desempenhar o papel de figurantes decorativos nas estruturas, ruas e vilas construídas para representar as possessões coloniais em três continentes³⁸. A composição de expositores coloniais com populações nativas tornou-se mandatória para as exposições subseqüentes, e vulgar, a partir de 1900.

Exposições como Milão (1906), Bruxelas (1910) ou São Francisco (1915), apresentaram-se como reproduções miniaturizadas e idealizadas do mundo, «onde todas as expressões materiais e intelectuais de todas as civilizações e culturas podiam ser visualizadas, conhecidas e comparativamente avaliadas»³⁹. Ou seja, a capacidade de

³³ STOKLUND, Bjarne, *op. cit.*, p. 41.

³⁴ DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane – World exhibitions: a gateway to non-european cultures? *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Enginyeria Industrial de Barcelona. Vol. XIII (2012), p. 87.

³⁵ No sentido de espaço (*topos*), que se entende representativo de tantos outros lugares distintos (hetero).

³⁶ Veja-se DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane, *op. cit.*

³⁷ Sobre a construção de um discurso antropológico legitimador da retórica do progresso civilizacional e da criação de uma ordem classificativa, veja-se o importante texto BENNETT, Tony, *op. cit.*

³⁸ Cerca de 500 indivíduos oriundos da Ásia, de África e das Américas. V. STOKLUND, Bjarne, *op. cit.*, p. 41. A incorporação de experiências ultramarinas nas cerimónias do poder foi, desde a Antiguidade, utilizada como fator de pompa e impacto. Já na época Moderna, a influência da empresa portuguesa produziu inúmeras replicações nas cortes europeias. A título de exemplo, veja-se a sumptuosa cerimónia de entrada da comitiva real de Henrique II e da rainha Catarina de Médici em Rouen, em 1550, que incluiu elefantes e uma encenação para a corte francesa de cenas do quotidiano índio brasileiro, incluindo uma batalha, com a participação de cerca de 50 índios tupinamba, trazidos por marinheiros franceses das terras sul-americanas. V. DENIS, Ferdinand – *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*. Paris: J. Techener, 1850. Sobre a influência material e imaginária da precedência da experiência ultramarina portuguesa nos rituais do poder veja-se o já citado capítulo «Mujta ymfymdas representações: Entradas Régias em Portugal, tradição ou singularidade?», bem como «Cerimónias portuguesas no exterior do reino», em MARTINS, Nuno Gomes, *op. cit.*, p. 26-48.

³⁹ FERREIRA, Claudino Cristóvão, *op. cit.*, p. 151.

circunscrever uma idealização do mundo, para além «de uma ambição enciclopédica e de uma racionalidade científica que procurava restituir ordem temporal e espacial ao caos caleidoscópico de objectos e cenários»⁴⁰, era uma forma de institucionalizar os súbditos providenciando explicações para as suas diferenças. No fundo, esse espaço controlado produziu «duradoras categorias sociais e económicas da sociedade civil e as subjacentes relações sociais»⁴¹.

Mas tratava-se de uma efabulação destinada a uma vasta audiência cuja ligação ao mundo colonial era distante ou inexistente, e por isso, difusa ou ignorante. A fruição encontrava eco no apelo do exótico e no fascínio do orientalismo⁴².

É neste ambiente ideológico que as exposições começaram a ser amplamente vistas como estratégia de poder cuja projecção podia ir muito além da viril competição tecnológica e da afirmação dos Estados-Nação à entrada do século XX. Ao poder de organizar, estudar e comparar a diversidade colonial, aliava-se uma dimensão mais subtil, a capacidade de influência com «visibilidade pública por agentes sociais que atuam dentro de um cenário cada vez mais democrático cada vez mais dominado pela opinião pública e pela dimensão coletiva da comunicação cultural»⁴³.

Os espaços expositivos incluíam trupes que apresentavam música ao vivo, danças e espetáculos de teatro, inúmeras barracas de comida, atrações chave, como a Torre Eiffel (1889) ou a *Ferris Wheel* de Chicago (1893). Os espetáculos eram incomparáveis e a oferta de uma vasta gama de itens, desde o quotidiano ao exótico, quase infinita. Mais prosaicamente, funcionavam como instrumento de juízo, através da caricaturização, da caracterização e da representação, não apenas pelo poder das imagens e das palavras, mas também pelo exercício prestigioso da ciência coeva ocidental, na difusão de uma mensagem oficial e institucional⁴⁴. No entanto, ressalve-se que a função primordial ia além do entretenimento. Para além do carácter ideológico, que tinha no entretenimento um instrumento de difusão para as massas, permanecia a forte componente motriz dos interesses comerciais. As empresas introduziam os seus produtos a um público enorme, e difundiam informação comercial a potenciais

⁴⁰ FERREIRA, Claudino Cristóvão, *op. cit.*, p. 151.

⁴¹ HOFFENBERG, Peter H. – *An empire on display: english, indian, and australian exhibitions from the Crystal Palace to the Great War*. Berkeley: University of California Press. 2001, p. 21 (tradução do autor). Ver também ABBATTISTA, Guido, *op. cit.*, p. 14.

⁴² Sobre o conceito de Orientalismo, como sistema de pensamento e de construção de uma visão distorcida sobre o “outro oriental” – exótico, místico, maravilhoso, sensual, lascivo – subscrevi a conceção cunhada por Edward Said em *Orientalism*, que alertou para a realidade complexa e dinâmica, cultural e ideologicamente diversa, contrária à construção simplista e estereotipada, generalizada como unidade de análise de matriz europeia, produzida no contexto do imperialismo e colonialismo oitocentista, mas com raízes muito anteriores. Plenamente sedimentado num substrato de senso-comum, produz e reproduz formas de controlo, de homogeneização, de “domesticação”, de manipulação sobre o “outro”. Ver SAID, Edward – *Orientalism*. London: Penguin, 2003.

⁴³ ABBATTISTA, Guido, *op. cit.*, p. 11 (tradução do autor). Ver também BENNETT, Tony, *op. cit.*, e HOFFENBERG, Peter H., *op. cit.*, p. 20-ss, sobre a disseminação de ideias, controlo e regulação social através do espaço público da exposição.

parceiros. É importante não esquecer que as exposições eram planeadas, organizadas e financiadas em articulação pelos governos nacional e colonial, na prossecução do livre comércio e do desenvolvimento tecnológico e industrial, no contexto das construções nacional e imperial, e do seu controlo interno⁴⁵.

Com efeito, e embora na segunda metade do século XX deixassem de ser um exclusivo da modernidade ocidental, estes grandes eventos são manifestações reguladas por atores e instituições ocidentais – como o BIE –, produtoras e reprodutoras de uma conceção sociopolítica e cultural do mundo de matriz europeia, num intento «de dominar e discipliná-lo mediante a imposição de visões auto-explicativas e coerentes do mundo»⁴⁶. Por isso, disciplinas reconhecidas cientificamente, como a etnografia e a antropologia, tornavam acessíveis os discursos etnocêntricos de superioridade cultural e social, do saber científico, antes reservado a especialistas, agora difundido através de dispositivos expositivos às grandes massas consumidoras⁴⁷. Na verdade, procurava-se compor uma explicação das sociedades coloniais, inseri-las na História – e com isso, assumindo que não estavam dotadas de História, excluídas da narrativa ocidental. Todavia, como recordou Guy Debord, «a história existiu sempre, mas não sempre sob a sua forma histórica», daí que os discursos que concebiam e difundiam explicações sobre esses espaços imaginados partiam da negação da sua historicidade, porque ao atribuir-lha, «o movimento inconsciente do tempo manifesta-se e torna-se verdadeiro na consciência histórica»⁴⁸. Assim se podem entender as palavras do cônsul em Paris e comissário geral norte-americano à exposição de Paris em 1867, Nelson Marvin Beckwith, «à medida que o domínio intelectual do mundo material aumenta (...) a ciência política emancipa as raças escravizadas, a ciência física escraviza os elementos e forças da natureza e emancipa a humanidade»⁴⁹.

Este discurso colonialista, e *inter pares* pós-colonialista, foi um elemento central na estratégia de autoridade do Estado-Nação, pois cruzou-se com os benefícios da apregoada missão civilizadora da ação colonial e, desse modo, era justificado economicamente e legitimado ideologicamente.

A exposição tornou-se o espaço de realização de ilusões, do encontro de expectativas e imaginação dos visitantes⁵⁰. E o fenómeno de representação do mundo produziu um reverso. O espaço da exposição foi simultaneamente um espaço de construção de identidades do “outro” e de afirmação do “eu” nacional, onde se concebeu e imaginou lugares distantes, mas também onde se fizeram representações idealizadas de símbolos de uma identidade nacional, muitas das vezes associando fatores pitorescos e elementos de espetacularidade visual a partir de apropriações culturais, arqueológicas, antropológicas ou etnográficas⁵¹.

⁴⁴ Sobre relações de hierarquia expositiva na representação do mundo, ver ABBATTISTA, Guido, *op. cit.*, p. 13.

⁴⁵ HOFFENBERG, Peter H., *op. cit.*, p. 27-30.

⁴⁶ ABBATTISTA, Guido, *op. cit.*, p. 12 (tradução do autor).

⁴⁷ DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane, *op. cit.*, p. 89-ss.

⁴⁸ DEBORD, Guy – *A sociedade do espectáculo*. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005. p. 92 (tradução do autor).

⁴⁹ BLAKE, William P., *op. cit.*, p. 26 (tradução do autor).

⁵⁰ DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane, *op. cit.*, p. 92.

⁵¹ Ver STOKLUND, Bjarne, *op. cit., passim*. Nas palavras de Claudino Ferreira, tratava-se de «exibições etnográficas e antropológicas do universo e da

Folclore, arquitetura, gastronomia, símbolos, geografia e outros elementos de espetacularidade visual e sensorial foram apropriados, efabulados ou sobrevalorizados, foram sintetizados e simbolizados sofisticadamente, funcionando como símbolos ou monumentos icônicos de identidade. Foi neste contexto, que o governo republicano, pouco antes de ser derrotado, comissionou a Pablo Picasso uma pintura que simbolizasse a agressão totalitária de que tinha sido vítima a localidade de Guernica, no país basco. A famosa pintura seria exposta, pela primeira vez, no pavilhão de Espanha na *Exposition Internationale des Arts et Techniques dans la Vie Moderne*, de Paris em 1937.

É assim, pois, que os consumos culturais associados tornaram-se «o motor da economia simbólica»⁵² de uma cultura sociológica nacional. Mesmo que os aspetos materializados dessa caracterização fossem introduzidos *a posteriori*, como os achados arqueológicos e pré-históricos, que constituíam indícios das raízes profundas ao território, ou o folclore, que supostamente representava o carácter genuíno da cultura nacional.

Desta forma, a ritualização da consciência nacional, potenciada, valorizada, exacerbada e reproduzida através da mediação dos instrumentos expositivos (da arquitetura, decoração, objetos, espetáculos, diversões, geografia, gastronomia, folclore, desporto, música, etc.), e do valor visual intrínseco à inculcação de um projeto coletivo nacional, fabricado e celebrado no ambiente das exposições mundiais⁵³, assentou em dois regimes organizadores da fruição: o da representação do mundo e o da autorrepresentação. E porque «o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens»⁵⁴, o natural e o autêntico confundiam-se na ilusão. Com efeito, a teatralidade e a representação enformavam a agência da interpretação social dos indivíduos ou, como Peter Hoffenberg colocou, os visitantes «não eram observadores passivos das exposições, pois a própria visão implicava uma relação ativa entre objeto e sujeito»⁵⁵.

Desse modo, as exposições tornaram-se no terreno e veículo da produção e difusão de projetos culturais de Estado, alegorias da diplomacia e cooperação entre nações e, da mesma forma, território de difusão de discursos, narrativas e imaginários universalistas clarificados na sintetização dos lemas e divisas⁵⁶. Vejam-se os temas que moldaram as exposições nas últimas décadas e o respetivo entroncamento com valores e aspirações de cariz cooperativo e humanista que dominaram as agendas das instituições de poder global⁵⁷.

história universal, estruturadas com base no princípio da representação nacional», in FERREIRA, Claudino Cristóvão *op. cit.*, p. 151.

⁵² PEREIRA, Ana Patrícia Faria – *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à beira-Tejo*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia Urbana, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 60-ss.

⁵³ Sobre este processo, veja-se STOKLUND, Bjarne, *op. cit.*

⁵⁴ DEBORD, Guy, *op. cit.*, p. 9.

⁵⁵ HOFFENBERG, Peter H., *op. cit.*, p. 29.

⁵⁶ Exposição Internacional de Paris, 1937 (Artes e Técnicas na Vida Moderna); Exposição Mundial de Nova Iorque, 1939 (Construindo o Mundo de Amanhã).

4. LISBOA 1998: A NARRATIVA DA CELEBRAÇÃO DOS OCEANOS

A Exposição Mundial de Lisboa de 1998 decorreu entre 22 de maio de 1998 e 30 de setembro de 1998, na zona ribeirinha oriental da cidade. A ideia da exposição emergiu da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e, uma vez garantido o apoio do Estado português, o projeto foi apresentado ao BIE.

A última exposição do século XX assinalou o 500º aniversário da viagem marítima de Vasco da Gama na abertura da rota marítima oceânica entre a Europa e a Índia. Fundada pela ideia comemorativa da expansão marítima portuguesa na inauguração de uma modernidade coeva, através disso, e num efeito de traslação, a Expo'98 pretendeu debater as perspetivas do futuro da Humanidade, integrando vários aspetos éticos e tecnológicos. “Os Oceanos: Um Património para o Futuro”, foi o tema, português, mas também universal e urgente. Fonte de mitos e lendas, o oceano convoca imagens de poder, força, vida, mistério, fúria e admiração. Mais prosaicamente, o oceano é visto como um património natural e cultural de elevado valor, estreitamente ligado à sustentabilidade humana, ao futuro climático e ao equilíbrio do planeta.

Como Claudino Ferreira salientou,

o mar (e as várias mitologias e figuras arquetípicas a ele associadas, como o marinheiro, o navegador, o viajante, o aventureiro, o descobridor, o mediador) constituiu sempre um dos principais elementos das representações e dos discursos sobre a identidade de Portugal e dos portugueses, sobretudo nas suas formulações mais intelectualizadas e formalizadas⁵⁸.

Apesar do consenso genérico, fez-se ouvir alguma preocupação crítica, intelectual e política, por causa de um sedimento retórico e ainda persistente de exaltação histórica por parte de alguns atores institucionais, desejando uma maior afirmação comemorativa de um imaginário alimentado por uma visão ideológica vangloriosa do passado⁵⁹.

Ultrapassadas que foram as reservas iniciais do BIE quanto a uma temática demasiado centrada na história portuguesa, a estratégia foi moldada e recentrada num enunciado global e atual, assente na combinação entre critérios científicos, políticos e ecológicos, conjugados no fator oceano, como património comum da humanidade. A natureza dos problemas e o conceito expositivo produziram conteúdos temáticos – o conhecimento dos mares e dos recursos dos oceanos, o equilíbrio do planeta, os oceanos como fonte de inspiração e de lazer – enquadrados e interpretados nos vários pavilhões, que garantiu a concordância do poder político e da opinião pública.

⁵⁷ Expo Osaka, 1970 (Progresso Humano em Harmonia); Exposição Universal de Sevilla, 1992 (A Era da Descoberta); Expo Aichi, 2005 (A Sabedoria da Natureza); Expo Yeosu, 2012 (O Oceano Vivo e a Costa).

A narrativa temática perpassou e enformou toda a arquitetura subjacente aos dispositivos visuais, cerimoniais, efêmeros e duradouros produzidos e construídos para a realização da Expo'98, tais como arquitetura, símbolos, batismos, funcionalidades, evocações e, até, efabulações.

Com efeito, a Expo'98 foi concebida como a materialização de um projeto, capaz de refletir as aspirações coletivas e individuais, e de incorporar um desejo sociopolítico cosmopolita, de

representar perante o mundo, e os portugueses, um país e uma capital em acelerado processo de modernização e desenvolvimento. Ou seja, de celebrar internamente uma modernidade política, económica e cultural recém-conquistada e promover externamente uma imagem de competência, capacidade e cosmopolitismo⁶⁰.

Por outras palavras, a Expo'98 recorreu a um conjunto de imagens do passado, para as encenar num ato cultural identitário que promovia uma ordem presente e projetava-a num futuro. Ou seja, uma memória readquirida do passado e retransmitida num mega evento ritual, ou como Paul Connerton refere, um texto coletivo simbólico, em que a comunidade foi convocada a recordar a sua identidade numa celebração, representando e participando numa meta narrativa⁶¹.

Talvez a mais imediata das conexões fosse aquela transmitida pelos pavilhões temáticos, na sua dupla evocação do nome e dos conteúdos expositivos. Com efeito, das várias estruturas edificadas no recinto da exposição tiveram destaque os pavilhões temáticos do Futuro, da Realidade Virtual, da Utopia, de Portugal, do Conhecimento dos Mares, e dos Oceanos, pelas óbvias articulações simbólicas com as dimensões representacional e celebrativa do tema.

O pavilhão dos Oceanos (ou Oceanário), provavelmente o mais ambicioso, foi concebido para albergar a coabitação de diferentes sistemas ecológicos marinhos suportada por tecnologias de vanguarda. O pavilhão do Conhecimento dos Mares, organizado como um navio, expôs a evolução da relação do homem com o oceano, combinando técnicas expositivas didáticas, humorísticas e simbólicas. O pavilhão de Portugal realçou a ligação do homem com o mar em todas as épocas, a partir de personagens e referências portuguesas, alternando-as com as de outras geografias e culturas. O pavilhão da Utopia recriou o oceano como espaço de imaginação e fantasia, princípio de mitos e lendas. Através de dez encenações os visitantes podiam assistir à eclosão do *big bang*, à formação do oceano, às viagens marítimas. O pavilhão da Realidade Virtual propôs uma visita às ruínas de uma fantástica cidade subaquática habitada por criaturas de uma civilização desconhecida, através de uma completa efabulação imagética e tecnológica. Finalmente, o pavilhão do Futuro, ao pretender modificar a perceção e o

⁵⁸ FERREIRA, Claudino Cristóvão, *op. cit.*, p. 328.

⁵⁹ A propósito das contestações e críticas, veja-se FERREIRA, Claudino *op. cit.*, p. 240, e a correspondente nota de rodapé.

comportamento do visitante perante o oceano, demonstrando que a sua conservação é responsabilidade comum, encerrou o discurso temático da Expo'98.

Também no domínio da imagem, as representações difundidas pelo aparelho publicitário da exposição não ficaram alheias ao ideário temático. O logótipo da Expo'98, fruto de um processo criativo publicitário, representava o mar e o sol. A mascote, concebida pelo pintor António Modesto e pelo escultor Artur Moreira, foi selecionada entre 309 propostas num concurso que envolveu escolas de todo o país. A mascote, antropomórfica, foi batizada de Gil, recuperação da figura do navegador Gil Eanes, que em 1434, ultrapassou a latitude do Cabo Bojador, momento que reforçou o ímpeto expansionista de navegação ao longo da costa atlântica de África. Facto histórico também ele simbólico. Também o tema musical da exposição foi cuidadosamente pensado. Composto em 1996 pelo músico experimental Nuno Rebelo, a peça musical combinava o som da guitarra portuguesa e uma base multifónica de cariz épico, várias e díspares harmonias e melodias sonoras, evocativas das diversas culturas humanas. Daí a imagem congregadora ou aglutinadora, primordial mesmo, do supercontinente pré-histórico de onde derivaram os atuais continentes, *Pangea*, precisamente o nome da composição⁶².

No enorme e diversificado leque de iniciativas oficiais – exposições, espetáculos, produção e animação cultural⁶³, artística e desportiva⁶⁴, edições, programas académicos, projetos de preservação e restauro de património histórico e monumental, entre outras –, foi sempre estratégica a utilização da imagética temática. A reprodução de símbolos no enorme leque de produtos institucionais de consumo fez, naturalmente, parte desta estratégia retórica e económica, de promoção e divulgação. Também na atividade editorial concentrada nas publicações diretamente relacionadas com a exposição, como os catálogos dos pavilhões temáticos, o guia oficial ou o guia juvenil. De outras obras editadas, destaquem-se as três principais coleções «De A a Z», «Exposições Universais» e «98 Mares»⁶⁵.

Para além da visibilidade iconográfica, uma outra estratégia de celebração no tecido da cidade é através do processo de inscrição da memória na vivência urbana, pela fruição do espaço. Trata-se de encontrar lugares para gravar a memória através do espaço quotidiano ou aquilo que Paul Connerton designou por «actos de transferência que tornam possível recordar em conjunto»⁶⁶. Por conseguinte, o espaço público torna-se significante. E é através da toponímia, ou seja, de fixar memórias, criar identidades espaciais, gerar elos da população com o espaço, que se imprime uma identificação social no território das cidades. A toponomástica foi extensivamente utilizada para batizar os espaços públicos do território, mas também edifícios e estruturas, públicos e particulares, com o ideário temático da Expo'98.

⁶⁰ FERREIRA, Claudino Cristóvão, *op. cit.*, p. 14.

⁶¹ V. CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999. p. 55-ss.

⁶² Sobre a imagem da EXPO'98, referente ao logotipo, mascote e música, ver *Relatório Exposição Mundial de Lisboa de 1998*. Lisboa: Parque EXPO'98, 1999. p. 250.

⁶³ Sobre a atividade cultural permanente e temporária, ver *Relatório..., op. cit.*, p. 194-225.

⁶⁴ Sobre a programação desportiva, ver *Relatório..., op. cit.*, p. 232.

Quer no recinto da Expo'98, quer na atual freguesia do Parque das Nações, infraestruturas e espaços foram batizados recuperando nomes, acontecimentos e espaços, símbolos sedimentados no imaginário público, recontextualizando-os e ressignificando-os em novas circunstâncias e convergências do imaginário. Os exemplos são variados, entre outros, em nomes de edifícios e infraestruturas públicas (teatro Camões, torre Vasco da Gama, Acqua Matrix, a estação do Oriente, ponte Vasco da Gama), também privados (edifícios residenciais Espelho do Tejo, Farol do Oriente, edifício *Office* Oriente, torre Fernão de Magalhães, edifícios Mar da Palha, Gávea, *Navigator Residence*, *Oceanarium Residence*). E, claro, na toponímia do território, como, por exemplo, a rota das Índias, a porta do Mar ou portas do Tejo, o jardim das Tágides, ou o jardim Garcia de Horta, avenidas do Índico ou do Mar Vermelho, ruas do Zambeze ou do Ganges.

E traduzir a Expo'98 em números será um exercício *per si* relativo, dependente de contextualização, análise e interpretação. Ainda assim, no que respeita ao recinto da exposição, os dados globais e oficiais informam dos seguintes valores: 309.000m² de área total de construção, com 179.000m² de construção permanente e 130.000m² de estruturas temporárias, 2 áreas internacionais, 5 pavilhões temáticos⁶⁷, 160 participantes oficiais⁶⁸ (146 países⁶⁹ e 14 organizações internacionais), 126 pavilhões de países, um conjunto alargado de participações não-oficiais⁷⁰, 132 dias de funcionamento, cerca de 5.000 eventos culturais e 10.128.204 visitantes⁷¹.

5. REQUALIFICAÇÃO URBANA: DO PARQUE INDUSTRIAL AO EDIFICADO EXPOSITIVO E HABITACIONAL

Antes da intervenção urbanística proporcionada pela Expo'98, Lisboa evidenciava uma grande disparidade entre as zonas ocidental e oriental da cidade. A assimetria ribeirinha era visível. Ultrapassada toda a área afeta ao porto de Lisboa, também ela a necessitar de uma visão estratégica e de um plano de intervenção e reconversão, a ocidente do centro ribeirinho da cidade, encontrava-se uma vasta área qualificada, com diversos equipamentos culturais e de lazer, conjuntos monumentais e espaços verdes. Por oposição, a partir desse mesmo centro ribeirinho, para oriente, assistia-se a um conjunto em evidente degradação e abandono, áreas de segregação e isolamento com a negação do rio à cidade.

Recue-se no tempo. Atravessando todo o século XX, o problema da habitação precária e do constante fluxo migratório para os grandes centros urbanos, foi gerando diversas respostas em consonância com as matrizes de pensamento associadas ao planeamento urbanístico. Desde a 1^a República que se pensou na edificação de bairros

⁶⁵ Sobre a programação editorial, ver *Relatório...*, *op. cit.*, p. 226-229.

⁶⁶ CONNERTON, Paul, *op. cit.*, p. 44.

⁶⁷ Ver *Relatório...*, *op. cit.*, p. 184-194.

⁶⁸ Ver *Relatório...*, *op. cit.*, p. 142.

⁶⁹ Para consulta da lista dos países participantes, ver *Relatório...*, *op. cit.*, p. 156-157.

sociais para alojar população operária, opção reconvertida durante o Estado Novo em diversos programas de habitação económica dirigidos a diferentes segmentos populacionais – como funcionários do Estado e uma permanente fatia de população desfavorecida⁷². Esgotadas as zonas disponíveis na área central de Lisboa, as escolhas posteriores recaíram sobre as áreas em expansão que ainda possuíam vastos terrenos para edificação. Foi então nas zonas dos Olivais e de Chelas que se assistiu à construção de diversos bairros sociais, multiplicando «espaços urbanos marginais, desprovidos de equipamentos e de qualidade por não serem atrativos para a iniciativa privada e para os interesses especulativos dos promotores imobiliários»⁷³. Segundo Maria Assunção Gato, assim «se explica que, no início dos anos 1990, cerca de 55% da população da zona oriental habitassem em bairros municipais de habitação social, enquanto 13% viviam ainda em barracas e cerca de 7% em bairros municipais de construção precária»⁷⁴.

A partir de meados do século XX, em toda a zona oriental ribeirinha intensificou-se a ocupação industrial, implicando a profunda alteração do uso do solo, da própria paisagem e da qualidade de vida. Construíram-se e instalaram-se as grandes infraestruturas industriais, nomeadamente a refinaria, depósitos de combustíveis, um matadouro, múltiplos armazéns, um depósito de material de guerra e, ainda, um aterro sanitário. Poucas décadas depois, assistiu-se à progressiva degradação da paisagem, fruto de uma absoluta ausência de legislação e de critérios normativos de ordenamento e proteção ambiental.

É neste contexto que a organização e realização da Expo'98 gerou a oportunidade da requalificação urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa. Esta operação implicaria a criação de uma empresa de capitais exclusivamente públicos, opção justificada pela

dimensão e complexidade da concepção e execução do projecto de reconversão urbanística da zona de intervenção da Expo 98, bem como a gestão dos meios de financiamento das actividades necessárias à realização da Exposição, aconselham que aquelas actividades sejam confiadas a uma entidade dotada de estrutura empresarial⁷⁵.

Desta opção institucional, criou-se pelo decreto-lei nº 88/93, de 23 de março, a empresa pública Parque Expo, S.A., com as missões principais de desenvolver e implementar um projeto de renovação urbana e de requalificação ambiental de uma área de 330 hectares, território onde iria ter lugar a Exposição Mundial de Lisboa⁷⁶. Para este

⁷⁰ Para a definição do estatuto de participante não-oficial e a lista completa destas entidades, empresas e organizações, ver *Relatório...*, *op. cit.*, p. 162-167.

⁷¹ Sobre o total de visitantes, distribuição por país de origem e outros dados estatísticos sobre a afluência, ver *Relatório...*, *op. cit.*, p. 234-241.

⁷² Sobre os diferentes programas aplicados na cronologia do Estado Novo, veja-se a monografia BAPTISTA, Luís – *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999. Em complemento, vejam-se os artigos TEIXEIRA, Manuel – As estratégias de habitação em Portugal: 1880-1940. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXVIII Nº 115 (1992), p. 65-89, CACHADO, Rita Ávila – O Programa Especial de Realojamento: ambiente histórico, político e social. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XLVIII Nº 206 (2013), p. 134-152, e ainda MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXIX Nº 127 (1994), p. 677-695.

⁷³ V. GATO, Maria Assunção – *Viver no Parque das Nações: espaços, consumos e identidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014. p. 40. Para uma boa resenha sobre a expansão da edificação na zona oriental de Lisboa, desde meados do século XX, ver PEREIRA, Ana Patrícia Faria, *op. cit.*, p. 97-132.

objetivo, a Parque Expo foi dotada de poderes administrativos especiais que concentraram em si, como única entidade, todas as decisões da operação.

Mas foi para o período pós-Expo que o modelo operacional teve especial preparação. Tal como se depreendia de toda a produção legislativa e da retórica oficial, para além da própria exposição, concentradora dos olhares mediáticos, existia uma preocupação paralela com o período pós-Expo, pois a materialização da exposição ficou aliada à necessidade de reconversão e requalificação de um território urbano degradado e em situações de obsolescência. Desta forma, considerando a integração do espaço pós-Expo numa nova centralidade de Lisboa, procurou-se pré-determinar usos para cada pavilhão e integrar os espaços públicos e as infraestruturas da Expo'98 no plano geral de requalificação. Como relembra Maria Assunção Gato, alguns dos equipamentos mais emblemáticos da exposição como o Oceanário, o pavilhão Multiusos, a gare do Oriente, as instalações da Feira Internacional de Lisboa, a Marina, o pavilhão do Conhecimento ou o Casino de Lisboa, foram desde o início pensados na sua futura reutilização ou reconversão, «um dos aspetos mais salientados pelos responsáveis do projeto de Lisboa que, desta forma, procuraram distanciar-se das críticas apontadas ao exemplo de Sevilha»⁷⁷.

Afinal de contas, era imperativo cumprir objetivos e desígnios nacionais e, por isso, optou-se por um enquadramento legal que preconizou e favoreceu um novo modelo de atuação no território: o princípio, um território, uma entidade gestora; a desafetação do domínio público dos bens sob jurisdição da administração do Porto de Lisboa; e o regime específico de ordenamento urbano para a zona de intervenção. Nesta linha inovadora, podia ler-se no articulado inicial do referido D.L., que

ao Estado, atenta a sua vocação, ficará reservada a tarefa de coordenação global de todas as acções e empreendimentos envolvidos pela organização da Expo 98 e do projecto de intervenção urbana que lhe vai associado, através da criação, na dependência do Primeiro-Ministro, de um comissariado⁷⁸.

Esta estratégia visou aproveitar a vantagem da atração da Expo'98 através da criação de uma nova dinâmica nos hábitos da população e da criação de um *branding* associado ao território. É sabido que a inclusão do recinto da Expo'98 numa mais vasta área ribeirinha a urbanizar destinava-se, na idealização do projeto, a «custear os encargos da Exposição na sua totalidade e transformar aquele território, que sempre foi periférico e desvalorizado, numa nova centralidade urbana, relativamente autónoma e multifuncional, ligada à cidade por

⁷⁴ Apud GATO, Maria Assunção, *op. cit.*, p. 40.

⁷⁵ Articulado inicial do decreto-lei nº 88/93, de 23 de março.

⁷⁶ O decreto-lei nº 88/93, de 23 de março, foi objeto de alterações posteriores introduzidas pelos decretos-lei nº 36/96, de 6 de maio, e nº 49/2000, de 24 de março.

⁷⁷ V. GATO, Maria Assunção, *op. cit.*, p. 41. Ver também CASTRO, Alexandra; LUCAS, Joana; FERREIRA, Vítor Matias – O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos de política urbana de Lisboa. *Sociologia: Problemas e Práticas*. Lisboa: ISCTE. Nº 24 (1997), p. 197-209, um artigo anterior à Expo'98.

várias infraestruturas viárias e de transportes públicos»⁷⁹. Para esta visão se concretizar, executaram-se ligações de mobilidade prioritárias, com o aeroporto, com a margem sul e com o centro de Lisboa.

A operacionalização assentava numa visão estratégica assente em dois eixos. Primeiro, a oportunidade de criar uma nova polarização urbana, através da valorização e singularidade daquele território. Depois, um reordenamento sócio produtivo, apostando na melhoria da qualidade de vida e na mobilidade territorial e, portanto, na integração urbana e na sustentabilidade.

Deste modo, foram atribuídos os instrumentos legais à Parque Expo para desempenhar as competências de planeamento e gestão do território, nomeadamente «a concepção, execução, exploração e desmantelamento» da exposição, bem como «a realização do projecto de reordenação urbana da zona de intervenção» da Expo'98⁸⁰. Em 1994 foi lançado o concurso internacional de ideias. Ainda no mesmo ano, a 15 de julho, foi aprovado o Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98 (PUZI). A 31 de dezembro de 1999, seria ainda aprovada a revisão do PUZI.

Foi após este derradeiro e revisto Plano de Urbanização, de 1999, que ficou consolidado o definitivo planeamento urbano pós-Expo. A distribuição de usos dominantes do edificado ficou estabelecida nos seguintes valores: áreas residenciais com 1.239.465m²; dedicadas a escritórios, 636.479m²; destinadas ao comércio, 198.670m²; e reservadas a outras funcionalidades diversas, 419.127m². O conjunto deste planeamento estendeu-se por 2.493.741 m². Visto de outra forma, foi criada uma ambiciosa operação de requalificação através da regeneração de uma área da cidade, articulada com a exposição, transformando-a num novo conjunto residencial, cultural, comercial e de negócios: a zona do Parque das Nações, cuja qualidade «tanto ficou a dever-se à dimensão, projeção e construção de raiz, como à celeridade da mesma (cerca de 10 anos) e a algumas soluções urbanísticas e arquitetónicas que apresenta»⁸¹.

Senão, veja-se, numa primeira fase de projeto, planeamento e intervenção, entre 1993 e 1998, decorreram as expropriações e demolições, a descontaminação de solos, a construção de infraestruturas urbanas na área de intervenção e envolventes, a conceção e execução do espaço público e da exposição, a primeira fase de comercialização de lotes, e a construção e desenvolvimento das utilidades públicas. De seguida, ocorreu uma segunda fase de intervenção, entre 1998 e 2006, cuja execução compreendeu a demolição das estruturas modulares da Expo'98, a conclusão dos trabalhos de urbanização e de espaços públicos, a aplicação do projeto de gestão urbana, o termo da comercialização de terrenos e o arranque da segunda fase de promoção imobiliária, e a consolidação das infraestruturas e outras utilidades públicas⁸².

⁷⁸ Articulado inicial do decreto-lei n.º 88/93, de 23 de março.

⁷⁹ V. GATO, Maria Assunção, *op. cit.*, p. 38.

⁸⁰ Artigo 4.º (Objecto) dos Estatutos da Sociedade Parque Expo 98, S.A., publicados como anexo ao decreto-lei n.º 88/93, de 23 de março.

⁸¹ V. GATO, Maria Assunção, *op. cit.*, p. 39.

⁸² *A Expo 98 e o desenvolvimento de Lisboa* [Em linha]. Zaragoza: [s.n.], 2007. p. 31-49 [Consult. 07.10.2015]. Disponível na internet: www.ebropolis.es/files/File/Encuentros/2007/lisboa.pdf.

Segundo o discurso veiculado pela Parque Expo, os fatores-chave para o sucesso da intervenção assentaram no conceito versátil e objetivo de centralidade urbana, na escala metropolitana (devido aos equipamentos âncora e a novas acessibilidades), na escala local (pela multifuncionalidade territorial com relevância económica, comercial e lúdica, estendida por áreas residenciais, espaços verdes e de lazer, equipamentos culturais, sociais e desportivos, e áreas empresariais), no modelo institucional, no desenho urbano, na rápida aprovação de projetos, nas infraestruturas técnicas inovadoras, na requalificação ambiental e, por fim, no *marketing* territorial⁸³.

Em suma, os 330 hectares da zona de intervenção da Expo'98 foram objeto «de um modelo de intervenção que respondia à degradação e abandono das antigas áreas industriais e portuárias, através de uma opção estratégica de aproveitamento de determinada oportunidade e com o fim de atrair investimento privado»⁸⁴.

Em agosto de 2011, o governo português decidiu-se pela extinção da empresa Parque Expo, S.A., e no final de 2012 foram aprovados o decreto-lei nº 241/2012, que transferiu a gestão urbana de todo o Parque das Nações daquela empresa para a Câmara Municipal de Lisboa, a partir do dia 1 de dezembro de 2012, e a lei nº 56/2012, de 8 de novembro, que regulou a reorganização administrativa de Lisboa, da qual surgiu a nova freguesia do Parque das Nações, fruto perene do modelo de regeneração da zona ribeirinha oriental de Lisboa.

6. O ESPÓLIO PARQUE EXPO – GESTÃO URBANA DO PARQUE DAS NAÇÕES NO ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

A 27 de maio de 2008, a assembleia geral da Parque Expo, S.A., aprovou a proposta de constituição de uma sociedade, participada a 100% por esta empresa, para a autonomização de uma das suas atividades principais: a gestão urbana da área do Parque das Nações⁸⁵.

Na sequência desta deliberação, foi constituída em 9 de julho de 2008, por escritura pública, a Parque Expo – Gestão Urbana do Parque das Nações, S.A. (PE-GU), para a qual, a Parque Expo transferiu as competências que vinha exercendo relativamente à gestão urbana do Parque das Nações⁸⁶.

⁸³ *A Expo 98 e o desenvolvimento de Lisboa* [Em linha]. Zaragoza: [s.n.], 2007, p. 52 [Consult. 07.10.2015]. Disponível na internet: www.ebropolis.es/files/File/Encuentros/2007/lisboa.pdf.

⁸⁴ GATO, Maria Assunção, *op. cit.*, p. 40-41.

⁸⁵ Ata nº 39 da Parque Expo 98, S.A., *apud Auditoria à Parque Expo – Gestão Urbana do Parque das Nações S.A., Relatório de Auditoria nº 40/2012 - 2.ª Secção* [Em linha]. Lisboa: Tribunal de Contas, Processo 08/12 AUDIT, dezembro de 2012, p. 16. [Consult. 03.11.2015]. Disponível na internet:

http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2012/2s/audit-dgdc-rel040-2012-2s.pdf.

⁸⁶ De acordo com o Artigo 3.º dos Estatutos da PE-GU, aquela sociedade tinha por objeto «a prestação de serviços de gestão urbana integrada, incluindo a gestão de estruturas e infraestruturas, afeta ao seu património ou cuja exploração lhe venha a ser confiada, independentemente do respetivo título; A prestação de serviços de consultadoria e a elaboração de estudos e projetos no domínio da gestão urbana; A realização das operações necessárias ou adequadas aos referidos fins».

Ainda em 2008, a Parque Expo e a PE-GU celebraram um protocolo para transmitir a titularidade contratual das competências que vinham a ser exercidas no domínio da prestação de serviços urbanos essenciais na zona de intervenção da Expo'98, nomeadamente: na manutenção e limpeza do espaço público incluindo espaços verdes; na manutenção e gestão das estruturas e infraestruturas de gestão urbana; na manutenção e gestão da galeria técnica; na disciplina e fiscalização da ocupação do espaço público, mobiliário urbano e publicidade; na recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e equiparados; na iluminação pública; e, por fim, na monitorização ambiental. Desta forma, a PE-GU assumiu «o conjunto de direitos e obrigações até aqui atribuídos à PE no âmbito dos serviços de Gestão Urbana da ZI (zona de intervenção)»⁸⁷.

Menos de quatro anos mais tarde, e tendo em conta as orientações do governo de proceder à extinção da Parque Expo, S.A., e da PE-GU, a PE comunicou, em 19 de janeiro de 2012, aos municípios de Lisboa e de Loures, o plano de transferência gradual da gestão urbana do Parque das Nações para a tutela dos municípios, a executar entre 30 de abril e 30 de junho desse ano.

Em consequência, e com a entrada em vigor da reorganização administrativa de Lisboa em 2013⁸⁸, a área correspondente ao Parque das Nações deixou de pertencer aos municípios de Lisboa e de Loures, e passou a constituir a nova freguesia do Parque das Nações, de Lisboa.

É por via da extinção da PE-GU que uma parte significativa do espólio documental da empresa foi integrada, em 2013, no acervo do Arquivo Municipal de Lisboa. Trata-se de um extenso fundo documental, constituído por 3259 unidades de instalação, correspondentes a 474 processos, com extremos cronológicos entre 1995 e 2008.

Estes volumes são compostos por diversas tipologias documentais, nomeadamente, projetos de licenciamento, de construção, de utilização, telas finais, requerimentos, autos, alterações (com instruções, memórias descritivas, especialidades técnicas e plantas), bem como, as plantas gerais e de pormenor relativas às áreas residenciais, empresariais, espaços verdes e de lazer, equipamentos culturais, sociais, desportivos e áreas técnicas. Esta documentação está atualmente a ser alvo de descrição arquivística em plataforma informática, e da respetiva digitalização quando pertinente, de forma a possibilitar a gestão integrada dos documentos e a consulta *online* dos índices de cada volume e das imagens disponíveis⁸⁹.

⁸⁷ Cláusula 1ª do protocolo entre a PE e a PE-GU, *apud Relatório de Auditoria nº 40/2012 - 2.ª Secção*, p. 17.

⁸⁸ Com a aprovação do novo mapa administrativo de Lisboa, pela lei nº 56/2012, de 8 de novembro, e uma nova divisão administrativa de Lisboa com 24 freguesias foi criada a freguesia do Parque das Nações.

⁸⁹ Sobre o processo de descrição arquivística desenvolvido no Arquivo Municipal de Lisboa, as suas etapas, meios e ferramentas informáticas, convenções e normas seguidas, veja-se VIEGAS, Maria Inês; BATISTA, Paulo – A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal . 2ª Série Nº 3 (2015), p. 274-278.

De entre este vasto espólio, salientam-se alguns dos processos, tais como, os relativos à área dos países participantes, aos pavilhões da Realidade Virtual e do Futuro, à porta do Tejo, à praça Sony, ao Acqua Matrix, à porta VIP, aos edifícios Smart e Office Oriente, às torres Zen, Fernão de Magalhães e Cracking, ao hotel Olissipo, aos edifícios Portucale e Mar da Palha, ao pavilhão Swatch, ao anfiteatro Doca Norte, ao espelho de água Cais do Olival, aos lagos do Rossio, às fontes da Alameda e do jardim dos Jacarandás, ao jardim Urbano do Cabeço de Rolas, ao jardim das Tágides, aos Jogos de Água da área de lazer, do espelho de água do Rossio, e dos jardins Garcia de Horta, ao lago dos 69 homens de Bessines, ao parque urbano do Tejo e Trancão, ao Centro Náutico, aos restaurantes internacionais da Turquia, Marrocos, Filipinas, Alemanha, Venezuela, Seychelles, Tunísia e de Macau, às galerias comerciais, aos quiosques, à zona de apoio à peregrinação, à residência Pessoa para estudantes, à Escola Básica e Jardim de Infância Roma Sul, ao centro de saúde da área central ou ao centro escolar EB1/Jardim de Infância Parque das Nações. Todos estes, bem como os restantes processos, estarão em breve disponíveis ao público no Arquivo Municipal de Lisboa.

FONTES E BILIOGRAFIA

FONTES

A Expo 98 e o desenvolvimento de Lisboa [Em linha]. Zaragoza: [s.n.], 2007 [Consult. 07.10.2015]. Disponível na internet: www.ebropolis.es/files/File/Encuentros/2007/lisboa.pdf.

Auditoria à Parque Expo: Gestão Urbana do Parque das Nações S.A.: relatório de auditoria nº 40/2012 - 2.ª Secção [Em linha]. Lisboa: Tribunal de Contas, 2012 [Consult. 03.11.2015]. Disponível na internet: http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2012/2s/audit-dgtc-rel040-2012-2s.pdf.

BLAKE, William P. – *Great international expositions their objects, purposes, organization and results: an address delivered before the American Centennial Commission*. Philadelphia: E. C. Markley, 1872.

Decreto-lei nº 241/2012, de 6 de novembro.

Decreto-lei Nº 49/2000, de 24 de março.

Decreto-lei Nº 36/96, de 6 de maio.

Decreto-lei Nº 88/93, de 23 de março.

DENIS, Ferdinand – *Une fête brésilienne célèbre à Rouen en 1550*. Paris: J. Techener, 1850.

FLAUBERT, Gustave – *Le dictionnaire des idées reçues*. Paris: Louis Conard, Libraire-Éditeur, 1913.

<http://www.expo2015.org/en/>.

<https://expo2017astana.com/en/>.

<http://expo2020dubai.ae/en/>.

<http://www.bie-paris.org/site/en/>.

GEPPERT, Alexander C. T.; COFFEY, Jean; LAU, Tammy - *International exhibitions, expositions universelles and world's fairs, 1851-2005: a bibliography* [Em linha]. Fresno: California State University, 2006 [Consult. 24.09.2015]. Disponível na internet: <http://www.fresnostate.edu/library/subjectresources/specialcollections/worldfairs/ExpoBibliography3ed.pdf>.

Lei N.º 56/2012, de 8 de novembro.

GREAT EXHIBITION, London, 1851 - *Official descriptive and illustrated catalogue of the Great exhibition of the works of industry of all nations*. London: Spicer Brothers, [1851]. 3 vol.

Relatório Exposição Mundial de Lisboa de 1998. Lisboa: Parque EXPO'98, 1999.

BURKE, Bridget; SERAFICA, Cathy; HIGGINS, Martha (comp.) - *Revisiting the world's fairs and international expositions: a selected bibliography, 1992-2004* [Em linha]. Smithsonian Institution Libraries, 2005 [Consult. 24.09.2015]. Disponível na internet: <http://www.sil.si.edu/silpublications/Worlds-Fairs/index.cfm>.

BIBLIOGRAFIA

ABBATTISTA, Guido – Concepts and categories in the history of world expositions: introductory remarks. In ABBATTISTA, Guido, ed. – *Moving bodies, displaying nations: national cultures, race and gender in world expositions nineteenth to twenty-first century*. Trieste: Edizioni Università di Trieste, 2014. p. 7-20.

BAPTISTA, Luís – *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BENNETT, Tony – The exhibitionary complex. *New Formations*. London: Methuen. N.º 4 (1988), p. 73-102.

CACHADO, Rita Ávila – O Programa Especial de Realojamento: ambiente histórico, político e social. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XLVIII N.º 206 (2013), p. 134-152.

- CASTRO, Alexandra; LUCAS, Joana; FERREIRA, Vitor Matias – O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos de política urbana de Lisboa. *Sociologia: Problemas e Práticas*. Lisboa: ISCTE. N.º 24 (1997), p. 197-209.
- CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- DEBORD, Guy – *A sociedade do espectáculo*. Lisboa: Edições Antipáticas, 2005.
- DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane – World exhibitions: a gateway to non-european cultures? *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Enginyeria Industrial de Barcelona. Vol. XIII (2012), p. 81-96.
- FINDLING, John E.; PELLE, Kimberly D., ed. lit. - *Encyclopedia of world's fairs and expositions*. Jefferson, NC and London: McFarland, 2008.
- FERREIRA, Claudino Cristóvão – *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Coimbra: [s.n.], 2006. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- GATO, Maria Assunção – *Viver no Parque das Nações: espaços, consumos e identidades*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
- HOBBSAWM, Eric J. – *A era das revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- HOFFENBERG, Peter H. – *An empire on display: english, indian, and Australian exhibitions from the Crystal Palace to the Great War*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MARTINS, Nuno Gomes – *Império e imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Histórica, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MATOS, Ana Cardoso de; DEMEULENAERE-DOUYÈRE, Christiane; SOUTO, Maria Helena – The world exhibitions and the display of science, technology and culture. *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Enginyeria Industrial de Barcelona. Vol. XIII (2012), p. 3-10.
- MATOS, Fátima Loureiro de – Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. vol. XXIX N.º 127 (1994), p. 677-695.
- PEREIRA, Ana Patrícia Faria – *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à beira-Tejo*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia Urbana, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SAID, Edward – *Orientalism*. London: Penguin, 2003.
- STOKLUND, Bjarne – The role of the international exhibitions: in the construction of national cultures in the 19th century. *Ethnologia Europaea*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press. Vol. 24 N.º1 (1994), p. 35-44.

TEIXEIRA, Manuel – As estratégias de habitação em Portugal: 1880-1940. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XXVIII N.º 115 (1992), p. 65-89.

VIEGAS, Maria Inês; BATISTA, Paulo – A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.ª Série N.º 3 (2015), p. 265-285.



GENEALOGIAS

os filmes da família de Abílio Nunes dos Santos Jr. (1892-1970) comentados pelo seu filho, Luís Nunes dos Santos | vídeo

Fátima Tomé
Inês Sapeta Dias

A Videoteca do Arquivo Municipal de Lisboa organiza, desde 2015, a TRAÇA – Mostra de Filmes de Arquivos Familiares onde a cada ano se pretende dar a conhecer os filmes amadores, caseiros e de família feitos na cidade de Lisboa ou por lisboetas. Partindo de um arquivo com cerca de 30 horas de filmes de família, de origem em certa medida (mas cada vez menos) desconhecida, e com uma angariação de filmes aberta em permanência, esta mostra procura traçar um mapa imaginário, feito de memórias e histórias particulares, sobrepondo-o a um mapa real, feito de ruas e edifícios. Com a TRAÇA a história de Lisboa ganha assim uma outra dimensão, privada e única, contrapondo à história oficial, uma outra, plural, escrita pelos olhos de quem habita a cidade.

Neste pequeno vídeo acompanha-se o visionamento que Luís Nunes dos Santos, hoje com 73 anos, faz das imagens da sua família. Através do olhar do pai de Luís, Abílio Nunes dos Santos Jr., pioneiro das primeiras emissões regulares de rádio em Portugal (1925) e o homem por detrás da câmara, podemos seguir três décadas da história da cidade, tendo acesso a perspetivas únicas e pessoais sobre acontecimentos importantes e públicos ou acontecimentos privados e inacessíveis de outro modo, que permitem aceder aos lados mais escondidos desta história – como modos de estar nos espaços e modos de vestir e agir, em espaços privados, não só públicos.

Luís Nunes dos Santos não falará aqui apenas das suas casas – embora fale delas, daquelas que já não existem, e das outras que existem em vez daquelas que habitou. Esse será contudo, sempre, o tema a partir do qual tudo é dito uma vez que está aqui em causa um cinema caseiro, feito em ambientes e situações privadas, normalmente reservado à projeção num contexto familiar – justamente dentro da casa. O tema deste comentário será então o da cidade vista a partir de casa, e esta aparecerá como perspetiva ou, literalmente, ponto de vista sobre Lisboa.



a partir da projeção vídeo de filmes em formato original 9,5mm e 16mm (sem som, preto e branco/cor)

comentário Luís Nunes dos Santos

(orientado por Fátima Tomé e Inês Sapeta Dias)

imagem Fátima Rocha, Miguel Pité

som Pedro Lourenço, Pedro Vieira

montagem Inês Pedrosa e Melo

<https://www.youtube.com/watch?v=d6Y910seXgw>